

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ELOISA BELING LOOSE

**RISCOS CLIMÁTICOS NO CIRCUITO DA NOTÍCIA LOCAL:
PERCEPÇÃO, COMUNICAÇÃO E GOVERNANÇA**

CURITIBA

2016

ELOISA BELING LOOSE

**RISCOS CLIMÁTICOS NO CIRCUITO DA NOTÍCIA LOCAL:
PERCEPÇÃO, COMUNICAÇÃO E GOVERNANÇA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMade) da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Myrian Regina Del Vecchio de Lima

Coorientadoras: Prof.^a Dr.^a Anabela Simões Carvalho
Prof.^a Dr.^a Lucia Helena Oliveira Cunha

CURITIBA

2016

L863 Loose, Eloisa Beling
Riscos climáticos no circuito da notícia local: percepção,
comunicação e governança. Eloisa Beling Loose. Curitiba: 2016.
455 f. il.

Orientadora: Myrian Regina Del Vecchio de Lima
Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná.
Setor de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em
Meio Ambiente e Desenvolvimento.

1. Mudanças climáticas. 2. Aquecimento global. 3. Jornalismo.
I. Lima, Myrian Regina Del Vecchio de. II. Universidade Federal do
Paraná. Setor de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação
em Meio Ambiente e Desenvolvimento. III. Título.

CDU 551.583:070



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Rua dos Funcionários, 1540- Juvevê- CEP: 80035-050 Curitiba-Pr
Fone (Fax) 41- 3358 5764 Fone 41- 3350 5849
E-mail: mada@ufpr.br Home-Page: www.ppgmade.ufpr.br

Ata da sessão pública da arguição da tese para obtenção do grau de Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento, nº 138. Aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e dezesseis, às 14h00, na Sede do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná - Setor de Ciências Agrárias, foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos doutores: Myrian Regina Del Vecchio de Lima (orientadora, UFPR), Anabela Simões de Carvalho (Univ. do Minho), Ilza Maria Tourinho Girardi (UFRGS), Iara Picchioni Thilen (UFPR), José Edmilson de Souza Lima (Unicritiba), para arguição da tese de doutorado apresentada pela candidata **Eloisa Beling Loose**, intitulada "*Riscos Climáticos no Circuito da Notícia Local: percepção, comunicação e governança*". A sessão teve início com a Professora Myrian Regina Del Vecchio de Lima na presidência dos trabalhos. Em seguida foi concedida a palavra a cada um dos examinadores, para realização de suas respectivas arguições. A doutoranda apresentou sua defesa. Na sequência, a Professora Presidente retomou a palavra para as considerações finais. A banca reunida sigilosamente decidiu pela Aprovação da candidata. Em seguida, a senhora Presidente declara aprovada a doutoranda, que recebeu o título de Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente sessão a qual será assinada pela Comissão Examinadora.

Aprovada com distinção e louvor.
Curitiba, 16 de março de 2016.

Profa. Dra. Myrian Regina Del Vecchio de Lima

Myrian Regina Del Vecchio de Lima

Profa. Dra. Anabela Simões de Carvalho

Anabela Simões de Carvalho

Profa. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi

Ilza Maria Tourinho Girardi

Profa. Dra. Iara Picchioni Thilen

Iara Picchioni Thilen

Prof. Dr. Jose Edmilson de Souza Lima

Jose Edmilson de Souza Lima

Prof. Dra. Maria do Rosário Knechtley

Dedico este trabalho aos amigos e familiares que compreenderam minhas ausências e sempre incentivaram a busca por conhecimento.

Em especial, à minha mãe, Liane Beling, quem me mostrou que os livros são capazes de transformar vidas.

AGRADECIMENTOS

Registro aqui minha felicidade por ter concluído esta pesquisa com a ajuda e apoio de muitas pessoas. Sou grata a todos que colaboraram para que eu superasse as dificuldades próprias do caminho e, de diferentes modos, estiveram comigo no desenvolvimento desta tese.

Agradeço à orientadora Myrian Regina Del Vecchio de Lima pela atenção e parceria não apenas durante a elaboração da pesquisa, mas também pelos trabalhos e atividades de ensino relacionadas à comunicação ambiental que ocorreram nestes últimos quatro anos. Também à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMade), que sempre respondeu com presteza às demandas que tive.

Pela possibilidade de trocas, agradeço aos colegas do grupo de pesquisa *Jornalismo Ambiental* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em especial sua coordenadora, Ilza Girardi. Mesmo longe, sinto que estão por perto. De igual forma aos colegas do grupo de pesquisa "Interfaces – Comunicação, Educação e Meio Ambiente" da UFPR, que acompanharam o desenrolar desta caminhada.

À Anabela Carvalho, coorientadora que me recebeu na Universidade do Minho para o estágio doutoral, sou grata pela disponibilidade e confiança. As suas indicações foram fundamentais para realização deste trabalho.

À Iara Thielen, professora do curso de Psicologia da UFPR que, mesmo não sendo parte do comitê de orientação, me auxiliou, sempre que possível, com bibliografia, construção dos questionários e revisão da análise.

Aos apontamentos feitos pelos professores Lucia Helena de Oliveira Cunha e Edmílson de Souza-Lima, do PPGMade, que compuseram minha banca de qualificação e participaram do desenvolvimento da pesquisa.

Muitos professores também marcaram esta trajetória, seja pelos ensinamentos que passaram em suas aulas ou seminários, seja pelos conselhos preciosos que dividiram. Agradeço a todo o corpo docente do PPGMade por permitir que esta proposta resista em meio às barreiras que dificultam o exercício da interdisciplinaridade.

Aos colegas que se tornaram amigos, confidentes, companheiros desta jornada, principalmente: Patrícia Betti, Soraya Romero, Valéria Duarte, Thaís Schneider, Aparecida de Fátima Nogarolli, Augusta Gern, Higor Lambach, Otávio Cezarini Ávila, Antonio Picinatto e Joyde Martínez. Do outro lado do oceano, agradeço à amizade dos brasileiros Alice Balbé, Jean Cerqueira, Tatiana Vargas, Cláudia Vaz, Shana Wottrich e Raul Agostini; e das portuguesas Anabela Santos, Catarina Dias, Liliana Rodrigues, Elisabeth Alves, Eunice Seixas e Maria Fernandes. Meu sincero obrigada por terem compartilhado este período comigo.

Também sou grata pelas experiências em sala de aula para além do meu curso, como quando fui recebida nos cursos de pós-graduação em Educação e em Comunicação da UFPR, seja para aprender, seja para ensinar. A oportunidade de trocas com colegas de outros cursos é sempre enriquecedora. Assim como pela oportunidade de trabalhar na *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, conhecer de forma mais próxima o *Proyecto Resclima* e praticar a docência nas disciplinas de *Comunicação e Tecnologia*, e *Comunicação e Meio Ambiente*, no curso de graduação em Comunicação Social. Em todos estes momentos pude conviver com pessoas maravilhosas que contribuíram para minha formação.

Essenciais para minha pesquisa, agradeço a todos os entrevistados – jornalistas, fontes de informação e leitores da *Gazeta do Povo* – que cederam seu tempo e atenção para a realização das entrevistas e o preenchimento dos questionários. Um agradecimento especial à direção da empresa jornalística *Gazeta do Povo*, que compreendeu meu papel enquanto investigadora e autorizou minha entrada na redação do jornal para o período de observação participante, e aos profissionais que relevaram minha presença enquanto trabalhavam. Não posso nomear pessoas que foram importantíssimas durante este processo em função do anonimato prometido, mas sublinho meu agradecimento àqueles que, além de participar da pesquisa, contribuíram para que outros dados pudessem ser analisados.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por ter viabilizado, por meio de bolsa mensal, meus quatro anos de estudo longe da minha cidade natal, permitindo que eu pudesse me dedicar com exclusividade às atividades do doutorado. Também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior (Capes), que financiou meus seis meses de estágio doutoral em Portugal, possibilitando novos olhares sobre a pesquisa acadêmica.

À minha família, que entende as ausências, enfrenta as saudades e me dá ânimo para seguir em frente até nos momentos mais difíceis. À Maria Helena e João Vaz, casal português que me acolheu com os braços abertos em Braga, como filha. Ao João Henrique Neumann, namorado que se tornou esposo no decorrer do percurso, por ter vindo para Curitiba acompanhar de perto o dia a dia dessa conquista, pela paciência nos átimos de desespero e pela cumplicidade neste desenrolar. À minha mãe, Liane Beling, pelo amor incondicional, pelo exemplo, pela garra.

A pesquisa que deu origem a esta tese teve financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de bolsa de doutorado.

O estágio no exterior, na Universidade do Minho, foi realizado com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) através do Programa de **Doutorado Sanduíche** no Exterior (PDSE) – Processo nº 99999.003712/2014-01.

RESUMO

Este trabalho centra-se nas relações existentes entre comunicação, percepção e governança a respeito das mudanças climáticas e seus riscos no âmbito do circuito da notícia – o processo circular e contínuo que inclui produção, texto e recepção do discurso jornalístico – de um jornal local. Para tanto, o recorte da pesquisa foca-se no jornal mais abrangente da cidade de Curitiba, a *Gazeta do Povo*, e naqueles atores que participaram de sua produção (fontes de informação e jornalistas) e recepção (leitores do citado diário). A partir de uma perspectiva interdisciplinar e construcionista, a investigação busca verificar como se desenrolam os meandros da comunicação de riscos, por meio do jornalismo, e como tais discursos são interpretados e/ou percebidos por aqueles leitores que, de algum modo, já estão familiarizados com a questão ambiental. A proposta articula saberes provenientes do campo da Comunicação, com destaque à área do Jornalismo; da Psicologia Social, por meio do estudo das percepções de risco; e do campo Ambiental, sobretudo sobre as temáticas das mudanças climáticas, seus riscos e formas de enfrentamento. Tais imbricamentos têm por objetivo compreender de que modo o jornalismo pode contribuir para uma melhor comunicação sobre as mudanças climáticas e seus riscos e, desta maneira, empoderar sua recepção para o enfrentamento destes riscos, seja pela adaptação ou mitigação. Parte-se do pressuposto de que as notícias legitimadas e divulgadas pela imprensa interferem na forma pela qual as pessoas percebem os riscos climáticos e, conseqüentemente, a maneira como envolvem os cidadãos, sendo assim o papel do jornalismo de muita relevância no contexto da comunicação de riscos e da governança climática. A partir disso, investiga-se cada fase do circuito da notícia a fim de compreender quais percepções estão atreladas à cobertura das mudanças climáticas e seus riscos, assim como aquelas relacionadas a ações de enfrentamento. Metodologicamente, realizam-se observação participante das rotinas produtivas dos jornalistas, análises de percepção de riscos dos vários atores sociais por meio de questionários e entrevistas em profundidade, e análises de enquadramentos das notícias, com o objetivo final de triangular os resultados inspirando-se na proposta da hermenêutica de profundidade. Dentre os achados da pesquisa, constata-se que a percepção de risco climático está distante do cotidiano dos leitores de Curitiba, revelando que a mediação jornalística amplificou os efeitos negativos globais e a discussão sobre acordos internacionais, voltada para a responsabilização dos países desenvolvidos; tais aspectos não contribuem para o envolvimento dos cidadãos no enfrentamento das mudanças do clima.

Palavras-chave: Mudanças climáticas. Circuito da notícia. Percepção de risco. Governança climática. Comunicação de risco. Escala local. Meio ambiente.

ABSTRACT

This research focuses on the relationship between perception, communication and governance of climate change and its risks as part of the news circuit – the circular and continuous process that includes production, text and reception of journalistic discourse – of a local newspaper. More specifically, the study focuses on the largest newspaper of the city of Curitiba, *Gazeta do Povo*, and on the social actors who participate in its production (information sources and journalists) and reception (readers of this daily newspaper). From an interdisciplinary and constructionist perspective, the research aims to analyze the intricacies of risk communication, through journalism, and how such discourses are interpreted and/or perceived by those readers who, somehow, are already familiarized with environmental issues. The thesis brings together contributions from the fields of Communication, with an emphasis on Journalism; Social Psychology, through the study of risk perceptions; and Environmental Studies, especially the issues of climate change, its risks and ways of coping. Thereby, the research aims to understand how journalism can contribute to improve communication on climate change and its risks and thus empower readers to face its risks, either through mitigation or adaptation. It is assumed that reports legitimized by the press interfere in the way people perceive climate risks and therefore in their engagement. Thus, the role of journalism is very relevant in the context of risk communication and climate governance. To this end, each stage in the circuit of news is investigated in order to understand how perceptions are linked to the coverage of climate change, its risks and coping actions. Methodologically, the research includes participant observation of news production routines, analysis of risk perceptions of various stakeholders through questionnaires and interviews, and framing analysis of news reports, with the ultimate goal of triangulating findings in light of the approach proposed by depth hermeneutics. The findings suggest that the perception of climate risk is removed from the daily lives of Curitiba readers, and that the journalistic mediation has amplified the global and negative effects, as well as a discussion centered on international agreements, aimed at emphasizing the responsibility of developed countries; these characteristics do not contribute to the engagement of citizens in facing climate change risks.

Keywords: Climate change. News circuit. Risk perception. Climate governance. Risk communication. Local scale. Environment.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -	ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DAS DUAS LINGUAGENS DA COMUNICAÇÃO DE RISCOS.....	112
FIGURA 2 -	A INTERVENÇÃO DOS ATORES DA SOCIEDADE CIVIL	125
FIGURA 3 -	SOBREPOSIÇÃO DE INFLUÊNCIAS ATRELADA À PERCEPÇÃO DE RISCO	132
FIGURA 4 -	REPRESENTAÇÃO SIMPLIFICADA DO CONCEITO DE AMPLIFICAÇÃO SOCIAL DO RISCO	137
FIGURA 5 -	COMPARAÇÃO DA PERCEPÇÃO DOS BRASILEIROS A RESPEITO DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS	155
FIGURA 6 -	POSICIONAMENTO DOS SETORES EM RELAÇÃO AO TEMA	156
FIGURA 7 -	OS BRASILEIROS APARECEM COMO OS MAIS PREOCUPADOS COM AS MCs	157
FIGURA 8 -	PORCENTAGENS, POR PAÍSES, DAS PERCEPÇÕES DE AMEAÇAS GLOBAIS	158
FIGURA 9 -	ORDEM INTERNACIONAL DO CLIMA	171
FIGURA 10 -	CARACTERÍSTICAS GERAIS DA MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS MCs	184
FIGURA 11 -	CIRCUITO DA CULTURA.....	205
FIGURA 12 -	CIRCUITO DA NOTÍCIA	207
FIGURA 13 -	REDAÇÃO DA <i>GAZETA DO POVO</i>	222

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 -	MACROENQUADRAMENTOS DAS NOTÍCIAS ANALISADAS.....	242
GRÁFICO 2 -	ABRANGÊNCIA DO CONTEÚDO DAS NOTÍCIAS ANALISADAS	243
GRÁFICO 3 -	RECORRÊNCIAS DOS ENQUADRAMENTOS APRESENTADOS NOS TÍTULOS E SUBTÍTULOS	245
GRÁFICO 4 -	RECORRÊNCIAS DOS ENQUADRAMENTOS APRESENTADOS NOS LEADS.....	248
GRÁFICO 5 -	CONCORDÂNCIA DOS JORNALISTAS DA OCORRÊNCIA DAS MCs	257
GRÁFICO 6 -	CONCORDÂNCIA DOS JORNALISTAS A RESPEITO DO CONSENSO CIENTÍFICO SOBRE AS MCs.....	257
GRÁFICO 7 -	PREOCUPAÇÃO DOS JORNALISTAS COM O TEMA.....	259
GRÁFICO 8 -	RAZÕES APONTADAS PELOS JORNALISTAS COMO CAUSAS DAS MCs	265
GRÁFICO 9 -	PERCEPÇÃO DOS JORNALISTAS QUANTO À PROXIMIDADE DA AFETAÇÃO DOS RISCOS CLIMÁTICOS	266
GRÁFICO 10 -	OS MAIS AFETADOS PELAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA ÓPTICA DOS JORNALISTAS	268
GRÁFICO 11 -	PERCEPÇÃO DOS JORNALISTAS EM RELAÇÃO AOS EFEITOS CLIMÁTICOS NO CONTEXTO LOCAL.....	269
GRÁFICO 12 -	PERCEPÇÃO DOS JORNALISTAS SOBRE RISCOS CLIMÁTICOS	270
GRÁFICO 13 -	GRAVIDADE DOS EFEITOS DAS MCs ATRIBUÍDA PELOS JORNALISTAS	272
GRÁFICO 14 -	CONCORDÂNCIA DOS JORNALISTAS A RESPEITO DOS BENEFÍCIOS DAS MCs.....	276
GRÁFICO 15 -	DISTRIBUIÇÃO DA RESPONSABILIDADE ATRIBUÍDA A CADA UM DOS ATORES SEGUNDO OS JORNALISTAS.....	278
GRÁFICO 16 -	CONCORDÂNCIA DOS JORNALISTAS SOBRE RELAÇÃO ENTRE INCERTEZA CIENTÍFICA E ENFRENTAMENTO.....	280
GRÁFICO 17 -	PERCEPÇÃO DOS JORNALISTAS SOBRE A EFICÁCIA DE AÇÕES DE ENFRENTAMENTO	282

GRÁFICO 18 - PERCEPÇÃO DOS JORNALISTAS SOBRE O PAPEL DA IMPRENSA.....	284
GRÁFICO 19 - PERCEPÇÃO DOS JORNALISTAS SOBRE A INFLUÊNCIA DO JORNAL.....	287
GRÁFICO 20 - PERCEPÇÃO SOBRE COMO OS JORNALISTAS PERCEBEM SEU PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE NOTÍCIA.....	290
GRÁFICO 21 - CONCORDÂNCIA DAS FONTES DE INFORMAÇÃO COM A OCORRÊNCIA DAS MCs.....	306
GRÁFICO 22 - CONCORDÂNCIA DAS FONTES DE INFORMAÇÃO A RESPEITO DO CONSENSO CIENTÍFICO SOBRE AS MCs.....	307
GRÁFICO 23 - PREOCUPAÇÃO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO COM O TEMA	309
GRÁFICO 24 - RAZÕES APONTADAS PELAS FONTES DE INFORMAÇÃO COMO CAUSAS DAS MCs	310
GRÁFICO 25 - PERCEPÇÃO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO QUANTO À PROXIMIDADE DA AFETAÇÃO DOS RISCOS CLIMÁTICOS	311
GRÁFICO 26 - OS MAIS AFETADOS PELAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA ÓPTICA DAS FONTES DE INFORMAÇÃO.....	312
GRÁFICO 27 - PERCEPÇÃO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO EM RELAÇÃO AOS EFEITOS CLIMÁTICOS NO CONTEXTO LOCAL	314
GRÁFICO 28 - PERCEPÇÃO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE RISCOS CLIMÁTICOS	315
GRÁFICO 29 - GRAVIDADE DOS EFEITOS DAS MCs ATRIBUÍDA PELAS FONTES DE INFORMAÇÃO	316
GRÁFICO 30 - CONCORDÂNCIA DAS FONTES DE INFORMAÇÃO A RESPEITO DOS BENEFÍCIOS DAS MCs	318
GRÁFICO 31 - DISTRIBUIÇÃO DA RESPONSABILIDADE ATRIBUÍDA A CADA UM DOS ATORES SEGUNDO AS FONTES DE INFORMAÇÃO	320
GRÁFICO 32 - CONCORDÂNCIA DAS FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE RELAÇÃO ENTRE INCERTEZA CIENTÍFICA E ENFRENTAMENTO.....	321

GRÁFICO 33 - PERCEPÇÃO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE A EFICÁCIA DE AÇÕES DE ENFRENTAMENTO	323
GRÁFICO 34 - PERCEPÇÃO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE O PAPEL DA IMPRENSA.....	325
GRÁFICO 35 - PERCEPÇÃO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE A INFLUÊNCIA DO JORNAL.....	327
GRÁFICO 36 - PERCEPÇÃO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE NOTÍCIA POR PARTE DOS JORNALISTAS	328
GRÁFICO 37 - VERSÃO DO JORNAL QUE É MAIS LIDA PELOS ENTREVISTADOS	339
GRÁFICO 38 - CONCORDÂNCIA DOS LEITORES SOBRE A OCORRÊNCIA DAS MCs	340
GRÁFICO 39 - CONCORDÂNCIA DOS LEITORES A RESPEITO DO CONSENSO CIENTÍFICO SOBRE AS MCs.....	340
GRÁFICO 40 - PREOCUPAÇÃO DOS LEITORES EM RELAÇÃO AO TEMA.....	346
GRÁFICO 41 - RAZÕES APONTADAS PELOS LEITORES COMO CAUSAS DAS MCs	348
GRÁFICO 42 - PERCEPÇÃO DOS LEITORES QUANTO À PROXIMIDADE DA AFETAÇÃO DOS RISCOS CLIMÁTICOS	349
GRÁFICO 43 - OS MAIS AFETADOS PELAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA ÓPTICA DOS LEITORES	350
GRÁFICO 44 - PERCEPÇÃO DOS LEITORES EM RELAÇÃO AOS EFEITOS CLIMÁTICOS NO CONTEXTO LOCAL.....	352
GRÁFICO 45 - PERCEPÇÃO DOS LEITORES SOBRE RISCOS CLIMÁTICOS	353
GRÁFICO 46 - GRAVIDADE DOS EFEITOS DAS MCs ATRIBUÍDA PELOS LEITORES DO SETOR GOVERNAMENTAL	354
GRÁFICO 47 - GRAVIDADE DOS EFEITOS DAS MCs ATRIBUÍDA PELOS LEITORES DO SETOR NÃO GOVERNAMENTAL.....	355
GRÁFICO 48 - GRAVIDADE DOS EFEITOS DAS MCs ATRIBUÍDA PELOS LEITORES DO SETOR EMPRESARIAL.....	355
GRÁFICO 49 - GRAVIDADE DOS EFEITOS DAS MCs ATRIBUÍDA PELOS LEITORES DO SETOR EDUCACIONAL.....	356

GRÁFICO 50 - CONCORDÂNCIA DOS LEITORES A RESPEITO DOS BENEFÍCIOS DAS MCs.....	358
GRÁFICO 51 - DISTRIBUIÇÃO DA RESPONSABILIDADE ATRIBUÍDA PELOS DIFERENTES SETORES	363
GRÁFICO 52 - CONCORDÂNCIA DOS LEITORES SOBRE RELAÇÃO ENTRE INCERTEZA CIENTÍFICA E ENFRENTAMENTO.....	366
GRÁFICO 53 - PERCEPÇÃO DOS LEITORES, POR SETORES, SOBRE A EFICÁCIA DE AÇÕES DE ENFRENTAMENTO	367
GRÁFICO 54 - PERCEPÇÃO DOS LEITORES SOBRE O PAPEL DA IMPRENSA.....	370
GRÁFICO 55 - PERCEPÇÃO DOS LEITORES, POR SETOR, SOBRE A INFLUÊNCIA DO JORNAL.....	373
GRÁFICO 56 - PERCEPÇÃO DOS LEITORES, POR SETOR, SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE NOTÍCIA POR PARTE DOS JORNALISTAS	375

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	TIPOLOGIA DOS RISCOS	78
QUADRO 2 -	CATEGORIAS A PARTIR DOS FATORES DA PERCEPÇÃO DE RISCO.....	129
QUADRO 3 -	VISÃO PANORÂMICA DOS PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS E ANÁLISE EM RAZÃO DAS ETAPAS DE PESQUISA.....	214
QUADRO 4 -	CATEGORIAS TEMÁTICAS ASSOCIADOS AOS FATORES DE PERCEPÇÃO DE RISCO UTILIZADAS PARA AS ANÁLISES COMUNS DAS ENTREVISTAS	236
QUADRO 5 -	EXPOSIÇÃO DOS ENQUADRAMENTOS UTILIZADOS PARA A ANÁLISE DAS NOTÍCIAS	244
QUADRO 6 -	CATEGORIAS TEMÁTICAS UTILIZADAS SOMENTE NAS ANÁLISES DAS ENTREVISTAS COM JORNALISTAS.....	255
QUADRO 7 -	CATEGORIAS TEMÁTICAS UTILIZADAS SOMENTE NAS ANÁLISES DAS ENTREVISTAS COM FONTES DE INFORMAÇÃO	302
QUADRO 8 -	CLASSIFICAÇÃO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO ENCONTRADAS NAS NOTÍCIAS DE MCs DA <i>GAZETA DO POVO</i> NO ANO DE 2013	303
QUADRO 9 -	CATEGORIAS TEMÁTICAS UTILIZADAS SOMENTE NAS ANÁLISES DAS ENTREVISTAS COM OS LEITORES	336
QUADRO 10 -	PERFIL DA AMOSTRA DE LEITORES POR SETOR	338
QUADRO 11 -	O QUE OS LEITORES FAZEM PARA MINIMIZAR OS EFEITOS DAS MCs.....	368
QUADRO 12 -	MEDIDAS DE PREVENÇÃO CITADAS PELOS LEITORES.....	369
QUADRO 13 -	RESUMO POR GRUPO DAS CATEGORIAS TEMÁTICAS CONSTRUÍDAS EM RAZÃO DOS FATORES DA PERCEPÇÃO DE RISCO.....	400
QUADRO 14 -	RESUMO POR GRUPO DAS CATEGORIAS TEMÁTICAS CONSTRUÍDAS PARA AS ANÁLISES COMUNS DAS ENTREVISTAS.....	404

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Andi	- Agência de Notícias dos Direitos da Infância
ANJ	- Associação Nacional do Jornais
APA	- American Psychological Association
Ceped	- Centro Universitário de Pesquisas e Estudos sobre Desastres
CFCs	- Clorofluorcarbonetos
CO ₂	- Dióxido de carbônico
COP	- Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
Embrapa	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FMI	- Fundo Monetário Internacional
HP	- Hermenêutica de Profundidade
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Inpa	- Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
Inpe	- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPCC	- Intergovernmental Panel on Climate Change
Iser	- Instituto de Estudos da Religião
GEE	- Gases de Efeito Estufa
GRPCom	- Grupo Paranaense de Comunicação
MCs	- Mudanças Climáticas
MDL	- Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MMA	- Ministério do Meio Ambiente
OMM	- Organização Meteorológica Mundial
ONG	- Organização Não Governamental
ONU	- Organização das Nações Unidas
Nasa	- National Aeronautics and Space Administration
PBMC	- Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas
Pnud	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPM	- Partes por milhão
PPGMade	- Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento
PSA	- Pagamento por Serviços Ambientais
Pnuma	- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
REDD	- Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal

UC - Unidade de Conservação

UNFCCC - United Nations Framework Convention on Climate Change

SUMÁRIO

	PREÂMBULO	
	INTRODUÇÃO	29
1	COMUNICAÇÃO E JORNALISMO: O PONTO DE PARTIDA	36
1.1	O CAMPO DA COMUNICAÇÃO E O SUBCAMPO DO JORNALISMO	37
1.2	O CIRCUITO DA NOTÍCIA: AS RELAÇÕES ENTRE PRODUÇÃO E RECEPÇÃO	45
1.3	A CULTURA JORNALÍSTICA	52
1.4	A COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE ASSUNTOS AMBIENTAIS.....	59
1.5	O BINÔMIO JORNALISMO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS.....	63
2	MUDANÇAS CLIMÁTICAS, RISCOS E CIÊNCIA	76
2.1	AS MUDANÇAS DO CLIMA COMPREENDIDAS COMO RISCOS DA CONTEMPORANEIDADE	76
2.2	AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO ÂMBITO DA PESQUISA CIENTÍFICA	84
2.3	A TRÍADE CIÊNCIA, COMUNICAÇÃO E RISCOS.....	93
2.3.1	A cultura científica	94
2.3.2	Os riscos relacionados às mudanças climáticas.....	98
2.3.3	A comunicação o e jornalismo sobre riscos climáticos	101
3	A PERCEPÇÃO DOS RISCOS E AS MUDANÇAS DO CLIMA	117
3.1	A PERCEPÇÃO DE RISCO COMO ABORDAGEM PARA COMPREENDER AS MCs.....	118
3.2	ESPECIALISTAS <i>VERSUS</i> LEIGOS: PERCEPÇÕES DIFERENTES DE UM MESMO RISCO	126
3.3	OUTROS FATORES QUE INFLUENCIAM NA PERCEPÇÃO DO RISCO	131
3.4	O JORNALISMO E A AMPLIFICAÇÃO SOCIAL DO RISCO.....	136
3.5	O LADO DA RECEPÇÃO.....	142
3.6	A PERCEPÇÃO DOS RISCOS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	146
4	GOVERNANÇA DOS RISCOS CLIMÁTICOS	161

4.1	GOVERNANÇA(S): SIGNIFICADOS E LINHAS DE COMPREENSÃO	162
4.2	HISTÓRICO DAS AÇÕES GLOBAIS DE GOVERNANÇA DO CLIMA	174
4.3	DESAFIOS PARA O ENFRENTAMENTO	177
4.4	PRECAUÇÃO E RESPONSABILIDADES	185
4.5	A GOVERNANÇA "DE BAIXO PARA CIMA" E O JORNALISMO LOCAL	188
4.6	ENGAJAMENTO PÚBLICO	195
5	O CIRCUITO DA NOTÍCIA: ASPECTOS METODOLÓGICOS	202
5.1	REFERÊNCIA CONCEITUAL DO CIRCUITO DA NOTÍCIA	204
5.2	MARCO REFERENCIAL METODOLÓGICO DA INTERPRETAÇÃO.....	209
5.3	ABORDAGEM TEÓRICA	211
5.4	<i>CORPUS</i> DA PESQUISA	213
5.5	PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE	214
5.5.1	Etapa 1: Estudo da produção da notícia.....	215
5.5.1.1	A organização jornalística <i>Gazeta do Povo</i>	220
5.5.1.2	O dia a dia da produção da notícia na <i>Gazeta do Povo</i>	222
5.5.2	Etapa 2: Estudo sobre as percepções e discursos dos jornalistas que produziram notícias sobre MCs	225
5.5.3	Etapa 3: Estudo sobre as percepções e discursos das fontes de informação citadas nas notícias sobre MCs	228
5.5.4	Etapa 4: Mapeamento de todas as notícias publicadas no site <i>Gazeta do Povo</i>	229
5.5.5	Etapa 5: Estudo com os leitores do referido jornal que tivessem relação com a questão ambiental em quatro diferentes setores.....	231
5.5.6	Etapa 6: Triangulação dos resultados a partir da Hermenêutica de Profundidade (HP).....	233
5.6	ORGANIZAÇÃO DAS ANÁLISES.....	235
6	ANÁLISE DOS ENQUADRAMENTOS DAS NOTÍCIAS	238
6.1	AMOSTRA DAS NOTÍCIAS	239
6.2	OS MACROENQUADRAMENTOS DA <i>GAZETA DO POVO</i>	240
6.3	ABRANGÊNCIA DAS NOTÍCIAS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	242

6.4	OS ENQUADRAMENTOS DOS TÍTULOS E SUBTÍTULOS.....	243
6.5	OS ENQUADRAMENTOS DOS <i>LEADS</i>	247
6.6	SÍNTESE SOBRE AS NOTÍCIAS A RESPEITO DAS MCs NA <i>GAZETA DO POVO</i>	249
7	JORNALISTAS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS	254
7.1	PERFIL DA AMOSTRA.....	255
7.2	PARTE 1 - PERCEPÇÕES DE RISCO DOS JORNALISTAS	256
7.2.1	Mudanças Climáticas: causas, consequências e crenças	256
7.2.2	Riscos: gravidade, exposição, familiaridade	269
7.2.3	Governança: responsabilidade e modos de agir.....	277
7.2.4	Jornalismo: papel, influência e modos de fazer.....	284
7.3	PARTE 2 - PERCEPÇÕES SOBRE O PROCESSO DE PRODUÇÃO DA NOTÍCIA SOBRE MCs	293
7.3.1	Especialização profissional.....	293
7.3.2	Critérios de noticiabilidade.....	295
7.3.3	Entraves na cobertura do assunto	296
7.3.4	Subjetividade do jornalista	297
7.3.5	Escolha de fontes de informação	298
7.4	SÍNTESE DAS PERCEPÇÕES DOS JORNALISTAS DA <i>GAZETA DO POVO</i>	300
8	FONTES DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS MCs	302
8.1	PERFIL DA AMOSTRA.....	303
8.2	PARTE 1 - PERCEPÇÕES DE RISCO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO	305
8.2.1	Mudanças Climáticas: causas, consequências e crenças	305
8.2.2	Riscos: gravidade, exposição, familiaridade	313
8.2.3	Governança: responsabilidade e modos de agir.....	319
8.2.4	Jornalismo: papel, influência e modos de fazer.....	324
8.3	PARTE 2 – PERCEPÇÃO SOBRE COMO O TEMA DAS MCs É DIVULGADO NA IMPRENSA	329
8.3.1	Acessibilidade.....	329
8.3.2	Relacionamento com jornalistas	330
8.3.3	Avaliação da cobertura enquanto especialista	331
8.3.4	Papel da fonte de informação	332

8.4	SÍNTESE DAS PERCEPÇÕES DAS FONTES DE INFORMAÇÃO MAPEADAS NA <i>GAZETA DO POVO</i>	333
9	AS IMPRESSÕES DOS LEITORES DA <i>GAZETA DO POVO</i> SOBRE O TEMA E O PAPEL SOCIAL DO JORNAL	336
9.1	PERFIL DA AMOSTRA.....	337
9.2	PARTE 1 - PERCEPÇÕES DE RISCO DOS LEITORES	339
9.2.1	Mudanças Climáticas: causas, consequências e crenças	339
9.2.2	Riscos: gravidade, exposição, familiaridade	351
9.2.3	Governança: responsabilidade e modos de agir.....	362
9.2.4	Jornalismo: papel, influência e modos de fazer.....	370
9.3	PARTE 2 - PERCEPÇÕES SOBRE A RECEPÇÃO DA INFORMAÇÃO E PRÁTICA	376
9.3.1	Comparação entre <i>Gazeta</i> e outros jornais	376
9.3.2	Informação para quê?	377
9.3.3	Enfrentamento do setor.....	378
9.3.4	Visibilidade de boas práticas	382
9.4	SÍNTESE SOBRE AS PERCEPÇÕES DOS LEITORES DA <i>GAZETA DO POVO</i>	383
10	CONEXÃO ENTRE AS ETAPAS DA ANÁLISE: INFERÊNCIAS SOBRE A TRIANGULAÇÃO DO PROCESSO JORNALÍSTICO DA COBERTURA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS	386
10.1	MUDANÇAS CLIMÁTICAS: O QUE APARECE NO JORNAL E AQUILO QUE É PERCEBIDO PELOS ATORES SOCIAIS.....	387
10.2	JORNALISMO LOCAL E COMUNICAÇÃO DE RISCOS: ASSOCIAÇÕES POSSÍVEIS	391
10.3	COMO A GOVERNANÇA APARECE NESTE CIRCUITO.....	394
10.4	PERCEPÇÃO DE RISCOS ENTRE OS SUJEITOS DA PESQUISA	399
10.5	RELAÇÕES VISÍVEIS E POSSÍVEIS NESTE CIRCUITO	403
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	409
	REFERÊNCIAS	424
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO	444
	APÊNDICE B - ROTEIRO PARA JORNALISTAS	449
	APÊNDICE C - ROTEIRO PARA FONTES DE INFORMAÇÃO	451
	APÊNDICE D - ROTEIRO PARA LEITORES	453

APÊNDICE E - ORGANIZAÇÃO DAS CATEGORIAS TEMÁTICAS ACIONADAS NAS ANÁLISES COM ATORES SOCIAIS.....	454
---	------------

PREÂMBULO

A tese de doutorado é fruto de uma trajetória singular e de muito esforço individual. Porém, ao mesmo tempo, é reflexo de inúmeras partilhas, em especial quando se está inserido em um programa de pós-graduação interdisciplinar com a proposta de uma pesquisa coletiva. Sendo assim, acredito ser válido relatar brevemente algumas das origens e interseções que permitiram que meu trabalho fosse este e não outro, revelando minha tentativa de ampliar o olhar sobre aquilo que conhecia – os estudos de jornalismo – e tecer conexões para além do meu conhecimento disciplinar.

A opção pelo Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMade) se deu pela curiosidade e vontade de compreender os fenômenos ambientais sob ópticas diferentes. Meu percurso acadêmico e até, em parte, profissional estavam ligados ao binômio jornalismo e meio ambiente, e a possibilidade de aprender mais sobre o campo Ambiental¹, com professores e colegas de áreas diversas, me encantou. Com a aprovação, pedi demissão do meu emprego em uma redação de Porto Alegre, fiz uma mudança para uma cidade nova e ainda mais distante da minha família, e precisei aprender a conviver com a saudade em período integral. Tudo isso porque eu acreditava (e mais ainda agora) que a vivência interdisciplinar é uma oportunidade ímpar para perceber o mundo de outra(s) maneira(s).

O PPGMade tem uma proposta sem igual na região Sul do Brasil. Desde 1994 forma pesquisadores para atuar na interface entre as ciências da sociedade e da natureza, a partir do desenvolvimento de processos integrados de ensino e pesquisa. A formação proporcionada busca ir além da mera justaposição de saberes disciplinares em razão da própria complexidade do campo ambiental, atravessada pelas relações (geralmente conflituosas) entre sociedade e natureza. Logo, múltiplos olhares são convocados a pensar e atuar neste espaço de natureza híbrida.

Por seu caráter não disciplinar e inovador, que pretende transpor as barreiras conceituais e metodológicas que se colocam entre os diferentes conhecimentos para uma mais adequada abordagem aos complexos problemas ambientais, o PPGMade apresenta uma estrutura de formação atípica no Brasil. Os doutorandos, de quaisquer áreas disciplinares, ingressam sem um projeto de pesquisa coletivo, pois a intenção é que após uma série de módulos que tratem dos aspectos naturais e sociais do meio ambiente, eles possam, a partir de sua formação e

¹ Compreende-se neste trabalho o campo Ambiental como aquele que abrange as relações entre sociedade e natureza, ou seja, a discussão social é vista como inerente a toda e qualquer temática ambiental. Por acreditar que a visão dicotomizadora entre homem e ambiente deve ser desconstruída, não se adota a diferenciação conceitual entre ambiental e socioambiental. O adjetivo ambiental aqui é empregado sempre para trazer à tona a complexidade das conexões e associações existentes entre o meio ambiente natural e aquele que foi construído e modificado.

interesses, construir um projeto de pesquisa que abranja as diferentes pesquisas individuais, que irão originar as teses. Desta forma, os primeiros 18 meses do curso são dedicados aos módulos (ensino voltado para aprofundamento e nivelamento de conhecimento entre os alunos sobre diferentes temas que abarcam o escopo do PPGMade) e às tentativas de aproximação dos interesses de pesquisa dos doutorandos. Só a partir de então cada aluno poderá começar seu trabalho individual de investigação.

Esta concepção de formação, calcada na interface de diferentes saberes, é muito enriquecedora, porém requer desprendimentos, abertura para entender a visão do outro, diálogo, paciência e até mesmo tempo. A interdisciplinaridade não tem receita pronta para ensinar ou aprender (RAYNAUT, 2011) e não acontece se todos os envolvidos não se mostrarem dispostos. Como bem lembram Almeida Jr. et al. (2011, p.313), "[...] o diálogo entre representantes de culturas acadêmicas diferentes não é simples, envolvendo um posicionamento aberto e respeitoso – uma busca para entender e não simplesmente refutar o que o outro está tentando mostrar".

A construção da interdisciplinaridade se faz necessária, especialmente hoje, para combater a série de problemas híbridos, que extravasam contradições e ambiguidades. Raynaut (2011) aponta que as soluções para este panorama tão complexo não conseguem provir e/ou se desenvolver apenas por meio de uma perspectiva científica, sugerindo que saídas deverão emergir do relacionamento entre elas.

Apesar das boas intenções de se envolver em tal desafio, a Turma X, da qual faço parte, revelou-se dividida entre interesses individuais e coletivos, foi pressionada pelo tempo estipulado pelas instâncias que avaliam os programas de pós-graduação e por quem custeia as bolsas de estudos para os doutorandos, além de presenciar uma fase delicada do próprio programa, resultado da transição na coordenação e na renovação do corpo docente. Tais fatores contribuíram para que a proposta coletiva da turma se restringisse à demarcação de um tema comum – a governança – nas teses dos seis doutorandos. Dessa forma, o programa coletivo de pesquisa se transformou em um tema transversal às investigações, a ser usado de forma bastante livre pelos doutorandos.

Em relação à tese, acredita-se ser relevante expor as muitas dúvidas, aprofundamentos e reelaborações que se fizeram necessárias para dar conta de uma pesquisa que busca conjugar métodos e teorias de cariz diferentes, oriundas de campos de saber com nomenclaturas e pressupostos com significados próprios. Embora não possam ser simplesmente tomados como sinônimos, entende-se que algumas escolhas precisam ser tomadas a fim de contribuir para o esclarecimento de como se deu o desenvolvimento desta pesquisa. Ao menos dois destes impasses se fazem constantemente visíveis na pesquisa: a) aquilo que se está tentando interpretar a

partir das falas de jornalistas, fontes de informação e leitores são discursos, representações sociais ou percepções? b) a denominação das pessoas que participaram da pesquisa – são sujeitos, atores sociais ou indivíduos?

As respostas das questões acima são facilmente respondidas quando se segue uma única trajetória teórica, mas, neste caso, em que a proposta é justamente integrar diferentes olhares sobre uma mesma problemática, opções precisam ser feitas – ou, ao menos, justificadas. Ao se misturar a análise de textos com a observação participante, realização de entrevistas e a aplicação de questionários de percepção de risco, além de se abraçar métodos qualitativos e quantitativos, buscando sua combinação, mesclam-se referenciais teóricos que nem sempre costumam dialogar. Nesta tese, tenta-se trazer os contributos da análise de percepção de risco para o campo da Comunicação, mesmo sabendo das possíveis falhas que este encontro pode deixar (as demais relações estabelecidas aqui já são conhecidas nos estudos de Jornalismo – estudos do discurso, da etnografia, da recepção). Mas, por que este referencial teórico-metodológico e não outro?

Primeiro, é preciso lembrar que a intenção desta análise é compreender como os diferentes sujeitos envolvidos no circuito da notícia percebem as mudanças do clima e seus riscos. É reconhecido que para cumprir tal objetivo outros caminhos poderiam ser tomados, como o da Análise do Discurso, que permitiria ver as construções de sentido que estão presentes nas suas falas, ou o das Representações Sociais, que, também a partir da abordagem predominantemente qualitativa, busca saber como os sujeitos apreendem e interpretam o seu cotidiano, entendendo esse processo de construção como coletivo, multifacetado e constituinte de elementos simbólicos, para citar alguns exemplos.

A opção pela abordagem da Percepção de Risco com ênfase no aspecto social se deu tanto pela proximidade evidente dos estudos dos riscos climáticos, quanto pela vontade de conhecer e entender o olhar da Psicologia Social sobre esta relação. Como uma das questões centrais da pesquisa é o engajamento dos sujeitos para o enfrentamento das consequências das mudanças climáticas (aqui exposto pelo viés da governança "de baixo para cima"), tornou-se instigante conhecer um pouco mais sobre os seus processos de percepção.

Ainda que a Percepção de Risco tenha a mesma origem psicossocial (voltada para a relação dos fenômenos psíquicos e sociais ou, de outro modo, da relação entre o sujeito e a sociedade) da Teoria das Representações Sociais, ressalta-se que os contextos de seu desenvolvimento são bastante diferentes. Farr (2011), ao tratar da história da Teoria das Representações Sociais, relata que ela surgiu na Europa em 1961, com a publicação da obra de Serge Moscovici intitulada *La Psychanalyse: Son image et son public*, representando uma

forma sociológica na Psicologia Social (que embora devesse representar o cruzamento dos estudos psicológicos com os sociológicos, até então estava muito focada no indivíduo). Já os estudos de Percepção de Risco, como discutidos aqui, começam a se desenvolver nos anos 1990, nos Estados Unidos, a partir de um recorte específico: o interesse dos psicólogos em saber como as pessoas percebem o risco (JOFFE, 2003). É também por ser uma abordagem que emerge especificamente do contexto dos riscos que privilegiou-se seu uso nas análises desta pesquisa.

É curioso notar que Farr (2011) sublinha os contextos sociais, políticos e científicos que permitiram um maior desenvolvimento da Teoria das Representações Sociais na Europa do que na América do Norte, onde a Psicologia Social se desenvolveu como uma subdisciplina da Psicologia e tende a privilegiar os aspectos psicológicos em detrimento dos sociológicos. Joffe (2003) corrobora com esta perspectiva ao dizer que mesmo existindo interesse nos estudos de Percepção de Risco desde os anos 1950, somente quatro décadas depois questões afetivas começam a ser levadas em conta, pois a questão social era deixada de lado. Entretanto, atualmente, há dentro dos estudos de Percepção de Risco abordagens que dão maior ou menor destaque para as questões sociais (LIMA, 1998), sendo que aqui o foco está associado ao contexto social em que o risco e sua percepção são construídos. Desse modo, considerando o intuito desta investigação em observar mais de perto os sujeitos – e aquilo que está entrelaçado com suas motivações para ações –, assim como a conjuntura da sociedade de risco, decidiu-se ousar e tentar trilhar um percurso ainda pouco conhecido na área de formação da pesquisadora.

Em relação à segunda questão, a Psicologia tende a ver as pessoas como indivíduos e/ou sujeitos, mesmo que considere seu contexto; para esta disciplina são os fatores subjetivos que recebem enfoque. Já a Sociologia define a pessoa como agente, ator, sujeito e autor, de acordo com uma forma identitária típica que compõe a identidade social de cada ser, estando vinculado a paradigmas sociológicos específicos (DUBAR, 2004). Jodelet (2009), ao falar sobre a categoria "sujeito" nas Ciências Sociais, relata que a oposição entre indivíduo e sociedade, formulada a partir da relação entre ator ou agente e sistema social ou estrutura, evoluiu de forma a aproximar as noções de ator, agente e sujeito. O termo "ator" remete à atribuição de um papel, de estatuto e depende de processos de socialização. Já o termo "agente" está atrelado ao potencial de escolher, à autonomia, e os "sujeitos", contemporaneamente, podem ser vistos como "pensantes e que agem" (JODELET, 2009, p.691). França (2006) ratifica: "um sujeito se constitui no âmbito de uma ação". Ora, aqui fica claro que ao tratarmos dos entrevistados leva-se em conta seu papel social (no circuito da notícia), sua autonomia diante do processo e também seu poder de reflexão e ação, ou seja, corrobora-se as três definições/

nomenclaturas. Percebe-se que cada categoria carrega consigo uma ênfase diferente, mas que, a nosso ver, são complementares. Dubar (2004, p.66) confirma esta perspectiva:

Todas estas denominações de indivíduos me parecem, em resumo, legítimas, do momento em que admitamos que os indivíduos com os quais os sociólogos trabalham (nas sociedades "modernas") são seres plurais e pluralistas, fazendo usos muito variados da linguagem, e mantendo relações subjetivas diversificadas com o mundo, com os outros e com eles mesmos.

No campo da Comunicação, os usos também se pulverizam. França (2006) pontua que nas teorias da linguagem ou da semiótica, a ação do sujeito está relacionada com o produto discursivo e com a produção e/ou interpretação de sentidos. Logo, o sujeito produtor de discursos pode ser chamado de emissor, narrador, enunciador, locutor. É um sujeito com intencionalidades, portanto, agente, e que, ao ser contextualizado em dada situação social, pode ser visto como ator social também. Ao se deslocar para o polo da recepção, a ação do sujeito permanece interligada com o produto discursivo e a dinâmica de sua produção, já que sua interpretação é também produção de sentidos. Neste caso o sujeito receptor é denominado de leitor, público, audiência, enunciatário.

Dessa forma, adota-se no texto da tese a ideia de sujeito para denominar os entrevistados da pesquisa, embasada na explicação de França (2006). Contudo, a fim de realçar dadas posições e/ou aspectos, poderá se fazer uso das expressões indivíduo (sublinhando seus fatores subjetivos) e ator (destacando seu papel social). Afinal, como tratar do circuito da notícia sem levar em conta os papéis particulares que cada grupo de sujeitos desempenha neste microcontexto?

De forma ampla, é preciso registrar que são inegáveis os contributos que o dia a dia no PPGMade e as próprias dificuldades de se fazer entender em uma discussão coletiva geraram em minha formação acadêmica e meu crescimento pessoal. Sou ciente de que determinadas questões apresentadas neste trabalho só aqui estão porque fui questionada a ter ou induzida a refletir sob outras perspectivas. Ainda que o trabalho que apresento agora seja mais atrelado às Ciências Sociais, até porque sou jornalista e mestre em Comunicação, é preciso dizer que as ciências naturais foram fundamentais para que houvesse a desconstrução do que sabia (ou pensava que) e, posteriormente, uma nova construção de saberes que já permitia realizar novas pontes entre os campos de conhecimento. A experiência e o aprendizado de viver o desconhecido, processos que foram, por vezes, difíceis e doloridos, valeram todo o esforço.

Também não posso deixar de assinalar aqui a oportunidade ímpar de realizar um estágio doutoral na Universidade do Minho, em Portugal, com o financiamento da Capes. O acesso a

bibliografias não facilmente encontradas nas universidades públicas brasileiras, assim como a possibilidade de experimentar outras rotinas de investigação e conviver com pesquisadores imersos em uma realidade diferente permitiram trazer novos olhares para a pesquisa já em curso. Os seis meses de estudo em Braga ampliaram não apenas minha perspectiva enquanto pesquisadora, mas proporcionaram uma imersão cultural e social até então desconhecida e de um valor inestimável.

INTRODUÇÃO

O facto de o aquecimento do planeta resultar da "inocência económica do consumo diário" torna duplamente impensável a catástrofe que nos ameaça: por um lado, porque é excessivamente grande para que possamos imaginá-la e, por outro, pela dificuldade de compreender sua relação com a vida diária normal.
(D'ANDREA, 2013, p.161).

Nas duas últimas décadas, a temática das mudanças climáticas² (doravante MCs) tem ganhado espaço na esfera pública, seja por seus embates políticos e econômicos, seja pelas suas incertezas, intrínsecas ao campo científico, mas que ganham visibilidade devido à ação de negacionistas/céticos.³ As mídias em geral têm visibilizado as inúmeras questões decorrentes desta temática e, neste contexto, o jornalismo, como arena central de informação, análise e debate, possui relevante papel no esclarecimento da população, especialmente quando se fala de assuntos complexos que ficam restritos a pequenos grupos de especialistas. Entende-se o jornalismo nesta tese, em primeiro plano, como processo sociocultural amplo que, portanto, envolve diferentes tipos de atores em seu circuito de produção, texto e recepção.⁴

Assume-se para o desenvolvimento deste trabalho o pressuposto de que as notícias legitimadas e divulgadas pelo jornalismo, instituição social com preponderante alcance na sociedade contemporânea, interferem na forma pela qual as pessoas percebem os riscos climáticos e, conseqüentemente, a maneira com que o tema as sensibiliza e as motiva para seu enfrentamento, mesmo levando-se em conta que os efeitos da mídia não são automáticos, direcionados e nem simplesmente incorporados. Diante disso, o problema que move esta investigação é: como

² A expressão "mudanças climáticas" tem equivalência nesta tese a "alterações climáticas", utilizado em Portugal, e a outras formas semelhantes, como "mudança do clima" e "alteração do clima". Emprega-se aqui a definição difundida pelo IPCC (2007): "Variação estatisticamente significativa em um parâmetro climático médio ou sua variabilidade, persistindo por um período extenso (tipicamente décadas ou mais). A mudança climática pode ser devida a processos naturais ou forças externas ou mudanças persistentes causadas pela ação do homem na composição da atmosfera ou uso da terra".

³ Não é incomum verificar o uso dos termos ceticismo e negacionismo como sinônimos fora do âmbito científico. Esta não é uma discussão que faz parte dos propósitos dos trabalhos, mas cabe esclarecer que as palavras remetem a questões diferentes: enquanto o ceticismo faz parte da cultura científica e promove a investigação, o negacionismo tende a refutar ideias sem considerações objetivas. Assim, negacionistas não são céticos.

⁴ A explicitação do circuito da notícia está localizada na seção 1.2. Esclarece-se ainda que há variações nas formas de dizer as etapas do circuito da notícia, especialmente no que tange o espaço interpretativo existente entre a produção e a recepção. Adota-se na tese a ideia de texto por compreendê-lo como um lugar que vai além de um produto, geralmente associado a um resultado ou fim de processo. Assume-se que o texto só faz sentido ao ser interpretado, constituindo-se sempre em uma incompletude. Já o termo circulação, embora bastante utilizado, faz sentido aqui no todo do circuito e não apenas em uma de suas partes. Logo, a etapa condizente com análise das notícias é esquematicamente denominada aqui de texto, mesmo que produto, circulação, mensagem ou outros conceitos possam ser encontrados como sinônimos na literatura.

melhorar a comunicação de risco e promover o envolvimento⁵ da sociedade com a governança climática, e de que forma o jornalismo local se faz presente neste processo? A partir desta questão geral, indaga-se ainda: qual relação entre as percepções de riscos climáticos dos diferentes atores do circuito da notícia e de que modo essa relação poderia colaborar para o enfrentamento das mudanças climáticas?

Assim, o objetivo geral da pesquisa é averiguar quais as percepções dos atores envolvidos na produção das notícias sobre MCs (e seus riscos) e como os discursos elaborados por eles são interpretados pelos leitores, buscando captar os pontos de intersecção entre percepção, comunicação e governança dos riscos. Com outras palavras, procura-se compreender que tipo de relação existe entre os discursos das mudanças climáticas e seus riscos difundidos pelo jornal de maior circulação em Curitiba, capital do Paraná, e as percepções de risco verificadas nos atores sociais envolvidos em sua produção e recepção, de modo a contribuir com uma melhor comunicação de risco e, conseqüentemente, fomentar ações que motivem o exercício da governança climática no âmbito local.

De forma específica, quatro objetivos se colocam: 1) identificar e relacionar quais são as percepções de risco atreladas às mudanças climáticas dos diferentes atores (jornalistas, fontes de informação e leitores) que participam do circuito da notícia; 2) averiguar como os jornalistas constroem as notícias sobre MCs e analisar seus enquadramentos⁶; 3) investigar de que maneira os atores sociais envolvidos enxergam o papel da imprensa e da governança climática, e como associam tais questões ao seu dia a dia; e 4) verificar se as percepções de diferentes atores sociais envolvidos no circuito da notícia podem contribuir para a comunicação e governança de riscos climáticos.

A proposta efetiva-se no âmbito do doutorado interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (PPGMade/UFPR) por uma pesquisadora formada e motivada pelos estudos de jornalismo ambiental. Em razão do escopo do próprio programa na qual a pesquisadora se insere, privilegia-se a discussão das mudanças do clima sob a óptica das questões socioambientais, como sua percepção e enfrentamento, levando-se em conta as imbricações entre sociedade e natureza. Desta forma, o Jornalismo torna-se constituidor

⁵ Esclarece-se que neste trabalho não se faz distinção entre os conceitos de participação, envolvimento, mobilização e engajamento dos cidadãos quando se trata de um posicionamento crítico e pró-ativo do sujeito em relação às conseqüências das MCs. Devido à articulação de diferentes disciplinas e de um objetivo mais amplo, consideram-se tais expressões dentro de uma mesma perspectiva na qual o sujeito sente-se motivado para pensar e agir sobre a questão climática.

⁶ Este conceito tem sido bastante usado nos estudos de jornalismo para analisar como certas informações são selecionadas, destacadas ou omitidas (SOARES, 2009). Uma explicação mais aprofundada de sua origem e aplicação pode ser encontrada na seção 5.5.4, onde se expõe como as notícias do jornal selecionado foram observadas à luz da teoria.

de interfaces para a investigação de uma problemática complexa e totalmente associada às grandes mudanças globais que representam, em parte, o "desafio ambiental" (PORTO-GONÇALVES, 2006) que está hoje posto.

Com isso, ainda que o objeto empírico escolhido seja o processo de construção e recepção das notícias sobre mudanças climáticas, evidenciando a preferência pelo não afastamento dos estudos de Jornalismo, combinam-se nesta pesquisa questões atreladas à Psicologia Social (por intermédio da investigação sobre percepção de riscos) e a temas híbridos do campo ambiental, como a própria compreensão de mudanças climáticas, seus riscos e governança na área. Assim, o trabalho extrapola a pesquisa disciplinar ao não delimitar o foco nas estratégias e rotinas do jornalismo, mas entendê-lo como mais um espaço onde há resignificação e ampla disseminação de sentidos sobre os riscos climáticos. A pesquisa se desenvolve a partir do interesse em compreender os entrelaçamentos que ocorrem em razão da circulação de sentidos sobre riscos climáticos na sociedade, por meio da percepção e comunicação de riscos, assim como da governança climática.

Cabe salientar também que a proposição insere-se na linha de pesquisa *Urbanização, cidade e meio ambiente* não apenas pelo veículo de comunicação a ser analisado estar geograficamente localizado no urbano, mas, especialmente, por se compreender que os processos jornalísticos, em sua grande maioria, retratam os fatos da urbe justamente porque a maior parcela da população mundial e brasileira reside e vive neste espaço. Soma-se a isso o momento de pesquisa da linha, que está trabalhando no projeto *Repercussões locais das mudanças climáticas globais: Desafios e cenários de adaptação e mitigação em face de riscos e vulnerabilidades socioambientais na RMC - Região Metropolitana de Curitiba/PR*, financiado pelo MCTI/CNPq, no qual ao focar nas percepções de risco sobre as MCs derivadas do principal jornal de Curitiba, assim como averiguar quais são as percepções que os atores envolvidos no processo (da produção à recepção) possuem, contribui-se na identificação de ações de enfrentamento e mitigação aos desastres e perigos associados aos eventos climáticos extremos. Tais achados visam tanto à redução de riscos e vulnerabilidades socioambientais quanto ao desenvolvimento de medidas de adaptação e mitigação às MCs, o que corresponde a objetivos específicos do projeto em questão.

Também se ressalta que, a fim de tornar visível o esforço de aproximação de um tema coletivo da Turma X do PPGMade, esclarece-se que a questão da governança para enfrentamento das mudanças climáticas e/ou dos riscos climáticos tem destaque no estudo de recepção das notícias, buscando-se discutir os limites e possibilidades do jornalismo, como ator institucional de governança, para o enfrentamento deste fenômeno. Embora a conclusão de um documento

comum não tenha sido possível em 2014, dois meses de trabalho foram dedicados pela turma ao entendimento e problematização a respeito da governança ambiental. Logo, apesar de problemas logísticos impedirem o término da oficina de construção interdisciplinar, módulo obrigatório aos doutorandos do PPGMade, muitas questões procedentes deste processo se fazem presentes nesta tese.

Esta investigação, de caráter predominantemente qualitativo, centra-se na análise das percepções de riscos atrelados às mudanças climáticas dos diferentes atores sociais envolvidos no circuito da notícia do jornal *Gazeta do Povo*⁷ (as fontes jornalísticas consultadas, os elaboradores do discurso – jornalistas – e os receptores das notícias (leitores)) e sua relação com as ações de enfrentamento do problema na cidade de Curitiba, evidenciando a perspectiva local da governança climática. Dessa forma, o tema da pesquisa consiste nas percepções de diferentes sujeitos que estão inseridos no circuito da notícia de um jornal local a respeito das mudanças climáticas, seus riscos e formas de combatê-los, no contexto de Curitiba, que ainda é conhecida por alguns como "capital ecológica".⁸

A justificativa pela escolha dos eixos norteadores da pesquisa é dada em razão do *background* da pesquisadora (jornalismo), do tema comum da Turma X (governança), da aproximação com as pesquisas desenvolvidas no PPGMade, em especial aqueles da linha de pesquisa *Urbanização, cidade e meio ambiente*, (riscos e mudanças climáticas). O impulso dado por meio do programa de conhecer e aventurar-se por outras áreas motivou a imersão no estudos de percepção de risco, oriunda da Psicologia Social, que perpassa essas quatro grandes áreas. O esforço desta tese está em tecer relações entre os grandes temas, a fim de ir além da sobreposição de conhecimentos.

Já a opção pelo circuito da notícia ser estudado a partir do jornal *Gazeta do Povo* deu-se por três motivos. Primeiro, a imprensa escrita ainda é vista como o espaço do jornalismo diário que desfruta de mais tempo para sua produção e, portanto, pode melhor aprofundar os assuntos abordados, tendo em vista que os meios televisivos, radiofônicos e *online* tendem a

⁷ O endereço *online* do veículo, onde podem ser encontradas as edições impressas já publicadas é <http://www.gazetadopovo.com.br/>.

⁸ Curitiba, desde os anos 1970, tem sua imagem sendo construída e reconstruída tendo em vista a representação de uma cidade modelo, sendo promovida para investimentos e atividades relacionados com os objetivos de seus gestores. Segundo Sánchez (2010), a partir de estratégias de *city marketing*, fundamentadas a partir de intervenções espaciais e projetos ambientais, na década de 1990 foi construída a imagem-síntese de "capital ecológica", sobretudo em razão de obras no Jardim Botânico e na Universidade Livre do Meio Ambiente e de programas como *Lixo que não é Lixo* e *Câmbio Verde*. Tal imagem deu notoriedade à Curitiba devido ao trabalho de construção simbólica, amplamente difundido pela mídia, mantido ao longo de décadas para que a cidade continuasse a atrair atenção dos empresários.

trabalhar com a dinâmica do "ao vivo" ou da publicação em tempo real.⁹ Segundo, de acordo com a Associação Nacional de Jornais (ANJ), a *Gazeta do Povo* é o maior jornal de circulação paga do Estado do Paraná, estando na 24.^a posição dos maiores jornais brasileiros no *ranking* de 2012. No site do jornal consta que ele é publicado há 94 anos, revelando-se um produto de tradição, e que foi o primeiro jornal do Paraná e o segundo do Brasil a publicar seu conteúdo na *web*. E terceiro: sendo uma das questões da pesquisa verificar a relação entre o discurso jornalístico e as ações de enfrentamento a respeito das mudanças climáticas, a escala local se mostra uma alternativa mais concreta para que os leitores percebam e ajam em prol de uma questão.

Por fim, a preferência pela análise integral do circuito e não apenas por uma de suas etapas mostrou-se um desafio instigante para a autora, que avalia que o entendimento sobre a comunicação de riscos, para ser mais eficaz, precisa ser estudada para além da etapa de produção.¹⁰ Ainda que este olhar já tenha sido empreendido no Brasil, acredita-se que o direcionamento deste para a circularidade de um fenômeno global e local ao mesmo tempo, complexo e cercado de múltiplos entendimentos, pode oferecer pistas de como melhor enfrentar as consequências das mudanças climáticas.

Para dar conta do que foi exposto, várias etapas metodológicas precisaram ser adotadas,¹¹ com técnicas de coleta e análise diferentes, com a finalidade de triangular os resultados no final sob o marco referencial metodológico chamado por Thompson (1995) como "hermenêutica de profundidade". Esta proposta teórico-analítica, de caráter híbrido, busca enfatizar os processos do circuito da notícia, à semelhança dos trabalhos realizados por Strelow (2007) e Santi (2009). Dessa forma, realiza-se um mapeamento das notícias a respeito das mudanças climáticas na *Gazeta do Povo* no ano de 2013 e outro acerca de quais são as fontes jornalísticas utilizadas para falar de riscos climáticos; examinam-se quais são as percepções de riscos que estes atores sociais (predominantemente cientistas e políticos) têm e acompanha-se o processo de construção das notícias, que abarca também a percepção sobre riscos dos próprios jornalistas.

⁹ Sabe-se que os meios online, televisivo e radiofônico não precisam trabalhar somente com notícias em tempo real, mas, na prática, verifica-se que é isso que acontece. Reportagens grandes, com mais explicações e contextualizações continuam a ocorrer com mais frequência nos impressos, apesar da gradativa emergência desse conteúdo para os canais *online*.

¹⁰ Os estudos que têm enfoque no produtos jornalísticos e nas suas formas de produção são majoritários no campo da comunicação.

¹¹ O detalhamento de cada etapa metodológica está explicitado no Capítulo 5. Adianta-se que, para cumprir com os objetivos citados, foi necessário realizar análise de enquadramento, mapeamento de fontes de informação, entrevistas em profundidade com jornalistas, fontes de informações e leitores, observação participante na redação da *Gazeta do Povo*, aplicação de questionários sobre percepção de riscos climáticos e análise individual e integrada do material coletado.

Em um segundo momento, investiga-se a recepção de tais notícias e a relação que elas possuem com a percepção de riscos climáticos de atores que leem as notícias e estão diretamente inseridos em contextos de governança, com familiaridade com a questão ambiental, além daqueles que são fontes jornalísticas delas. Foram feitas e transcritas 62 entrevistas em profundidade com fontes, jornalistas e leitores, além da análise dos questionários de percepção de riscos aplicados nesses mesmos atores.

Com a preocupação de dar conta de todas as etapas do circuito da notícia, delimitou-se temporalmente o acompanhamento dos jornalistas na produção de notícias sobre mudanças climáticas entre setembro e novembro de 2013, período que compreendeu a divulgação do 1.º Relatório do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC) e do 5.º Relatório do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), além da realização da 19.ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-19) – momentos nos quais a imprensa costuma dar mais ênfase à temática escolhida. As demais etapas de campo (compostas por realização de entrevistas e aplicação de questionários) foram executadas posteriormente em razão da realização do mapeamento de quem são as fontes jornalísticas consultadas, os jornalistas diretamente envolvidos e os leitores estrategicamente voltados para o gerenciamento dos riscos climáticos em Curitiba, tendo duração de nove meses.

Tal pesquisa, calcada na abordagem construcionista, volta-se para o entendimento das percepções de risco em um processo jornalístico específico: a construção e a recepção de notícias sobre mudanças climáticas no âmbito de Curitiba. Logo, caracteriza-se como um estudo que, a partir de seu detalhamento e aprofundamento, visa o delineamento de possíveis conexões entre o papel da imprensa local e o desenvolvimento de ações que possam dar conta dos efeitos das mudanças climáticas no próprio município. As análises dos materiais coletados são feitas, predominantemente, a partir de procedimentos qualitativos, apoiadas na Teoria do Enquadramento e na Análise de Conteúdo. Os dados dos questionários serão os únicos analisados de forma quantitativa. Por fim, a interpretação final dos diferentes momentos do circuito é feita a partir do tríptico enfoque construído por Thompson (1995), no qual a produção, a construção das mensagens e a recepção/apropriação delas são observadas de modo relacional, elucidando como os diferentes aspectos da comunicação estão atrelados com mais ou menos evidência.

A tese em questão desenvolve sua argumentação no decorrer de 11 capítulos, iniciando pela apresentação da perspectiva comunicacional, sobretudo jornalística, pela qual a autora investiga os riscos climáticos, sua percepção e formas de enfrentamento. Os próximos três capítulos discutem os núcleos teóricos que se cruzam no desenvolvimento da tese: riscos, percepção e governança. O 2 é dedicado ao entendimento das mudanças climáticas e de seus

riscos no contexto da sociedade contemporânea. Na seção seguinte discorre-se sobre os aportes da percepção de risco, já entrelaçados com o tema das mudanças climáticas e o papel do jornalismo. O Capítulo 4 trata da governança climática, ou seja, das alternativas possíveis para enfrentar os riscos oriundos das mudanças do clima.

A metodologia de coleta e análise dos dados é esmiuçada no Capítulo 5, por etapas. Daí em diante seguem seções com a apresentação e discussão de resultados, por momentos. O Capítulo 6 centra-se na análise das notícias sobre MCs publicadas pela *Gazeta do Povo*. No Capítulo 7 expõe-se o estudo com jornalistas a partir da análise das entrevistas e também da observação participante feita na redação do jornal. Já as fontes de informação são o foco no 8, enquanto os discursos e percepções dos leitores desta pesquisa são destrinchados no Capítulo 9.

A escolha por esta configuração se deu com a intenção de aprofundar cada aspecto investigado antes de trabalhar com o conjunto, de forma mais panorâmica. O esforço de tecer relações entre diferentes aspectos do circuito da notícia e os resultados da pesquisa aparecem no Capítulo 10, antes das considerações finais.

1 COMUNICAÇÃO E JORNALISMO: O PONTO DE PARTIDA

The relation between the media, public opinion and policy action is complex and dynamic, with successive circuits of production and circulation of messages¹² [...] (CARVALHO, 2009, p.492).

Ao levar-se em conta o contexto interdisciplinar de onde emerge esta pesquisa de caráter ambiental, faz-se necessário partirmos do princípio: pela compreensão do campo de conhecimento originário da pesquisadora, o da Comunicação, sobretudo o subcampo do Jornalismo. Apresenta-se, dessa maneira, uma síntese com alguns elementos epistemológicos deste campo a fim de situar o jornalismo e diferenciar conceitos da área utilizados, muitas vezes, de forma equivocada por pessoas formadas em outras áreas. O caráter não disciplinar da Comunicação pode explicar um pouco o porquê de tamanha confusão conceitual. Na primeira seção expõe-se também como o jornalismo é reconhecido teoricamente por esta autora em função dos objetivos da tese.

A seguir, discorre-se sobre o circuito da notícia, escolha teórica e metodológica que leva em consideração o processo da produção ao consumo da notícia. A elaboração/produção, circulação/texto e recepção/apropriação da notícia são expostas como partes dependentes de um único sistema, circunscrito a condições, rotinas e contextos peculiares. O estudo das notícias sobre mudanças climáticas e sua percepção pelos atores que integram este circuito, desenvolvido aqui, se desenrola sobre esta concepção.

Detém-se, então, de forma mais particular no jornalismo diário impresso, tratando da cultura profissional e das dinâmicas do seu fazer. Expor um pouco dos valores, constrangimentos e limitações da prática jornalística diária nos permite visualizar o que é possível esperar da *Gazeta do Povo*, objeto empírico escolhido para debater, materializar e interpretar as questões já citadas. Nesta parte busca-se delinear a disputa de forças dos diferentes contextos, que estão sobrepostos, inerentes ao mundo vivido dos jornalistas.

Em sequência, abordam-se alguns elementos da cobertura dos assuntos ambientais, diferenciando as notícias sobre meio ambiente daquelas que carregam em si o olhar do jornalismo ambiental. Esclarece-se que embora as MCs sejam um assunto ambiental, no sentido amplo deste último, o trabalho jornalístico preocupado com a sustentabilidade da vida requer a adesão de algumas premissas, geralmente ausentes nas páginas diárias dos jornais.

¹² Em tradução livre: "A relação entre mídia, opinião pública e ação política é complexa e dinâmica, com circuitos sucessivos de produção, circulação e recepção de mensagens [...]".

Para encerrar o capítulo, discorre-se sobre alguns dos estudos que estão sendo realizados ou estão em elaboração a partir do binômio jornalismo e mudanças climáticas, salientando as lacunas que ainda se fazem presentes. A intenção é elucidar aquilo que tem sido desenvolvido a partir desta interface e até mesmo justificar algumas escolhas feitas.

1.1 O CAMPO DA COMUNICAÇÃO E O SUBCAMPO DO JORNALISMO

Apesar das diversas concepções e teorias que compõem o campo¹³ da Comunicação – e que remetem a uma certa interdisciplinaridade¹⁴ –, os estudos desta área criam uma identidade ao tentar perceber os processos sociais através de um óptica particular: a comunicacional. Isso significa que a Comunicação busca capturar na atualidade, nos signos e nos episódios interacionais os fenômenos comunicacionais, que perpassam as atividades sociais e humanas (BRAGA, 2011).

Esta perspectiva, bastante ampla, faz com que o conceito e/ou entendimento de Comunicação possa ser também diversificado. Devido à complexidade dos estudos – que abarcam muito mais que especificamente o ato de comunicar, mas também algo diferente do objetivo ou do resultado desta comunicação – e o interesse de diferentes pesquisadores – que a partir de suas experiências e metodologias firmaram seus próprios estatutos e definições de Comunicação, no qual abordagens e perspectivas, até contraditórias, foram conformando sua epistemologia – a ideia de Comunicação ainda permanece múltipla e com muitas incompletudes (TEMER, 2010). Tal conjuntura reflete a fragmentação teórica do campo e evidencia o paradoxo que está inerente a ele. Supõe-se que para constituir uma epistemologia própria da Comunicação suas interfaces interdisciplinares precisariam ser dissolvidas, marcando uma territorialidade disciplinar definida; por outro lado, a Comunicação constitui objeto de estudo de vários outros campos de conhecimento, da mesma maneira que deles se apropria para realizar suas pesquisas, em razão de sua natureza transversal. Assim, a área apresenta um embate entre o disciplinar e o interdisciplinar. Ferrara (2010, p.9) evidencia esta questão:

¹³ Adere-se ao conceito de Bourdieu (1997) que define campo como espaço sociocultural dotado de relativa autonomia e regido por normatizações próprias. O campo abriga relações entre grupos com distintos posicionamentos sociais e é espaço de disputa e jogo de poder, englobando todos os mecanismos de funcionamento e as formas de regulamentação de cada área.

¹⁴ Loose e Souza-Lima (2013, p.62), baseados em Leis (2005), compreendem a interdisciplinaridade como "um ponto de cruzamento entre atividades com lógicas diferentes, que oferece um caminho dialógico entre as disciplinas - num sistema de confrontação, que gera análises, sínteses e, muitas vezes rupturas, necessárias para criação de novas relações disciplinares ou mesmo interdisciplinares".

A possível convergência entre disciplina autônoma ou campo científico interdisciplinar sugere um conflito entre a epistemologia da Comunicação e seu método investigativo, e faz ecoar a dimensão do confronto entre os métodos da Comunicação como disciplina autônoma ou sua interface interdisciplinar que a submeteria a métodos gerados em outras áreas científicas.

A interdisciplinaridade na Comunicação, entretanto, não é algo simples. Seu surgimento provém do encontro e diálogo com as disciplinas, especialmente das Ciências Sociais e Humanas, mas há tentativas de "fechamento" disciplinar. Além disso, Braga (2010, p.22) aponta duas especificidades do campo em relação à interdisciplinaridade: 1.^a) ao contrário de outras disciplinas, já consolidadas, que participam desse movimento de trocas – "sem perder sua identidade nem seu reconhecimento acadêmico e teórico" – e levam suas contribuições próprias "para a obtenção dos conhecimentos compartilhados", a Comunicação, em vez de trazer suas contribuições, é ela mesma tomada como âmbito compartilhado de outras disciplinas, sendo, neste caso, a interdisciplinaridade apassivante; e 2.^a) ao invés de a interdisciplinaridade nos estudos de Comunicação trazer uma articulação e enfrentamento de tensões entre perspectivas diferentes, presencia, de forma geral, apenas um reconhecimento de diferentes disciplinas interessadas no objeto (cada uma a seu modo). Para este autor, a caracterização como interdisciplinar deixa de ser válida para os avanços de sua constituição, servindo mais para justificar a dispersão do campo.

Porém, esta não é uma questão consensual. Há teóricos que percebem a Comunicação como ciência ou disciplina, apesar da ausência de autonomia enquanto campo de conhecimento; outros acreditam que, por não ter princípios explicativos próprios, não deve ser assim considerada; e há os que a defendem como campo interdisciplinar. De igual forma, o entendimento do que é Comunicação não é único: há uma gama de definições, alinhadas a diferentes perspectivas. Atentando para o olhar de áreas de conhecimento diferentes, Temer (2010, p.121) exemplifica:

[...] antropológicamente, a Comunicação (ou a necessidade de se comunicar) é o reconhecimento de que o indivíduo humano não consegue sobreviver sozinho no ambiente hostil. Em termos psicológicos, a Comunicação representa uma forma de o indivíduo perceber o outro e se expor para ele. Em termos sociais, a Comunicação é o elemento que permite a normatização da cultura.

De outro modo, Wolton (2004) vê a Comunicação em sua dupla constituição, com uma dimensão funcional (instrumental, ligada ao trabalho de difusão e transmissão) e outra normativa (no sentido de partilha, comunhão e pleno diálogo), parecendo dar conta de duas facetas diferentes, mas complementares, deste fenômeno complexo e onipresente nas sociedades contemporâneas.

Diferenças à parte, a Comunicação é o ponto de contato entre o eu e o outro, é o fenômeno que estabelece a relação (seja ela interpessoal ou mediada).

Soma-se a isso que a definição de Comunicação traz à tona também sua diferenciação com o conceito de Informação, que não implica o processo de relação com o outro. Wolton (2011) relaciona a mensagem à Informação e a relação à Comunicação, sublinhando que esta última depende do outro para existir por ter natureza processual.

A questão da comunicação é o outro. Uma diferença quase ontológica com a informação. Claro que não há mensagem sem destinatário, mas ainda assim a informação existe em si. O mesmo não acontece com a comunicação. Ela só tem sentido através da existência do outro e do reconhecimento mútuo. O destinatário existe desde sempre, mas a ruptura democrática consiste em reconhecer a liberdade e a igualdade dos protagonistas, ou seja, a igualdade do receptor, que pode aceitar, recusar ou negociar a informação. (WOLTON, 2011, p.59).

Com outras palavras, Temer (2010, p.122) apresenta a distinção historicamente utilizada nos estudos de Comunicação, no qual a informação "é o envio de mensagens sem a obrigatoriedade de retorno", ou seja, não implica um processo bilateral. A informação é tida como matéria-prima da Comunicação, mas independe dela para existir. Alsina (2009), baseado em Hernández Sacristán (1999), recorda a posição ou papel da recepção, já que a comunicação não se resume à transmissão de uma mensagem ao outro e sim estimula a capacidade interpretativa deste último.

A comunicação, como um fenômeno dialógico, depende tanto do receptor quanto do produtor. E precisa levar em conta o dito e o não dito, o contexto em que se diz e quem o diz. É sob este prisma que compreende-se a comunicação, de forma ampla, e o fazer jornalístico, de forma específica.

Considerando-se que a Comunicação "foi há um mesmo tempo elemento definidor da condição humana e o resultante deste desenvolvimento" (TEMER, 2010, p.116), fica claro que sua participação na vida humana não foi proporcional aos estudos na área. Ainda que ela esteja presente desde os primórdios da humanidade, o olhar sobre a Comunicação como objeto de estudo demorou a se desenvolver,¹⁵ tornando-se preocupação teórica apenas no início do século XX, em razão do surgimento de questionamentos diante do cenário de proliferação de equipamentos e fenômenos de produção e consumo de mensagens de massa. De acordo com Wolton (2004), os primeiros estudos acadêmicos possuem uma abordagem empírico-crítica,

¹⁵ Temer (2010) relata que, em termos históricos, os primeiros trabalhos sobre Comunicação que se desenvolveram no Oriente aconteceram na Grécia, com Aristóteles e seus estudos sobre retórica. Depois disso, há um desinteresse pela área que só será observada novamente após o impacto resultado da criação da prensa de Gutenberg, por volta de 1450.

instrumental e quantitativa, tendo como principal objeto os meios de comunicação¹⁶ social inseridos numa sociedade e cultura de massa. Somente na década de 1960, junto com as mudanças na própria sociedade, o foco dos trabalhos deixa de ser a comunicação como um instrumento e ganha espaço a concepção da Comunicação como um processo de interação/ mediação entre pessoas e grupos nas mais diversas instâncias.

Com as rápidas mudanças da informatização e da aceleração dos fluxos, o campo da Comunicação expande-se e recebe mais visibilidade na sociedade moderna, ampliando também seu escopo de atuação como campo de conhecimento. Lopes (2000-2001, p.51) verifica um momento de convergência dos conhecimentos especializados sobre a Comunicação, "entendido mais como movimento de intersecção que não é, em hipótese alguma, uma amálgama ou síntese de saberes", e sim "produto das relações entre o objeto de estudo, a especificidade das contribuições analíticas e a particularidade da evolução histórica entre ambos".

Por fim, faz-se importante dizer que o campo da Comunicação abriga um rol de disciplinas ou atividades profissionais com essências específicas (o Jornalismo, a Publicidade, as Relações Públicas, etc.), que podem ser notadas como "ângulo de entrada" (BRAGA, 2011), o que significa assumir uma perspectiva preferencial para estudar determinado objeto da Comunicação sem desconsiderar os demais, ou mesmo como um de seus subcampos, tendo em vista que compartilha vários aspectos da natureza comunicacional, porém possui lógicas próprias de pensamento e funcionamento. Nesta pesquisa, adota-se a noção de subcampo, mesmo sabendo que esta não é uma postura consensual, para se referir ao Jornalismo, tendo em vista seu conjunto de teorias próprias que, de modo algum, o especifica dentro do campo da Comunicação.

O Jornalismo foi a disciplina precursora das Ciências da Comunicação, tendo já em 1690 uma tese de doutorado defendida por Tobias Peucer na Universidade de Leipzig, na Alemanha, com o título *Os relatos noticiosos*. Em 1805, o primeiro curso sobre a teoria do jornalismo foi fundado na Universidade de Breslau, também na Alemanha. Os estudos avançaram para os Estados Unidos e demais países da Europa e, em 1947, foi fundada a primeira escola de jornalismo no Brasil, mantida mediante convênio entre o jornal *A Gazeta* da Fundação Cásper Líbero e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (MARQUES DE MELO, 2010). Entretanto, mesmo com estudos bastante antigos, o Jornalismo, assim

¹⁶ Esclarece-se que os meios de comunicação social (também chamados de mídias) são compreendidos aqui como suportes organizacionais que trabalham com o fenômeno social da Comunicação em diferentes lógicas (econômica, tecnológica e simbólica). Tais suportes lidam com todo e qualquer tipo de informação, diferenciando-se dos veículos jornalísticos, que possuem critérios específicos de seleção das informações.

como a Comunicação, ainda passa por uma fase de consolidação e reconhecimento de suas particularidades perante outros campos historicamente estabelecidos.

Para tentar apresentar o subcampo do Jornalismo, é preciso escolher algumas abordagens pelas quais os estudiosos compreendem o pensar e o fazer jornalístico. A partir da teoria mais antiga do jornalismo, a teoria do espelho, o jornalismo pode ser visto como um reflexo da realidade; se pensarmos nos estudos estruturalistas, ele passa a ser um produto social fruto das estruturas que cercam o processo; já a abordagem construcionista permite observar o jornalismo como um dispositivo de construção social da realidade, no qual a produção de notícias resulta em efeitos de realidade. Estes são apenas alguns exemplos de como o objeto pode ser tomado.

Para dar conta dos objetivos desta pesquisa, o Jornalismo será compreendido essencialmente como:

- 1) Um subcampo que está em relação permanente com o campo do qual faz parte (a Comunicação) e outros campos do conhecimento (político, científico, ambiental, etc.).
- 2) Um processo que decorre de construções sociais (e não de meros reflexos da realidade).
- 3) Um discurso (que dissemina certos sentidos e pode amplificar a percepção dos seus leitores).
- 4) Uma prática profissional (que possui rotinas e regras próprias).
- 5) Um ator social (capaz de mobilizar instâncias e outros atores para determinadas questões).

Estas concepções, de maneira alguma, são excludentes. Ao contrário, a sua complementaridade expõe perspectivas diversas que convivem e se relacionam. Destacar estas cinco abordagens – e não outras – se justifica pelas questões de pesquisa levantadas e que, mais adiante, serão encontradas nas análises empreendidas. Sucintamente, explicam-se cada uma delas a fim de demarcar nosso ponto de partida.

1) Jornalismo como um subcampo da Comunicação, que está em constante relação com outros campos do conhecimento. Isso porque a produção de relatos mediados representa antes de tudo um processo comunicativo, feito por meio de trocas simbólicas que interferem, mais ou menos, nos processos de significação dos atores sociais. Temer (2010) pontua que a comunicação mediada envolve as três necessidades básicas do indivíduo que vive em sociedade: 1) o estabelecimento de significados comuns; 2) o desenvolvimento de uma linguagem ou transmissão de informações; e 3) a apreensão de dados ou conhecimentos novos. Dessa

maneira, não há como esquecer que antes das funções ou papéis atribuídos de forma singular ao jornalismo existem sentidos primeiros atrelados ao ato de se colocar em relação com o outro, próprio do campo da Comunicação. A constante relação com outros campos de conhecimento não se dá somente pela necessidade de conhecer suas lógicas para conseguir reconhecer e mediar seus acontecimentos¹⁷, mas também porque o subcampo de produção jornalística pode ser visto como um "campo de poder, que se coloca em relação com outros campos, sobretudo como espaço onde se encontram os agentes dominantes de tais campos sociais" (FERREIRA, 2015). Salienta-se que ao mesmo tempo em que impõe sua lógica a outros campos (a lógica do extraordinário, da novidade, por exemplo), o jornalismo sofre afetações de outras lógicas, nomeadamente a econômica e política. Assim, embora goze de graus de autonomia, este subcampo mantém-se em disputas com outros campos permanentemente. Este entendimento é útil na medida em que localiza o jornalismo e o situa como uma área que se constitui de múltiplos cruzamentos e também confrontos.

2) Jornalismo como mecanismo de construção da realidade. Não o único, mas um dispositivo que, segundo Alsina (2009, p.46), tem um "[...] papel socialmente legitimado para gerar construções da realidade publicamente relevantes". Nota-se que essa ideia considera a interação com a recepção, como irá se detalhar no tópico seguinte deste capítulo. Neste caso, o jornalismo é concebido como um construtor de referências cotidianas que situam a sociedade sobre os imbricamentos de diversas esferas. Este processo é derivado de um trabalho de interpretação e ressignificação de sentidos feito pelos jornalistas que, na sua rotina diária de trabalho, junto com as fontes de informação, escolhem quais os assuntos e enfoques terão visibilidade na esfera pública. As escolhas, todavia, não são aleatórias; ao contrário, os jornalistas constroem as notícias a partir de uma série de valores e técnicas da cultura jornalística, das rotinas, orientações e constrangimentos da organização na qual está inserido estão inseridos, das trocas provenientes do contato com as fontes de informação e do próprio conhecimento que têm sobre o tema. Portanto, a constituição da notícia revela-se complexa, com diferentes interesses e objetivos que se sobrepõem (das fontes consultadas, da empresa, do jornalista que apura e escreve o texto, do editor que o corta e modifica, daquele que propôs a pauta, do possível público-alvo, etc.). Hansen (2010) sublinha que a perspectiva construcionista evidencia as reivindicações de decisões em arenas públicas (como pode-se entender a imprensa hoje) como componentes constitutivas na criação dos problemas sociais porque,

¹⁷ Assume-se a diferenciação de Alsina (1993) na qual o acontecimento é um fenômeno da percepção do sistema que o suporta e lhe dá sentido (neste caso, o sistema jornalístico) e a notícia seria um fenômeno gerado por este sistema (a partir do acontecimento).

dessa maneira, recebem atenção e mais facilmente conseguem se inserir na agenda política. Do mesmo modo, Hannigan (1995) confere à visibilidade midiática um momento crucial para que os problemas ambientais deixem de ser condições para se tornarem assuntos e, em seguida, condicionantes para elaboração de políticas.

3) Jornalismo como discurso. Se a perspectiva construcionista compreende o jornalismo como construção de uma dada realidade, depreende-se que as notícias, a concretização de uma de suas etapas, são estórias e, portanto, discursos. Tomando o todo (o processo jornalístico) pela parte (a concretude material da notícia), o jornalismo pode também ser visto como discurso. Quando se assume que o produto da atividade jornalística é "um tipo específico de sistema simbólico" (BIRD; DARDENNE, 1993, p.264), derivado de uma construção com cultura e orientações próprias, entende-se que não é possível refletir uma verdade. Existem estratégias discursivas que atribuem efeitos de realidade às notícias, pois é preciso transmitir os fatos e mascarar as subjetividades, intrínsecas à prática discursiva, com a finalidade de tornar o produto credível, verossímil, digno de representar um relato objetivo dos acontecimentos. Machado (2006, p.2), ao explicar por que vê o jornalismo como um discurso, elenca algumas de suas características: "[...] dialógico; polifônico; opaco; ao mesmo tempo efeito e produtor de sentidos; elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares; com um contrato de leitura específico, amparado na credibilidade de jornalistas e fontes". Esses elementos respaldam a compreensão de que o jornalismo é um lugar de produção e circulação de sentidos, que está sempre disputando e negociando significações, interagindo com condições e projeções (de quem acessará o discurso) e buscando maneiras de legitimar o seu papel social de comunicar informações úteis e relevantes à sociedade.

4) Jornalismo como prática profissional. A produção de notícias, de modo geral, envolve uma organização comercial e profissionais que trabalham na sua "cadeia produtiva". Para garantir o funcionamento do negócio atrelado à venda de notícias, determinadas regras foram incorporadas ao dia a dia dos jornalistas. Ao tratar do profissionalismo jornalístico, Soloski (1993) afirma que é por meio deste que são estabelecidos padrões e normas de comportamento, e determinado o sistema de recompensa profissional – o que significa formas de controlar o comportamento dos jornalistas, que costumam estar em conflito – já que as normas deontológicas da profissão (que percebe a atividade como um serviço para sociedade) não são compatíveis com os interesses econômicos das empresas que os empregam. Além das normas profissionais (como a objetividade, o imediatismo e a seleção de fontes especializadas, por exemplo), as empresas adotam também regras – as políticas editoriais – que reduzem a autonomia do jornalista em relação à coleta de informações e ao relato das notícias. Aliás, a

teoria organizacional aponta que o trabalho jornalístico é influenciado pelas possibilidades financeiras e humanas de que a organização dispõe, enfatizando o fator econômico para responder o porquê de as notícias serem como as conhecemos. Essa compreensão permite elucidar os constrangimentos e restrições enfrentadas no cotidiano dos jornalistas, que, muitas vezes, são desconhecidas pelos atores de outros campos, e respalda as análises das entrevistas e questionários realizadas com os profissionais.

5) Jornalismo como ator social. Concebe-se a ideia de que pela sua legitimidade, visibilidade e alcance, por construir relatos e transmitir representações, o jornalismo pode ser visto como um ator capaz de intervir na sociedade. Philips, Carvalho e Doyle (2012, p.12) ratificam esse posicionamento sob um olhar mais alargado, porém no qual está situado o jornalismo: *"the media are in actor in the public sphere and na arena for public discourse, shaping and influencing access and possibilities for participation"*.¹⁸ Logo, ainda que sua influência não seja direta ou explícita, concorda-se com Temer (2010, p.127) quando ela afirma que o jornalismo afeta as ideias e ações de uma sociedade, "[...] na medida em que tendem a influenciar a maneira como o indivíduo organiza a sua imagem do ambiente social". McQuail (2013) aponta que esta capacidade de influenciar os públicos decorre de certas circunstâncias gerais da operação da imprensa, que, ao mediar, precisa decidir alguns temas em detrimento de outros; fontes que ao repassarem informações podem estar sendo mais positivas ou negativas em relação aos temas abordados; os recortes e abordagens para se tratar de dado fato (os enquadramentos da notícia), dentre outros aspectos que acarretam maneiras de se perceber o mundo. Segundo este autor, *"[t]he news media can affect choices in matters of consumption, voting and public reputation, whether intentionally or not"*¹⁹ (MCQUAIL, 2013, p.19). Desta forma, ao ser um ator social que trabalha na mediação entre diferentes campos, o jornalismo, por meio da construção das notícias, tem a potencialidade de fazer pensar sobre comportamentos, atitudes e opiniões a partir de novas informações. Ainda que de forma não automática, aquilo que é repassado para a esfera social por meio do jornalismo contém uma repercussão sem igual em termos de captação de atenção e desenvolvimento de debate na sociedade contemporânea. Tal apreensão vai ao encontro das prerrogativas desta tese, que entende que o jornalismo pode ser desencadeador de ações para o enfrentamento das mudanças climáticas.

¹⁸ Em tradução livre: "as mídias são um ator na esfera pública e na arena do discurso público, moldando e influenciando acesso e possibilidades de participação".

¹⁹ Em tradução livre: "os meios de comunicação podem afetar as escolhas em matéria de consumo, votação e reputação pública, seja intencionalmente ou não".

Outras definições e entendimentos do que é o jornalismo ainda são possíveis, porém estas são suficientes como síntese das concepções acionadas neste trabalho. Antes de adentrar nas especificidades do processo jornalístico, considera-se importante diferenciar o jornalismo em relação a outros termos similares. Esclarece-se que 'mídia' e 'comunicação de massa' são conceitos que podem ser atribuídos ao jornalismo, embora eles signifiquem um rol amplo de produtos mediados que não se caracterizam, necessariamente, como produtos noticiosos (ex.: programas de entretenimento). McQuail (2013) entende tais termos como um sistema ou grande setor. Já o termo imprensa está atrelado ao meio jornalístico, sendo até usado como sinônimo. Assim como o jornalismo é, às vezes, equiparado às notícias ou ao jornal (realizando-se uma associação ou analogia por sentidos próximos). Pontua-se que esta pesquisa debruça-se exclusivamente sobre as inter-relações existentes no processo cíclico de produção, texto e recepção do meio jornalístico. Reconhece-se que ele está inserido em um esquema maior, o da mídia, e que, teoricamente, está circunscrito no campo da Comunicação, porém mergulha-se nas suas peculiaridades e interfaces com o fenômeno das mudanças climáticas (MCs), foco de interesse.

1.2 O CIRCUITO DA NOTÍCIA: AS RELAÇÕES ENTRE PRODUÇÃO E RECEPÇÃO

O que se chama de circuito da notícia é a integração entre as etapas de construção, texto e recepção das formas simbólicas oriundas da atividade jornalística. Neste esquema interpretativo, base teórica e metodológica desta investigação, há um interesse em visualizar as relações da "cadeia produtiva" do jornalismo de forma global. Faz-se importante saber que esta concepção do processo global de comunicação, atrelando produção, circulação e reconhecimento, não é nova no contexto semiótico, sendo já estudada por Eliseo Verón nos anos 1970 (ALSINA, 2009). A ênfase nas particularidades do jornalismo é que aparece mais recentemente.

O estudo destas etapas da notícia parte das contribuições dos Estudos Culturais Britânicos²⁰, em especial dos postulados de Richard Johnson (2006) sobre o Circuito da Cultura, e já foi transposto para os estudos do jornalismo no Brasil por meio de trabalhos realizados por Strelow (2007), que propõe o circuito como metodologia denominada Análise Global de Periódicos Jornalísticos (AGPJ); por Escosteguy (2007, p.133), que percebe no circuito um protocolo analítico de integração da produção e da recepção numa "tentativa de produzir novas formas de conhecimento"; e Santi (2009) que trabalhou com as representações sociais a partir deste circuito.

²⁰ Os Estudos Culturais constituem um conjunto de disciplinas que interagem e convergem a fim de estudar os aspectos culturais da sociedade. A perspectiva compreende os produtos culturais (dentre eles, os meios de comunicação) como agentes de reprodução social, "[...] acentuando sua natureza complexa, dinâmica e ativa na constituição da hegemonia" (ESCOSTEGUY, 2006, p.147).

Mais próxima dos objetivos desta pesquisa, Carvalho (2011) também fez uso do circuito da comunicação social, a partir do 'circuito da cultura', para analisar a visão relacional das práticas discursivas sobre as alterações climáticas. Sua pesquisa, no entanto, não partiu do processo jornalístico de um determinado veículo de comunicação em um período determinado, mostrando-se mais aberta e flexível. As análises de diferentes momentos do processo são feitas com o intuito de ver como os discursos midiáticos portugueses que tratam das mudanças climáticas, de uma forma geral, são constituídos em cada etapa e identificar possíveis implicações para a ação de suas consequências.

Em estudo anterior, Carvalho e Burgess (2005) investigaram a imprensa britânica caracterizada como referência no período de 1985 até 2003, sob a mesma perspectiva, e verificaram que a cobertura da mídia das alterações climáticas estava fortemente relacionada com a agenda política e, de forma particular, com os pronunciamentos e estratégias discursivas dos representantes do alto escalão do governo. As autoras identificaram três diferentes fases na construção do discurso sobre os riscos das mudanças climáticas, que estão associados aos próprios contextos político-científico-culturais no qual emergiam os assuntos em análise. Alegam que: "*[v]alues and ideological cultures are key to explain variations in the media's reinterpretations of scientific knowledge on climate change, which in turn may either sustain or annihilate the space for particular options for policy making and individual action*"²¹ (CARVALHO; BURGESS, 2005, p.1467).

Hansen (2011), estudioso da comunicação ambiental, também demonstra preocupação em como estes três domínios ou fóruns (produção, conteúdo e implicações sociais) interagem um com o outro sob o enfoque do meio ambiente. Para ele, houve um crescimento e até consolidação dos estudos nesta área, mas é preciso compreender melhor o papel dos processos de comunicação na definição política e contestação dos problemas ambientais. Hansen (2011, p.21) argumenta:

*'Reconnecting' the three domains of research is thus not only a matter of strengthening our understanding of the dynamics which drive and impact on the process of public communication and the circulation of claims, but it also a matter of showing how economic, political and cultural power significantly affects the ability to participate in and influence the nature of public 'mediated' communication about the environment.*²²

²¹ Em tradução livre: "valores e culturas ideológicas são a chave para explicar as variações das reinterpretações das mídias sobre o conhecimento científico das mudanças climáticas, cada qual pode tanto manter quanto aniquilar espaços para opções específicas de elaboração de políticas e ação individual".

²² Também em tradução livre: "'Reconectar' os três domínios da investigação é então não só uma questão de reforçar a nossa compreensão das dinâmicas que impulsionam e impactam o processo de comunicação com o público e a circulação de reivindicações, mas também uma questão de mostrar como o poder econômico, político e cultural afeta significativamente a capacidade de participar e influenciar a natureza da comunicação pública 'mediada' sobre o meio ambiente".

A partir disso, a opção por esta abordagem ocorreu tanto pela carência de estudos de comunicação e jornalismo que se dediquem de forma mais panorâmica sobre o processo integral da notícia (da produção à recepção), quanto pela necessidade de compreender as relações que estão imbricadas em cada etapa, a fim de perceber como é possível comunicar da melhor maneira os riscos e ações de enfrentamento sobre as mudanças climáticas. O aprofundamento nos processos de produção ou de recepção, assim como a ênfase nos produtos (textos, vídeos ou áudios), acarreta uma fragmentação do todo. Como em qualquer processo de especialização, o recorte se faz necessário, de modo que a visão mais abrangente do funcionamento do circuito é sacrificada em prol de outros interesses. O objetivo aqui é dar relevo às conexões e articulações existentes entre as etapas do circuito, incluindo as percepções dos atores sociais que nelas estão inseridas.

Johnson (2006), em sua proposta, enfatiza os processos. O seu diagrama busca representar o circuito da produção, circulação e consumo dos produtos culturais. "Segue-se que se estamos colocados em um ponto do circuito, não vemos, necessariamente, o que está acontecendo nos outros [...] Além disso, os processos desaparecem nos produtos" (p.33). Como o autor entende que todas as práticas sociais podem ser examinadas sob um ponto de vista cultural, a análise das práticas jornalísticas encaixa-se em seus postulados.

Foi a partir deste modelo que Strelow (2007, p.5) desenvolveu a sua Análise Global de Processos Jornalísticos, que possibilita o emprego de diferentes técnicas desde que voltadas para "o estudo da produção, do texto, da leitura e das relações sociais de um objeto específico". A autora assinala que a proposição:

Compreende quatro momentos: análise sócio-histórico-cultural; análise de produção; análise de textos; análise de leituras e retornos. Embora esses momentos não sejam estanques, não obedeçam a uma seqüência rígida, analisá-los em separado possibilita um melhor entendimento de suas peculiaridades. No entanto, é necessário ter em mente os entrecruzamentos que acompanham esse processo, contínuo e sem limites definidos. (STRELOW, 2007, p.5).

O primeiro momento é a análise sócio-histórico-cultural de onde o objeto está inserido, buscando delinear a realidade ou contexto que circunda o circuito a ser analisado. O segundo passo se concentra na produção, onde "[...] é importante observar a relação entre a cultura organizacional do veículo de comunicação e a cultura profissional dos jornalistas envolvidos, conceitos que dialogam com as variáveis das condições de produção propostas por Johnson" (STRELOW, 2007, p.6). O terceiro é centrado na análise dos textos e o quarto na leitura ou recepção, lembrando que esta não é mera assimilação, mas uma interpretação.

Santi (2009), que também se dedicou a examinar os processos jornalísticos interligados no circuito da notícia, salienta que embora os momentos detalhados não sejam estanques e nem possuam uma sequência rígida, a sistematização das etapas possibilita uma explicitação das peculiaridades, que, posteriormente, poderão enriquecer os entrecruzamentos que integram o circuito. A riqueza desta contribuição consiste em observar como cada uma das etapas ou momentos interfere no seguinte. De acordo com Johnson (2006, p.33), "[...] cada momento depende dos outros e é indispensável para o todo".

Esta proposição, que tenta vislumbrar um quadro abrangente de conexões e percepções sobre o funcionamento deste ciclo, está calcada na visão do jornalismo como "[...] uma manifestação socialmente reconhecida e compartilhada" (ALSINA, 2009, p.47), onde o jornalista e seus destinatários possuem um contrato pragmático e fiduciário, social e historicamente definidos. Isso significa que, a partir do uso social das notícias como construtoras de realidade social de interesse público, os jornalistas desempenham um papel de ressignificação dos acontecimentos de relevância e interesse social enquanto os destinatários saberão quais as razões e usos que poderão ser feitos de um texto jornalístico. É um contrato tácito, no qual o jornalismo se compromete com a informação e os receptores se comprometem a acreditar que aquilo que está nas páginas dos jornais realmente é verdade (e não ficção). Afinal, se os leitores duvidarem das informações, o jornalismo não poderá realizar sua primeira função, que é o "fazer saber". Somente com credibilidade, contando com a confiança dos leitores, é que o jornalismo poderá repassar seu discurso informativo e fazer com que as pessoas saibam o que está acontecendo (ALSINA, 2009).

O estabelecimento deste contrato faz com que o discurso jornalístico precise parecer verídico, objetivo. A teoria do espelho, no qual o jornalismo era sinônimo de reflexo da realidade, corroborava esta imagem. A própria questão da objetividade, técnica e ao mesmo tempo diretriz e mito do subcampo do jornalismo, atesta a busca constante pela neutralidade, imparcialidade e equilíbrio informativo. Por meio da técnica, os jornalistas se preocupam em dar o mesmo espaço na matéria jornalística para opiniões divergentes ou garantir que opressores e oprimidos possam se manifestar de igual forma. Por meio do mito, ele recorre à objetividade para se manter distante dos acontecimentos e ser um observador e relator isento, apartidário, equitativo.

Contudo, a construção simbólica da realidade é feita também de subjetividades e não apenas os jornalistas, mas todos os seres sociais ao significar ou representar algo estão, ainda que inconscientemente, acionando palavras, imagens e detalhes que são subjetivos. Manusear a linguagem significa mexer com experiências, valores, referências históricas, políticas, culturais e até mesmo pessoais, e os jornalistas não estão imunes a isso. Por conseguinte, estes

profissionais dominam estratégias discursivas para formular suas notícias com o objetivo de torná-las credíveis. Exemplos dessas estratégias é a citação de fontes consultadas pelos jornalistas, o uso das aspas para apresentar trechos das entrevistas feitas na íntegra, o uso de dados e estatísticas, a apresentação de fotografias, mapas e gráficos, etc.

O contrato do qual se fala não impede que os destinatários neguem, interpretem de outros modos (diferente daquele imaginado pelo produtor) ou ignorem o discurso jornalístico. Quando se fala da recepção, da audiência, dos públicos ou destinatários do jornalismo é preciso considerar sua interpretação como um processo ativo (e não passivo), que não resulta em efeitos lineares, diretos ou imediatos. A ideia de que a mídia é onipotente e capaz de manipular a opinião das massas surgiu com as primeiras teorias sobre os efeitos da comunicação mediada (derivadas da psicologia behaviorista²³), nos anos 1920. Estas sustentavam que as mensagens midiáticas tinham impacto direto nos indivíduos, que passavam a agir conforme os interesses dos produtores.

Duas décadas mais tarde, essa perspectiva já começou a ser questionada e foram se minimizando os efeitos das mensagens na sociedade. Aferiu-se que os efeitos da comunicação de massa eram limitados e não tinham um efeito de curto prazo. Com o desenvolvimento das pesquisas, teorias diferentes foram sendo formuladas e testadas (da *agenda setting*, dos Usos e Gratificações, dos Estudos Culturais, dentre outras), mas o fato é que hoje, apesar de existirem abordagens com ênfases diversas (nos meios ou nos comportamentos, por exemplo), o receptor é visto como ativo, crítico, produtor de sentidos que está no mesmo patamar do emissor.

Ao analisar a etapa da recepção da notícia, parte-se do princípio de que este momento é complexo e requer uma atividade interpretativa participativa. Assume-se que o jornalismo detém certo grau de influência, mas que este é relativo e dependente de contextos de emissão e recepção. Boykoff (2011) frisa que as conexões entre as informações da mídia e as tomadas de decisão, atitudes, intenções e mudanças comportamentais estão longe de ser simples. Segundo ele, a cobertura de determinado assunto certamente não determina o engajamento dos cidadãos, entretanto pode expor e até nortear possibilidades de engajamento. Com isso, alinha-se à posição mais recente e já ressignificada da recepção, no qual ela não é fruto somente da "[...]

²³ Gomes (2004, p.28), em obra que trata dos efeitos e recepção da mídia, aponta que o behaviorismo "[...] produziu uma série de leis gerais sobre a conduta individual humana e seu modelo de estímulo-resposta tem servido de base para as investigações sobre os efeitos dos *media* sobre as audiências". Os primeiros estudos a respeito dos efeitos midiáticos, até meados dos anos 1940, utilizaram-se bastante desta linha da psicologia, assim como do conceito de massa (um público homogêneo e passivo), no qual supunham que as pessoas eram diretamente atingidas pelas mensagens dos meios de comunicação.

conexão imediata da exposição e uso dos diferentes media" (WILTON DE SOUZA, 2006, p.23), mas sim uma dimensão na qual estão presentes mediações sociais e culturais.

Van Dijk (2005, p.74), quando fala do poder da imprensa, afirma que ele é simbólico e persuasivo, "[...] no sentido em que estes têm principalmente o potencial de controlar, até certo ponto, as mentes dos leitores ou telespectadores, mas não o de controlar directamente suas acções". Logo, o poder, termo usado aqui sempre no sentido de influência da mídia, não é completo e nem passível de ser previsto, pois sempre há possibilidades de "resistência" do lado oposto ao emissor.

Este autor ainda destaca o acesso à mídia como uma forma de poder, pois os grupos que recebem visibilidade às suas pautas conseguem exercer influência em outros segmentos da sociedade, e a falta de compreensão sobre o contexto jornalístico e social como algo que pode limitar a recepção da notícia: "[...] a falta de poder dos leitores pode envolver o acesso limitado (passivo ao discurso dos *media* e impedi-los de perceber (completamente) os próprios textos informativos ou os acontecimentos abordados nos textos" (VAN DIJK, 2005, p.78).

A educação para leitura crítica da mídia assim como uma maior contextualização e aprofundamento das matérias jornalísticas (com explicações e elementos que favoreçam a compreensão do todo e não apenas das partes) são citados em diversos trabalhos (GIRARDI *et al.*, 2011; LIMA *et al.*, 2013) que tratam da comunicação, em especial a ambiental, como maneiras de empoderar a sociedade para ação política. Pressupõe-se que não há como as pessoas reivindicarem seus direitos se não os conhecem ou debater questões políticas com gestores se lhes faltam argumentos. A informação é, assim, o primeiro passo para tornar possível a articulação dos cidadãos e, quiçá, mobilizá-los para o enfrentamento dos problemas contemporâneos.

Posto isso, percebe-se que a influência ou poder da imprensa está concentrado muito mais no aspecto cognitivo do que no comportamental. Como escreve Alsina (2009), a mídia contribui mais para a construção de "visões de mundo" do que para a efetiva mudança de comportamento.

De volta às etapas do circuito, Sousa (2000) menciona o trabalho de Montero (1993), que propõe considerar os três momentos que fazem a notícia, com a mesma relevância, ainda que reconhecendo as particularidades de suas lógicas. Para Montero (*apud* SOUSA, 2000), a notícia é fruto do momento de produção (transformação do acontecimento em notícia), de circulação (quando as notícias geram os elementos do debate público ou quando se manifestam os efeitos de informação a curto prazo) e de objetivização (quando alguns elementos da informação se consolidam no pensamento coletivo e, por isso, se tornam parte da realidade social, sendo este um processo a longo prazo e dependente de outras situações). A partir desta organização, nota-se que os efeitos do jornalismo estão articulados a outras circunstâncias da sociedade que

corroboram ou não para que o processo da construção da notícia seja mais ou menos persistente. Além disso, tanto os efeitos de curto quanto os de longo prazo não podem ser homogeneizados, afinal os destinatários possuem experiências e conjunturas de recepção diversas que não permitem uma generalização.

É atentando para estas condições, conexões e possibilidades de intervenção da compreensão pública, que a análise proposta não é possível apenas com o exame dos textos, no qual os processos desaparecem. Johnson (2006) nos lembra que não se pode isolar os textos, pois no cotidiano somos constantemente envolvidos por eles, que se mostram múltiplos, complexos e sobrepostos, o que faz com que as leituras também não sejam 'puras' – e sim repletas de interdiscursividades. Isso significa dizer que se na realidade não é possível segregar os textos de um contexto, também nas análises eles não podem ser esquecidos. Afinal, "[o] contexto determina o significado, as transformações ou a saliência de uma forma subjetiva particular, tanto quanto a própria forma" (JOHNSON, 2006, p.89) – e este contexto implica tanto o âmbito da fabricação do texto, quanto o da leitura imediata, sem perder de vista a conjuntura histórica mais ampla.

Nesta perspectiva, os três momentos ou etapas do circuito (produção, texto e recepção) se relacionam de maneira circular (sem uma ordem sequencial), buscando refletir a simultaneidade com a qual convivem no mesmo contexto sociocultural. Tanto a recepção (seja ela imaginada ou real) quanto a constituição/condição do próprio produto condicionam, contribuem e/ou interferem na maneira pela qual os produtores conceberão a notícia, que só passa a ter sentido quando é capaz de capturar a atenção do público e ser interpretada por ele. Já o texto depende dos atores e da cultura circunscrita neste fórum para que a passagem de suas representações (discursos) alcance com amplitude e legitimidade os demais atores sociais (o público). Sem a concretude do texto também não se teria a recepção, já que a produção estaria enclausurada em seu próprio domínio. Este é um ciclo de interdependência no qual todas as etapas são necessárias, ao mesmo tempo em que afetam as outras.

Outro aspecto de relevância é o contexto sociocultural, que abrange além das culturas específicas citadas na representação, uma perspectiva histórica, econômica e política. A conjuntura da sociedade contemporânea, na qual estão inseridos os processos que integram o circuito da notícia, precisa ser observada como um espaço dinâmico, complexo e repleto de disputas, tais quais é, em menor escala e com condições específicas, cada etapa deste sistema.

Assinala-se que, com o propósito de operacionalizar as etapas da pesquisa, foi preciso acompanhar cada momento de forma separada, assim como realizar um exame individual a partir dos atores sociais envolvidos, já que a tônica da pesquisa são as compreensões envolvendo

mudanças climáticas por estes percebidas. Contudo, o olhar inter-relacional se faz presente em cada momento. Detalhes sobre a coleta e análise dos dados serão apresentados no Capítulo 5.

1.3 A CULTURA JORNALÍSTICA

Para falar do fazer jornalístico, de sua prática, faz-se necessário primeiro conhecer quem é ou o que significa ser jornalista, o ator social responsável pela produção da notícia. Traquina (2005) afirma que os jornalistas conseguiram forjar uma forte identidade profissional. A cultura profissional da "tribo jornalística", conforme nomeia Traquina, é constituída de uma série de mitos, crenças, valores, símbolos e representações, e de modos particulares de ser/estar, agir, falar e ver o mundo.

A imagem de que os jornalistas nunca têm tempo porque, mesmo quando não estão trabalhando, estão atentos aos acontecimentos e rumores que podem gerar notícias está presente na cultura profissional. Jornalista trabalha 24 horas, não desliga, e precisa estar por dentro de todos os assuntos, afinal é um especialista em generalidades. Tais asserções constituem parte da imagem destes profissionais, que acaba sendo reforçada por eles próprios nas conversas cotidianas. Esta construção – que não deixa de ser um mito – é justificada por outra imagem, que

[...] coloca os membros desta comunidade profissional no papel de servidores públicos que procuram saber o que aconteceu, no papel de 'cães de guarda' que protegem os cidadãos contra os abusos do poder, no papel de 'Quarto Poder' que vigia os outros poderes, atuando do a quem doer, no papel mesmo de herói do sistema democrático (Ungaro, 1992) [...]. (TRAQUINA, 2005, p.51).

As representações acima acabam justificando ou compensando a série de sacrifícios pessoais que envolvem o ser jornalista. Não ter horário para sair da redação, não ter tempo para almoçar, dividir os finais de semana com plantões, trabalhar sob pressão, entre outras facetas da realidade das redações, que inibem o desenvolvimento de uma vida privada, geram problemas de saúde e adiamento de planos familiares. A dedicação exclusiva ao jornalismo e a compreensão do ônus oriundo desta escolha faz com que os profissionais cultuem o trabalho e o interpretem não como uma ocupação, mas como uma vida. A ideologia profissional coloca o fazer jornalístico como um compromisso primeiro, prioritário, que sempre tem urgência.

Jornalistas são profissionais que precisam conviver com o imediatismo, com a pressão do relógio, com o inesperado. Os acontecimentos que podem virar notícias surgem sem aviso prévio, estando, por isso, a urgência sempre presente. Associada a esta rotina do inesperado

está a disputa pelo furo (termo que no jargão jornalístico corresponde a publicar em primeira mão, antes da concorrência) e a alta percibibilidade que a notícia apresenta (a novidade é algo a ser constantemente buscado no cotidiano dos profissionais), que também são associadas ao tempo. É em razão deste contexto que os conceitos temporais são tão caros aos jornalistas.

Todo processo de elaboração da notícia funciona dentro de um ciclo temporal, que apresenta pequenas variações conforme a abrangência do veículo (nacional, estadual, local), seu suporte (televisivo, radiofônico, impresso ou digital), o tamanho da organização e sua receita, e a periodicidade de seus produtos (diário, semanal, mensal, etc.). Estas características limitarão a natureza da notícia em razão do tempo que cada profissional terá para dar conta das demandas impostas diariamente. É preciso saber lidar com o impensado, mas também dar conta daquilo que é planejado, daquilo que já é previsível e/ou foi comunicado por assessores de imprensa (profissionais que trabalham para entidades com a promoção de suas ações). Como o jornal diário é uma mercadoria que precisa estar à venda todos os dias, não é possível contar apenas com o inesperado. Quem trabalha com este ritmo de publicação acaba tendo rotinas de produção bastante aceleradas, como será visto adiante na contextualização do dia a dia na *Gazeta do Povo*.

Mas a relação com o tempo pode manifestar-se no prazer, quando o profissional consegue um 'furo'. Publicar uma notícia em primeira mão rende prestígio entre os membros da comunidade. A conquista pessoal torna-se coletiva quando confronta a concorrência e pode até mesmo gerar promoção ou privilégios da rotina de produção.

Para além da questão do tempo, é preciso notar que jornalistas têm uma maneira de agir muito diferente de cientistas, por exemplo. Jornalistas são profissionais de "ação", pragmáticos. A lógica da redação não é, especialmente, calcada na reflexão; ela obriga que as notícias sejam feitas de forma rápida, com linguagem acessível e direta, revelando os principais acontecimentos logo no primeiro parágrafo (*lead*). De acordo com Karam (2004, p.30-31):

A densidade, pelo ritmo, é menor. Mas não é menos importante do que as interpretações mais densas ou profundas e, por isso, reveladas em períodos mais longos [...]. O jornalismo certamente não dá conta da multiplicidade de fenômenos, de sua densidade e contextualização. Se fosse assim, um jornal diário começaria em São Paulo, terminaria em Júpiter e pesaria algumas toneladas. A produção de conhecimento, fatos e versões, em cada área do saber e do poder, aliada à irrupção de acontecimentos diários, tornaria, simbolicamente, um dia de um indivíduo uma multiplicidade de outros dias, infinitamente.

Como prática discursiva, o jornalismo também demanda uma maneira específica de sua tribo falar. Esta linguagem, caracterizada por ser compreensível, simples, concisa e econômica,

é denominada por Traquina (2005) de jornalês. A objetividade e a não hermeticidade da linguagem têm como finalidade um alcance amplo e diverso. Também precisa ser atrativa a fim de chamar a atenção do destinatário.

A maneira de ver dos jornalistas (suas visões de mundo) está entrelaçada com os critérios de noticiabilidade, ou seja, aqueles valores, partilhados pela tribo, que determinam se um acontecimento será notícia. Estes atributos são considerados durante todo o processo da construção noticiosa – desde a coleta de dados até a composição da narração. Alguns dos critérios (ou valores) que estão associados à notícia são: a relevância social, política ou econômica; a proximidade geográfica com o público receptor; a novidade; o excepcional; o conflito; o drama; o impacto; a oportunidade; a atratividade das imagens; o negativismo; dentre outros. Além destas características, o modo de ver o mundo dos jornalistas é temporalmente limitado por ser orientado para o presente; busca-se sempre o atual, o novo, e isso afasta seu olhar de uma visão mais abrangente. A visão também é centrada em indivíduos, devido ao valor-notícia de interesse humano, que faz com que os jornalistas procurem *cases* para tratar de dada situação, gerando a personalização da notícia.

Dentre as competências desta tribo, Traquina (2005) destaca o "saber de reconhecimento" (capacidade de reconhecer quais são os acontecimentos que possuem valor de notícia), o "saber de procedimento" (conhecimentos específicos atrelados à coleta de dados e identificação e verificação dos fatos) e o "saber de narração" (capacidade de reunir as informações e transformá-las em uma narrativa noticiosa interessante em tempo útil, o que também implica a mobilização da linguagem jornalística). Estas aptidões e/ou conhecimentos permitem que o profissional consiga pensar uma pauta²⁴, apurar (checar), organizar e hierarquizar as informações para, enfim, escrever (etapas básicas da produção de uma notícia, segundo Sousa Pinto (2009)).

O relacionamento com as fontes de informação é mais uma dimensão importante neste cenário. Schmitz (2011) salienta que o saber do jornalismo depende da interação com a fonte. Visto por muitos autores como um elo fundamental tanto no fabrico das notícias quanto nos estudos sobre profissionalismo (ALSINA, 2009; SOUSA PINTO; 2009), os atores sociais que serão escolhidos como fontes de consulta dos jornalistas são aqueles que introduzirão novas informações e sentidos nas notícias. Ainda que os jornalistas procurem fontes para ratificar algo que já esperavam, toda entrevista consiste em uma interação, em uma negociação de sentidos que também implica a representação de papéis sociais e o prestígio ou depreciação de aparecer ou não no jornal.

²⁴ A pauta jornalística nada mais é que uma proposta de reportagem, um projeto de cobertura (SOUSA PINTO, 2009).

Desde o início da carreira, os jornalistas aprendem que precisam cultivar boas fontes, pois, geralmente, são elas que possibilitam a publicação de um acontecimento inédito, que pode render uma boa reportagem aos profissionais. Não obstante, esta tarefa é delicada, exige confiança, tempo e disponibilidade. As fontes de informação dependem muito das circunstâncias de cada acontecimento: se for um acidente, buscam-se as testemunhas para saber o que aconteceu; se for uma decisão política, o governo deve ser procurado; se for uma descoberta científica, especialistas da área devem ser procurados. Também podem ser fontes documentais e bibliográficas, mas é sempre bem visto que alguém relacionado ao assunto da matéria seja questionado. Enfim, há diferentes classificações de fontes jornalísticas (conforme o acontecimento, o grau de envolvimento com o fato, etc.) apresentadas em manuais e livros de jornalismo, mas o que interessa debater aqui são os meandros desta relação.

Por um lado, é preciso entender que a fonte de informação procurada aceita atender o jornalista por alguma razão (porque tem responsabilidades públicas, interesses institucionais ou pessoais). Responder aos jornalistas, como eles querem e precisam, exige das fontes atenção sem hora marcada. A forma como se comunicam também precisa ser acessível aos não especialistas – se nem os jornalistas conseguem compreender o entrevistado, como construirão um texto para um público vasto, com diferentes graus de conhecimento sobre o suposto tema? Outro aspecto a ser considerado é o tempo dispensado – muitas fontes sentem-se frustradas por conversar por um longo tempo com os jornalistas e depois verificarem que nas notícias há apenas uma citação como resultado, porém a própria dinâmica que requer um texto acessível e enxuto demanda tais cortes. Assim sendo, pode-se dizer que a fonte se adapta às exigências jornalísticas a fim de galgar um espaço para dar visibilidade à sua voz.

Por outro, os jornalistas também dependem das fontes de informação para construir seus relatos com efeitos de verdade e realidade. A credibilidade do jornalismo está associada ao espaço dado às fontes com reputação na sua área. Quando alguém com dever público ou alvo de uma polêmica se recusa a falar com a imprensa, esta informação é posta na matéria e constrói-se um sentido negativo, de que aquele indivíduo tem algo a esconder. Por sua vez, se a fonte não falar com tal jornalista ou veículo por ter se sentido prejudicado em contato anterior ou por ter rompido a confiança do relacionamento, o jornalista vê-se obrigado a procurar outra pessoa, que pode não ser a melhor indicação ou pode não atendê-lo por desconhecer seu trabalho, não confiar na postura do veículo ou simplesmente não ter aquele tempo disponível quando o repórter precisa. É justamente porque os acontecimentos são imprevisíveis e a construção da notícia se dá em um ritmo bastante acelerado, se comparado com as rotinas de políticos, pesquisadores, empresários, só para citar alguns casos, que os jornalistas precisam

conservar fontes de áreas diferentes que respeitem seu trabalho e mostrem-se disponíveis a qualquer horário.

Alsina (2009) discute algumas estratégias utilizadas por fontes de modo a obter influência sobre os jornalistas, como a punição e o prêmio. As relações estabelecidas entre jornalistas e fontes envolvem a restrição a determinadas informações e a criação de um sentimento de dívida em relação à fonte por algum dado importante ou mesmo por convites especiais (jantares e viagens pagas, por exemplo), o que representa aspectos que demonstram a tentativa de domínio das fontes sobre os jornalistas. Muitas empresas proíbem o recebimento de presentes e convites caros que possam gerar essa sensação que o jornalista deve algo, mas a barganha pela informação é algo que faz parte do jogo. Jornalistas também utilizam o prestígio de sua empresa e podem apelar até para o suborno por causa de uma informação. A descontextualização das respostas, um problema ético, pode distorcer a afirmação e, além de minar a relação com a fonte, desencadear processos judiciais contra o jornal e o jornalista. Estas são situações que exemplificam o quão delicada pode ser o relacionamento destes dois grupos sociais. Pode existir a cooperação e interdependência, entretanto nem sempre é assim; e o bom relacionamento vai depender de uma postura profissional de ambos os lados.

Sendo assim, o jornalismo cotidiano é fabricado sob a negociação constante (e nem sempre pacífica) dos atores concentrados na etapa inicial do circuito (jornalistas e fontes), porém torna-se acabado somente com o ato de interpretação dos leitores. As implicações desta relação abrangem uma série de subjetividades que também estarão presentes no âmbito do discurso. Não apenas quando o jornalista decide quem procurar para entrevistar, mas também quais perguntas faz, o que seleciona das respostas para construir o texto e o que avalia que será mais relevante deixar como citação direta.

Todavia, não é apenas a escolha das fontes ou das questões feitas a elas que explicam o porquê de as notícias serem como são. Como foi dito, nas três fases do processo informativo – coleta, seleção e apresentação das notícias (WOLF, 1995) –, o jornalista e seu contexto de produção interferem no que o público saberá ou não a respeito de dado fato e também o que foi acontecimento ou não naquele dia. Sousa (2000, p.18) elenca seis níveis de influência sobre a construção da notícia, que, para ele, devem ser vistos como "[...] interdependentes, integrados, interactuantes e sem fronteiras rígidas", a saber: 1) ação pessoal (as notícias dependem parcialmente da capacidade e das intenções pessoais dos seus atores e autores); 2) ação social (as notícias são fruto de constrangimentos e dinâmicas, particularmente do contexto organizacional); 3) ação ideológica (originam notícias por interesses que fortificam dados grupos, sejam esses interesses conscientes ou não); 4) ação cultural (o sistema cultural

condiciona as perspectivas e interpretações que se têm do mundo); 5) ação do meio físico e tecnológico (as notícias são dependentes de dispositivos tecnológicos e do meio físico no qual são fabricadas) e 6) ação histórica (as notícias são produtos da história, na qual interagem os cinco fatores anteriores). Estas várias ações não apenas atuam no momento da produção, mas se fazem presentes em todo circuito.

As rotinas de geração das notícias contribuem para que empresas jornalísticas diferentes possuam jornais bastante semelhantes. Ora, se os valores e critérios de escolha e formatação da notícia são os mesmos para a tribo jornalística, não é de se espantar que as mesmas notícias estejam nas páginas de jornais concorrentes. Soma-se a isso o fato de que faz parte do dia a dia dos jornalistas ler os jornais que competem com aquele que os emprega, a fim de verificar se não estão deixando para trás aspectos e temas relevantes e ter parâmetros para sua autoavaliação. O uso de agências de notícias²⁵ é mais uma prática que gera a impressão de que os jornais são todos iguais.

Outra questão que merece ser trazida para esta explanação refere-se à precarização das condições de trabalho dos jornalistas. Para além dos baixos salários e muitas horas de trabalho sob pressão, a diminuição de receitas dos jornais impressos (relacionada com o avanço das novas tecnologias e a distribuição de conteúdo gratuito) vem fazendo com que as redações demitam profissionais e, assim, tornem as redações cada vez mais enxutas. Adghirni (2012a) elege o envelhecimento prematuro da notícia impressa como um dos aspectos mais graves da crise que assola o jornalismo. Com a internet, o período de 24 horas entre uma edição e outra se tornou longo demais para segurar o interesse do leitor. A retração dos veículos tradicionais sustenta os cortes, realizados com frequência nos últimos anos, o que aumenta o clima de instabilidade e tende a cultivar certo conformismo dos profissionais diante dos pedidos das organizações.

Neste panorama de redução de custos, os jornalistas mais experientes e/ou que acumulam um conhecimento muito especializado são os primeiros a serem substituídos por jovens recém-formados, mão de obra barata e fácil de ser treinada para os interesses das empresas, que desejam jornalistas capazes de trabalhar em várias plataformas (TV, web, rádio e impresso) e cobrir uma gama infinita de assuntos. Mesmo quando há pessoas qualificadas nas redações, o tempo para se dedicar a uma pauta é reduzido (porque há menos profissionais que antes) e prejudica a qualidade da notícia.

²⁵ As agências de notícias são empresas jornalísticas que vendem ou disponibilizam informações para replicação em outros veículos de informação, desde que citada sua fonte original.

Em paralelo com esse cenário de declínio dos veículos impressos, o campo jornalístico avança por novos caminhos a partir da expansão da internet, plataforma de múltiplas emissões. A rapidez, convergência, interatividade e multiplasticidade das formas de comunicação *online* têm obrigado o jornalismo a rever suas formas de ser e fazer. Este novo panorama cria possibilidades para que o jornalismo se reinvente, a partir de uma infinidade de recursos multimídia, diante de um receptor mais ativo. De todo modo, também neste outro rearranjo não há liberdade total.

A força das organizações de informação, independentemente do formato, continua a gerir e/ou controlar os profissionais por meio de rotinas e políticas editoriais. Assim, verifica-se que, embora seja lembrado como figura central na produção da notícia, o jornalista está circunscrito em um ambiente repleto de normas e valores que garantem apenas uma autonomia parcial no processo. Adghirni (2012b, p.536) reflete:

O jornalista não é um observador passivo da realidade limitando-se a descrevê-la para o público leitor. [...] No exercício de suas rotinas produtivas, o jornalista está mais para executor de ordens previamente estabelecidas (reuniões de pauta, sistemas internos de avaliação de jornais, limitações das fontes, imposições de *deadlines*, matérias limitadas por certo número de linhas que não podem ser ultrapassadas sob pena de serem sumariamente cortadas, enfoques determinados pelos editores, disputa de espaço com matérias de última hora ou com anúncios publicitários, etc.) do que para super-herói que controla os deslizos da sociedade.

Apesar disso, há uma autonomia relativa que possibilita que as empresas jornalísticas não consigam ter o controle do todo. Há brechas ou fendas que permitem que uma série de informações que não fazem parte da visão hegemônica da organização sejam diariamente publicadas, disseminando alternativas de visão de mundo. De acordo com Giró (2004 *apud* ALSINA, 2009), as "fendas da mídia" são possíveis porque a organização é formada por pessoas que têm seus próprios critérios – a socialização nunca é total. O autor relata que esses espaços são um efeito combinado de pelo menos três fatores: 1) da mesma maneira que a organização busca não ferir os interesses de seus acionistas, ela aproveita para fazê-lo quando os interesses são do veículo concorrente (se o veículo tem amigos, é provável que também tenha inimigos); 2) a lógica da competitividade faz com que a organização prefira uma edição completa, mesmo com assuntos ou abordagens que, se poderia escolher, não estariam lá; as edições de fim de semana costumam ser mais extensas e necessitam ser produzidas simultaneamente com as edições do dia, o que permite um pouco mais de autonomia na rotina do jornalista e possibilidade de aprofundamento do assunto, permitindo que outros olhares sejam apresentados; e 3) mesmo que determinado veículo não queira tratar de dado

acontecimento, ele não pode ignorar o que diz a concorrência sob pena de perder sua credibilidade e, conseqüentemente, a confiança do público; assim, uma parcela do que é publicado deve-se ao fato de que a organização precisa sustentar também a função social do próprio jornalismo, de noticiar questões de interesse público, que está intrinsecamente entrelaçada com a noção de credibilidade.

Voltando a atenção para o jornalismo impresso, além da especificidade do ritmo de produção (diário), ele demanda cuidado com a escrita, pois o texto converte-se em memória/arquivo mais facilmente que os áudios e vídeos, apesar das tecnologias de captação presentes hoje na internet. O suporte em papel permite ainda mais de uma leitura, sendo, por isso, o veículo que, teoricamente, teria mais capacidade para aprofundar e/ou problematizar os acontecimentos – as notícias radiofônicas e televisivas têm curta duração, não dispendo de tempo para uma abordagem mais contextualizadora.

Apesar de os meios digitais oferecerem atualmente mais facilidade de acesso e recuperação de edições passadas, por muito tempo os objetos de pesquisa mais fáceis de serem coletados foram os impressos, o que contribuiu para que este tipo de jornalismo seja também o mais estudado no meio acadêmico, junto com a etapa da produção (que envolve coleta, seleção, processamento e hierarquização da informação). Esta constatação foi confirmada quando se fez o rastreamento das pesquisas que trabalham com a interface jornalismo/comunicação e mudanças climáticas, nas quais predominam os estudos dos jornais, especialmente aqueles ditos de referência (jornais de abrangência nacional que têm alto alcance e influência na opinião das pessoas).

1.4 A COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE ASSUNTOS AMBIENTAIS

Como se trata aqui da cobertura da imprensa do tema das mudanças climáticas e este é um tema que, no senso comum, encaixa-se na "categoria" (editoria/página/seção) ambiental, expõe-se sinteticamente o que a teoria aponta que deveria ser o jornalismo ambiental. Lembra-se, contudo, que os estudos de jornalismo ambiental possuem pressupostos que não são cumpridos em grande parte dos jornais diários. Por exemplo, as notícias recolhidas da *Gazeta do Povo* não poderiam ser chamadas de ambientais pelo simples fato de tratar do assunto das MCs. Mais que falar de um assunto ou estar enquadrado em uma dada editoria, há indicativos e modos de ver o mundo que devem estar presentes em um texto jornalístico para que este possa ser caracterizado como ambiental.

Destaca-se ainda que a compreensão da autora do termo ambiental contempla todas as dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais decorrentes da relação sociedade-natureza, não se limitando, portanto, à ideia reduzida de que meio ambiente é apenas aquilo ligado aos aspectos físicos e biológicos do que é natural (em oposto àquilo que é construído pelo homem). Dessa forma, o tema das MCs poderia estar em qualquer editoria ou seção do jornal tanto pela concepção ampla que se tem de meio ambiente, quanto pelo entendimento de que um assunto multidimensional como este deveria perpassar todas as páginas de um jornal, alternando de lugar de acordo com o enfoque da notícia (a segmentação das notícias ambientais dentro de um jornal pode criar um reduto daqueles leitores que já se importam com a questão). Posto isso, listam-se algumas particularidades do jornalismo ambiental, já pensando na sua periodicidade diária e no seu veículo (o jornal impresso).

Os assuntos que evidenciavam os conflitos entre sociedade e natureza começaram a aparecer e ter mais espaço na mídia de forma gradativa a partir dos anos 1970, porém muitas vezes eram desvinculados de seus macrocontextos. O sociólogo John Hannigan (1995) afirma que na década seguinte as notícias ambientais continuam a ser específicas (vinculadas a desastres, denúncias e acidentes) e ter importância apenas local. Somente nos anos 1990 as notícias sobre o tema começam a receber um caráter mais global e complexo – e ainda assim este é um movimento que não é total e nem atingiu todos os países da mesma forma.

Quando se fala em cobertura de temas ambientais, refere-se, de modo geral, à fabricação de notícias, conforme normas e regras organizacionais e da própria cultura jornalística, a partir de acontecimentos caracterizados como ambientais. Hannigan (1995) cita três tipos principais de acontecimentos ambientais: acontecimentos importantes (como o Dia da Terra e a Rio-92), as catástrofes (acidentes nucleares, contaminações, eventos extremos, etc.) e acontecimentos jurídicos/administrativos (julgamentos, audiências públicas, votação de leis, etc.). Acrescenta-se ainda que a divulgações de relatórios e pesquisas científicas, complementam os principais desencadeadores de notícias nessa área.

Para este autor, "as catástrofes ambientais são o 'sal' da cobertura noticiosa" (HANNIGAN, 1995, p.88), proporcionando que os jornais tenham histórias de interesse humano – drama, solidariedade, tragédia. Entretanto, esse enfoque no acontecimento factual, típico da cobertura de todos os temas de periodicidade diária, favorece enquadramentos pontuais e costumam não interligar as longas e complexas redes causais. A ideia presente no campo ambiental de que tudo está conectado é rompida quando as notícias retratam uma parte da história sem contextualizá-la. Acaba-se, portanto, fragmentando o fato ambiental.

Mais um problema constatado nessa área é a recorrência a fontes oficiais, sobretudo cientistas, sem presença de outras vozes. Bueno (2007) diz que esta é uma das síndromes que afeta a qualidade do jornalismo ambiental, a do Lattes (em referência ao nome da plataforma que reúne os currículos acadêmicos no Brasil). O pesquisador defende que o jornalismo (em particular o ambiental) não deve se limitar aos especialistas, incluindo pessoas que pensam diferente e que "estão fora dos muros da academia", como os povos das florestas, os pequenos agricultores, os cidadãos da rua, etc.

Os estudos de jornalismo ambiental (que extrapola a ideia de cobrir assuntos ambientais) são recentes em todo mundo, nascendo com a preocupação pública com questões dessa ordem. A necessidade e os desafios da prática propiciaram a abertura de um conjunto de reflexões próprias nas maneiras de se pensar e fazer o jornalismo. No Brasil, Bueno (2007) e o grupo de pesquisadores coordenado por Girardi na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (GIRARDI; MASSIERER; SCHWAAB, 2006; GIRARDI et al., 2012; GIRARDI; MORAES; LOOSE, 2012) foram os pioneiros em discutir aspectos teóricos e epistemológicos dessa especialidade. Articulando conhecimentos do campo ambiental com a função social do jornalismo, foram formuladas algumas premissas com o intuito de melhorar a qualidade das informações e despertar os cidadãos para envolvimento mais concretos.

Sendo assim, assume-se, conforme Girardi *et al.* (2012), que o conceito de jornalismo ambiental extrapola a ideia de especialização ou de cobertura de um único tema, sendo uma concepção ampla, crítica e plural que é orientada por responsabilidades ética e cidadã a favor da cidadania planetária. Ao incorporar elementos da epistemologia ambiental, tais como a complexidade, a interdisciplinaridade e a perspectiva sistêmica, o jornalismo passa a defender uma contextualização mais profunda, pluralidade de vozes e uma cobertura sistemática.

A obrigação com a informação qualificada que poderá despertar a reflexão e, quiçá, a ação dos cidadãos para os assuntos ambientais é posta por Bueno (2007, p.28) da seguinte forma: "[...] é preciso que os comunicadores ou jornalistas ambientais estejam conscientes de que esta é uma atividade que requer militância, compromisso, capacitação, ética e profissionalismo". Para o jornalismo ambiental, a militância corresponde a uma atitude crítica em defesa da sustentabilidade da vida, a um engajamento social que defenda os interesses de uma relação sociedade-natureza menos nociva e conflituosa. O jornalista André Trigueiro, em palestra sobre o tema, argumenta que assim como os profissionais não são imparciais com a corrupção, também devem o ser contra a exploração da natureza. Na mesma linha, o jornalista uruguaio Victor Bacchetta (2000, p.18) explicita:

*El periodismo ambiental considera los efectos de la actividad humana, desde la ciencia y la tecnología en particular, sobre el planeta y la humanidad. Debe contribuir por lo tanto a la difusión de temas complejos y al análisis de sus implicaciones políticas, sociales, culturales y éticas. Es un periodismo que procura desarrollar la capacidad de las personas para participar y decidir sobre su forma de vida en la Tierra, para asumir definitivamente su ciudadanía planetaria.*²⁶

Sob esse viés, o jornalismo atua como um ator social, que assume sua parte de responsabilidade com a sustentabilidade e busca ir além do repasse das informações. Girardi *et al.* (2012, p.148) reitera que o jornalismo ambiental "[...] visa ser transformador, mobilizador e promotor de debate por meio de informações qualificadas e em prol de uma sustentabilidade plena", evidenciando que esta prática depende da compreensão e internalização de uma outra racionalidade, de uma nova forma de pensar que leve em conta o todo e não apenas as partes.

Para tanto, os jornalistas dedicados a essa (re)configuração do olhar precisam estar sensibilizados e serem detentores de conhecimentos prévios, de modo a não se tornarem meros porta-vozes dos entrevistados. No caso das MCs, este jornalismo pode ser uma das chaves para seu enfrentamento (SORHUET, 2013), já que assume compromissos com a equidade, a justiça e o bem comum.

Vale frisar que esse tipo de jornalismo mais completo, sistêmico e até holístico, apontado como o ideal para gerar entendimento e ação pública, ainda é bastante raro nos veículos brasileiros, sendo mais encontrado em revistas (que tem uma periodicidade mais alargada) ou especiais (como grandes reportagens ou documentários). Nos diários pode-se encontrar algumas tentativas de incorporação desses pressupostos quando os jornalistas dominam, ao menos em parte, o conteúdo da matéria. Em razão da pressão do tempo, do enxugamento das redações e da cada vez mais frequente ausência de profissionais experientes e especializados, grande parte dos jornais, especialmente os que não têm circulação nacional, as notícias que poderiam ser ambientais limitam-se a tratar de um aspecto do meio ambiente, da mesma forma como cobriria um aspecto político, esportivo ou de polícia. Restrições de diferentes ordens fazem com que a forma de construir as notícias em conformidade com os estudos do jornalismo ambiental não seja possível.

Assim, sinaliza-se que as notícias analisadas aqui não são compreendidas como sendo produtos da prática jornalística comprometida com o meio ambiente. O que se verifica

²⁶ Em tradução livre: "O jornalismo ambiental considera os efeitos da atividade humana, desde a ciência e a tecnologia em particular, sobre o planeta e a humanidade. Deve contribuir, assim, para a difusão de temas complexos e análises de suas implicações políticas, sociais, culturais e éticas. É um jornalismo que procura desenvolver a capacidade das pessoas para participar e decidir sobre sua forma de vida na Terra, para assumir de forma definitiva sua cidadania planetária".

é a cobertura de um jornalismo diário sobre temáticas que atravessam o campo ambiental, mas não necessariamente adere à concepção teórica dos estudos do jornalismo ambiental. Nota-se que esta diferenciação não é feita por muitos autores que se detêm sobre a relação jornalismo *versus* meio ambiente, porém acredita-se que iluminar as especificidades deste jornalismo pode auxiliar na discussão de uma melhor cobertura das MCs e seu papel na governança climática, entendida aqui como um processo coletivo, que ocorre em múltiplas camadas, de tomada de decisão a favor do enfrentamento dos riscos das MCs (ver aprofundamento sobre esta questão no Capítulo 4).

O quadro traçado a seguir tenta revelar pistas da conjuntura que se faz central neste trabalho – o jornalismo sobre as MCs –, porém o desenvolvimento teórico desta interface permeará todo o texto, de acordo com os realces e as correlações mencionadas.

1.5 O BINÔMIO JORNALISMO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

As mudanças climáticas começaram a fazer parte dos interesses dos jornalistas, de forma mais frequente, a partir dos anos 1980, quando os debates a respeito do tema se intensificaram e a opinião pública, especialmente nos Estados Unidos, começou a tomar conhecimento do que seria o aquecimento global. O fato do verão de 1988 ter sido um dos mais quentes até então nesse país e ter gerado enormes problemas tanto para o meio ambiente quanto para a agricultura, além do discurso da então primeira-ministra britânica, Margareth Thatcher, naquele mesmo ano, que reconhecia a relevância da discussão acerca das alterações do clima (talvez motivada por conflitos com os sindicatos de carvão e por ter o plano de investir em energia nuclear), são fatores que ajudam a entender este momento da cobertura midiática e a consequente pressão para que os Estados Unidos assumissem um papel de liderança nas negociações, que levariam à formação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, na sigla em inglês) e na convocação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1989 (VIVARTA, 2010; BOYKOFF, 2011). Por isso, Carvalho (2011, p.36) destaca 1988 como "[...] um ano-chave na emergência das alterações climáticas como uma questão pública".

De uma maneira mais ampla, as questões ambientais só começam a repercutir para além do âmbito da ciência nos anos 1970, quando há um crescimento da consciência ambiental, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, e a emergência da noção de uma crise ambiental. Esta compreensão revelou um estado explícito e generalizado de problemáticas (a exemplo das mudanças do clima) e, com isso, a necessidade de uma ação global para contê-las.

Carvalho (2011) coloca a destruição da camada de ozônio como o primeiro problema ambiental a despertar atenção global e a conduzir a uma ação política internacional nos anos 1980. Ainda que, no começo das discussões, houvesse contradições científicas sobre o ritmo da destruição da camada de ozônio, a constatação do seu "buraco" por meio de uma série de estudos científicos embasou políticas e mudanças de comportamento (em relação aos clorofluorcarbonetos – CFCs –, responsáveis pela redução da camada), decorrentes também da mobilização social articulada pela imprensa. Embora esse movimento tenha tido êxito, o mesmo não ocorreu com as mudanças climáticas.

Os estudos climáticos começaram a apresentar um consenso na década de 1980, e apenas em 1985, em uma conferência internacional sobre dióxido de carbono e variações climáticas, a politização do tema começou a ser desenhada. Neste momento, os cientistas recomendaram uma convenção global sobre o assunto e apontaram a necessidade de investigações sobre opções políticas no que diz respeito à mitigação e adaptação diante do problema. Todavia, foi somente em 1988 que o primeiro encontro político mundial sobre mudanças climáticas aconteceu, a chamada Conferência de Toronto (CARVALHO, 2011).

Mesmo após a inserção da problemática na esfera midiática a partir dos anos 1980, a cobertura do tema não ocorreu de forma sistemática. Viola, em texto divulgado no site da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), aponta a invasão do Kuwait pelo Iraque, em agosto de 1990, e a subsequente Guerra do Golfo como acontecimentos que arrefeceram as opiniões pró-ambiente dos americanos. Assim, o tema perde visibilidade nos Estados Unidos, mas não apenas neste país.

A pesquisa sobre a imprensa brasileira coordenada por Vivarta (2010) revela que entre 1992 e 1995, apesar da relevância da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (a Rio-92), momento em que foi acordada a Convenção sobre Mudanças Climáticas, as discussões tiveram uma ascensão lenta e difusa. Porém, é preciso ressaltar que foi neste mesmo momento que, pela primeira vez, houve um reconhecimento político e público – resultado do processo iniciado em 1988 com a criação do IPCC – de que o aquecimento do planeta poderia ser decorrente das emissões exageradas de gases de efeito estufa (GEE)²⁷ realizadas pelas atividades humanas.

Diante disso, estabeleceu-se a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas ou simplesmente Convenção do Clima, que entrou em vigor em 1994 com objetivo principal de alcançar a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera

²⁷ Principalmente o dióxido de carbono, metano e óxido nitroso - CO₂, CH₄ e N₂O, respectivamente.

abaixo dos níveis perigosos para o equilíbrio climático do planeta. A primeira reunião ocorreu em 1995, em Berlim, onde se iniciou o processo de negociação de metas e prazos específicos para a redução de emissões de GEE pelos países desenvolvidos. Desde então, anualmente, os países signatários desta convenção se reúnem para discutir e buscar formas de lidar com as mudanças do clima nas chamadas COPs.

Por mais que o assunto tenha ganhado visibilidade na imprensa e que hoje seja relativamente comum o aparecimento de notícias sobre o tema, a cobertura jornalística sobre MCs ainda é inconstante, da mesma forma que a cobertura de outros temas ambientais (HANSEN, 2010). As MCs, de uma forma geral, tornam-se pauta nos veículos de comunicação apenas durante divulgação de pesquisas e relatórios científicos, desastres climáticos e a realização de eventos políticos que concentram chefes de estado (LOOSE; LIMA; CARVALHO, 2014). A forma como o tema é abordado é, muitas vezes, distante da realidade do leitor, o que contribui para o pouco envolvimento que as pessoas manifestam com a questão das MCs (O'NEILL; NICHOLSON-COLE, 2009).

Boykoff (2011) lembra que há picos na cobertura sobre este tema. Em 2007, por exemplo, a divulgação do 4.º relatório do IPCC promoveu um *boom* midiático quando o filme de Al Gore, *Uma Verdade Inconveniente*, lançado nos Estados Unidos anteriormente, em 2006, contribuiu para introduzir e também, em certos países, dar continuidade à discussão. Após uma enxurrada de notícias sobre o tema, houve um momento de estagnação até dezembro de 2009, quando os jornalistas voltaram-se para a COP-15, ocorrida em Copenhague, considerada a maior reunião diplomática da história, sobre a qual havia enormes expectativas em relação ao estabelecimento de um tratado que substituiria o Protocolo de Kyoto, vigente de 2008 a 2012. O evento aconteceu em um momento de grande preocupação com o tema, mas o impasse entre países desenvolvidos e em desenvolvimento para se estabelecer metas de redução de emissões e as bases para um esforço global de mitigação e adaptação, assim como o fim dos oito anos do governo Bush nos EUA, que se recusou a participar das discussões e do esforço de combate à mudança do clima, frustraram a realização de novo acordo.

As COPs que se sucederam já começavam com objetivos menos ambiciosos e a certeza de que o acordo seria difícil. As negociações anuais fazem emergir a necessidade de uma ação, mas, ao mesmo tempo, revelam que há interesses outros acima da questão climática. Por mais que haja pequenos avanços nesses encontros e a imprensa presente de forma mais frequente o tema no período, o debate político e econômico se sobressai e afasta a perspectiva de que o clima está relacionado com o nosso modo de vida também.

De todo modo, a mediação realizada pelos meios de comunicação social é de extrema relevância para que o trabalho científico e as decisões sociopolíticas tornem-se públicas. Carvalho *et al.* (2011, p.105) reforçam isto quando afirmam que "[...] os media são actores centrais na formulação, reprodução e transformação do significado deste problema complexo e uma arena fundamental para a legitimação e/ou crítica de opções políticas e económicas". Boykoff (2011) atenta ainda que as representações da mídia sobre a ciência e política do clima não conduzem linearmente a opinião pública a uma mudança individual ou social, mas têm provado que são, entre outros fatores, um dos elementos-chave que têm costurado a ciência, a governança e o cotidiano das pessoas sobre a questão climática.

Quando foca-se no trabalho acadêmico a respeito deste binômio, Boykoff (2011) aponta que, enquanto a cobertura das MCs cresceu nos anos 1980, as pesquisas sobre a influência das representações sobre o tema – e o meio ambiente de forma geral – só começaram na década posterior, especialmente nos Estados Unidos, Europa, Austrália e Nova Zelândia. As pesquisas são majoritariamente sobre a cobertura da imprensa escrita (com foco nos conteúdos das coberturas) e demonstram lacunas no papel da mídia como agente mobilizador de ações de governança ou de mudança comportamental em razão dos efeitos das MCs. Shanahan (2009) destaca que a maioria das pesquisas realizadas até agora foram conduzidas por falantes de língua inglesa e focadas em jornais, enquanto há poucos projetos interessados nas abordagens de rádio e televisão (que chegam à maioria da população, especialmente aquelas com baixo grau de escolaridade), e na análise das informações em outras línguas.

Apenas na última década os estudos sobre essa relação passaram a ser objeto de interesse em outros países, como os da América Latina. Mercado (2012) ratifica que as principais abordagens de pesquisa sobre mudanças climáticas reportam à mídia ocidental, especialmente jornais dos Estados Unidos na década de 1990, com foco em como o ceticismo aparece quando se trata do tema. Algumas normas e tradições jornalísticas, como a ideia de que é necessário ouvir os dois lados da questão, acabaram promovendo o lado cético da questão climática em relação à responsabilidade do homem no aceleramento destas mudanças. A situação gera uma oposição de ideias que não se reflete no "consenso"²⁸ existente na comunidade científica.

²⁸ Não há consenso na comunidade científica e sim um pensamento predominante sobre determinados aspectos das MCs, representado pelo grupo de cientistas que participam do IPCC. De modo a facilitar a compreensão de dadas problemáticas da pesquisa – tendo em vista autores que usam o conceito –, vincula-se a ideia de consenso científico às divulgações do grupo majoritário de cientistas que concordam com e ratificam os postulados do IPCC.

Os trabalhos de Boykoff e Boykoff (2004; 2007) sobre a cobertura da imprensa americana revelam que a adesão dos jornalistas pela busca do equilíbrio informativo foi uma das causas da desinformação sobre as MCs, especialmente nos anos 1990. Antilla (2010) também constatou, através de uma pesquisa com dados de 2006 e 2007, que nos Estados Unidos a cobertura sobre o tema tem sido há bastante tempo enquadrada como incerta e controversa, o que pode gerar um atraso na compreensão de que as MCs são urgentes e no posterior engajamento para seu enfrentamento. Tais estudos são exemplos de como os investigadores têm trabalhado sobre o aspecto da incerteza e suas relações com o enfrentamento ou passividade diante do fenômeno, tornando esta questão bastante recorrente nos estudos de discurso e enquadramento das MCs.

Outro ponto que merece ser destacado nos estudos da interface entre jornalismo e mudanças climáticas refere-se à abrangência, alcance ou relação do tema com os diferentes níveis de amplitude (local, regional, nacional e internacional), que costuma interferir no âmbito de familiaridade com a qual o leitor identificará o assunto. Carvalho (2011), em suas pesquisas realizadas em Portugal, mostra que o cenário internacional ainda recebe mais atenção que as instâncias locais, estas últimas são aquelas que justamente aproximariam a população com o tema. Segundo a autora: "[...] no discurso mediático, a ação sobre as alterações climáticas é essencialmente associada ao *locus* global, das cimeiras políticas intergovernamentais, não estando ao alcance dos cidadãos" (CARVALHO, 2011, p.236), o que, conseqüentemente, não relaciona os hábitos e posturas da população em relação ao problema. A conexão do local com o global é fundamental para se pensar em outras atitudes e o jornalismo, como campo de excelência de medição e legitimação de discursos, precisa estar atento às formas com que dissemina a questão. Ainda mais quando pesquisas apontam que os cidadãos acessam compreensões sobre ciência – e o tema mudanças climáticas está geralmente colocado dentro deste escopo – majoritariamente pela cobertura que os meios de comunicação realizam (ANTILLA, 2010).

A preocupação sobre uma abordagem alarmista ou catastrofista das MCs também já foi e continua sendo estudada por pesquisadores como Hulme (2009). Tal perspectiva é ainda bastante discutida, pois não há certeza se o enquadramento das notícias a partir de seus efeitos negativos causaria uma reação para enfrentar a situação por parte dos leitores ou, de forma contrária, uma inércia – já que os sujeitos sentem-se incapazes de impedir que algo tão maior (de caráter global) seja contido. Apesar da linguagem catastrofista chamar mais atenção, há uma falta de clareza na literatura sobre os impactos que as mensagens de medo nas comunicações das MCs têm em relação ao envolvimento e engajamento do público. O'Neill e

Nicholson-Cole (2009) realizaram estudos empíricos em torno de representações visuais e icônicas, e demonstram que, apesar de atrativas, aquelas vinculadas ao medo, geralmente não conseguem motivar o envolvimento pessoal para enfrentar as MCs. Justamente observaram o contrário: que as abordagens que alcançaram engajamento mais significativo possuíam ligações espaciais e temporais com o cotidiano dos participantes. O sensacionalismo a partir dos efeitos incontrolláveis das MCs não apenas desincentiva mudanças de comportamento, como tende a crescer cada vez mais para chamar a atenção dos efeitos já sabidos pela população.

Carvalho *et al.* (2011) lembram que tais discursos alarmistas, construídos a partir do exagero dos impactos negativos decorrentes das MCs e da falta de opções para seu enfrentamento, podem gerar apatia ou descrença, afastando-se das implicações desejadas. Este é um dos vários aspectos que ainda precisam ser explorados em âmbito de cobertura brasileira, especialmente nos veículos de menor porte e alcance local, que costumam ser menosprezados quando se fala de MCs. A intenção de chamar atenção do público para a necessidade de mudar de rumo a fim de evitar o agravamento dos efeitos das MCs é bem-vinda, mas é preciso ter cuidado com a tênue linha que separa o alerta do alarmismo.

Há vários aspectos que podem ser tratados dentro deste amplo tema, como questões políticas, econômicas, sociais, científicas, ambientais e até culturais, porém destaca-se que estas diferentes dimensões do assunto não são tratadas com o mesmo peso (BOYKOFF, 2011). A comunicação a respeito das mudanças climáticas ainda é um desafio, especialmente por contemplar incertezas científicas que podem corresponder a interesses políticos e econômicos distintos que estão em disputa. De acordo com Boykoff (2011, p.64):

Media representations of uncertainty have the potential to inform a set of alternatives for individual as well as collective action on climate change. However, media portrayals also have the potential to distract (e.g. Revkin, 2010) as well as impede substantive actions to reduce GHG emissions (Zehr, 2000), as the reduction of uncertainty has long been framed as a prerequisite for political and policy progress.²⁹

Dessa forma, sublinha-se que a amplificação ou diminuição da incerteza em relação às MCs, ao ser divulgada pela imprensa, gera impactos tanto nas decisões político-econômicas quanto no que tange aos processos de governança. A contextualização (exposição sobre as circunstâncias e o lugar de discussão do fato) sobre esta questão também é importante, como

²⁹ Em tradução livre: "Representações midiáticas sobre a incerteza têm o potencial de informar um conjunto de alternativas para a ação individual e coletiva sobre as mudanças climáticas. Entretanto, retratos da mídia também têm o potencial para distrair (por exemplo, REVKIN, 2010), bem como impedir ações substantivas para reduzir as emissões de GEE (ZEHR, 2000), assim como a redução da incerteza tem sido enquadrada como um pré-requisito para o progresso político e estratégico."

foi detectado por Corbett e Durfee (2004). Conforme o estudo, a maior contextualização nas notícias sobre ciência climática permite ajudar na mitigação da controvérsia causada pelas incertezas. Ou seja, quanto mais informações sobre o contexto da afirmação, mais minimizada será a incerteza sobre tal fato. Cabe esclarecer que, embora os estudos voltados para o ceticismo e incertezas científicas tenham ganhado visibilidade nessa área, este é um fenômeno anglo-saxão (ou de língua inglesa), que se revela com frequência no Reino Unido e nos Estados Unidos, e há razões específicas para isso (PAINTER, 2012).

Em análise sobre as vozes negacionistas ou céticas das MCs em jornais de seis países diferentes (EUA, Reino Unido, Índia, França, China e Brasil), Painter (2012) verificou que Reino Unido e Estados Unidos citaram ou mencionaram juntos mais de 80% das vezes que tais vozes apareceram nos seis países da pesquisa. Brasil e Índia apresentaram as menores porcentagens. O pesquisador se debruça sobre os jornais a partir de uma classificação de quatro perfis distintos de céticos e avalia que há fatores atrelados à maior cobertura desta questão pelos EUA e Reino Unido, dentre eles: *"[...] la presencia de políticos que dan apoyo a algunas variantes del escepticismo climático, la existencia de intereses organizados que apoyan su cobertura y consumidores receptivos a este mensaje, todos los cuáles juegan un rol particularmente significativo"*.³⁰ (PAINTER, 2012, p.77).

Outro ponto investigado na comunicação sobre MCs é a tradução ou uso da linguagem. Dependendo da forma como se diz algo, a compreensão do assunto é uma ou outra, além do fato de que públicos diferentes reinterpretem tais informações de formas particulares. Hernández (2013) explica como isso está atrelado à importância da mídia:

*El cambio climático no es un fenómeno fácil de percibir o interpretar. En realidad, hemos sabido de la dimensión y la importancia del problema gracias a los medios de comunicación que, en primera instancia, trasladaron a la sociedad las voces de alerta lanzadas por los científicos. En la actualidad, hay un acuerdo general sobre la necesidad de una adecuada comunicación del cambio climático para que las sociedades sean capaces de reconocer adecuadamente el problema y reaccionar ante él.*³¹

³⁰ Em tradução livre: "[...] a presença de políticos que dão apoio a algumas variantes do ceticismo climático, a existência de interesses organizados que dão apoio a sua cobertura e consumidores receptivos a esta mensagem, todos os quais desempenham um papel particularmente importante".

³¹ Em tradução livre: "A mudança climática não é um fenômeno fácil de perceber ou interpretar. Na realidade, temos sabido a dimensão e a importância do problema graças aos meios de comunicação que, em primeira instância, traduzem para a sociedade as vozes de alerta lançadas pelos cientistas. Hoje, há um acordo geral sobre a necessidade de uma adequada comunicação da mudança climática para que as sociedade sejam capazes de reconhecer adequadamente o problema e reagir ante ele".

Nesse sentido, Painter (2013) analisa a cobertura da imprensa sobre os relatórios do IPCC e o degelo no Oceano Ártico em seis países diferentes (Austrália, França, Índia, Noruega, Reino Unido e EUA), revelando como ocorre a comunicação sobre riscos climáticos através dos jornais. O autor argumenta que a linguagem dos riscos pode ser útil para promover mudanças hoje em vez de aguardar até o momento em que a prova conclusiva de que o clima está alterado apareça. Painter (2013) pontua que esta linguagem já está presente na experiência cotidiana da população, como ocorre nos casos da saúde e de investimentos financeiros, e que muitas pessoas já avaliam os riscos em escalas de tempo próximas a dos riscos climáticos – como quando se paga um fundo de pensão por 40 anos. Por outro lado, esta linguagem pode deslizar para um tom alarmista ou catastrófico. Tal problema, em algumas circunstâncias, tem o efeito de criar o medo, o desespero e a inércia. Portanto, mais pesquisas devem ser realizadas porque a eficácia do uso da linguagem dos riscos depende de valores culturais, sociais e políticos, assim como das relações e experiências dos públicos.

A relação entre aquilo que é transmitido pela imprensa e o que o público percebe e depois faz com a informação é um elo complexo de se estudar, mas que merece atenção tendo em vista o papel de legitimador e de propulsor de visibilidade que a imprensa tem, por um lado, e a necessidade de se preparar e enfrentar os riscos climáticos, por outro. Assim, a maneira mais eficaz de comunicar a diferentes públicos as nuances das mudanças do clima é uma questão presente em várias investigações. Linden *et al.* (2014) verificaram que para tratar do consenso científico de que o homem é responsável pelas MCs, um texto curto ou um gráfico do tipo pizza é mais eficaz, em termos de entendimento, do que uma metáfora, gerando uma compreensão mais imediata. Durfee e Corbett (2005), de outra maneira, realizaram um experimento no qual distribuíram notícias sobre a mesma pesquisa, mas com quatro enquadramentos diferentes (com apresentação da controvérsia e do contexto, somente do contexto, somente da controvérsia, e sem falar da controvérsia e nem do contexto) e concluíram, após o contato com os diversos leitores, que incluir o contexto científico na construção das notícias é uma estratégia que contribui para o entendimento público sobre a certeza que demonstra a maioria dos estudos sobre MCs. Estas pesquisas sugerem que quanto mais se compreender a recepção da comunicação sobre MCs, mais eficazmente poderá se comunicar os seus riscos reais e maneiras de adaptá-los e/ou mitigá-los.

Mais recentemente, nos últimos dez anos, estudos com jornalistas sobre suas normas e rotinas profissionais começaram a trabalhar as especificidades da cobertura sobre MCs. A forma como cada jornalista retrata a questão climática está inserida em um contexto cultural, social, político e econômico que, em algum grau, influencia o que e de que maneira vai ser dito.

Também as relações com as fontes de informação (sejam elas políticos, cientistas ou ambientalistas) resultam em algumas ênfases e outros silenciamentos. Como a questão é complexa e apresenta variadas facetas e imbricamentos, cada notícia está sujeita a escolhas, às vezes tomadas quase automaticamente em razão da dinâmica do dia a dia da fabricação do jornal. Apesar das dificuldades inerentes à construção de uma notícia cercada de aspectos tão complexos, Boykoff (2011, p.98) assinala a relevância deste processo para que a sociedade em geral conheça a problemática:

Numerous factors contribute to how we negotiate the range of evidence and claims about climate change, as well as evaluate experts and claims-makers. A given media message, text, image or clip has the potential to galvanize and inspire an individual, group or community, while that same message irk or paralyze others. Although tricky, putting the complexities of climate science and governance into context is critically important for successfully communicating climate change and for achieving greater connectivity between communities of science, policy, media and the public citizenry.³²

As múltiplas escalas de fatores sociais, institucionais e até psicológicos que disputam espaço durante o processo de construção da notícia nos jornalistas geram enquadramentos diversos entre os veículos de comunicação e mesmo entre os diferentes profissionais. É preciso levar em conta que cada relato escrito segundo métodos que busquem a objetividade do acontecimento também carrega a própria subjetividade de quem escreve. Toda escolha (consciente ou não) remete a dadas respostas e apaga outras.

Bruggemann e Engesser (2014) realizaram uma pesquisa com jornalistas de cinco países (Alemanha, Suíça, Índia, Reino Unido e Estados Unidos), de veículos com perfis diversos, e verificaram que a atitude dos jornalistas em relação ao tema está atrelada às fontes, sendo que a comunidade interpretativa sobre o tema é partilhada com elas. Ao mesmo tempo, os autores apontam que, apesar do seu estudo mostrar que os jornalistas partem dos pressupostos do IPCC, há pelo menos três aspectos vinculados ao fazer jornalístico que podem contribuir, de forma involuntária, para o que chamam de uma alienação persistente ou até mesmo crescente entre a ciência do clima e o público: 1) a intenção de citar os especialistas céticos e avaliá-los criticamente quase nunca é concretizada (na prática, eles são citados nas notícias sem crítica);

³² Em tradução livre: "Inúmeros fatores contribuem para a forma como negociamos a gama de evidências e alegações sobre as mudanças climáticas, bem como a avaliação de especialistas e tomadores de decisão. A mensagem dada pela mídia, texto, imagem ou clip, tem o potencial de estimular e inspirar um indivíduo, grupo ou comunidade, enquanto essa mesma mensagem pode irritar ou paralisar outros. Embora complicado, colocar as complexidades da ciência do clima e da governança em contexto é extremamente importante para o sucesso da comunicação das mudanças climáticas e para obter uma maior conectividade entre as comunidades da ciência, da política, da mídia e dos cidadãos".

2) a ênfase nas incertezas científicas; e 3) a visão afirmativa de alguns redatores ocasionais, que tende a ignorar as advertências e incertezas da ciência. Logo, a dinâmica da construção das notícias afeta de forma mais ou menos determinante, conforme as próprias referências e experiências dos receptores, a representação do que são as MCs.

Como já foi dito, o jornalismo é uma atividade profissional com função social atrelada a uma série de normas e valores. Boykoff (2011) destaca a personalização, a dramatização, a novidade, o discurso de autoridade e o equilíbrio informativo como os principais valores e normas que contribuem para a representação das mudanças climáticas.

Também se pode tratar desta relação a partir dos níveis de abrangência da cobertura e sua proximidade com a realidade local. Nesse caso, averigua-se que a maior parte da produção científica aborda os grandes veículos de referência, ou seja, produtos jornalísticos de alcance nacional. A escassez de estudos a partir de veículos locais/regionais e dos efeitos locais das MCs corresponde a um dos hiatos deste binômio, especialmente quando é sabido que o envolvimento com determinadas questões é maior quando próximo do dia a dia dos cidadãos e que as medidas de adaptação e mitigação precisam ser implantadas em todas as escalas. Liu, Vedlitz e Alston (2008) estudaram um jornal regional do Texas, EUA, e perceberam que a questão das MCs geralmente é tratada como um assunto nacional ou internacional (logo, distante do cotidiano das pessoas) e geralmente ligado a outros assuntos públicos em vez de ser tratado como um problema ambiental. O mesmo estudo revelou que as soluções propostas são muito mais focadas na mitigação do que na adaptação e que as principais fontes de informação são do campo científico.

Outra perspectiva pouco estudada está centrada nos estudos de recepção e/ou percepção dos consumidores de informação sobre esta temática (BUTLER; PIDGEON, 2009), a fim de checar o impacto que as notícias geram no seu dia a dia no que diz respeito à mudança de comportamentos e ações de enfrentamento. Embora muitas pesquisas de comunicação se justifiquem a partir da suposta influência que a mídia exerce sobre os públicos, investigações que se voltem para a recepção ainda são poucas se comparadas com aqueles que se detêm unicamente sobre os conteúdos midiáticos. Olausson (2011) é crítica nesse aspecto, pontuando que os estudos nessa área costumam ter uma perspectiva midiocêntrica, que negligencia as relações (escolhas, interpretações, etc.) dos receptores com a informação que é divulgada pelos meios de comunicação. Para a pesquisadora, é preciso romper com essa afirmação axiomática e buscar entender a complexidade atrelada às compreensões das audiências. Algumas pesquisas desenvolvidas nessa área são relatadas no Capítulo 3, que versa sobre a percepção dos riscos.

Para além destas questões, outras ainda são colocadas no vasto escopo que compreende a interface comunicação/jornalismo e mudanças climáticas. Lembra-se que estudos na internet (blogs, redes sociais e websites) e também em televisão relacionados a esta questão começam a ser desenvolvidos. Gavin (2009) é um dos pesquisadores que se dedicou à *web* para ver de que modo ela ajuda as pessoas no engajamento e ações atreladas às MCs, assim como Carvalho (2007), que observou o modo como as alterações climáticas estão na internet e avalia as potencialidades dessas representações para a promoção de formas mais participativas de democracia no contexto português.

Vale destacar que os investimentos em investigações nessa área estão concentrados no hemisfério Norte, sendo poucos os estudos sobre o tema nos continentes americano e africano. No contexto brasileiro, as pesquisas sobre MCs ainda são recentes, embora existam dados que apontem que a América Latina, em razão da maior dependência dos recursos naturais e das profundas desigualdades sociais, será bastante impactada pelos efeitos da mudança do clima (PNUD, 2007). Também o PBMC (2013) aponta que, além do problema atrelado às alterações climáticas, há fatores que contribuem para o aumento da vulnerabilidade a este processo no País, tais como pressão demográfica, crescimento urbano desordenado, pobreza e a migração rural, baixo investimento em infraestrutura e serviços, e problemas relacionados à governança, o que agrava a situação brasileira em relação aos riscos climáticos.

Ao que se refere especificamente ao binômio em análise, os estudos são ainda mais pontuais, pois os investimentos em pesquisa na área da Comunicação não costumam ser os mesmos destinados às áreas tecnológicas, de saúde e inovação, por exemplo. Em razão de suas dimensões continentais e de sua grande desigualdade social, a preocupação com os efeitos da comunicação/jornalismo não desperta grande atenção no âmbito nacional.

Em estudo sobre os países não industrializados, Shanahan (2009) apresenta sobre o Brasil os resultados de uma apresentação de Fioravanti (2007) e os primeiros apontamentos da pesquisa desenvolvida pela Andi, em cooperação com a Embaixada Britânica no País. (VIVARTA, 2010). Fioravanti (2007) examinou a cobertura da *Folha de São Paulo* entre 2006 e 2007, assinalando a dependência que o jornal apresentava de agências internacionais para falar de MCs – o que se manifesta na predominância de vozes estrangeiras (algo que ainda se faz bastante presente, como foi constatado por Loose, Lima e Carvalho (2014) na análise do jornal *Gazeta do Povo* durante 2013).

A última investigação, de Vivarta (2010), é pioneira, pois traçou o estado da arte desta relação no Brasil. A pesquisa analisou 50 jornais de diferentes estados, de julho de 2005 a dezembro de 2008 (dividida em dois períodos de análise), e aponta como um dos principais

resultados da análise da imprensa a mudança de abordagem: de uma abordagem do risco, que dá ênfase aos impactos climáticos, a uma abordagem mais atenta às estratégias de enfrentamento. Assim, mesmo havendo uma série de deficiência e brechas a serem revistas pelo jornalismo quanto à cobertura das mudanças climáticas, há sinais de que seu espaço como amplificador de assuntos pode ser utilizado também em prol da governança climática.

A análise comparativa evidencia picos de cobertura seguidos por esvaziamento, e verifica que os periódicos de abrangência nacional apresentam índices mais expressivos em relação ao tema que aqueles de circulação regional ao longo do monitoramento efetuado. Visualiza-se também uma recente valorização das pautas que relacionam as alterações de temperatura a aspectos específicos do contexto brasileiro, porém o problema é majoritariamente abordado como algo de caráter exclusivamente ambiental, havendo necessidade de transformá-lo em um assunto transversal, "[...] contemplando não apenas os aspectos técnicos relacionados ao fenômeno, mas também trazendo para o centro da discussão questões relativas à política, à economia e ao comportamento" (VIVARTA, 2010, p.62).

Outras pesquisas mais localizadas também começam a surgir nos últimos anos em programas de pós-graduação (dissertações e teses) e grupos de pesquisa que já se dedicavam a temas ambientais (como é o caso do Grupo Jornalismo Ambiental CNPq/UFRGS, que fez análises sobre os discursos das coberturas das COPs). Em um dos trabalhos em que analisaram o trabalho jornalístico das principais revistas brasileiras sobre as COPs 15 e 16 ratificaram a ideia de que o tema é concentrado em fontes políticas e científicas, não havendo pluralidade de vozes, e as MCs ficam circunscritas a uma disputa política e econômica, afastando o debate do dia a dia dos cidadãos (GIRARDI *et al.*, 2013).

Bueno (2013), pesquisador brasileiro que há anos trabalha com jornalismo científico e ambiental, realizou um breve panorama de pesquisas que se detêm sobre o que a imprensa tem apresentado sobre o tema no País, onde se verifica a reprodução das vozes oficiais e a falta de esclarecimento das discussões e termos científicos. O autor também reflete sobre o espaço dos céticos no Brasil, que é minoritário, mas nem sempre contextualizado. Na sua visão, é preciso que os céticos tenham espaço, mas os leitores precisam compreender a proporção que tal perspectiva tem entre os pesquisadores, visto que a "[...] ciência do clima é complexa e que, portanto, as dúvidas, as imprecisões de mensuração, as incertezas precisam ser consideradas" (BUENO, 2013, s/p).

Sabe-se ainda de alguns pesquisadores que trabalharam com tal interface por curtos períodos (análises de aspectos específicos encontrados em anais de eventos) ou que ainda não concluíram suas pesquisas e, por isso, há ainda carência de literatura nesta área no País.

Zoccoli Carneiro (2008), por exemplo, trabalhou em sua pesquisa de mestrado com o discurso do aquecimento construído pelo jornal *O Globo*, debruçando-se sobre a desconstrução do conceito de sensacionalismo, visto geralmente apenas como algo negativo. Já Moraes (2015), em seu doutorado, dedicou-se à análise dos discursos sobre a mudança climática, durante a cobertura da Rio+20, nas revistas semanais *Veja*, *Isto É*, *Época* e *Carta Capital*, constatando que há uma predominância de sentidos oriundos de uma formação discursiva hegemônica, de viés econômico, e alguns deslizamentos de sentido, derivados de uma formação discursiva emergente, de viés ambiental. De qualquer modo, embora algumas pesquisas possam ser identificadas nesta área, nota-se a repetição do padrão voltado para a análise de conteúdo e/ou discurso dos veículos impressos de referência (jornais e revistas), centrando no aspecto da produção.

Diante deste cenário, busca-se contribuir para o esclarecimento das relações entre o que a imprensa divulga e os leitores percebem e compreendem sobre o assunto das MCs, focando também os atores envolvidos na produção (fontes de informação e jornalistas) na esfera local. Conforme sugerem Liu, Vedlitz e Alston (2008), o enfoque na escala local, mostrando os efeitos e as possibilidades de enfrentamento que podem ser adotados em cada lugar, rompe com a ideia abstrata e distante que os cidadãos costumam ter sobre as MCs. Adota-se neste trabalho a perspectiva do circuito da notícia (CARVALHO; BURGESS, 2005) no maior jornal diário de Curitiba, a fim de verificar as relações entre as percepções de diferentes atores sociais (fontes de informação, jornalistas e leitores) sobre as alterações do clima, em especial sobre seus riscos, incertezas, formas de enfrentamento e o papel que atribuem à imprensa neste sentido. A tentativa de abordar de forma integrada as diferentes dimensões do jornalismo é uma das lacunas apontadas por Olausson e Berglez (2014), que afirma faltarem estudos abrangentes que unifiquem ou conectem os diferentes níveis do jornalismo.

No âmbito do PPGMade, que promove uma perspectiva interdisciplinar sobre os objetos, o estudo deste binômio à luz da percepção dos riscos e das teorias do jornalismo busca tecer uma série de relações entre produção, circulação e recepção das notícias sobre MCs e estas sobre governança, tema comum elegido pela Turma X. Mesmo que a troca de saberes ocorra entre as próprias ciências sociais, este é um esforço que nem sempre é posto em prática tendo em vista o reforço dos limites de cada disciplina. Olausson e Berglez (2014) reforçam esta necessidade de maior intercâmbio entre as diferentes disciplinas das ciências sociais.

2 MUDANÇAS CLIMÁTICAS, RISCOS E CIÊNCIA

De tema de especialistas, a mudança climática global se tornou a principal bandeira problemática de todo o esforço de discussão sobre ambiente em todas as ciências. (OJIMA; MANDAROLA JR., 2013, p.18).

A intenção deste capítulo é contextualizar o fenômeno das mudanças climáticas contemporâneo e apresentar seus riscos de modo a compreender os eixos teóricos que se entrelaçam nesta tese. Parte-se de um panorama mais amplo, no qual a natureza é profundamente alterada pelo homem, para chegar aos efeitos e/ou consequências das alterações do clima hoje.

Na primeira seção faz-se uma abertura da conjuntura global, explicando algumas características e justificativas pela qual endossa-se a proposta de Beck (2010, 2013) de que a sociedade contemporânea pode ser vista como uma sociedade de risco.

A seguir, alguns aspectos das mudanças climáticas são evidenciados, especificamente no cenário brasileiro, no estado do Paraná e no município de Curitiba. Estas ênfases justificam-se pela preocupação existente no decorrer de todo trabalho com a relação global *versus* local.

Em seguida, tecem-se considerações a respeito de como a ciência, a comunicação, assim como os riscos são estudados e podem contribuir com a análise das MCs. Busca-se expor um quadro da cultura científica, o entendimento do que se compreende como riscos climáticos e o papel da comunicação de modo amplo – e o jornalismo de modo específico – quando focado nestes.

2.1 AS MUDANÇAS DO CLIMA COMPREENDIDAS COMO RISCOS DA CONTEMPORANEIDADE

O 5.º e mais recente relatório divulgado pelo IPCC alerta que o aquecimento do sistema climático é inequívoco e possui forte influência humana. Dentre os efeitos das mudanças climáticas geradas, em grande parte, pelo excesso de emissões de GEE, o IPCC prevê um planeta com temperaturas médias mais altas, derretimento de geleiras, aumento do nível do mar e, em razão disso, escassez de água e alimentos, extinção de espécies, inundações. As mudanças climáticas hoje são tidas como um dos problemas ambientais mais sérios e em evidência na sociedade. Ereaut e Segnit (2006) as consideram um dos maiores desafios da humanidade neste século, enquanto Wilson (2000) pondera que o fenômeno pode ser o maior risco ambiental do nosso tempo. Hansen (2011) afirma que o meio ambiente – particular e recentemente apresentado

no formato de MCs – se tornou nas últimas quatro décadas uma das preocupações centrais nas arenas públicas e políticas. Porto-Gonçalves (2006) corrobora a ideia do autor quando aponta que o período de globalização neoliberal e de devastação da natureza sem precedentes na história da humanidade levaram a sociedade, nos anos 1960/70, a perceber que estavam diante de um desafio ambiental, no qual se inscrevem uma série de questões como a perda da diversidade e as mudanças do clima. O que antes era uma solução para o progresso e crescimento econômico – a exploração dos bens naturais – passou a gerar manifestações que "[...] denunciavam os riscos que a humanidade e o planeta passaram a correr em função de um modelo de desenvolvimento [...]" (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.67), que desconsiderava limites para a intervenção do homem. Dessa forma, a lógica de crescimento econômico fomentada globalmente, calcada no consumo desenfreado de recursos e, conseqüentemente, na necessidade de exploração contínua, criaram problemas que até então não existiam.

Isso decorre porque a relação sociedade e natureza foi construída no século XIX como algo conflituoso. Beck (2010) aponta que esta oposição serve ao duplo propósito de controlar e ignorar a natureza. Subjugando-a, o homem pode dominá-la rapidamente. Entretanto, esse processo começou a mostrar efeitos não previstos: conseqüências que afetam em cheio a própria sobrevivência da espécie exploradora no planeta. Agora pode-se dizer que a natureza não pode mais ser concebida sem a sociedade e vice-versa. Beck (2010, p.98) afirma que a natureza passou a ser um produto social, o que implica dizer que:

[...] destruições da natureza, integradas à circulação universal da produção industrial, deixam de ser 'meras' destruições da natureza e passam a ser elemento constitutivo da dinâmica social, econômica e política. O imprevisto efeito colateral da socialização da natureza é a socialização das destruições e ameaças incidentes sobre a natureza, sua transformação em contradições e conflitos econômicos, sociais e políticos: danos às condições naturais da vida convertem-se em ameaças globais para as pessoas, em termos medicinais, sociais e econômicos – com desafios inteiramente novos para as instituições sociais e políticas da altamente industrializada sociedade global.

Assim, o fato de nossa espécie provocar situações e condições que prejudicam e põem em risco sua própria sobrevivência é um dos argumentos tidos por Beck (2010) para chamar a sociedade contemporânea de 'sociedade de risco'. Tais efeitos, resultantes do sistema técnico-científico no qual a sociedade está imersa, não aparecem exatamente nos anos 1960, mas é a partir desse momento que eles deixam de estar localizados nas periferias do mundo (ou onde há pobreza) para se espalhar por toda parte. Os problemas locais e regionais passam a desencadear problemas de ordem global, que afetam todos, ainda que de maneira diferenciada.

O conceito de sociedade de risco, cunhado por Beck, corresponde à acumulação e complexificação dos riscos ecológicos, financeiros, terroristas, informacionais, bioquímicos, etc., que se fazem presente no dia a dia das pessoas hoje. Ao olhar para o fenômeno das MCs, é impossível desvincular esse emaranhado de riscos que se sobrepõem, dificultando verificar quem é causa e quem é consequência. Os três aspectos que caracterizam as percepções de risco e incertezas globalmente fabricadas³³ nesta sociedade são, segundo Beck (2010), a deslocalização (não há limites para seu alcance); a incalculabilidade (suas consequências são, em princípio, incalculáveis); e a não compensabilidade (a lógica da compensação não se aplica, pois há riscos que remetem à extinção ou à impossibilidade de recuperação), o que remete aos efeitos das MCs. Beck (2013, p.31) também salienta a ironia que está intrínseca ao risco: "[...] a racionalidade [...] estimula a previsão de um tipo errado de risco, daquele que nós supomos poder calcular e dominar, mas o desastre provém daquilo que nós não conhecemos nem podemos calcular".

O conceito de risco não é novidade no âmbito dos problemas políticos mundiais, sendo utilizado como característica definidora das sociedades modernas, que criaram instrumentos para identificar, medir e enfrentá-los. Grande (2013), ao tratar da gestão dos riscos, salienta que a transição para uma sociedade de risco global se dá porque *novos tipos de riscos* se fazem presentes, aqueles que são autogerados pelo homem, ainda que de forma não intencional e que se diferenciam dos antigos pelo seu alcance, causa e forma de compreensão. Abaixo segue uma tabela com as diferenças assinaladas por Grande (2013, p.46):

QUADRO 1 - TIPOLOGIA DOS RISCOS

ASPECTOS DOS RISCOS	RISCOS 'ANTIGOS'	RISCOS 'NOVOS'
Causa	Natural	Humana
Base empírica	Observação	Previsão
Base epistemológica	Calculável	Incalculável
Âmbito	Local	Mundial
Magnitude	Limitada	Ilimitada

FONTE: GRANDE (2013).

³³ Beck (2010) estabelece diferenças entre três tipos de incertezas futuras, que são as ameaças, os riscos e as incertezas fabricadas. Para ele, as ameaças são os desastres naturais que não podem ser atribuídos à ação humana. Já os riscos pressupõem decisões humanas calculadas em probabilidades, tecnologias e modernização. Por fim, as incertezas fabricadas se distinguem por serem incalculáveis e incontroláveis. Neste texto, trata-se essencialmente dos riscos e das incertezas fabricadas relacionadas às mudanças do clima. Entretanto, como conclui Beck, estes são conceitos que na realidade se misturam.

Como a ideia de risco é constante neste trabalho, cabe aqui uma breve explanação sobre o conceito. Destaca-se que o campo dos estudos do risco é um *patchwork* de muitas escolas e perspectivas diferentes (RENN *et al.*, 1992), havendo teorias e metodologias tanto das ciências naturais quanto das ciências sociais. Logo, os riscos podem ser entendidos de maneiras bastante distintas mesmo entre os pesquisadores que se dedicam a esse objeto.

Lembra-se que a própria noção de risco, que pode ser vista como a percepção do perigo ou da ameaça, não surge com a modernidade; eles já eram percebidos e definidos há muito tempo, desde a Renascença na Itália. (VEYRET, 2007). Contudo, a preocupação pela segurança máxima, originada pela elevação do nível de vida, especialmente das sociedades ocidentais nas últimas décadas e apoiada na crença que o desenvolvimento científico e suas técnicas sofisticadas, fez com que emergisse uma recusa em relação à incerteza e ao risco.

A partir da abordagem adotada, os riscos são construídos a partir de dadas realidades, em relação a um grupo de indivíduos que o apreende e com ele convive. Portanto, os riscos do passado não são necessariamente os riscos que se percebem hoje. Como construção social, o risco não depende somente de processos objetivos e, por isso, diferentes culturas percebem a mesma situação com variados ou nenhum grau de risco.

Recorda-se que os estudos a respeito dos riscos começaram no campo das ciências naturais, primeiro entre os biólogos, tornando-se uma tradição entre os geógrafos – que se dedicam ao tema desde a década de 1920, antes mesmo da efervescência da chamada crise ambiental. O risco é visto como algo objetivamente determinado³⁴ e sua avaliação é uma atividade técnica que resulta em probabilidades. Guivant (1998) assinala que, nesta abordagem, o risco é um evento adverso, uma atividade ou um atributo físico com certas probabilidades de provocar danos, e que o conceito de "risco aceitável" (formulado por Starr em 1969) foi decisivo para estipular o limite de risco que deve ser assumido como norma para atividades voluntárias.

Marandola Jr. e Hogan (2004) discutem que, a partir da expansão dos estudos sobre riscos para outras áreas, termos como risco, *hazard* e perigo, antes bastante associados à geografia física começaram a ter significados diferentes, gerando polissemia e, com isso, pesquisas muito particularizadas e até fragmentadas. Frente à perspectiva social deste trabalho, opta-se por não usar o termo *hazard*, que não possui uma tradução certa em português, sendo confundindo com o próprio termo risco ou com a ideia de ameaça, mas que corresponde a um passo anterior ao risco, a uma condição que tem potencial de gerar dano e/ou perigo, enquanto

³⁴ Pondera-se que este pensamento é criticado por diversos pesquisadores que entendem que qualquer risco é fruto de uma construção social (DOUGLAS; WILDAVSKY, 2012; HANNIGAN, 2009) e que não existe estimativa quantitativa livre de julgamentos (SLOVIC; WEBER, 2002), ainda que os perigos sejam reais.

o risco está mais atrelado à probabilidade de que tal dano ocorra de fato (SOUZA PORTO, 2012). Em inglês, a ideia de risco como probabilidade é designada como *risk* e a de risco como perigo por *hazard*, especialmente quando envolve a resolução de um problema prático, como a gestão.

Mesmo entendendo a multidimensionalidade (COVELLO; SANDMAN, 2001) do conceito de risco, a abordagem da qual se parte está mais preocupada com a noção de risco enquanto uma categoria que reúne significados e sentidos a respeito da construção de um sentimento de perigo ou ameaça (decorrentes das mudanças climáticas) a fim de articular possibilidades para uma efetiva comunicação dos riscos e formas de colaborar para o engajamento dos cidadãos na governança climática. Como outros autores que buscam dar uma visão mais abrangente a este conceito, entende-se o risco como uma ameaça potencial (SOUZA PORTO, 2012) ou, pensando no contexto social, "*a danger of something (sometimes natural, sometimes social) for somebody in a given social nexus*".³⁵ (GREGERSEN, 2003, p.356). Destaca-se que as dimensões sociais associadas aos riscos incluem o reconhecimento que qualquer a avaliação feita pelo sujeito é dependente não apenas de aspectos afetivos, mas também culturais, políticos, ideológicos, etc.

Esta é a perspectiva culturalista de risco, que, como sua principal teórica Mary Douglas, faz a crítica da aproximação individualista feita pela maioria dos pesquisadores da psicologia em pesquisas sobre percepção de riscos com foco no processo de cognição e escolha (diferentemente da perspectiva de percepção de risco adotada nesta pesquisa). Veyret (2007) reitera o papel do contexto histórico na construção dos riscos, assim como do território e das relações sociais ali estabelecidas e lembra que as percepções de risco podem ser individuais ou coletivas. Ela aponta como primeira etapa fundamental da gestão dos riscos a relação da população com o acontecimento possível e com sua representação, e exemplifica: "[...] nas sociedades em que o perigo é considerado fatalidade ou punição divina, as populações permanecem passivas e têm muita dificuldade em admitir que podem gerir o perigo" (VEYRET, 2007, p.48). Aqui se destaca o jornalismo, como construtor e legitimador de discursos, que contribui muito para disseminar representações e determinados sentidos sobre o que pode ser entendido como risco ou não.

Beck (2010) já ressalta o componente do futuro quando trata dos riscos. O risco não está no presente, mas ali adiante. Para este autor, os riscos têm relação profunda com a antecipação, com desastres que ainda não aconteceram, mas que são iminentes. É por isso que risco não é

³⁵ Em tradução livre: "o perigo de algo (às vezes natural, às vezes social) para alguém em um determinado nexo social".

exatamente a catástrofe ou desastre, e sim a antecipação deles. Sem formas simbólicas de vislumbrar os riscos agora, eles não significam nada. Dessa maneira, o papel da comunicação se faz crucial para que tais riscos se tornem uma preocupação pública do tempo presente. Beck (2010, p.362) afirma que "a construção social de uma antecipação 'real' de catástrofes futuras no presente (como a mudança climática ou a crise financeira) pode se tornar uma força política que transforme o mundo (para melhor ou para pior)".

Outro aspecto importante é notar que o conceito de risco utilizado aqui é uma definição moderna, vinculada ao agir humano. Os riscos são incertezas calculáveis que podem ser previstas e amparadas por seguro e compensação monetária. Ainda que o homem seja seu produtor, ele consegue fazer desta questão outra forma de mercado, apresentando soluções técnicas para isso. Quando Beck (2010) traz a definição de incerteza fabricada, ele ressalta os mesmos elementos trazidos por Grande (2013) ao tratar dos novos tipos de riscos, como o da incalculabilidade, incontabilidade e alcance global.

Pontua-se que há autores que fazem distinção entre riscos tecnológicos, ambientais e econômicos (por exemplo, VEYRET, 2007), estabelecendo tipologias para compreender a situação. Considera-se aqui os riscos climáticos como riscos ambientais, tendo em vista todas as complexas relações entre sociedade e natureza. Lima (1995) reforça que os riscos ambientais não podem estar ligados apenas às ciências biológicas ou da terra, e sim precisam ser compreendidos como problemas mais amplos, que envolvem o social. Para ela, a dimensão social dos riscos ambientais justifica-se não somente pelo crescente número de sujeitos expostos – seja pelo crescimento demográfico nas zonas urbanas, seja pela produção de riscos tecnológicos acelerada pela modernidade –, mas pelo "[...] facto de ela implicar decisões grupais acerca do desenvolvimento de tecnologias e da identificação e da gestão dos riscos que lhes estão associados" (LIMA, 1995, p.38). Além disso, há a explicação de que os riscos ambientais são sociais porque estes, normalmente, acentuam as desigualdades sociais, criam mecanismos para a estigmatização social de certas regiões e podem estar na base ou mesmo ser gatilho para a emergência de conflitos sociais.

A partir disso, entende-se que os cientistas sociais, sem negar a realidade objetiva do risco, atentam para a necessidade de incorporação dos processos de negociação sobre aceção e enfrentamento nas avaliações de risco (GUIVANT, 1998). A polarização entre técnicos e leigos ou sobre a ideia de riscos objetivos *versus* subjetivos não contribui para o avanço do enfrentamento destas questões. Hannigan (2009, p.161) recorda que "[...] nenhuma definição de risco é inerentemente correta, todas são tendenciosas, já que são argumentos competidores, cada um surgindo de culturas diferentes". Desse modo, não apenas as percepções são

subjetivas, mas todo processo de comunicação e análise técnica também o é – ou é possível retirar a subjetividade do trabalho do pesquisador, técnico ou jornalista? Sob o ponto de vista desta tese, toda escolha é subjetiva.

Voltando à ideia de sociedade de risco, compreende-se que ela reúne uma série de características próprias do contexto contemporâneo. Giddens (1991), que conceitua este momento como modernidade, avalia que ele é inerentemente globalizante, destacando que ele permitiu a ligação de localidades de tal maneira que acontecimentos locais são oriundos de eventos que ocorrem a muitas milhas de distância. Esse aspecto é algo que fica evidente quando o assunto é mudanças climáticas: as emissões de GEE dos Estados Unidos, por exemplo, já afetam o cotidiano das pessoas que moram nas ilhas do Pacífico.

Suscetíveis aos riscos climáticos todos estão, mas eles não afetarão todas as áreas geográficas de forma igual, em razão da própria complexidade dos sistemas terrestres, que apresentam vulnerabilidades diferentes. Welzer (2010), em obra que trata da inter-relação entre clima e violência, ratifica esta afirmação ao atrelar as modificações climáticas com as migrações em massa em razão de acesso à água ou busca por cultivo e/ou exploração do solo, resultando em guerras por recursos naturais. Para ele:

[...] as variações climáticas não serão somente uma circunstância dos interesses políticos mundiais de urgência exclusiva no exterior, mas se transformarão no principal desafio social das sociedades modernas, porque as possibilidades de sobrevivência de milhões de pessoas serão ameaçadas e estas serão levadas a empreender migrações maciças. Deste modo, surgirá a pergunta inevitável sobre como se deverá administrar as massas de refugiados que saírem dessas terras e se deslocarem para países desenvolvidos, simplesmente porque não terão mais condições de existência ou sobrevivência em seus países de origem e desejarão tomar parte das condições superiores prevalecentes nos países privilegiados. (WELZER, 2010, p.23).

Beck (2010) enxerga o processo de globalização sob a preocupação dos riscos, afirmando que será difícil chegar a um consenso sobre riscos globais tendo em vista que esta é uma construção cultural: onde perigos iguais são vistos de formas diferentes (como riscos ou oportunidades – ou ainda simplesmente não percebidos como nenhum nem outro). Ainda que este autor reconheça que o padrão distributivo dos riscos na sociedade contemporânea seja global, já que a produção industrial é acompanhada por um rol de ameaças que acabam sendo distribuídas pela cadeia alimentar ou pelos ciclos naturais, e até faça distinção do efeito bumerangue (os riscos tendem a afetar, cedo ou tarde, até mesmo seus produtores ou aqueles que lucraram por meio deles), este teórico entende que a supranacionalidade dos riscos não impede que as desigualdades entre países continuem aumentando. Apesar da interdependência

do mercado global levar ameaças para lugares bem distantes de sua produção, a percepção do risco é ofuscada por aqueles que pouco ou nada têm. Ou ainda: os riscos perceptíveis (como a fome) prejudicam a percepção dos imperceptíveis (como o da comida contaminada).

Ainda que todos estejam em uma situação futura igual (todos podem ser afetados pelos mesmos riscos civilizacionais), a maneira com que cada um lida com eles, no presente, origina diferenças e conflitos. Enquanto alguns nem conseguem percebê-los por falta de conhecimento ou necessidade de se deter em outros aspectos, outros o percebem como oportunidades de mercado, buscando lucrar em razão dos riscos. Logo, surgem oposições de interesses em relação aos riscos. Beck (2010) diz que em razão de tais disputas aumenta a relevância social e política do conhecimento. "A sociedade de risco é, nesse sentido, também a sociedade da ciência, da mídia e da informação. Nela, escancaram-se assim novas posições entre aqueles que produzem definições de risco e aqueles que as consomem" (p.56). O grau, a extensão e a urgência dos riscos estão intrinsecamente atrelados aos lucros do mercado, que por sua vez envolve-se com as políticas governamentais. Assim, ao final, não se sabe ao certo quem está lucrando com a ocultação ou desvelamento dos riscos e até que ponto pode-se confiar naqueles que cobram caro para oferecer soluções. A comercialização dos riscos desencadeia dúvidas e descrenças a respeito de seus reais danos.

Por outro lado, Beck (2013, p.36) também entende que a percepção dos riscos pode gerar um envolvimento maior entre as pessoas em uma sociedade onde a individualização se tornou corrente: "[...] o risco é um meio de comunicação obrigatório, voluntário e não intencional, num mundo de diferenças irreconciliáveis em que todos se centram em si próprios". Com outras palavras, o autor acredita que os riscos podem aproximar as pessoas e estimular agendas políticas comuns.

De forma diferente, há autores que conseguem ver os efeitos das mudanças climáticas não apenas como riscos no sentido de uma antecipação de catástrofe ou perigo, mas como oportunidades. Mendonça (2007) assinala que nem todas as modificações poderão remeter a prejuízos. Conforme este autor, além das consequências desastrosas trazidas com frequência pela mídia, efeitos positivos também serão observados, como, por exemplo, a expansão de áreas agrícolas com características tropicais-subtropicais e a redução das doenças ligadas a baixas temperaturas. Sob a mesma perspectiva, Welzer (2010) pontua que países menos afetados poderão desfrutar economicamente da situação decorrente das variações climáticas.

Carvalho (2009) coloca que um dos posicionamentos mais otimistas em relação às MCs está embasado na teoria da modernização ecológica, que tem como pressupostos a confiança no desenvolvimento científico e tecnológico, e a possibilidade de se alcançar, ao

mesmo tempo, objetivos ambientais e econômicos, em um cenário onde todos ganham. Esta perspectiva está atrelada, especialmente, a investimentos econômicos na área de inovação tecnológica para combater a mitigação, e possui bastante adesão por parte dos governantes, que veem a ideia de crescimento econômico aliada à de proteção ambiental como uma solução atrativa para o problema.

A crítica a este discurso é que as saídas propostas para enfrentar o problema não conduzem a nenhuma alteração na forma com que vive a população (em termos de consumo, mobilidade e estilos de vida), o que se sabe ser fonte desta questão e de muitas outras de cunho socioambiental (CARVALHO, 2009). Dessa maneira, as oportunidades de negócios e estímulos ao mercado associadas ao enfrentamento climático se tornam medidas paliativas, que não resolvem, de fato, as problemáticas que emergem do ciclo exploratório que sustenta o estilo de vida ocidental, recorrentemente publicizado e tido, muitas vezes, como sinônimo de desenvolvimento para a visão hegemônica.

2.2 AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO ÂMBITO DA PESQUISA CIENTÍFICA

As mudanças climáticas não são um fenômeno novo. Embora ele só tenha ganhado visibilidade e relevância nas últimas seis décadas, suas consequências já são investigadas há muito tempo. Climatólogos e geólogos afirmam que há 65 milhões de anos uma mudança climática global ocorreu sobre nosso planeta em razão do impacto causado por asteroides. Outras mudanças do clima, como recuo de glaciações, também foram identificadas em momentos anteriores à exploração desmedida da natureza pelo homem.

Alterações no clima localizadas já eram registradas antes do século XVIII por historiadores e cientistas, mas a partir da Revolução Industrial os níveis atmosféricos de gás carbônico subiram de 280 partes por milhão (ppm) para 317ppm em 1960. E esse número só cresceu com o passar dos anos. Em 2013 o planeta superou a marca histórica de 400ppm e a Organização Meteorológica Mundial (OMM) acredita que esta pode se tornar a média anual de CO₂ nos próximos anos.

Ainda que o tema seja controverso e esteja envolto em inúmeras incertezas científicas, em função de representar um fator de risco na sociedade contemporânea (BECK, 2010), as MCs tornaram-se, com o passar do tempo, uma referência quase cotidiana para a população que passou a ver com mais regularidade notícias sobre o tema. As previsões sugerem que poderá ocorrer aquecimento de 4 a 6°C em diferentes partes do Brasil até o final do século, entretanto faltam evidências de como se comportarão as possíveis mudanças na precipitação

pluviométrica e na frequência de extremos climáticos (NOBRE, 2001). Contudo, é preciso sublinhar que, além dos aspectos técnico-científicos, há forças políticas e econômicas que se apropriaram das MCs e construíram discursos próprios, especialmente a partir da ideia de que os GEE produzidos pelo homem estariam alterando o clima. Com a crescente queima de combustíveis fósseis e o aumento de efeitos atrelados às modificações do clima, a preocupação com a situação passou a chamar atenção dos políticos e tomar espaço no debate público.

Cabe ressaltar que esta disseminação a respeito das ameaças e efeitos das MCs deve-se muito ao ano de 1988, que foi tido como o mais quente até então registrado, e causou uma série de prejuízos econômicos em diversos países. Isso levou com que o primeiro encontro político sobre MCs ocorresse ainda nesse ano, em Toronto, para discutir os riscos e buscar medidas que freassem o avanço do problema. Receosos com o tamanho dos riscos, políticos de diferentes países contribuíram para que o tema se tornasse pauta nos meios de comunicação (CARVALHO, 2011).

Na sequência, transformada em pauta de discussão política internacional, as MCs recebem espaço específico para debater ações que poderiam amenizar seus efeitos, como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima (UNFCCC), criada na Conferência do Rio de Janeiro, em 1992, e instituída dois anos depois. Seu braço executivo é representado pela COP, que se reúne anualmente para avaliar e definir acordos sobre questões relevantes aos objetivos da Convenção.

Os cientistas, todavia, já investigavam o assunto anteriormente. Em 1985, por exemplo, em uma conferência internacional no âmbito do Programa Climático Mundial, já concluíam que o aumento de concentração de CO₂ na atmosfera provocaria elevação das temperaturas médias e recomendavam ações políticas para enfrentar a questão. Contudo, foi com a criação do IPCC, também em 1988, que o mundo começou a conhecer, de forma sistemática, sobre os avanços das pesquisas climáticas. O painel não desenvolve pesquisas, mas sim realiza uma avaliação das informações técnicas, científicas e econômicas que são publicadas a respeito do tema e formula estratégias de resposta para combater seus efeitos.

Nos anos 1990, o IPCC já divulgava que os estudos comprovavam o aquecimento da superfície da Terra, com evidências claras do contributo humano. Porém, foi cinco anos mais tarde que o papel do homem ganhou destaque, quando os cientistas afirmaram que as evidências apontavam para uma "[...] discernível influência humana sobre o clima global" (IPCC, 1995). Mesmo assim, os acordos e medidas necessários para contrapor esta situação ainda não se mostram como prioritários.

Ainda que o tema tenha recebido mais atenção desde então, é possível observar um *boom* sobre a ideia do aquecimento global³⁶ antropogênico, que é pontuado por Maruyama (2009, p.13) em dois momentos: quando Al Gore lança o livro e documentário *Uma Verdade Inconveniente*, em 2006, e quando o IPCC divulgou seu quarto relatório, em 2007, no qual afirma que: "[...] com uma margem de certeza superior a 90%, o aumento da temperatura média global, desde a segunda metade do século XX, teria grande probabilidade de ser de origem antrópica e causado por gases estufa, representados em 56% pelo dióxido de carbono". Por essa afirmação, caso o ser humano reduzisse a quantidade de CO₂ emitido, seria fácil combater cerca da metade da principal causa do fenômeno.

Para Maruyama (2009), tais acontecimentos marcam a eclosão da "rapsódia do aquecimento global", que passou a dominar os discursos da mídia no mundo todo. Os estudos de jornalismo e mudanças climáticas confirmam que os relatórios do IPCC, especialmente depois de 2007, tornaram-se alvo de interesse da mídia. Moraes (2015) indica esta abordagem como sendo a mais comum pela imprensa no Brasil, destacando o caráter científico das notícias de clima a partir dos relatórios do IPCC, o que salvaguardaria o jornalista, além de permitir a apresentação da ideia de objetividade jornalística. Não obstante, esta afirmação – de que os GEE, frutos da ação antropogênica, estariam mesmo sendo os responsáveis pelo aumento de temperatura no planeta – recebe muitas críticas. Autores como Molion (2007) e Maruyama (2009) consideram que o aquecimento global não pode ser atribuído apenas à ação antropogênica e, mais ainda, sinalizam para a possibilidade do esfriamento global, ao contrário do que consta nos relatórios do IPCC.

Mesmo com a falta de consenso entre pesquisadores sobre o efeito da ação antropogênica, o grau de influência dos diversos fatores que estão emaranhados no aceleração das mudanças do clima³⁷, entre outras questões ainda em estudo, o fato é que a maioria da comunidade científica corrobora as conclusões divulgadas pelo IPCC, que acabou se tornando a fonte de informação de maior visibilidade e credibilidade na esfera pública. Em 2013, o painel lançou seu 5.º relatório,

³⁶ O aquecimento global é apenas um dos efeitos das mudanças climáticas, embora a parte seja tomada pelo todo em muitos discursos, especialmente os midiáticos. Boykoff (2011) difere as duas expressões, lembrando que o aquecimento global é apenas uma faceta específica das mudanças climáticas, referente ao aumento da temperatura, mas afirma que este tem sido a mais clara e distinguível característica que indica, de maneira geral, a ocorrência das MCs, sendo considerada a "impressão digital" do fenômeno (WINGLEY, 1999 *apud* BOYKOFF, 2011).

³⁷ Há diversos fatores que interferem no clima, mas que recebem menos visibilidade em razão do foco nos GEE. Radiação solar, dinâmica atmosférica e o papel dos oceanos são alguns dos pontos que não devem ser menosprezados quando se fala de MCs. Afinal, como destaca Maruyama (2009, p.30). "[...] não se pode entender o sistema real da mudança climática da Terra se o enfoque se fixar somente nos gases estufa antrópicos da atmosfera", mesmo que o IPCC esteja desprezando uma série de fatores, muitos deles não conhecidos ainda (a exemplo das interações físicas entre o Sol, a Terra e o Universo).

reforçando que a atividade humana acelera o processo natural de mudanças do clima e que é preciso cessar o ritmo de emissões de gases de efeito estufa que se tem hoje. Porém, o choque entre interesses de grupos econômicos poderosos e decisões políticas que visam o interesse público mantém a questão em segundo plano. As negociações em prol de um interesse comum (o enfrentamento das MCs) se tornam mais complexas quando se verifica que as emissões são desiguais, as tecnologias para adaptação ou mitigação se concentram nos países mais ricos e há uma "dívida histórica" contestada pelos chamados "países em desenvolvimento".³⁸ Este cenário complexo coloca em evidência que o interesse global ainda não está acima dos interesses nacionais de cada país, sobretudo quando se fala em investimento financeiro.

É este desequilíbrio entre quem emite (ou já emitiu) e quem precisa mitigar (e, portanto, necessita de recursos econômicos) que precisa ser corrigido. O relatório de 2009 do Banco Mundial já sinalizava que os países em desenvolvimento seriam mais vulneráveis às consequências das mudanças climáticas. Segundo as estimativas exposta do documento, são estes que terão de arcar com 75% a 80% dos custos de prejuízos causados pelas MCs.

A maioria dos países em desenvolvimento carece de suficientes capacidades financeiras e técnicas para gerenciar um risco climático cada vez maior. Eles também dependem mais diretamente de recursos naturais sensíveis ao clima para a geração de renda e bem-estar. E a maioria está em regiões tropicais e subtropicais já sujeitas a um clima altamente variável. (BANCO MUNDIAL, 2009, p.8).

Conforme o exposto, os países em desenvolvimento não são apenas os mais expostos às consequências da mudança do clima, como também aqueles menos resilientes (PNUD, 2007). Quando menciona os riscos atrelados à América Latina, o Banco Mundial indica que as geleiras tropicais dos Andes devem desaparecer, reduzindo a água disponível para vários países, o que afetaria pelo menos 77 milhões de pessoas até 2020, além de prejudicar o fornecimento de energia hidrelétrica, fonte de mais da metade da eletricidade em muitos países da América do Sul. Entre outras perdas que deixarão a região ainda mais vulnerável, aponta o fim da floresta amazônica e uma conversão de grandes áreas em savanas, o que traria graves consequências não apenas para o clima da região, mas possivelmente para todo o mundo (BANCO MUNDIAL, 2009).

³⁸ Adota-se a expressão "países em desenvolvimento" (e não países subdesenvolvidos ou emergentes) em oposição a "países desenvolvidos" em virtude de ser a maneira mais corrente apresentada em relatórios mundiais para se referir àqueles países em que os processos de industrialização e de equilíbrio de condições sociais ainda precisam avançar para a maioria da população. Destaca-se, contudo, que esta é, sobretudo, uma perspectiva econômica e política, já que a avaliação do desenvolvimento de cada país não pode ser feita fora de seu contexto e cultura, incluindo vários fatores subjetivos. Esta dicotomia, desenvolvidos x em desenvolvimento, é reflexo da ideologia hegemônica oriunda, principalmente, dos países do hemisfério Norte.

Em âmbito nacional, estudos sobre a vulnerabilidade da sociedade e da natureza às mudanças climáticas globais ainda são escassos. Nobre (2001, p.256) afirma que tal carência está associada à falsa expectativa de que, por ser um país tropical, "[...] os efeitos do aumento de temperatura seriam menores e a adaptação a eles, mais fácil" e "[...] à relativa 'despreocupação' nacional, com respeito à problemática de mudanças globais", já que o Brasil tem problemas muito mais graves e urgentes a resolver, como a eliminação da pobreza. O pesquisador reitera, contudo, que são justamente os países em desenvolvimento, como o nosso, aqueles mais vulneráveis às mudanças climáticas e ambientais de modo geral, sendo as populações mais pobres e excluídas as mais atingidas.

A questão climática ganhou mais atenção do governo brasileiro em 2009, momento da criação do PBMC, instituição científica nacional que trabalha de forma similar ao IPCC. O primeiro relatório do painel foi lançado no segundo semestre de 2013 (e publicado em 2014), trazendo um panorama dos estudos já realizados sobre o assunto com enfoque nacional. Um dos objetivos desse trabalho é subsidiar o processo de formulação de políticas públicas para o enfrentamento das MCs.

Este primeiro relatório foi dividido em três volumes: 1) Base científica das mudanças climáticas; 2) Impactos, vulnerabilidades e adaptação; e 3) Mitigação das mudanças climáticas, onde se procurou discutir os principais trabalhos científicos publicados após 2007, com o propósito de traçar um panorama do cenário brasileiro. Segundo o primeiro volume, em razão das dimensões continentais, o Brasil apresenta grande diversidade de regimes climáticos e de influências sobre seu clima, e este é um fator que dificulta a aquisição de séries de dados observacionais de longo período. Também quando se refere às pesquisas nos oceanos, aos processos de produção e transporte de aerossóis e formação de nuvens, aos registros paleoclimáticos e aos estudos dos ciclos biogeoquímicos, os cientistas afirmam haver lacunas e falta de dados sequenciais de longo prazo para avaliarem o quanto o clima já se modificou e alterou outros sistemas.

É importante conhecer qual a contribuição quantitativa de cada agente climático para as variações de temperatura na superfície no Brasil. No entanto, os modelos climáticos mais modernos e sofisticados ainda precisam de muito desenvolvimento para que forneçam resultados consistentes para previsões de mudanças climáticas: ainda há grandes divergências entre previsões de temperatura, cobertura de nuvens, precipitação, etc. elaboradas com modelos diferentes, não só para o Brasil, mas para todo o planeta. (PBMC, 2013, p.18- Sumário Executivo).

Mesmo com muitas lacunas e a falta de alguns consensos, as publicações nacionais e internacionais apontam para a redução significativa das chuvas em grande parte do Centro, Norte e Nordeste do Brasil. Os modelos climáticos também sugerem que haverá aumento dos eventos extremos de secas e estiagens prolongadas principalmente nos biomas da Amazônia, Cerrado e Caatinga. Em relação à temperatura, as projeções indicam um futuro mais quente não apenas em razão das emissões de GEE, como também decorrentes de processos regionais, como a urbanização e o desmatamento, por exemplo (PBMC, 2013).

O segundo volume do relatório registra alguns dos eventos extremos que o Brasil vivenciou, como o primeiro furacão já observado no Atlântico Sul em 2004, o furacão Catarina, e as chuvas intensas no Sul e Sudeste, que têm sido mais frequentes nos últimos 50 anos. O relatório afirma que contribuem para a vulnerabilidade do País a pressão demográfica, o crescimento urbano desordenado, a pobreza e a migração rural, o baixo investimento em infraestrutura e serviços, e os problemas relacionados à governança. A alta concentração urbana é um dos fatores que aumenta a fragilidade das cidades brasileiras em relação aos efeitos das MCs. Segundo o mesmo documento:

Cidades enfrentam impactos significativos das alterações climáticas, tanto no presente, como enfrentarão no futuro. Esses impactos têm consequências potencialmente graves para a saúde humana e meios de subsistência, especialmente para a população urbana mais pobre, assentamentos irregulares e outros grupos vulneráveis. Aumentar a resiliência das cidades envolve abordar redução da base de pobreza. Uma cidade resiliente é aquela que está preparada para os impactos climáticos atuais e futuros, limitando assim a sua magnitude gravidade (PBMC, 2013, p.17 – sumário executivo).

Depois de apresentar os aspectos que se mesclam quando o foco é o fenômeno, das situações de vulnerabilidade que assolam um país desigual como o nosso, o 3.º volume sistematiza caminhos para a mitigação das MCs. Para o PBMC (2013), a mitigação consiste em ações para limitar a magnitude e/ou taxa de mudança climática a longo prazo por meio da diminuição das emissões antropogênicas de GEE e do aumento da capacidade de sumidouros de carbono. Assim, além de possibilidades técnicas no setor de transportes, energético, industrial, agropecuário, etc., apontamentos sobre a governança climática são postos.

Para este trabalho, esta é a parte que mais interessa, juntamente com os riscos que podem afetar, especificamente, a Região Sul. Aborda-se no capítulo sobre governança mais profundamente esta questão, mas, por enquanto, é importante saber que o Brasil, desde 2009, quando a Política Nacional sobre a Mudança do Clima foi instituída e houve o anúncio das

metas voluntárias de mitigação,³⁹ é visto como "um ator internacional *sui generis* nesse tema" (PBMC, 2013, p.20 sumário 3), já que assumiu compromissos ambiciosos com a mitigação, é um dos líderes do G77/China⁴⁰ nas negociações internacionais e possui cooperação em diversas áreas, como no combate ao desmatamento, por exemplo. Soma-se a isso o fato de o País ter uma série de políticas, planos e programas, nas suas diferentes esferas administrativas, que buscam controlar e reduzir as emissões de GEE e minimizar as vulnerabilidades diante de seus efeitos, embora não fique claro o que será mitigado e como será feita a adaptação.

Este último volume aponta ainda que as regiões mais vulneráveis são justamente aquelas menos providas de políticas sobre a questão. Outro aspecto a ser pesado é a ausência de políticas regionais e locais, na maioria dos estados, que acaba comprometendo a detecção dos problemas locais e desenvolvimento de ações que possam combater as consequências das MCs justamente onde elas são mais perceptíveis.

Sobre a Região Sul, Mendonça (2007) desenvolveu um estudo sobre os efeitos das MCs, apontando a tendência de elevação das temperaturas e da pluviosidade-umidade médias. O que fica evidente na leitura dos dados é que o aquecimento regional se faz evidenciar particularmente na elevação das temperaturas médias mínimas e médias compensadas; as médias das máximas apresentam pequena alteração. Uma das análises, entretanto, revelou leve tendência ao resfriamento em localidades em meados da década de 1990.

Ao se debruçar particularmente sobre o estado do Paraná, checka-se que a primeira instância de discussão dedicada especialmente ao tema foi instituída em 2005 por decreto (e em 2008 por lei). O Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais busca fomentar o debate e a conscientização da população sobre as mudanças climáticas e propor ações para o enfrentamento de seus efeitos, com a participação de diferentes segmentos da sociedade, visando à formulação de políticas públicas. Apesar de a iniciativa ser uma das pioneiras em âmbito estadual e colaborar para a discussão do tema em esfera local, é preciso dizer que o Fórum enfrentou – e ainda enfrenta – momentos de inatividade e pouca adesão da sociedade civil, segundo relato de um de nossos entrevistados.⁴¹ Há poucos recursos destinados às atividades do

³⁹ De acordo com informações do site do Ministério do Meio Ambiente, "a Política Nacional sobre Mudança do Clima oficializa o compromisso voluntário do Brasil junto à Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima de redução de emissões de gases de efeito estufa entre 36,1% e 38,9% das emissões projetadas até 2020".

⁴⁰ G77/China é como é denominado o grupo de países em desenvolvimento mais China que se reúnem para articular e promover seus interesses econômicos comuns.

⁴¹ Muitas informações adquiridas com os leitores qualificados do Setor Governamental foram utilizadas para apresentar as ações dos contextos local e estadual. As fontes serão preservadas a fim de manter a cláusula de anonimato prevista na pesquisa.

Fórum e o trabalho dos grupos de trabalho é voluntário, o que limita o alcance e desenvolvimento desta instância.

Em 2012, também por decreto (n.º 4.381), é criado o Programa Bioclima Paraná, visando à conservação, recuperação da biodiversidade e intervenções para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. A ideia consiste em operacionalizar o mecanismo de desmatamento evitado (conhecido como REDD) e de compensação por emissão de carbono, destinando os recursos para ações de conservação da biodiversidade, e implementar o pagamento por serviços ambientais (PSA). Este programa sofreu atrasos na sua implantação (e ainda não apresenta regulamentação para o PSA) e caminha a passos lentos (o lançamento do inventário florestal foi feito em março de 2013, mas ainda não estão disponíveis dados sobre ele).

Por fim, a Política Estadual sobre Mudança do Clima, instituída pela Lei n.º 17.133, de 25 de abril de 2012, que tem como objetivos o incentivo e implementação de ações de controle e redução progressiva das emissões antrópicas por fontes e setores e a remoção por sumidouros; a promoção de políticas públicas para desenvolvimento de processos técnicos e tecnologias baseadas em recursos renováveis; a identificação e avaliação dos impactos das mudanças climáticas, definindo e implementando medidas de adaptação nas comunidades locais, em particular naquelas especialmente vulneráveis aos efeitos adversos; e o estímulo a mecanismos financeiros e políticas públicas para o desenvolvimento de projetos florestais relacionados à captura de carbono em atividades de plantio ou ao desmatamento e degradação florestal evitados. A lei ainda incumbia o Poder Executivo de, em até um ano, realizar o primeiro Inventário Estadual e criar o Registro Público Estadual de Emissões e, em até dois anos, elaborar o Plano Estadual sobre Mudança do Clima e a primeira Comunicação Estadual sobre Mudança do Clima – o que foi regulamentado por decreto em outubro de 2013, mas ainda está longe de apresentar resultados práticos.

No âmbito local onde se realizou a pesquisa, o município de Curitiba, as políticas, programas e ações são ainda mais frágeis. Mesmo que haja um reconhecimento nacional e internacional a respeito de Curitiba ser uma cidade preocupada com seu meio ambiente, resultado de uma política ambiental implantada pela administração municipal na década de 1970 e que foi, de certa forma, levada adiante pelos representantes políticos (mesmo quando o discurso era descolado de práticas), há lacunas graves neste município de 1.864.416 habitantes (IBGE, 2014).

Em 2009 já havia sido criado por decreto (n.º 1.186) o Fórum de Curitiba sobre Mudanças Climáticas, porém a atuação deste, assim como da instância estadual, não é periódica e

possui pouca adesão da sociedade civil, que, muitas vezes, desconhece tais espaços de discussão. No site do município há alguns relatórios sobre o assunto, como o Inventário e Balanço de Emissões de Gases de Efeito Estufa no Município de Curitiba feito a partir de 2008, com a intenção de quantificar as emissões nos setores de energia, resíduos, agricultura, florestas e outros usos do solo.⁴² Também há dois inventários dos sumidouros de Curitiba, realizados em unidades de conservação (UC), representadas por bosques ou parques municipais, um de 2008 e outro de 2010, e o Terceiro Relatório Técnico relativo à etapa de Avaliação das Vulnerabilidades e Potencialidades Ambientais para Curitiba e Região Metropolitana (inserida na Bacia do Alto Iguaçu), relativo ao Projeto Adaptação, que sinaliza um panorama de Curitiba hoje e no futuro para o enfrentamento das MCs.

Este último documento, publicado em 2013, é particularmente útil para compreendermos o cenário local diante das consequências da mudança do clima. Nele, prevê-se que as MCs podem provocar no final deste século um aumento de temperatura de 2 a 4 graus na região, além de um crescimento nas precipitações no verão, que serão acompanhadas por ventos fortes e tempestades. O relatório indica que o período de recorrência de inundações se tornará mais frequente e haverá um aumento na extensão das áreas de risco de inundação na região. Também aponta que os bairros centrais estão mais vulneráveis às ilhas de calor.

Tendo isso em vista, pode-se dizer que há vários indícios de que Curitiba deve se preparar para o enfrentamento das mudanças do clima. Entretanto, mesmo com estudos e legislação específica sobre o tema, verifica-se que poucas ações estão sendo realizadas a fim de esclarecer a população sobre os riscos climáticos e as formas de combatê-los. Os relatórios disponíveis na página eletrônica da Prefeitura, por exemplo, nem sempre são de fácil entendimento e o tipo de linguagem (técnica) não atrai os cidadãos comuns. As reuniões dos fóruns – municipal e estadual – também acabam reunindo uma parcela muito limitada dos cidadãos, geralmente um grupo de especialistas e membros de organizações não governamentais preocupadas com o meio ambiente. É a partir deste vácuo ou falha que se dirige a investigação para o campo da comunicação.

⁴² O resultado total do inventário de emissões de GEE de Curitiba para o ano de 2008 é de que as emissões foram estimadas em 3.515.890,75 t CO₂ eq. Segundo o inventário (2011), a fixação do carbono pela vegetação em 2008 representa uma amortização de 2,65% deste valor.

2.3 A TRÍADE CIÊNCIA, COMUNICAÇÃO E RISCOS

Para avançar na reflexão, faz-se fundamental compreender também a relação entre a ciência, a comunicação e os riscos para adentrar posteriormente nos desafios que a comunicação de riscos (*risk communication*, em inglês) traz. Como já foi referido aqui, Beck (2010) acredita que a comunicação de massa é um aspecto central para tornar os riscos da sociedade contemporânea em uma questão que possa ser discutida e quiçá virar agenda política. Para tanto, a comunicação precisa de fontes de informação que expressem pontos de vista, dados e argumentos, a fim de construir os discursos e disseminá-los aos públicos. No caso dos riscos, tais fontes costumam ser oriundas do campo científico.

É porque a mídia desempenha um papel central na construção dos riscos (CARVALHO; BURGESS, 2005; DOUGLAS; WILDAVSKI, 2012) e, no caso das MCs (que é, no contexto brasileiro, uma pauta científica e/ou ambiental) é um tema bastante dependente dos atores do campo científico, que a transformação em problema social depende desta tríade. As mudanças climáticas são um assunto que se torna visível para o público geralmente por meio da mídia (HOWARD-WILLIAMS, 2009). A invisibilidade do processo da mudança do clima, sua natureza "difusa no espaço e no tempo" (CARVALHO, 2011, p.43), assim como as inúmeras incertezas que impedem correlações simplificadas entre determinado evento extremo e o processo mais amplo do fenômeno requer que atores sociais formulem e visibilizem seus diferentes aspectos. Como outros temas ambientais, a questão climática só se torna perceptível aos sentidos humanos quando já é tarde para evitar seus prejuízos (o clima está mudando rápido, mas isto ocorre em silêncio, discretamente; apenas quando um furacão ou o degelo de um grande *iceberg* consegue ser capturado é que as pessoas percebem que algo fugiu da normalidade). Para que se torne um problema ambiental reconhecido pela sociedade, é necessário que haja antes a construção simbólica do problema por meio da identificação, apresentação e debate público (HANNIGAN, 1995). É nesse sentido que o jornalismo mostra-se crucial para levar a grandes públicos a discussão multifacetada e não cotidianamente visível das alterações do clima.

Hannigan (2009), baseado em Yearley (1992), trata da construção social dos problemas ambientais e destaca que estes se originam frequentemente na área de ciência, justamente porque as pessoas comuns não têm a expertise e os conhecimentos necessários para verificar problemas novos. Ainda que existam casos mais relacionados com as experiências cotidianas, as pesquisas científicas tendem a ser a forma mais comum de legitimar o que de fato é um risco ambiental. Além disso, muitas pesquisas atestam que a maioria do conhecimento dos cidadãos sobre assuntos científicos são oriundos dos meios de comunicação (NELKIN, 1987).

Todavia, as pesquisas nem sempre trazem o mesmo resultado ou são concebidas com os mesmos objetivos. Há controvérsias e perspectivas ideológicas opostas em todas as áreas. Allan (2002) assinala para o fato de que tais construções são sempre resultado de negociações ou até mesmo embates sobre o que deve ou não ser dito, de acordo com os interesses que estão em jogo. Para o autor:

[...] environmental knowledge is always mediated in and through contending discourses organized to advance certain truth-claims over and above alternative ones. This capacity to define potential risks and hazards is broadly aligned with the distribution of power among 'credible', 'authoritative' and 'legitimate' definers of 'reality' across the media field. (ALLAN, 2002, p.102).⁴³

Sendo assim, todo e qualquer discurso midiático é produto de uma dinâmica de mediações, onde há relatos de uma realidade moldados a partir de algumas visões (e não todas). Para manter sua credibilidade, o jornalismo também faz uso de fontes que tenham legitimidade e expertise em dado tema, ou seja, geralmente especialistas provindos do campo da ciência. O entendimento do funcionamento da cultura científica, a ser tratado na seguinte seção, se faz importante porque são justamente os atores deste campo uma das fontes de informação mais acionadas pelos jornalistas para construir matérias sobre as MCs.⁴⁴

2.3.1 A cultura científica

Ainda que o campo científico seja dotado ainda hoje (e desde o Iluminismo) de um reconhecimento quase incontestável, na maioria das vezes debatido somente entre atores do mesmo campo, o fato é que sua atividade depende de profissionais que, como em outras áreas, possuem interesses, ideologias e objetivos não iguais. A prática social que envolve o fazer do conhecimento científico é um empreendimento humano, que está envolto em elementos e procedimentos culturais e ideológicos, situados em um dado tempo e lugar (HULME, 2009). Este modo de fazer não é isento, não está livre de interesses. Suas especificidades correspondem a uma cultura particular, a cultura científica.

⁴³ Em tradução livre: "[...] conhecimento ambiental é sempre mediado em e através de discursos rivais organizados para fazer avançar certas reivindicações de verdade sobre e acima outras alternativas. Esta capacidade de definir os riscos e perigos potenciais é amplamente alinhada com a distribuição de poder entre definidores da 'realidade' 'credíveis', 'autoritários' e 'legítimos' por meio do campo da mídia."

⁴⁴ Carvalho (2009) aponta que os cientistas foram as fontes mais frequentes para tratar desse assunto até meados dos anos 1980, mas depois houve uma apropriação do tema pelo campo político, que acabou tornando os políticos as fontes mais procuradas. Como se identifica nesta pesquisa, em âmbito local isso não parece ocorrer.

Durant (2005, p.23) afirma que o processo social da produção da ciência abrange uma série de etapas e/ou regras que permitem o acúmulo do conhecimento, sendo "[...] o sistema social mais altamente organizado e eficiente de produção do conhecimento que já se inventou até agora". Este processo depende de um conjunto de conhecimentos já existentes, de um profissional treinado que seja capaz de observar as lacunas do que ainda pode ser estudado, de manejo de métodos rigorosos, da avaliação dos pares, da publicação da contribuição e do exame crítico de outros profissionais da área. Após esta maratona, que pode levar anos de dedicação, é que o trabalho entra no rol de conhecimentos desta comunidade.

Como o produto do campo científico caracteriza-se (de modo geral) pela objetividade, com descrição dos modos de fazer para possível reprodução e uma linguagem livre de julgamentos pessoais, a representação que se tornou comum é que cientistas também são profissionais objetivos, isentos de intenções que não sejam para o coletivo da sociedade (DURANT, 2005). Daí reside também a confiança que a população deposita no campo científico (IVANISSEVICH, 2005), sobretudo na modernização socioindustrial até metade do século XX. Nesta época, a ciência e o progresso eram sinônimos, trazendo sempre soluções para melhorar o cotidiano das pessoas.

Giddens (1991) sublinha a influência que os sistemas peritos (aqueles de excelência técnica ou competência profissional) têm nas sociedades modernas. Estes sistemas recebem a confiança das pessoas leigas ou que possuem menos conhecimento sobre determinado assunto. O prestígio da autoridade científica pode ser visto, sobretudo, na publicidade promovida pelo mundo industrializado, na qual o que é cientificamente testado é seguro, idôneo e apto para o consumo. O jornalismo acaba reforçando essa imagem de ciência como detentora da verdade ao alimentar-se de fontes científicas para construir discursos sobre inovação e avanços tecnológicos para melhorar o bem-estar social.

Entretanto, a sociedade (industrial) do risco começou a desvelar a falibilidade da ciência. Paradoxos começaram a ser percebidos. Lévy-Leblond (2005) assinala que apesar da pesquisa estar hoje intimamente ligada como sistema técnico-industrial, há uma diminuição de sucesso econômico nesta relação. Ciência e crescimento econômico já não são constantes que sempre andam juntas: a falta de condições econômicas de muitos países para aplicação da ciência faz com que ela não se efetive e/ou seja usada como mecanismo de lucro para aqueles (poucos) que tem acesso a ela. Outro paradoxo está na possibilidade existente de divulgar a ciência, que é crescente em razão da internet, porém é feita de forma a ameaçar a racionalidade científica, já que esta é recusada ou apropriada de forma indevida por fanáticos ou pessoas que disseminam erroneamente o que se entende por ciência.

Corroborando estas situações, Beck (2010) discorre que, com a emergência dos riscos, o desenvolvimento técnico-científico passa a ser contraditório. A ciência deixa de ser apenas definidora e fonte de soluções em relação aos riscos (papel que desempenhava até então) e torna-se também a causa (entre outras causas concorrentes); é vista agora "[...] como produto e produtora da realidade e de problemas que cabe a ela analisar e superar" (BECK, 2010, p.236), modificando de forma drástica a imagem que tem de si, já que revela determinados graus de insegurança em relação ao seu próprio fazer. Embora apresente alto grau de elaboração e especificidade, a ciência – e suas formas de apropriação – mostra-se cada vez mais fragmentada, parcelada e menos capaz de dar conta de uma transformação global (LÉVY-LEBLOND, 2005).

Essa função ambígua reflete e é fruto, ao mesmo tempo, das próprias circunstâncias da contemporaneidade, que precisa (ainda mais) da ciência em razão de sua complexidade, ainda que perceba que ela não seja suficiente ou eficaz para responder a ela. Com isso, no processo atual em que a reflexividade se faz presente, a ciência perde um pouco de sua credibilidade pública por expor suas falhas, mas, em função disso, desenvolve novos espaços de intervenção. Afinal, "[...] a crítica divulgada publicamente do desenvolvimento obtido até aquele momento se converte no motor do avanço ulterior" (BECK, 2010, p.243). É assim que a crítica que busca levar em conta os custos e benefícios das tecnociências (antes não discutidas) criou disciplinas e áreas de estudos voltadas para prever ou minimizar os impactos negativos de seu próprio fazer, como a avaliação de riscos e os programas de monitoramento ambiental (PETERS, 2005).

A mudança repercute na mediação destes discursos. Loose e Lima (2013) notam que os jornalistas continuam dependentes dos argumentos científicos (porque eles ainda representam uma fonte de notório saber com reconhecimento social), mas, por outro lado, ganharam mais liberdade para questionar descobertas específicas ou a veracidade das declarações dos cientistas (com os registros de falhas, incertezas e conhecimentos cada vez mais especializados, que acarretam sua fragmentação, os mediadores têm acesso a um rol amplo de indagações e argumentações para debater com as fontes especializadas). Peters (2005) relata que análises de conteúdo de reportagens publicadas na Alemanha, em diferentes décadas, mostram que a partir dos anos 1970 houve aumento de uma cobertura mais crítica em relação à ciência. Além da divulgação científica clássica, que enfatiza os benefícios das descobertas científicas, notou-se um incremento das notícias atreladas aos conflitos e problemas inerentes ao desenvolvimento científico, evidenciando que alguns posicionamentos tendem a favorecer grupos em detrimento de outros.

Hulme (2009), ao falar da performance da ciência, lembra que ela só prospera a partir de desentendimentos, de questionamentos, de desafios. Sob essa óptica, o ceticismo é crucial para oxigenar o desenvolvimento do conhecimento científico. Ao contrário das pessoas comuns, que esperam certezas por parte dos cientistas, a ciência alimenta-se de incertezas e não as reconhece como um problema. No caso das MCs, há várias questões em aberto, como: em quanto o aquecimento acelerará? Qual o nível de aquecimento que é perigoso? (HULME, 2009), que torna a atividade dos especialistas ainda mais instigante.

Para este autor, algumas das incertezas são originadas do entendimento incompleto de como o sistema físico do clima funciona (como o efeito dos aerossóis nas nuvens) e da imprevisibilidade inata de grandes, complexos e caóticos sistemas, como o da atmosfera e do oceano. Também a previsão das consequências humanas para o futuro origina outros tipos de incerteza. Juntas, estas incertezas representam problemas para os tomadores de decisão que precisam agir hoje (HULME, 2009).

A fim de, em alguma medida, controlar as incertezas, a comunidade científica encontrou modos de minimizá-las. Hulme (2009) aponta dois caminhos usados: o reconhecimento da subjetividade no desenvolvimento do conhecimento (adotando o sistema probabilístico, por exemplo) e a aceitação da construção do consenso para estabelecer o saber da ciência. Tais estratégias, contudo, nem sempre geram o efeito esperado. É preciso que a sociedade reconheça os limites da ciência, com suas incompletudes e incertezas.

Retoma-se um pouco da relação fontes de informação *versus* jornalistas, já iniciada na seção sobre a cultura jornalística, a fim de ilustrar razões pelas quais os cientistas, em particular, concedem entrevistas. Como os atores do campo científico quase sempre desempenham as funções de pesquisador, professor e especialista (consultor), Peters (2005) coloca que o fato de ensinar contribui para uma postura positiva diante dos jornalistas. Pesquisas citadas pelo autor demonstram que a motivação de educar o público se torna a principal razão para cederem seu tempo aos profissionais da mídia. Soma-se a isso a constatação de que a visibilidade oportunizada pela imprensa pode render financiamentos para pesquisa ou reconhecimento para além do campo científico, promover determinada tecnologia ou alicerçar dado posicionamento político. Isso demonstra que há interesses diversos nesta relação.

Também não se pode esquecer que há cientistas que preferem não falar com a imprensa, não tanto por desconhecerem a relevância da comunicação pública da ciência, mas sim pela maneira como ela é feita (estilo e tamanho da redação, tradução de jargões, destaques escolhidos etc.). A interação nem sempre harmoniosa entre cientistas e jornalistas decorre fundamentalmente porque os atores envolvidos estão imersos em culturas diferentes. Há um

lapso entre as compreensões de mundo dos atores destes dois campos: enquanto cientistas permanecem anos pesquisando um dado assunto, jornalistas precisam lidar com vários deles a cada dia; a linguagem científica é objetiva, descritiva e técnica, enquanto a jornalística busca, sobretudo, atrair o público; o que é relevante para um grupo não é necessariamente para o outro (a precisão, por exemplo, é um critério importante para os cientistas, mas para os jornalistas ele está atrás de outros). Peters (2005) assegura que a transmissão de um significado se torna mais difícil quanto maior for o hiato cultural entre os atores.

Apesar das dificuldades da comunicação, jornalistas buscam nos cientistas o argumento do especialista para revestir de legitimidade suas estórias. Contudo, a suposta validade do risco concedida pelos cientistas nem sempre significa que o discurso jornalístico será mais bem aceito e medidas para combatê-lo serão tomadas, visto que a conjuntura social e demais fatores políticos e econômicos também estão atrelados aos interesses de evidenciar ou não um risco ambiental. É preciso lembrar que os cientistas divergem e nem sempre conseguem dar conta da complexidade de situações e substâncias que estão presentes hoje. Douglas e Wildavsky (2012, p.61) pontuam esse aspecto:

Os cientistas discordam com relação à existência ou não de problemas, qual solução propor e se uma intervenção promoveria melhora ou piora na situação. Um cientista visualiza a Mãe Natureza secretando uma saudável quantidade de sujeira, enquanto outro o imagina sendo forçada a ingerir poluentes letais. Não admira que o leigo comum tenha dificuldade em acompanhar a discussão, nem que para os cientistas seja difícil apresentar-se em público.

Assim, fica claro que é bastante difícil conhecer os riscos que podem afetar as pessoas agora e quais as afetarão no futuro, seja pelos diferentes contextos sociais, seja pela dificuldade de um consenso entre cientistas e de cientistas com os demais setores da sociedade. Contudo, o trabalho de construção simbólica da realidade realizado pela mídia, que permite a criação de problemas sociais, que chama nossa atenção e promove a inserção deles na agenda política (HANSEN, 2010), deve ser reconhecido e utilizado de maneira a mobilizar os cidadãos de forma preventiva.

2.3.2 Os riscos relacionados às mudanças climáticas

Como já posto, parte-se da compreensão de que o conceito de risco é multidimensional (COVELLO; SANDMAN, 2001), sendo sua parte objetiva (quantificável) apenas uma de suas dimensões. As demais, atreladas aos fatores que fazem com que eles tenham sentido para as

pessoas, são dimensões simbólicas (relacionadas à percepção, à comunicação, à governança, etc.). Dessa forma, em razão dos objetivos desta pesquisa, enfatizam-se as facetas mais subjetivas do risco. Reconhece-se o risco como um constructo social (DOUGLAS; WILDAVSKY, 2012), que existe apenas em relação a uma sociedade que o apreende por meio de simbolismos e com ele convive (VEYRET, 2007). Para Beck (2010), este conceito é central na contemporaneidade, tornando-se um aspecto recorrente nos debates públicos e políticos.

Quando aqui se refere em riscos climáticos ou riscos atrelados às mudanças climáticas, busca-se tratar do universo de potencialidades de acidentes ou catástrofes, de perigos e ameaças decorrentes da aceleração do fenômeno das mudanças climáticas. São percepções de efeitos negativos, mais ou menos previsíveis, por um grupo social. Embora a sociedade atual seja alertada há décadas por cientistas e meios de comunicação social sobre as projeções de prejuízos e danos à vida do homem acarretados pela mudança do clima, vale frisar que nem todos seus atores terão esta percepção de risco, pois o contexto e as experiências vivenciadas por cada um implicam o julgamento se algo é ou não um risco.

De todo modo, utiliza-se neste trabalho a concepção geral, apoiada nos relatórios do IPCC (2013) e do PBMC (2013), e já utilizada na análise de Painter (2013), de que riscos climáticos são aqueles que tratam dos impactos adversos ou efeitos negativos das mudanças climáticas, tais como: aumento do nível dos mares, redução dos níveis dos reservatórios e de lagos naturais, desertificação, aumento da temperatura média, alterações ou destruição dos diferentes ecossistemas, extinção de espécies, intensificação de eventos extremos, degelo nos polos, entre outros. Walker e King (2008), que concordam com o posicionamento de que o homem é culpado pela elevação de temperatura nas últimas décadas e por outras mudanças que estão por vir, também listam uma série de riscos, como a possibilidade do planeta perder o polo Ártico (modelos preveem que, se o nível de emissões de GEE continuar, no fim do século o Ártico não terá gelo no verão), o branqueamento dos corais em razão do aumento da temperatura do mar, as ondas de calor, como a que devastou a Europa em 2003, se tornarão mais comuns, perda gradual dos serviços ambientais como a purificação da água e do ar, a decomposição do lixo, a geração de solos férteis, o controle de erosões, a reprodução da vegetação pela polinização e pela dispersão de sementes, o controle de pragas, e o sequestro de carbono por meio do crescimento da vegetação.

Além de inúmeras perdas de recursos naturais e transformação do nosso *habitat*, as mudanças climáticas desencadeiam riscos de ordem social. Como afirma Welzer (2010), as variações climáticas podem causar derrocadas de sociedades, conflitos por acesso à água, terra e alimento, migrações maciças, aumento de doenças, ameaças à segurança, radicalização, economias

de guerra ou da violência. Por vivermos em um mundo repleto de desigualdades, as consequências sociais, políticas e econômicas das MCs agravarão ainda mais conflitos que emergiram em razão de outras causas.

Assim, as mudanças climáticas resultam, de imediato, transformações na natureza, mas que estão intimamente conectadas com a vida social do homem. O modo de vida moderno, calcado na emissão de GEE, não apenas acelerou o fenômeno das MCs, como, ao mesmo tempo, será duramente afetado quando precisarmos reduzir as emissões para evitar o pior. Chegou-se a um ponto que a manutenção do sistema de consumo dominante é inviável. O grande impasse que se coloca é a relação das MCs com fortes atividades econômicas, como a indústria e o petróleo, que exigem uma resolução inédita, em curto espaço de tempo, de diferentes setores e escalas (CARVALHO, 2009).

Estes e outros riscos climáticos são citados com frequência não apenas por autores que estudam o tema, mas nas próprias notícias divulgadas pela imprensa. É claro que alguns riscos são mais evidenciados que outros e nem todos os públicos os interpretam da mesma maneira, como se verá mais adiante, contudo é inegável o reconhecimento da mediação e tentativa de exposição destes riscos, especialmente na última década. Mas, o que essa visibilidade acarreta?

Beck (2013) defende que, como o risco passou a ser constante, onipresente, é possível identificar apenas três reações possíveis a ele: 1) negação; 2) apatia; e 3) transformação. Para este sociólogo alemão, a negação está amplamente incorporada à sociedade; a apatia é posta por ele como um "nihilismo pós-moderno", referindo-se a uma descrença, a um ceticismo sobre aquilo que é real; e a transformação está atrelada ao efeito positivo do risco, ou seja, à abertura de novas alternativas históricas de ação política.

As duas primeiras atitudes ou comportamentos em relação ao risco são bastante discutidos quando se lida com a gestão dos riscos (e de que forma deve-se comunicar os riscos). Giddens (2010, p.135) trata destas reações ao falar do 'paradoxo de Giddens', afirmando que as MCs são um problema que fica "num canto da mente", mesmo que traga certa preocupação, pois as pessoas não conseguem atribuir o mesmo peso para algo que é visível e presente em paralelo àquilo que é invisível e futuro. Para ele, o medo e a angústia não são, necessariamente, formas de motivar as pessoas (em especial, quando os riscos são abstratos ou vinculados a um tempo distante). De igual forma, Pulcini (2013) afirma que o medo perdeu sua função "produtiva", sendo hoje, muitas vezes, apenas paralisante.

A terceira reação coaduna-se com a motivação de enfrentamento dos riscos, inscrita nesta pesquisa. Beck (2013, p.36) acredita que os conflitos decorrentes dos riscos podem ser

esperançosos, na medida em que "desestabilizam a ordem existente", criando oportunidades para novas formas de agir. Seguindo sua argumentação, ele aponta que características que distinguem a sociedade moderna, como autonomia, autoisolamento e egoísmo, podem ser quebradas em razão do risco.

O risco é o meio de comunicação obrigatório, voluntário e não-intencional, num mundo de diferenças irreconciliáveis em que todos se centram em si próprios. Portanto, um risco percebido publicamente força a comunicação entre as pessoas que nada querem ter em comum com as outras. Atribui obrigações e os custos aos que os rejeitam e que até têm com frequência a seu favor o direito vigente. Ou seja: os riscos não só desfazem os autismos de culturas, línguas, religiões e sistemas como também as agendas políticas nacionais e internacionais; alteram-lhes as prioridades e criam contextos para a ação entre campos, partes e nações desavindas que se ignoram e se enfrentam. (BECK, 2013. p.36).

A questão é que para que tais riscos sejam conhecidos amplamente pelas audiências – e se revertam em reação a estes – a comunicação e o jornalismo entram em ação. Como coloca Olausson (2011), é crucial reconhecer os meios de comunicação como intermediários principais entre a ciência, a política, a cultura e os cidadãos, bem como seu papel na definição da agenda pública sobre mudanças climáticas, podendo ocasionar respostas positivas sobre este problema. De igual maneira, neste trabalho, abraça-se a perspectiva de Kitzinger e Reilly (2002) ao levar em conta a forma como o jornalismo processa os riscos e os transforma em notícias, algo que não pode ser generalizado (tanto em termo de riscos quanto de veículos que os divulgam), embora apresente lógicas comuns. Trata-se, portanto, de esmiuçar as práticas, percepções e textos dos atores envolvidos, a fim de revelar tendências e paradoxos da comunicação dos riscos climáticos.

2.3.3 A comunicação e o jornalismo sobre riscos climáticos

Comunicar os riscos climáticos não é tarefa fácil. Wilson (2000) considera que as histórias sobre o aquecimento global (tomando aqui como uma parte do todo) são das mais complicadas do nosso tempo – por envolverem ciência probabilística, um rol de leis de diferentes âmbitos, disputas políticas, especulação econômica, entre outras questões. Por ser um assunto complexo, com cruzamento de várias facetas e interesses (científico, político, econômico e social), e dominado pelas fontes científicas, já se tem um quadro com fatores delicados que requerem um bom domínio sobre suas causas e consequências. Entretanto, para além de um tema ambiental (que pode ter atributos idênticos), as MCs possuem uma escala (global) e

tempo (futuro) de difícil representação e aproximação do público. A proximidade temporal e a geográfica despertam atenção e preocupação; o oposto provoca distanciamento do leitor. Moser (2010) destaca esse longo intervalo entre causa e efeito uma das particularidades da comunicação das MCs em relação a outros temas ambientais.

Aliado a isso, tem-se que os riscos climáticos são invisíveis (quando sua manifestação é percebida, eles já se tornaram catástrofes; passaram da fase em que eram riscos e tornaram-se acontecimentos concretos), assim como sua causa primária, a emissão de GEE, que, além de não ser visível, não tem implicação direta ou imediata com a saúde ou o entorno (MOSER, 2010). Giddens (2010, p.20) atesta que isso pertence a um paradoxo:

[...] visto que os perigos representados pelo aquecimento global não são palpáveis, imediatos ou visíveis no decorrer da vida cotidiano, por mais assustadoras que se afigurem, muita gente continua sentada, sem fazer nada concreto a seu respeito. No entanto, esperar que eles se tornem visíveis e agudos para só então tomarmos medidas sérias será, por definição, tarde demais.

Esperar pelo pior realmente não faz sentido diante da função social do jornalismo, mas como produzir notícias sobre este fenômeno não palpável, invisível? Como ilustrar o aumento do nível do mar e o aumento da temperatura? Que imagens (quando ignoradas as dos desastres) podem acompanhar esses textos? As notícias são, cada vez mais, dependentes de imagens que possam chamar a atenção do leitor. Manchetes (notícias principais publicadas nas primeiras páginas dos jornais) são, frequentemente, definidas pela fotografia, assim como as matérias de destaque (BOYKOFF, 2011).

A busca pelo novo e pela novidade interfere de forma crucial nesse processo. Como pautar as mudanças do clima se elas estão presentes constantemente no nosso dia a dia? Como trazer a novidade de um problema já identificado pelos cientistas há anos? De que maneira mobilizar elementos novos de um fenômeno que se acelera silenciosamente? Se a imprensa já informou uma vez, precisa de um aspecto inédito, diferente, para trazer o assunto novamente para o jornal. Este é um dos elementos que demarca que, nem sempre, o interesse público coincide com a processualidade do jornalismo.

A aparente falta de opções para atrair o público e satisfazer os critérios de seleção das notícias dá pistas de por que o discurso catastrofista aparece repetidas vezes: são estas imagens que, em geral, permitem que o tema se torne pauta e ganhe espaço no jornal. A cada risco que se transforma em tragédia, o jornalismo consegue um "gancho", um aspecto recente que se encaixa nos atributos de noticiabilidade, para então (re)construir a estória das MCs. Os

eventos políticos e a divulgação de relatórios sobre o tema costumam servir a esse propósito também. A cada reunião da COP surgem expectativas diferentes que alimentam o encontro de chefes de Estado, permitindo que aquilo que seja discutido lá tenha algum espaço na agenda midiática. Os jornalistas esperam eventos "reais" porque sua prática fundamenta-se no acontecimento e não na previsão dele. A não existência de uma manifestação concreta pode ser vista como especulação pela comunidade interpretativa, pois jornalistas não costumam trabalhar com projeções – e sim com fatos. "Os media noticiosos actuam melhor na notícia retrospectiva do que na notícia prospectiva sobre o risco, e as notícias retrospectivas sobre o risco são naturalmente reduzidas" (KITZINGER; REILLY, 2002, p.40).

Entretanto, é preciso também ter em mente que, apesar de sua relevância, aspecto de novidade e disponibilidade de imagens, há momentos em que o tema perde a disputa com assuntos considerados mais urgentes ou importantes (tanto na mídia, como no debate político). O conjunto dos acontecimentos de cada dia, a linha editorial, os recursos humanos disponíveis e outros fatores organizacionais também determinam o que será ou não publicado por cada jornal. Um jornalista que não domina o assunto terá mais dificuldades e, possivelmente, construirá uma notícia com mais lacunas do que um especializado. A divulgação da pesquisa será feita, mas sua problematização contextual será reduzida ou ignorada porque a dinâmica da redação e a ausência de conhecimentos prévios limitarão o trabalho do jornalista.

A especialização em ciência e/ou meio ambiente no meio jornalístico é, do ponto de vista social, uma forma de proporcionar acesso de qualidade ao conhecimento científico a um grande público, o que não ocorre de outra maneira. Já do ponto de vista econômico, os profissionais especializados oneram as empresas, já que as redações estão cada vez mais enxutas e requerem profissionais generalistas e multiplataformas. Como ciência e meio ambiente são áreas de pouca audiência, se comparados com esportes, política e economia, por exemplo, os jornalistas dessas áreas são logo suprimidos.

A redução de atores capacitados para contextualizar as problemáticas científicas e compreender sua linguagem complexa e hermética acarreta menos notícias (os jornalistas não sabem ou não se sentem confiantes para cobrir estes temas) e/ou construções pouco elucidativas (por desconhecimento, apelam para as fontes oficiais e disseminam apenas um lado da questão). Wilson (2000) afirma que jornalistas com *background* em ciência e que compreendem as dinâmicas políticas e econômicas das MCs são mais críticos e questionadores em relação aos acontecimentos. Nestes casos, há mais discernimento a respeito dos interesses das fontes e questionamentos mais profundos sobre métodos e abordagens das pesquisas.

Estudos demonstram que, assim como outros temas ambientais, as MCs costumam ter uma cobertura eventual e esparsa (HANSEN, 2010). Pode-se dizer que o tema participa de períodos cíclicos de interesse, com altos e baixos. Anthony Downs (1972) expõe os cinco estágios do ciclo de atenção das temáticas (*issue-attention-cycle*) observados na formação de políticas públicas sobre o meio ambiente, encontrados também no fazer jornalístico: 1) *pré-problema*, caracterizado quando o problema existe, mas não se tornou alvo de atenção pública, ainda que alguns grupos já reconheçam a questão; 2) *descoberta alarmada e entusiasmo eufórico*, quando de repente o público toma conhecimento do problema; 3) *percepção do custo*, atrelado à compreensão de que mudanças e investimentos são necessários para que soluções sejam alcançadas; 4) *gradual declínio do interesse pelo tema*, relacionado à percepção das dificuldades em resolver a questão; e 5) *pós-problema*, quando o assunto entra em uma espécie de limbo. Nesse ciclo, podem-se observar diferentes momentos em que a opinião pública está mais ou menos suscetível a determinado tema, conforme o reconhecimento e compreensão do que pode fazer para resolver a questão. Se pensarmos nas MCs em um contexto global, poderia se dizer que nos encontramos entre a terceira e quarta fases, afinal a comunidade internacional, de forma geral, já reconhece que, para conter e minimizar os riscos climáticos, os custos serão altos e demandarão ainda novos estilos de vida, o que significa romper com uma lógica hegemônica, ou seja, perceberam o custo que demanda a resolução do problema. Ao mesmo tempo, a alta complexidade envolvida nas soluções para evitar as catástrofes climáticas é capaz de imobilizar ou fazer com que os sujeitos ignorem o problema, o que acarreta em um gradual declínio do interesse pelo tema.

Porém, como todo modelo, o ciclo de Downs também é alvo de críticas. Uma destas, alinhada com a proposta da pesquisa, está em não levar em conta aspectos mais contextuais na avaliação dos temas ambientais. O autor afirma que os temas ambientais possuem, por sua natureza, falta de atributos que sustentam a atenção do público. Baseados nisso, Brossard, Shanahan e McComas (2004) compararam a cobertura das MCs (um tema de alcance internacional) na imprensa de referência americana (*New York Times*) e francesa (*Le Monde*), de 1987 a 1997, a fim de verificar se um mesmo tema, em aparatos de mídia que possuíam papéis semelhantes em cada país, teria o mesmo ciclo de atenção, independentemente de suas culturas e práticas jornalísticas. O resultado mostra que os ciclos de atenção entre os dois países não são iguais – o jornal francês nem demonstra ter um padrão cíclico –, embora o tema seja o mesmo e tenha abrangência internacional. Os autores defendem que as diferenças nas culturas e no próprio modo de fazer jornalismo entre os Estados Unidos e a França podem explicar essas não coincidências nas coberturas, como o perfil da audiência (americanos demonstram ser mais otimistas que

franceses em relação à ciência, não se preocupando tanto com as consequências negativas) e a ideologia do jornal (fontes ligadas aos negócios apareceram mais no jornal americano, podendo estar relacionada com o paradigma social dominante, enquanto o jornal francês tinha enfoques mais alinhados com o paradigma ambiental).

Enquanto o *Le Monde* enfatizou mais aspectos das relações internacionais, o *New York Times* concentrou-se mais em questões atreladas à política interna e aos conflitos entre os cientistas. A pesquisa aponta que a cobertura de um mesmo assunto em um mesmo período pode ter mais ou menos visibilidade midiática em razão da própria cultura do lugar, evidenciando a relevância do contexto social. Embora tenha se debruçado em apenas dois jornais para comparar a cobertura das MCs, os autores alertam que a proposta de Downs pode ser específica para a cultura americana, sendo necessários mais estudos, em outros países, a fim de determinar um padrão global.

Um outro aspecto que merece ser trazido à tona é a questão das incertezas inerentes ao tema climático (PAINTER, 2012; MOSER, 2010). A incerteza científica faz parte do fazer da ciência e promove a busca por novos conhecimentos. A questão problemática, neste caso, é que parte da população associa a incerteza à ignorância, gerando descrédito às informações que não podem ser definidas pelo conceito de certeza.

O fato de existirem incertezas sobre as MCs não deve ter mais destaque que o fato de que atualmente a ampla maioria dos cientistas do mundo mantém um consenso sobre o aceleração das mudanças climáticas em razão das atividades humanas. Inclusive as divergências entre cientistas a respeito da maior ou menor influência de determinada causa ou força de determinada consequência não pode servir para gerar descrédito ou ceticismo de um processo real, que está em curso – ainda que o conflito seja um dos critérios de noticiabilidade. Boykoff e Boykoff (2004; 2007) verificaram como a imprensa americana prejudicou a compreensão do fenômeno ao enfatizar a polêmica entre os cientistas a respeito das MCs, sobretudo por seguir à risca a ideia do equilíbrio informativo (dessa forma, cediam o mesmo espaço para vozes que concordavam com a ocorrência das MCs e para aqueles que discordavam dela). Assim como eles, outros pesquisadores (como Corbett e Durfee (2004), Antilla (2010) e Painter (2012)) identificaram que, especialmente nos países de língua inglesa, a prática de permitir que "os dois lados da questão" se pronunciem sem uma contextualização adequada promove uma cobertura controversa, que não auxilia as audiências na compreensão dos riscos. É por isso que há acadêmicos que defendem que é preciso reenquadrar as notícias sobre mudanças climáticas sob a perspectiva dos riscos que ameaçam a sociedade ao invés de dar destaque às

incertezas científicas, de modo a aumentar a compreensão do problema e despertar o engajamento dos sujeitos (PIDGEON; FISCHHOFF, 2011).

Painter (2013) é a favor do uso da linguagem de risco, embora seja cauteloso (não deve ser visto como uma panaceia). Ele acredita que o conceito ou linguagem de risco pode ser uma opção mais pertinente do que destacar incertezas ou desastres. Esta abordagem pode auxiliar os tomadores de decisão a auxiliar na compreensão da população em geral, mas é claro que o engajamento e a mudança de comportamentos dependem de outros fatores e podem variar de sujeito para sujeito. Os jornalistas que foram consultados para sua pesquisa tinham opiniões diferentes sobre a linguagem dos riscos, mas geralmente apontavam aspectos positivos. Já Hulme (2009), de outra forma, acredita que a linguagem do medo, terror e desastre acaba ignorando os cuidados que se deve ter com as previsões da ciência. Para este último pesquisador, os cenários do IPCC já são suficientes, não havendo necessidade de usar uma linguagem mais incisiva, que possa ameaçar a sociedade.

O fato é que a cobertura dos riscos traz no seu âmago um forte potencial de noticiabilidade (ao contrário das incertezas). Belmonte, Steigleder e Motter (2014), ao tratarem do jornalismo ambiental, destacam o risco como um valor-notícia – tanto ao tratar de seus futuros impactos negativos, quanto na busca de soluções para minimizá-lo. Também o associa ao valor-notícia da morte, citado por muitos autores do jornalismo, já que ele ameaça a vida (tanto do homem, como do planeta). Esta relação, à primeira vista, parece fazer sentido, mas se todo acontecimento que envolve risco (e Garcia (2006) aponta este como uma das quatro características comuns das notícias ambientais) já preenche, em alguma medida, os pressupostos da notícia, por que apenas alguns (e não todos) riscos são divulgados?

Há alguns pontos que precisam ser considerados quando se toma o risco como um fator de noticiabilidade. Primeiro, o grau de força de cada critério de noticiabilidade sempre é avaliado em relação aos outros que estão disponíveis. Segundo, se houver a aceitação que se vive em uma sociedade de riscos (BECK, 2010), estes deixam de ser algo excepcional ou raro e passam a ser contínuos e constantes – e o que não foge à normalidade do cotidiano não é considerado notícia. Terceiro: a própria seleção do que representa ou não um risco varia de ator para ator, não sendo possível afirmar que todos os jornalistas 'captarão' um acontecimento em razão de seu potencial risco.

Sendo assim, concorda-se com Kitzinger e Reilly (2002) quando elas afirmam que a cobertura midiática do risco é seletiva. Mesmo tendo um potencial de noticiabilidade, não são todos os riscos que aparecerão nas páginas dos jornais. As pesquisadoras mencionadas realizaram um estudo com três diferentes casos que envolviam riscos buscando ver quais

deles atraíam a atenção dos jornalistas e como eles davam visibilidade (ou não) a estes assuntos. Ao final, elas concluem que a própria estrutura jornalística não encoraja uma cobertura sustentada dos temas de riscos em razão das incertezas científicas, do fato de muitos riscos serem ignorados ou parecerem sob controle pelas instâncias oficiais, e, talvez o mais importante, pelo jornalismo atuar com fatos concretos e não acontecimentos projetados, como são os riscos (KITZINGER; REILLY, 2002).

Covello e Sandman (2001) ratificam que os jornalistas são altamente seletivos nas reportagens sobre o risco, sendo inclinados a escrever sobre riscos que envolvem pessoas em situações inusitadas, negativas, dramáticas, sensacionais ou de embate. São estas questões que, coincidentemente, são apontadas pelos autores como as que tendem a centrar a atenção do público para avaliação dos riscos. No próximo capítulo, serão mostrados alguns desses fatores que interferem na percepção de riscos dos públicos.

Os critérios de noticiabilidade, aqueles aspectos que tentem a despertar mais atenção dos jornalistas, também delimitam que tipo de risco será ignorado ou enfatizado na mídia. Já se mencionou a preferência pela novidade, proximidade, conflito, ameaça (ligado à tragédia e à morte). Pidgeon (2012 *apud* ASHE, 2013), que trabalha com a cobertura das histórias sobre mudanças climáticas, listou mais alguns elementos que tendem a atrair a atenção dos jornalistas nas histórias de risco: questões que envolvem responsabilização ou culpa; de interesse humano, relacionadas a assuntos ou pessoas de alto destaque, com forte impacto visual, relacionadas com sexo ou crime, com exposição de muitas pessoas, que envolvem um evento que pode sinalizar uma tendência mais ampla e que possuem segredos e acobertamentos. Tais fatores possuem valor de notícia, estimulam o interesse do público e fazem um acontecimento se tornar notícia. Ashe (2013) lembra que tais critérios, ainda que reconhecidos pela comunidade interpretativa dos jornalistas, variam de profissional para profissional, de editor para editor, de veículo para veículo, afinal dependem de julgamentos subjetivos, dependentes das práticas institucionais aprendidas e da pré-concepção que os produtores têm acerca dos interesses de sua audiência.

O jargão científico também se torna um empecilho para a efetiva comunicação dos riscos tanto para jornalistas (WILSON, 2000) como para a população que participa de encontros com os especialistas – em audiências públicas, por exemplo (HANNIGAN, 2009). A linguagem técnica e, às vezes, ambígua inibe o diálogo com a sociedade, não detentora e conhecedora dessa especialidade. Até mesmo jornalistas, cuja atividade é perguntar, por vezes sentem-se constrangidos com a exposição hiperespecializada de alguns cientistas que insistem em viver numa torre de marfim.

Concorda-se que qualquer mensagem jamais será neutra. Sempre existirão escolhas, subjetivas ou não, que poderão enfatizar alguns aspectos e ignorar outros (HULME, 2009). A escolha das fontes de informação, o enquadramento, o tipo de linguagem ou as imagens que ilustrarão a notícia, a experiência do profissional, os interesses do veículo, as demandas do dia, todos são elementos que interferem na construção de uma mensagem. Porém, na sua circulação e recepção – não se deve esquecer – novos dados vão ser adicionados para sua interpretação e entendimento.

Dessa forma, examina-se que diferentes aspectos das MCs interferem na forma pela qual sua comunicação nem sempre é eficiente ou adequada, ainda que dita de muita importância para a gestão dos riscos (GRANDE, 2013) e o ponto inicial necessário para que haja prevenção (SALAZAR VINDAS, 1999). Veyret (2007, p.17) sinaliza que, no meio da sociedade civil e dos gestores, as mídias "[...] desempenham um papel importante e ativo para construir o risco uma vez que dele dependem, em larga medida, certas percepções tais como a amplitude das mobilizações e dos alertas". Como o recorte desta pesquisa está centrado no circuito da notícia, observa-se o jornalismo de/sobre riscos como uma prática específica dentro do contexto mais amplo da comunicação de riscos.

A comunicação de riscos⁴⁵ é um "tema interdisciplinar complexo" (RINALDI; BARREIROS, 2007) por ser abordado por diferentes áreas do conhecimento, com perspectivas singulares. Costuma ser acionada na gestão de riscos econômicos, tecnológicos, ecológicos, de saúde, entre outros, e é vista como parte do gerenciamento do processo de risco. Também está relacionada à própria governança climática, como será mostrado no capítulo com este nome.

Ela pode ser entendida como "[...] o processo de troca entre a comunidade acadêmica, os profissionais das agências reguladoras, os grupos de interesse e o público em geral, em que se considera como melhor avaliar e gerenciar os riscos" (POWELL; LEISS, 2005, p.192), logo, independe dos meios de comunicação. Geralmente, a imprensa amplifica o alcance das informações, convocando o público para contribuir com o enfrentamento ou apenas informando sobre as medidas que estão sendo tomadas.

É importante frisar que a comunicação de risco nasceu a partir da constatação que a exposição dos riscos pelos especialistas, a partir de estimativas, não resultava no entendimento esperado por parte do público. Como as leituras de risco são baseadas em experiências, contextos e filtros que amplificam ou não os riscos, a percepção das pessoas costuma não coincidir com

⁴⁵ Neste trabalho não se faz diferenciação entre os conceitos "comunicação de risco" e "comunicação sobre riscos", atrelando as duas expressões ao referencial teórico relacionado à expressão inglesa *risk communication*.

a classificação estatística de riscos relacionada à mortalidade anual ou com o *ranking* dos perigos mais perturbadores (COVELLO; SANDMAN, 2001). Há riscos que geram muita preocupação nas pessoas, embora causem poucos danos, enquanto outros que matam muitos não são percebidos com o mesmo estado de alerta. Com isso, a comunicação de risco pode gerar tranquilidade em casos em que os riscos não são tão preocupantes e também pode impor urgência em outros riscos que são vistos com apatia pelo público.

Boholm (2009) defende que a comunicação de risco é uma abordagem prática e teórica que envolve um complexo processo de criação e interpretação de sentidos e significados inerentes à vida social, no qual saber quem são os participantes, seus papéis, motivos e conhecimentos, assim como as estruturas da organização, suas condições e formas de comunicação devem ser levados em conta. Tal processo requer aceitar que as audiências são ativas e fazem parte deste processo, sendo assim necessário conjugar valores, interesses e conhecimentos em diferentes escalas e fluxos. A comunicação de risco envolve compreensão das dinâmicas correlacionadas ao risco e não mero convencimento de um grupo (causador ou responsável pelo risco) para outro (o de vítimas do risco).

A ênfase na participação dos cidadãos neste gerenciamento é acentuada em algumas definições, como a do projeto *Promoção da Cultura de Riscos de Desastres*, realizado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, em cooperação técnica com o Ceped/UFSC:

A comunicação de riscos é entendida como uma condição necessária à realização dos direitos de toda pessoa em participar das tomadas de decisões que dizem respeito à sua vida e saúde. Daí a ideia central de considerar a comunicação de riscos importante instrumento de democratização do processo de tomada de decisão diante de um determinado risco. (UFSC, 2012, p.22).

Esta definição vai ao encontro de o que Di Giulio, Figueiredo e Ferreira (2008) afirmam sobre a necessidade de um debate maior entre a associação entre a comunicação e a governança de risco:

A discussão sobre comunicação de risco enseja a abordagem de um outro tema – governança do risco. Entende-se por governança um novo arranjo institucional no qual o processo decisório é coletivo, envolvendo atores governamentais e não governamentais. Na governança do risco, a forma como as informações são coletadas, analisadas e comunicadas estão no centro da atenção, assim como a ideia de que o conhecimento leigo não é irracional e de que os julgamentos de valor estão presentes em todas as fases do processo de avaliação e gestão de risco, por parte dos especialistas e do público.

Estes autores sublinham que um dos principais objetivos da comunicação de risco é a promoção de um diálogo sensível entre a comunidade que está em situação de risco e os demais sujeitos que devem ajudá-los, integrando-os na discussão e solução para enfrentamento deste risco. Logo, a comunicação de risco mostra-se interligada não apenas com os estudos de percepção de risco (por ajudar na construção de risco e difundir representações sobre ele), mas também com aqueles centrados em formas de governança. O jornalismo de riscos, neste escopo, desempenha as funções da comunicação de risco em um espaço de ampla visibilidade, a esfera midiática, de acordo com as normas e regras da cultura jornalística.

Registra-se que o tema é recente em termos mundiais e, conseqüentemente, apresenta várias lacunas no Brasil (há escassa bibliografia sobre o tema em língua portuguesa). A comunicação de risco se consolida como instrumento capaz de auxiliar no gerenciamento dos riscos apenas nos anos 1980, e demora a tornar-se objeto de estudo no nosso País. Powell e Leiss (2005, p.193) afirmam que a própria expressão parece ter sido cunhada apenas em 1984, "com um interesse crescente na percepção de riscos, levando a pesquisas psicológicas para ajudar a explicar por que vários grupos e indivíduos mantêm [...] visões tão diferentes sobre os riscos". Dessa forma, enquanto os estudos de percepção de risco se preocupavam com a explicação das compreensões díspares entre cientistas e leigos, a comunicação de risco, desde o começo, sempre foi centrada em um objetivo mais prático: como melhorar o diálogo entre os diferentes sujeitos e obter um grau de consenso social que permita um eficaz gerenciamento dos riscos?

Covello e Sandman (2001) apontam quatro estágios da comunicação de risco, sendo que os últimos três estão em relação um com o outro. A primeira etapa é caracterizada como de pré-risco, onde o público costuma ser ignorado por ser visto como irracional. Ao ver que esta comunicação racionalizada pelos cientistas não trazia resultados, começou-se a pensar em formas de aprender a explicar dados de risco de forma compreensível. Esta segunda fase ou primeiro nível da comunicação de risco de fato debruçou-se sobre a eliminação do jargão, o esforço em construir gráficos e tabelas, facilitando a linguagem para aqueles que não eram especialistas. Neste momento, também perceberam que a motivação era um fator importante para aprendizagem. Na terceira fase já há a perspectiva de que é preciso construir um diálogo com a comunidade, permitindo que ela expresse suas percepções e possibilidades de solução. A quarta etapa, nem sempre alcançada, envolve mudança de comportamento e cultura organizacional em prol da prevenção de riscos – algo bastante difícil de ocorrer tendo em vista os interesses pessoais e econômicos que se sobrepõem à avaliação do risco. Esta evolução do

modo de ver e observar os objetivos da comunicação de risco é resultado de estudos de percepção, que foram esmiuçando as formas de pensar das pessoas.

De outro modo, Hulme (2009) relaciona a comunicação de risco com a comunicação pública da ciência, apresentando o desenvolvimento dos modelos. O primeiro, chamado de "modelo de déficit do conhecimento", vê o receptor como passivo, sendo um fluxo linear de direção única, do especialista para o cidadão comum. Ashe (2013) sublinha que na teoria da comunicação da ciência esse modelo é considerado arcaico e simplista, e está relacionado com a perspectiva tecnocrática das tomadas de decisão.

Com a compreensão que este modelo apresentava falhas, surgiu a ideia de incorporar diálogo e deliberação entre cientistas e cidadãos. Entretanto, a maioria dos cidadãos não terá contato direto nem oportunidade de dialogar com os cientistas, sendo que boa parte deles terá acesso às informações da ciência por meio de algum tipo de mídia. É, em razão disso, que Hulme (2009) vê a ideia dos circuitos culturais (CARVALHO; BURGESS, 2005), semelhante à ideia do circuito da notícia aqui proposto, como uma das maneiras de avançar na compreensão da comunicação. Para ele:

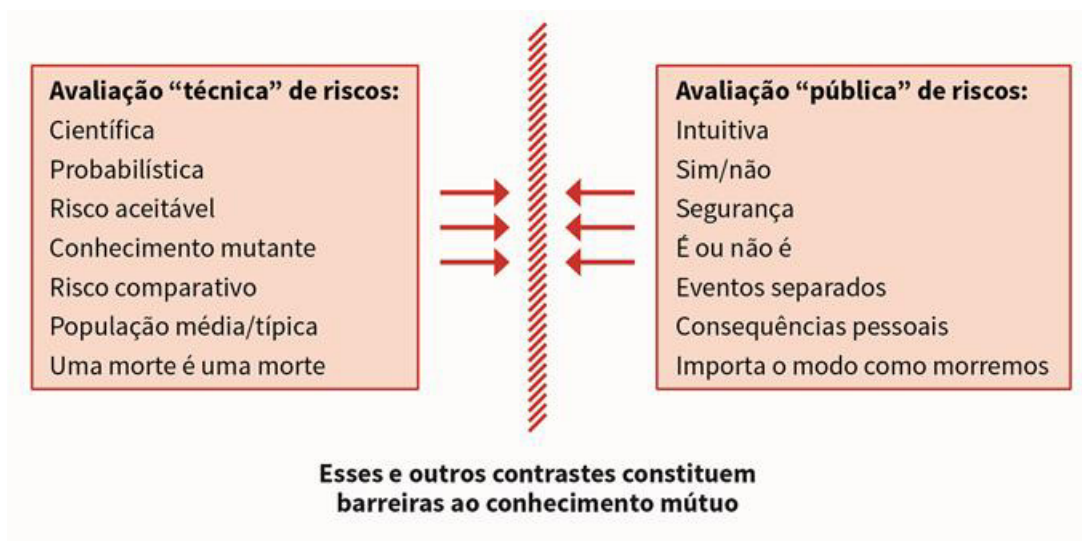
[...] a cultural circuits conception of this relationship maintains that both senders and receivers are jointly engaged in shaping and changing the meaning of messages about climate change. The media themselves offer a dynamic arena where these powerful processes are played out. Messages about climate change have no starting point and no ending point; they travel around this circuitry, changing frame, form and meaning as they go. (HULME, 2009. p.221).⁴⁶

Percebe-se que a proposta de Covello e Sandman (2001) foca mais na evolução dos objetivos da comunicação de risco (e, conseqüentemente, nas mudanças necessárias na forma de comunicar), enquanto a de Hulme (2009) organiza seu raciocínio a partir dos fluxos de comunicação, enfatizando os papéis dos sujeitos para a eficácia da compreensão do risco (ou da ciência). Ambas possuem eixos de convergência e podem ser tidas na sua última fase como ideais para a boa comunicação.

⁴⁶ Em tradução livre: "[...] a concepção de circuitos culturais dessa relação sustenta que ambos, os emissores e os receptores, estão envolvidos em conjunto na formação e mudança de significado das mensagens sobre a mudanças climáticas. Os próprios meios de comunicação oferecem uma arena dinâmica onde estes processos poderosos são articulados. Mensagens sobre as mudanças climáticas não têm ponto de partida e nem ponto final; eles viajam ao redor deste circuito, mudando de enquadramento, forma e significado à medida que avançam".

Uma questão bastante presente nos estudos dessa área são os problemas que surgem, especialmente, em razão das diferenças marcantes existentes nas formas de pensar e falar sobre os riscos de dois grupos fundamentais: os cientistas (aqueles que estudam os riscos) e o público (que geralmente não conhece o tema com profundidade, mas pode ser afetado diretamente por eles). Powell e Leiss (2005) esquematizaram os contrastes oriundos desta relação:

FIGURA 1 - ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DAS DUAS LINGUAGENS DA COMUNICAÇÃO DE RISCOS



FONTE: POWELL; LEISS (2005, p.184).

Nenhuma das avaliações pode ser tida como certa ou errada. As linguagens e percepções sobre riscos não podem ser simplesmente transpostas de um grupo para outro. É no meio dessa relação que o papel da comunicação de risco se faz essencial. Segundo os autores que propuseram a figura acima, "a boa prática de comunicação sobre riscos busca quebrar essas barreiras e facilitar as trocas produtivas entre as duas esferas" (POWELL; LEISS, 2005, p.187). Isso implica traduzir e explicar descobertas científicas, estimativas probabilísticas, graus de incerteza e outros meandros da linguagem especializada em termos compreensíveis, além de contextualizar os métodos e abordagens de pesquisa, inclusive suas limitações e lacunas – porque a ciência é falível e incompleta.

No relatório da *Science Communication Unit* (2014), produzido para a Comissão Europeia (DG Ambiente), afirma-se que a confiança tem um papel primordial na comunicação de riscos, especialmente quando as pessoas têm pouco ou nenhum controle sobre os riscos de forma individual ou quando o risco é involuntário – e, assim, ficam dependentes das ações de governo ou outras instituições. Contudo, alcançar – e depois manter – uma imagem de confiança para os públicos não é algo rápido, e às vezes é bem difícil. Empresas, governos ou organizações desprovidos de uma reputação confiável podem inclusive transmitir o oposto de

suas mensagens quando comunicam riscos (FREWER, 2004). Estudos apontam também que reter dados sobre determinado risco tende a reduzir a confiança que a população tem em relação àqueles que omitem informações (FREWER, 2004).

De acordo com este relatório, três principais fatores influenciam na confiança que as pessoas depositam nas instituições: 1) a sua competência relativa a um determinado tema; 2) o seu histórico em agir abertamente e a favor do interesse público; e 3) o fato de partilharem os mesmos valores que os indivíduos. Dessa forma, nota-se que a transparência nas ações daqueles que gerenciam os riscos deve ser sempre privilegiada, pois agir contrariamente pode causar ainda mais danos do que aqueles intrínsecos ao fato de gerar ou não controlar determinados riscos.

Além da confiança, a clareza e a contextualização das incertezas são fundamentais para que os riscos sejam interpretados de forma correta. O modo de funcionamento do campo científico nem sempre é claro e, muitas vezes, a incerteza é vista como ignorância. A própria variabilidade de certos efeitos não costuma ser apreendida como os cientistas a veem. Diferenciar causas e efeitos, apontar os limites das pesquisas, assim como dos modelos estatísticos, são maneiras de ampliar a compreensão da ciência e aumentar a confiabilidade das pessoas em seus relatos.

Covello e Sandman (2001) apontam outros sete fatores psicológicos que influenciam na forma como os sujeitos processam os riscos:

- 1) **Cortes mentais que todos fazem** (incluindo especialistas). Como resultado, usa-se apenas uma pequena quantidade das informações disponíveis na tomada de decisões sobre o risco. Há uma atenção maior naqueles riscos que são frequentemente lembrados (nos meios de comunicação, na literatura científica, em discussões com amigos) ou naqueles que são fáceis de recordar através de exemplos concretos ou imagens dramáticas.
- 2) **Apatia**. Em muitos casos, as pessoas estão com falta de motivação e simplesmente não têm interesse em aprender sobre um risco. A apatia pode indicar verdadeira falta de interesse, servir como um mecanismo de defesa psicológica ou basear-se numa prévia negativa experiência.
- 3) **Excesso de confiança e otimismo irrealista**. Isso leva, muitas vezes, com que os riscos sejam ignorados ou rejeitados. Esses fatores são mais influentes quando o risco em questão é voluntário (quando há ciência da submissão a algum risco).
- 4) **Dificuldade de entendimento**. Muitas pessoas têm problemas em compreender a informação que é probabilística ou desconhecida.

- 5) **Desejo e procura de certeza científica do público.** As pessoas são avessas à incerteza e, por isso, acionam mecanismos para reduzir a ansiedade que ela provoca. Apesar da afirmação dos cientistas de que informações precisas são raramente conseguidas, as pessoas querem saber exatamente o que vai ou não acontecer.
- 6) **Relutância da parte das pessoas para mudar convicções fortes.** Crenças fortes sobre os riscos, uma vez formadas dentro de um determinado contexto social e cultural, mudam muito lentamente.
- 7) **Atributos de julgamento.** Aspectos que afetam como se julga a magnitude real de um risco, como controlabilidade, familiaridade, voluntariedade, confiança, potencial catastrófico, efeitos imediatos ou retardados, atenção da mídia, dentre outros elementos que envolvem a percepção do risco e que serão expostos no capítulo seguinte.

Estes fatores psicológicos estão presentes tanto no momento da compreensão e processamento das informações, quanto no momento em que os sujeitos (re)transmitem as informações, aproximando-se da própria teoria da percepção do risco (aprofundamento sobre tais questões estão no Capítulo 3).

Outro ponto a ser exposto é que a comunicação de risco tende a ser abordada no Brasil, majoritariamente, pelo viés institucional de empresas privadas, em decorrência dos profissionais especializados nesta atividade ainda serem exceção no contexto das organizações públicas. Neste caso, ela confunde-se com a comunicação de crise. Prestes (2007) entende a comunicação de risco como um elemento importante na gestão das crises das empresas, mas diferencia um do outro pela maneira com que os públicos são afetados: enquanto na comunicação de crise o público tem um papel mais "contemplativo", absorvendo as informações disponíveis para formação de sua opinião a respeito da empresa e de seus produtos, na comunicação de riscos a opinião pública torna-se parte ativa do processo, podendo sofrer as consequências de uma comunicação não qualificada.

Desse modo, seja na gestão de catástrofes, riscos ou mesmo da sua prevenção, a necessidade de que os públicos percebam os fatores causadores e as maneiras de superá-los é de suma relevância e depende da mediação dos comunicadores. Quando se fala de riscos globais, como é o caso das MCs, o trabalho jornalístico é indispensável. Grande (2013) alerta, contudo, que a lógica dos meios de comunicação deve ser levada em conta, já que é por meio dela que é interpretada a maior parte dos riscos e isso resulta efeitos na gestão. É preciso entender

esse mecanismo e perceber que a brevidade dos ciclos de atenção e uma crescente economização da produção das notícias interferirá também na percepção de riscos do público.

Como a avaliação dos riscos é intrínseca à percepção dos riscos, e a comunicação dos riscos colabora, de diferentes formas, para a formatação deste processo, pode-se dizer que as escolhas tomadas para gerir e enfrentar os riscos também dependem, parcialmente, das soluções que nos são apresentadas. Além disso, Serra (2009) enfatiza três funções da comunicação de riscos, todas elas aplicáveis ao jornalismo sobre riscos: 1) agendamento e enquadramento, pois a imprensa nos diz sobre o que pensar e também como pensar; 2) intermediação, pois estabelece ligações entre os poderes instituídos e os cidadãos; e 3) legitimação da tomada de decisões, ao apresentar-se como fórum de discussão e espaço de análise das questões abordadas.

Assim, mesmo precisando lidar com as contradições derivadas do embate entre a lógica empresarial do negócio jornalístico e seu propósito social, consegue-se visualizar os muitos subsídios que a comunicação e o jornalismo de riscos oferecem à tentativa de resolução do problema climático. Se as construções forem aprofundadas, plurais e bem contextualizadas, podem contribuir para a educação das audiências em relação aos temas divulgados. Ainda que isso seja conhecido por diferentes setores da sociedade, Meira (2009) lembra que a maioria dos investimentos feitos na área das MCs ainda é de ordem tecnológica. Como os processos sociais, a exemplo da comunicação e da educação, demandam tempo e continuidade, e seus resultados só podem ser mensurados a longo prazo, é comum que as escolhas sejam feitas tendo em vista resultados mais objetivos e imediatos. Talvez seja por isso que há tanto para avançar neste campo. Vilar (2013, p.105) sublinha ainda que "[...] la comunicación es uno de los aspectos menos explorado del problema climático".⁴⁷

Moser (2010), depois de apontar desafios que estão intrínsecos à comunicação das mudanças climáticas (entre eles a falta de gratificação para tomada de ações mitigadoras e sinais que demonstrem a urgência e relevância do tema), aborda elementos-chave neste processo. Para esta autora, deve existir um propósito claro para a comunicação, que pode ser distinguido em três categorias ou degraus: 1) informar e educar⁴⁸ (o que, de forma geral, as notícias deveriam fazer); 2) obter algum tipo ou nível de ação ou engajamento social (isso poderia ocorrer a partir da inserção de exemplos e associações com o contexto local e a ideia de urgência); e 3) promover mudanças não apenas em contextos específicos, mas que possam ser ampliadas e atingir normas sociais e valores culturais. Estes últimos tópicos estão ligados a campanhas de

⁴⁷ Em tradução livre: "a comunicação é um dos aspectos menos explorado do problema climático".

⁴⁸ Lembra-se que função de educar é bastante controversa dentro do campo do jornalismo, tanto na área profissional, quanto acadêmica. Há adesão de alguns profissionais, mas não há consenso.

comunicação de longo prazo que poderiam ser encabeçadas não apenas por instituições ambientais e governos, mas pela mídia enquanto instituição, tendo em vista seu papel social.

O direcionamento da comunicação para um público específico também é apontado como forma de tornar mais eficaz essa comunicação (MOSER, 2010). Com objetivo e público mais bem delimitados, a escolha dos enquadramentos (*frames*) terá mais chances de persuadir ou atrair os leitores. Ressalta-se, entretanto, que, mesmo com estratégias de comunicação bem específicas, os efeitos não podem ser tão facilmente previstos, já que se entende a audiência como ativa (ela interpretará as mensagens de acordo com suas experiências, valores, contextos, ideologias, etc. e dará significados próprios, independentemente dos objetivos da produção). Pode-se melhorar as estratégias de alcançar públicos específicos, mas jamais subestimar sua interpretação.

Focado na imprensa escrita, Painter (2013) lista uma série de recomendações para melhorar a comunicação das mudanças climáticas, reportando seus riscos. A lista, além de mais recursos e investigação na área, inclui: 1) mais familiaridade e treinamento para jornalistas sobre números e probabilidades; 2) uso de mais infográficos e ilustrações sobre a questão; 3) mais espaço para inclusão e discussão sobre como a incerteza pode ser quantificada; e 4) mais uso de previsão probabilística nas previsões do tempo que passam na TV aberta. Vê-se que ele sugere investimentos do lado da produção para buscar mais receptividade e entendimento do lado da recepção.

Por sua vez, Ashe (2013), ao tratar dos desafios da mídia para reportar riscos e incertezas, aponta quatro elementos da prática jornalística – precisão, equilíbrio (e não falso equilíbrio, como demonstram as pesquisas de Boykoff e Boykoff (2004; 2007)), proporcionalidade, e distanciamento – que podem afetar na sua compreensão. Tais cuidados são ressaltados tendo em vista o papel que a mídia tem em comunicar conhecimentos científicos de interesse social e ajudar a formar entendimentos e hierarquizações sobre os riscos.

Para aprimorar ainda mais a maneira de comunicar os riscos, precisa-se conhecer também os mecanismos que formatam a percepção e compreensão dos riscos nos públicos. O capítulo seguinte aborda esse contexto e visa apresentar os *links* entre percepção, recepção e efeitos da mídia.

3 A PERCEPÇÃO DOS RISCOS E AS MUDANÇAS DO CLIMA

One of the reasons we disagree about climate change is because we evaluate risks differently. (HULME, 2009, p.181).⁴⁹

Este capítulo aborda a fundamentação teórico-metodológica da percepção de risco, um dos aspectos centrais nesta investigação. No primeiro tópico traça-se um panorama a respeito do entendimento da percepção de risco, alinhada com o construcionismo, abordagem na qual os objetos são moldados/elaborados em razão de contextos políticos e sociais. É esta ideia, de que tanto as notícias como as percepções são construções sociais, que alicerça toda a estrutura da pesquisa. O construcionismo, proveniente da Psicologia Social, está interessado nas construções que os indivíduos elaboram coletivamente, aproximando-se bastante do sociologismo, ou seja, tem ênfase para o nível social em detrimento do individual (ARENDRT, 2003).

As diferenças entre as percepções de risco de especialistas e leigos é o alvo de discussões do próximo tópico, que possui pontos de intersecção com a complexa relação entre jornalistas e fontes, situada no Capítulo 1. Esta é uma das grandes questões que motivou a investigação na área sob a perspectiva social e que se faz presente até os estudos contemporâneos.

A seção seguinte explicita alguns dos fatores que influenciam a percepção de risco, especialmente aqueles que estão ou podem estar relacionados com as MCs. Ressalta-se que tais fatores são múltiplos e podem ser acionados simultaneamente ou sobrepor-se uns aos outros.

Em seguida, relaciona-se o papel da imprensa (ou da mídia, de um modo geral) com a amplificação social do risco. Quando o jornalismo elabora e difunde determinados discursos sobre riscos, atuando como um filtro que possui grande alcance social, pode contribuir, entre outras coisas, para a criação e manutenção de estigmas.

O tópico seguinte dá relevo à recepção, explicitando de qual entendimento se parte e fazendo um retrospecto sobre os estudos dos efeitos de mídia, com destaque para o jornalismo. Sublinham-se as abordagens das teorias do agendamento (*agenda setting*) e do enquadramento, opções que emergem em sintonia com a proposta supracitada.

Por fim, consideram-se os riscos associados às mudanças climáticas no contexto da percepção, a fim de enfatizar os principais focos de investigação sobre este tema em relação aos riscos subjacentes e às evidências advindas dessas investigações, em diversos países.

⁴⁹ Em tradução livre: "Uma das razões pelas quais discordamos sobre mudanças climáticas é porque nós avaliamos os riscos de forma diferente".

3.1 A PERCEPÇÃO DE RISCO COMO ABORDAGEM PARA COMPREENDER AS MCs

Antes de explorar a abordagem da percepção de risco, faz-se necessário primeiro explicar o que significa o termo percepção. Segundo Guimarães Jorge (2011), há três possibilidades de entendimento: 1) percepção enquanto pensamento; 2) percepção enquanto sensoriedade e compreensão; e 3) percepção enquanto interpretação de estímulos e construção de significados. Tais definições estão interligadas e podem ser usadas de forma conjunta. Isso ocorre porque o conceito é amplo e apresenta correlações com outras ideias (como captação de sinais, codificação e decodificação de mensagens, interpretação, entre outros). Dessa forma, cada autor ou teoria poderá enfatizar mais ou menos alguma dessas ideias, assim como recombina-las de modo a satisfazer seus questionamentos. Destaca-se que o uso do termo "percepção" nesta pesquisa está associado ao viés construcionista, no qual a percepção é uma construção mental, derivada de práticas sociais, e o sujeito desempenha um papel ativo neste processo. Considera-se ainda que o ambiente simbólico-discursivo que os sujeitos habitam é fundamental para esse processamento, pois fornece quadros interpretativos preferenciais (VAN DIJK, 1990).

A perspectiva construcionista traz uma ênfase sociológica para a Psicologia, na qual o "[...] processo de compreensão não é automaticamente conduzido pelas forças da natureza, mas é o resultado de um empreendimento ativo, cooperativo, de pessoas em relação" (GERGEN, 2009, p.302). Esta abordagem difere da concepção dominante na Psicologia, considerando os aspectos sociais relevantes mesmo na compreensão dos constructos psicológicos. Gergen (2009) esclarece que, apesar do termo construtivismo ser utilizado para se referir também ao construcionismo, o primeiro é mais comumente utilizado para se referir à teoria piagetiana e a uma forma de teoria perceptual, na qual, de acordo com Guimarães Jorge (2011), a percepção é resultado do processamento de informações sensoriais. O vocábulo construcionismo demarca seu vínculo com a obra de Berger e Luckmann (2008), *A Construção Social da Realidade*, e evidencia o entendimento do discurso/percepção/conhecimento sobre o mundo não como um simples reflexo, mas sim como um "artefato de intercâmbio social" (GERGEN, 2009).

Para tratar das percepções de riscos climáticos, reitera-se aqui que os riscos são vistos como construções sociais (DOUGLAS; WILDAVSKY, 2012). Assim, o reconhecimento do risco se dá por meio de um processo social no qual alguns valores, que estão intimamente relacionados com dado contexto, são acionados e outros não. Esta é uma das abordagens dentro dos estudos de percepção de risco. Lima (2005a, p.206) explica: "[c]omo o risco não tem fronteiras disciplinares, muitas das questões de investigação que abordaremos não nasceram na Psicologia, mas no diálogo com outras ciências [...]". Logo, ainda que o começo

desses estudos se baseie na ideia de que o risco é individualmente elaborado, outras visões foram ampliando a discussão, passando a considerar o cruzamento com fatores macrosociais.

Os registros do interesse crescente da Psicologia em ver de que maneira as pessoas percebem os riscos datam de 1950. A corrente principal é focada no processo cognitivo, quando as pessoas estão diante dos riscos, o que está mais relacionado à área de julgamento e tomada de decisão das pessoas (JOFFE, 2003). Isso explica o porquê das pesquisas neste campo serem mais desenvolvidas na área de gestão dos riscos.

Com o passar dos anos, os cientistas foram descobrindo que mais do que simplesmente processar determinada informação, de forma racional, a percepção de risco estava imbricada com aspectos intuitivos e experimentais, guiados por processos emotivos e afetivos. Joffe (2003) afirma que a partir dos anos 1990 a ênfase no processo cognitivo de percepção de risco recaiu em outros fatores em razão do reconhecimento da afetividade. Até então a natureza social da cognição tinha sido bastante negligenciada.

O psicólogo americano Paul Slovic foi um dos vanguardistas da área a pensar no papel social da percepção do risco. Este pesquisador e seus colegas começaram a verificar que visões de mundo, assim como a afetividade, são mecanismos de orientação para que pessoas direcionem seus julgamentos sobre riscos. Não apenas o sistema racional, mas também o experiencial, ligado às emoções, atua em paralelo para as tomadas de decisão (SLOVIC *et al.*, 2004). Os estudos de percepção de risco desenvolvidos pelo grupo de Slovic – com a metodologia psicométrica⁵⁰ – permitiram quantificar e prever a forma como os cidadãos pensam o risco, sinalizando para a necessidade de respeitar o outro não apenas pela sua racionalidade analítica, mas também pela afetividade. Para Slovic (1987), a pesquisa na área da percepção de risco tem uma série de implicações relacionadas ao educar as pessoas para o risco e, conseqüentemente, colaborar para sua gestão.

A partir da contribuição sobre o papel exercido pelo afeto, a psicologia da saúde começou a trabalhar com pressupostos desta teoria, que passou a ser chamada de estudo dos comportamentos de risco, mostrando que um mesmo risco pode ser percebido de inúmeras formas pelos públicos afetados. Dessa forma, a Psicologia Social começou a perceber as estimativas de risco como construções sociais, reconhecendo a identificação dos riscos como um fenômeno social e cultural (LIMA, 1998).

⁵⁰ É uma abordagem na qual se usa uma escala psicofísica e análise multivariada para produzir representações quantitativas de atitudes e percepções de risco (SLOVIC; WEBER, 2002). Nesta proposta não se faz uso da psicometria.

Hoje já existe o reconhecimento da heurística afetiva (SLOVIC *et al.*, 2004), vinculada às respostas que ocorrem quase automaticamente em razão de sentimentos (como o medo, por exemplo) nos processos de decisão. As pesquisas nessa área demonstram também que fatores contextuais moldam a forma com que os sujeitos estimam e avaliam os riscos. Roeser (2012) ratifica que as emoções são determinantes na percepção de risco, ainda que, por serem tidas como irracionais, geralmente são excluídas dos processos de decisões políticas. Para essa pesquisadora, o envolvimento emocional age de duas formas: permitindo que haja uma maior consciência do problema e aumentando o grau de motivação para fazer algo a respeito (engajamento).

A própria área de comunicação do risco já notou que precisa fazer uso de estratégias ligadas à emoção e à situação do sujeito para explicar os nexos mais abstratos e complexos. Há estudos, como o de Covello e Sandman (2001), que mostram como diferentes afetividades pesam no gerenciamento de risco de cada sujeito, porém verificar e cruzar essas múltiplas variáveis demanda pesquisa com mais profundidade e tempo para triangulações diferentes. Sendo assim, não é de se estranhar que aspectos emocionais das pessoas leigas acabam, muitas vezes, sendo desconsiderados.

Joffe (2003) afirma que os estudos de percepção de risco que dominam a área ainda estão muito centrados no nível interpessoal, frequentemente desconsiderando aspectos sociais que interferem na compreensão dos riscos. As visões de mundo das pessoas parecem ser consideradas de maneira estática na interpretação da percepção, mesmo que esta seja constituída em relação com o social. Nesse sentido, Joffe (2003) critica essa linha de investigação e propõe o uso das representações sociais, que, apesar de não serem restritas à esfera do risco, podem ser usadas como uma forma de articular o contexto social com as compreensões individuais.

Concorda-se que este é sim um caminho possível, entretanto, muito semelhante a abordagens mais contemporâneas do próprio campo de estudo das percepções de risco. Slovic (1993) é um dos pesquisadores que reconhecem que apenas a psicologia individual não consegue dar respostas suficientes para o entendimento da percepção de risco e os conflitos gerados a partir dela. Respaladada nesta constatação é que a abordagem social emerge, na qual estudos da Sociologia e Antropologia (por exemplo, BECK, 2010; DOUGLAS; WILDAVSKY, 2012) introduzem fatores relevantes para a compreensão do risco.

Filia-se, assim, à perspectiva que compreende a percepção de risco como um processo social, que envolve confiança e medo, e no qual as questões culturais afetam o julgamento de quais perigos e riscos devem ou não ser temidos (DOUGLAS; WILDAVSKY, 2012) – e não apenas aquela percepção baseada no conhecimento sensorial –, acreditando-se aproximar dos

estudos de Joffe mesmo sem acionar o referencial teórico das representações sociais. Não se usa apenas métodos experimentais e coletas quantitativas, mas busca-se a relação com forças institucionais mais amplas, como a ciência e a mídia.

Douglas e Wildavsky (2012), tendo em vista que o risco é um constructo social, questionaram-se a respeito de como as pessoas decidem quais riscos enfrentar e quais riscos ignorar. Como a ideia de risco depende do contexto cultural e psicológico de cada sujeito, verificou-se que a percepção de determinado risco pode ser muito diferente, conforme sua vivência e conjuntura. *"Each society, each social group within a society, and even each individual within a social group, may prioritize quite differently which risks to avoid and which risks to live with"*⁵¹ (HULME, 2009, p.185). Assim sendo, o estudo da percepção de risco requer um olhar mais alargado, que inclua fatores do nível individual e social. Afinal, segundo Arendt (2003, p.12), "vivemos híbridos cercados de social e individual e não de formas puras destas instâncias", sugerindo a necessidade de romper com a dicotomia entre estas duas esferas que se constituem a partir da mútua influência de uma sobre a outra.

Na Psicologia, a ênfase sobre o indivíduo é predominante, mas há abordagens que se diferenciam de acordo com os enfoques assumidos. Lima (2005a) identifica quatro domínios de investigação sobre os estudos da percepção de risco: 1) a abordagem da tomada de decisão, na qual a percepção de risco é tomada como um enviesamento cognitivo; 2) a abordagem psicométrica, na qual a percepção de risco está relacionada a atributos qualitativos das tecnologias; 3) a abordagem do comportamento de riscos, na qual a percepção de risco é tomada como determinante de comportamentos; e 4) a abordagem social, na qual a percepção de risco é vista como resultado da interação social. Esta última vertente é a acionada para a articulação desta pesquisa.

Diferentemente das demais abordagens que "[...] situam a percepção de risco como um fenômeno individual e dialogam principalmente com modelos econômicos de tomada de decisão" (LIMA, 2005a, p.222), a abordagem social considera a multiplicidade de diferentes percepções de risco tendo em vista o contexto e a interação dos indivíduos. Para esta corrente de pensamento, a percepção de risco

⁵¹ Em tradução livre: "Cada sociedade, cada grupo social dentro da sociedade, e mesmo cada indivíduo dentro de um grupo social, pode priorizar de forma bastante diferente quais riscos devem evitar e com quais riscos aceita conviver".

[...] não pode ser compreendida sem considerarmos a sua associação com outras representações significativas para os sujeitos e sem considerarmos também o posicionamento social desses mesmos actores sociais. [...] centra-se num ponto que fica muitas vezes esquecido quando se aborda a questão da percepção do risco: o contexto social em que ele é produzido. (LIMA, 1998. p.16).

Tal compreensão está relacionada também ao poder e, conseqüentemente, às maneiras pelas quais os riscos são emoldurados pelo Estado, pelos grupos econômicos e pelos veículos de comunicação social. Há alguns estudiosos, como o cientista político Ronald Inglehart, que sugerem que alguns fatores econômicos podem interferir na percepção dos problemas ambientais e seus riscos. Este autor sugere que a preocupação com o meio ambiente torna-se parte do cotidiano das pessoas apenas quando preocupações mais básicas já foram atendidas (INGLEHART, 1995). Hulme (2009) afirma que, segundo essa hipótese, os riscos climáticos seriam vistos como mais graves nas nações mais ricas, do hemisfério Norte, e por aqueles indivíduos com maior riqueza material. Esta perspectiva, todavia, precisa levar em conta outros fatores, como conhecimentos, valores e crenças, já que existem estudos que mostram que grupos socialmente menos favorecidos (menos escolarizados e com menores rendimentos) são aqueles que têm mais percepção dos riscos ambientais (BOHOLM, 1998; LIMA, 2005a), em razão de estarem mais próximos dos riscos objetivos (ou de situações de vulnerabilidade).

Outra questão diz respeito ao gênero. Estudos indicam que, mesmo dentro do mesmo grupo social ou racial, são as mulheres que tendem a ter mais acentuada percepção dos riscos ambientais, revelando uma visão otimista dos homens em relação à ciência e tecnologia. Esta associação com a confiança na ciência e nos órgãos governamentais é inversamente proporcional à percepção dos riscos ambientais (LIMA, 2005a). Por isso, a evidência de que para além de uma impressão individual, as percepções de risco estão intimamente relacionadas com o poder e o estatuto social.

A questão cultural precisa ser igualmente considerada. Douglas e Wildawsky (2012) apresentam um esquema a partir do qual analisaram quatro modos de vida ou quatro enfoques culturais pelos quais os indivíduos percebem os riscos, em razão da força de coesão das relações em grupo e do grau de regulação social. O modelo é dividido em fatalistas, individualistas, hierarquistas e igualitaristas. Essa tipologia remete a uma percepção de mundo que cada indivíduo constrói a partir de uma variedade de fatores e orientações culturais.

Neste esquema, hierarquistas e igualitaristas compartilham o senso de solidariedade entre os membros da comunidade, mas diferem em relação ao grau de regulação social: os primeiros valorizam a estrutura da sociedade, defendendo a demarcação de papéis e posições.

Já os fatalistas e individualistas têm em comum a pouca coesão social, mas diferem em relação à regulação social, sendo os individualistas dependentes apenas do esforço próprio e os fatalistas das estruturas externas de poder e autoridade. A forma de relacionar aspectos individuais e sociais oferece pistas de como e por que diferentes pessoas, em diferentes culturas, percebem os riscos de diferentes maneiras (HULME, 2009).

Giddens (1991) e Beck (2010), ao situarem os riscos como um fenômeno central da sociedade contemporânea e apresentarem os riscos atuais como imperceptíveis (como é o caso das mudanças do clima), trazem novos elementos para debater a percepção dos riscos, especialmente dos ambientais. A confiança na ciência e no Estado para identificar o que é ou não um risco, ao mesmo tempo em que sua presença mostra-se insuficiente para dar respostas diante das incertezas e complexidades que extravasam as fronteiras geográficas, faz surgir discussões até então bastante minimizadas. As novas desigualdades sociais, assim como o incremento das antigas, decorrentes deste panorama realçam o esforço de se entender aquilo que pensam os leigos (a população em geral, considerada não especialista) e como a imprensa pode melhor comunicar os riscos, de modo a contribuir com seu enfrentamento.

O risco está presente de diferentes maneiras no dia a dia das pessoas e sua aceitação pode variar em razão de motivações, desejos e crenças. A heterogeneidade de preocupações a respeito dos riscos já foi verificada em diversos estudos (LIMA, 2005a) e não pode ser simplesmente reduzida à diferença entre técnicos e leigos, questões individuais e sociais, homens e mulheres, brancos e negros, etc. As dicotomias entre um fator ou outro não conseguem explicar as múltiplas interações que estão presentes na constituição de cada percepção.

A ideia de risco não é monolítica, muito menos estanque. A avaliação dos riscos pela sociedade envolve uma série de fatores qualitativos e dinâmicos que não costumam ser mensurados ou considerados na avaliação técnica dos riscos. Desde aspectos contextuais e identitários até mesmo juízos errôneos compõem o rol de ingredientes que formatam a percepção de risco de cada indivíduo.

O estudo das percepções de risco, ainda que não substitua a avaliação dos peritos e os fatores considerados pelos tomadores de decisão, pode impulsionar processos de gestão de riscos, já que se levando em conta os modos de pensar dos públicos, a aceitabilidade e resposta aos riscos pode aumentar (RENN, 2004). O desenvolvimento das pesquisas de percepção de risco pode auxiliar a diminuir a lacuna entre especialistas e leigos, contribuindo para uma comunicação mais efetiva dos riscos e também para o engajamento das pessoas nos processos de sua governança.

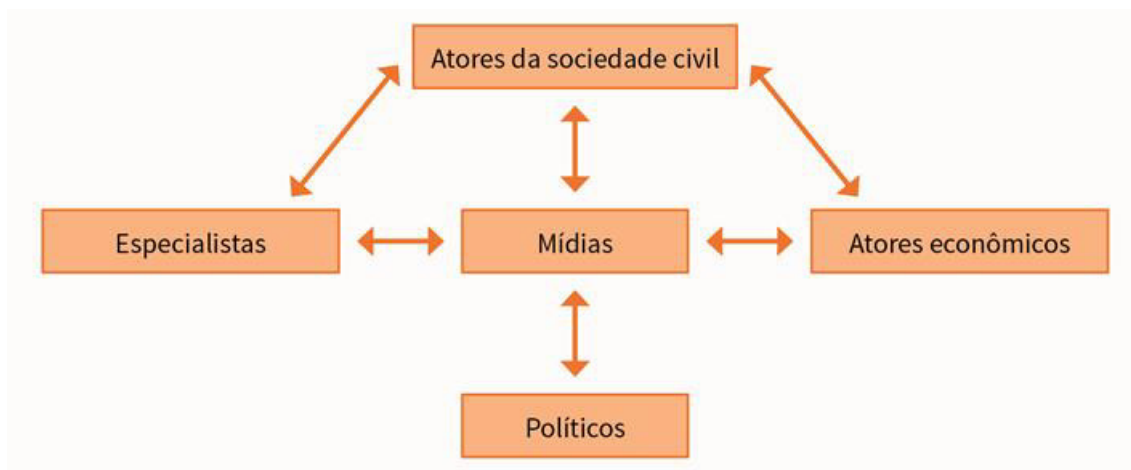
Muitas vezes o conhecimento sobre riscos e até as formas de enfrentá-los são difundidos pela mídia, fazendo com que esse espaço torne-se um meio importante para o surgimento (ou não) da percepção de determinado risco. Mello *et al.* (2012) destacam que as percepções são influenciadas por fatores socioculturais, incluindo a forma como esses riscos são comunicados pela imprensa, e que compreendê-los tem sido fundamental também para verificar como se dá seu enfrentamento. A ideia abraçada pelos autores a partir do pensamento de Ulrich Beck é de que:

[...] o risco deve ser entendido como algo real, que existe objetivamente, e como uma construção social, entendendo que neste processo os fatores socioculturais, as experiências individuais, a ciência, a mídia e a comunicação dos riscos contribuem para a definição, regulação e percepção dos riscos. (MELLO et al., 2012, s/p).

Nesse sentido, enxerga-se o processo de comunicação, como um todo, e jornalístico, em particular, como espaço de negociação de sentidos, no qual os produtores de discursos constroem discursos a respeito dos riscos que são interpretados pelos receptores a partir de seu repertório cultural, ou seja, em função de diferentes fatores individuais e sociais que possibilitarão que sua percepção seja mais ou menos distante daquilo que foi "projetado" pelos jornalistas. É importante relativizar que os efeitos dos meios não imediatos, diretos ou perfeitamente correspondentes às intenções dos produtores do discurso. Reconhece-se a potencialidade dos meios de comunicação em amplificar determinadas mensagens, porém, por outro lado, observa-se o receptor como um sujeito ativo, que, ao receber a notícia, a ressignifica conforme sua ideologia, experiência, saber e interesse.

Veyret (2007), ao apresentar modelos que podem estar associados à construção do risco, apresenta um no qual as mídias posicionam-se no centro do processo, enfatizando seu papel preponderante na articulação e mediação de diferentes atores sociais. A Figura 2 destaca a centralidade dada pela autora aos meios de comunicação:

FIGURA 2 - A INTERVENÇÃO DOS ATORES DA SOCIEDADE CIVIL



FONTE: VEYRET (2007).

Diante desse cenário, o discurso jornalístico – seja por seu intuito de relatar o real, seja por ser também uma construção social – está intrincado no processo de dar visibilidade aos riscos. O jornalismo tanto se alimenta dos riscos para elaborar seus produtos (textos), como pode promover riscos em função de projeções/informações desproporcionais. É uma via de mão dupla, onde há uma conformação dos fatos (no caso, riscos) e, ao mesmo tempo, a necessidade de que eles existam (de forma real) para que se tornem notícias.

Cabe lembrar, entretanto, que as informações sobre riscos não são conhecidas ou disseminadas apenas pelos meios de comunicação: há avisos de risco em diversos objetos de consumo – do cigarro aos brinquedos –, há câmeras de segurança em quase todos os espaços (públicos e privados), e nos ambientes de trabalho a segurança passou a ser uma dimensão fundamental para obtenções de certificação de qualidade (LIMA, 2005a). A Comunicação, de forma geral, e o Jornalismo, de forma específica, atuam no sentido de amplificar determinados riscos, seja por meio de sua credibilidade, seja por meio do seu alcance em termos de visibilidade.

Para fechar este primeiro tópico é relevante dizer que diferentemente dos estudos de avaliação de risco (mais quantitativos, centrados em modelos para determinar os riscos objetivos e desenvolvidos pelas ciências naturais), os de percepção de risco estão inter-relacionados com a "[...] forma como os não especialistas (referidos frequentemente como leigos ou público) pensam sobre o risco em um conjunto de crenças e valores que dão significado a um acontecimento ameaçador" (PIDGEON *et al.*, 1992 *apud* LIMA, 1998). Dessa forma, a controvérsia entre como o risco é percebido por especialistas e leigos é uma das discussões recorrentes nesta área de investigação.

3.2 ESPECIALISTAS *VERSUS* LEIGOS: PERCEPÇÕES DIFERENTES DE UM MESMO RISCO

Em razão dos conhecimentos e vivências (decorrentes do próprio contexto sociocultural de cada grupo e/ou sujeito), as percepções de risco variam e podem até ser opostas. Este tópico enfatiza o *gap* que existe entre especialistas e leigos pelo fato de, nas situações de gerenciamento de riscos, serem estes os dois principais elos do processo.

A própria visão que um grupo tem de outro pode ser aproximada ou distorcida. Enquanto decisores e técnicos tendem a considerar a população como mal informada, aut centrada ou mesmo irracional ao impedir a instalação de empreendimentos com características perigosas em locais próximos de sua moradia, a população tende a considerar os decisores e técnicos como dissimulados, pois não informam os "verdadeiros" riscos dos empreendimentos (LIMA, 1995). Portanto, os dois grupos se contrapõem ao utilizarem parâmetros diferentes para balizar suas percepções de risco.

Por mais que as mesmas informações estejam disponíveis, técnicos e leigos interpretam o risco de forma distinta. Eles se preocupam com aspectos não coincidentes e ouvem coisas diferentes mesmo quando as palavras são as mesmas (LIMA, 2005a). Estudos com este viés apontam que o aumento da cultura científica dos cidadãos pode não resultar em menos incompatibilidades com a leitura que têm os técnicos.

Há riscos que são considerados graves pela população em razão da percepção de ausência de controle. Por exemplo: embora os riscos atrelados à ingestão de alimentos com agrotóxicos e ao ato de dirigir alcoolizado sejam reconhecidamente avaliados pelos especialistas como graves (para a saúde e condução segura), como os sujeitos têm a ilusão de controle, há uma minimização de tais riscos. Outro aspecto polêmico se dá com a construção de centrais nucleares ou depósitos para resíduos tóxicos, porque os riscos de intoxicação são apresentados como mínimos para os técnicos, porém inaceitáveis para aqueles que moram próximo ao local, justamente porque o indivíduo não consegue controlar o que ocorre ali, do mesmo modo que acredita controlar a ingestão de álcool, por exemplo.

A familiaridade com o risco também diminui a prevenção adequada. Moradores de áreas sísmicas ou de encostas de morros tendem a não acreditar na avaliação de risco dos técnicos porque sua experiência de vida não condiz com o alerta dos especialistas. Como o período de vida dos cidadãos e o período de análise dos riscos objetivos costumam ser diferentes, a exposição das probabilidades de risco não atingem os sujeitos que vivem ali. Muitas vezes há uma descrença de que algo realmente possa acontecer ou ainda a experiência dos moradores

leva-os a acreditarem que é possível superar tais riscos (como no caso de pessoas que anualmente têm suas casas inundadas, mas insistem em permanecer no local).

Os técnicos consideravam as percepções das populações como irracionais e emocionais e, por essa razão, não incorporavam seus apelos em suas ações. Esse modo de pensar dos técnicos sofreu uma mudança após o acidente na central nuclear de Three Miles Island, nos EUA, em 1979, mostrando que os receios da população não eram infundados ou sem racionalidade. Lima (1995, p.41) afirma que, principalmente nos Estados Unidos,⁵² este acidente

[...] inaugurou uma época em que se reconsiderou a ideia de que a posição da populações era irracional e em que se tentou dar importância a opinião pública, definindo estratégias de comunicação cuja linguagem e valores fizessem sentido para técnicos e leigos.

Logo, houve uma evolução nos estudos de percepção de risco e hoje não se pode mais dizer que somente os leigos têm uma visão subjetiva dos riscos. Esta pesquisadora defende que as populações não têm uma percepção aleatória dos riscos, sendo esta avaliável, consistente e previsível. Também pondera que a avaliação objetiva dos riscos feita pelos especialistas incorpora elementos subjetivos⁵³ tanto quanto a avaliação dos leigos, sendo os riscos percebidos diferentes em face às variáveis de cada situação e aos valores dos sujeitos. Finalmente, alerta que mesmo que as populações não sejam atingidas objetivamente por riscos, o fato de elas viverem sob o estresse do processo de implementação de atividades que envolvam riscos provoca alterações no seu estado de saúde.

Ashe (2013) retoma a diferença de concepção existente entre os termos risco e incerteza. Para o público, a palavra risco pode frequentemente significar um evento com baixa probabilidade de acontecer, enquanto incerteza pode ser entendida como falta de conhecimento (CRED, 2009). A incerteza pode também ser compreendida pelos leigos como ignorância – o que, geralmente, não condiz com a realidade, porém pode servir como justificativa para a inação (ASHE, 2013). Estas diferenças aumentam a distância (e dificuldade) de tornar o diálogo entre cientistas e leigos horizontal. Além disso, a crença no modelo linear de transmissão faz com que muitos atores da comunidade científica percebam o problema da não compreensão do público em geral como algo de responsabilidade da mídia – como se o papel de fonte de informação,

⁵² Este fenômeno ocorreu na Europa, de maneira semelhante, após o acidente nuclear de Chernobyl, na antiga União Soviética.

⁵³ São exemplos disso a consideração ou não de riscos indiretos ou intangíveis nas avaliações de risco, a atribuição de valor a paisagens ou qualidade de vida, e a definição do que seria ou não um grau aceitável de risco, onde a resposta implica um juízo de valor dos técnicos.

desempenhado pelos cientistas, fosse algo não passível de críticas. Nesse sentido, há também aqueles que pensam que uma abertura para um diálogo, com uma linguagem mais acessível a audiências não especializadas, poderia retirar o privilégio e o respeito do pronunciamento científico, colocando interesses pessoais acima da compreensão pública da ciência (ASHE, 2013).

Para tornar o risco avaliável, previsível e consistente, Slovic *et al.* (1980 *apud* LIMA, 1995) chegaram à conclusão que a estrutura do pensamento sobre risco pode ser descrita por meio de três dimensões: o grau de gravidade do risco, o grau de familiaridade com a ameaça e a extensão da exposição. Já Lima (1995), em estudo sobre as dimensões de percepção de risco de forma abrangente, chegou a outras três dimensões: o grau de informação disponível sobre o risco, o grau de controle possível sobre o desastre e a importância pessoal do desastre.

Em um contexto amplo, encontram-se ainda mais fatores que estão ligados ao processamento do risco no texto de Slovic publicado em 1987. Neste artigo, o psicólogo americano aponta diferentes aspectos que estão associados à percepção do risco, como familiaridade, controle (associado à exposição voluntária ou involuntária), potencial catastrófico, equidade (no sentido de perceber justiça na distribuição dos benefícios e riscos), percepção sensorial, nível de conhecimento dos riscos, a manifestação dos efeitos (imediatos ou futuros), o tipo de impacto do risco, a confiança nos mecanismos e entidades de controle e gestão do risco, e a confiança nas fontes de informação que abordam o risco. Além disso, como visto no Capítulo 2, Covello e Sandman (2001) também tratam de alguns atributos de julgamento que consideram relevantes para a prática de uma comunicação de risco efetiva.

Todas estas definições e classificações, de alguma maneira, estão relacionadas e tornam-se complementares. De maneira a sistematizar as categorias que serão utilizados nas análises das pesquisas (aqueles que têm mais fortemente uma relação com as especificidades dos riscos climáticos), apresenta-se o Quadro 2. Pontua-se que as categorias expostas possuem relação direta com os fatores associados à percepção de risco descobertos na revisão de literatura. Alerta-se também que algumas características denominadas de formas diferentes pelos autores, mas com questões em comuns, foram agrupadas de modo a criar categorias mais concisas e excludentes entre si.

QUADRO 2 - CATEGORIAS A PARTIR DOS FATORES DA PERCEPÇÃO DE RISCO

continua

FATORES DE PERCEPÇÃO DE RISCO	QUESTÕES COLOCADAS	ALGUMAS PERCEPÇÕES POSSÍVEIS	CATEGORIAS TEMÁTICAS
Gravidade / Potencial catastrófico / Impacto	<p>O quão grave é esse risco?</p> <p>O quão catastrófico ele se revela?</p> <p>Qual a dimensão do seu impacto?</p>	<p>Quanto mais grave ou com alto potencial catastrófico for considerado o risco, mais preocupação gerará no sujeito;</p> <p>Riscos que impactam um maior número de pessoas tendem a ser percebidos como mais graves;</p>	Ameaça
Familiaridade / Nível de conhecimento sobre o risco	<p>É uma situação conhecida ou algo desconhecido?</p> <p>O quanto conheço sobre este risco?</p>	<p>Riscos conhecidos são vistos como exposição voluntária, são mais bem aceitos;</p> <p>Para tomar consciência do risco, o sujeito precisa de informação; quanto mais informações tiver sobre causas, consequências e medidas preventivas, mais controle acredita que terá;</p>	Informação
Exposição / Aceitabilidade do risco	<p>O quanto serei exposto por esse risco?</p> <p>Há benefícios atrelados à minha exposição ao risco (formas de compensação)?</p>	<p>A depender da natureza do risco, quanto mais exposição, mais o sujeito será afetado;</p> <p>Existe uma relação entre a aceitabilidade de determinados riscos e os benefícios que esta exposição podem acarretar;</p> <p>A exposição voluntária do sujeito está atrelada à aceitabilidade do risco e, portanto, a uma percepção menor da gravidade do risco;</p>	Exposição
Confiança em relação à fonte de informação do risco	O quanto confio que estas informações são verdadeiras?	Se o sujeito acredita nas informações que lhe são repassadas, a convivência com o risco torna-se mais viável;	Credibilidade
Confiança em relação aos mecanismos e entidades de controle e gestão do risco	O quanto confio que tais mecanismos e entidades cumprirão com seu papel?	<p>O sujeito que confia nos instrumentos políticos e técnicos que controlam o risco tem maior aceitação da convivência com o fator de risco;</p> <p>Quanto mais confiança naqueles que gerenciam o risco, menos percepção da gravidade do risco e da urgência de prevenção e mitigação;</p>	Confiabilidade

QUADRO 2 - CATEGORIAS A PARTIR DOS FATORES DA PERCEPÇÃO DE RISCO

FATORES DE PERCEPÇÃO DE RISCO	QUESTÕES COLOCADAS	ALGUMAS PERCEPÇÕES POSSÍVEIS	CATEGORIAS TEMÁTICAS
Controle	Até que ponto está ao meu alcance agir no sentido de evitar o desastre? Até que ponto este risco pode ser controlado?	Riscos percebidos como incontroláveis são aqueles em que os sujeitos mais se eximem em termos de prevenção; A percepção sobre a falta de controle sobre o risco tende a gerar uma percepção de que o risco é mais temível do que aquele que é controlável;	Domínio
Importância pessoal	Até que ponto este risco pode afetar-me?	Riscos incontroláveis são considerados aqueles que mais afetam os indivíduos; Impactos imediatos mobilizam mais do que os futuros (que afetam gerações seguintes);	Preocupação
Percepção sensorial	Consigo identificar sensorialmente o risco?	Riscos que não podem ser percebidos sensorialmente são menos aceitos;	Sensação
Equidade	Como os riscos estão distribuídos e são enfrentados em termos de justiça?	A maneira como os sujeitos percebem a ausência de equidade no contexto dos riscos aumenta a percepção de afetação;	Justiça

FONTE: A autora baseada em SLOVIC (1987), LIMA (1995) e COVELLO; SANDMAN (2011).

Lima (1995) afirma que a percepção de controlabilidade de um risco está interligada ao caráter retardado dos efeitos e à responsabilidade individual pela prevenção. Outra associação é feita em termos do grau de importância pessoal e do grau de controle, já que os riscos mais incontroláveis são aqueles percebidos como os que mais afetam os sujeitos.

Dessa forma, nota-se que as avaliações de risco das populações podem ser, de certa maneira, previstas a partir da mensuração de algumas informações. Também não podem ser rotuladas apenas como emocionais ou irracionais porque envolvem fatores situacionais de dois tipos: aqueles relativos às características percebidas dos riscos envolvidos e aqueles relacionados ao processo de tomada de decisão (LIMA, 1995). Entende-se aqui como processo de tomada de decisão não apenas ações para enfrentamento do risco, mas ao fato primeiro, da aceitação ou rejeição do risco. Há riscos que são simplesmente ignorados por determinado grupo (o que não gera evidentemente uma percepção de risco), enquanto há outros que são aceitos (as pessoas tomam consciência da exposição do risco, mas, como estão familiarizados com ele,

desenvolvem mecanismos cognitivos para banalizar o grau do risco, o que gera dificuldade na inserção de medidas preventivas).

Os riscos podem ser mais ou menos percebidos conforme a confiança que as pessoas têm nas instâncias ou sujeitos responsáveis pelo seu enfrentamento. A desconfiança naqueles que comunicam ou avaliam o risco pode desencadear uma rejeição precoce da compreensão da situação, assim como uma comunicação distorcida ou não compreensível. Como é impossível que as pessoas se tornem especialistas em diferentes tipos de riscos, seu julgamento e decisão serão feitos a partir das informações que circularem sobre o assunto, muitas vezes por intermédio da veiculação de notícias, na sua experiência de vida e demais aspectos contextuais que as cercam.

O avanço do conhecimento na gestão de riscos pode se dar quando especialistas ouvirem de forma mais atenta os leigos, que pensam em aspectos geralmente negligenciados pela avaliação dos riscos (LIMA, 2005a). Ao mesmo tempo, o desenvolvimento do conhecimento científico não pode ser ignorado, ainda que com a consciência de suas falhas e incertezas. Para além de uma questão da Psicologia Social, esse diálogo entre leigos e especialistas é um desafio atual e crucial para a continuação dos processos democráticos, ainda mais quando se trata do gerenciamento de riscos que afetam o meio ambiente.

3.3 OUTROS FATORES QUE INFLUENCIAM NA PERCEPÇÃO DO RISCO

Como já evidenciado, a percepção do risco é eminentemente subjetiva e, muitas vezes, não corresponde à verdadeira amplitude da potencial ameaça (BOUZON, 2009). A forma como as pessoas julgam o risco (em relação à sua gravidade ou proximidade) varia conforme as experiências e informações que detêm sobre a ameaça. No relatório produzido pela Comissão Europeia de Meio Ambiente, intitulado *Science for Environment Policy Future Brief: Public risk perception and environmental policy*, publicado em 2014, há destaque para a percepção de risco relacionada à experiência anterior com o risco, ou seja, pessoas que já tiveram uma experiência pessoal com um dado risco terão uma percepção de maior risco do que aquelas que jamais sentiram na pele a proximidade com ele. Outros fatores também são relacionados como o papel das instituições (confiáveis ou não) no controle dos riscos, a distribuição dos riscos (igual ou desigual) e suas causas (naturais ou artificiais).

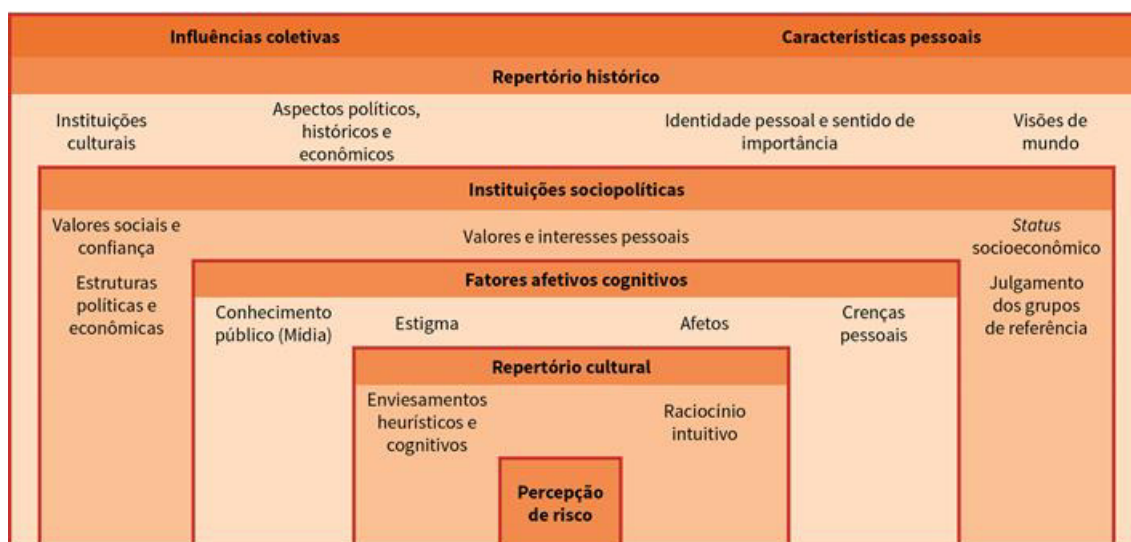
Este documento expõe ainda que pesquisas recentes têm mostrado dois fatores que estão especialmente associados à tolerância do risco: o medo e o desconhecimento. Os riscos temidos são postos como potencialmente catastróficos, incontroláveis e involuntários, enquanto

os riscos desconhecidos são aqueles não familiares, não bem compreendidos pelos cientistas e associados a efeitos retardados.

Hulme (2009) aponta que os pesquisadores geralmente distinguem os riscos como situados e não situados, a fim de compreender melhor a diversidade de percepções de riscos existentes. Neste caso, os primeiros estão associados a uma localização específica (como o risco para a saúde de uma comunidade próxima a um incinerador de lixo), enquanto os segundos têm uma fonte distante e intangível, como o caso dos riscos climáticos. Outra forma de distingui-los é pensar nos sistemas de raciocínio afetivo e analítico, que correspondem às maneiras de como se avaliam os riscos. A avaliação afetiva dos riscos costuma ser rápida, intuitiva e emocional, representando o risco como um sentimento. Já a avaliação analítica inclui processos de assimilação, deliberação e julgamento, requerendo reflexão. Porém, em muitas situações, estes dois sistemas de raciocínio atuam simultaneamente e, por isso, outros fatores colaboram para a decisão final.

Assim, não há apenas um ou dois fatores que desencadeiam a percepção de risco, mas uma multiplicidade combinada deles. As diferenças culturais são importantes para compreendermos por que determinados grupos assumem dados riscos e outros os ignoram. Renn e Rohrmann (2000) ilustram na Figura 3 as múltiplas influências que estão relacionadas à percepção de risco:

FIGURA 3 - SOBREPÓSICÃO DE INFLUÊNCIAS ATRELADA À PERCEPÇÃO DE RISCO



FONTE: RENN; ROHRMANN (2000) adaptado e traduzido livremente pela autora.

Com base nesta figura, pode-se ter uma apreensão mais clara dos diversos fatores que se relacionam até a formação de uma certa percepção de risco. Ao se tratar a percepção de risco como uma dimensão social, assume-se que há uma articulação de aspectos, significa que o sujeito recebe influências do meio e se modifica mas, ao mesmo tempo, influencia o meio e

promove mudanças. Portanto, a compreensão adotada vai além da justaposição ou soma de fatores, partindo de uma relação nas quais influências externas vão produzir mudanças no sujeito que, por sua vez, também vão atuar sobre o meio, modificando-o.

Aspectos individuais e coletivos, cognitivos e intuitivos, se mesclam e trazem combinações particulares que definem o que corresponde à percepção de risco para um e não para outro. Essa visão ampla ajuda a revelar porque há tanta dificuldade em mobilizar as pessoas para alguns riscos, já que a própria percepção deles – o reconhecimento de que aquilo é de fato uma ameaça – não se constitui de forma simples, homogênea e/ou padronizada na população.

Lima (1998) identifica quatro grandes grupos de fatores que interferem na forma pela qual cada sujeito irá perceber o risco: 1) fatores intrapessoais; 2) fatores interpessoais; 3) fatores grupais; e 4) fatores ideológicos.

Os fatores intrapessoais colocam em evidência aspectos individuais, na maioria das vezes relacionados à sobrevivência psicológica. Estão atrelados à relação entre risco objetivo e subjetivo. Pessoas que vivem próximas a áreas de risco reconhecem objetivamente o risco, mas tendem a minimizá-lo como estratégia de sobrevivência psicológica a situações de ameaça continuada. Estudos da autora (2005a, 2005b) revelam que, para continuar a viver com o risco, as pessoas sobreavaliam os seus recursos e subavaliam os riscos a que estão expostas continuamente.

Já os fatores interpessoais vão além do alcance individual, relacionado à confiança ou não no outro (sujeito ou instituição) e a sentimentos que interferem nos julgamentos. Lima (1998) exemplifica esta questão por meio de uma pesquisa realizada sobre o risco da Aids, avaliando como a paixão pode ser um fator importante para perceber ou não este risco. De acordo com a investigação, as pessoas apaixonadas, que confiavam no parceiro, percebiam o risco da Aids quando o alvo era geral, como a população, e minimizavam os riscos quando eles se referiam ao parceiro ou ele próprio (alguém em particular). Uma relação de confiança induz as pessoas a subavaliarem os riscos envolvidos. Esta questão está presente na discussão sobre modernidade de Giddens (1991), quando ele afirma que a confiança que se tinha nos sistemas peritos (baseados na ciência) não era contestada pelas pessoas leigas ou que possuíam menos conhecimento sobre determinado assunto. Também Beck (2010) reflete sobre a confiança na ciência na sociedade de riscos, expondo uma contradição: no momento em que a ciência é mais solicitada a dar respostas frente à infinidade de questões ambientais e tecnológicas que se articulam, mais é evidente que seu esforço é limitado e apresenta falhas.

Em relação aos fatores grupais, Lima (1998) indica que um mesmo risco pode ser associado a aspectos opostos em razão da identificação ou não com o local. Sujeitos com fraca

identidade sobre o local de risco tendem a construir percepções negativas, enquanto aqueles com forte identidade local relacionam o risco com ações posteriores de ajuda, solidariedade, reconstrução – apagando, de certo modo, o conteúdo que produz ansiedade. Além da identidade social, a autora cita a competição entre grupos pela vitimização como fator que influencia na percepção (no caso de quem sofre mais em relação a dado risco). Neste grupo de fatores, é importante salientar que os aspectos em disputa só fazem sentido tendo em vista o contexto intergrupar no qual estão inseridos.

Por fim, os fatores ideológicos também interferem na cognição dos riscos. A perspectiva ideológica do sujeito a respeito da natureza (se faz parte dela ou apenas retira dela recursos para sua sobrevivência, por exemplo) implica a maneira como perceberá um risco de desastre ambiental ou o risco de escassez de água. A matriz ideológica de cada sujeito o faz ler o mundo de certa forma, afetando também suas percepções dos riscos objetivos.

Esta classificação busca, didaticamente, separar aspectos que estão hibridizados em cada sujeito. Como reforça Arendt (2003), não há como dividir o social do individual. Na pesquisa aqui empreendida não se adentrará na análise por conjunto de fatores, como apresentado, mas as categorias criadas serão oriundas de pistas associadas a estas questões, como a confiança que demonstram em relação a instituições, por exemplo.

Todos estes fatores são articulados pelos sujeitos de modo a garantir a sobrevivência psicológica daquele que é ameaçado. Lima (1998) destaca que, por estar entre a Psicologia Individual e a Sociologia, a Psicologia Social desenvolve uma interação contínua entre o sujeito e o seu contexto social. Esta conexão é evidente no estudo das percepções de risco, que mescla fatores de diversas ordens para construir valores e significados para cada possibilidade de risco, e também orientar decisões a respeito dele.

O compartilhamento de determinadas representações e discursos favorece a construção de dadas percepções e não outras. É nesse momento que a mídia ganha destaque, sendo responsável pela socialização daquilo que se pode temer ou não, assim como formas de enfrentar tais questões. O jornalismo, enquanto mediador social de relevância, coopera para que certas mensagens, articuladas à confiança e ao medo, sejam interpretadas coletivamente, permitindo que dadas percepções de risco se tornem mais evidentes em determinados contextos que outras.

Embora seja sabido que o conhecimento ou a exposição de informações confiáveis favoreça a percepção de dados riscos, por si só não garantem que ele se torne uma questão de relevância para as pessoas e, se assim não for, como reivindicar atitudes de enfrentamento? Por outro lado, sem nenhuma informação a constituição da percepção de risco fica ainda mais difícil, visto que as experiências pessoais com o risco são bastante limitadas em termos

populacionais. É neste entremeio de lacuna, possibilidade e alcance incerto que, como foi apresentado no Capítulo 2, articula-se a comunicação de/sobre riscos, cercada de desafios e limitações.

Nos estudos de jornalismo, a teoria ou hipótese da *agenda setting* pode ser relacionada com os estudos de percepção. A partir dessa perspectiva, verifica-se que a agenda pública sofre forte influência a partir do que os jornais e jornalistas escolhem para repercutir em seus meios. Ao dar visibilidade a alguns assuntos e enfoques, a mídia chama a atenção dos públicos naquele dia para certos acontecimentos em detrimento de outros. Ao longo do tempo, essas escolhas podem reforçar ou não a relevância de dados temas/conteúdos. McCombs (2009) enfatiza que a inserção de um assunto ou tópico na agenda pública de forma que ele chame a atenção e faça parte do pensamento do público é o estágio inicial para a formação da opinião pública.

Isso não significa dizer que o público será induzido a pensar exatamente aquilo que a imprensa dissemina. A recepção é ativa e sua atenção é seletiva (os assuntos que interessam ao indivíduo são observados com mais cuidado do que aqueles que não fazem parte do seu rol de interesses). Há uma correlação entre agenda da mídia e agenda do público, porém é preciso notar que, na maioria das vezes, essa influência é "[...] subproduto inesperado da própria necessidade dos noticiários diários de focar a atenção em somente alguns tópicos" (MCCOMBS, 2009, p.42). Ou seja, as escolhas por determinado assunto e não outro, geralmente, não são pensadas a partir da ideia de que será isso que influenciará a agenda pública, mas em razão de critérios, normas e limites do jornalismo e de sua organização, aspectos estes que são, muitas vezes, subjetivos.

Deve-se ter em mente também que o grau dessa influência costuma variar de grupos para grupos, conforme a escolaridade, a proximidade com o assunto, dentre outros fatores. A audiência não é homogênea e nem passiva. É por meio de silenciamentos e repetições de tópicos que a mídia consegue pautar determinados temas em detrimento de outros. As saliências de um assunto em relação a outro também são demarcadas por estratégias jornalísticas que garantem maior visibilidade (assuntos de primeira página e com ilustrações/fotografias costumam atrair mais leitores do que aqueles que estão no interior do jornal sem imagens, por exemplo).

3.4 O JORNALISMO E A AMPLIFICAÇÃO SOCIAL DO RISCO

No âmbito desta pesquisa, que se centra no circuito da notícia, a escolha pela ênfase nos estudos de amplificação social do risco⁵⁴ parece uma escolha natural. Essa óptica aborda o risco como a forma com que as pessoas o pensam tendo em vista suas relações e suas concepções de mundo, não havendo, assim, "risco real" (verdadeiro ou absoluto) ou "risco distorcido". Há muitos autores, como já foi apresentado, que destacam o papel fundamental dos meios de comunicação como importantes atores na construção das percepções dos públicos, e os objetivos desta pesquisa se coadunam com esse ponto de vista.

Priest (2015) lembra que esta abordagem não apresenta uma explicação totalmente desenvolvida sobre como alguns riscos são amplificados enquanto outros são atenuados, sendo vista não como uma teoria, mas como um quadro conceitual. Acrescenta-se ainda que tal quadro parte de uma metáfora (do processo de amplificação) utilizada em um modelo comunicacional já superado, vinculado à Teoria Matemática da Comunicação desenvolvida por Shannon e Weaver após a II Guerra Mundial, que estava interessada na precisão e eficácia do fluxo de informação. Desde então, os estudos comunicacionais avançaram e compreenderam que não há um modelo linear de produção e recepção da informação, sendo preciso considerar aspectos culturais, sociais e políticos de interpretação a partir das especificidades de cada processo.

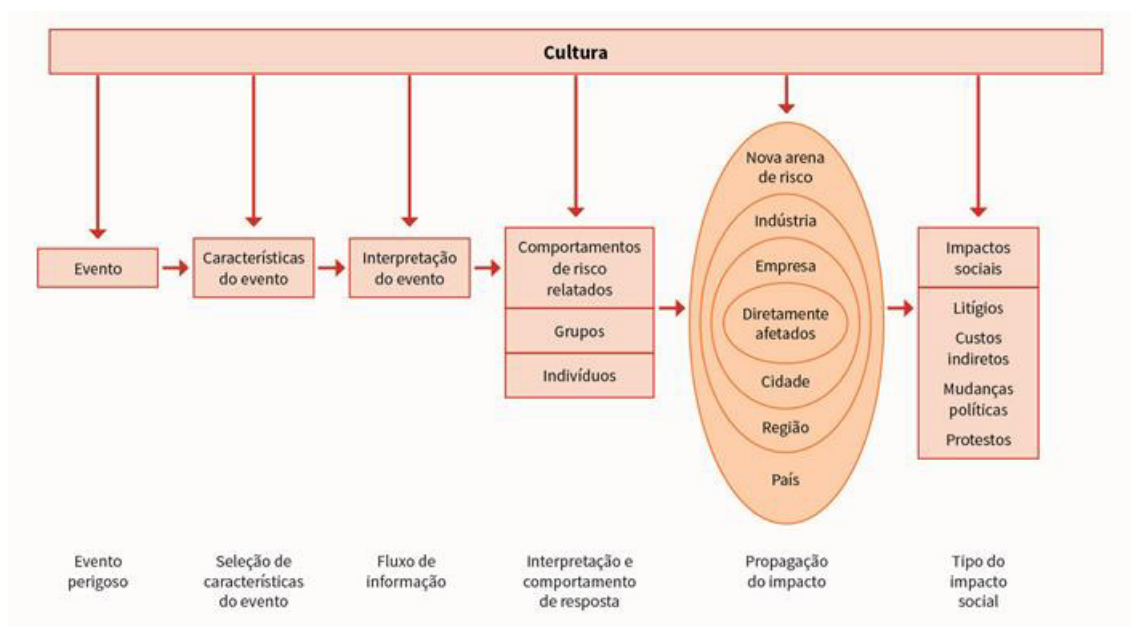
Todavia, cabe dizer, a forma com que Kasperson *et al.* (1988) utilizaram esta metáfora já extrapolava a ideia inicial de Shannon e Weaver, ao relacionar diferentes aspectos (individuais e sociais) à circulação de informações. Apesar de alguns pesquisadores criticarem o uso da metáfora de engenharia eletrônica de sinais e respostas para tratar das interações complexas entre sujeitos e mídia nos eventos de risco, esta é a abordagem mais frequentemente utilizada para tratar do papel da mídia no contexto dos riscos. De acordo com os próprios autores, o quadro é bastante amplo – não permitindo prever quando os mecanismos irão atenuar ou amplificar o risco –, porém auxilia na interpretação de casos em que há tratamento dos riscos na mídia e de diversos momentos e fontes de influência relacionadas à construção social do risco (LIMA, 2005a).

Historicamente, esta foi a primeira tentativa articulada de congregar os fatores sociais e a percepção de risco, reunindo psicólogos e pesquisadores de outras áreas (geógrafos, engenheiros e gestores ambientais). Esse grupo lançou um quadro conceitual que integrava a visão técnica

⁵⁴ A expressão foi apresentada pela primeira vez por Kasperson *et al.* (1988), a partir da metáfora utilizada nos estudos de comunicação. Mesmo reconhecendo as limitações dessa metáfora, os autores apontam que este modelo é ainda muito utilizado na literatura da comunicação de massa.

e a percepção dos leigos, levando em conta a dinâmica social. O modelo foi bastante importante no âmbito dos estudos de risco, pois permitiu fazer a ponte entre o contexto social e a percepção de riscos (LIMA, 2005a). Entre seus objetivos estavam entender como certos acontecimentos atuavam nos processos sociais, psicológicos e culturais de maneira a atenuar ou acentuar a percepção de risco, e descrever as consequências que podem ser a eles associados em diferentes níveis (individual, social, político, econômico, ambiental, etc.). A figura abaixo representa o modelo:

FIGURA 4 - REPRESENTAÇÃO SIMPLIFICADA DO CONCEITO DE AMPLIFICAÇÃO SOCIAL DO RISCO



FONTE: KASPERSON *et al.* (1988), adaptado e traduzido livremente pela autora.

O risco, nessa proposta, é visto tanto como uma ameaça objetiva quanto como uma construção subjetiva. Renn *et al.* (1992) explicam que essa opção evita o determinismo tecnológico por um lado e o relativismo por outro.

Esse modelo é baseado na tese de que eventos perigosos interagem com processos sociais, institucionais, culturais e psicológicos de modo a aumentar ou diminuir as percepções individuais ou coletivas de risco e moldar seus comportamentos. A expressão evento perigoso (*hazard event*, no original) refere-se a acidentes ou eventos extremos, sendo manifestação do risco.

Essas percepções e comportamentos geram consequências sociais e/ou econômicas que vão além de dano direto para os sujeitos ou ambiente, incluindo impactos indiretos, que se propagam como ondas, tais como custos de seguro, formulação de novas leis e perda de confiança nas instituições (KASPERSON *et al.*, 1988; RENN *et al.*, 1992). Os chamados efeitos secundários

provocam demandas por soluções do poder público ou das instituições responsáveis (no caso de amplificação) e podem minimizar determinados aspectos de proteção (no caso de atenuação). Tanto a atenuação quanto a amplificação social dos riscos geram disjunções graves entre peritos e leigos, acarretando respostas divergentes e dificultando a análise convencional do risco (KASPERSON *et. al.*, 1988). A intensidade com que isso ocorre depende do contexto sociocultural, e a mensagem vai levando consigo, além do conteúdo, valores, símbolos e inferências. Efeitos posteriores podem ser acarretados em razão desse movimento de ondas em espaços geográficos mais distantes e também em instâncias políticas e administrativas superiores.

Geralmente as informações que as pessoas recebem já transitaram por algumas "estações de amplificação", sejam eles os porta-vozes das empresas e governos, especialistas e/ou jornalistas (podem ser indivíduos, grupos ou instituições). A decodificação/interpretação por parte dos sujeitos será amplificada ou atenuada de acordo com a consistência da mensagem e a relação que ela tem com suas crenças e valores. Porém, este processo extrapola o sujeito, podendo interferir em unidades sociais maiores, influenciando grupos e/ou organizações. De acordo com seu papel nos coletivos, e das próprias normas e interesses inerentes a eles, outras formas e alcances de propagação poderão ocorrer (por exemplo, se cientistas, que detêm reconhecimento social, participam deste processo, terão mais chance de influenciar outros grupos que, por exemplo, um grupo de empresários não conhecidos).

Este é um modelo que explicita como diversos aspectos podem influenciar aquilo que as pessoas percebem. Um aspecto importante é que os impactos diretos não precisam ser grandes para alastrar impactos indiretos. Para Kasperson *et al.* (1988), há dois principais mecanismos nesse processo: os de transferência da informação sobre risco e os de resposta da sociedade.

Os mecanismos de informação da amplificação social envolvem experiências diretas e indiretas. Aqueles que tiveram experiências pessoais podem tanto amplificar quanto atenuar os riscos, de acordo com suas condições socioeconômicas e culturais. Não obstante, muitos riscos não são experienciados diretamente, sendo conhecidos por outras pessoas ou pela mídia. Neste último caso, há atributos da informação que contribuem para essa amplificação, como o volume, o grau com que a informação é contestada (se os grupos ou indivíduos acreditam naqueles que questionam as informações), a dramatização e as conotações simbólicas acionadas. (KASPERSON *et al.*, 1988). Por exemplo, falar recorrentemente de um dado risco aumenta a percepção de sua gravidade; já a dramatização pode acentuar o potencial catastrófico do desastre, e o conflito entre cientistas pode diminuir a confiança na ciência e, conseqüentemente, em instituições que se respaldam nela.

Já os mecanismos de resposta da amplificação social envolvem os contextos sociais, institucionais e culturais da recepção. Eles podem ser desencadeados por quatro vias: por meio de processos de simplificação do risco (tendo em vista que ele é complexo, é preciso reduzi-lo para tomar decisões a seu respeito), por meio dos relacionamentos com grupos sociais (a influência das respostas do grupo pode afetar a resposta do sujeito), por meio do valor do sinal (se os sinais do risco forem considerados graves, a percepção do risco será maior) e por meio da estigmatização (o imaginário negativo atrelado a um grupo ou local pode expandir o grau de percepção do risco). Além desses, o retorno positivo para o próprio risco físico pode ter esse efeito, quando, por exemplo, ocorre um acidente e surgem protestos ou bloqueios de rotas que podem aumentar as consequências negativas da ameaça (KASPERSON *et al.*, 1988).

Ainda que a amplificação social do risco tenha forte ligação com os meios de comunicação, podendo interferir por meio da recorrência de assuntos, da dramatização, do silenciamento ou da exposição enfática de controvérsias, cada indivíduo, enquanto receptor, também amplifica determinadas informações a partir de suas vivências. Lima (2005a, p.231) esclarece:

Cada receptor individual tem também a sua própria estação de amplificação. Que inclui atenção selectiva, descodificação do sinal e processamento da informação de risco de acordo com as heurísticas disponíveis, avaliação da informação e nomeadamente da sua importância, validação e interpretação da situação com outros (individuais ou coletivos).

É essa interpretação do acontecimento, que muitas vezes já vem "moldado" pelo enquadramento jornalístico, que irá gerar as respostas nos indivíduos (de ignorar, tolerar, aceitar ou agir contra o risco). Kasperson, Jhaveri e Kasperson (2001) consideram o quadro da amplificação social do risco como uma forma de compreender o estigma⁵⁵ tecnológico e suas implicações sociais, e afirmam que a mídia, ao interpretar os acontecimentos, utiliza imagens, metáforas e recortes que certamente afetam a visão sobre riscos que as pessoas constroem, embora não se saiba exatamente de que maneira. Esta perspectiva tornou-se uma linha de pesquisa da amplificação social do risco, associando os locais onde são construídas instalações perigosas (como centrais nucleares, aterros de resíduos ou incineradores) às consequências negativas do estigma. Ainda que haja diferenças entre as formas com que alguns autores observam esta estigmatização, a resposta comum dos afetados leva sempre a referência do outro. "Isso não me afeta tanto" – afeta mais o outro; "a culpa ou responsabilidade é do outro" – e não minha.

Alguns autores, como Beck (2010), já percebem que os locais escolhidos para tais empreendimentos já estão estigmatizados devido à pobreza e baixa qualidade ambiental; enquanto outros acreditam que o processo se dá após a implementação dos equipamentos que acarretam ameaças.

Hulme (2009) pontua quatro tipos diferentes de amplificadores do risco que não atuam de forma isolada, mas podem esclarecer aspectos desse processo. O primeiro exemplo é o amplificador por meio de linguagem e metáfora de um sujeito com reputação ou renome. Quando uma personalidade de importância pública trata do assunto com uma linguagem atrelada ao desastre ou terror, a percepção de risco tende a ser maior. A associação com imagens, símbolos ou repertório linguístico atrelado a alguém já conhecido (e confiável), tende a dar mais atenção aos riscos climáticos.

O segundo exemplifica a situação em um quadro institucional. Se uma conferência científica internacional tiver como tema central o assunto, as discussões que se desenvolverão terão repercussão, em ondas, para diversas instâncias vinculadas aos universos dos participantes. O tema será amplificado para além das esferas diretamente envolvidas com esse evento.

O terceiro é a mídia, que tem um papel poderoso na amplificação e atenuação dos riscos, seja por meio da recorrência das notícias, seja pelos enquadramentos que explora. É este amplificador de risco o centro das atenções desta pesquisa, ainda que não se desconsidere a influência dos demais.

O quarto exemplo, menos específico, mostra como processos culturais mais amplos podem formatar percepções de risco, tratando do caso de um sociólogo que escreve constantemente sobre como nosso mundo está mais perigoso que no passado e como as pessoas tendem a fazer relações com problemas mais específicos, como as MCs, por exemplo.

Por meio desses exemplos, Hulme (2009) oferece alguns elementos que interagem por escalas, atores e instituições, amplificando a ideia de riscos climáticos. Destaca-se que alguns desses processos de atenuação ou amplificação são mais transparentes e evidentes. As experiências e valores de cada um farão com que se percebam de forma mais ou menos enfática dados riscos e não outros.

Di Giulio (2010) declara que este quadro conceitual tem como principais focos a percepção e a comunicação de risco, assumindo-se que a percepção de risco é, sobretudo, construída pela forma como o risco é comunicado através da mídia e de outras fontes. Para a pesquisadora, essa abordagem "vai além das categorias relativamente estáticas ou das teorias

⁵⁵ Segundo a obra *Risk, media and stigma*, o conceito de estigma se refere a algo que deve ser evitado não só porque é considerado perigoso, mas porque tem o potencial de subverter ou destruir uma condição positiva.

psicométrica e cultural, e enfatiza a dinâmica essencial e o caráter simbólico das compreensões sobre risco" (DI GIULIO, 2010, p.36).

De outro modo, as mudanças causadas pelas novas tecnologias da comunicação e informação tornaram o ritmo da difusão dos fatos ainda mais acentuado e a presença dos meios de comunicação mais frequente no cotidiano das pessoas. A partir disso, fenômenos podem ser divulgados em tempo real, sendo capazes de ampliar a percepção de que o planeta sofre, cada vez mais, mudanças maiores e/ou em intervalos de tempo menores. Mendonça, Deschamps e Lima (2013, p.156) consideram que:

Esta aparente intensificação de eventos extremos, em geral associados pelos meios de comunicação de massa às mudanças climáticas globais, estabelece um imaginário comum na sociedade, que se percebe cada vez mais frágil e vulnerável a todos os tipos de riscos socioambientais.

A sensação ou interpretação também é construída simbolicamente a partir de um discurso global (mediado em grande parte pelo jornalismo), possível em função do grande alcance dos meios de comunicação. Entretanto, essa grande quantidade de informação que circula na sociedade contemporânea, com acesso cada vez mais rápido e barato, também revela ser paradoxal, pois as pessoas parecem estar mais desinformadas (SORHUET, 2013). Com a enxurrada de notícias disponíveis, especialmente na internet, lê-se um pouco de cada (às vezes, somente a manchete) e nem sempre se distingue uma informação de qualidade e com fundamentos de outra que não tem. Em razão desse "oceano" de informações, Sorhuet (2013) sublinha que a função do jornalista torna-se ainda mais importante, já que a população tende a confiar na sua capacidade profissional de filtrar, hierarquizar e comunicar de forma acessível os principais fatos de um dado período.

Contudo, Wahlberg e Sjoberg (2000) salientam que a mídia é apenas um fator, dentre vários, que está intrincado nesse processo. Embora seu papel na sociedade contemporânea permita que se constitua uma percepção de risco geral e esta seja espalhada em diferentes âmbitos, os autores assinalam que as informações midiáticas atingem pouco a percepção do risco em nível pessoal, que é considerado um aspecto muito mais forte para o reconhecimento do risco. McCombs (2009) ratifica que a experiência pessoal dos assuntos públicos, como a inflação, muitas vezes dispensa a informação da mídia, pois o alerta para o problema ocorre na prática. Para o autor, a necessidade de orientação do sujeito interfere na atenção que ele dará para a agenda da mídia. Em outras palavras, se a experiência pessoal não trazer elementos que possam ajudá-lo a formar uma opinião, ele será mais dependente das informações da mídia.

Priest (2015) reforça a relação consistente entre esta abordagem e a teoria (ou hipótese) da *agenda setting*. Mesmo que o quadro conceitual tenda a ver o processo midiático como algo mais linear e estático do que realmente já se sabe, este modelo proporciona que se olhe para diferentes atores e para o funcionamento da imprensa em relação a outros sujeitos e instituições.

Sob outra óptica, Olausson (2011) demarca que, apesar de a mídia em geral e o jornalismo em particular serem frequentemente citados como uma forma de enfrentar as MCs, contribuindo para a compreensão dos cidadãos sobre os desafios do clima, há poucos estudos na área de recepção, sendo a grande maioria dos estudos sobre jornalismo e mudanças climáticas de caráter midiocêntrico, centrado nos aspectos produtivos do circuito da notícia. Diante disso, é preciso que não apenas se relativize o peso das instituições midiáticas de acordo com seu papel no contexto social e individual de cada cidadão, mas que também se façam estudos empíricos buscando rastrear o que os sujeitos estão filtrando e interpretando a partir da mediação feita pelos meios de comunicação.

O que os públicos realmente absorvem deste processo é algo de difícil mensuração, pois eles não estão em uma redoma, encapsulados ou com acesso somente a um determinado veículo de comunicação. Os diversos fluxos, próprios das práticas sociais, interferem não somente naquilo que os sujeitos lerão, mas com quais propósitos o farão e como, de fato, interpretarão. Para compreender melhor o papel da recepção da informação, o tópico a seguir abordará aspectos do mundo do leitor.

3.5 O LADO DA RECEPÇÃO

Muitos estudos tendem a fazer simplificações demasiadas a respeito do papel daqueles que interpretam a notícia, o que se entende aqui por audiência, público ou recepção. Já foi afirmado neste texto que a concepção de recepção adotada não é passiva, negando a ideia de que a comunicação midiática transmite uma informação a um sujeito que seria uma espécie de esponja absorvente daquele conteúdo. Reconhece-se que a maneira de ver e dar sentido ao mundo transita por muitas outras experiências que não somente o contato com a mídia. Isso não significa diminuir a relevância da mídia, atualmente a principal mediadora entre ciência, política e os cidadãos, bem como seu papel de construtora e visibilizadora de problemas ambientais. Olausson (2011) sublinha que tais funções devem ser analisadas em equilíbrio com o reconhecimento da capacidade das pessoas para negociar e se opor a determinadas informações de mídia.

Salienta-se que, no entendimento desta tese, não há emissores que não sejam receptores e nem receptores que não sejam emissores. Todos os sujeitos são produtores de sentidos, independentemente de sua posição no circuito da notícia. Cada sujeito, para viver em sociedade e entrar em relação com o outro (necessidade antropológica) precisa comunicar-se e, portanto, assumir papéis de emissor e receptor de informações. Fausto Neto (1995, p.196) ratifica o rompimento com a visão linear de comunicação (no qual o receptor é somente aquele que recebe passivamente uma informação:

[...] sabe-se que todo sujeito reúne as possibilidades de produzir e receber discursos, na medida em que está em contato com o campo do código, enquanto outro, dimensão que lhe fornece as faculdades de construir as "gramáticas de produção" e as "gramáticas de recepção" de mensagens. Portanto, esse trabalho de mobilização e de apropriação sobre o código não é algo restrito ao chamado núcleo da emissão – como quer o modelo empiricista da comunicação. Pelo contrário, é inerente à possibilidade de esse se construir enquanto tal.

Somente para fins de operacionalização da análise da pesquisa, consideram-se apenas os leitores como receptores justamente por ocuparem no circuito da notícia um espaço específico para analisar a interpretação da notícia. A ênfase na recepção se deu sobre aqueles que assumiram ser leitores deste jornal em particular, enquanto na produção foram consideradas as fontes de informação e os jornalistas que estavam atrelados às notícias analisadas e que, mesmo que sejam receptores das notícias da *Gazeta do Povo*, não foram interrogados sobre este papel. Todavia, produtores e receptores são observados como sujeitos ativos e construtores de sentidos próprios (seja pelo ato da escrita, seja pelo ato da leitura).

A recepção ou o consumo da notícia não é um processo automático. A compreensão e interpretação daquele que recebe a informação não é necessariamente a mesma daquele que a construiu. As primeiras teorias dos efeitos da comunicação, iniciadas em 1920, consideravam a mídia como onipotente. Nelas, as mensagens midiáticas tinham impacto direto no indivíduo, que reagia imediatamente a elas, sendo vistas como um instrumento de manipulação das massas (WOLF, 1995; SOUSA, 2000; ALSINA, 2009).

Duas décadas depois, começou-se a desconfiar do poder ilimitado da mídia, abrindo-se espaço para contar com um mecanismo chamado de "exposição seletiva" e a influência que determinados mediadores, como os líderes de opinião, exercem neste processo. Estudos sob esta perspectiva mostraram que "[...] os meios de comunicação não eram os únicos agentes que influenciavam as decisões das pessoas e [...] que as pessoas apresentavam mecanismos de defesa contra a persuasão" (SOUSA, 2000, p.141). Isso levou ao entendimento que os efeitos da

mídia deveriam ser minimizados. Os estudos centrados nas audiências foram revelando sua não passividade e diversidade em termos de retenção de informação e posterior formação de opinião.

Nos anos 1960, os efeitos da mídia foram considerados limitados, já que uma série de fatores intermediários (como líderes de opinião, família e escola) é colocada como condicionante do efeito do estímulo do receptor. O mito da objetividade jornalística se desenvolve neste contexto, buscando mostrar que o jornalista é um profissional que transmite objetivamente os fatos e, portanto, não influencia a recepção.

A partir dos anos 1970, estudos assinalavam que a comunicação não intervinha diretamente no comportamento explícito a curto prazo, mas poderia influenciar o modo com o qual o receptor organiza sua imagem de ambiente ao longo do tempo (WOLF, 1995). A investigação sobre a atividade de construção social atrelada à mídia é incrementada e o jornalismo é compreendido como um mecanismo que tem efeitos na contínua reconstrução da realidade (SOUSA, 2000).

Na mesma década também começou a crescer o desenvolvimento de trabalhos sobre a interação entre recepção e comunicação, sob enfoques novos, no qual o espaço da recepção deixa de ser visto como uma "tabula rasa" ou "recipiente vazio" e passou a ser visto como produtor de sentidos (MARTÍN-BARBERO, 1995). As mediações começaram a ser investigadas e não somente os meios de comunicação.

Com o desenvolvimento dos estudos na comunicação, em particular no jornalismo, o foco centrou-se na relação dinâmica entre a mídia e o conjunto de conhecimentos de uma realidade social. Wolf (1995), baseado em Fishman (1980), aponta que a recente problemática dos efeitos da mídia analisa como os processos da comunicação de massa estabelecem condições da experiência de mundo para além das interações diretas que os sujeitos têm, tendo a hipótese da *agenda setting* um lugar privilegiado nesta conjuntura.

Esta hipótese também chamada por Alsina (2009) de teoria da construção do temário afirma que a imprensa não pode, na maioria das vezes, dizer às pessoas como pensar, mas tem a capacidade de dizer sobre quais temas pensar alguma coisa. Como já foi exposto brevemente na seção anterior, esta teoria busca explicar efeitos de caráter cumulativo a curto prazo. Quanto maior for a ênfase da imprensa sobre um tema e sua continuidade na agenda midiática, maior é a importância que o público atribui a ele na sua agenda. É claro que neste contexto devem ser pesados a mediação interpessoal (quanto mais força ela tiver, menos relevante será o papel da mídia) e a exposição seletiva.

McCombs (2009) evidencia nesta teoria o agendamento de segunda dimensão ou agendamento de atributos⁵⁶, no qual se dá realce para o enquadramento (*frame*). Entman (1993) usa o verbo *to frame* para indicar a seleção de alguns aspectos da realidade percebida e fazê-los mais proeminentes em um texto, de modo a promover definições particulares de um problema, interpretações causais, avaliações morais e/ou recomendações para o tratamento do assunto descrito. Durante o fabrico das notícias, algumas visões de mundo são apresentadas, com mais ou menos ênfase, colaborando para que certos significados (mais que outros) se enredem no cotidiano da audiência.

Há outras teorias atreladas aos efeitos das notícias e da comunicação social, porém o que se quer esclarecer aqui é a evolução do entendimento do papel do receptor – de uma massa homogênea e inerte para um indivíduo diverso e ativo. Detém-se na teoria da *agenda-setting* e na sua dimensão relacionada à teoria do enquadramento por serem as mais condizentes com esta proposta. As duas são propostas contemporâneas que permitem nos dar pistas de como a recepção pode estar interpretando as mudanças climáticas e seus riscos.

Ao pensar no circuito da notícia novamente, é válido apontar que o receptor não é a ponta ou o fim do ciclo comunicativo. A recepção e a produção possuem características e momentos próprios, porém estão relacionados. Não tem propósito o produtor emitir uma mensagem sem limites e parâmetros para que o receptor possa interpretá-la; para tanto, desde a construção da mensagem o produtor já está pensando em estratégias e maneira de alcançar seu interlocutor. Pode haver problemas nesse processo e a comunicação não ser efetiva, porém é preciso que exista algum grau de reciprocidade para que o circuito tenha sentido (HALL, 1980). Reitera-se que o receptor possui papel equivalente ao do produtor, assim como a codificação está para a decodificação.

De acordo com Butler e Pidgeon (2009), a relação entre produção midiática e públicos envolve complexos fluxos de informação que vão além da interpretação e/ou negociação individual de uma mensagem, pois é preciso levar em conta as experiências, contexto e as relações pessoais que subsidiam a decodificação das informações. Destarte, ressaltam a relevância do papel participante da audiência na contestação e reformulação de posições e informações.

⁵⁶ Para McCombs (2009, p.138), "o agendamento dos atributos explicitamente mesclou a Teoria da Agenda com o conceito de enquadramento". Atenta-se, contudo, que nem todos os atributos são enquadramentos, sendo estes últimos atrelados às perspectivas dominantes, promovendo uma recomendação, interpretação ou avaliação daquilo que está na mensagem.

3.6 A PERCEPÇÃO DOS RISCOS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Se as mudanças climáticas não são visíveis nem concretas, como percebê-las? A própria ideia de clima é abstrata, sendo por definição, uma média de condições climáticas ao longo de um determinado tempo e espaço. Sendo assim, as percepções e julgamentos sobre as MCs são fortemente dependentes de processos sociais de construção do conhecimento. Nossos sentidos não são capazes de experienciar diretamente o clima; nenhum instrumento é capaz de mensurar imediatamente o clima (HULME, 2009).

Apesar disso, o clima e as mudanças do clima conotam diferentes significados, pois a ideia abstrata foi formulada e reformulada de acordo com culturas, ideologias, história. Na nossa sociedade contemporânea, repleta de riscos (BECK, 2010), nota-se que aquilo que é visível e próximo costuma gerar respostas mais rápidas. Já os riscos climáticos possuem características que dificultam ações para seu enfrentamento. Compreendem:

- 1) um risco global, que tem possibilidades bastante variadas para atingir determinados locais;
- 2) um risco que ainda visto é futuro (há um longo intervalo entre causa e consequência);
- 3) um risco invisível, difuso, não palpável;
- 4) um risco que a partir do debate científico tem a sensação de incerteza aumentada;
- 5) um risco que recebe cobertura midiática que amplifica o sentimento de ameaça;
- 6) um risco sobre o qual tem-se pouco controle;
- 7) um risco que já nos é familiar, que está constantemente sendo divulgado;
- 8) um risco tido como grave e urgente.

É por ser um risco intangível, não situado, global e que, ao mesmo tempo, pode afetar qualquer grupo ou nicho social que as MCs se mostram um tema urgente. E a imprensa, apesar das críticas, principalmente a respeito da espetacularização e superficialidade, ainda contribui de forma significativa para a constituição do quadro interpretativo a respeito do tema. (OLAUSSON, 2011). É por meio dela que o fenômeno abstrato se materializa através de imagens que revelam o sofrimento dos ursos polares, as áreas alagadas ou a terra se tornando estéril. Logo, os sentidos produzidos sobre as mudanças do clima não são decorrentes somente do exercício do jornalismo, mas é inegável que suas representações e discursos favorecem, em graus diferentes, para se pensar, interpretar e quiçá promover atitudes de enfrentamento – seja por meio de pressão política, seja por meio de mudanças comportamentais.

Hulme (2009) reitera que os riscos climáticos surpreendem e chocam, sejam os vivenciados, sejam aqueles que são previstos por cientistas no futuro. Esta afirmação é acompanhada pelo fato de que nos anos mais recentes estes riscos foram comunicados utilizando a linguagem do desastre, da catástrofe e do terror. O autor sustenta que a forma de comunicar os riscos, assim como os interesses de diferentes grupos (políticos, cientistas, empresas de comunicação, entre outros) interferem em como as pessoas perceberão os riscos, tendo em vista que os riscos são construídos socialmente e podem ser amplificados ou atenuados de acordo com estratégias e mecanismos de visibilização ou ocultação.

As pesquisas de opinião pública sobre as mudanças climáticas nos apresentam indicadores importantes de como as pessoas pensam e o quanto se preocupam com as MCs e seus riscos, mas não avançam em entender por que as pessoas respondem isso. As pesquisas de percepção de risco buscam relacionar os resultados com os fatores contextuais de cada grupo. Apresenta-se a seguir algumas das investigações já realizadas a respeito das percepções de risco atreladas às MCs em diferentes países, a fim de traçar, posteriormente, relações com os dados obtidos nesta pesquisa. Tais estudos são mais recorrentes na Europa e nos Estados Unidos. Mesmo que os referenciais teórico-metodológicos sejam diferentes, considera-se relevante entender o que os cidadãos de outras realidades estão entendendo sobre essa discussão. Evidencia-se, por fim, que existem poucos estudos voltados para a recepção das audiências sobre as histórias das MCs, sendo mais comum o exame do entendimento público sobre a ciência do fenômeno (BUTLER; PIDGEON, 2009).

Leiserowitz (2005) fez um estudo entre novembro de 2002 e fevereiro de 2003, nos Estados Unidos, um dos maiores países emissores de GEE e que pouco tem colaborado nos fóruns internacionais para sua redução e mitigação, no qual mostra que os americanos, de forma geral, têm percebido a mudança do clima global como um risco moderado, manifestando a percepção de que o perigo está geograficamente e temporalmente distante de si. Os americanos investigados percebiam que a natureza e outras pessoas do mundo estavam mais suscetíveis às consequências das MCs do que eles próprios, o que talvez explique por que nas pesquisas de *ranking* de prioridades, onde vários temas devem ser posicionados por ordem de relevância, as MCs geralmente não são elencadas no topo. O fato de a política e a economia nos EUA voltarem-se muito para os aspectos internos pode ter favorecido esses resultados, já que a questão do clima é, por natureza, global.

O autor apresenta ainda as imagens que foram associadas com mais frequência ao aquecimento global: o derretimento de geleiras e o urso polar, seguido por associações mais genéricas de aumento da temperatura, com conotação predominantemente negativa. O autor

notou ainda que parte do público confundiu o buraco da camada de ozônio com o fenômeno das MCs. Um dos achados da pesquisa é a constatação de que as pessoas não associam as MCs com impactos na saúde humana, embora este seja um dos graves problemas – especialmente para os pobres e as crianças nos países em desenvolvimento, que, muitas vezes, não têm acesso a uma alimentação adequada, água limpa, ou à assistência médica de qualidade.

Outra questão levantada por Leiserowitz (2005) é que, dentro do amplo público que caracteriza os americanos, comunidades interpretativas diferentes podem ser descobertas. Neste estudo, o autor notou comunidades mais alarmistas, com percepções de risco extremas, até opositores, os quais acreditavam que as alterações climáticas poderiam se constituir em uma fraude. Dentro dessas variações, o sentido de perigo, de risco, também não é o mesmo, o que significa dizer que as medidas de precaução também serão mais ou menos cautelosas. É por isso que a definição do que é um risco aceitável é posta como uma forma de poder, pois acaba determinando quais resultados serão desenhados pelas instituições responsáveis pelo seu enfrentamento (por exemplo, se a dengue é apresentada como um risco não aceitável, há mais chances de se investir no combate ao mosquito do que se ela for vista como uma doença anual, típica dos países tropicais).

Também em território americano, Corbett e Durfee (2004) realizaram pesquisa sobre a percepção pública a respeito da certeza sobre as mudanças do clima a partir de dois fatores identificados em estudos anteriores como desencadeadores de incerteza: a falta de contexto e a exposição da controvérsia. Elas perceberam que, de forma oposta, contextualizar a notícia aumenta a percepção de certeza do público, enquanto incluir a controvérsia reduz essa percepção. Embora o experimento tenha suas limitações, as autoras acreditam que o assunto (MCs) apresente falhas na sua cobertura, que acabam por prejudicar a compreensão do público sobre a urgência e seriedade do problema.

Nisbet e Myers (2007) sistematizaram quase 20 anos de pesquisas de opinião pública nos EUA sobre aquecimento global, tomado aqui como faceta mais visível das MCs, de forma a fornecer uma avaliação fiável das tendências sobre a compreensão do público neste tema. Esta forma de pesquisa, também chamada de sondagem de opinião, é realizada por meio de inquéritos (*surveys*), a fim de transformar em estatísticas o que determinada amostra da população pensa sobre algum tema. Os autores organizaram as pesquisas americanas em torno de dimensões-chave a seguir:

- a) **Consciência do aquecimento global como um problema:** os resultados mostram que houve um aumento de pessoas que percebem ou dizem conhecer o problema,

ainda que haja períodos de oscilações. Em 1986 apenas 39% dos entrevistados respondiam ter consciência do problema, o que aumentou para 75% em 2005.

- b) **Conhecimento público sobre aquecimento global:** os resultados demonstram que a ciência básica, as causas e até a posição dos EUA sobre o Protocolo de Kyoto eram pouco compreendidas (pouco mais de 50%) e não mostraram grande evolução de 1994 a 2004.
- c) **Crença na realidade das MCs e no conhecimento científico:** ainda que os americanos acreditem que o fenômeno é real, há incerteza em relação ao consenso científico (dependendo da forma como a pergunta é feita, a crença no consenso varia de apenas um terço dos americanos entrevistados para um pouco mais de 60%).
- d) **Percepção imediata dos impactos do aquecimento global:** os resultados mostram que o problema está longe para os americanos. Mesmo nas pesquisas mais recentes, apenas um terço dos entrevistados acredita que as MCs podem representar uma ameaça para suas vidas.
- e) **Preocupação com aquecimento global em comparação com outros temas:** a "importância pessoal" do aquecimento global aumentou consideravelmente na última década (com a proporção de americanos que diz que o assunto é "extremamente importante" ou "muito importante", passando de 27%, em 1997, para 52 %, em 2007), porém quando comparado com outros temas ambientais mais visíveis, como poluição da água, ele perde posições. Os autores indicam que esta comparação depende também da forma como a pergunta é feita e das opções propostas.
- f) **Apoio para ação política tendo em vista custos econômicos:** a ação imediata verificada como recorrente nos anos 1980 caiu na década seguinte em razão da análise dos custos e contenções econômicas. Dependendo da pergunta e das opções, as respostas variam.
- g) **Aceitação de impactos econômicos:** quando perguntados sobre soluções que podem gerar custos para o sujeito, o apoio público parece mais forte para a regulamentação que exige limites de emissões da indústria e de automóveis, mas opõe-se a um aumento de impostos sobre a gasolina ou eletricidade, por exemplo (aquilo que implica alterar o comportamento do consumidor).
- h) **Avaliação pública do Protocolo de Kyoto:** nos início dos anos 1990, 8 em cada 10 americanos acreditavam que o país deveria ter um papel de liderança internacional para prevenir o aquecimento global; pesquisas posteriores mostram

que o número de pessoas que demonstrava incerteza sobre os EUA e sua inserção no protocolo aumentou, especialmente em razão do argumento do presidente Bush que isso poderia prejudicar a economia do país.

Esta síntese ajuda a compreender como a inserção em um determinado contexto social, político, econômico e histórico influencia a forma como as pessoas percebem e entendem os acontecimentos. Essas pesquisas indicam a influência do discurso político-econômico na percepção sobre o aquecimento global, o papel de liderança dos EUA e o apoio a ações de enfrentamento. Também a própria forma de noticiar o fenômeno, calcada na lei do equilíbrio informativo (BOYKOFF; BOYKOFF, 2004; 2007), auxilia na disseminação de uma não certeza sobre o consenso científico.

No Reino Unido, pesquisas de opinião têm revelado um crescente interesse e preocupação sobre a questão climática, embora seja uma prioridade mais baixa para a maioria das pessoas em relação a outras questões pessoais e sociais (LORENZONI; PIDGEON, 2006). Estudos têm mostrado que, independentemente de crenças, grande parte do público acha que as MCs estão distantes, como algo que vai afetar outras pessoas, em outros lugares e tempos. Butler e Pidgeon (2009) buscaram compreender a complexa relação entre a ciência climática, o trabalho da imprensa e a interpretação dos públicos sobre a ciência neste país. Apesar das discussões dos grupos focais devam ser observadas com as limitações inerentes ao método de coleta de dados, os autores apontam para algumas evidências: 1) a influência que o discurso das mídias tem sobre a concepção pública da ciência das mudanças climáticas; 2) a contínua influência que as normas jornalísticas exercem na cobertura do tema; e 3) o desejo das pessoas leigas por informações mais precisas a respeito da negociação e do consenso da esfera científica.

Ainda no Reino Unido, onde a produção científica sobre esse tema é grande, Hibberd e Nguyen (2013) coordenaram um estudo de recepção sobre as mensagens e campanhas das MCs com jovens, concluindo que, apesar de demonstrar conhecimento sobre o assunto, isso não implica engajamento, ainda que as respostas dos respondentes revelassem um sentimento difuso de desesperança/pessimismo em relação à questão. A pesquisa também reforçou a desconexão percebida entre o tema e o cotidiano dos jovens e a avaliação deles sobre a abundância de mensagens conflitantes e o excesso de negativismo na cobertura da imprensa. Os autores afirmam que a análise dos grupos focais reforça que os jovens ainda observam as pessoas (inclusive eles próprios) resistentes a mudanças que afetem seu estilo de vida e que a comunicação pontual das MCs, centrada em alarmismo e celebridades, não está surtindo efeito.

Nicholson-Cole (2005), preocupada com a forma como grande parte das pessoas percebe as MCs – como um problema distante e remoto –, fez uma pesquisa, a partir de visualizações a respeito do tema, com o intuito de checar como as pessoas percebem o seu papel e as responsabilidades dos outros no que tange à formulação de políticas, adaptação e mitigação das MCs. As concepções e sentimentos que as pessoas têm sobre o assunto, a partir da análise das imagens computacionais reportadas nas investigações, apontam que não há uma homogeneização a respeito das MCs, o que implica em desafios para a comunicação motivacional das pessoas, de acordo com suas experiências, interesses e relações interpessoais.

Lorenzoni e Hulme (2009), em pesquisa sobre como as pessoas leigas percebem as MCs na Itália (Roma) e Reino Unido (Norwich) por meio de cenários futuros, apontam, como panorama, que a Europa, de maneira geral, apresenta cidadãos conscientes e preocupados com o tema e reconhecem a contribuição humana para o aceleração do fenômeno. Como em outros lugares, as MCs são percebidas como distantes, seja no espaço, seja no tempo. Demonstram ainda uma tensão entre a responsabilidade de fazer algo e a dificuldade de fazê-lo. Os autores ainda relatam que persiste uma confusão entre o assunto e demais questões ambientais. Dentre os resultados de pesquisa, eles afirmam que a demonstração de cenários futuros gera reflexão, mas isso não gera necessariamente mudança de atitude ou opinião; a utilidade das projeções depende das crenças prévias e da confiança que os cidadãos têm sobre ciência – assim, a ciência crível é uma condição primeira, mas não suficiente para gerar mudanças; e que a eficácia da comunicação aumenta quando são levadas em conta as crenças do público-alvo.

Na Suécia, Olausson (2011) realizou grupos focais e verificou que as percepções das pessoas sobre as mudanças climáticas (causas e consequências) são bastante semelhantes aos discursos transmitidos pelos meios de comunicação. Nessa pesquisa a autora detectou que a certeza sobre a causa antropogênica é proeminente dentre as representações das MCs e que a confusão com outros problemas ambientais, em especial a destruição da camada de ozônio, ainda persiste. Quando relatam as consequências, voluntariamente abordam imagens às quais se tem acesso pela mídia, como as de ursos polares à deriva e de áreas alagadas.

Na mesma pesquisa, os suecos demonstraram que têm um papel individual, como cidadãos, para contribuir com a mitigação das MCs. Esta tendência de responsabilização individual para o enfrentamento naquele país não é generalizada, pois a maioria dos cidadãos aceita modificações gerais que apoiem o meio ambiente, mas resistem às mudanças de comportamentos que interfiram diretamente no seu cotidiano (CABECINHAS; CARVALHO; LÁZARO, 2011). O estudo reiterou o que outras pesquisas (como WHITMARSH, 2009) já apontavam: que grande parte do conhecimento sobre MCs provém dos meios de comunicação social.

Em Portugal, Carvalho (2011) coordenou um projeto de investigação atrelado às representações e discursos dos media sobre alterações climáticas, no qual uma das etapas buscou mapear os significados associados às MCs em diferentes atores sociais. Os resultados indicaram

[...] que há muito a fazer para que os sentimentos de ameaça face às alterações climáticas se venham a traduzir em ações de mitigação quotidianas por parte dos cidadãos. Os participantes nestes estudos parecem ter uma visão alarmada do problema, porventura estimulada pela imagética dominante nos media, mas pouca mobilização para a ação. (CABECINHAS; CARVALHO; LÁZARO, 2011, p.193).

Ainda que muitos estudos sugiram que a cobertura midiática influencia a preocupação que as pessoas têm sobre o tema, é preciso lembrar que o consumo de notícias não gera necessariamente um melhor conhecimento sobre o assunto e que este último aspecto não resulta em mudanças de atitude de forma linear (KROSNICK; HOLBROOK; VISSER, 2000). Nessa pesquisa foi verificada, dentre outros resultados, que os media são a principal fonte de informação sobre este assunto e que os atores sociais, embora reconheçam o problema, nem sempre agem para mitigá-lo (o nível de conhecimento não equivale ao nível de comportamento). De acordo com Cabecinhas, Carvalho e Lázaro (2011), os participantes que consumiam mais informação reportaram níveis mais elevados de ações do que aqueles que recebiam as informações de forma ocasional, porém o aumento de conhecimento, ainda que esteja associado a um aumento das intenções comportamentais, não representa um aumento nas ações de mitigação. Elas identificaram ainda bastante preocupação em relação ao tema no contexto português, porém as atitudes individuais que poderiam ser tomadas para enfrentar o problema parecem distantes de serem praticadas em razão disso implicar outros comportamentos.

Em outra etapa do projeto, Cabecinhas, Carvalho e Lázaro (2011), a partir da associação livre de palavras, buscaram verificar quais eram as representações das alterações climáticas com um grupo de universitários e outro bem diversificado, em Portugal. As autoras observaram que as MCs são associadas a doenças, mortes e destruições, ou seja, a uma ameaça. Segundo elas, os participantes "apresentaram-se como potenciais vítimas e não como potenciais agentes de mitigação" (p.192). Mesmo no estudo realizado após um período de aumento significativo de cobertura midiática sobre a problemática das MCs, os resultados continuaram centrados nos efeitos (e não nas causas), revelando uma visão alarmada.

Na Espanha há um grupo de pesquisadores na Universidade de Santiago de Compostela desenvolvendo estudos sobre como a cultura comum recria e dá forma às ameaças e problemáticas ambientais, centrando-se nas representações coletivas das MCs e dos processos cognitivos e

sociais que as conformam (MEIRA, 2013). As investigações, de caráter demoscópico, revelam que na sociedade espanhola o negacionismo é residual, pois a maioria acredita que as MCs são reais e que as atividades humanas têm contribuído para sua ocorrência. A pesquisa demonstrou um paradoxo:

[...] más conocimiento, más creencia y más confianza en los diagnósticos científicos, pero menos relevancia y menos potencial percibido de amenaza. El desapego ciudadano con respecto al CC [cambio climático] también se expresa en el distanciamiento espacial y temporal de sus posibles consecuencias, que se desplazan a lugares remotos y se demoran a un futuro lejano (Meira, 2009). En la misma línea, el CC ha ido menguando como tema transmitido por los medios de comunicación y también como argumento de conversación en contextos formales e informales. (MEIRA, 2013, p.86).⁵⁷

Meira (2013) pondera que essa contradição pode ser atribuída à crise socioeconômica, que orienta a atenção pública para outros aspectos, deixando a questão das MCs em segundo plano. O desaparecimento do assunto na agenda midiática e política também reflete no decréscimo de atenção que o público dá ao tema.

No mesmo país, Hernández (2013, s/p) cita o projeto espanhol *La sociedad ante el cambio climático*, que se dedicou a três pesquisas de opinião (2008, 2010 e 2012) a fim de saber qual era a primeira imagem que vinha à cabeça quando se falava em mudanças climáticas, e averiguou que a maioria (cerca da metade dos respondentes) fazia referência aos efeitos das alterações. Aspectos negativos e causas também foram reportadas, e soluções raramente foram mencionadas. Para ele:

La percepción del cambio climático como "un proceso sin solución" es profundamente desmovilizadora, por lo que es necesario otorgar visibilidad a respuestas o soluciones. Destacar los buenos ejemplos, tanto en materia de reducción de emisiones (mitigación) como de respuesta a los cambios y a acaecidos o previstos para un futuro próximo (adaptación), constituye una fórmula interesante para acortar la brecha entre conocimiento y acción, vencer dudas y resistencias al cambio y resaltar sus elementos positivos. Las respuestas humanas ante el fenómeno del cambio climático constituyen una parte importante de la "historia", que debe ser contada.⁵⁸

⁵⁷ Em tradução livre: "[...] mais conhecimento, mais ciência e mais confiança nos diagnósticos científicos, mas menos relevância e menos potencial percebido de ameaça. O distanciamiento do cidadão com respeito às MCs também se expressa no espaço e no tempo de suas possíveis consequências, que se deslocam para locais remotos e são adiadas para um futuro distante (Meira, 2009). Na mesma linha, as MCs têm diminuído como tema transmitido pelos meios de comunicação e também como argumento de conversação em contextos formais e informais".

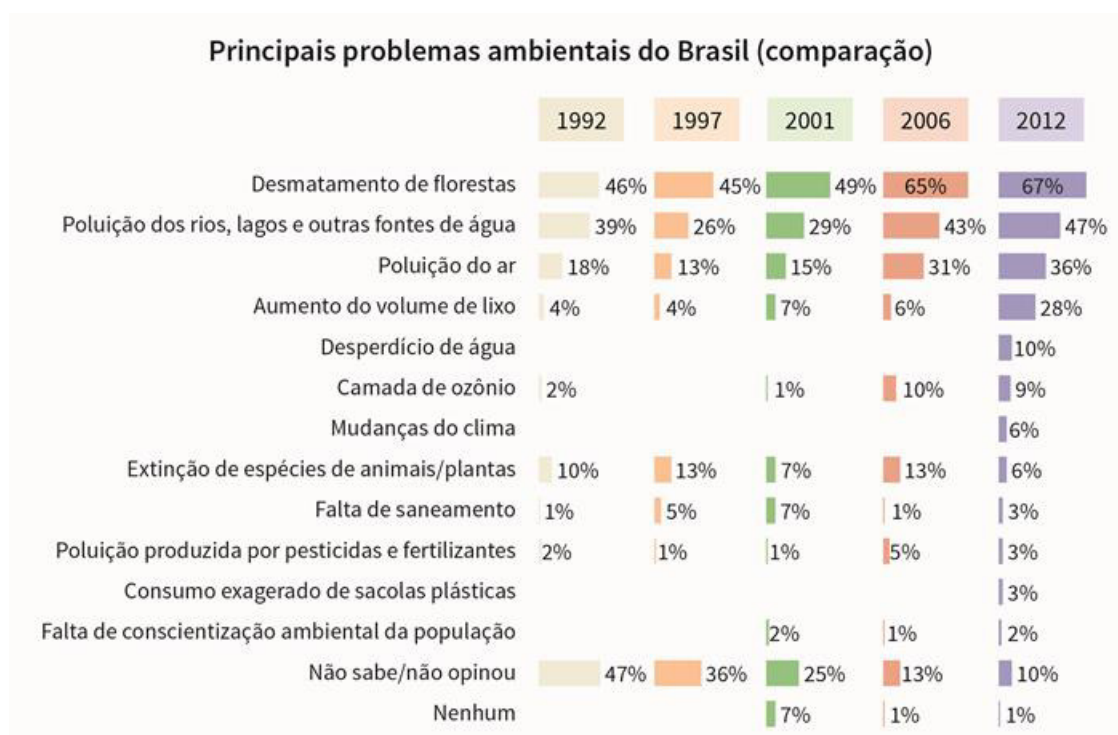
⁵⁸ Em tradução livre: "A percepção da mudança climática como 'um processo sem solução' é profundamente desmobilizador, por isso, é necessário dar visibilidade às respostas ou soluções. Destacar os bons exemplos, tanto em matéria de redução de emissões (mitigação) como de resposta às mudanças que já ocorrem ou são planejadas para o futuro próximo (adaptação), é uma fórmula interessante para encurtar a lacuna entre conhecimento e ação, vencer dúvidas e resistências sobre a mudança e ressaltar seus elementos positivos. As respostas humanas frente ao fenômeno das mudanças climáticas constituem uma parte importante da 'história', que deve ser contada."

Geralmente estes estudos, por terem seus resultados atrelados a um contexto muito particular, não podem ser simplesmente tidos como parâmetro para outros públicos e realidades. As pesquisas envolvem recortes particularizados (no caso de grupos focais e entrevistas) ou de amostras, que mesmo sendo representativas não podem ser vistas como o resultado do todo. Sempre há especificidades. Entretanto, alguns pontos de convergência podem ser checados devido ao fenômeno ser global e sua cobertura, independentemente do veículo ou profissional, atravessar as mesmas dificuldades.

Os estudos voltados para o entendimento/recepção/percepção dos públicos sobre as questões climáticas ainda são escassos e concentram-se no hemisfério Norte do planeta. No Brasil, há esforços individuais focados já em temas, espaços geográficos ou grupos específicos, como é o caso do trabalho de Eiró e Lindoso (2014) chamado *Mudança climática, percepção de risco e inação no semiárido brasileiro: como produtores rurais familiares percebem a variabilidade climática no sertão do São Francisco – Bahia* e de Oliveira (2012) intitulado *Percepção de riscos ambientais e mudanças climáticas no Varjão – Distrito Federal*. Entretanto, pesquisas que relacionem o papel da mídia com a percepção e possível engajamento sobre as questões climáticas ainda são praticamente inexistentes no País. O trabalho de Henriques (2011), desenvolvido no Brasil e em Portugal, resultou de uma análise das percepções com dois grupos de níveis socioeconômicos diferentes a partir de programas televisivos da série *Que tempo é esse?*, transmitida pelo Fantástico (Rede Globo), e constatou que, de modo geral, as pessoas entrevistadas tinham mais conhecimento sobre o problema do aquecimento global do que sobre práticas para mitigá-lo.

De forma mais ampla, foram encontradas pesquisas de opinião que tratam do meio ambiente e, dentre suas temáticas, abordam as MCs, como é o caso de *O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável*, pesquisa nacional realizada em 2012 pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) que demonstra que a mudança do clima passou a ser preocupação dos brasileiros há pouco tempo. Também é preciso notar que este tipo de questão tende a trazer respostas bem diferentes conforme os problemas elencados. Nota-se que o desmatamento, altamente relacionado com as MCs brasileiras, aparece em primeiro lugar, enquanto a mudança do clima alcança somente a sétima posição do *ranking*:

FIGURA 5 - COMPARAÇÃO DA PERCEPÇÃO DOS BRASILEIROS A RESPEITO DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS



FONTE: MMA (2012).

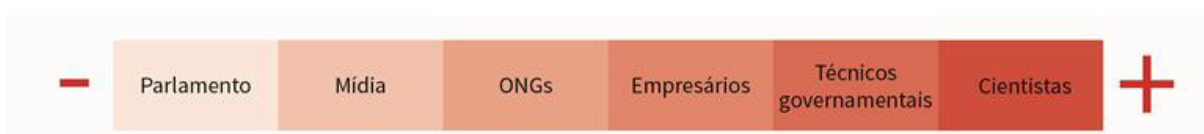
Uma pesquisa mais específica, intitulada *O que as lideranças brasileiras pensam sobre mudanças climáticas e o engajamento do Brasil*, foi publicada em 2008 pelo Instituto de Estudos da Religião (Iser) com o apoio da Embaixada Britânica no Brasil. A pesquisa sistematizou opiniões de pessoas influentes (*key-influencers*) de sete setores da sociedade: mídia, congresso, sociedade civil, organizações não governamentais, universidades e institutos de pesquisa, empresariado e agências governamentais sobre o tema das MCs, caracterizando-se como um estudo de percepção com, 210 lideranças. Dentre os resultados da pesquisa, sublinham-se os seguintes:

- a) A maioria dos entrevistados concorda com a visão científica de que o impacto das mudanças climáticas será grande e afetará todo mundo, especialmente a população pobre;
- b) A maioria dos entrevistados considera que as MCs constituem problemática muito importante para seu setor, podendo afetar políticas, consumo e negócios; acreditam que a tendência será regular as atividades emissoras e se preocupam com o impacto desse tipo de medida na competitividade econômica dos produtos brasileiros e também no rebatimento nas políticas praticadas de preço;
- c) Em todos os setores foram constatadas críticas ao atual modelo de desenvolvimento, tido como insustentável, principalmente por ser baseado em "combustíveis

fósseis". Também foi amplamente criticado o atual modelo de consumo, inspirado no "modelo americano";

- d) Para todos os setores, o binômio desmatamento/queimadas é o maior responsável pelo agravamento das MCs. Em segundo lugar, foram citadas as fontes veiculares, e em terceiro as atividades industriais, destacando como "vilões": a indústria petroleira, a indústria de mineração, a química e o agronegócio;
- e) Para a maioria, a responsabilidade do Brasil perante o mundo, no combate às MCs, resume-se a quatro ações: 1) conter o desmatamento da Amazônia; 2) rever a matriz de transportes; 3) não sujar a matriz energética brasileira, considerada limpa em comparação aos demais países; 4) e desenvolver os biocombustíveis, o que poderá ser uma "grande contribuição" para a transição energética que os países deverão enfrentar nas próximas décadas;
- f) A maioria dos entrevistados se declarou "não especialista", mas disse acompanhar a discussão internacional. As principais fontes desse acompanhamento são a internet, os noticiários de jornais e televisão;
- g) A totalidade dos entrevistados considera que a Europa está na vanguarda em termos de metas de redução e de programas de adaptação e mitigação, mas a maioria não sabe citar os programas ou não conhece detalhes;
- h) Para a maioria absoluta dos entrevistados, quem deve liderar o processo de engajamento do Brasil, dentro e fora do país, é o governo. Trata-se de "tarefa de Estado", disseram. Depois que o governo sinalizar para a sociedade que está levando o assunto a sério, os demais atores tendem a se engajar. Pela ordem, além do próprio governo foram citados o empresariado, a sociedade civil e a mídia.
- i) Os setores possuem consciência de seu papel, mas uns demonstram mais informados e engajados (a começar pelos cientistas) e outros mais reticentes (os parlamentares são os representantes mais fracamente posicionados em relação ao problema). A figura abaixo revela a gradação de posicionamento dos setores:

FIGURA 6 - POSICIONAMENTO DOS SETORES EM RELAÇÃO AO TEMA



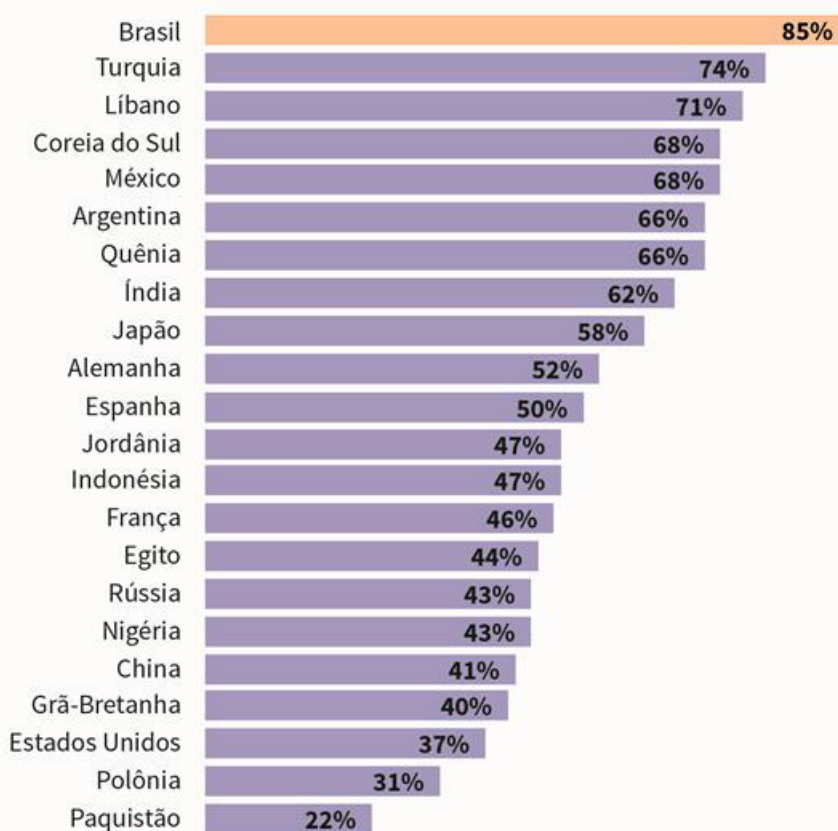
FONTE: ISER (2008).

Estes achados foram expostos por, posteriormente, poderem dialogar com os resultados desta pesquisa. Mais detalhes sobre estes pontos serão discutidos em relação às descobertas das percepções de riscos climáticos dos atores investigados em Curitiba, que também englobam setores diferentes (cientistas, técnicos do governo, empresários e terceiro setor), coincidentemente os quatro mais engajados segundo o relatório do Iser (2008).

No âmbito global, o instituto de pesquisa americano Pew Research Center fornece informações sobre o que os públicos pensam ou com o que se preocupam em vários lugares do mundo. Em busca por informações brasileiras, foi encontrada em outubro de 2010 uma consulta chamada *O que os outros países pensam sobre as MCs?*⁵⁹, mostrando que o Brasil liderava a lista dos países pesquisados com maior preocupação no tema, conforme se visualiza na Figura 7:

FIGURA 7 - OS BRASILEIROS APARECEM COMO OS MAIS PREOCUPADOS COM AS MCs

Porcentagem de respostas, por país, que considera as mudanças climáticas globais como um problema muito sério



FONTE: Pew Research Center.

⁵⁹ Disponível em: <http://www.pewglobal.org/2010/09/22/chapter-5-environmental-issues/>

A pesquisa mostra que a maioria dos 22 países consultados demonstrou que a mudança global do clima é um problema muito sério. Já Estados Unidos e China, grandes emissores de GEE, apresentam uma taxa de preocupação bem menor em relação aos demais países, com 37% e 41%, respectivamente. No mesmo momento foi perguntado sobre as atitudes acerca das MCs, e o resultado foi dividido: há países que concordavam em pagar mais para enfrentar os riscos climáticos, como China, Japão e Alemanha, e outros que se mostraram relutantes a essa medida, como Estados Unidos, França e Rússia. O Brasil, assim como Espanha e Grã-Bretanha possuíam pontos de vista mais variados.

Outra pesquisa,⁶⁰ mais recente, indica as mudanças climáticas e a crise financeira como as principais ameaças globais. Em junho de 2013, a maioria dos países listava as mudanças climáticas como a maior preocupação, sendo a América Latina a região que mais demonstrou apreensão sobre o assunto. Os americanos foram aqueles que menos atenção deram ao fato. Veja a Figura 8:

FIGURA 8 - PORCENTAGENS, POR PAÍSES, DAS PERCEPÇÕES DE AMEAÇAS GLOBAIS

AMEAÇAS GLOBAIS	% média dizendo qual é a maior ameaça aos seus países							
	EUA	Canadá	Europa	Oriente Médio	Ásia/Pacífico	América Latina	África	Mundo
Mudança do clima global	40	54	54	42	56	65	54	54
Instabilidade financeira internacional	52	45	63	54	49	49	54	52
Grupos extremistas islâmicos	56	41	55	41	47	31	56	49
Programa nuclear iraniano	54	44	56	41	44	39	41	44
Programa nuclear norte coreano	59	47	52	17	46	38	39	42
Poder e influência dos EUA	23	23	20	36	42	33	21	27
Poder e influência da China	44	34	38	17	29	23	26	27
Instabilidade política no Paquistão	37	22	31	9	24	20	25	22

FONTE: Pew Research Center, traduzido livremente pela autora.

⁶⁰ Disponível em: <http://www.pewglobal.org/2013/06/24/climate-change-and-financial-instability-seen-as-top-global-threats/>

Essas pesquisas de opinião, embora tomadas em períodos econômicos favoráveis ao Brasil, demonstram uma preocupação que os brasileiros relatam ter com a questão climática. Não foi encontrada nenhuma pesquisa específica sobre o que pensam os brasileiros a respeito do tema depois de 2013 até o momento desta redação (2015).

Apesar das peculiaridades de cada país e dos perfis diferenciados dos públicos entrevistados, algumas semelhanças gerais podem ser observadas, tendo em vista as pesquisas revisadas e os objetivos desta pesquisa. Para sintetizar este capítulo e adentrar na questão da governança climática, apresentam-se os principais e mais recorrentes resultados a respeito das percepções de risco relacionadas com as mudanças climáticas:

- 1) Grande parte das pessoas acredita que as MCs estão ocorrendo e que as atividades humanas têm parcela de responsabilidade neste processo (MEIRA, 2013; OLAUSSON, 2011);
- 2) As pessoas tendem a ver os riscos climáticos como algo distante e, por isso, não urgente (LEISEROWITZ, 2005; LORENZONI; HULME, 2009);
- 3) As pessoas percebem sua ação de enfrentamento inútil diante do problema (LORENZONI; PIDGEON, 2006);
- 4) A mídia possui influência sobre a percepção pública das MCs (BUTLER; PIDGEON, 2009; OLAUSSON, 2011);
- 5) As pessoas reconhecem riscos associados às MCs, mas relatam pouca compreensão de como responder a eles (WILSON, 2000);
- 6) Há confusão entre a compreensão do problema das MCs e outros problemas ambientais, como o buraco da camada de ozônio, por exemplo (NISBET; MYERS, 2007; LORENZONI; HULME, 2009; OLAUSSON, 2011);
- 7) As pessoas apresentam uma visão alarmada da questão, mas pouca mobilização para alterar a situação (HIBBERD; NGUYEN, 2013; CABECINHAS; CARVALHO; LÁZARO, 2011);
- 8) As pessoas tendem a tratar mais dos efeitos do que das causas das MCs (CABECINHAS; CARVALHO; LÁZARO, 2011).

Esses resultados obtidos em vários países, com diferentes metodologias e com diferentes focos de abordagem se tornam relevantes na medida em que se percebe a ligação entre risco, percepção, comunicação e ação para seu enfrentamento. O relatório *Psychology and Global Climate Change* (APA, 2009) ratifica que os julgamentos e percepções humanas sobre MCs

são importantes porque afetam os níveis de preocupação e, conseqüentemente, a motivação para agir. No capítulo seguinte, adentra-se na questão da governança, evidenciando o papel dos cidadãos neste quadro de enfrentamento, e a importância dos aspectos afetivos e cognitivos para o desencadeamento da participação.

4 GOVERNANÇA DOS RISCOS CLIMÁTICOS

Para enfrentar a ameaça da mudança climática é necessário promover uma revolução nos padrões de consumo e produção do capitalismo, em prazo relativamente curto. [...] Como não temos tempo, precisamos conseguir o consenso da sociedade das maiores economias do mundo. Só a partir desse consenso, os governos se moverão de fato. Para esse consenso interessam os grandes emissores, únicos capazes de liderar econômica e tecnologicamente essa transformação. (ABRANCHES, 2010).

Aborda-se aqui a compreensão sobre governança e sua relação com a problemática das mudanças climáticas e seus riscos. A intenção é amarrar algumas pontas do emaranhado de cruzamentos existentes entre a percepção e a comunicação de risco com as possibilidades de enfrentamento climático, especialmente pelo viés da governança "de baixo para cima".

Para tanto, o primeiro tópico trata da ideia de governança, de forma geral, e governança ambiental, de riscos e climática, de formas específicas. Parte-se de um olhar global, articulado com as relações internacionais, até chegarmos à dimensão mais próxima ao local, mostrando as diferenças entre os fluxos "de cima para baixo" (*top-down*) e "de baixo para cima" (*bottom-up*).

A segunda seção traz um pouco do surgimento e evolução das ações globais ambientais, com destaque para a área do clima, realizada para enfrentar riscos e demais problemas. A agenda global de meio ambiente foi sendo formada no decorrer dos anos 1970, mas só na década seguinte conseguiu ganhar força, com ação "de cima para baixo" – foi forjada em nível internacional pela ciência, por ONGs e pelo Pnuma (SPETH, 2005).

Na sequência, destacam-se as possibilidades e limitações da governança climática, considerada um guarda-chuva de ações para o enfrentamento dos riscos climáticos, seja por meio da adaptação, seja por meio da mitigação. São os desafios e dilemas inerentes às ações conhecidas e propostas para a redução dos GEE, assim como outras ações que são apontadas como soluções neste cenário.

O quarto tópico discorre sobre o princípio da precaução e sua relação com a governança. Busca-se mostrar como a lógica do enfrentamento das MCs está relacionada com a antecipação das ações para breçar os riscos. Também discorre-se sobre a questão da responsabilização.

Na quinta parte, costura-se um diálogo entre a função social do jornalismo, com ênfase na perspectiva ambiental e local, com a governança "de baixo para cima". Assume-se que o papel desempenhado pelos veículos de comunicação social preocupados com a pauta das cidades é de grande importância para o desencadeamento do exercício da cidadania, que envolve a preocupação e mobilização para minimizar e, quiçá, cessar os riscos.

Finalmente, trata-se especificamente do engajamento e o papel da comunicação neste contexto de governança climática, onde os diferentes fluxos de governança devem atuar em simultâneo e em múltiplas escalas (GIDDENS, 2010). Assinala-se que a compreensão de engajamento aqui vai além da participação prevista nas políticas públicas (em audiências, por exemplo), significando um estado pessoal de ligação com a questão das MCs que compreende a interação, não linear, de aspectos cognitivos, afetivos e de comportamento (LORENZONI; NICHOLSON-COLE; WHITMARSH, 2007).

4.1 GOVERNANÇA(S): SIGNIFICADOS E LINHAS DE COMPREENSÃO

O termo **governança** é considerado ainda recente na literatura e costuma ser utilizado com diferentes sentidos nos campos de conhecimento. Bursztyn e Bursztyn (2012) afirmam que a origem do conceito está ligada à esfera das organizações e também ao forte uso na Ciência Política, e significa, de forma ampla, regras, processos e comportamentos que afetam a maneira tradicional pela qual os poderes são exercidos, sejam eles na esfera pública ou privada, atrelados, especialmente, à participação e transparência. Atualmente, a ideia de governança está relacionada a um processo de redução do papel do Estado e simultânea valorização de atores externos ao aparelho estatal. Contudo, Jacobi e Sinisgalli (2012), quando apresentam a origem do termo, expõem que, nos anos 1970, "governança" era entendida como "governar" e a palavra "governo" se referia ao processo. Na década seguinte, a noção foi difundida, atrelada às ideias e práticas neoliberais (afinal, menos controle do Estado dá sustentação a argumentos desta ordem).

Dessa forma, o período no qual o neoliberalismo se expandiu pelo mundo, muito em razão do fracasso das políticas de desenvolvimento dos anos 1980, foi propício para que agências internacionais de desenvolvimento, como o Banco Mundial, adotassem este conceito e uma série de normas oriundas dele, a fim de financiar projetos de desenvolvimento nos países subdesenvolvidos. Porém, tais normas, por serem abrangentes, genéricas e distantes das realidades locais, nem sempre coincidem com a perspectiva de desenvolvimento de um lugar. Pode-se concluir, assim, que este conceito foi apropriado pela ideologia dominante, sendo hoje, na maioria das vezes, vinculado a um processo hegemônico e, portanto, caracterizado como algo que vem "de cima para baixo", ou seja, das instâncias superiores de regulação e financiamento para a população.

No entanto, o sentido de governança "de cima para baixo" não é o único, sendo a governança fomentada em outros contextos, até como forma de se posicionar contra os processos

hegemônicos. Hoje é usado, principalmente, "[...] para indicar um novo modo de governar, que difere dos modelos hierárquicos tradicionais nos quais as autoridades de Estado exercem controle soberano sobre [...] a sociedade civil" (JACOBI; SINISGALLI, 2012, p.1470).

A governança também não deve ser confundida com governo ou governabilidade, que remete às condições para que o governo (um poder já instituído) realize com efetividade suas ações (VIOLA; BARROS-PLATIAU; LEIS, 2008). Gonçalves (2005, p.3) diferencia os dois termos, ressaltando que a "governabilidade refere-se mais à dimensão estatal do exercício do poder", enquanto a governança é uma noção mais ampla e recente, que "pode englobar dimensões presentes na governabilidade, mas vai além", abrangendo toda sociedade.

De forma ampla, a governança se centra na "[...] transformação das formas de governo e regulação que transcende as tradicionais hierarquias do estado e dos sistemas de mercado" (JACOBI; SINISGALLI, 2012, p.1471), sendo interpretada, na maioria das vezes, como uma articulação entre a organização hierárquica clássica do Estado com aquelas oriundas dos setores privado e da sociedade civil. Como interesses muito diferentes estão em jogo, críticos afirmam que este é um arranjo ideal e não real, já que as partes possuem preocupações e lógicas diferentes e a proposta não leva em conta tal assimetria. Evidencia-se assim que o processo de governança envolve relações (e, conseqüentemente, disputas) de poder, refletindo sempre tensões.

Elege-se neste texto a ideia de Jacobi (2012, p.71), que entende a governança como

[...] um processo que envolve tomadores de decisão e não tomadores de decisão, com objetivo comum: o problema a ser enfrentado e o desenho da gestão ambiental, onde a participação descentralizada e co-responsável sejam a tônica do processo. Pressupõe ação em rede, atuação integrada e o ganho de poder dos atores envolvidos na gestão, interagindo com os tomadores de decisão.

Ainda para este autor, a governança implica arenas de negociação com participação da sociedade civil, mercado e Estado, sendo um exercício permanente de desenvolvimento de ações com foco na noção de poder social. O exercício da cidadania está intrinsecamente contido na ideia de participação social desta concepção de governança, na qual o passo primeiro é a melhora no acesso à informação. Jacobi (2012) enfatiza que na base desse modelo cooperativo de governança existe a necessidade de melhora no acesso à informação e participação, uma vez que essas são precondições básicas para a institucionalização do controle social.

Alinhados com essa perspectiva, Felt e Folcher (2010) entendem a governança como uma nova forma de tomada de decisão, que é coletiva, envolvendo diferentes sujeitos, e está

em oposição ao modelo caracterizado pelo fluxo *top-down* – o modelo hegemônico no qual o processo é hierarquizado. A fim de dar realce a esse enfoque no decorrer do trabalho, opta-se por atrelar a dinâmica "de baixo para cima" ao termo, já que seu uso mais conhecido está fortemente vinculado à perspectiva dominante e contrária a esta pesquisa.

Ressalta-se ainda que, tendo em vista o recorte empírico da pesquisa – o circuito da notícia de um jornal local –, detém-se com maior profundidade nesta escala em razão do objetivo de compreender como os próprios sujeitos envolvidos neste percebem sua participação e papel no enfrentamento dos riscos climáticos. Entretanto, deixa-se claro que há compreensão de que as diferentes escalas precisam agir de forma integrada. Assim, mesmo que se reconheça o papel, já institucionalizado, da governança global (instituída a partir do modelo *top-down*), busca-se aqui sublinhar a perspectiva local, menos desenvolvida no contexto atual.

A governança, por ser um conceito amplo e conter interesses conflitivos, pode gerar problemas tanto na execução, quanto no desenvolvimento teórico de suas questões. Há diferentes abordagens e ênfases que se debruçam sobre os processos de governança, às vezes, até antagônicas. Na literatura encontra-se um vasto leque de adjetivações que são apropriações desta ideia mais genérica para uma problemática mais particular como: governança corporativa, pública, privada, dos riscos, urbana, dentre tantas outras denominações existentes para delimitar o espaço ou sentido da ideia de arranjos políticos que emergem em sentido oposto às decisões (ou ausência delas por parte) do Estado. Neste trabalho, abraça-se a ideia defendida por alguns autores, como Giddens (2010), de que a governança para problemas globais, como é o caso dos problemas ambientais e, especificamente, das MCs, precisa ocorrer em múltiplas camadas (que se estende à arena internacional em sentido ascendente e às regiões, cidades e localidades em sentido descendente). Dessa forma, não apenas a governança global, mas a local e aquelas que estão entre as duas, precisam articular-se em arranjos que promovam de forma eficiente a gestão dos riscos climáticos. Para tanto, faz-se uma breve diferenciação do que seriam essas governanças que trabalham em níveis opostos (embora totalmente interligados). Recordar-se, mais uma vez, que em termos de análise, o esforço da autora será para compreender as possibilidades de uma governança climática local.

A expressão **governança global** está muito presente nos estudos de Direito e das Relações Internacionais. Barros-Platiau (2004) diz que este conceito tem sido estudado a fim de trazer respostas sobre a influência de atores não estatais nos processos políticos e de elaboração de normas jurídicas internacionais. Tais atores, para este tipo de governança, constituem instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros regimes internacionais que atuam na regulação dos desafios

contemporâneos. Viola, Barros-Platiau e Leis (2008) apontam que a governança global e a governança internacional não constituem sinônimos. A primeira seria mais ampla, enquanto a segunda estaria amarrada a um conjunto de sujeitos, recursos e áreas geográficas mais delimitados, envolvendo um subconjunto de membros da comunidade internacional.

Marcovitch (2012) lembra que a governança internacional não se constitui em uma autoridade que pode determinar o que os países farão, sendo muito mais uma forma de articulação, que é coordenada pela ONU. Entretanto, essa concepção de governança tende a excluir os movimentos não formalizados, que desprovidos de reconhecimento e autoridade, são ignorados nos processos de decisão.

Veiga (2013), ao traçar um panorama histórico de quatro décadas de esforços das políticas internacionais sobre meio ambiente, na tentativa de construção de uma governança global ambiental, revela uma série de barreiras que ainda existem para que o meio ambiente seja visto e protegido de forma planetária. Este autor também faz um balanço sobre as políticas atreladas ao desenvolvimento derivadas das mais altas instâncias de governança, como são o Banco Mundial, o G-20, o Conselho de Segurança da ONU e o FMI, mas percebe que as tentativas ainda são insuficientes, visto que em tais instâncias as compreensões sobre desenvolvimento e meio ambiente vivem em choque.

A **governança local**, de outra forma, remete à descentralização administrativa e à participação sociopolítica. Estudos relacionados ao funcionamento de comitês gestores, audiências públicas e conselhos municipais são exemplos de análises sobre esta compreensão de governança. Além disso, ações e processos oriundos de baixo para cima, ainda que fora das estruturas já criadas para articulação local, podem ser abarcadas por esta expressão (como é o caso de arranjos sociopolíticos estruturados que buscam sobreviver nas brechas do sistema hegemônico).

Viola, Barros-Platiau e Leis (2008) afirmam que se convencionou a análise da governança a partir de duas dinâmicas principais: aquela oriunda "de cima para baixo", quando as autoridades públicas tornam-se mais *accountable*⁶¹ aos olhos da opinião pública, respondendo à demanda por maior controle social; e a governança de baixo para cima, quando "[...] atores não-estatais levam possíveis soluções de um problema às autoridades públicas ou o resolvem sozinhas" (p.6). Horsbol e Lassen (2012) enfatizam outras diferenças nas duas abordagens: a *top-down* ("de cima para baixo") está mais preocupada em educar e convencer

⁶¹ A expressão está associada ao termo *accountability*, que pode ser definida como "obrigação de agentes políticos prestarem conta de seus atos e decisões e direito do cidadão de exigí-los e avaliá-los" (TEIXEIRA, 2002, p.36).

os cidadãos, enquanto a *bottom-up* ("de baixo para cima") está interessada na participação e no diálogo para encontrar formas coletivas de enfrentamento.

De um modo geral, nos países ditos em desenvolvimento, os dois fluxos de governança ("de cima para baixo" e "de baixo para cima") coexistem, corroborando o alargamento da ideia de governança. Castro, Hogenboom e Baud (2011, p.4) ratificam a dicotomia existente entre os fluxos opostos da governança no âmbito da América Latina ao dizer que "[...] novas iniciativas abordando os dilemas ambientais são resultados tanto de pressões internacionais do alto da pirâmide quanto da base da sociedade civil".

Apesar desse movimento múltiplo promover boas propostas de uso sustentável dos recursos naturais, estes autores alertam que as tensões entre os objetivos do desenvolvimento econômico, da inclusão social e da proteção dos ecossistemas continuam sendo explícitas. Junto a tais conflitos, Frey (2007) indica mais um aspecto a ser levado em conta quando se debate este conceito: o objetivo principal atrelado à convocação da ideia de governança. Para ele, há duas vertentes teóricas ideologicamente distintas que analisam a governança: uma com o objetivo de aumentar a eficiência e efetividade governamental, e outra focada no potencial democrático e emancipatório do processo. Esta pesquisa busca investigar e contribuir para o fomento da segunda vertente por meio de suas relações com a percepção de risco e o jornalismo.

Independentemente de ser local ou global, quando a governança adentra para o campo das políticas ambientais ou, de outro modo, vincula-se às questões de meio ambiente, é comum os autores utilizarem a expressão **governança ambiental**. Fonseca e Bursztyn (2009) apontam que a adjetivação pode ser vista como uma delimitação temática do conceito. Assim, a governança passa a ser ambiental quando sua noção é chamada a atuar no complexo campo de relações entre sociedade e natureza. Bursztyn e Bursztyn (2012, p.166) conceituam a governança ambiental como o

[...] conjunto de práticas envolvendo instituições e interfaces de autores e interesses, voltados à conservação da qualidade do ambiente natural e construído, em sintonia com os princípios da sustentabilidade. Envolve regras estabelecidas (escritas ou não) e esferas políticas mais amplas do que as estruturas de governo. Em sociedades complexas, governança envolve, geralmente, um complexo jogo de pressões e representações, onde os governos são (ou devem ser) parte ativa, mas outras forças se expressam, como os movimentos sociais, lobbies organizados, setores econômicos, opinião pública, etc.

Compreende-se como condições para o exercício da governança ambiental o acesso à informação e às formas de participação dos atores nos processos decisórios, sendo, neste caso, ressaltado o papel da comunicação. Afinal, para iniciar um processo de articulação ou

mobilização, é preciso que os sujeitos envolvidos tenham, em primeiro lugar, possibilidade de se apropriar da informação. Sjölander e Jönsson (2012) defendem que a participação pública na governança ambiental é uma parte fundamental para enfrentar seus riscos e que a mídia poderia funcionar como uma arena que motivasse o envolvimento dos cidadãos. Para estas autoras, os meios de comunicação desempenham um papel duplo: são uma forma de aumentar a conscientização sobre os problemas ambientais e criar agendas comuns (*agenda-setting*), além de poderem atuar como arenas para deliberação pública, trazendo os cidadãos para as problemáticas que noticiam.

A disponibilização da informação ambiental correta e adequada propicia esclarecimento e favorece a atuação consciente da população no momento em que são implementadas políticas sobre meio ambiente e também é forma de empoderamento⁶² daqueles que pretendem se articular de forma alternativa ao sistema hegemônico. A informação dá embasamento para melhor avaliar as situações e as possibilidades de intervenção no terreno das políticas públicas, ao mesmo tempo em que solidifica o envolvimento em deliberações que preveem participação social. Se a participação é elemento-chave para a governança, o acesso à informação constitui-se em pré-requisito para que esta ocorra.

Estudiosos desta área, como Bernauer e Gampfer (2013), relatam que a participação pública pode ser uma forma de remediar o déficit de legitimidade associado à governança global ambiental, já que as negociações multilaterais costumam desencadear poucos resultados práticos. A pouca efetividade das reuniões políticas internacionais em razão de problemas ambientais, no decorrer de décadas, fez com que a população perdesse um pouco da esperança nas próprias instituições. Assim, a participação dos cidadãos é vista como uma possibilidade de aumentar a transparência do processo, fortalecer a representação daqueles que costumam ser marginalizados e fornecer conhecimento para aumentar a capacidade de resolução dos problemas.

Por outro lado, as situações de governança ambiental abrangem tanto as políticas públicas existentes e seus instrumentos, como conselhos e audiências públicas, quanto os movimentos que buscam desencadear uma forma de articulação diferente daquela já vigente (arranjos

⁶² De acordo com Baquero (2012), o conceito de empoderamento (*empowerment*, em inglês) é usado de diferentes maneiras na literatura em português, podendo ser visto como uma construção em nível individual, organizacional ou comunitário, e considerado sinônimo de emancipação social. Historicamente o termo está associado a formas cooperativas, de autogestão, de democracia participativa, etc., mas acabou sendo incorporado, indevidamente, pelo discurso neoliberal, esvaziando seu sentido pleno. Adere-se ao entendimento de Baquero (2012, p.183): "[...] empoderamento, enquanto categoria, perpassa noções de democracia, direitos humanos e participação, mas não se limita a estes. É mais do que trabalhar em nível conceitual, envolve o agir, implicando processos de reflexão sobre a ação, visando a uma tomada de consciência a respeito de fatores de diversas ordens – econômica, política e cultural – que conformam a realidade, incidindo sobre o sujeito. Neste sentido, um processo de empoderamento eficaz necessita envolver tanto dimensões individuais quanto coletivas".

institucionais que propõem outros modos de gestão relativos ao meio ambiente). Veiga (2013) sublinha que a preocupação internacional sobre os cuidados de conservação do meio ambiente tem sido maior do que se costuma supor. O ano de 1972 foi um marco neste contexto, pois houve a realização da Conferência sobre o Meio Ambiente Humano em junho e a criação do Pnuma em dezembro. Ainda que o braço da ONU responsável pelas questões ambientais apresente uma série de fragilidades e resistências, Veiga (2013) afirma que antes mesmo do impulso de 1992, com a Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro, o Pnuma desempenhou papel importante no processo que levou à cooperação global para o enfrentamento do problema do buraco da camada de ozônio, obtendo resultados que nenhum outro acordo multilateral sobre o tema ambiental conseguiu alcançar.

No Brasil, ainda que haja um marco legal/institucional amplo para lidar com os desafios da gestão ambiental, sobretudo nos níveis federal e estadual (CAVALCANTI, 2004), os processos decisórios continuam sendo dirigidos a partir do pensamento hegemônico, no qual crescimento econômico é tomado como sinônimo de desenvolvimento. Desta forma, princípios da governança ambiental são ignorados ou manipulados a favor dos interesses das elites econômicas, que não admitem cautelas ambientais frente a seus negócios. Este, no entanto, não é um processo exclusivo das terras brasileiras ou países em desenvolvimento. Philips, Carvalho e Doyle (2012) declaram que algumas análises mais críticas sugerem que termos como diálogo e participação são usados de forma instrumental para legitimar processos não democráticos. Estas palavras mascaram o domínio de certos interesses, que não são, de fato, participativos e horizontais.

Voltando ao Brasil, Cavalcanti (2004) assegura que o problema da governança ambiental aqui está na sua própria implementação, já que o sistema político contemporâneo possui uma visão mercantilista do meio ambiente e é vulnerável às pressões econômicas no âmbito da formulação de políticas públicas. As leis existem, mas nem sempre são cumpridas como deveriam. Além disso, o autor cita a questão das políticas setoriais de curto prazo, que muitas vezes vão na contramão dos interesses ambientais.

Desta maneira, não só em escala global, mas na nacional também, verificam-se restrições quando se menciona a governança, justamente porque o sistema atual de desenvolvimento não consegue incorporar a questão ambiental como diretriz central. De forma similar, a governança dos riscos (sejam eles ambientais ou tecnológicos) costuma não ter a atenção devida da sociedade contemporânea.

A expressão **governança dos riscos** traz a ideia de governança, já apresentada, para o contexto dos riscos – que são complexos, incertos e, muitas vezes, ambíguos. É um conceito

ainda mais recente que os demais: começou a ser disseminado na virada do milênio. É resultado de um trabalho transdisciplinar que atuava nas interfaces da avaliação e gestão de riscos, ciências reguladoras e análise de políticas, sobretudo na União Europeia (ASSELT; RENN, 2011). Di Giulio, Figueiredo e Ferreira (2008), ao tratar da governança de risco, pontuam que

[...] a forma como as informações são coletadas, analisadas e comunicadas estão no centro da atenção, assim como a idéia de que o conhecimento leigo não é irracional e de que os julgamentos de valor estão presentes em todas as fases do processo de avaliação e gestão de risco, por parte dos especialistas e do público.

Para estes autores (ASSELT; RENN, 2011), a governança de risco implica um processo democrático e participativo relacionado ao gerenciamento do risco, sendo que a comunicação, nesse contexto, se torna crucial para envolver os cidadãos e estimulá-los no exercício de sua cidadania. Já Asselt e Renn (2011) propõem observar a governança dos riscos a partir de três princípios: comunicação e inclusão; integração; e reflexão. Tais elementos devem estar presentes durante todo processo. Sublinha-se que, novamente, a comunicação se faz presente e de forma fundamental.

De acordo com Asselt e Renn (2011), a comunicação deve ser aberta e contínua, possibilitando diálogo entre diferentes atores. Se bem articulada, pode desempenhar o papel central no sucesso da governança dos riscos; se esquecida ou menosprezada pode desencadear o fracasso da situação. A comunicação de risco e a confiança são duas esferas que estão conectadas e que fazem a diferença no momento de inclusão ou participação dos sujeitos.

O segundo princípio posto pelos autores (ASSELT; RENN, 2011), o da integração, refere-se à necessidade de recolher e sintetizar os conhecimentos e experiências relevantes de diversas disciplinas, incluindo as incertezas e percepções de risco. Destaca-se a necessidade de uma visão sistêmica, plural, interdisciplinar, afinal a governança de risco não é um processo linear isolado. Este tópico chama a atenção para a convergência de diferentes campos e atores para a compreensão do risco, um objeto híbrido e, portanto, de muitas interfaces.

O último elemento alerta para a não possibilidade de rotinização ou mecanização da governança dos riscos (ASSELT; RENN, 2011). Como este é um processo que envolve as características dos riscos, a reflexão precisa ser constante. Não há receita pronta.

Ainda sobre este tipo de governança, Guivant (2004) apresenta dois modelos polares: um construído a partir da concepção do público e outro a partir da ciência. Tal diferença está associada aos modos pelos quais os tomadores de decisão avaliam os riscos (levando em conta apenas os peritos ou incluindo a percepção dos cidadãos). O modelo *standard* é aquele

que valoriza a racionalidade científica, vendo as diferenças de apreciação dos riscos entre peritos e leigos como atitudes irracionais dos últimos sujeitos. Assim, a ciência é a fonte neutra e confiável, ponto central desta concepção de gestão dos riscos, e a comunicação de risco linear (modelo de déficit) a solução para tirar a população da ignorância. No outro polo, o modelo mais aberto, dialógico, no qual o interesse coletivo é fruto de negociações e alianças e não algo dado. Todos os envolvidos são considerados e a comunicação não é impositiva ou de mão única. Neste modelo, o mais democrático, a participação e/ou envolvimento público ganham relevo.

A classificação proposta por Guivant (2005) associa-se às ideias de fluxos "de baixo para cima" e "de cima para baixo". Se o modelo *standard* acredita que a comunicação linear de peritos para população pode funcionar, ele está concebido sob o pensamento que aqueles que detêm algum tipo de poder (neste caso, o conhecimento e a legitimidade social) podem tomar as decisões em nome de todos aqueles que não possuem argumentação reconhecida. Já a governança "de baixo para cima" está articulada às trocas horizontais, ao envolvimento de todos os sujeitos relacionados ao problema e a uma comunicação de mão dupla. Tais visões realçam aspectos diferentes de formas de pensar e agir em prol da governança das MCs: uma centrada na visão positivista da ciência e outra na necessidade de maior envolvimento público. É importante notar que dentre as polissemias e diferentes tipificações que existem em torno da governança, reconhece-se o valor da interação entre diferentes graus e níveis de enfrentamento.

Dessa forma, a governança de risco se constitui em um caminho dialógico e participativo que leva em conta as opiniões e conhecimentos das diferentes partes interessadas, a fim de geri-lo e estabelecer soluções que representem a coletividade. É visivelmente uma interação horizontal, que abraça também as propostas oriundas das experiências e conhecimentos não legitimados pela ciência, concretizando-se, sobretudo, de "baixo para cima". Esta perspectiva é apontada por estudiosos da área como a mais adequada para envolver os cidadãos e fazê-los agir individual e coletivamente a favor da questão ambiental, justamente por ser uma proposta aberta de trocas que reconhece as percepções e saberes das populações que ali vivem.

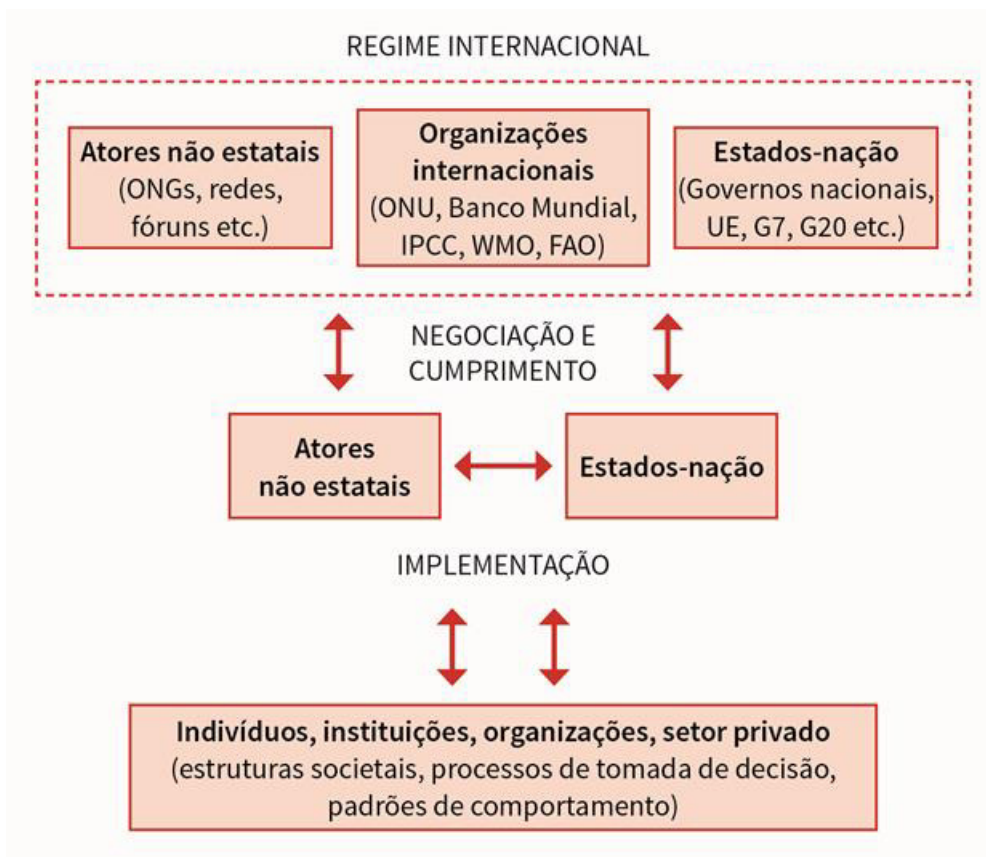
Quando se trata especificamente em **governança climática**, situa-se a governança em relação a uma temática ambiental mais particular: a das mudanças climáticas. Portanto, a governança climática é aquela relacionada à gestão sociopolítica e econômica das questões climáticas, abarcando medidas de enfrentamento em relação à mitigação e adaptação. Salienta-se que, na concepção deste trabalho, a governança dos riscos atrelados às MCs está diretamente associada à ideia de governança climática.

A governança a respeito das MCs é historicamente um procedimento político *top-down*, desenrolado por meio de tratados e reuniões internacionais que envolvem diplomatas e chefes

de Estado. Contudo, cada vez mais, reconhece-se a necessidade de trabalhar com o problema climático em outras escalas. Schmidt, Gomes e Mourato (2013, p.783) afirmam que as práticas *bottom-up* constituem "[...] uma via importante para a promoção de uma governança adaptativa que implique uma comunicação e confiança fortes, políticas públicas eficazes e uma participação pública efectiva". Extravasa-se tal afirmação para o contexto da mitigação também, já que ambos os processos não devem ser vistos como isolados, mas geridos em simultâneo buscando a precaução.

Por outro lado, ainda que as mudanças climáticas sejam concebidas como um problema comum e de escala global, aqueles que poderão ser atingidos por elas e as atividades humanas que produzem GEE se encontram em âmbito local. Diante disso, a necessidade de uma governança que aconteça em múltiplos níveis é defendida por vários autores, os quais advogam pelo planejamento e tomada de ações, estratégias e políticas tanto internacional quanto nacional, regional e localmente (MARTINS; FERREIRA, 2011). A figura abaixo pretende ilustrar a necessidade de diálogo entre diferentes atores e instâncias, a fim de dar conta da governança climática:

FIGURA 9 - ORDEM INTERNACIONAL DO CLIMA



FONTE: MARTINS; FERREIRA (2011), baseados em BULKELEY; BETSILL (2003).

Todavia, a própria percepção pública dos riscos climáticos dificulta o processo de governança. Sem a percepção do risco e, conseqüentemente, a pressão pública para que políticos e demais tomadores de decisão ajam, o problema continua sendo visto como não prioritário. Lembrando-se do bem-sucedido acordo a respeito da recuperação da camada de ozônio, Veiga (2013, p.64) compara a percepção do risco que envolve os dois problemas: "[...] os previsíveis efeitos do aquecimento global não são nem um pouco parecidos com as alarmantes notícias sobre câncer de pele". Como muitos dos efeitos das MCs são invisíveis e de longo prazo, a mobilização para participação e ações de enfrentamento tornam-se mais fracas.

A comparação com o problema da camada de ozônio também é citada por Hulme (2009). Como o Protocolo de Montreal, que passou a vigorar em 1989, alcançou um êxito formidável no que concerne à resolução de um problema que afetava a todos e não visível pela população, questiona-se por que o do Kyoto, que tem características similares, tem fracassado. Hulme (2009) esclarece que a semelhança entre os dois casos é superficial, já que apesar de ambos envolverem emissões de gases na atmosfera e terem várias conseqüências ambientais, as causas, atores e abrangência dos efeitos são diferentes. Enquanto no caso do buraco na camada de ozônio os gases responsáveis pela depredação eram limitados e envolviam uma pequena fração da atividade econômica, os que estão envolvidos com as MCs emergem do cotidiano das pessoas e de uma vasta proporção da produção econômica do mundo. Em relação aos atores, no primeiro caso atingia um pequeno número de países que possuía corporações que emitiam tais gases; já no segundo, cada pessoa do planeta possui uma parcela de responsabilidade em termos de emissão, em todos os países. Por último, as conseqüências do buraco na camada de ozônio eram relativamente limitadas e quantificáveis, enquanto no caso das MCs envolvem aspectos do estilo de vida das pessoas e grande parte delas parece imprevisível. Dessa forma, para além das coincidências, entende-se que o segundo problema é muito mais complexo e implica uma série de mudanças conjunturais, em muitos níveis, que não são de fácil aceitação.

Um importante aspecto que se deve incluir nesta discussão é o papel do Estado. Já foi dito que muitos compreendem a governança como algo correspondente à minimização do Estado na gestão e organização das ações, alinhando-se à visão neoliberal. No entanto, segue-se a perspectiva de Giddens (2010) em que o Estado desempenha um papel muito importante, mas não equivalente a um processador de fluxos que vem "de cima para baixo". Giddens, ao tratar do desenvolvimento de uma política da mudança climática, afirma ser necessária a inserção de novos conceitos, entre eles o do Estado assegurador, no qual o papel do Estado seria agir como um facilitador, mas também garantindo que os resultados definidos fossem alcançados.

Isso implica a ação de uma diversidade de atores e grupos em prol de problemas coletivos, inclusive aqueles que atuam de baixo para cima. Tal conceito é visto pelo autor como forte, pois "[...] significa que o Estado é responsável por monitorar os objetivos públicos e por procurar certificar-se de que eles se concretizem de forma visível e aceitável" (GIDDENS, 2010, p.96).

Giddens (2010) declara que é preciso ter convergência econômica e política para conter as mudanças do clima e perceber a ideia de desenvolvimento como um imperativo, não apenas por motivos morais, mas também porque haverá agravamento dos efeitos das MCs em países menos desenvolvidos. Também se refere à evidenciação, que tem o objetivo de manter o assunto no cerne da agenda pública – este item está intimamente relacionado com a imprensa –, às positivities das MCs (sinalizando que o aspecto negativo não mobiliza com eficiência a população), à transcendência política (o tema não deve ser visto como de direita ou esquerda), ao princípio da percentagem (que reconhece que nenhuma ação é isenta de riscos), ao super desenvolvimento (o crescimento econômico não se relaciona com bem-estar sempre) e à adaptação proativa (deve-se preparar de forma preventiva, atuando na adaptação junto com a mitigação). Os argumentos para a elaboração de sua política global para MCs residem no fato de que governo e Estado possuem papéis de extrema relevância para o êxito do enfrentamento dos riscos climáticos e que os países industrializados devem assumir a liderança neste quadro.

Para concluir, esclarece-se que a **governança climática** da qual se trata aqui engloba os riscos associados às MCs (com suas complexidades, incertezas e ambiguidades) e faz parte do contexto mais amplo que envolve a governança ambiental, sendo defendida como um processo coletivo de tomadas de decisão entre diferentes atores e implementada em escalas diversas. Legitima-se, assim, a necessidade de um processo participativo e que envolva níveis de ação diversos, mas interligados pelo objetivo de enfrentar a questão climática. A governança global, em um polo, e a local, em outro, devem atuar juntas.

Atenta-se ainda que a adesão a uma dinâmica ou fluxo não significa diminuir ou acabar com a função do outro. Defende-se que a hegemonia do fluxo "de cima para baixo" deve ser quebrada em razão de um diálogo mais aberto e democrático, visando o pleno exercício da participação dos cidadãos. Ao mesmo tempo, sabe-se que a confluência das duas abordagens tende a gerar tensões e até mesmo paradoxos, não sendo uma conciliação simples. Há estudos, como o de Horsbol e Lassen (2012), que demonstram que, mesmo em contextos de diálogo e participação, há procura e requisição de iniciativas do governo (algo que vai na direção oposta da dinâmica *bottom-up*). Em outros casos, já mencionados, é a abordagem *top-down* que se apropria do discurso oposto para legitimar suas decisões hierárquicas. Ou seja, as estratégias

das duas abordagens acabam se misturando. As perspectivas de ambos os fluxos não atuam de forma isolada, sendo dominantes ou não também em razão do conhecimento e percepção que o próprio cidadão tem do processo.

4.2 HISTÓRICO DAS AÇÕES GLOBAIS DE GOVERNANÇA DO CLIMA

As mudanças climáticas custaram a se inserir na agenda global. Marcovitch (2012) lembra que da Revolução Industrial até os anos 1970, os governos estavam ocupados com outros assuntos, especialmente guerras, e não deram importância ao alerta dos cientistas. Speth (2005) verifica esse descaso até então com todas as questões ambientais globais, pontuando que uma agenda internacional consistente só começa a aparecer na década seguinte.

Ainda que alguns esforços isolados emergissem nos anos 1970, o tema passou a ser uma preocupação global a partir de 1992, quando a Convenção-Quadro sobre o assunto é adotada pela ONU, muito em função das claras evidências de intervenção humana como parte do processo. Esta convenção entrou em vigor dois anos depois, com objetivos de buscar mitigar a emissão dos GEE. Antes disso, vale lembrar, realizou-se em 1979, em Genebra, a Primeira Conferência Mundial do Clima, e em 1988 foi criado o IPCC.

A proposta de um protocolo multilateral surgiu em 1995, na primeira Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-1). A COP-2, em 1996, consagrou a ideia de estabelecer prazos e limites para as emissões de GEE, que veio a se concretizar na COP-3, por meio do Protocolo de Kyoto (em vigor desde 2005).

O objetivo do Protocolo de Kyoto era reduzir as emissões, com base no ano de 1990, dos países desenvolvidos que estão listados no Anexo I. Essa divisão (entre países desenvolvidos ou ricos e em desenvolvimento ou pobres) parte do princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas de acordo com suas capacidades, em razão do fator histórico que torna os mais desenvolvidos hoje aqueles que emitiram por mais tempo GEE. Este princípio é sempre alvo de disputas nas COPs, porque países em desenvolvimento sentem-se injustiçados ao serem cobrados da mesma forma que aqueles que já se industrializaram e hoje desfrutam de um nível de vida superior. Entretanto, Marcovitch (2012, p.15) recorda que esta ideia precisa ser relativizada (e atualizada) porque hoje o Brasil não pode ser considerado pobre: "Se não chegou ao pleno desenvolvimento, tampouco se enquadra, como antes, no mesmo nicho dos países menos desenvolvidos do planeta".

Ainda sobre este protocolo, Abranches (2010) salienta que ele demorou muito para entrar em vigor e não se mostrou eficaz – os EUA não ratificaram o compromisso e países em

desenvolvimento como Brasil, China e Índia não possuem obrigações legais. Além disso, as metas de redução para os países do Anexo I são muito pequenas (cerca de 5% das emissões globais de 1990) e não há formas de punir quem não obedece ao Protocolo. Como vantagem, aponta o desenvolvimento e a experimentação dos mercados de carbono que, no entanto, não foram capazes de parar o crescimento das emissões (ABRANCHES, 2010; HULME, 2009).

Outro impasse é que um dos maiores emissores, os EUA, não assinou o acordo. Como um documento melhor não foi negociado, em 2012, os países presentes em Doha, na COP-18, resolveram manter o Protocolo de Kyoto até dezembro de 2020. O fato é que anualmente as reuniões das COPs trazem progressos muitos pequenos e graduais, devido aos diversos interesses que estão em jogo.

Costa Ribeiro e Sant'Anna (2012) afirmam que a ordem ambiental internacional, da qual a Convenção-Quadro sobre MCs faz parte, sofre com a sobreposição e fragmentação de agendas em razão das inúmeras instituições da ONU que tratam do meio ambiente e da ausência de coordenação que existe entre elas. O atual sistema de governança, que prevê convenções autônomas, faz com que os assuntos sejam tratados de forma isolada, não contribuindo para o avanço da governança ambiental de forma integral e ampla. Speth (2005, p.31) também faz críticas a esse processo, afirmando que, de forma geral, a legislação ambiental internacional é composta por acordos vagos, com exigências mínimas, poucos recursos e cumprimento frouxo, afinal tais tratados são forjados "[...] em processo de negociação que dão um máximo de vantagem a qualquer país interessado em manter o *status quo*". Isso gera fragilidades e pouca efetividade nas ações que deveriam conter a degradação do meio ambiente.

Paralelamente a esta discussão política, uma cultura, baseada na aceleração da inovação tecnológica, diminuiu a ideia de que realmente as pessoas poderiam ser afetadas pelas MCs. Viola, Barros-Plataiu e Leis (2008) relatam que no período de 1997 a 2005, no qual se generalizou o uso do ar-condicionado, houve uma nova insensibilidade por parte da população dos países desenvolvidos sobre a transformação da natureza pelo ser humano. Baseados na impressão de que com a tecnologia poderiam se proteger dos efeitos negativos das MCs, estes sujeitos acabaram por minar o enfrentamento real da mudança climática, que requer redução de emissões de GEE. O quadro começou a mudar quando eventos extremos associados com as alterações climáticas começaram a se manifestar nos EUA (furacões Kathrina e Wilma, e fortes incêndios), na Europa (ondas de calor), no Japão e China (intensificações de tufões). Diante dos efeitos catastróficos, a percepção pública do risco climático começou a ganhar força. Junto a estes eventos, o filme de Al Gore, o relatório Stern e o quarto do IPCC, nos anos subsequentes, aumentaram a ideia de urgência e perigo das MCs.

Viola, Barros-Platiau e Leis (2008), ao analisarem a América do Sul, citam quatro etapas do pensamento sobre os problemas ambientais globais que podem ser associadas ao enfrentamento do aquecimento global. A primeira corresponde a um padrão de resposta que vai de 1972 até 1986, quando os países em desenvolvimento compreendem que os problemas ambientais são um "luxo" dos países desenvolvidos. A segunda, de 1987 a 1995, se caracteriza pelo reconhecimento dos países sul-americanos das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, tendo em vista o histórico de poluição dos países desenvolvidos. A terceira etapa inicia com as negociações do Protocolo de Kyoto, em 1996, e apenas Brasil e Argentina têm uma atuação destacada, motivados por vetores quase opostos: o primeiro contrapondo-se fortemente a compromissos voluntários e o segundo propondo-se, em 1998, a assumir compromissos de redução da curva de crescimento de CO₂. Por fim, a última etapa começa em 2007, quando o quarto relatório do IPCC deixa claro que a América do Sul é altamente vulnerável a mudanças climáticas e promove mudanças de perspectivas entre as elites de alguns países (Brasil, Argentina, Uruguai, Chile e Colômbia). Contudo, os autores afirmam que a América do Sul "[...] ainda não se vê como vítima e carrasco das mudanças climáticas" (VIOLA; BARROS-PLATIAU; LEIS, 2008, p.10).

Especificamente no contexto nacional, registra-se um atraso em realizar ações que pudessem conter as emissões, mas, nas duas últimas décadas, há uma série de medidas (como monitoramento via satélites) que tentam fiscalizar o desmatamento da Amazônia, uma das grandes fontes de emissão brasileira. De forma geral, a legislação ambiental vigente depois da Rio-92 é mundialmente reconhecida como avançada, ainda que sua efetiva implementação careça de esforços maiores. No ano 2000 foi criado o Fórum Nacional de Mudanças Climáticas, a fim de mobilizar a sociedade sobre o tema. Em 2009 foi instituída a Política Nacional de Mudanças Climáticas e o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. Além disso, ações políticas na área da conservação e energia, por exemplo, já levam em conta a preocupação com as alterações do clima. Marcovitch (2012) destaca ainda o compromisso voluntário do País, em 2009, para reduzir o desmate em 80% até 2020.

Entre as ações positivas no Brasil, Viola, Barros-Platiau e Leis (2008) aludem duas estruturas científicas que já internalizaram a questão climática: o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e o Instituto de Pesquisas Amazônicas (Inpa), que auxiliaram na promoção de medidas mitigatórias e de adaptação. O aumento nas áreas de reflorestamento e de áreas protegidas também é um esforço do governo brasileiro. Em termos de investigação, junto com pesquisadores de universidades públicas e da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa), o País desenvolveu, em cooperação com a National Aeronautics and Space

Administration (Nasa) e agências europeias, o Programa de Grande Escala Biosfera-Atmosfera na Amazônia, pesquisa de maior escala sobre mudança climática na América Latina. (VIOLA; BARROS-PLATIAU; LEIS, 2008). Dessa forma, ainda que de modo heterogêneo, há várias medidas sendo aprimoradas, como o incremento da eficiência do ciclo do etanol, o desenvolvimento de sementes mais resistentes à variabilidade climática e as tecnologias para capturar as emissões de metano dos reservatórios das hidrelétricas.

Apesar disso, há muito o que fazer. A escassez de fundos para manter a floresta em pé e diminuir as emissões é um problema crônico, que busca soluções em mecanismos do mercado, como a REDD, baseado na comercialização internacional do carbono florestal (MARCOVITCH, 20120). Na prática, países desenvolvidos que não conseguem cumprir com suas metas de redução de GEE poderiam adquirir créditos com o Brasil.

Também as ações de adaptação sofrem por falta de informações e monitoramento. Há pouco tempo o Brasil (e outros países sul-americanos) começaram a obter e sistematizar registros a fim de tornar eficiente um sistema de gestão das catástrofes climáticas. Soma-se a isso a falta de instrumentos políticos, institucionais e tecnológicos, e a proliferação de habitações em áreas muito vulneráveis (VIOLA; BARROS-PLATIAU; LEIS, 2008). Problemas socioambientais não diretamente associados ao clima, como o desvio de rios ou descarte irregular de embalagens, geram vulnerabilidades que agravam os possíveis impactos das MCs, em especial nos centros urbanos, onde a concentração populacional é alta e as emissões de GEE são contínuas. Martins e Ferreira (2011, p.614) sublinham que, quando se discute das mudanças do clima, é "[...] praticamente impossível conceber qualquer resposta mitigadora ou ação adaptativa sem enfrentar a discussão sobre cidades, urbanização e governança local".

4.3 DESAFIOS PARA O ENFRENTAMENTO

Entre as muitas barreiras que devem ser superadas para o êxito da governança climática está a própria compreensão do que ela significa e quais benefícios pode trazer. A governança climática, como outras ideias, é atravessada por diferentes ideologias e interesses, o que acaba gerando um campo de disputas internas e prejudica a realização de ações eficientes para conter os riscos climáticos. Hulme (2009) sustenta que, de acordo como as MCs são enquadradas – seja pela via econômica, ambiental ou de justiça social –, são atores diferentes que vão se mobilizar, acarretando assim medidas não iguais para o mesmo problema.

Esta situação se traduz em dilemas ou desafios a serem superados ou negociados de modo que as discussões climáticas se materializem em mecanismos e estratégias que possam

amenizar e/ou ajudar a superar o problema. Como isso não é fácil de ser conciliado, é natural que ações isoladas surjam, muitas vezes, em sobreposição ou em direções opostas.

Neste cenário no qual a concorrência de interesses é constante, a comunicação dos riscos climáticos para diferentes públicos se faz necessária. Não é possível falar de informação, diálogo e participação sem considerar a comunicação, já que é por meio desta que os cidadãos podem reter conhecimentos, expor suas questões e reivindicar seus direitos. Claramente, este viés da comunicação se opõe ao modelo do déficit de conhecimento, reconhecendo os saberes dos não especialistas e estabelecendo um caminho de mão dupla.

Além das condições para existência de uma governança democrática aqui já citadas – o acesso à informação e à participação por meio de uma comunicação horizontal e democrática –, é preciso que haja harmonia e objetivos comuns entre as diferentes escalas geográficas. Para que a governança global se concretize, é fundamental que os países internalizem os compromissos por meio de políticas nacionais e regionais. A Convenção de Aarhus, adotada em 1998 por países da União Europeia, é um esforço nesse sentido. O documento sinaliza que um maior acesso do público à informação sobre ambiente e a divulgação dessa informação contribui para uma maior sensibilização da população, uma participação mais efetiva do público no processo de tomada de decisão e, conseqüentemente, para um ambiente melhor. Até porque sem informação e adesão dos cidadãos para o enfrentamento dos problemas ambientais, as políticas não são materializadas.

Abranches (2010) avalia que o primeiro nível da governança deve ser local ou nacional, para então pensar na eficácia de um mecanismo de regulação global que busque coerência e compatibilidade com os objetivos locais. Apesar de vários autores, como Schmidt, Gomes e Mourato (2013), defenderem o envolvimento e participação na esfera local como aspectos fundamentais para a governança do clima, há que se levar em conta que existem impedimentos até mesmo para a integração dos cidadãos. Isso ocorre, dentre outras razões, pela cultura dos países e regiões, na qual os cidadãos costumam não participar das decisões, pela engrenagem burocrática que caracteriza as administrações nos diferentes níveis e pela própria desconfiança que os sujeitos têm em relação aos políticos, que já deram provas de que não aprenderam a lidar de forma aberta e participativa nesses processos. Para que haja êxito, é preciso ter vontade política e tempo, pois acarretará resultados a longo prazo – um aspecto que vai na contramão dos ciclos curtos dos eleitos e, por isso, de constantes interrupções.

Essa tarefa de compatibilizar ações de escalas diferentes em âmbito global requer planejamento. Giddens (2010), ao discutir a política da mudança climática, coloca em foco o papel do Estado e do governo, trazendo a ideia de que ele deva ser um catalisador de ações e,

ao mesmo tempo, busque garantias para a realização destas, sendo preciso um planejamento, especialmente aquele de longo prazo. Para ele, planejar é algo complexo e contingente, e quando se trata de MCs os fatores do risco e da incerteza inibem ainda mais sua concretização.

Com o objetivo de planejar as ações de enfrentamento aos riscos climáticos, é preciso conciliar as exigências da questão com as liberdades democráticas, o que implica tornar conhecida a complexa teia de relações que enreda o problema. Giddens (2010) acredita que as disputas entre centros políticos, localidades e regiões deverão ser resolvidas através de mecanismos da democracia, mas, para isso, as populações precisam estar mais informadas e envolvidas com as decisões políticas. Os diferentes níveis políticos – nacional, regional e local – precisam estar sintonizados com as demandas e soluções dos problemas, agindo em prol de um futuro melhor. A tarefa não é simples, ainda mais quando as previsões de longo prazo ainda são incertas (não se sabe quando exatamente os efeitos serão sentidos e de que maneira isso alterará o cotidiano).

O fato deste risco remeter ao futuro e não ao presente gera obstáculos atrelados à componente intrínseca ao devir: a imprevisibilidade. Para conseguir lidar com este aspecto, de difícil apreensão para a maioria das pessoas, inclusive para os gestores, "[...] procurar alterar as atitudes populares em relação ao risco é parte essencial da política de planejamento" (GIDDENS, 2010, p.131). Aqui se nota, mais uma vez, que a ação para o enfrentamento das MCs está atrelada à ideia da comunicação e da percepção do risco. Afinal, como motivar ações para a governança climática sem informação que mobilize e faça os cidadãos se darem conta da gravidade trazida pela aceleração das alterações do clima?

A grande barreira que se impõe na mudança de atitude das pessoas é que basta informar. Pessoas bem informadas podem não fazer nada por pesarem fatores como conforto pessoal ou imprevisibilidade do risco. O cálculo não é simples e abrange variáveis diferentes de pessoa para pessoa. Como foi apresentado em capítulo anterior, boa parte da população reconhece a relevância dos problemas ambientais e percebe as MCs como algo grave, porém querem que soluções sejam tomadas pelos governos de modo a não afetarem significativamente seu estilo de vida. Os sacrifícios pessoais não costumam ser considerados quando se fala em formas de minimizar os efeitos das MCs, sendo geralmente isso algo que cabe às autoridades resolver (GIDDENS, 2010). Isso acarreta um problema no que tange à governança: o oportunismo ou parasitismo.

Giddens (2010) explica que, tendo em vista que a diminuição das emissões de GEE não melhora especificamente a qualidade de vida daqueles que estão preocupados e fazem algo para reduzir as emissões, aqueles que se acham pequenos diante do problema e não fazem nada acabam se tornando oportunistas, pois se beneficiam, em alguma medida, do esforço

alheio. Essa relação "parasitária" pode ocorrer de diferentes formas, em setores de produção, localidades e até países, sempre que os resultados coletivos derivam de ações individuais. Por exemplo, se a cidade de Curitiba precisasse reduzir em 5% suas emissões atuais e apenas alguns setores da economia se comprometessem a mitigar emissões, os demais se beneficiariam do resultado, ainda que não tivessem contribuído em nada para o alcance da meta. E isso é exatamente o que ocorre na arena internacional, na qual os países comprometidos com a mitigação acabam beneficiando aqueles que nada fazem para enfrentar as alterações climáticas.

Essa situação ocasiona dilemas de outra ordem: já que é sabido que nem todos farão o esforço igual, o que devo ser: o oportunista ou aquele que se sacrifica em prol dos que não fazem nada? A síndrome do "eu só faço se você fizer" carrega ressentimento daqueles que se sentem parasitados pelos aproveitadores da situação (GIDDENS, 2010). Nessa conjuntura, insere-se a falta de infraestrutura para optar por algo que seja menos danoso. As instituições governamentais não costumam proporcionar serviços que estimulem mudanças de comportamento – ao contrário, muitas vezes, geram constrangimentos. Ockwell, Whitmarsh e O'Neill (2009), em estudo realizado no Reino Unido, afirmam que há pessoas que investem em microgeração de energia, mas não recebem o valor adequado para manter o sistema pela energia que devolvem à rede, assim como outras que se dispõem a reduzir o uso do carro, porém não encontram alternativas de transporte público com o mínimo de qualidade.

Dessa forma, obstáculos estruturais e institucionais precisam ser rompidos para que as ações individuais se tornem viáveis. A intervenção do governo para proporcionar alternativas de baixo carbono é um primeiro passo para que as pessoas pensem sobre a questão, ainda que se saiba que mudanças de atitudes que podem ser feitas independentemente da ação do governo (como compra de eletroeletrônicos mais eficientes, uso da bicicleta, economia de energia, etc.), campanhas de comunicação que busquem esclarecer e conscientizar a população podem ser úteis, especialmente se levarem em conta o perfil de audiências específicas.

Um outro desafio a ser superado é reconhecer e discernir os interesses envolvendo a ciência do clima, principal base para decisões da governança. Já foi abordado que os cientistas, assim como demais sujeitos, são subjetivos e motivados também por interesses. No caso das mudanças climáticas, há grandes interesses econômicos em jogo – seja do lado das indústrias emissoras, como as economias de alto carbono, seja aquelas que querem enriquecer com a expansão das tecnologias limpas. O momento de transição dessas economias implica não apenas mudanças na parte financeira, mas também tecnológica, logística e social (ABRANCHES, 2010). Em razão de prestígio, reputação, poder e ambição (econômica ou/e intelectual), há distorções e exageros de ambos os lados.

Ao mesmo tempo, "[...] a integridade e a credibilidade da ciência do clima são elementos essenciais para dar substância a um acordo sobre mudança climática que lance as bases da arquitetura da governança global do clima de que se precisa" (ABRANCHES, 2010, p.43-33). É a ciência que acaba respaldando as políticas de adaptação e mitigação; por isso, a sociedade como um todo precisa melhor conhecer seus procedimentos. Nesse sentido, a mediação da imprensa se faz crucial para uma melhor comunicação entre cientistas e cidadãos.

Karlsson (2005), ao discutir a relação entre ciência e política, destaca que grande parte do conhecimento científico global provém do hemisfério Norte e que isso está relacionado também a questões políticas. Na governança global, os cientistas geralmente são os únicos a serem chamados para aconselhar as decisões políticas, desempenhando, assim, papel estratégico. A autora coloca que muitas questões ambientais próprias do hemisfério Sul continuam fora da agenda global ou são mais invisíveis do que as preocupações do Norte. Isto pode ocorrer tanto a partir da relação de poder que existe do Norte sobre o Sul, quanto pela invocação da ciência, que, coincidentemente, é muito mais forte e articulada no Norte.

Nessa lógica, países desenvolvidos munem-se de legislação própria forte para alguns assuntos e se beneficiam com regras globais frouxas, já que outros lugares não conseguem fazer o mesmo nacionalmente. A mera transposição do conhecimento adquirido no Norte não supre a carência de estudos do Sul. As condições sociais e naturais não são as mesmas e essas diferenças trazem implicações de grande envergadura. De forma paralela, Teixeira (2002), ao trazer as relações entre global e local, alerta que, com a intensificação do processo de globalização, cada vez mais políticas intergovernamentais internacionais e estratégias de corporações multinacionais acabam repercutindo no espaço local, que não possui fortalecimento econômico e social para responder às pressões vindas "de cima para baixo".

O déficit de conhecimento científico do Sul também os coloca em desvantagem em arenas de decisão global. "A ausência de capacitação científica enfraquece a posição dos países em desenvolvimento nas negociações multilaterais e na participação das convenções" (KARLSSON, 2005, p.75), contribuindo para que as preocupações do Norte tenham mais visibilidade e maior alcance global do que as do Sul.

Ainda que possa existir uma suposta divisão entre Norte e Sul, é importante lembrar que as questões ambientais globais não percebem barreiras e acabam atingindo a todos, ainda que em graus e de formas diferentes. Figueres e Ivanova (2005) confirmam que a questão climática só será contida com o envolvimento de todos: Norte e Sul, nações e comunidades locais, abrangendo sempre preocupações com equidade e justiça.

Adentrando no que já vem sendo feito – porém, ainda se constitui em uma barreira, na medida em que seu alcance é restrito –, além dos aspectos políticos, é possível encontrar alguns mecanismos econômicos que deixam, de certo modo, o mercado governar a questão climática. A negociação dos mercados de carbono já estava prevista no Protocolo de Kyoto, porém seu desenvolvimento não está vinculado a ele. A troca de créditos de carbono se tornou um novo negócio, no qual quem tem dinheiro para comprá-los paga para emitir GEE e, assim, compensar seus malefícios. A grande questão que se coloca neste contexto é que se precisa reduzir as emissões e justamente os grandes emissores são aqueles que têm lastro para financiar suas emissões, como frear as MCs?

Giddens (2010) propõe como um dos caminhos possíveis a cobrança de impostos. Tal medida punitiva deveria ter os recursos direcionados às questões ambientais ou à mudança de comportamento. Aqueles que fazem uso de carros que emitem mais GEE deveriam pagar mais impostos, assim como empresas e indústrias que se sustentam através de combustíveis fósseis, por exemplo. A ação responsável pode e deve estar relacionada à economia, mostrando os aspectos vantajosos das energias renováveis e de outras práticas com baixo teor de carbono. Os êxitos na redução de emissões geralmente são alcançados com o objetivo da eficiência energética e não explicitamente com a mitigação das MCs (embora, neste caso, o primeiro sirva ao segundo), pois as pessoas respondem mais facilmente a uma demanda que atinja seus recursos financeiros imediatamente do que a outra que impactará no seu futuro de maneira incerta.

As políticas tributárias vinculadas às MCs precisam estar em sintonia com eixos de reestruturação econômica mais amplos. Não basta apenas aumentar os impostos. É preciso que haja novas possibilidades de mercado, com geração de empregos em outros setores. O imposto sobre carbono deve ajudar a eliminar as externalidades ambientais (GIDDENS, 2010), já que hoje a economia, de forma geral, não se preocupa com os custos que as futuras gerações terão com os impactos da agricultura em grande escala no solo ou com a qualidade da água que terão em razão da poluição contínua dos rios.

Outra alternativa é o racionamento de carbono, no qual cada cidadão teria uma cota anual de emissões de carbono para uso. As cotas seriam iguais, com uma diferença para crianças, e caberia ao Estado monitorar o cumprimento das emissões. Aqueles que tivessem uma vida com baixo carbono poderiam trocar seus créditos com aquelas que teriam déficit, como ocorre hoje entre países. Assim, as pessoas poderiam escolher a maneira como desejam gastar seus créditos. Apesar da ideia ter potencial de frear em larga escala as emissões gerais, sua implantação apresenta muitas dúvidas e críticas. O controle individual de cada sujeito custaria muito caro para o governo e sua ineficácia poderia gerar um mercado negro, além disso o

racionamento por si só não exclui outras medidas e, provavelmente, os ricos teriam menos problemas que os pobres, já que sua condição econômica permite que tirem proveito de determinadas situações (GIDDENS, 2010).

Como o desafio de enfrentar esta questão é grande, até mesmo a geoengenharia foi tomada como possibilidade. A governança por meio da geoengenharia envolve muitos debates de cunho ético, pois inclui desenvolver tecnologias em grande escala para poder absorver o carbono da atmosfera e não alterar substancialmente os estilos de vida que se perpetuam hoje. Entre as propostas que envolvem essa manipulação climática estão o bombardeamento da atmosfera com aerossóis com enxofre, a fim de imitar uma nuvem vulcânica que desvie os raios solares e, conseqüentemente, diminua a temperatura; o cultivo de transgênicos que reflitam mais a luz solar; a fertilização massiva do oceano com ferro para absorver carbono; a alteração da química dos mares; o branqueamento de nuvens; entre outras ideias mirabolantes que podem acarretar danos e outros riscos não previstos.

As medidas relacionadas à mitigação, que são as "mudanças e substituições tecnológicas que reduzam o uso de recursos e as emissões por unidade de produção, bem como a implementação de medidas que reduzam as emissões de GEE e aumentem os sumidouros" (BRASIL, 2009), são muito mais discutidas e estão em nível mais avançado do que aquelas ligadas à adaptação. Elas são frequentemente associadas à eficiência energética e ao uso de equipamentos com baixa emissão de carbono.

Já a adaptação busca minimizar os impactos dos eventos extremos e da variabilidade climática, como ondas de calor, tempestades, secas e inundações. Segundo a mesma lei brasileira, a adaptação se refere às "iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima". Martins e Ferreira (2011) esboçaram um quadro comparativo que esclarece a diferença entre as duas formas macro de enfrentamento:

FIGURA 10 - CARACTERÍSTICAS GERAIS DA MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS MCs

Características	Mitigação	Adaptação
Foco	Integral	Sistemas específicos/ selecionados
Escala e efeito	Global	Do local para o regional
Duração	Longo prazo	Curto e médio prazo
Incerteza	Baixa	Maior
Benefícios secundários	Somente às vezes	Quase sempre
Responsabilidade	O responsável quase sempre paga (<i>polluters pay principle</i>)	O responsável quase nunca paga
Retorno a quem paga	Baixo	Alto
Monitoramento	Relativamente fácil (inventário de emissão de gases)	Complicado

FONTE: MARTINS; FERREIRA (2011), baseados em FÜSSEL; KLEIN (2006).

As ações de adaptação são extremamente dependentes dos contextos nas quais estão inseridas, sendo difíceis de serem pontuadas. Um exemplo consiste na própria conservação dos ecossistemas, que presta serviços ambientais (no caso específico das MCs há a absorção do gás carbônico) e ainda reduz mortes e perdas econômicas associadas aos eventos extremos. Investimentos em pesquisa, ações de reflorestamento, planejamento urbano que evite habitações em áreas de risco, assim como a gestão de desastres são algumas das medidas adaptativas que podem reduzir os impactos dos riscos climáticos.

Giddens (2010) ressalta que este termo, em certa medida, é enganoso, pois significa reagir às consequências das MCs depois que elas se concretizaram. No caso da adaptação às MCs, o sociólogo pontua que ela deve ser, sempre que possível, preventiva e antecipatória, e ainda faz uma distinção entre aquela adaptação pós-evento e a orientada para futuros possíveis, que ele denomina de adaptação proativa.

Para este autor, o foco deve ser sempre na adaptação proativa, embora a reativa possa ser necessária. Assim, a adaptação climática se torna uma versão do princípio de precaução, assunto que será debatido a seguir.

4.4 PRECAUÇÃO E RESPONSABILIDADES

A governança está relacionada com o princípio da precaução⁶³ e também com a perspectiva de responsabilidades compartilhadas. Se há incertezas a respeito dos efeitos das MCs, há necessidade de se precaver sobre eles. A precaução se difere da prevenção justamente pelo não conhecimento dos danos ou não certeza de sua ocorrência e alcance de impacto. Asselt e Renn (2011) mencionam a necessidade de envolver a precaução quando discorrem sobre a governança de risco, percebendo-a como uma estratégia cautelosa e flexível. Para os autores, a precaução implica a responsabilidade de alerta precoce e monitoramento, a fim de facilitar a pesquisa sistemática para novos perigos, não apenas para minimização dos riscos, mas, ao mesmo tempo, estimular a resiliência (ou diminuir as vulnerabilidades).

A adoção do princípio da precaução está intrinsecamente conectada com o imperativo da adaptação, que visa proteger a população dos impactos da mudança climática e da variabilidade natural do clima (MARTINS; FERREIRA, 2011). Tais medidas se antecipam às possíveis consequências climáticas de forma a evitar danos mais graves.

Se o aumento de emissões de GEE é apontado como causa do aceleração das mudanças do clima, todos que emitem têm parcela de contribuição no processo. Parcelas estas que variam de acordo com atividades, possibilidades e condições sociais, culturais e econômicas. O que não se pode dizer é que há alguém isento desta questão. O problema das alterações climáticas é público e diz respeito a cada indivíduo e a cada sociedade como um todo (CARVALHO, 2011).

Wolf e Moser (2011) afirmam que os indivíduos desempenham um papel importante na resposta às MCs, pois são eles que iniciam, inspiram, orientam e aprovam os cortes necessários para mitigação do problema, além de serem os desenvolvedores e aqueles que implementam as ações de adaptação. Estas autoras assinalam que já há importantes evidências na literatura sobre o fato de que o entendimento e a percepção dos sujeitos a respeito das MCs ajudam a formar suas respostas de enfrentamento, seja por meio de apoio e pressão às políticas do clima, seja pela mudança de comportamento.

Entretanto, cabe aqui ressaltar que a ênfase sobre a responsabilidade dos indivíduos pode ser vista como uma manobra política em face à dificuldade de ações conjuntas das instituições (PIDGEON; BUTLER, 2009). Como as decisões internacionais, governamentais

⁶³ O princípio da precaução foi proposto na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, representando uma garantia contra riscos potenciais que, de acordo com o estado atual da ciência e do conhecimento, ainda não podem ser identificados.

e empresariais demandam investimentos ou mudanças estruturais que alterem nas economias e acordos políticos, estas costumam exigir muito mais tempo e se deter nas complexidades e incertezas do processo, enquanto aos cidadãos faz pesar a responsabilidade de "cumprir com a sua parte". Ainda que haja preocupação com as MCs e as políticas de enfrentamento estejam ganhando espaço, Pidgeon e Butler (2009) registram que, nas sociedades capitalistas contemporâneas, os lucros são importantes para os governos, o que os faz buscar por medidas e ferramentas que sustentem esse objetivo. Dessa maneira, as políticas climáticas costumam estar cercadas por pensamentos oriundos da racionalidade liberal, que tendem a favorecer soluções tecnológicas e outras medidas que beneficiem o mercado.

A gestão ou governança dos riscos centrada nos indivíduos parece diminuir a responsabilidade que os governos têm no enfrentamento climático, permitindo que eles não se preocupem com rupturas no seu *modus operandi*, alinhado com o crescimento econômico e não propriamente com o sentido amplo de desenvolvimento. Na verdade, as forças devem convergir para se preparar para os riscos climáticos e diminuí-los: dos sujeitos às cúpulas internacionais, os esforços devem ser para evitar as previsões de catástrofes já anunciadas. Mais do que mudanças de comportamento individuais, os cidadãos precisam pressionar os políticos e demais esferas de decisão para gerirem com mais cautela e seriedade o problema climático.

Ainda sobre as responsabilidades, agora em um plano mais abrangente, a discussão sempre presente nas negociações do clima se fixa sobre a perspectiva de que os países já desenvolvidos devem assumir uma responsabilidade maior em virtude de suas emissões ao longo da história. Essa disputa de quem é mais ou menos responsável emperra medidas mais audaciosas, já que o esforço de alguns para a redução de GEE (os desenvolvidos) é distribuído para todos (os que continuam a contribuir com o aceleração das MCs justificados pelo seu "direito histórico de poluir", defendido hoje pelo Brasil nas negociações internacionais).

Veiga (2013), ao contrário da maioria dos acadêmicos brasileiros, endossa o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Para ele, do ponto de vista ético, as responsabilidades deveriam ser proporcionais às emissões oriundas do consumo de cada país, combinadas às diferentes capacidades para que ocorra uma transição da economia atual para outra, de baixo carbono. O argumento leva em conta tanto a urgência para frear as emissões, quanto o fato de hoje se ter consciência dos resultados trazidos pela emissão de GEE, o que historicamente não se tinha.

Como se admite que todos, em diferentes níveis e proporções, contribuem para o problema das MCs, e que a ação de mitigação não deve esperar, tendo em visto os alertas e informes do IPCC e do PBMC, apoia-se a perspectiva de Veiga sobre a responsabilidade dos

países. Se o Brasil (e demais países em desenvolvimento) não se colocar como corresponsável do problema e começar a agir agora (independentemente de seu crédito histórico de não emissões), a noção de precaução perde o sentido.

A ação de enfrentamento se faz imperativa, mas com conhecimento de que há medidas cogitadas para frear as MCs que possuem consequências desconhecidas e que, porventura, podem ser piores do que o quadro atual. O princípio da precaução objetiva garantir que riscos potenciais não sejam desencadeados, já que o estado de conhecimento a respeito deles é ainda incipiente. Este princípio moral e político afirma que na ausência da certeza científica, a existência de um risco de um dano sério ou irreversível requer a implementação de medidas que possam prever este dano.

Contudo, essa relutância em avançar para soluções com efeitos não conhecidos também freia, até certo ponto, o desenvolvimento de inovações que poderiam solucionar problemas. Souza Porto (2012, p.87) afirma que "[...] na prática, o princípio da precaução tende a provocar uma radical redução na velocidade de inovação e difusão das tecnologias enquadradas como passíveis de sua aplicação". Há argumentos, porém, que mostram que este efeito não ocorre quando há domínio de uma racionalidade que produz riscos calcada no otimismo tecnológico, algo muito presente no sistema de desenvolvimento vigente hoje. Se não existe preocupação com os resultados futuros ou se há a crença de que os males gerados hoje serão sanados com o avanço da ciência que (certamente?) estará por vir, a precaução torna-se desnecessária ou tida como um obstáculo ao progresso da sociedade.

Reconhece-se, assim, que o princípio da precaução é controverso. Grupos com interesses diferentes tomam a ideia para defender ou atacar posicionamentos. De um lado, ele é usado como justificativa para manter o *status quo* ou ainda avançar em medidas protecionistas. Do lado oposto, este princípio é acusado de barrar o desenvolvimento da ciência.

Como a ciência depende de um longo prazo para avaliar danos e riscos, e inclusive a efetividade das medidas de precaução, muitas decisões são e devem ser tomadas sem evidências ou comprovações, o que faz com que políticos negociem a partir de previsões e estimativas de análise que tentam avaliar os custos e benefícios de cada matéria. Mas esta avaliação é positiva para quem? Há muitos interesses particulares, de segmentos, grupos ou países, que são privilegiados em tais arenas em detrimento da saúde, ambiente e bem-estar dos cidadãos.

Neste texto, advoga-se a ideia da precaução como um princípio moral e também uma atitude comportamental que deve servir de parâmetro tanto para o exercício da governança climática, quanto da prática da comunicação das MCs e seus riscos, especialmente no jornalismo. Assume-se que o princípio pode, em determinados momentos, retardar ou evitar

que invenções sejam bem-sucedidas, ao mesmo tempo em que esta postura pode impedir que problemas maiores – e até irreversíveis – sejam criados.

4.5 A GOVERNANÇA "DE BAIXO PARA CIMA" E O JORNALISMO LOCAL

Pesquisadores das alterações climáticas concordam que a tendência é que se utilizem cidades e municípios como arenas fundamentais de governança, tendo em vista a valorização da escala local. Dessa forma, as MCs tornam-se também problemas urbanos, entrecruzados com outros âmbitos e questões ambientais. Por sua vez, os governos locais precisam ser mais responsáveis e capacitados para mobilizar a população. Este empoderamento local permitiria uma gestão mais eficiente e direta da infraestrutura urbana, serviços essenciais e regulação e controle de ações, contudo não se pode esperar que os níveis locais resolvam o problema sozinhos (MARTINS; FERREIRA, 2011).

Quando se enfatiza aqui o papel do poder local, atenta-se para a escala onde os efeitos das MCs se materializam e onde os cidadãos conseguem realmente perceber o alcance da mudança do clima. Os relatórios do IPCC (2007; 2013) já expuseram que os modos de vida atrelados à urbanização são um dos principais fatores das mudanças ambientais e climáticas em curso. Afinal, nas cidades se concentram uma série de atividades que são fontes de emissões de GEE, como transporte, consumo energético e produção industrial, e onde, em razão do grande número de pessoas e da ocupação desordenada, há mais vulnerabilidades diante do problema das MCs.

Esta conclusão – de que as cidades devem ser observadas como ponto de partida para a governança climática –, todavia, não merece a atenção que deveria. No Brasil, a própria dinâmica do clima das cidades e suas vulnerabilidades são poucos conhecidas, o que limita o conhecimento para o enfrentamento da questão (DI GIULIO; VASCONCELLOS, 2014). Também estudos que atrelem as Ciências Sociais à perspectiva do risco são ínfimos e precisam ser mais fomentados a fim de ampliar o espaço da governança nos termos expostos aqui.

Além disso, já foi visto que a percepção pública do risco e sua possível ação de enfrentamento possuem alguma relação com o grau de proximidade no cotidiano do sujeito. Logo, o olhar para o local é fundamental, mas precisa ser coordenado com os demais níveis. Seja pelo ponto de vista financeiro, seja pela óptica da formulação de políticas públicas, o local deve estar em relação e sintonia com os níveis estaduais, nacionais e internacionais (MARTINS; FERREIRA, 2011).

Embora a escala local esteja mais propensa ao envolvimento da população com a problemática climática, tendo em vista a possibilidade de concretização e sensação dos seus efeitos no cotidiano das pessoas, ressalta-se que esta, por si só, não significa mais predisposição para o enfrentamento. É preciso que movimentos a favor do esclarecimento e da participação sejam feitos. Para provocar o engajamento público não basta que o problema esteja acontecendo na minha cidade. O acesso à informação qualificada, a oportunidade de diálogo e os espaços de discussão devem ser fomentados a fim de conscientizar e tocar os sujeitos sobre o valor de sua mobilização.

Nesse sentido, outra questão que se impõe é a própria definição de participação pública. Atualmente existem mecanismos legais que preveem a obrigatoriedade de participação dos cidadãos quando da realização de empreendimentos ou ações que alterem o ambiente, porém, na prática, estes instrumentos de participação popular têm pouca ou nenhuma relevância no processo final de decisão. A divulgação desses espaços é restrita, visto que nem sempre a população mais interessada é motivada ou chamada para dialogar ou debater os argumentos expostos pela outra parte. O acesso às informações (impactos, limitações, benefícios, etc.) é dificultado, seja por conta de interesses específicos, seja pela própria linguagem técnica que abunda em tais documentos.

Mesmo quando há sujeitos bem informados e dispostos a debater as questões em audiências públicas ou outras arenas de (suposta) negociação, muitas vezes não há abertura para trocas, sendo que os questionamentos e posicionamentos da população pouco ou nada intervêm na proposta inicial, que dali seguirá adiante. Felt e Folcher (2010) são críticos em relação ao discurso da "virada participativa", que costuma estar relacionado à governança, afirmando que a institucionalização de certas práticas de engajamento apenas representa uma imagem de processo democrático – já que o acesso é seletivo e as regras estabelecidas estão intimamente interligadas com relações de poder dominantes naquele contexto social e político. Nem todas as experiências conseguem ou pretendem transformar o discurso da participação em uma experiência prática compatível. Assim, estes mecanismos de participação costumam ter impacto limitado nos processos políticos (CARVALHO, 2010).

No Brasil, muitos processos de participação seguem sendo protocolares, apenas para cumprir as exigências legais, ignorando o saber e as posições das populações que serão afetadas pela implantação de dada ação. Tal situação decorre, em parte, da própria falta de conhecimento das pessoas sobre seus direitos e deveres como cidadão. Por outro lado, em muitos casos, há desinteresse das organizações que se beneficiarão do empreendimento em assegurar esclarecimentos e debate, já que podem atrapalhar seus planos.

Este distanciamento entre a teoria e a prática no que tange a políticas de participação pública não ocorre somente nos países de democracia recente ou com déficit de educação. Schmidt, Gomes e Mourato (2013) relatam que em Portugal os procedimentos de discussão e consulta pública foram instituídos desde o começo dos anos 1990 e que, há pouco tempo, estratégias políticas buscam aprofundar processos de governança efetivos, abarcando diferentes grupos e níveis de atuação, entretanto o envolvimento continua sendo um dos pontos fracos e as decisões tendem a ser tomadas "de cima para baixo".

Jacobi (2012) aponta que somente com conhecimento poderão ocorrer mudanças culturais e de comportamento que assegurem uma cidadania efetiva, ou seja, apenas com cidadãos mais conscientes e atuantes se poderá ter a possibilidade de um desenvolvimento social mais pleno, que seja redutor de desigualdades. Nesse panorama, o jornalismo pode ser visto como agente de governança, desencadeando ações que originem modificações de comportamento frente ao cenário de afetações climáticas.

Se pensarmos que a informação e a forma como ela é repassada pelos públicos interfere, em alguma medida, nas percepções de risco dos sujeitos e é a partir delas que haverá ou não pressão política e ações para reversão dos quadros de problemas, é possível relacionar os termos-chave desta pesquisa: comunicação, percepção e governança das MCs. O apoio público às políticas climáticas será muito influenciado pela própria percepção dos riscos e perigos representados pelas MCs, que exercem papel fundamental no enfrentamento do problema, tendo em vista que constroem ou pressionam tomadores de decisão (LEISEROWITZ, 2005).

Aqui vale repensar a ideia dos fluxos. Sabe-se que o modelo "de cima para baixo" é o que domina hoje os movimentos de governança. Este fluxo fica evidente nas arenas internacionais e nacionais, onde a amplitude da questão faz com que representantes de Estado e diplomatas, no primeiro caso, e governadores, no segundo, negociem formas de contribuir para diminuir o problema. No entanto, nas esferas mais próximas aos cidadãos (regional e local) esse fluxo também ocorre, já que não está atrelado à escala, e sim a uma perspectiva de compreensão do que é governança. Incluir a população, empoderá-la para a discussão e construir respostas coletivas demanda abertura política, transparência, energia e tempo, um exercício democrático que poucos estão dispostos a fazer, ainda mais se considerarmos o emaranhado de práticas ilícitas que permeia o sistema de decisões políticas brasileiro.

Este fluxo poderia ser mais eficaz e efetivo, caso as propostas que fossem assumidas pelas instâncias superiores partissem de consultas e/ou experiências com as populações e levassem em conta as especificidades de cada contexto. Esta é uma prática que é realizada com alguma frequência, embora com públicos muito particulares, como empresários do

mercado de carbono ou ONGs que atuam na problemática envolvida. Como parte-se da premissa de que as MCs são um problema global, no qual todos possuem parcelas de responsabilidade e possibilidades reais de afetação, estas requerem maior participação pública e engajamento para seu enfrentamento.

Os modelos de governança "de baixo para cima" (*bottom-up*), alicerçados em mecanismos de participação efetiva e envolvimento dos atores locais atrelados à problemática, são articulações fortes que podem fazer a diferença quando se debate mitigação e adaptação. Ainda que estes modelos não sejam prioridade na maioria dos países, considerando a relevância das arenas onde os impactos são realmente sentidos, os processos "de baixo para cima" tendem a ganhar força na gestão dos riscos climáticos e na construção de políticas públicas, promovidas de forma participativa. Guivant (2005) também sublinha o envolvimento cidadão, ou seja, o compromisso com as decisões políticas como uma componente central das novas formas de governança.

Pontua-se, assim, que a participação à qual se refere neste trabalho ultrapassa o cumprimento de uma formalização legal, sendo sinônimo de envolvimento e de engajamento público. Também vai além do acesso aos espaços de discussão, abarcando a promoção de mudanças, de atitudes e comportamentos que envolvem questões coletivas. Concorde-se com a diferenciação feita por Wolf e Moser (2011), na qual a *compreensão* significa a aquisição e emprego correto e atual do conhecimento sobre as MCs, a *percepção* se refere às visões de mundo e interpretações baseadas em crenças e entendimento do assunto, e o *engajamento* é um estado de conexão pessoal que abarca a cognição afetiva e/ou a dimensão comportamental.

Quando se traça a relação com o jornalismo local, novamente a questão da escala deve ser acentuada. O fato de a prática jornalística estar atenta para a escala local não significa, automaticamente, uma disposição para um fluxo "de baixo para cima". Há muito jornalismo dedicado ao local que apenas divulga e legitima as decisões impostas à população pelo fluxo hegemônico. O jornalismo local, pela possibilidade de estar mais próximo à população, que é seu público-alvo (em comparação a um jornal regional ou nacional), é o canal ideal para a promoção de vozes e pautas que contribuam para uma governança em sentido contra-hegemônico.

Seus objetivos, conectados às informações que interferem diretamente no dia a dia dos sujeitos, proporcionam que o público se identifique e se envolva mais facilmente com tais problemas – o que é mais difícil e complexo quando os fatos relatados se reportam a uma realidade distante. Já foi comprovado que questões locais não só são mais visíveis para as pessoas, como também representam mais oportunidades para sua efetiva ação em relação a estas (LORENZONI; NICHOLSON-COLE; WHITMARSH, 2007).

O problema neste ponto é que estudos mostram que raramente ações para o enfrentamento das MCs de cunho local, regional ou nacional aparecem na mídia (CARVALHO, 2009). A política internacional que versa sobre o tema costuma dominar as coberturas na imprensa, como já constatado em análises de diversos países (BROSSARD; SHANAHAN; MCCOMAS, 2004; CARVALHO, 2011). Esta abordagem faz com que haja uma desconexão entre as consequências das MCs e as fontes específicas de emissões de GEE, ou seja, um rompimento entre as escalas global e local.

Por outro lado, pesquisas revelam que a influência da mídia é maior quando as pessoas não têm real contato com o fato. Nesse caso, os discursos mediados perdem força diante daquilo que é vivido ou constatado a partir de círculos de amigos e da família. Como as consequências das MCs são difíceis de mensurar, ainda que haja pressupostos de relação com eventos e variações climáticas nos últimos anos, a questão climática permanece, para grande parte das pessoas, um assunto para o futuro, no qual as incertezas impedem a compreensão de causa-consequência. Desse modo, sem ter clareza de que os problemas sentidos na pele (como inundações e secas prolongadas) podem ter relação com esse fenômeno amplo e global, a avaliação de tais resultados é disseminada para outros campos, como a falta de planejamento político e o desperdício da água. O fato de as MCs serem intangíveis também contribui para que a mediação jornalística tenha forte alcance.

De todo modo, estudos, como o de Carvalho (2010), reforçam que as mídias possuem forte influência nas percepções das pessoas a respeito do distante e discreto problema das MCs, pois os discursos científicos e os debates políticos mediados pela imprensa são, às vezes, a única fonte de informação para a maioria dos cidadãos. Sem a cobertura dos meios de comunicação, dificilmente determinadas questões chegariam à arena de discussão pública (HANNIGAN, 1995). Di Giulio e Vasconcellos (2014, p.53) assinalam ainda que:

Se as informações são apresentadas de forma a encorajar o público a imaginar cenários e aumentar sua capacidade de memória, a mídia pode ajudar a trazer os riscos para mais próximo das pessoas, colaborando para que os problemas deixem de ser apenas condições vigentes, com as quais a humanidade tem de conviver, para se tornarem assuntos que demandam atenção pública e devem ser condicionantes na elaboração de políticas.

Assim, a imprensa, especialmente a local, tem o potencial de promover o engajamento dos cidadãos a partir da visibilidade que proporciona às questões climáticas (intensificada pela frequência e tipo de destaque que recebe pelo jornal) e a partir dos enquadramentos escolhidos para tratar do tema (que podem ser positivos de forma a desencadear ações de enfrentamento).

Isto, entretanto, pode acarretar efeitos contrários se a precaução não for respeitada e o sensacionalismo prevalecer. A forma de enquadrar dado assunto poder gerar tantos prejuízos quanto a escolha pela omissão de dados riscos.

Di Giulio, Pereira e Figueiredo (2008), em estudo que fizeram sobre a cobertura dos riscos de contaminação de chumbo em Adrianópolis (PR) e as percepções de risco de diferentes atores envolvidos (jornalistas, ex-funcionários da empresa responsável por tais riscos, autoridades e funcionários públicos, pesquisadores e moradores), concluíram que a mídia, além de moldar a percepção de risco, contribuiu, neste caso, para a estigmatização de pessoas, lugares e produtos, atuando no processo de amplificação social do risco.

[...] a divulgação moldou as percepções de risco das pessoas, influenciou na promoção de um clima de medo e alarme na cidade e colaborou para o aumento das crenças e mitos que envolvem termos como contaminação, chumbo e intoxicação, reforçando o estigma criado em torno das pessoas e do local. Ainda que o município tenha conseguido escapar do rótulo 'Cidade do Chumbo', seus moradores ainda enfrentam problemas relacionados ao evento e temem participar de pesquisas futuras e conceder entrevistas aos veículos de comunicação. (DI GIULIO; PEREIRA; FIGUEIREDO, 2008, p.310).

A partir disso, enfatiza-se a responsabilidade que a imprensa deve ter na realização de seu trabalho que, além de um produto à venda, desempenha uma função social. Apesar dos problemas causados pela divulgação precipitada e alarmista gerados pela imprensa no caso de Adrianópolis, os autores salientam que houve um lado positivo: os moradores puderam ter uma melhor percepção e consciência sobre o problema e instituições governamentais prestaram assistência a algumas famílias e providenciaram um aterro para os resíduos industriais, que estavam até então expostos (DI GIULIO; PEREIRA; FIGUEIREDO, 2008).

É pertinente lembrar também que os efeitos da globalização também chegaram à imprensa local. Nielsen (2015) aponta que, ao contrário de alguns anos atrás (antes dos anos 1990), hoje as populações estão inseridas em um local, mas não estão restritas a ele – as delimitações sociais, culturais e econômicas extrapolam os contornos de um espaço local, diminuindo o interesse por aquilo que está circunscrito apenas a esta dimensão. Não somente pela internet – que proporciona lazer e trabalho em um espaço desterritorializado –, mas em razão da facilidade de deslocamento e intensificação da fragmentação das identidades. Se antes a mídia local desempenhava papel central na integração da comunidade, na prestação de contas e no fortalecimento do engajamento cívico e político localizado, hoje esses valores se expandiram para outras escalas até em razão de outros modos de vida, típicos do mundo contemporâneo.

Historicamente, os jornais locais desempenharam importante papel para a discussão e promoção de ações da comunidade, porém hoje estão sofrendo pressões econômicas e sentindo a necessidade de reinventar ou justificar sua existência. É claro que este cenário apresenta variações nas diferentes partes do mundo – há exemplos que demonstram a renovação do enfoque local e outros seu completo declínio; há aqueles com interfaces mais fortes com a comunidade e outros mais voltados para o cenário globalizado. O que Nielsen (2015) deixa claro é que há mudanças em curso, decorrentes dos novos ambiente de mídia, que têm afetado a forma de fazer jornalismo diário. A internet mostra-se como um caminho possível para essa cobertura local, mas que ainda está em construção. Mesmo considerando-se as críticas do tipo de jornalismo produzido na esfera local – superficial e, às vezes, bastante distante da vida comunitária –, é neste espaço que se dá mais evidência às relações das pessoas com o lugar no qual habitam, trazendo possibilidades para uma articulação crítica entre o sujeito e a coletividade mais próxima do seu entorno.

Este foco nos laços comuns de sujeitos de um mesmo lugar encontra respaldo na perspectiva de culturas cívicas desenvolvida por Dahlgren (2009). Para este autor, o desenvolvimento dos cidadãos e sua motivação para participação social dependem da interação de seis componentes, que interagem em um circuito dinâmico: conhecimento, valores, confiança, espaços, práticas e identidades, sendo que a mídia interfere – mesmo que de forma não exclusiva – na constituição e manutenção destes aspectos. Dahlgren (2009) argumenta que as culturas fornecem orientações, assim como recursos, para a vida coletiva, de modo que aspectos identitários, relacionados à ideia de pertencimento, estão intimamente vinculados com o envolvimento cívico e/ou político.

Nesse ponto, o quadro teórico da percepção de risco acionado na pesquisa é retomado para dar ênfase aos fatores subjetivos e contextuais, ligados à cultura, que determinam ou não a preocupação e ação das pessoas face a determinado perigo. Da mesma forma que as diferenças culturais são importantes, nos estudos de percepção do risco, para entender por que alguns ignoram e outros assumem o risco, o modelo analítico de Dahlgren (2009) para compreensão do engajamento político também reforça a combinação de diversos elementos que induzem a uma menor ou maior participação cívica, segundo as culturas cívicas com as quais os sujeitos têm contato.

4.6 ENGAJAMENTO PÚBLICO

O que faz com que uma pessoa se mobilize por uma causa? O que é capaz de engajar um sujeito? Estas são questões críticas para as Ciências Sociais, que envolvem uma série de atributos e fatores não necessariamente iguais para cada pessoa. O contexto cultural, a educação, as experiências, as motivações e os interesses de vida são alguns pontos que se mesclam quando se busca uma resposta sobre como engajar a população.

O acesso à informação qualificada é um primeiro passo. Ninguém se mobiliza por algo que desconhece ou sabe pouco. Mas, e depois? O conhecimento por si só não acarreta ações, mudanças de comportamentos. Desvendar as nuances que suscitam a conscientização e, mais ainda, o engajamento, é tarefa que não se sabe se poderá ser cumprida. Esses processos derivam de variáveis muito particulares, como ideologias ou visões de mundo.

Lorenzoni, Nicholson-Cole e Whitmarsh (2007), a partir de três estudos que envolvem engajamento com as MCs, listaram algumas barreiras sociais e individuais, que, embora apresentem especificidades, estão interligadas e afetam o envolvimento e a ação. Tais barreiras variam de pessoa para pessoa e muitas vezes se sobrepõem. As autoras atestam que o grau de envolvimento de cada sujeito possui íntima relação com seus valores, experiências e estilos de vida que, por sua vez, estão atrelados a uma dada conjuntura social. Sendo assim, as várias barreiras que podem impedir o engajamento podem ser classificadas como individuais e sociais.

As chamadas barreiras individuais incluem, dentre outros fatores, a falta de conhecimento sobre causas, impactos e soluções das MCs; a confusão sobre informações conflitantes e/ou que contêm incertezas; a desconfiança das fontes de informação; o fato de as MCs serem percebidas como uma ameaça a distância; a relutância em mudar o estilo de vida; o fatalismo; e a mistura do tema com outros temas ambientais. Já as barreiras sociais estão divididas em: desencantamento e desestímulo pela falta de ação de governos e empresas, nas diferentes escalas; dificuldade em viabilizar iniciativas (relacionadas à ausência de infraestrutura disponibilizada pelo governo); pressão das normas sociais (alimentada pela ideia de que para ser é preciso ter, preponderante nas sociedades de consumo); e efeito *free rider*, associado à relação parasitária citada por Giddens (2010).

Os dois tipos de barreiras apresentam vestígios de negação, isto é, expõem subterfúgios que justificam o não fazer nada. Tais estratégias amenizam a culpa por não fazerem nada e ajudam a controlar a ansiedade diante da ameaça. Pode-se reconhecer isto quando se culpabiliza o outro, quando há negação de sua responsabilidade, quando se alega ignorância, quando se espera que as soluções tecnológicas resolvam tudo, quando se afirma que as MCs vão ocorrer

de qualquer maneira, quando se encontram assuntos ditos mais importantes, dentre outras respostas (LORENZONI; NICHOLSON-COLE; WITHMARSH, 2007).

Moser (2010), em análise sobre o que envolve a comunicação das MCs, discute também obstáculos que dificultam o engajamento das pessoas. Alguns deles já foram citados neste trabalho, como a invisibilidade das causas, a falta da experiência direta com os impactos, a complexidade e a incerteza que envolvem a questão, e o autointeresse em manter o *status quo*, seja por intenções econômicas ou mesmo inconscientemente, a fim de manter um certo padrão de conforto. Além disso, a autora destaca a falta de gratificação em relação à ação de mitigação, os sinais insuficientes para gerar um alerta precoce que motive atitudes de precaução e a descrença que o ser humano pode mesmo interferir em âmbito global.

Para superar estas barreiras, Lorenzoni, Nicholson-Cole e Whitmarsh (2007) propõem, em primeiro lugar, a disponibilização de informações básicas sobre MCs, comunicada por canais percebidos como credíveis, de maneira responsável e frequente. A contextualização precisa estar presente, assim como a aproximação dos públicos com questões tangíveis e soluções viáveis. Esse processo poderia incluir ainda a adaptação de técnicas de *marketing* para criar consciência sobre a questão. Já Moser (2010) discorre sobre três diferentes esforços (ou momentos) da comunicação das MCs, que deveriam ser feitos a longo prazo, a fim de ter um alcance significativo: o de informar e educar as pessoas sobre a problemática das MCs, o de buscar envolvê-las para que exerçam sua cidadania, e o de promoção para que haja mudanças individuais (algo além das pressões políticas), que se estenderiam para a transformação de normas, valores e ideias do próprio contexto cultural.

Apesar da informação de qualidade ser reiteradamente posta como a chave para desencadear o processo de engajamento e os meios de comunicação, em razão de seu alcance e legitimidade, serem mencionados como articuladores indispensáveis do processo, há muitas lacunas e particularidades nesta relação. Carvalho (2010) alerta que os estudos empíricos sobre mídia e engajamento trazem resultados ambíguos: enquanto alguns a percebem como eixo de mobilização social, outros a veem como produtora de apatia e distanciamento com a comunidade, promovendo desengajamento; outros explicam as diferenças comportamentais de acordo com os conteúdos consumidos (novelas, noticiários, documentários, programas de entretenimento, etc.).

Mesmo sem entender exatamente de que forma a imprensa pode atuar em prol da governança climática, a arena midiática continua sendo um aspecto fundamental para a percepção e conhecimento a respeito das MCs, que estão no princípio do processo de engajamento.

As pessoas ficam mais propensas a pensar e agir sobre algo que está na agenda pública e, ao mesmo tempo, está próximo do seu cotidiano – o que é característico do jornalismo local.

Outros tipos de jornalismo cumprem outras funções, mas a vocação de se noticiar as questões locais é o que nutre o sentimento de pertencimento, o cuidado das pessoas pelo lugar. Estudos mostram que os picos de cobertura sobre MCs ocorrem nas cúpulas e encontros internacionais (por exemplo, SAMPEI; AOYAGI-USUI, 2009), ao passo que medidas e estudos nacionais ou locais recebem pouca atenção da imprensa (CARVALHO, 2010). Esse fenômeno afasta a questão do cotidiano das pessoas. Também a falta de conexão com o problema global com suas causas e consequências derivadas do âmbito local ajudam a afastar a questão. A ideia de que as MCs são um fenômeno global retrata algo tão maior que o indivíduo e sua ação, que os cidadãos se veem impotentes e passam a atribuir a responsabilidade aos líderes políticos. Muitas pesquisas neste sentido, como a de Lorenzoni, Nicholson-Cole e Whitmarsh (2007), ratificam que os sujeitos tendem a responsabilizar os governos pelas MCs.

A desilusão generalizada com a política democrática, o alarmismo midiático e a magnitude das MCs, em termos espaciais e temporais, são outros elementos citados por Carvalho (2010) que podem dificultar ou reforçar a falta de envolvimento das pessoas com a questão climática. Esta conjuntura, onde há diferentes variáveis – midiáticas, políticas, econômicas e científicas –, favorece o desencantamento com os processos decisórios participativos e a ideia de que o indivíduo, ao fazer sua parte, pode minimizar o problema.

No caso específico das MCs, verifica-se que o engajamento público está bastante distante da política. Ockwell, Whitmarsh e O'Neill (2009) apontam que, em uma pesquisa feita no Reino Unido, menos de um terço dos entrevistados acreditam que, caso se envolvam nesta arena, poderão mudar algo. A desconfiança com relação aos governantes pode ser uma das razões para a desmotivação. Os autores expõem que, embora as pesquisas feitas no país revelem conhecimento da população sobre as mudanças do clima e maneiras de mitigar seus efeitos, a disposição para alteração de comportamento envolve uma série de fatores.

Para estes autores, forçar, por meio de intervenções regulatórias, os cidadãos a agirem de forma pró-ambientais representa políticas "de cima para baixo", que, como qualquer imposição, atingem o público de forma circunstancial. Enquanto existir a regulação, poderá haver uma redução de emissões, mas se, algum dia, ela deixar de existir, as pessoas podem voltar ao seu antigo comportamento, pois não houve uma sensibilização sobre a questão. Ockwell, Whitmarsh e O'Neill (2009) lembram ainda que há comportamentos que não podem ser medidos tão facilmente (como o hábito de desligar a luz) e que a regulamentação pode reduzir os estímulos intrínsecos das pessoas, já que estes não serão valorados da mesma

forma. Aqui também se sente a tensão entre uma medida "de cima para baixo" em relação à necessidade de um envolvimento dos cidadãos e da valorização de ações "de baixo para cima".

Corner, Markowitz e Pidgeon (2014), ao se debruçarem sobre a relação entre valores e a intenção de engajamento público com as MCs, indicam que, em nível geral, as populações dos países mais vulneráveis são aquelas mais preocupadas, e que nações ocidentais mais coletivistas tendem a ser mais propensas ao pensamento ambiental do que aquelas marcadas pelo individualismo, a exemplo dos Estados Unidos. Apesar das diferenças culturais, as tendências de engajamento estão sempre relacionadas a valores. Até mesmo a aceitação de medidas de mitigação e adaptação se dá por meio da valoração que as pessoas fazem: tal restrição ou imposto implica em resguardar algo pelo qual tenho apreço? É justamente por isso que estudiosos acreditam que a comunicação dos riscos climáticos pode ser melhor quando considerados os valores de cada grupo receptor (se forem empresários, o argumento econômico terá mais valor; se forem ambientalistas, a defesa da biodiversidade terá mais peso).

Isso foi observado nas campanhas sobre as MCs, encabeçadas por grandes ONGs, em que houve uma polarização do público em razão da ativação de valores autotranscendentes (que enquadra o problema como uma questão de justiça social, bem-estar animal ou desigualdade de consumo, utilizando imagens de ursos polares enclausurados, a retórica sobre "salvar o planeta" e as mensagens vinculadas ao medo e à culpa associada ao consumismo humano). Aqueles que se identificavam com esses valores eram mobilizados, mas outros, que não achavam que o consumo era causa dos problemas e sim uma forma de melhor viver, compreendiam as mensagens das MCs como ataques implícitos (CORNER; MARKOWITZ; PIDGEON, 2014). Isso demonstra como públicos diferentes podem ter reações até mesmo opostas com as mesmas mensagens, o que reforça a ideia do uso de estratégias de comunicação específicas a partir das características, contextos e visões de mundo de cada grupo.

Wolf e Moser analisaram uma série de estudos – qualitativos e de pequena escala – a respeito das MCs que tratavam dos entendimentos, percepções e formas de engajamento de pessoas de diferentes contextos e países, delineando uma vasta variabilidade e até mesmo contradições entre os resultados apresentados. Geralmente os estudos nesta área se estruturam em escala nacional e são analisados de forma quantitativa, sugerindo resultados generalizados (como o fato de as MCs serem tidas como um problema distante das pessoas ou como um problema do futuro). Tais pesquisas revelam que a consciência adquirida sobre o problema é ainda limitada para avançar em mudanças que envolvam soluções.

É por isso que, para ter respostas eficazes às MCs, estudos mais profundos e específicos (em escalas menores) devem ser feitos. As diferenças culturais devem ser levadas em conta, tanto dentro de um país como entre um e outro. Segmentos e grupos de um mesmo local podem ter percepções muito divergentes, necessitando de comunicações direcionadas para buscar a mobilização que é preciso. Wolf e Moser (2011) concluíram que, além de ser preciso refinar os conhecimentos sobre compreensão e engajamento públicos, é preciso aceitar que nenhuma teoria poderá explicar a variação da experiência com as MCs e as ações em resposta a esta.

O engajamento dos sujeitos depende de uma compreensão que vá além do conhecimento (OCKWELL; WHITMARSH; O'NEILL, 2009). Para motivar e sustentar esta ação, narrativas e construções simbólicas que toquem os sujeitos e interajam com seu cotidiano podem ser mecanismos positivos desencadeados pelo jornalismo. O contexto e as visões de mundo de cada um interferem drasticamente na forma pela qual o sujeito se sensibiliza (ou não) com os problemas. É a partir disso que serão determinadas quais atitudes serão empregadas para enfrentar o problema climático.

Entre os achados de Wolf e Moser (2011) é válido trazer o fato de que hoje, em razão da maioria da população viver nas cidades, em ambientes bastante artificializados, a experiência das mudanças no ambiente são completamente mediadas pelos veículos de comunicação, ao contrário das populações rurais e tradicionais, que, por dependerem do trabalho diário com a natureza, possuem uma vivência direta com essas transformações. Estes modos de vida geram percepções e compreensões distintas, o que interfere diretamente na resposta e forma de engajamento de cada um.

A forma de enquadrar o assunto também é ressaltada, sendo um processo que também articula níveis de responsabilização diferente – algo intrinsecamente relacionada com o engajamento. Se as MCs são enquadradas unicamente como um assunto científico, os sujeitos que não pertencem a esse campo sentem-se muito pouco responsáveis, pois a mensagem não é endereçada ou vinculada a um público mais amplo; se o viés do assunto for cercado pela resposta da inovação tecnológica, aqueles que não participam de sua construção ou não podem adquiri-la também não se sentirão parte da questão; de outro modo, se o enquadramento for a partir da relação homem-natureza, aqueles com uma aproximação ambiental poderão ser afetados, mas outros não (WOLF; MOSER, 2011). Em suma, diferentes formas de falar sobre o assunto, repercutem de formas diversas sobre um público amplo. O esforço de direcionar a comunicação das MCs para públicos específicos tem como objetivo minimizar essas disparidades.

Outro ponto da síntese das autoras remete à fé e às crenças das pessoas. Em muitos lugares, inclusive nas sociedades que foram ocidentalizadas, há pessoas que percebem os eventos extremos, decorrentes das MCs, como "atos de Deus", por exemplo. Isso deve ser levado em conta quando se traçam estratégias para a comunicação e possível engajamento para as MCs, afinal, como aponta Gregersen (2003), no cotidiano não há contornos rígidos entre o que é social, natural ou mesmo religioso. As pessoas estão imersas em um conjunto de interações sociais, com diferentes atores e pressupostos, que colidem e/ou se aglutinam, desempenhando papel formativo cultural (GREGERSEN, 2003).

Os trabalhos analisados por Wolf e Moser (2011) demonstram que, em relação à compreensão individual sobre a questão, esta é ainda limitada (talvez pela lacuna na educação científica, distanciamento das questões da natureza, direcionamento dos filtros culturais ou crenças que vão em oposição a este esclarecimento); as percepções sobre as MCs são fortemente contextualizadas e englobam outros assuntos, não necessariamente ambientais, e são formadas a partir da comunicação (as imagens e narrações podem ajudar a aumentar o conhecimento e a preocupação sobre o tema, se sentimentos negativos, como medo, culpa e desesperança, não forem preponderantes); e o engajamento ainda sofre com a assimetria entre as intenções e as ações de enfrentamento. As pesquisas mostram que a evocação de sentimentos negativos é mais propensa a desestimular os sujeitos, enquanto a inclusão dos positivos tende a inspirá-los e motivá-los. Também há limitadas evidências de que os indivíduos que são ecologicamente preocupados são mais ativamente engajados, já que ainda lutam para que a teoria se torne prática – mesmo aquelas pessoas que se identificam com as causas ambientais sentem dificuldade em mudar suas vidas para, de fato, reduzir as emissões de GEE.

Contudo, se engajar envolve tantas complexidades, como aumentar o número de pessoas dispostas a agir para enfrentar as MCs? Mais do que estimular os cidadãos pela via econômica (com taxações e incentivos), há valores e atitudes que promovem, por exemplo, aproximação com a comunidade e a natureza, contribuindo para mudanças de comportamento que partem do indivíduo, ou seja, "de baixo para cima". Este movimento de base, entretanto, é bastante específico.

Tendo em vista o distanciamento entre os dois principais fluxos, Ockwell, Whitmarsh e O'Neill (2009) demarcam uma abordagem que busca interligar as perspectivas "de cima para baixo" e "de baixo para cima" por meio de uma ênfase na comunicação. Nela, os esforços da comunicação podem servir tanto ao propósito de facilitar a aceitação pública sobre a regulação (política "de cima para baixo"), quanto estimular a ação popular através do envolvimento com a

cidadania ambiental (promoção de uma cultura "de baixo para cima"). Na opinião dos autores, um fluxo não pode ser eficaz sem o outro.

De outro modo, O'Conner, Bord e Fisher (1999), em estudo sobre as percepções de risco a respeito das MCs, ratificaram que a vontade das pessoas tomarem medidas ligadas aos problemas ambientais, ou seja, se engajarem de algum modo, aumenta quando existe percepção e conhecimento sobre o risco. É claro que estes são fatores importantes, mas que devem ser observados junto com outros, como crenças ambientais e características demográficas. A pesquisa sugere, entretanto, que o enfrentamento está atrelado, em um primeiro nível, às informações que possibilitam a compreensão de determinada questão.

Concorda-se com o forte papel da comunicação em todo esse contexto de governança climática, especialmente no fortalecimento do seu fluxo contra-hegemônico e que parece ampliar as possibilidades de um processo que se materialize em múltiplas camadas. É em consonância com as discussões e posicionamentos assumidos neste capítulo que a ideia de jornalismo como ator de governança ganha força nesta pesquisa. Endossa-se a ideia de que a informação qualificada possibilita uma participação pública alargada no qual os cidadãos exercem sua cidadania com consciência. Este processo aposta na responsabilidade partilhada e na melhor eficiência das decisões, já que reúne vozes com saberes e experiências distintas, mas interessadas em um objetivo comum: enfrentar os riscos das MCs. Dessa forma, ao contrário do processo "de cima para baixo", que impõe receituários independentemente das especificidades de cada local e comunidade, a governança proposta aqui consiste em negociação, em envolvimento, em cooperação.

Por outro lado, é preciso não ver o jornalismo como a panaceia neste contexto de riscos climáticos. Já foi dito que o processo de comunicação das MCs possui limites e atinge o público de forma diferenciada, conforme os repertórios culturais e as condições sociais, econômicas e políticas postas. Sublinha-se que a relação investigada aqui traz elementos e apresenta brechas e sombras ainda não descobertas. Lázaro, Cabecinhas e Carvalho (2011, p.201) confirmam que ainda há "[...] inconsistência na relação entre o conhecimento sobre as alterações climáticas (dimensão cognitiva), a preocupação, a percepção de risco e imagens afetivas (dimensão afetiva), e as intenções comportamentais e os comportamentos (dimensão comportamental)". Este estudo português revela que o aumento de conhecimento sobre as causas das MCs está associado a um incremento nas intenções de comportamento, porém as ações não sofrem mudança, conforme seria o esperado. Neste caso, em particular, as principais razões para justificar o não enfrentamento dos riscos climáticos foram barreiras individuais.

5 O CIRCUITO DA NOTÍCIA: ASPECTOS METODOLÓGICOS

A teorização e a pesquisa empírica teoricamente informada precisam trabalhar em meio a um certo número de paradigmas e construir seu próprio ponto de partida paradigmático.
(HALL, 2003, p.362).

Este capítulo busca detalhar e especificar os aspectos metodológicos que abarcam a proposta de investigação aqui apresentada. Os primeiros tópicos explicitam a base adotada como lógica teórica e processual – o circuito da notícia –, referencial adotado para a interpretação dos resultados e o marco teórico-metodológico, no qual está fundamentada a articulação conceitual e empírica da pesquisa. Em seguida, apresentam-se o *corpus* e o esmiuçamento de todas as etapas alavancadas para dar conta dos diferentes momentos do processo jornalístico.

De forma sintética, utiliza-se para a coleta de dados quatro técnicas: questionários, entrevistas em profundidade, observação participante e mapeamento de notícias. Já na etapa analítica, segue-se para a análise quantitativa das questões fechadas do questionário, análise de conteúdo das transcrições das entrevistas, das questões abertas dos questionários e das notícias, estas últimas com o viés da teoria do enquadramento. Ao fim, faz-se uso da hermenêutica de profundidade (HP) para dar conta da triangulação dos resultados a partir da concepção do enfoque tríplice, que contempla os diferentes momentos do circuito observado.

Cabe nesta introdução de capítulo destacar o esforço de colocar abordagens, teorias e métodos de diferentes campos do conhecimento em diálogo, a fim de fomentar o intercâmbio e dar conta da complexidade e da natureza híbrida dos objetos envolvidos nesta análise. Tal desafio, ainda que busque se centrar em uma abordagem ampla que não traga conflitos, traz conceitos da Sociologia, da Psicologia e da Comunicação, apresentando sentidos muito específicos dentro de cada disciplina, o que torna obrigatória a explicitação de como cada termo está sendo utilizado nesta pesquisa. Estas explicações são dadas no decorrer do referencial teórico, desde o preâmbulo, mas são trazidas aqui, de forma breve, para sublinhar a posição assumida.

Em primeiro lugar, as etapas do circuito da notícia não são entendidas como uma cadeia linear, onde aquilo que é produzido pelos jornalistas é absorvido, tal e qual, pelos públicos. Todas as etapas do circuito – produção, texto e recepção – possuem momentos opacos, não evidentes, que revelam que o sentido (produzido ou interpretado) possui múltiplas camadas, sendo multirreferencial (HALL, 2003). Analiticamente, são momentos próprios, mas que se

autointerferem, em diferentes níveis, demonstrando sua constante conexão. A produção, neste contexto, equivale ao processo de codificação, de construção de um discurso que se materializa nas notícias. A etapa do texto é aquela na qual se situa a análise das notícias. Já a recepção se constitui no movimento de decodificação, de interpretação ou de leitura das notícias, sendo, aqui, atribuído apenas ao público leitor que não participou da produção (isto é, ainda que se reconheça que jornalistas e fontes de informação também façam parte da recepção, em função da operacionalização da pesquisa, excluíram-se esses sujeitos); esta recepção é ativa e heterogênea, processando os discursos midiáticos de formas diferentes.

Também faz-se uma sucinta distinção entre percepção, discurso e representação. A percepção, de maneira geral, está associada a uma construção mental, resultante de um processamento de informações, no qual o sujeito desempenha um papel ativo (GUIMARÃES JORGE, 2011). Entende-se que a percepção se manifesta por meio de discursos, que pode significar "[...] tanto o sistema que permite produzir um conjunto de textos, tanto o próprio conjunto de textos produzidos" (MAINGUENEAU, 2004, p.51), ou seja, o discurso tanto contribui para a concepção de dada percepção, quanto é parte constituinte, por meio da linguagem, da expressão desta construção mental. Logo, entende-se que percepção e discurso são dois níveis de um mesmo movimento processual: o primeiro ligado à cognição e o segundo à comunicação, uma necessidade antropológica (WOLTON, 2004). Considera-se ainda que o ambiente simbólico-discursivo que os sujeitos habitam é fundamental para esse processamento, pois fornece quadros interpretativos preferenciais (VAN DIJK, 1990).

Já a representação é entendida como uma construção social, uma produção de significados que se dá através da linguagem (e, portanto, do discurso) dentro de uma sociedade. Hall (1997, p.11) afirma que "a representação é parte essencial do processo pelo qual o significado é produzido e intercambiado entre os membros de uma cultura". Assim, da mesma forma que a percepção, a representação é constituída por inúmeros fatores (a instituição social do indivíduo, sua história, seu imaginário, seu inconsciente), que dependem dos discursos (enquanto sistema de produção de sentidos) para transpor o nível individual. Percepção e representação, a nosso ver, são formas semelhantes de entender o mesmo processo, com ênfases diferentes: a primeira voltada mais para o processamento de significados do indivíduo; e a segunda mais atenta para o entendimento daquilo que é coletivo (social). Esta distinção, contudo, é bastante tênue e, em alguns casos, parece ser diluída, como quando nos estudos de percepção de risco endossa-se um viés social, por meio da consideração do contextos e das relações sociais atreladas ao sujeito (por exemplo: LIMA, 1998; RENN; ROHRMANN, 2000). Esta questão está presente no âmbito da Psicologia (ARENDET, 2003) e também nos estudos de

recepção (SOUSA, 1995), revelando a tensão, dicotomia ou movimento pendular que se debruça sobre o individual e o social, o indivíduo e a sociedade.

Embora a perspectiva da percepção de risco e das representações sociais sejam oriundas do mesmo campo de estudos, o da Psicologia Social, o desenvolvimento das duas áreas se deram em contextos diferentes, sem muito contato. A primeira tem origem norte-americana e foi aplicada de forma mais sistemática por psicólogos; a segunda surge na Europa e é adotada por muitos sociólogos. A escolha pela primeira deve-se, fundamentalmente, à sua íntima relação com os estudos de riscos, um dos aspectos fulcrais deste trabalho. Nesse sentido, não se nega a possibilidade de outros olhares de investigação, mas justifica-se a opção em razão da proposta do trabalho estar fortemente ancorada na ideia de riscos, além de se observar a teoria da percepção de risco como um caminho pouco explorado nos estudos de Comunicação, sendo esta uma contribuição inovadora.

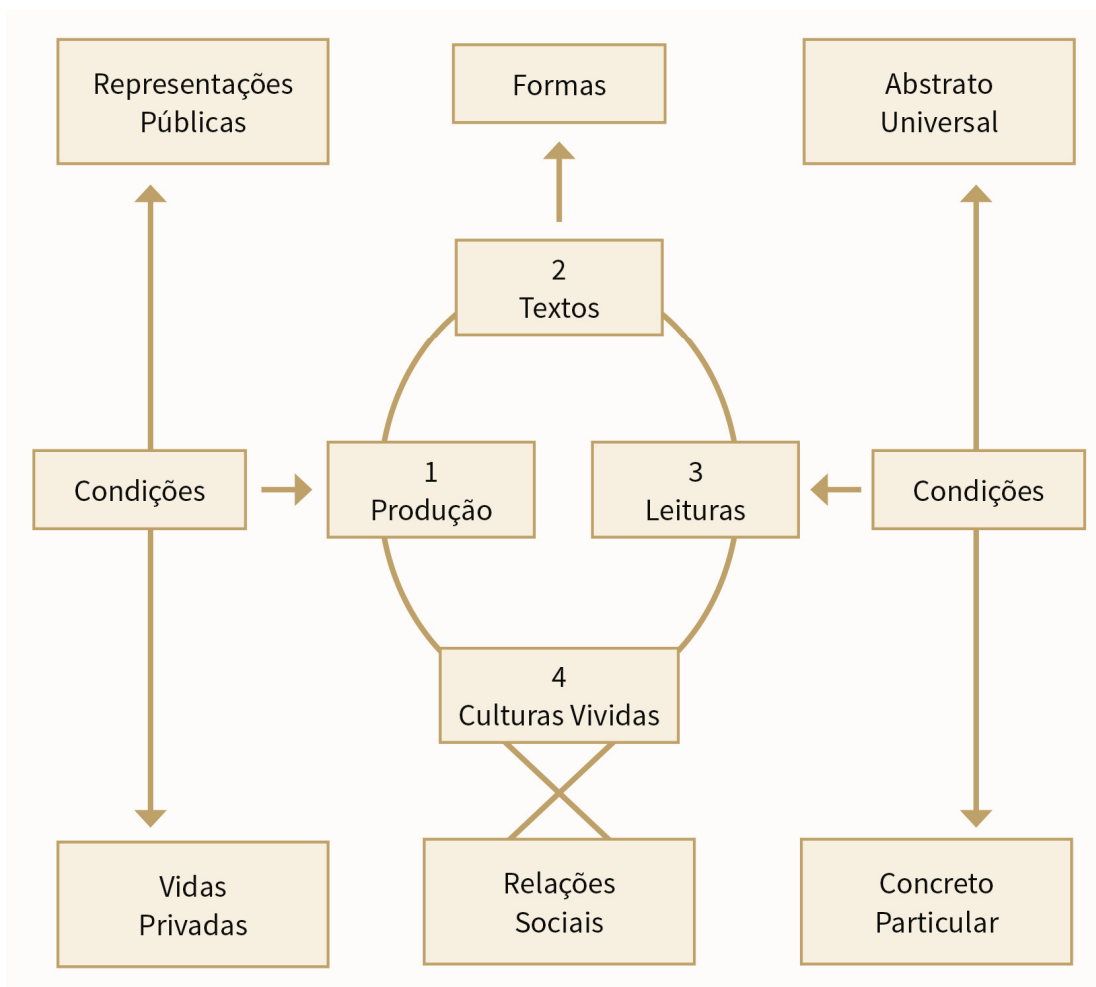
5.1 REFERÊNCIA CONCEITUAL DO CIRCUITO DA NOTÍCIA

A pesquisa desenvolvida nesta tese tem como referência teórica e base para o recorte metodológico o circuito da construção das notícias (que parte das fontes jornalísticas, segue para a observação das rotinas produtivas dos jornalistas na redação, depois realiza a análise das notícias e conclui com o estudo da recepção delas). A concordância com o modelo exposto baseia-se no pressuposto de que uma visão integral do processo pode trazer resultados que vão além da soma das análises de cada etapa do circuito. Metodologicamente, ainda que o objetivo primeiro esteja na verificação dos cruzamentos possíveis entre as percepções de riscos dos diferentes atores sociais envolvidos e as notícias, no cenário da sociedade de risco (BECK, 2010), é este circuito que delimita quem serão os entrevistados e quais relações podem ser discutidas em cada etapa do circuito, tornando-se peça fundamental da investigação. De outro modo, pode-se situar o circuito da notícia como a base conceitual da qual partem os esforços desta investigação.

A ideia de acompanhar todas as etapas da notícia – da produção ao consumo – advém das contribuições teórico-metodológicas dos Estudos Culturais Britânicos, em especial dos postulados de Richard Johnson sobre o Circuito da Cultura. O diagrama feito pelo autor, buscando representar os diferentes aspectos dos processos culturais (Figura 11 deste trabalho), busca demonstrar as interdependências que estão presentes no fluxo que congrega produção, circulação e consumo. Johnson (2006, p.33) lembra que ao se debruçar sobre um momento "[...] não vemos, necessariamente, o que está acontecendo nos outros". As leituras de um dado

ponto podem ser bastante diferentes de um outro momento, por isso a tentativa aqui colocada de construir uma visão mais ampla, que dê conta dos processos e não apenas de produtos (nos quais as condições de produção e as interpretações dos leitores desaparecem). Além da evidente relação de tais etapas, percebe-se sempre que os sujeitos envolvidos estão transpassados por elementos mais individuais (da vida privada e/ou particular) e outros mais coletivos (daquilo que provém do público e/ou social).

FIGURA 11 - CIRCUITO DA CULTURA



FONTE: JOHNSON (2006).

Este circuito já foi transposto para os estudos do jornalismo no Brasil por meio de trabalhos realizados por Strelow (2007), que propôs uma estratégia metodológica para estudo do jornalismo impresso denominada Análise Global de Periódicos Jornalísticos (AGPJ); por Escosteguy (2007), que constrói um protocolo analítico de integração da produção e da recepção, reivindicando "uma visão global e complexa" diante dos enfoques fragmentários que predominam no campo da Comunicação; e por Santi (2009), que trabalhou com as

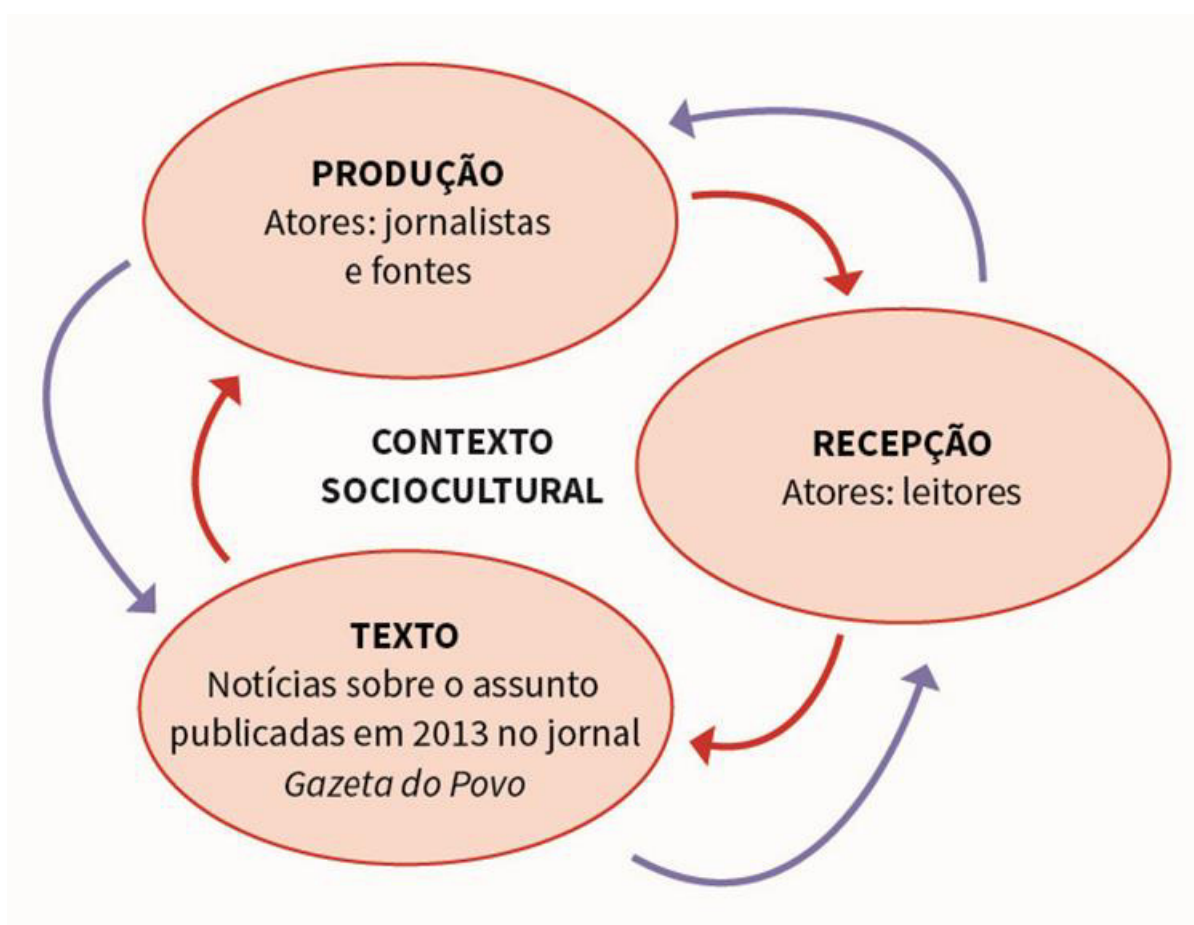
representações sociais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no jornal *Zero Hora*, a partir deste mesmo circuito, buscando mapear as transformações dessa compreensão ao longo da cadeia que envolve produção, texto e leitura. Segundo Escosteguy (2007, p.133), "[...] a conversão do circuito de cultura em circuito de comunicação [...] pode ser pensada na medida em que ambos destacam o papel crucial da dimensão simbólica que está no centro da vida social". Ou seja, o olhar mais amplo e relacional do processo jornalístico permite que se veja que, de formas diferentes, nos vários momentos do circuito, há sentidos sendo produzidos. Em todos os casos de estudo acima citados nota-se que a perspectiva do jornalismo passa a estar comprometida com o entendimento do processo comunicativo como um todo.

Compreender o processo completo e não somente uma de suas etapas nos parece ser mais coerente com a proposta assinalada de relacionar percepções de riscos climáticos, visto que os diferentes atores sociais envolvidos no circuito podem modificar o resultado final do produto (a notícia), seja pela intervenção durante a construção, seja pela própria leitura/interpretação. Embora a pesquisa aqui proposta tenha como diretriz o mesmo circuito utilizado nas pesquisas de Strelow (2007) e Santi (2009), nosso olhar não se mobiliza somente a partir de um dado produto, como fez a primeira pesquisadora em relação à revista cultural *Aplauso* ou do movimento das representações atreladas a um tema, como o segundo autor fez em relação à questão agrária. Esta investigação percorre o circuito da notícia a partir de um produto (o jornal *Gazeta do Povo*), com uma temática específica (as mudanças climáticas e seus riscos) e pretende ir além ao relacionar também a percepção de risco e os discursos a ações de enfrentamento (momento que a leitura passa de interpretação para o campo da ação), com o objetivo de desvendar como tais atores percebem seu papel na governança climática.

A intenção da utilização do circuito da notícia como um "mapa" a ser seguido pretende checar a circulação das percepções existentes e evidenciar a complexidade inerente ao processo jornalístico. Como já foi afirmado neste texto, ainda são poucos os estudos que buscam dar conta deste caminho de construção (as pesquisas em jornalismo são majoritariamente pensadas pelo viés do produto), especialmente quando se trata da cobertura das mudanças climáticas, que começou a ganhar espaço mais expressivo na mídia apenas na última década.

A figura abaixo busca, de forma simples e didática, exhibir este processo complexo, com pelo menos três momentos bem definidos – produção, texto e recepção –, que interagem simultaneamente uns sobre os outros.

FIGURA 12 - CIRCUITO DA NOTÍCIA



FONTE: BELING LOOSE (2016).

A imagem acima tenta elucidar que as três etapas trabalhadas nesta pesquisa estão em constante relação/articulação umas com as outras. O momento da produção ocorre a partir de uma projeção daquilo que se espera que o público quer de cada veículo de comunicação. Eco (2008) aborda esta questão ao tratar do "leitor modelo" e Pereira Júnior (2005) ao falar sobre uma "audiência presumida"⁶⁴). A etapa da produção só consegue se materializar com o texto (são as notícias que chegam ao público, os "produtos" resultantes da produção jornalística). Por outro lado, o momento chamado aqui de texto só existe porque está articulado à etapa anterior, responsável por sua concretização, e também à posterior (afinal, se não fossem os leitores, qual a razão de se produzir textos?). Finalmente, o momento da recepção permite que

⁶⁴ Ainda que existam pesquisas com a finalidade de identificar os perfis de públicos, estes resultados são bastante abrangentes. Logo, os profissionais da imprensa tendem a escrever para quem eles creem que sejam seus leitores. Pereira Júnior (2005) frisa que o público está presentificado no discurso jornalístico, ainda na etapa da elaboração, pois ao produzir dado discurso é preciso prever quem será o alvo de sua mensagem. Como o propósito primeiro da comunicação é estabelecer relação com o outro, a antecipação da audiência (para quem se diz) permite que se construa um discurso mais próximo e familiar com a realidade do receptor. Para Eco (2008), o leitor presumível é denominado leitor-modelo. Antes de ser exercida, faz-se necessário que toda e qualquer comunicação seja imaginada, a fim de dar-lhe um motivo, uma estrutura, um feixe de sentidos permitidos.

o trabalho realizado na produção obtenha sentido, pois existe a interpretação daquilo construído por jornalistas em função das fontes de informação. E é a manifestação da compreensão dos leitores sobre as notícias que, em diferentes graus, chega ao momento da produção e permite que estes atores interfiram nos modos de produção. E todos esses momentos sempre são atingidos por questões oriundas do contexto sociocultural. Hall (2003) reforça que o consumo (recepção) determina a produção, assim como a produção determina o consumo.

Vale destacar aqui a ideia de contrato de leitura, que pressupõe que mesmo sendo o receptor ativo, livre para interpretar o texto de acordo com seu contexto e repertório sociocultural, sua decodificação está relacionada a determinados traços discursivos que possibilitam uma série de sentidos, mas em um dado universo. Ou seja, cada discurso pode gerar uma gama de sentidos, mas não qualquer sentido; há elementos discursivos que conduzem os públicos a uma dada interpretação, mesmo que eles não tenham total êxito em relação à sua intencionalidade inicial. Nas palavras de Fausto Neto (2007, p.3), a ideia de contrato de leitura se constitui em "[...] regras, estratégias e 'políticas' de sentidos que organizam os modos de vinculação entre as ofertas e recepção dos discursos midiáticos, e que se formalizam nas práticas textuais, como instâncias que constituem o ponto de vínculo entre produtores e usuários".

Hall (2003) trata deste contrato entre produtores e receptores – um acordo tácito, segundo Maingueneau (2004) – a partir de três posições ideais-típicas (da decodificação: 1) a preferencial, na qual a leitura proposta pelos produtores corresponde àquela feita pelos receptores; 2) a oposta, na qual o leitor, entendendo ou não o sentido pretendido na produção, retira do texto a ideia oposta; e 3) a negociada, no qual diferentes posições podem ser encontradas. Para Hall, as leituras negociadas são as que a maioria das pessoas fazem na maior parte do tempo, já que as duas outras posições são extremistas e podem se tornar deterministas.

Nesta pesquisa não se adotam as posições definidas por Hall (2003), mas parte-se do pressuposto que a recepção negocia, sim, cada leitura em razão das estratégias, regras e políticas de sentido inerentes à ideia de contrato de leitura, restringindo as condições e possibilidades de interpretação. Por exemplo, quando o leitor interpreta uma notícia, já o faz a partir do entendimento do que é um jornal, da legitimidade e função que ele tem na sociedade, de sua postura editorial, etc., assim como já reconhece a estrutura de sua disposição textual (as matérias consideradas pelos produtores como mais relevantes estão na capa, reportagens mais aprofundadas costumam estar no começo do jornal, textos menores tendem a significar notícias com menos relevância, etc.). O receptor, alinhado com o contrato de leitura, tende a interpretar a informação como séria, factível – e não como uma estória ou invenção – e, ao ver a indicação no alto da página da editoria, localizando tematicamente a notícia, tende a ser levado a decifrar aquela

informação sob a perspectiva apontada – e não outra. Dessa forma, ainda que a recepção não seja vista de forma passiva, há limites para sua decodificação.

A metodologia usada para dar conta deste circuito tem um caráter híbrido, no qual diferentes técnicas de pesquisa em Ciências Sociais – para coleta e análise – são empregadas em etapas e, posteriormente, trabalhadas para triangular os resultados de modo a expor as relações que aqui se procuram. Um quadro com cada etapa é apresentado na seção 5.3. Lembra-se que esta sistematização é necessária para, de forma prática, realizar a pesquisa, mas que se concorda com Santi (2009, p.53), quando ele sublinha ser "[...] necessário ter sempre em mente os entrecruzamentos que acompanham esse processo, que é rico, contínuo e sem limites definidos".

O circuito da notícia dá ênfase a um olhar relacional, que busca analisar o todo. Escosteguy (2007) afirma que Johnson (2006) tenta retomar elementos de diferentes abordagens em suas interações mútuas por não acreditar que os objetos da cultura possam ser apreendidos por uma única disciplina, sendo a proposta de seu diagrama fruto de seu entendimento como prática interdisciplinar. Logo, não apenas pelo referencial teórico construído, mas também pela necessidade de extrapolar uma metodologia disciplinar, é que nossa pesquisa alinha-se aos pressupostos fundantes do PPGMade.

Como a discussão da "sociedade de riscos" (BECK, 2010) no âmbito da Comunicação é também recente no Brasil, são poucos os trabalhos que discutem a percepção de riscos buscando relações com a prática jornalística sobre meio ambiente ou, de forma mais específica, sobre mudanças climáticas. Dessa forma, a ideia de conectar em uma mesma pesquisa as discussões sobre percepção de riscos e mudanças climáticas, na análise do processo completo da elaboração da notícia, para averiguar se há transformações durante o processo, revela-se um caminho a ser trilhado.

5.2 MARCO REFERENCIAL METODOLÓGICO DA INTERPRETAÇÃO

Adere-se à hermenêutica de profundidade (HP) desenvolvida por John Thompson (1995) como metodologia para interpretação das formas simbólicas encontradas no circuito da notícia. Isso significa que todas as etapas observadas, a partir de suas especificidades e contextos, são vistas como fenômenos complexos e únicos, e, portanto, analisadas de formas diferentes, para, ao final, serem reinterpretadas.

Fundamentado na tradição da hermenêutica de pensadores como Gadamer e Ricoeur, o trabalho de Thompson entende a HP como um "[...] referencial metodológico amplo que

compreende três fases ou procedimentos principais", que não são vistas de maneira separada, mas sim como "dimensões analiticamente distintas de um processo interpretativo complexo. (THOMPSON, 1995, p.365). Dessa maneira, assim como o circuito da notícia, que é caracterizado como um processo circular de influências e interferências, a HP volta-se para as inter-relações existentes nas diferentes fases da interpretação.

Thompson (1995) descreve as três fases do enfoque da HP como: 1) análise sócio-histórica, que corresponde à caracterização e definição das condições de produção, circulação e recepção das formas simbólicas analisadas (neste caso, as notícias); 2) análise formal ou discursiva, na qual o interesse está na estrutura dos produtos, da materialidade da forma simbólica; e 3) interpretação/reinterpretação, na qual a "[...] interpretação implica um movimento novo de pensamento, ela procede por síntese, por construção criativa de possíveis significados" (p.375), ou seja, é o esforço de explicar interpretativamente o que está representado ou o que é dito. Esta última fase enfatiza a reinterpretção a partir de pré-interpretções, possibilita que haja conflitos entre elas e oportuniza o surgimento do que o autor chama "potencial crítico da interpretação".

Na pesquisa aqui apresentada, a primeira fase da análise sócio-histórica é trazida em diferentes níveis e formas. Seja pela perspectiva contextual da revisão de literatura, ao situar as conjunturas de onde emergem a teoria que sustenta a análise, seja no cuidado de reconstruir as condições temporais, institucionais, espaciais, técnicas e de interação no passo a passo da coleta do *corpus* e de seus desdobramentos analíticos. O cuidado em apresentar as relações, divergências, pontos de vista e imbricamentos que estão presentes em cada eixo temático da pesquisa (comunicação, MCs, governança e percepção) permite que se compreenda os contextos particulares nos quais se constroem e se mesclam as formas simbólicas que nos interessam.

Já a análise formal ou discursiva constitui a leitura daquilo que as notícias expressam enquanto materialidade do circuito. As notícias são apreendidas como formas simbólicas resultantes de ações situadas e/ou construções por meio das quais algo é dito ou expresso. Na proposta de Thompson (1995) essa fase pode ser analisada por meio do conteúdo, do discurso, da sintaxe, da semiótica, enfim, há várias possibilidades. O que se sublinha é que tais opções não podem ser vistas como enfoques autossuficientes para compreender as formas simbólicas e sim "[...] como um passo parcial de um procedimento interpretativo mais compreensivo" (THOMPSON, 1995, p.371).

A terceira e última fase é facilitada pelas análises anteriores, mas transcende a contextualização e a análise formal, revelando-se uma reinterpretção. O enfoque tríplice permite que conflitos apareçam e tragam pistas das relações existentes entre cada fase ou etapa. A HP,

assim, possibilita verificar os méritos e os limites de cada análise. Nesta investigação esta fase equivale à triangulação final das análises realizadas.

Recorda-se que, apesar de Thompson se debruçar sobre a interpretação da ideologia, tomando-a inclusive como uma forma específica de HP, nesta pesquisa minimizou-se esse aspecto, ao se compreender que a ideologia é intrínseca a qualquer tipo de forma simbólica. Concorde-se com Van Dijk (2005, p.114), ao entender as ideologias como quadros partilhados, que, por meio de discurso, "[...] podem ser explicitadas em parte, e assim transmitidas, normalizadas e legitimadas". Dessa forma, todo sujeito é interpelado pela ideologia, que é manifestada tanto pelas falas, como pelos textos.

Já ao tratar dos meios de comunicação, o autor torna ainda mais evidente a justificativa por esta escolha metodológica. O enfoque tríplice entrelaça-se perfeitamente com a perspectiva do circuito da notícia, separado em três fases: 1) produção e transmissão ou difusão das formas simbólicas; 2) construção das mensagens dos meios de comunicação; e 3) recepção e apropriação das mensagens. Thompson (1995, p.392) afirma que cada um desses campos tem especificidades e que, sob certos aspectos, são limitados: "um enfoque compreensivo do estudo da comunicação de massa exige a capacidade de relacionar entre si os resultados dessas diferentes análises, mostrando como os vários aspectos se alimentam e se iluminam mutuamente".

5.3 ABORDAGEM TEÓRICA

A abordagem construcionista é adotada neste trabalho a fim de subsidiar os objetivos traçados (tanto nos estudos sobre percepção de risco, como nos voltados para o jornalismo). O construcionismo compreende a percepção como resultado de uma construção social e, nos estudos de jornalismo, surge em contraposição ao paradigma positivista, baseado na compreensão de que o jornalismo seria capaz de refletir a realidade. Esta teoria entende que o jornalismo constrói a realidade e, ao mesmo tempo, é construído por esta. Assim, sob esta óptica, o sujeito constrói suas percepções a partir de uma série de fatores (experiências, expectativas, atenção) e a percepção torna-se algo resultante de uma mediação dos fenômenos do mundo real. De igual forma, a notícia é vista como decorrente de um processo e não mero reflexo dos fatos. Em ambos os casos, a abordagem se fundamenta na obra de Berger e Luckmann (2008).

A perspectiva construcionista já foi abordada no campo da Psicologia durante o Capítulo 3. Já nos estudos de Comunicação, em especial no subcampo do Jornalismo, a teoria construcionista ganha força a partir do fim dos anos 1970, quebrando a ideia de que a objetividade é algo autônomo, passando a ser vista como um produto social intersubjetivo

(ALSINA, 2009). Embora outras teorias, como a da ação política e a organizacional, já questionassem o jornalismo como reflexo da realidade, é a teoria da construção social da realidade que passa a embasar a ideia de que a imprensa constrói realidades. Alsina (2009) assinala que esta afirmação precisa levar em conta que esta perspectiva não é exclusiva do jornalismo, estando presente no processo, social e intersubjetivo, de institucionalização de práticas e papéis do cotidiano. Assim, todo sujeito constrói sua(s) realidade(s), entretanto a atividade jornalística tem "[...] um papel socialmente legitimado para gerar construções de realidade publicamente relevantes" (p.46), o que permite que tais construções recebam mais visibilidade e atenção. Recordar-se, mais uma vez, que a construção social da realidade pelo viés jornalístico não considera apenas o eixo da produção, entendendo este movimento como de produção, circulação e reconhecimento (já que seus constructos passam a ter sentido social apenas quando interpretados e compartilhados).

Em relação ao risco, também há o entendimento que ele é socialmente construído. O risco objetivo, objeto de análise das Ciências Naturais, é avaliado com instrumentos e modelos de determinação do risco, o que não corresponde aos interesses desta investigação. Já a subjetividade do risco está atrelada aos estudos da percepção do risco, foco das Ciências Humanas (THIELEN; HARTMANN; SOARES, 2008). Na primeira vertente, o risco tende a ser objetivado e os métodos quantitativos predominam. Já na segunda, o risco é visto como produto de uma relação de fatores e as pesquisas têm caráter qualitativo. Como já dito neste trabalho, entende-se que os riscos são construídos a partir de um certo contexto, sempre em relação a um grupo de sujeitos que o apreende. É por isso que o risco objetivo não está diretamente atrelado à perspectiva adotada. Pode existir sim uma relação entre os dois, mas não necessariamente.

De igual forma, observa-se o fenômeno das mudanças climáticas. Ainda que se reconheça seu caráter objetivo, interessa-nos ver nesta investigação como os diferentes atores envolvidos no circuito constroem socialmente este aspecto da realidade. Dessa forma, por meio de discursos e percepções, estabelecem-se as compreensões que os sujeitos apresentam sobre esta questão, que tem dimensões físicas, políticas, científicas, sociais e culturais.

Por fim, ressalta-se que esta pesquisa tem caráter predominantemente qualitativo. Assume-se a definição proposta por Coutinho (2013), na qual a abordagem qualitativa/interpretativa busca interpretar e compreender os significados da ação humana em um dado contexto social. Para esta autora, o trabalho de coleta e análise de dados é sempre diversificada, sendo difícil formalizar um conjunto de normas universalmente aplicáveis a todas as situações.

Faz-se uso da análise de dados quantitativos em alguns momentos pontuais, mas sempre acompanhado de uma interpretação. O conjunto de procedimentos metodológicos a serem

expostos na sequência evidencia essa tendência, bastante comum nas áreas das Ciências Sociais e Humanas, que, conforme Coutinho (2013), caracteriza-se pela multiplicidade de abordagens, modelos e/ou paradigmas, e pela dependência contextual.

5.4 CORPUS DA PESQUISA

O *corpus* de pesquisa desta tese é composto por diferentes materialidades, mas todas estas estão vinculadas ao circuito da notícia do jornal *Gazeta do Povo*. A escolha por este jornal deu-se em razão de três motivos principais: 1.º) devido aos interesses da pesquisa em debater as relações entre percepção de riscos climáticos e ações de enfrentamento em Curitiba, a opção por um veículo de comunicação local se fez imperativa; 2.º) a imprensa escrita ainda é vista como o espaço do jornalismo diário que desfruta de mais tempo para a construção do material jornalístico e, portanto, pode melhor aprofundar os assuntos abordados, tendo em vista que os meios televisivos, radiofônicos e *online* trabalham com a dinâmica do ao vivo ou da publicação em tempo real; e 3.º) de acordo com a Associação Nacional de Jornais (ANJ), a *Gazeta do Povo* é o maior jornal de circulação paga do Estado do Paraná, estando na 24.ª posição dos maiores jornais brasileiros no *ranking* de 2012 (ano de definição do veículo a ser estudado).

Assim, tendo em vista que a *Gazeta do Povo* será analisada a partir do circuito já exposto, pode-se dizer que o *corpus* empírico da pesquisa será composto pelas notícias (exclui-se, portanto, editoriais, cartas de leitores, artigos de opinião e outros textos que não sejam qualificados como tal) publicadas no ano de 2013 a respeito das MCs; pelo diário de campo oriundo do acompanhamento das rotinas produtivas de matérias sobre este tema durante os meses de setembro, outubro e novembro do referido ano; pelas entrevistas individuais realizadas com os atores sociais envolvidos na produção das notícias – fontes citadas nas notícias, jornalistas que participaram da produção e leitores que estão, de alguma forma, envolvidos com a questão ambiental; e pelos questionários de percepção de risco aplicados a todos os atores sociais envolvidos neste circuito. As especificidades de análise de cada um dos dados serão abordadas no tópico seguir, de modo a ressaltar as etapas metodológicas do circuito e seus diversos procedimentos de análise.

5.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE

A maneira de coletar e analisar os dados durante o campo da pesquisa varia de acordo com os objetivos traçados (e de cada etapa em particular), com a própria especificidade dos materiais e os conhecimentos do pesquisador que está trabalhando. Para explicitar didaticamente os procedimentos analíticos de cada etapa da investigação, apresentam-se as subseções abaixo, que possuem correspondência com o Quadro 3, que demonstra as etapas metodológicas da pesquisa:

QUADRO 3 - VISÃO PANORÂMICA DOS PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS E ANÁLISE EM RAZÃO DAS ETAPAS DE PESQUISA

continua

ETAPAS DO CIRCUITO DA NOTÍCIA	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	<i>CORPUS</i> EMPÍRICO	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE
1. Produção Estudo da produção da notícia	<ul style="list-style-type: none"> - Observação participante - Entrevistas não estruturadas a respeito das rotinas profissionais 	- Diário de campo	<ul style="list-style-type: none"> - Análise descritiva, interpretativa e contextual - Análise de Conteúdo
2. Produção Estudo sobre as percepções e discursos dos jornalistas que produziram notícias sobre MCs	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas semiestruturadas realizadas presencialmente na redação ou por <i>Skype</i> e telefone - Acompanhamento do preenchimento de questionários sempre que possível (para sanar eventuais dúvidas) 	<ul style="list-style-type: none"> - Transcrição das nove entrevistas realizadas - Nove questionários respondidos 	<ul style="list-style-type: none"> - Análise interpretativa das entrevistas organizada por meio de categorias-chave (Análise de Conteúdo) - Análise quantitativa, a partir da Escala de Likert, e qualitativa a partir de categorizações dos questionários (Análise de Conteúdo)
3. Produção Estudo sobre as percepções e discursos das fontes de informação citadas nas notícias sobre MCs	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas semiestruturadas realizadas presencialmente, por <i>Skype</i> ou telefone - Aplicação e envio online de questionários 	<ul style="list-style-type: none"> - Transcrição das treze entrevistas realizadas - Treze questionários 	<ul style="list-style-type: none"> - Análise interpretativa das entrevistas organizada por meio de categorias-chave (Análise de Conteúdo) - Análise quantitativa, a partir da Escala de Likert, e qualitativa a partir de categorizações dos questionários (Análise de Conteúdo)
4. Texto Mapeamento de todas as notícias publicadas no site <i>Gazeta do Povo</i> (versão digital do impresso) sobre o tema estudado	<ul style="list-style-type: none"> - Procura das notícias relacionadas ao tema publicadas em 2013 por meio de palavras-chave no buscador do site do jornal 	- 72 notícias	<ul style="list-style-type: none"> - Análise de enquadramentos (micro e macro, a partir de categorias) - Identificação das fontes consultadas - Identificação da assinatura da notícia (agências ou repórteres)

QUADRO 3 - VISÃO PANORÂMICA DOS PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS E ANÁLISE EM RAZÃO DAS ETAPAS DE PESQUISA

			Conclusão
ETAPAS DO CIRCUITO DA NOTÍCIA	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	CORPUS EMPÍRICO	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE
5. Recepção Estudo com os leitores do referido jornal que tivessem relação com a questão ambiental em quatro diferentes setores: empresarial, governamental, não governamental e educacional	<ul style="list-style-type: none"> - Envio de cartas-convite para participação da pesquisa para listas e grupos de discussão sobre meio ambiente, para pesquisadores da área que se dissessem leitores, para instituições públicas e privadas; como o retorno não foi suficiente, optou-se então pela amostragem em "bola de neve" - Realização de entrevistas individuais - Aplicação de questionários 	<ul style="list-style-type: none"> - Transcrição de 40 entrevistas - 40 questionários (todos de leitores da <i>Gazeta do Povo</i> distribuídos igualmente em quatro setores diferentes (ONGs, ensino, governo e empresas) 	<ul style="list-style-type: none"> - Análise interpretativa das entrevistas transcritas organizadas por meio de categorias-chave (Análise de Conteúdo) - Análise quantitativa, a partir da Escala de Likert, e qualitativa a partir de categorizações dos questionários (Análise de Conteúdo)
6. Triangulação Esforço analítico-reflexivo para conectar os diferentes momentos da pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> - Análise do contexto sócio-histórico - Análise formal - Interpretação e reinterpretação dos resultados 	<ul style="list-style-type: none"> - Todos os anteriores 	<ul style="list-style-type: none"> - Análise a partir da abordagem da hermenêutica de profundidade

FONTE: BELING LOOSE (2016).

Informa-se que todas as técnicas de pesquisa que envolviam sujeitos foram realizadas respeitando os princípios éticos do consentimento informado, da confidencialidade e do anonimato.⁶⁵ No caso da observação participante, foi solicitada ainda uma autorização à instância institucional da empresa jornalística *Gazeta do Povo*.

5.5.1 Etapa 1: Estudo da produção da notícia

A pesquisa de campo iniciou-se em agosto de 2013, a partir da negociação da entrada da pesquisadora na redação do jornal *Gazeta do Povo* com o setor jurídico-administrativo da empresa. O objetivo foi acompanhar o dia a dia dos jornalistas e, principalmente, observar como ocorre o processo de construção das notícias sobre mudanças climáticas dentro da organização. Depois de resolvidos os trâmites burocráticos, a primeira visita à redação aconteceu dia 4 de

⁶⁵ Os sujeitos da pesquisa foram identificados por letras e números, como exemplificado a seguir: jornalistas são apresentados como J1, J2, J3...; fontes de informação como F1, F2, F3...; leitores do Setor Educacional como LE1, LE2, LE3...; leitores do Setor Empresarial como LEM1, LEM2, LEM3...; leitores do Setor Governamental como LG1, LG2, LG3...; e leitores do Setor Não Governamental como LNG1, LNG2, LNG3...

setembro de 2013 e, na sequência, o acompanhamento foi se dando em razão das pautas sobre o tema estudado. A permanência da pesquisadora na redação não se deu de forma contínua, mas de acordo com a cobertura de acontecimentos vinculados às MCs, sendo que o período preestabelecido com a chefe da redação englobava a divulgação dos relatórios do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas e do IPCC, além da realização da COP-19, em Varsóvia, Polônia – que terminou no dia 23 de novembro (ou seja, setembro a novembro de 2013).

Durante este período, foi realizada observação participante, com redação simultânea de diário de campo (que, em razão da quantidade das informações captadas, resultou em dois volumes). A observação participante, ligada intimamente à etnografia, consiste na real participação do pesquisador com a comunidade pesquisada; é quando o investigador não é membro do grupo investigado, porém interage com ele. Para Lakatos e Marconi (2003, p.194), "o objetivo inicial seria ganhar confiança do grupo, fazer os indivíduos compreenderem a importância da investigação, sem ocultar seu objetivo ou missão". Optou-se por esta modalidade visto que seria a única maneira de estabelecer um vínculo de proximidade que permitisse o acompanhamento próximo nesta fase do processo. Também algumas entrevistas não estruturadas foram realizadas com jornalistas em razão da própria rotina. Esta fase da pesquisa também é conhecida por estudo de *newsmaking*⁶⁶ (produção da notícia), possui abordagem etnográfica⁶⁷ e busca verificar as articulações existentes entre a cultura profissional dos jornalistas, a organização do trabalho e os processos produtivos (VIZEU, 2007). De acordo com Massierer (2011, p.15), o *newsmaking*:

[...] entende o processo de elaboração da notícia a partir da construção social dos fatos e tem, por conseguinte, a preocupação de compreender qual imagem do mundo as empresas jornalísticas elaboram em seus noticiários e como essa imagem se correlaciona com as exigências cotidianas de produção nas organizações.

Nas pesquisas de *newsmaking*, o foco é conferir como se criam as notícias, sendo os dados recolhidos pelo pesquisador no ambiente em que se dá a produção da notícia – redação do jornal –, seja por meio de anotações sistemáticas da observação, seja com entrevistas (formais ou informais) com os profissionais da imprensa (WOLF, 1995). No caso desta pesquisa, os comentários feitos no diário de campo mesclam observação e respostas dos

⁶⁶ Entre os pesquisadores deste processo estão Gaye Tuchman (1972), Isabel Travancas (1993) e Alfredo Vizeu (2007).

⁶⁷ A etnografia, definidora do trabalho de campo antropológico (MENDES, 2013), pode ser compreendida como um esforço intelectual de caracterização densa de um determinado grupo. Os estudos etnográficos relacionados à Comunicação começaram apenas nos anos 1990, quando esta se tornou um ramo da Antropologia Urbana. Mendes (2013, p.300) afirma que "os trabalhos antropológicos [...] enriquecem o entendimento do processo de construção da notícia, acrescentando-lhe nuances não observadas por outras áreas do saber, que complementam e, em alguns casos, até levam à relativização de asserções recorrentes quando se busca compreender a conformação dos noticiários".

jornalistas mediante questionamentos das práticas. As anotações foram feitas a partir de uma observação não estruturada (sem dimensões ou aspectos já pré-definidos), ou seja, as notas de campo foram feitas levando em conta tudo o que se observava, sem um foco em especial. Posteriormente, uma entrevista semiestruturada foi feita com os jornalistas que se depararam com pautas climáticas para aprofundar os pontos observados e as respostas obtidas por meio da aplicação do questionário de percepção de risco.⁶⁸

A apreensão do funcionamento de uma redação de notícias permite que se compreendam as limitações diárias enfrentadas pelos jornalistas, tanto em relação ao tempo – e demais fatores próprios da cultura profissional –, quanto aos constrangimentos organizacionais – conectados, entre outros aspectos, à hierarquia, aos interesses financeiros da empresa de comunicação e ao prestígio do jornalista frente aos colegas. Todavia, é interessante destacar que os jornalistas são mais que técnicos que dominam o fazer notícias e/ou empregados de uma empresa que visa lucros, desempenhando papéis sociais que vão além de informar os cidadãos. Em uma democracia, a responsabilidade de ser guardião do governo (*watchdog*), defensor das liberdades e prestar serviços de interesse público são aspectos que norteiam o subcampo do jornalismo.

Reconhece-se que o trabalho jornalístico – no qual a notícia é o elemento mais representativo – é bastante condicionado a uma série de ritos e limitações oriundas das lógicas de mercado, mas também possui uma autonomia relativa, o que resulta em um certo poder.

Os jornalistas são participantes ativos na definição e construção das notícias e, por consequência, na construção da realidade. Há alguns momentos, ao nível individual, durante a realização de uma reportagem ou na redação da notícia, quando é decidido quem entrevistar ou que palavras serão utilizadas para escrever a matéria, de mais poder consoante a sua posição na hierarquia da empresa, e coletivamente como os profissionais de um campo de mediação que adquiriu cada vez mais influência com a explosão midiática, tornando evidente que os jornalistas exercem poder. (TRAQUINA, 2005, p.26).

Esta autonomia possui mais ou menos força em razão de fatores como a experiência do profissional, a rigidez da hierarquia da redação, o relacionamento com os demais jornalistas e o reconhecimento do trabalho do repórter. Mesmo assim, via de regra, sabe-se, entre os profissionais, que as condições de trabalho não costumam ser boas (o sistema por turnos e plantões limita outras atividades fora da redação) e os salários são baixos, o que gera insegurança financeira. Historicamente, a profissão não desfrutou de prestígio social – isso só passa a acontecer no século XX, quando a reportagem tornou-se aspecto fundamental do jornalismo. Entretanto, a

⁶⁸ Detalhes na *Etapa 2* deste capítulo.

notoriedade e o reconhecimento que os jornalistas podem ter, especialmente entre os pares, é elemento fundamental quando se trata de recompensas da profissão.

Em trabalho realizado para investigar como se constitui a identidade do jornalista e em que ela está ancorada, Travancas (1993, p.83) observa que, apesar do empenho e dedicação que são exigidos dos profissionais, muitos percebem a carreira como gratificante, "[...] não só pela sua responsabilidade social sempre enfatizada, como pelas relações que ela possibilita". A pesquisadora aponta que muitos jornalistas relacionam a profissão com paixão, expondo um prazer, uma relação afetiva com a prática da construção da notícia. De outra maneira, também é associada a um vício:

[...] não são poucos os que a definem como uma cachaça ou vício. Uma imagem negativa captada dentro do próprio meio. A profissão é atraente e faz com que os "viciados" não consigam dela se libertar. Mas por que se libertar? Porque ela absorve, atrai mais do que o "normal" ou considerado ideal e comum a outras profissões, afirmam muitos jornalistas; ela envolve e exige *adesão* de quem a escolhe. É como vício, dá prazer a quem a ele se entregue. (TRAVANCAS, 1993, p.85).

Outra questão desta prática profissional está vinculada à tensão entre o polo ideológico e o polo mercadológico. Os profissionais vivem em conflito, sob grande pressão, buscando decidir se optam pela sua responsabilidade social em relação ao público ou cedem aos constrangimentos institucionais que buscam vender a maior quantidade possível do produto jornalístico, o que, muitas vezes, cai no sensacionalismo e torna a notícia um mero produto de consumo. Todos estes aspectos, inerentes ao "mundo dos jornalistas", precisam ser gerenciados de modo que ao final do dia o produto jornal esteja finalizado. Para dominar a imprevisibilidade dos acontecimentos é que a rotinização da produção se faz imprescindível.

As rotinas de produção permitem que os repórteres trabalhem com mais eficácia. Em função da supra-abundância de acontecimentos, da escassez do tempo e de equipes cada vez mais enxutas, a "rotina do esperado" (TUCHMAN, 1973) permite predizer as notícias que virão e também saber lidar com aquelas de última hora (ALSINA, 2009). Os eventos pré-programados e a facilitação de acesso resultante da expansão das assessorias de imprensa permitem que boa quantidade das pautas do dia seja pensada anteriormente, a partir da organização do jornal e do próprio jornalista.

Ao considerar o cotidiano da prática jornalística, percebe-se que o papel do profissional é limitado. Adghirni (2012b, p.536), ao concluir um estudo de *newsmaking* na área de política e economia em Brasília, explicita o peso das rotinas na prática jornalística:

No exercício das rotinas produtivas, o jornalista está mais para executor de ordens previamente estabelecidas (reuniões de pauta, sistemas internos de avaliação dos jornais, limitações das fontes, imposição de deadlines, matérias limitadas por certo número de linhas que não podem ser ultrapassadas sob pena de serem sumariamente cortadas. Enfoques determinados pelos editores, disputa do espaço com matérias de última hora ou com anúncios publicitários, etc.) do que para super-herói que controla os deslizes da sociedade.

Assim, por acreditar que as rotinas de produção desempenham papel fundamental na formatação de formas simbólicas do jornalismo – as notícias – e por verificar que para além do domínio da Comunicação Social estas questões ainda carecem de evidenciação, apresenta-se uma breve síntese do que foi experienciado junto aos jornalistas da *Gazeta do Povo*. Informa-se que a pesquisadora acompanhou reuniões de planejamento semanal, de pauta por editoria, de avaliação da edição do dia e de fechamento da edição seguinte, assim como pesquisa, entrevistas, redação e edição das matérias sobre mudanças climáticas no período.⁶⁹

A observação participante oportunizou que se reconhecesse o contexto e as práticas realmente vividas e negociadas dentro da redação, espaço da produção da notícia. Cabe destacar que o fato de a pesquisadora ter formação profissional em jornalismo contribuiu para que os sujeitos observados não demonstrassem tanta desconfiança, já que o trabalho de campo exigia um certo monitoramento de todos os passos da elaboração da notícia lado a lado, em frente à mesma tela de computador. É claro que a proximidade estabelecida (pelo fato ser colegas de profissão) exigiu um exercício permanente de distanciamento dos sujeitos observados, de modo a não interferir nas rotinas profissionais que se buscava observar.

É preciso esclarecer que o contato com os jornalistas foi bastante diverso, a depender da própria disponibilidade e abertura de cada profissional – alguns foram bastante práticos com a intenção de se "liberar" da observação, enquanto outros se mostraram mais acessíveis, permitindo o acompanhamento de pautas não previstas para a proposta de pesquisa e até os momentos mais informais, como a hora do café e o almoço. Também houve duas situações em que os profissionais manifestaram claro constrangimento devido à presença constante da pesquisadora, optando-se, então, pelo afastamento temporário da produção de dada notícia em respeito ao cumprimento de sua atividade profissional.

Em relação às análises desta primeira etapa, sinaliza-se que tiveram como objetivo principal contextualizar o dia a dia das rotinas jornalísticas no veículo estudado. Sendo assim,

⁶⁹ A pedido da chefe de redação no período da realização do campo, a pesquisadora não permaneceu na redação no fechamento das edições, momento em que os jornalistas precisam de máxima concentração e que a presença de uma observadora poderia prejudicar a atividade. Os plantões também não foram acompanhados, visto que não possuíam relação com as MCs (eles são dedicados a acontecimentos factuais, como acidentes de trânsito, e ao encaminhamento de reportagens já em andamento).

um esforço descritivo e interpretativo foi empregado a fim de esboçar a realidade observada durante os meses do estudo de *newsmaking*. Este período também corresponde, de forma mais explícita, à primeira fase da hermenêutica de profundidade em relação ao recorte da pesquisa: a análise sócio-histórica dos dados dentro da *Gazeta do Povo*, a ser exposta nas subseções seguintes. Para além da exposição desta conjuntura, em momentos mais específicos das análises de outras etapas, a inserção de informações dos diários de campo irá problematizar as questões de pesquisa.

Antes de adentrar no cotidiano dos jornalistas observados, faz-se necessário falar da empresa jornalística alvo da pesquisa, pois, muito embora se reconheça que cada veículo de comunicação tem um ordenamento próprio, aqueles que produzem o mesmo produto (jornal impresso diário, por exemplo) tendem a ter rotinas semelhantes. Alsina (2009) atribui tal semelhança ao fato de as empresas de comunicação compartilharem o mesmo sistema de economia de mercado, que as afeta de forma semelhante. Logo, há uma tendência de unificar as práticas de produção como resposta às mudanças econômicas, tecnológicas e sociais que ocorrem nesse contexto.

5.5.1.1 A organização jornalística *Gazeta do Povo*

O jornal *Gazeta do Povo* pertence ao Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCom), o maior grupo de comunicação do estado do Paraná.⁷⁰ É um jornal tradicional (fundado em 1919) e líder de circulação no estado. Conforme levantamento de 2012, da ANJ, a *Gazeta do Povo* tem uma média de circulação paga por ano de 42.786 exemplares, o que lhe dava o posto de 24.º maior jornal do Brasil, no período de escolha do jornal para esta análise. Em 2014, essa posição caiu para a 27.ª, com uma média de circulação impressa mais digital de 40.525, ainda segundo a ANJ.

Não há outro jornal no Paraná que concorra diretamente com a *Gazeta do Povo*. Além da elaboração do impresso diário, há a disponibilização de conteúdo em formato digital (*web*, *mobile* e *tablet*) – que não constitui apenas uma republicação de conteúdo feito para o impresso. De acordo a chefe de redação do jornal, em 2013, ano da pesquisa de campo, eram

⁷⁰ Em 2013, o site institucional do grupo (<http://www.grpcom.com.br/>) afirma-se que o GRPCom é um dos maiores grupos de comunicação do Brasil, sendo formado pelos jornais diários *Gazeta do Povo*, *JL – Jornal de Londrina* e *Tribuna*, pelo portal de notícias *Paraná Online*, pelas rádios *98FM* e *Mundo Livre FM* (Curitiba e Maringá), pela unidade móvel de alta definição HDView, pelo canal de TV multiplataforma *ÓTV*, pela *RPC TV* e suas oito emissoras afiliadas à *Rede Globo* e pela *Zaag*, agência especializada em *marketing* promocional. Dois anos depois, o grupo já não conta com a *ÓTV*, a *Zaag* e o *Jornal de Londrina*, que tiveram suas operações encerradas.

230 profissionais no departamento de jornalismo, somando *webdesigners*, diagramadores e outros profissionais - não necessariamente jornalistas.⁷¹

No site institucional do diário, encontra-se o que a *Gazeta do Povo* acredita representar para o paranaense: "Um jornal que está sempre ao lado do seu povo expressando, além da informação, diferentes opiniões para que cada leitor forme seus próprios conceitos". Em consonância com a missão do GRPCom, de "Promover, com a comunicação, o desenvolvimento da nossa terra e da nossa gente", a diretora de redação, ao falar da linha editorial⁷² da *Gazeta*, frisou que ela incentiva e se guia pela livre iniciativa, empreendedorismo, prestação de serviços e demais temas que promovam o desenvolvimento humano. Já as normas de estilo e de português são seguidas segundo o Manual de Redação⁷³ do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Em relação à rotina de trabalho, a diretora entrevistada informou que as jornadas dos repórteres são de seis horas diárias e a dos editores de oito horas. Os plantões ocorrem uma vez por mês (no sábado e domingo), ressaltadas as peculiaridades de cada editoria. Os paginadores costumam fazer mais plantões (dois finais de semana de folga, seguido de um de plantão).

Sobre a organização das pautas, afirmou que cada editoria do jornal tem uma reunião semanal de pauta. Também há duas reuniões de planejamento da semana (segunda e quinta-feira, às 17h) com todos os editores-executivos e, trimestralmente, uma reunião de planejamento mais ampla, prevendo os acontecimentos que deverão ser pautados. Fora isso, todas as manhãs, por volta das 11h, há uma reunião de avaliação da edição anterior e planejamento da edição do dia; e todas as noites, às 18h, há a reunião de fechamento do dia (para tomar as últimas decisões do jornal que circulará no dia seguinte). Em 2013, ano da pesquisa de campo, as edições diárias da *Gazeta do Povo* apresentam sete editorias fixas (*Vida e Cidadania, Vida Pública, Economia, Mundo, Esportes, Caderno G e Opinião*), mais seções e cadernos que variam de acordo com o dia da semana.

O atual prédio do jornal, desde 1951, fica no centro da cidade, em frente à Praça Carlos Gomes, local de intensa movimentação. O ambiente interno do edifício é dividido por

⁷¹ É preciso dizer que desde 2013 o referido jornal sofreu diversas mudanças estruturais, com cortes de profissionais e reformulações editoriais. Em 2014, por exemplo, a página semanal dedicada ao meio ambiente deixou de ser publicada. A migração do papel para o digital está se intensificando ano a ano. Em dezembro de 2015, a *Gazeta do Povo* deixou de ter uma edição dominical e passou a ser impressa em formato *berliner*, um meio termo entre o tablóide e o *standard*.

⁷² Em entrevista realizada com a diretora de redação sobre o reconhecimento do jornal, foi mencionado que os aspectos que guiam a linha editorial são definidos a partir de pesquisas de opinião, desenvolvidas pelo Setor de *Marketing*, com foco nas características e ações da redação. Segundo ela, são feitas quatro tomadas (pesquisas) por ano, totalizando 1000 pessoas participantes.

⁷³ O manual de redação é uma espécie de guia de consulta que contém regras de português e estilo, de modo a melhorar a forma de escrever e evitar erros. Jornais locais costumam adotar manuais de jornais maiores, de circulação nacional.

departamentos/editorias e é possível observar a impressão do jornal do interior da redação. As editorias fixas dividem o segundo andar com os paginadores e a chefia da redação – pode-se dizer que este é o principal lugar da redação, pois é onde as notícias factuais são apuradas. Os departamentos de fotografia e de arte, as editorias de periodicidade semanal e a parte administrativa do jornal dividem-se nos outros dois andares. A fotografia abaixo, reproduzida de matéria publicada em 14/04/2013 no jornal *Gazeta do Povo*,⁷⁴ ilustra o cenário da redação.

FIGURA 13 - REDAÇÃO DA GAZETA DO POVO



FONTE: Daniel Castellano/ *Gazeta do Povo*.

5.5.1.2 O dia a dia da produção da notícia na *Gazeta do Povo*

Cada editoria possui uma dinâmica própria, em função da natureza do tema que cobre, entretanto, de modo geral, o cotidiano de quem trabalha na *Gazeta do Povo* passa por algumas lógicas e rotinas comuns. Neste momento, discorre-se, de forma mais genérica, sobre as práticas profissionais rotineiras dos jornalistas do diário já citado, articulando o que foi observado com aspectos da fundamentação teórica.

Os jornalistas trabalham em sistema de escalas, revezando finais de semana nos quais realizam plantões. No período da manhã, há poucos repórteres em atividade, pois a maioria começa o trabalho no começo da tarde. Estes, após o ritual de conferir mensagens e ler as notícias do dia, aproveitam para pesquisar sobre o tema da pauta, e marcar e fazer entrevistas –

⁷⁴ Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1363039&tit=Jornalistas-da-Gazeta-do-Povo-conversam-com-leitores>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

afinal, depois das 18h sempre é mais complicado encontrar fontes jornalísticas, e é neste horário que a movimentação para o fechamento da edição se inicia (a versão do jornal para circulação no interior deve ficar pronta até as 22h e a versão de Curitiba até as 23h).

A construção da notícia começa pela pauta. Os repórteres e editores costumam receber por e-mail e telefone uma grande quantidade de *releases* de assessorias de imprensa (sugestões de pautas oriundas das partes interessadas) e, com menos frequência, propostas de pautas dos próprios leitores do jornal. Também sempre estão "anteados" para descobrir formas diferentes de tratar de um assunto recorrente e, assim, poder agregar pautas próprias. Ainda que exista liberdade para que repórteres discutam pautas com editores durante o dia de trabalho, é na reunião semanal da editoria que é possível que os colegas conheçam e colaborem com fontes e enfoques no tratamento jornalístico dos acontecimentos pré-escolhidos, além de ser o momento do planejamento de quais temas terão espaço na editoria por dia da semana, conforme o ritmo de apuração e a perecibilidade da notícia. Dessa forma, a cada semana, o repórter sai da reunião de pauta com os temas a serem desdobrados até seu prazo final (*deadline*), ainda que assuntos de última hora podem retirá-lo do seu trabalho "agendado" em função da relevância do fato e da ausência de outro repórter para cobri-lo.

Diante disso, é comum que um jornalista esteja cobrindo duas ou três pautas diferentes por dia, mesmo que ao final de seu expediente entregue apenas uma delas. Situações assim acontecem porque nem sempre é fácil encontrar uma fonte de informação que tenha tempo ou disposição para ser entrevistado. Também o acesso a determinadas informações é, por vezes, difícil e atrasa a pesquisa do repórter. Há ainda os imprevistos de logística: quando o entrevistado atrasa e o repórter precisa cancelar a entrevista que estava na sequência, quando há problemas de trânsito que impedem o rápido deslocamento da equipe até o local do fato, quando a organização da produção de uma pauta é esquecida em razão de demandas de última ordem, quando o trabalho depende da tecnologia e esta falha, etc.

Durante sua rotina, além de trabalharem nas pautas já conhecidas, os jornalistas precisam gerenciar as sugestões de pautas que chegam por telefone e por e-mail. Devido à grande demanda de mensagens eletrônicas que são recebidas, diariamente, muito tempo é gasto selecionando o que é importante do que é descartável em termos de possibilidade de vir a ser notícia (valores-notícia). Acompanhar o noticiário de televisão, assim como ler as principais notícias dos jornais e sites concorrentes também é algo realizado o dia todo pelos jornalistas (no caso da *Gazeta do Povo*, notou-se que os repórteres leem as notícias dos sites *Paraná Online*, *UOL*, *Folha*, *Estadão*, *GI*, *Zero Hora*, além de checar o que está sendo divulgado pelas agências de notícias internacionais, nacionais e do estado).

Através de um sistema interno, cada repórter pode ter acesso ao que foi discutido na reunião de avaliação da edição do dia, na qual os editores-executivos apontam os pontos fracos e fortes da publicação, assim como necessidade de publicação de erratas e suítes (desdobramentos de uma matéria publicada). Aliás, tomar conhecimento do que foi dito por seus superiores sobre seu trabalho é algo que logo é feito, assim como se inteirar sobre os comentários dos colegas (questões relacionadas à mensuração do prestígio que o profissional tem no momento pela equipe do jornal).

A busca por fontes de notícias costuma ser feita junto a jornalistas que já cobriram ou cobrem com frequência determinado assunto, justamente para se certificar de que a pessoa entrevistada é receptiva à imprensa, domina o assunto e/ou é referência na área. A chefe de redação afirmou que a agenda de contatos (ou fontes) é dividida por todos os integrantes de cada editoria, embora tenha sido observado que cada jornalista tem sua própria lista de fontes (e não um documento compartilhado). Encontrar uma fonte de informação que seja adequada ao assunto da notícia e que possa falar dentro do curto prazo que têm os jornalistas (horas ou dias) é um desafio que demanda tempo (para pesquisar as opções e conseguir os contatos) e paciência (para convencê-los da importância de sua participação, mesmo que seja por telefone ou e-mail).

As fontes são essenciais para a produção da notícia. Segundo Alsina (2009, p.162), "[...] o elo entre acontecimento-fonte-notícia é básico para a construção da realidade jornalística", já que os jornalistas não conseguem e nem poderiam estar em todos os lugares onde emergem os acontecimentos que se transformarão em notícias, além de serem fundamentalmente mediadores, e não analistas dos fatos. A credibilidade das notícias também está associada à legitimidade social de quem é consultado pelo jornalista, já que são as fontes que concedem o estatuto de verdade aos discursos jornalísticos. Uma notícia sem fonte é facilmente desacreditada pelo público.

A relação entre jornalistas e fontes são complexas e, muitas vezes, difíceis. Nem sempre os jornalistas estão interessados nas informações que as fontes buscam divulgar, assim como ocorre o contrário: sob a perspectiva das fontes, algumas informações solicitadas pelos jornalistas devem ser mantidas em sigilo. Além disso, nesta articulação existe o desafio da correta interpretação por parte do jornalista, a fim de evitar equívocos ou deturpações da fala da fonte de informação – o que acarreta um bom relacionamento em função da confiança que se adquire por meio do trabalho do jornalista.

Alsina (2009) apresenta uma pesquisa na qual ficam evidentes três tipos de relação entre fontes e jornalistas: 1) a completa independência entre os dois lados (as fontes que poderiam

dar a informação se recusam a transmiti-la e os jornalistas precisam pensar em abordagens alternativas); 2) a fonte e o jornalista cooperam (há interesse do jornalista em divulgar e da fonte em obter divulgação); 3) a fonte é praticamente quem faz a notícia (é o caso das comunicações oficiais). Tais relações exemplificam algumas das situações que estão presentes no fazer das notícias e o quanto pode ser delicado este contato. A discussão mais ampla deste tópico se dará no Capítulo 8.

Retomando as rotinas, não é estranho que jornalistas estejam escrevendo sobre uma estória e minutos depois entrevistem uma fonte sobre um tema completamente diferente. Faz parte de sua rotina dar conta de muitas tarefas e assuntos diferentes. Com o passar das horas e o fim do dia se aproximando, a movimentação na redação aumenta, lembrando que o fechamento da edição está chegando. Por volta das 18h30, os repórteres que precisam fechar as matérias para o dia seguinte começam a redigir o texto com as informações previamente coletadas e investigadas. Informam-se com os editores e paginadores sobre o número de caracteres disponíveis (o quanto podem escrever) e a qualidade das fotografias ou tamanho do infográfico (se é que existe espaço para isso).

Com o texto concluído pelo repórter, é hora de o editor ler a matéria e fazer os ajustes necessários para torná-la mais clara e atrativa. Na sequência, o texto com suas ilustrações segue para o paginador, que organizará as informações visuais e textuais de modo a tornar o conjunto esteticamente agradável e jornalisticamente inteligível. Após este processo, a página é impressa para que o revisor cheque se a redação está coesa e de acordo com as normas da língua portuguesa. Só então, depois de todas as alterações necessárias realizadas, é que o trabalho do repórter poderá seguir para a impressão final da edição, que circulará no dia seguinte. É a partir deste momento que o trabalho ganha concretude (as notícias nas páginas do jornal) e, nesta análise, passa a ser entendido como texto.

5.5.2 Etapa 2: Estudo sobre as percepções e discursos dos jornalistas que produziram notícias sobre MCs

Os jornalistas (repórteres e editores) acompanhados durante a observação participante – e, portanto, que trabalharam com a temática das MCs –, assim como outros dois profissionais, localizados em sucursais, que assinaram matérias sobre o assunto nesse mesmo período, foram entrevistados e inquiridos por meio de questionário no começo do ano de 2014. Das nove entrevistas feitas, todas com roteiro semiestruturado (ver Apêndice B), sete foram presenciais, na própria redação do jornal, e duas via *Skype* (em razão da distância geográfica).

O roteiro, composto por perguntas abertas, demorava cerca de 40 minutos para ser respondido e foi destinado exclusivamente a este grupo de sujeitos. Já o questionário aplicado (ver Apêndice A) é o mesmo para todos os outros envolvidos (fontes de informação e leitores).

Esta foi a etapa de conversar com os jornalistas individualmente sobre o que pensam a respeito das mudanças climáticas, das suas incertezas, riscos e possibilidades de enfrentamento, de modo a confrontar, posteriormente, suas percepções com o trabalho efetuado. As entrevistas em profundidade, com perguntas semiestruturadas, têm o propósito de checar quais são as preocupações dos jornalistas frente à produção de notícias atreladas às mudanças climáticas.

A entrevista em profundidade, bastante conhecida na área das Ciências Sociais, é considerada uma técnica dinâmica e flexível para descrever processos complexos nos quais o entrevistado esteve envolvido, sendo útil para a apreensão da realidade do outro (DUARTE, 2010). No entanto, é importante lembrar que, para seu uso em pesquisa, a elaboração e explicitação de procedimentos metodológicos específicos se fazem imprescindíveis: a validade dos resultados dependerá da coerência e rigor com os quais o marco teórico, os objetivos da investigação, os critérios de seleção dos entrevistados e demais aspectos da realização das entrevistas estarão entrelaçados e justificados.

Assim, entrevistaram-se os nove jornalistas que produziram as notícias em 2013 (aqueles que conseguiram ser identificados por meio da observação participante ou de assinaturas nas notícias) e os editores responsáveis por elas (no caso, das editorias de *Mundo e Vida e Cidadania*). Para cumprir com a cláusula de anonimato, identifica-se os jornalistas, sempre no masculino, apenas como J1, J2, J3... e assim por diante.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. A análise de cunho qualitativo se deu a partir de uma comparação sistemática das respostas, seguida da criação de categorias temáticas, que buscam evidenciar os aspectos das falas que se repetem. Esta proposta é baseada na Análise de Conteúdo, uma proposta quanti-qualitativa que tem como fim a descrição objetiva e sistematizada do conteúdo dos textos. Bardin (2014) lembra que, com os anos, esta técnica de investigação deixou de ter exclusivamente um alcance descritivo para revelar sua função de inferência. A intenção é reter elementos que permitam elucidar a forma como os produtores da notícia percebem e tratam o tema no decorrer de sua rotina.

Segundo Bardin (2014), a Análise de Conteúdo é um método empírico que não possui uma estrutura rígida, mas sim algumas regras de base, como obedecer às categorias construídas (que devem ser homogêneas, exaustivas, exclusivas, objetivas e adequadas), e delimitar as unidades de registro (palavras ou expressões). É composta por três momentos sucessivos: a pré-análise, constituída pelo primeiro contato com o material e que costuma ser

chama de "leitura flutuante"; a exploração do material (ou codificação), que envolve a escolha das unidades de análise (recorte), a seleção das regras de contagem das unidades de análise (enumeração) e a escolha das categorias (categorização); e o tratamento dos resultados, que envolve a interpretação e a inferência.

Esta análise, de caráter categorial, passa pelo crivo da classificação e do recenseamento de acordo com a frequência de presença das unidades de registro. Apesar das diversas funções possíveis, aqui se detém na descrição analítica relacionada à análise de "significados" (como uma análise temática). Entretanto, este processo não se esgota em si. Bardin (2014, p.40) destaca: "a intenção da análise de conteúdo é a *inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)*" (grifo do autor).

Nesta perspectiva, o analista trabalha com índices (vestígios), derivados da primeira etapa descritiva, para então seguir para a interpretação. A inferência (ou dedução lógica) é o procedimento intermediário, que permite a passagem de uma etapa para outra. É algo que pode ser aplicado com êxito em questionários, nos quais originam dados textuais por meio das questões abertas, em entrevistas e matérias jornalísticas.

Além das entrevistas, foi aplicado o questionário padrão de percepção de risco construído para esta pesquisa. Este instrumento tem como objetivo "[...] medir atitudes, opiniões, percepções e valores" (COUTINHO, 2013, p.115), usando, geralmente, o questionário de tipo escala. Aqui se fez uso da escala de Likert, um tipo de escala bastante usado em questionários, no qual os respondentes especificam seu nível de concordância com determinada afirmação, variando de uma resposta altamente positiva para outra altamente negativa.

O pré-teste deste questionário, realizado a fim de evidenciar possíveis falhas existentes nas perguntas e/ou respostas, foi aplicado com alunos e ex-alunos do próprio programa de pós-graduação, que constitui um público heterogêneo do ponto de vista de formação profissional. A organização das questões foi pensada em quatro blocos, que reuniam perguntas por temáticas específicas: 1) Comunicação; 2) Mudanças Climáticas; 3) Governança Climática; e 4) Riscos.

O questionário é um instrumento constituído por uma ordem de perguntas, que podem ser abertas ou fechadas, o qual deve ser respondido por escrito e sem a presença do entrevistador. (LAKATOS; MARCONI, 2003). Embora feito para ser respondido de forma autônoma (e, assim, poupar esforços do investigador), nesta pesquisa foi aplicado posteriormente à entrevista, de forma a complementar os dados da pesquisa e, no caso dos jornalistas, quase todos foram respondidos na presença da pesquisadora. Esta estratégia foi

adotada pensando em esclarecer eventuais dúvidas dos respondentes e evitar devoluções de questionários sem algumas respostas.

Para analisá-los, em função da maioria de suas respostas serem fechadas, se fará um esforço de análise quantitativa, seguida de outra qualitativa por meio de categorizações, em conformidade com os pressupostos metodológicos da Análise de Conteúdo. Sublinha-se que esta análise quantitativa simples não é central no escopo do trabalho.

5.5.3 Etapa 3: Estudo sobre as percepções e discursos das fontes de informação citadas nas notícias sobre MCs

Esta etapa é, em termos de procedimentos metodológico, idêntica à anterior, porém feita com um grupo de atores diferentes: as fontes de informação. O critério de seleção da amostra se baseou no fato de o sujeito ser consultado como fonte de informação nas notícias sobre MCs no período analisado (2013), especialmente o de observação participante. Em razão das fontes de informação consultadas pelo jornal *Gazeta do Povo* serem, majoritariamente, fontes nacionais (e não locais), as entrevistas precisaram ser feitas por *Skype* ou telefone. Apenas três pessoas citadas nas matérias sobre MCs do referido jornal eram residentes em Curitiba.

As entrevistas em profundidade realizadas com esse grupo de atores sociais enfatizavam questões próprias da sua situação em relação ao jornal, mas o questionário de percepção de risco, como já dito, era o mesmo. O roteiro desta entrevista pode ser encontrado no Apêndice C.

Ressalta-se que o fato de as entrevistas não serem presenciais em alguns momentos prejudicou a conclusão do roteiro – já que os entrevistados encerravam a pesquisa por alegar que tinham outro compromisso ou eram interrompidos e depois custavam a retornar ou não o faziam. Como além da entrevista havia a necessidade de preenchimento do questionário (Apêndice A), necessitou-se de muito mais tempo para que a pesquisadora conseguisse compilar entrevistas e questionários de cada um. Os questionários, nesse caso, foram enviados por e-mail e nem todos retornaram ou ainda foram devolvidos com questões em branco. Dessa forma, embora tenha conseguido falar com 15 fontes de informação do Brasil, nesta pesquisa utiliza-se apenas as transcrições de 13 entrevistas – daqueles que devolveram o questionário sobre percepção de risco respondido.

Acrescenta-se ainda que, tendo em vista o grande número de notícias sobre o tema com fontes internacionais, fez-se uma tentativa de contatar pesquisadores e negociadores da COP por e-mail. O primeiro desafio, como no caso nacional, foi conseguir direcionar as

intenções da pesquisa e justificar por que o contato estava sendo feito – sublinha-se que muitas das fontes consultadas nem conheciam o jornal *Gazeta do Povo*, pois foram entrevistadas por agências de notícias que vendem seu material para diferentes veículos. Em seguida, conquistar um espaço na agenda desses profissionais, geralmente especialistas renomados internacionalmente ou nacionalmente.

Para as fontes internacionais, selecionaram-se apenas quatro questões do roteiro e foi enviado o questionário padrão traduzido para o inglês. No entanto, embora no primeiro contato houvesse interesse, apenas quatro fontes internacionais responderam às questões e ao questionário – e, mesmo assim, alguns estão incompletos. Houve um dos contatados que só devolveu o questionário e outro que só respondeu às questões abertas enviadas por e-mail. Em razão da incompletude de informações recebidas, assim como o desconhecimento das dinâmicas locais, alvo da pesquisa, optou-se por focar apenas nas fontes nacionais.

As análises das entrevistas e dos questionários de percepção foram feitas a partir da mesma lógica exposta no caso das informações recolhidas com jornalistas. Aliás, deixa-se claro que o objetivo do trabalho é analisar sob a mesma óptica os três momentos diferentes do circuito, a fim de buscar, ao final, a triangulação de todos os dados.

5.5.4 Etapa 4: Mapeamento de todas as notícias publicadas no site *Gazeta do Povo*

Nesta etapa debruça-se sobre o texto, a notícia sobre mudanças climáticas. O primeiro movimento de investigação foi rastrear todas as notícias relacionadas ao tema das MCs no buscador da versão digital do jornal (que disponibilizava a versão integral do jornal impresso). As notícias analisadas nesta pesquisa foram aquelas publicadas no ano de 2013, como já mencionado em outros momentos do texto.

O mapeamento das notícias sobre o tema foi realizado por meio de busca no próprio site do veículo por meio de palavras-chave relacionadas ao tema. Artigos de opinião e comentários dos leitores foram desconsiderados, tendo em vista que o objeto da investigação são os *frames* utilizados pelos jornalistas para tratar do tema. Assim, foram encontradas 21 notícias ou reportagens que apresentavam relação com o assunto no primeiro semestre de 2013 e outras 51 no segundo, totalizando um *corpus* de 72 textos. Mais detalhes sobre este processo podem ser encontrados no Capítulo 6.

O segundo movimento de análise foi interpretar, por meio da sistematização em categorias, os discursos das notícias localizadas. Nesse sentido, o objetivo é, a partir da Teoria do Enquadramento (ou Teoria do *Framing*),⁷⁵ perceber quais são as ideias que estão mais salientes a respeito do tema em questão na cobertura da *Gazeta do Povo*. Afinal, o *frame* ou enquadramento gera formas diferentes de ver a realidade, relacionando-se com a estruturação do discurso (CARVALHO, 2000). As visões de mundo oferecidas pela mídia por meio da elaboração de notícias são repercutidas em grandes públicos, colaborando para que certos significados (mais que outros) se enredem no cotidiano das pessoas. Assim, utiliza-se o conceito de enquadramento para observar o que se sobressai na construção discursiva das notícias. Carvalho (2000, p.145) assinala que "um 'frame' é visto como uma ideia central que subjaz e orienta a construção de textos", noção relacionada ao entendimento de Entman⁷⁶ (1993).

Soares (2009) destaca que, para Entman (1993), a repetição, a associação reforçada e a focalização tornam o enquadramento uma interpretação básica mais memorável do que outras. Assim, os fatores fundamentais do enquadramento são a seleção e a saliência de determinados aspectos da realidade, o que promove uma interpretação causal, uma avaliação moral. Porto (2007), também a partir de Entman, caracteriza o enquadramento como uma "ideia central organizadora", lembrando que ela é capaz de tipificar, diagnosticar, avaliar e até prescrever.

A teoria do enquadramento possui diferentes perspectivas e múltiplos usos sendo, por isso, essencial que se apresente de forma clara e fundamentada a linha teórica escolhida. Nesta pesquisa utiliza-se a noção de *frame* como operacionalizadora de uma Análise de

⁷⁵ O conceito de *frame* foi cunhado pelo antropólogo Gregory Bateson em 1955, no âmbito da Psicologia, e apenas em 1974 passou a ser utilizado também na Sociologia, em razão do trabalho de Erving Goffman intitulado *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*, no qual o *frame* deixa de ser usado para explicar somente como se organizam os acontecimentos na mente dos indivíduos e ganha um sentido mais amplo, voltando-se para a sociedade como um todo. Já os estudos da teoria do *framing*, derivados dessa compreensão, adentram o campo da Comunicação Social no fim dos anos 1970, a partir das contribuições da sociologia interpretativa. A obra *Making news*, de Gaye Tuchman, publicada em 1978, introduz um ponto de vista interno sobre o trabalho dos jornalistas, relacionando o conceito ao modo de organização das informações dos meios de comunicação (SÁDABA, 2001).

⁷⁶ Robert Entman acredita que os *frames* não estão apenas nos textos, mas também, de algum modo, no emissor, no receptor e na cultura onde aparece a mensagem. Tal concepção compreende que os *frames* são compartilhados por todas as etapas do processo de comunicação, sendo tanto princípios metais de processamento, como características textuais. Apesar deste entendimento, Entman (1993) atrela os *frames* jornalísticos diretamente aos textos e usa o verbo *to frame* para indicar "*la selección de algunos aspectos de la realidad percibida y hacerlos más prominentes en un texto comunicativo, de manera que promuevan definiciones particulares de los problemas, interpretaciones causais, evaluaciones morales y/o recomendaciones para el tratamiento del asunto descrito*". Esta definição é uma das que mais tem impactado o campo da Comunicação, tendo em vista a quantidade de vezes que é citada (SÁDABA, 2007).

Conteúdo, conforme já fez Painter (2013) em uma pesquisa com objetivos semelhantes.⁷⁷ As categorias utilizadas por este autor foram apropriadas e/ou adaptadas, de modo que analisou-se as matérias jornalísticas a partir de categorias predefinidas, ou seja, estipuladas antes da análise propriamente dita. Tal escolha busca correlacionar os resultados encontrados com aqueles achados por Painter. Este aspecto difere das demais etapas, já que a especificidade das perguntas para diferentes grupos de sujeitos nos fez construir categorias próprias, a partir do referencial teórico e da leitura exploratória dos dados (a pré-análise).

5.5.5 Etapa 5: Estudo com os leitores do referido jornal que tivessem relação com a questão ambiental em quatro diferentes setores

Com o intuito de compreender como a notícia alcança seu público e de que maneira a construção de seus conteúdos influencia ou não no engajamento dos cidadãos, optou-se por fazer um breve estudo com os receptores deste processo. Os leitores da *Gazeta do Povo* são o público-alvo desta etapa, mas, de modo a operacionalizar a pesquisa e fechar o circuito da notícia, selecionaram-se grupos de interesse que, em diferentes graus, estão atrelados à temática ambiental. Esta amostra (que são os sujeitos selecionados para representar uma certa população, de onde são oriundos) é composta por 40 leitores do jornal que, em razão de interesses pessoais e/ou profissionais, já estão familiarizados com aspectos das MCs.

Como o veículo estudado não nos deu acesso à sua relação de assinantes, o processo de seleção do grupo de leitores que participariam da pesquisa foi bastante demorado. Pensando nos diferentes segmentos e/ou setores da sociedade que podem ter visibilidade ao promoverem a governança climática, selecionou-se quatro diferentes grupos: 1) leitores atrelados ao governo (nas diferentes esferas); 2) leitores vinculados às Organizações Não Governamentais (ONGs); 3) leitores ligados às empresas privadas; e 4) leitores que trabalham com educação e pesquisa científica. Lembrando-se então que nossa amostragem é não probabilística, isto é, não se pode especificar a probabilidade de cada sujeito pertencer a uma dada população (COUTINHO, 2013). Tendo em vista que cada sujeito da amostra precisava se encaixar em três "categorias"

⁷⁷ Painter (2013), na sua obra *Climate change in the media*, faz sua análise das notícias sobre mudanças climáticas a partir de enquadramentos. Em sua investigação ele analisou cerca de 350 notícias sobre as coberturas dos relatórios do IPCC e do degelo do Oceano Ártico, de seis países diferentes – Austrália, França, Índia, Noruega, Reino Unido e Estados Unidos –, buscando verificar como as incertezas, os riscos e as oportunidades deste fenômeno eram ditas e/ou ressaltadas. Sua pesquisa demonstrou que as mensagens dominantes são ainda aquelas que remetem aos desastres ou incertezas.

para participar desta pesquisa – 1.º) se considerar leitor da *Gazeta do Povo*; 2.º) possuir relação pessoal ou profissional com a temática ambiental; 3.º) pertencer a um dos segmentos investigados: governo, ONGs, empresas privadas e educação e pesquisa –, enquadrando-se nossa amostragem como sendo criterial, aquela em que o investigador seleciona a amostra de acordo com parâmetros pré-definidos. Tal tipo de seleção é mais apropriado para abordagens qualitativas.

Este recorte, bastante reduzido, fez-se necessário a partir do momento que se percebeu que as notícias sobre MCs não eram constantes no jornal estudado (as MCs não são um assunto recorrente nas páginas dos jornais brasileiros). Buscou-se um público leitor que tivesse alguma relação com o tema de meio ambiente na tentativa de qualificar o debate sobre as MCs. De igual forma, os setores/segmentos foram escolhidos partindo da exposição que sua responsabilidade social teria se engajada com o enfrentamento das mudanças do clima.

Após estabelecer quem seriam os sujeitos-alvo desta etapa de investigação, foram enviadas cartas-convite para participação da pesquisa para listas e grupos de discussão sobre meio ambiente, para pesquisadores da área de MCs, para instituições públicas e privadas. Este trabalho começou a ser desenvolvido em maio de 2014, mas custou muito a ser concluído, tendo em vista a dificuldade dos sujeitos se enquadrarem nos três critérios já ditos. Muitos contatados mostravam-se abertos à participação, mas confessavam não ler o jornal local de maior circulação no estado – especialmente no caso de pesquisadores. Outros confirmaram a participação, mas tinham agendas de trabalho muito difíceis, o que acabou extrapolando o cronograma previsto.

Além disso, como os envios de cartas-convite não se mostraram suficientes para todos os segmentos, começou-se a pedir indicações dos sujeitos já entrevistados (apelou-se para a técnica da "bola de neve"). Os meses de maio e junho foram de intensa procura e também realização de entrevistas em profundidade com os leitores.⁷⁸

Assim, como no caso dos jornalistas e das fontes de informação, os questionários são analisados quanti-qualitativamente e as entrevistas são analisadas a partir de categorizações. A intenção primeira é poder comparar as respostas dos diferentes segmentos/setores de leitores

⁷⁸ O fato da realização da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, no mês de junho, tendo Curitiba como uma das cidades-sede, foi um dos fatos que retardou a conclusão das entrevistas, já que muitos participantes adiaram as entrevistas em razão dos jogos de futebol. Outra questão que deve ser esclarecida é que a pesquisadora estava às vésperas de viajar para Portugal, onde realizou estágio sanduíche com financiamento da Capes, sendo necessário dividir seus esforços e tempo com os trâmites burocráticos conhecidos de uma viagem internacional de seis meses. Com o objetivo de não prejudicar o andamento da tese e nem concluir o campo em outra fase temporal, solicitou-se ajuda de duas jovens pesquisadoras da área da Comunicação, ambas mestres e com experiência em pesquisa de campo com sujeitos, para finalizar as entrevistas com leitores já marcadas. Foram estas que fecharam a coleta de dados (gravação de entrevistas e preenchimentos dos questionários) para que em julho se iniciassem as transcrições.

e, posteriormente, no caso dos questionários, comparar as respostas dos jornalistas, fontes de informação e leitores. O roteiro com perguntas semiestruturadas aplicado no caso dos leitores possui questões específicas, articuladas com sua posição no circuito da notícia, e outras idênticas aos outros roteiros (Apêndice D).

5.5.6 Etapa 6: Triangulação dos resultados a partir da Hermenêutica de Profundidade (HP)

Todas as etapas descritas acima visam esclarecer os procedimentos metodológicos adotados na coleta e posterior análise do *corpus* empírico por partes, ainda que determinadas etapas (como o mapeamento das fontes e dos jornalistas que assinaram as notícias e a análise de enquadramentos) tenham sido desenvolvidas simultaneamente. As transcrições das entrevistas, assim como as anotações dos processos no diário de campo serão observados à luz dos objetivos desta pesquisa, de forma predominantemente qualitativa, a partir do percurso do circuito da notícia e de categorias estruturadas em razão das percepções dos riscos climáticos verificadas no *corpus* empírico. A triangulação final das análises será feita à luz do marco referencial metodológico proposto por John Thompson (1995), como já descrito no começo deste capítulo.

É importante lembrar que comparações entre as respostas dos questionários de grupos diferentes, assim como respostas das perguntas idênticas feitas aos sujeitos desta pesquisa também estão previstas. A comparação entre dados oriundos do mesmo processo, sob as mesmas condições, é feita de modo a melhor compreender as etapas e especificidades do circuito da notícia. Ela está em consonância com a intenção da entrevista semiestruturada, já que aquela não estruturada dificilmente terá informações semelhantes a partir de perguntas diferentes.

A parte final apresenta a triangulação dos diferentes momentos do circuito da notícia (produção, texto e recepção). Logo, explicita-se que, para além das análises de cada uma das fases do processo, buscar-se-á fazer um movimento analítico sobre as percepções dos riscos de todos os atores sociais envolvidos em um sentido mais amplo, de modo a revelar a circularidade do processo comunicacional das MCs.

Para tanto, aciona-se a HP como método de análise de dados qualitativos. Coutinho (2013, p.228) avalia que a hermenêutica, sob esse ponto de vista, "[...] sugere formas de buscar significados latentes em textos escritos", a partir de um movimento cíclico do todo para a parte e da parte para o todo.

Faz-se necessário dizer que o entendimento de "triangulação" envolve, de acordo com Coutinho (2013, p.239), "[...] uma combinação de pontos de vista, métodos e materiais

empíricos diversificados suscetíveis de 'constituírem uma estratégia capaz de acrescentar rigor, amplitude e profundidade à investigação' (DENZIN; LINCOLN, 2000, p.5)''.

Quando dois resultados se contradizem, as diferenças fazem com que o investigador busque explicações que esclareçam o quadro interpretativo. A proposta de comparar resultados de métodos de coleta diferentes é bastante conhecida nos estudos etnográficos, quando se compara o que os sujeitos falam e aquilo que fazem.

Dessa forma, a opção por uma triangulação ou integração metodológica busca correlacionar os diversos achados da pesquisa, de modo a compreender a processualidade do funcionamento desde a produção até a recepção das notícias sobre MCs. Sob a óptica da interdisciplinaridade, a qual nos diz que é preciso ultrapassar as barreiras disciplinares para compreender os fenômenos híbridos e complexos, que emergem da crise ambiental, faz-se um esforço para transpor as dicotomias entre quantitativo e qualitativo, assim como as "purezas" de cada teoria, apostando na complementariedade metodológica para implementar e aprimorar a pesquisa empírica.

Thompson (1995) desenvolveu o enfoque tríplice para dar conta da análise das mensagens oriundas dos meios de comunicação de massa, tendo em vista a circularidade destas formas simbólicas. Assim como a proposta do circuito da notícia, o autor propõe análises particulares sobre cada fase (produção, construção e recepção), porém sublinha a necessidade de interpretar e reinterpretar suas inter-relações de forma sistemática. Dessa maneira, mesmo sem a finalidade de interpretar o caráter ideológico das mensagens, como fez Thompson (1995), adota-se seu esquema devido à lógica de continuidade e interdependência das etapas para melhor compreensão da apropriação das formas simbólicas.

A partir de pressupostos teóricos construcionistas e abordagens metodológicas de cunho fundamentalmente qualitativo, chamam-se campos de estudos diferentes para tratar de temas transversais, como os riscos, as mudanças climáticas e a governança. Embora respeite-se as linhas tradicionais de pesquisas, que seguem padrões mais rígidos (ou menos flexíveis) de trocas com outros campos teóricos ou instrumentos metodológicos, reivindica-se um arcabouço multidisciplinar na tentativa de tecer novos cruzamentos ou propiciar novos *insights* para avançar nas investigações de fenômenos que se situam nas fronteiras dos campos e demais segregações do fazer científico.

5.6 ORGANIZAÇÃO DAS ANÁLISES

A investigação sobre as notícias que tratam das MCs compõem o primeiro capítulo das análises (Capítulo 6), a fim de permitir uma leitura comparativa entre as percepções dos diferentes grupos de atores envolvidos no circuito da notícia (jornalistas, fontes de informação e leitores), que são apresentadas nos Capítulos 7, 8 e 9 respectivamente. O Capítulo 10 é dedicado à triangulação dos resultados.

Optou-se por estruturar a primeira parte dos capítulos relacionados com os sujeitos pesquisados a partir da mesma lógica, de modo a facilitar as comparações e relações posteriores, pois referem-se ao questionário de percepção de risco, localizado no Apêndice A (que, como já foi dito, é o instrumento idêntico a todos os grupos) e aquelas perguntas dos roteiros específicos que são iguais.

Todas as análises dos questionários são divididas a partir dos quatro grandes eixos abordados neste trabalho: 1) Mudanças Climáticas, 2) Comunicação/Jornalismo, 3) Governança e 4) Riscos, conforme a formatação estruturada nos próprios instrumentos de coleta de dados (Apêndice A). Este instrumento foi examinado a partir do Quadro 3, situado no Capítulo 3, construído de modo a agrupar os fatores de percepção de risco associados às MCs em categorias temáticas. Assim, as perguntas dos questionários, previamente pensadas em razão da revisão de literatura sobre percepção de riscos, são articuladas com as nove categorias relacionadas aos fatores de percepção dos riscos climáticos, a lembrar: 1) ameaça; 2) informação; 3) exposição; 4) credibilidade; 5) confiabilidade; 6) domínio; 7) preocupação; 8) sensação; e 9) justiça. Estas categorias são trazidas durante as análises dos questionários em *itálico*, de modo a destacar as respostas com as interpretações sobre percepção de risco agrupadas em cada uma delas.

Ainda na primeira parte – e, portanto, comum a todos os grupos de atores entrevistados –, são esmiuçadas as perguntas abertas que constam nos três roteiros. As entrevistas são analisadas de modo a complementar as inferências sobre percepção de risco obtidas através do questionário e tratar de questões mais específicas a respeito da percepção dos sujeitos. Conforme já dito, a leitura dos dados é feita por meio de uma análise interpretativa das entrevistas organizada por meio de categorias temáticas, atreladas aos objetivos e referencial teórico discutido nesta tese. Após a leitura flutuante das transcrições, as respostas dos entrevistados foram agrupadas em torno das categorias temáticas, atreladas aos fatores de percepção de risco já apresentados, detalhados no Quadro 4, apresentado na sequência:

QUADRO 4 - CATEGORIAS TEMÁTICAS ASSOCIADOS AOS FATORES DE PERCEPÇÃO DE RISCO UTILIZADAS PARA AS ANÁLISES COMUNS DAS ENTREVISTAS

QUESTÕES ASSOCIADAS	FATOR(ES) DE PERCEPÇÃO DE RISCO RELACIONADO	CATEGORIA TEMÁTICA
O que entende que são MCs?	Familiaridade/Nível de conhecimento	Conceito
Qual é a sua opinião sobre a importância que o tema mudanças climáticas tem dentro o rol de assuntos do jornal?	Grau de importância pessoal	Relevância da pauta
Quais são os enfoques recorrentes?	Familiaridade/ nível de conhecimento	Enquadramento
Você percebe, quando se fala em mudanças climáticas, riscos vinculados a esse tema? Quais?	Gravidade/potencial catastrófico/impacto	Negatividade
Como você vê que esses riscos, as consequências negativas das MCs, atingem o leitor? Na sua opinião, eles tendem a ficar inertes (paralisados em razão da ameaça) ou partir para ação?	Confiança em relação aos mecanismos e entidades de controle e gestão do risco Gravidade/potencial catastrófico/impacto	Reação do público
Como a imprensa poderia auxiliar no enfrentamento do risco?	Controle Equidade	Enfrentamento da imprensa
Como você percebe as incertezas científicas que estão relacionadas às mudanças climáticas?	Confiança em relação à fonte de informação do risco Familiaridade/Nível de conhecimento	Relação com a ciência
O quanto acha que a <i>Gazeta do Povo</i> exerce influência sobre os leitores?	Confiança em relação à fonte de informação do risco	Influência sobre o público
Você acha que em Curitiba mudanças climáticas já pode ser considerado um assunto local?	Percepção sensorial Exposição/aceitabilidade do risco	Relação com o local

FONTE: BELING LOOSE (2016).

(1) Salienta-se que aqui o termo "enquadramento" apenas denomina uma das categorias da Análise de Conteúdo feita com os dados coletados dos atores sociais, diferindo-se, assim, do emprego anterior do conceito (aplicado nos textos), associado à Teoria do Enquadramento.

As categorias acima são indicadas na medida em que os resultados vão sendo apresentados e discutidos. Elas não recebem evidência (não são tomadas como seções como as categorias temáticas específicas de cada grupo, apresentadas na segunda parte de cada capítulo) nesta parte, mas serão os eixos utilizados para a comparação por grupos na análise conjunta e, por isso, são sinalizadas apenas com o propósito de facilitar as amarrações que estão por vir, sobretudo no capítulo da triangulação final.

Na **Parte 1** de cada capítulo, os questionários e as perguntas comuns dos roteiros são analisados ao mesmo tempo, já que foram pensados como instrumentos complementares, ou seja, a análise desta parte é comum a todos os três grupos de atores da pesquisa. Apesar das categorias temáticas utilizadas nas perguntas comuns das entrevistas e dos questionários serem apresentadas da mesma maneira (em itálico), a partir de uma interpretação dos resultados,

chama-se a atenção o fato de que cada instrumento possui um conjunto de categorias diferentes: o questionário é associado às categorias em razão apenas dos fatores de percepção de risco (Quadro 3), enquanto a parte comum das entrevistas é observado em razão desses fatores e de questões relevantes no âmbito da investigação (Quadro 4). Importante apontar que o desenvolvimento desta leitura se dá em razão das divisões e/ou eixos que cruzam esta investigação centrada nas percepções dos atores envolvidos no circuito da notícia: 1) Mudanças Climáticas; 2) Comunicação/Jornalismo; 3) Governança; e 4) Riscos. Esta separação já aparece na própria formatação dos questionários aplicados (Apêndice A).

Já na **Parte 2** de cada capítulo, as perguntas específicas para cada grupo de atores sociais são analisadas, a partir de uma terceira categorização, especialmente feita a partir das condições, normas e papéis de cada grupo de atores no contexto do circuito da notícia. A **Parte 2** é, portanto, particular e possui categorias temáticas próprias para jornalistas, fontes de informação e leitores. Esta categorização feita em razão de questões condizentes apenas para determinado grupo é apresentada em formato de quadro no próprio capítulo de análise de cada um deles. Assim, de forma diferente que na primeira parte (onde os quatro grandes eixos da pesquisa demarcam as seções), na segunda são as categorias temáticas que norteiam as interpretações.

Estas classificações se fizeram necessárias não somente pelos diferentes lugares dos quais se observa a circulação das notícias sobre MCs (produção, texto e recepção), mas também das peculiaridades próprias dos instrumentos de coleta de dados adotados. O Apêndice E apresenta as diversas categorias temáticas acionadas durante as análises, de modo a explicitar a lógica construída.

6 ANÁLISE DOS ENQUADRAMENTOS DAS NOTÍCIAS⁷⁹

Ao apontar o estudo do enquadramento jornalístico como um espaço de construção de conhecimento sobre determinado tema, não significa absolutamente uma percepção de que o Jornalismo "determina" visões de mundo. Antes, entendemos que o Jornalismo, assim como outros espaços sociais, realiza uma "oferta" de sentidos, fazendo parte, portanto da construção social de diferentes formações discursivas, lugares da constituição de sentido. (MORAES, 2015, p.89).

Neste capítulo apresenta-se a análise de enquadramentos das notícias publicadas sobre MCs no ano de 2013. Ao analisar o tipo de enquadramento que é mais recorrente na *Gazeta do Povo*, procura-se encontrar saliências que, provavelmente, contribuirão na forma como o público leitor irá compreender as mudanças climáticas.

Inspirou-se na análise empreendida por Painter (2013). O autor analisou cerca de 350 notícias sobre as coberturas dos relatórios do IPCC e do degelo do Oceano Ártico, de seis países diferentes – Austrália, França, Índia, Noruega, Reino Unido e Estados Unidos –, verificando como as incertezas, os riscos e as oportunidades deste fenômeno eram ditas e/ou ressaltadas. Sua pesquisa demonstrou que as mensagens dominantes são aquelas que remetem aos desastres, aos riscos das mudanças do clima, ou às incertezas relacionadas ao debate entre a maioria dos cientistas que acreditam que o fenômeno esteja ocorrendo e que a ação antropogênica é contributiva *versus* aqueles que discordam desta posição.

Em consonância com o estudo de Painter (2013), aqui se propõe conferir os enquadramentos das notícias publicadas, pensando na relação risco *versus* prevenção e certeza *versus* incerteza científica. Ressalta-se que o termo 'certeza' é utilizado como uma simplificação da linguagem. Cientificamente esta questão é tratada em termos de confiança e de probabilidade. Quando há menção da 'certeza científica' no texto, refere-se a um elevado grau de consenso no conhecimento científico. Também observam-se enquadramentos atrelados aos temas de enfrentamento e de responsabilidade. Tais escolhas são motivadas pelos objetivos que norteiam este trabalho, dentre eles averiguar as percepções de riscos climáticos dos atores sociais envolvidos no circuito da notícia e como estas corroboram ou não possíveis ações de governança.

⁷⁹ As análises sobre enquadramentos apresentadas neste capítulo são oriundas do trabalho realizado durante o estágio doutoral, financiado pela Capes, na Universidade do Minho (Braga, Portugal), e já foram publicadas em um capítulo de e-book. (LOOSE; LIMA; CARVALHO, 2014, p. 139-156).

6.1 AMOSTRA DAS NOTÍCIAS

As notícias analisadas, como já informado, foram coletadas no ano de 2013, no qual ocorreram pelo menos três acontecimentos que motivaram a elaboração de notícias sobre o tema mudanças climáticas concentrados no segundo semestre: foram divulgados o 1.º Relatório Brasileiro de Mudanças Climáticas e o 5.º Relatório do Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas, e foi realizada a 19.ª Conferência das Partes (COP-19). O mapeamento das notícias sobre o tema foi realizado por meio de busca no website do jornal (que disponibiliza a íntegra do conteúdo apresentado no jornal impresso) por meio das seguintes expressões: clima, mudanças climáticas, COP-19, IPCC, PBMC, emissões, aquecimento global e Bioclima (nome do programa estadual dedicado à conservação e ao clima). Reconhece-se nesta escolha as limitações inerentes à seleção destas palavras, assim como as possíveis falhas do buscador do jornal.

Artigos de opinião e comentários dos leitores foram desconsiderados, tendo em vista que o objeto da investigação são os *frames* utilizados pelos jornalistas para tratar do tema. Assim, foram encontradas 21 notícias ou reportagens que apresentavam relação com o assunto no primeiro semestre de 2013 e outras 51 no segundo, totalizando um *corpus* de 72 textos. Esclarece-se que mais notícias foram encontradas a partir da busca apresentada, mas algumas delas foram excluídas deste *corpus* por apresentarem um sentido diferente e distante do tema desta pesquisa ou ainda porque sua menção se mostrou periférica no contexto da informação.

Esclarece-se também que muitas matérias sobre o tempo e prejuízos trazidos por chuvas e/ou queimadas apareceram, especialmente quando se fez a busca com a palavra 'clima'. Porém, mantiveram-se para a análise somente aquelas que apresentavam alguma relação com a ideia de mudança climática explicitamente. Logo, após a seleção por meio do buscador do jornal, houve uma segunda triagem, atentando para a temática precisa da notícia, e só permaneceram como *corpus* empírico desta investigação aquelas com claras evidências de que se encaixavam no escopo da temática principal.

Como já dito, a análise destas notícias será feita a partir da teoria do enquadramento, que originalmente visava compreender o modo como os homens conheciam seu entorno social e lhe outorgavam significado, e que, nos dias de hoje, passa obrigatoriamente por uma leitura do que sucede no mundo por meio da mídia (SÁDABA, 2007), já que os meios de comunicação tornaram-se centrais nas sociedades contemporâneas. Por meio da observação das notícias, reparando a seleção e composição (CARVALHO, 2000), compreende-se o *frame* como um mediador da relação do leitor com o mundo.

Desta forma, detectar as predominâncias, ausências e modos de dizer das notícias dá pistas de como a *Gazeta do Povo* "reelabora" os fatos para seus públicos. Na pesquisa realizada pela Andi (2010), chamada *Mudanças climáticas na imprensa brasileira: uma análise comparativa de 50 jornais nos períodos de julho de 2005 a junho de 2007- julho de 2007 a dezembro de 2008*, a análise do enquadramento foi utilizada buscando mostrar de que tipo eram os enfoques principais das matérias. Como resultado, a investigação revelou:

Como era de se esperar, o enquadramento ambiental acabou predominando (exceto para os jornais econômicos), contudo, a perspectiva econômica/financeira também recebeu um expressivo destaque, sendo a segunda mais frequente no conteúdo pesquisado – alavancada, principalmente, pelos jornais econômicos, pelos debates sobre energia e por colunistas que deram destaque ao tema. O terceiro enquadramento mais comum foi aquele relacionado à perspectiva política. Somente depois aparece a abordagem de cunho científico, resultado que certamente contradiz a idéia de que esse é um debate restrito aos especialistas no assunto. (VIVARTA, 2010, p.49).

Na mesma pesquisa, o enquadramento temático em relação ao risco e à prevenção foi investigado. A constatação é de que houve uma evolução de uma cobertura mais catastrofista para outra de caráter mais preventivo com o passar dos anos.

Partindo dos objetivos da tese e em consonância com o estudo de Painter (2013), aqui se propõe examinar os enquadramentos das notícias publicadas pensando na relação risco *versus* prevenção, mas também analisar como as MCs são apresentadas em termos de certeza ou incerteza. Analisa-se ainda se existem enquadramentos relacionados ao papel do cidadão no enfrentamento do fenômeno. Estas escolhas são motivadas pelos objetivos da tese em averiguar como a imprensa interfere nas percepções de riscos climáticos e corroboram ou não para ações de governança.

As notícias foram analisadas separadamente por semestres, justamente para se comparar a possível diferença entre um período sem acontecimentos programados sobre o tema (1.º semestre) e outro com divulgação de relatórios científicos e a COP-19 (2.º semestre).

6.2 OS MACROENQUADRAMENTOS DA GAZETA DO POVO

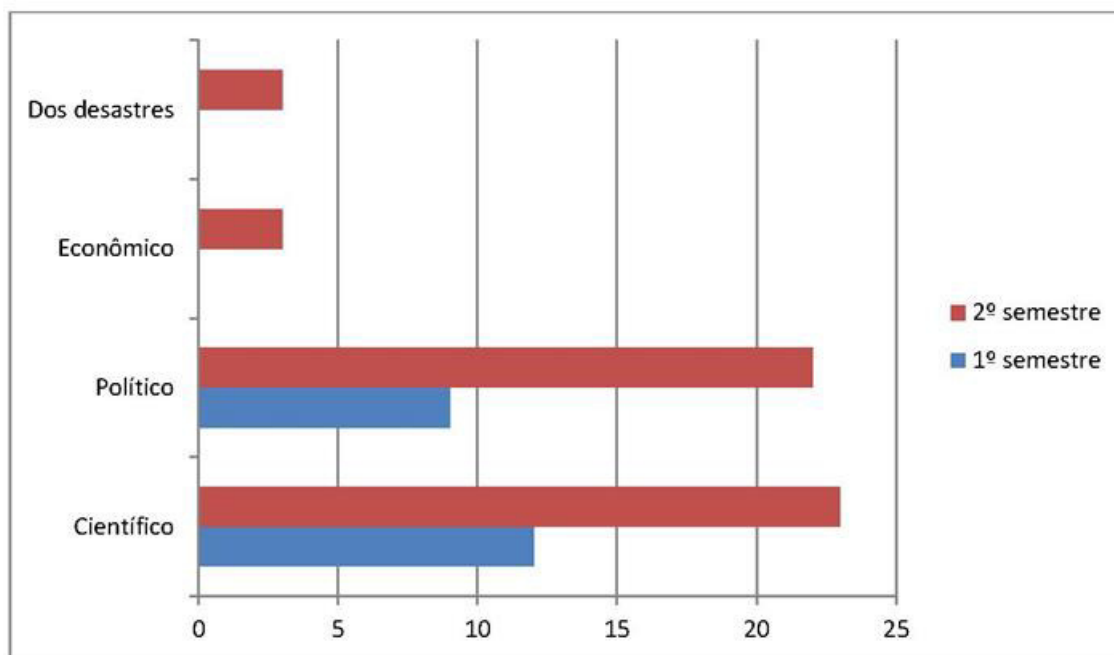
A primeira etapa da análise de enquadramento centrou-se na observação de dois aspectos mais gerais das notícias encontradas sobre MCs: o enfoque amplo da notícia ou macroenquadramento – que é percebido pela perspectiva com a qual o tema é apresentado e, muitas vezes, pelos próprios atores sociais que são entrevistados – e a abrangência da notícia – perceber se o fato noticiado tem alcance local/regional, nacional ou global. Os macroenquadramentos

encontrados foram basicamente quatro: 1) científico (no qual as notícias partiam de divulgação de estudos e pesquisas e/ou ainda as fontes que aparecem são oriundas do campo da ciência, colocando em ênfase as preocupações típicas deste lugar de fala); 2) político (onde os atores sociais envolvidos debatem e divulgam ações sobre o que fazer em relação às mudanças climáticas ou ainda há reivindicações sociais sobre o enfrentamento do problema); 3) econômico (onde a noção de oportunidade de negócio ou de contabilização de prejuízos em relação às mudanças do clima é o aspecto central da notícia) e 4) do desastre (no qual a intensificação dos eventos extremos vão ao encontro do cenário colocado pelos cientistas sobre mudanças climáticas, ainda que a ciência não consiga estabelecer a ligação efetiva entre o acontecimento isolado e as MCs).

O Gráfico 33 mostra a distribuição das 72 notícias atreladas a este tema que foram publicadas na *Gazeta do Povo*: Nota-se que os macroenquadramentos mais recorrentes se repetem, independentemente do semestre analisado. Ao total, contabilizam-se três macroenquadramentos atrelados aos Desastres, três Econômicos, 31 Políticos e 35 Científicos nas notícias publicadas em 2013.

Mesmo se as três notícias sobre a discussão político-econômica a respeito dos recursos a serem investidos no enfrentamento das mudanças climáticas (tratados durante a COP de Varsóvia), que foram inseridas na análise no macroenquadramento político, mudassem para o econômico, a recorrência pelo enfoque científico, seguido do político, continuaria a predominar. Durante o ano de 2013, das 72 notícias encontradas sobre mudanças climáticas, 35 apresentam a perspectiva científica como predominante, ou seja, quase metade do total. Pode-se, *a priori*, inferir que isso seja em razão da divulgação do 1.º relatório brasileiro sobre o tema e do 5.º divulgado pelo IPCC. Porém, a divulgação de tais documentos gerou um total de 13 notícias, o que significa que 22 outras com o olhar científico foram produzidas em outros momentos, decorrentes de pesquisas diferentes.

GRÁFICO 1 - MACROENQUADRAMENTOS DAS NOTÍCIAS ANALISADAS



FONTE: LOOSE, LIMA E CARVALHO (2014).

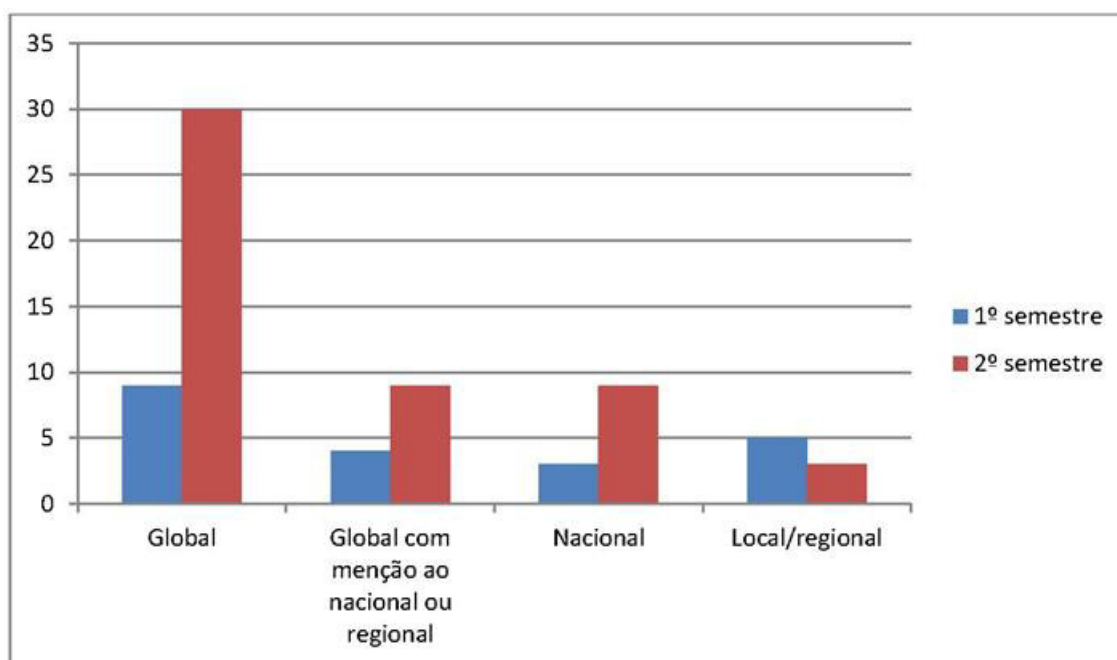
Além disso, esse número (as 22 notícias com macroenquadramento científico derivadas dos períodos de não divulgação dos relatórios) apenas se iguala ao total de textos com macroenquadramento político publicados no 2.º semestre (22), mesmo com a COP, um evento internacional que se desenvolve por duas semanas e recebe cobertura diária das agências de notícias. Isso é relevante expor, pois, do número total de notícias (72), apenas 13 apresentam assinatura de jornalistas atrelados ao Grupo de Comunicação ao qual pertence o jornal *Gazeta do Povo* (seis no primeiro semestre e sete no segundo). Com exceção de três notas que não apresentam assinatura, todos os demais textos deste *corpus*, ou seja, 56, são oriundos de agências de notícias nacionais ou internacionais. Esse grande aproveitamento de material realizado longe do local da redação se reflete no próprio distanciamento com que o tema é apresentado em relação à situação local/regional e até mesmo nacional no que diz respeito às MCs. Este aspecto pode ser correlacionado com o fato de a maioria das notícias do *corpus* ser proveniente de agências que produzem materiais mais genéricos, a fim de serem aproveitados no maior número de veículos possível.

6.3 ABRANGÊNCIA DAS NOTÍCIAS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O Gráfico 2 evidencia que, mesmo se tratando de um jornal estadual, que possui alcance maior na capital, Curitiba, o tema é apresentado em termos globais, geralmente sem relação

com o local: o enquadramento global com alguma menção nacional aparece de forma mais recorrente nas matérias da COP-19, evento no qual o Brasil apresentou proposta sobre medição da responsabilidade histórica dos países na emissão de GEE, e que foi criticada pelos países chamados desenvolvidos. Havia então um assunto específico brasileiro, no contexto global da COP, que permitia o que o jornalismo chama de 'gancho' ou 'gatilho' para explorar algo mais próximo da realidade do País.

GRÁFICO 2 - ABRANGÊNCIA DO CONTEÚDO DAS NOTÍCIAS ANALISADAS



FONTE: LOOSE, LIMA E CARVALHO (2014).

Durante o ano da análise, a *Gazeta do Povo* publicou 39 notícias de abrangência global, 13 voltadas para o global, mas com menção ao nacional ou regional, 12 com perspectiva nacional e oito com abrangência regional e/ou local. As matérias que enquadram as MCs sob a perspectiva local e, conseqüentemente, aproximam a realidade do leitor com a questão, são as menos frequentes.

6.4 OS ENQUADRAMENTOS DOS TÍTULOS E SUBTÍTULOS

Ao pensar especificamente nos enquadramentos sobre riscos, certeza e incerteza científica, enfrentamento e responsabilização, a segunda etapa da pesquisa foi realizada a partir dos seguintes indicadores, inspirados no trabalho realizado por Painter (2013), que levam em conta a ênfase sobre os elementos do texto jornalístico (título e *lead* do texto):

QUADRO 5 - EXPOSIÇÃO DOS ENQUADRAMENTOS UTILIZADOS PARA A ANÁLISE DAS NOTÍCIAS

ENQUADRAMENTO	DEFINIÇÃO	INDICADORES NO TÍTULO (e linha de apoio) (<i>enquadramento muito forte</i>)	INDICADORES NO LEAD (<i>enquadramento forte</i>)
Risco	Centra-se nos efeitos ou consequências do fenômeno como perigo calculável ou acontecimento previsível; consideram-se riscos explícitos ou implícitos.	Menção de palavras como "risco", "tragédia", "desastre", ou expressões que indiquem efeitos das MCs (aumento da temperatura, elevação do nível dos mares, maior frequência dos eventos extremos).	Idem aos do título; os riscos implícitos podem ser detectados quando se fala de inundações ou escassez de alimentos, do derretimento do gelo, de ondas de frio e calor e oscilações extremas de temperatura.
Certeza em relação às MCs	Adota a abordagem do IPCC e do PBMC de que as MCs são inequívocas.	Afirmarções de que as MCs estão ocorrendo e de que o homem é responsável por parte desse processo.	Idem aos do título; não apresenta perspectiva dos céticos.
Incerteza em relação às MCs	Dá ênfase às contradições ou à falta de certezas; destaca as incertezas científicas.	Menção a palavras como "incerto", "controvérsia", ou expressões que signifiquem a falta de consenso entre os cientistas; dá espaço aos chamados climacéticos.	Idem aos do título; apresenta fontes céticas ou duelo entre especialistas com visões diferentes.
Enfrentamento	Trata de ações ou propostas de prevenção, mitigação ou adaptação; pode dizer respeito às falhas ou críticas do processo de enfrentamento.	Menção a palavras como conscientização, combate e redução de emissões, sistema de alertas para eventos extremos.	Idem aos do título; apresenta medidas para enfrentar os riscos das mudanças climáticas, sejam elas ações simbólicas (como a Hora do Planeta), sejam ações reais (acordo da COP-19).
Responsabilização	Aponta quem deve ou deveria se mobilizar para enfrentar as MCs; também inclui aqueles que se opõem a adotar medidas nesse sentido.	Menção de palavras e expressões como "responsável", "papel do", "dever do"; também pode aparecer a ideia de culpados pelo quadro atual.	Afirmarções ou palavras atreladas à responsabilização; aparecem neste <i>corpus</i> especialmente nas discussões políticas da COP-19 sobre a responsabilidade de reduzir emissões entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

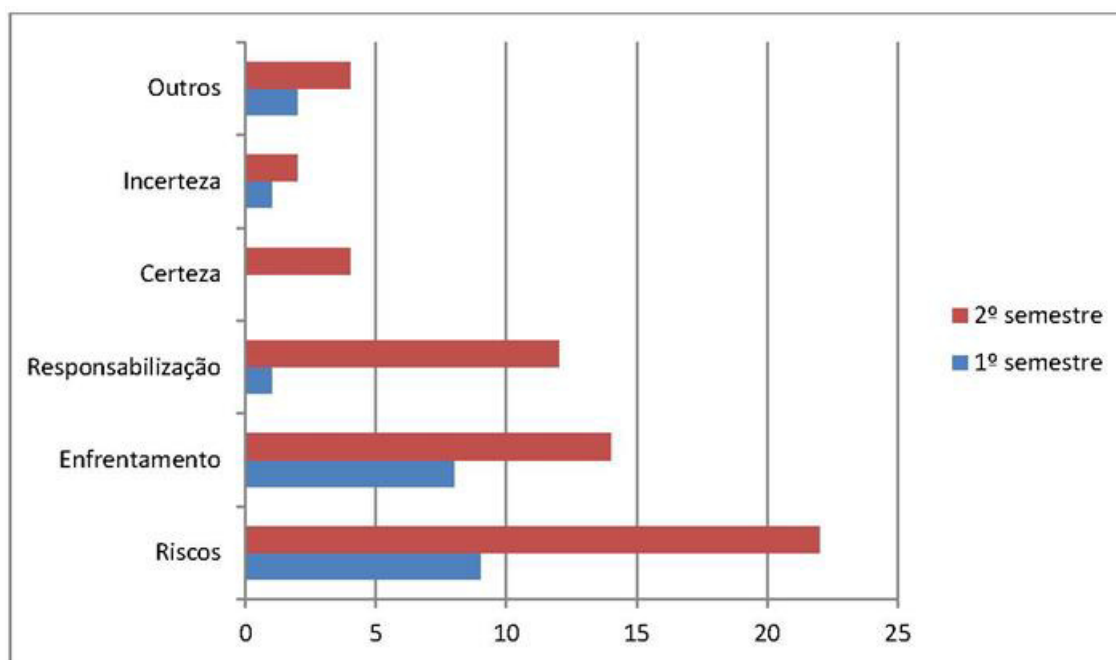
FONTE: BELING LOOSE (2014).

É preciso sublinhar que o grau de força indicado para cada aspecto da notícia, título/linha de apoio e *lead*, correspondentes a muito forte e forte, está associado à lógica jornalística e à sua hierarquização (na qual as principais informações aparecem primeiro). Ainda que o título – por ter além da função informativa, a persuasiva – possa valorizar um determinado elemento para se tornar mais atraente, aquilo que é mais relevante, aos olhos dos

jornalistas, costuma ser destacado. Lembra-se também que, considerando as categorias apresentadas, mais de uma delas pode ser detectada na análise de cada parte da notícia, já que um título ou *lead* pode apresentar a certeza em relação à mudança do clima e, ao mesmo tempo, tratar de seu enfrentamento ou de seus riscos.

Os enquadramentos muito fortes são constatados nos títulos e subtítulos (ou linhas de apoio da notícia). Há algumas notas e notícias de agências que não apresentam subtítulos, mas, quando constam, geralmente, reforçam a ideia do título. O gráfico a seguir mostra a recorrência dos enquadramentos encontrados nesta parte do texto, que é a "porta de abertura" ou chamamento do leitor para continuar a leitura do texto. Há algumas poucas notícias (seis)⁸⁰ que não remetem em seus títulos a nenhum dos enquadramentos construídos, entretanto apresentam tais menções no texto. Logo, neste gráfico, estas foram contabilizadas em "Outros":

GRÁFICO 3 - RECORRÊNCIAS DOS ENQUADRAMENTOS APRESENTADOS NOS TÍTULOS E SUBTÍTULOS



FONTE: LOOSE, LIMA E CARVALHO (2014).

Destaca-se que três das quatro notícias que estão enquadradas a partir da certeza de que as MCs estão ocorrendo e/ou que o homem tem responsabilidade no processo acabam trazendo a ideia de risco implícito (há certeza de que viveremos as consequências das MCs). Os títulos analisados sobre os enquadramentos da certeza, que trazem, em alguma medida, o do risco

⁸⁰ São elas: "O clima não respeita fronteiras"; "Estudo diz que aquecimento global gera mais bancos de gelo na Antártica"; "Iceberg de 720km se desprende da Antártica"; "Muda o perfil da poluição nacional"; "ONU nomeia brasileiro para painel sobre clima"; e "Ativistas deixam conferência sobre o clima em Varsóvia".

seguem: "Aquecimento global é 'inequívoco'", "Homem eleva desequilíbrio radioativo" e "Cientistas concluem que planeta está ameaçado". A quarta notícia deste enquadramento, "Cientistas da ONU culpam mais claramente o homem por aquecimento global", relaciona a perspectiva da certeza com a da responsabilização ao afirmar que o homem é culpado pelo aumento da temperatura média no planeta.

O aspecto contrário, calcado na incerteza científica, apareceu somente em três títulos do corpus: 1) "Desaceleração do aquecimento global intriga cientistas"; 2) "Hiato' em aquecimento global não deve durar, diz ONU", que é acompanhado pelo seguinte subtítulo: "Aumento mais lento das temperaturas nos últimos 15 anos encorajou cétricos que desafiam as evidências sobre mudança climática causada por humanos e questionam a necessidade de ação urgente", e 3) "Climacéticos' dominam debates no 1.º dia do IPCC". Estas duas alusões aos cétricos não significam, contudo, que sua compreensão seja tomada por completo nas notícias — este é um dos limites da categorização. A disputa entre a certeza e a incerteza científica ou entre os cientistas que seguem os apontamentos do IPCC e os contrários ganha espaço, nestes casos, porque a polêmica também é um valor-notícia relevante. Ao contrário de outros países, como EUA, em que a ênfase nas incertezas das MCs obteve espaço na mídia, no Brasil essas notícias geralmente aparecem de forma eventual, como pode ser constatado na análise da *Gazeta do Povo*.

O enquadramento da responsabilização pode trazer, de forma mais ou menos explícita, a questão do enfrentamento. Estes são dois enfoques que costumam estar interligados, pois quem é responsabilizado é chamado a enfrentar o problema. Optou-se pela separação em categorias diferentes com o objetivo de notar o quanto a imprensa está preocupada em dar destaque para este aspecto, já que se compreende que, como instituição social e espaço de visibilidade dos fatos de interesse público, o jornal também tem uma função a ser cumprida: a de informar, com diferentes perspectivas, o que está ocorrendo, a fim de que o público possa exercer sua cidadania com conhecimento (seja cobrando os responsáveis por medidas mais amplas, seja alterando atitudes no âmbito individual).

Na análise, encontramos o enquadramento da responsabilização (12 notícias) logo abaixo do de enfrentamento (14 notícias). No primeiro caso, elas predominam na cobertura da COP-19, que tentou construir as bases de um pacto sobre emissões globais que estava previsto para ser firmado em 2015. Contudo, as divergências políticas (que, é claro, envolvem a questão econômica) geraram notícias com títulos como "Brasil propõe apontar culpados pelo efeito estufa" e "Países ricos se opõem a medir a culpa por efeito estufa". O enquadramento da responsabilização também aparece em notícias que cobram iniciativas governamentais, como

em "Bioclima aguarda regulamentação há um ano" e "Prefeituras ignoram risco de desastres" (esta última com presença também do enquadramento dos riscos).

Já o enquadramento do enfrentamento foge das divergências e dá saliência a ações ou cobranças em relação ao tema, como nestes exemplos: "Sistema vai prever catástrofe com até três dias de antecedência", "Obama lança programa para combater mudanças do clima", "Combate a buraco da camada de ozônio freou as emissões de CO₂", "COP-19 quer definir medidas para reduzir emissões de poluentes" e "Conferência da ONU consegue aprovar verba para controlar o desmatamento". Lembra-se que como os *frames* da responsabilização e do enfrentamento são complementares, podem ser identificados em um mesmo título, como são os casos de "Após um estudo desses, espera-se que algo seja feito pelos políticos", no qual o relatório científico é compreendido como uma ação de enfrentamento, e de "Divergências políticas travam ações para conter o aquecimento global", que tem no subtítulo a ideia de redução das emissões aliada ao impasse da divisão de responsabilidades entre os países.

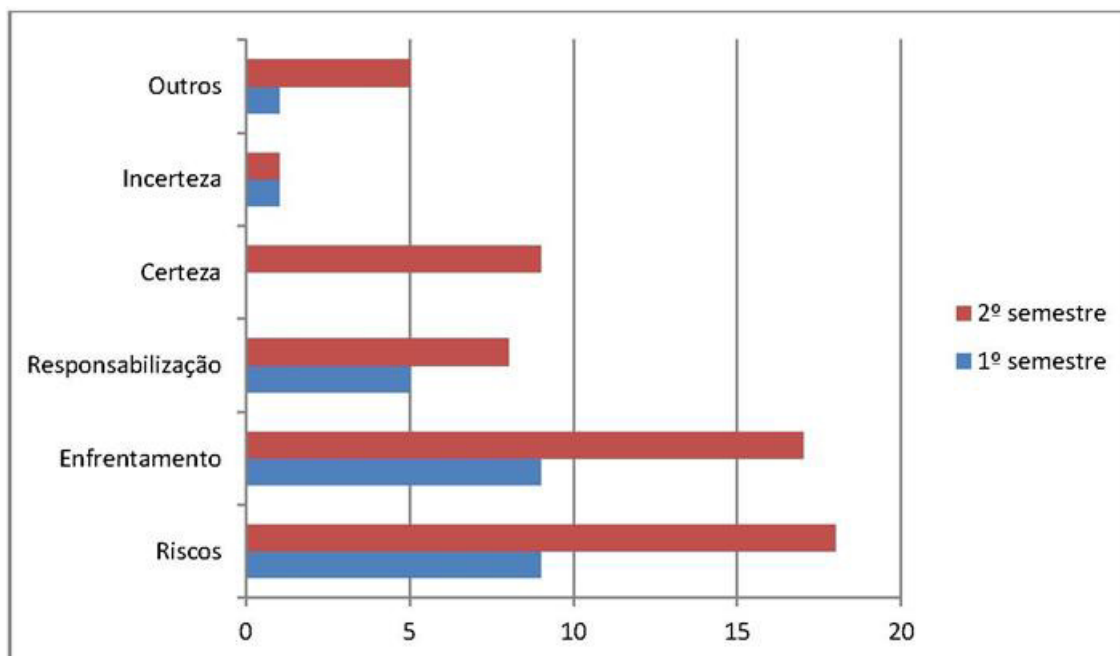
Como já era previsto a partir do estudo de Painter (2013), os títulos das notícias sobre mudanças climáticas que predominam são aqueles atrelados aos riscos, aos acontecimentos previsíveis que trazem consequências para aquilo que se julga já conhecer bem (como as estações do ano, os regimes de chuva, a temperatura média etc.). Tais previsões, do que poderá ocorrer em virtude das MCs, não são colocadas, na maioria das vezes, como algo explícito (ou seja, mencionando a palavra risco), mas tornam-se evidentes a partir dos inúmeros exemplos de resultados negativos para o meio ambiente e para a vida humana decorrentes do fenômeno. Do total de notícias, 31 delas (nove no 1.º semestre e 22 no 2.º) buscavam atrair o leitor com alguma informação que está vinculada à ideia de risco, como: "Temperatura subiu mais nos últimos 150 anos, diz estudo", "Aquecimento global oferece maior risco à agricultura, aponta estudo", "Degelo no Ártico foi recorde no ano passado", "Temperatura deve subir até 6°C no Brasil até o final do século", "IPCC: Amazônia pode perder 70% da área caso estação seca aumente" e "Aquecimento põe em risco 57% das espécies de árvores".

6.5 OS ENQUADRAMENTOS DOS LEADS

Após categorização dos títulos e subtítulos, considerados como enquadramentos muito fortes, partiu-se para a análise dos *leads*, os parágrafos iniciais das notícias que, teoricamente, teriam que trazer os aspectos fundamentais do texto (O que? Quando? Quem? Onde? Como? Por quê?). O enquadramento do *lead* é considerado forte por trazer os aspectos prioritários do texto e, ao mesmo tempo, ser a abertura da notícia. Nos 72 *leads* mapeados, assim como já foi

averiguado na investigação dos títulos, o enquadramento dos riscos foi o mais frequente, aparecendo 27 vezes. O gráfico a seguir mostra o resultado geral desta parte da análise:

GRÁFICO 4 - RECORRÊNCIAS DOS ENQUADRAMENTOS APRESENTADOS NOS LEADS



FONTE: LOOSE, LIMA E CARVALHO (2014).

Em razão do *lead* ser maior que o título e o subtítulo, sendo geralmente um parágrafo, muitas das notícias apresentaram dois enquadramentos neste momento: riscos e certeza; riscos e responsabilização, e até mesmo certeza e incerteza. Por isso, a contagem total extrapola o número total de *leads* analisados. Assinala-se também que em "Outros" ficaram *leads* interrogativos ou que se detiveram a relatar o lançamento de algum estudo, não sinalizando para nenhuma das questões da pesquisa.

Percebe-se que, ao comparar os enquadramentos dos títulos e subtítulos com os dos *leads*, os enquadramentos de enfrentamento ficaram mais frequentes, aproximando-se mais daqueles que tratam dos riscos. Nas matérias da cobertura da COP-19, o corte das emissões de GEE fica em evidência, assim como as divergências existentes entre países ricos e pobres, especialmente no que diz respeito à sua responsabilidade histórica sobre as MCs. A divulgação das propostas de enfrentamento são seguidas, em muitas das matérias, do debate sobre quem deve mesmo se responsabilizar por elas.

Como foi visto na análise dos títulos, o enquadramento da incerteza é pontual, o que também faz com que a certeza seja tomada como ponto de partida e nem sempre reiterada (na análise ela se fez presente especialmente como resultado do 5.º relatório do IPCC). Nos *leads*,

assim como nos títulos e subtítulos da *Gazeta do Povo*, é o *frame* dos riscos o que tem mais recorrências, mesmo com a cobertura quase diária da COP-19, que começou no dia 7 de novembro e seguiu até o dia 24 do mesmo mês.

Dessa forma, nota-se que o enquadramento predominante do jornal em análise (muito forte e forte) é aquele do risco, das consequências negativas que já são previsíveis — tanto em termos econômicos, quanto no que tange às alterações nos ecossistemas, na produção agrícola ou na saúde humana. Os possíveis impactos da mudança do clima representam o enquadramento principal – pensando na sua repetição – no jornal investigado. Alterações nos regimes de chuva, aumento ou diminuição do volume dos rios, maior frequência de eventos extremos, secas prolongadas, impactos na economia, na produção de alimentos, na pesca, no setor de geração de energia, no fornecimento de água e até migrações forçadas são citados em diferentes notícias como efeitos (alguns já percebidos) das mudanças climáticas. Em razão de tais consequências estarem ligadas a um futuro próximo e carregarem o sentido da ameaça, de alerta daquilo que pode acontecer se não fizermos algo, mostram-se uma fórmula ou maneira fácil de emoldurar o assunto, tornando-o mais atraente (afinal, para que servem as notícias se elas não despertarem a atenção dos leitores?).

6.6 SÍNTESE SOBRE AS NOTÍCIAS A RESPEITO DAS MCs NA *GAZETA DO POVO*

O jornal *Gazeta do Povo*, seguindo a tendência brasileira na cobertura jornalística das alterações climáticas, não enfatiza o *frame* da incerteza, já que o entendimento geral das vozes que aparecem nas notícias é de que o clima está mudando e que o homem contribui de forma significativa para o aceleração deste fenômeno (IPCC, 2013). Confirma-se um entendimento geral sobre tais afirmações, o que se reflete no fato de o próprio enquadramento da certeza deixar de ser uma opção atraente aos olhos dos jornalistas (algo que possa se tornar notícia), visto que é uma informação já sabida (e aquilo que não é novidade deixa de ser notícia). A discussão bastante presente em análise da cobertura midiática das mudanças climáticas, especialmente nos EUA (BOYKOFF; BOYKOFF, 2004; 2007), sobre a questão do equilíbrio dado aos cientistas que acreditam nas alterações do clima causadas pelo homem e aqueles que as consideram como algo natural, não tem a mesma acuidade no Brasil e se mostra insignificante na cobertura de 2013 do jornal em estudo.

O assunto das MCs é trazido de forma esporádica pela *Gazeta*. As pesquisas voltadas para as questões climáticas na mídia brasileira, embora escassas, já demonstraram que há uma oscilação no tratamento dado ao tema (como foi identificado por Vivarta (2010) no período de

2005 a 2008). Esta é uma tendência que já foi apurada nas notícias ambientais de forma geral. (HANSEN, 2010). Quando se trata das MCs na imprensa, é sabido que o tema ganha espaço em divulgação de grandes relatórios (como o do IPCC), na realização das COPs e, eventualmente, quando ocorrem desastres decorrentes ou relacionados ao fenômeno.

Como é esperado, as pesquisas que analisam somente os períodos de realização das COPs acabam refletindo a disputa dos campos político e econômico (GIRARDI *et al.*, 2013), já que o objetivo do encontro é buscar um acordo internacional que envolve, sobretudo, implicações econômicas. Na análise realizada aqui, notou-se a correlação entre o macroenquadramento político e os enquadramentos da responsabilização e enfrentamento, que aponta, justamente, para o embate entre quem pode ou deve fazer mais em prol de um problema global. No estudo de González Alcaraz (2014), no qual ele compara os enquadramentos da *Folha de São Paulo* (Brasil) e *Clarín* (Argentina) durante as COP-18 e COP-19, há uma correspondência com esta análise no sentido de reconhecimento do problema das mudanças climáticas, seja pelo enquadramento da certeza, seja pelo dos riscos. Também coincidem os enquadramentos quanto à responsabilização, no qual os países desenvolvidos são postos como aqueles que têm uma dívida histórica de emissões e, por isso, hoje devem liderar com a redução delas. Esta divergência entre países afasta a discussão do enfrentamento de ações mais locais, uma lacuna que também aparece quando analisamos as poucas recorrências em relação à abrangência local/regional e mesmo nacional.

De outro modo, a divulgação dos relatórios, geralmente mais centrada no caráter científico da questão, acaba sendo tratada pelos resultados, que consistem em previsões das consequências – o que também acontece nos demais estudos científicos. Esta relação pode ser feita na análise exposta: o macroenquadramento mais frequente é o científico e o enquadramento dos riscos é o que também mais aparece na segunda etapa da análise. Essas predominâncias revelam indícios sobre o modo como jornalistas tendem a salientar determinados aspectos nos textos quando precisam escrever sobre estudos científicos. O resultado difere daquele apresentado por Carvalho *et al.* (2011), quando notaram que as representações midiáticas nos principais impressos portugueses,⁸¹ entre 1990 e 2007, tinham um grande enfoque político. Entretanto, o estudo coordenado por Vivarta (2010, p.47) sobre os jornais brasileiros já sinaliza para uma maior recorrência para os enquadramentos ligados aos impactos ambientais da questão, considerado por ele como aqueles de viés ambiental (43,4% em 2005/2007 e 45% em 2007/2008), seguido então do enfoque econômico/financeiro (15, 6% e 18,7% nos períodos já

⁸¹ Público, Correio da Manhã, Visão e Expresso.

citados) e só então do político (com 11,5% e 15,5% respectivamente). Na categorização apresentada nesta pesquisa as matérias com enfoque ambiental estariam vinculadas ao macroenquadramento científico e ao enquadramento dos riscos, coincidindo, então, com os resultados sobre a cobertura brasileira do tema.

A pesquisa coordenada por Vivarta (2010) registra a necessidade de uma transversalização desta discussão, visto que o tema das MCs foi posto, muitas vezes, como um problema exclusivamente ambiental por boa parte dos 50 jornais analisados. A análise feita na *Gazeta do Povo*, de certo modo, ratifica este indicativo ao verificar que a abordagem do assunto é fragmentada na medida em que as matérias que estão macroenquadradas como científicas dificilmente tratam de aspectos políticos ou econômicos (a divulgação de um estudo a respeito do clima não extrapola outras interfaces da questão, por exemplo) e assim acontece com os demais macroenquadramentos (a escolha por uma abordagem limita a exposição da complexidade da temática). Esta setorização do assunto é típica do fazer jornalístico que separa os assuntos por editoriais de modo a dar conta da rotina do inesperado.

Os macroenquadramentos econômicos (isto é, que relacionam as mudanças do clima a oportunidades de negócio e aos prejuízos econômicos derivados da questão) foram minoritários, talvez até porque a discussão sobre o tema esteja em um estágio de alertar a população sobre o problema e não sobre como é possível ganhar ou evitar perdas a partir disso. Como já foi mostrado, as MCs ainda estão distantes do dia a dia do leitor. O fato de que, atualmente, em Curitiba – e em grande parte do Brasil – os impactos dessa mudança são pouco ou nada perceptíveis à população ou ainda estão ligados a outras questões, como planejamento urbano ou má gestão, contribui para esta compreensão. A explicação também serve ao macroenquadramento dos desastres, que raras vezes consegue abordar o acontecimento e relacioná-lo às previsões das mudanças climáticas.

Em seu estudo com jornais nacionais, Vivarta (2010) percebeu que houve uma mudança da abordagem do risco, que dá ênfase aos impactos climáticos, a uma abordagem mais atenta às estratégias de enfrentamento, logo, de caráter mais preventivo. Este aspecto não foi completamente comprovado no ano de 2013 na *Gazeta do Povo*, visto que o enquadramento de risco prevaleceu em relação ao do enfrentamento. Porém, o fato do enquadramento do enfrentamento ser o segundo mais recorrente no *corpus* dá pistas de que os aspectos preventivos estão sendo salientados, o que permite inferir que a mudança na abordagem das MCs ainda esteja em processo.

Destaca-se ainda que os momentos político-econômicos são diferentes nas duas análises: a pesquisa de Vivarta ocorreu antes da COP-15, em 2009, quando havia uma expectativa global sobre decisões importantes acerca do enfrentamento do clima, mas que foi frustrada

devido à falta de comprometimento e consenso dos tomadores de decisão da ocasião. Desde então, as COPs já não despertam tanto interesse, visto que são poucas as ações decorrentes das negociações anuais. A crise da União Europeia, desencadeada a partir de 2011, assim como outros fatores econômicos (a recuperação do Japão depois do desastre tecnológico-ambiental de Fukushima, por exemplo), fizeram com que os holofotes da mídia mudassem de direção e o próprio apagamento da questão na esfera midiática pode gerar enquadramentos mais alarmistas (centrados nos riscos) para que o assunto logre algum espaço diante de um cenário restrito.

Vale mencionar também que, apesar dos *frames* utilizados na análise de Painter (2013) sobre a cobertura das mudanças climáticas serem outros, há uma coincidência em termos de predominância do que ele chama de risco implícito (são as consequências negativas não explicitamente tomadas como riscos) e que aqui consideramos somente como riscos (sejam eles implícitos ou explícitos). Nesta análise, foram poucas as vezes em que a palavra risco se fez presente, embora seu sentido/ideia aparecesse muitas vezes.

Também articulam-se tais resultados ao quadro teórico da amplificação social do risco. Afinal, a recorrência ou supressão de alguns enquadramentos acabam por reforçar certas ideias e não outras. Na medida em que a *Gazeta do Povo* não enfatiza a incerteza, ela está subsidiando uma discussão que parte do fato de que as MCs realmente estão em curso. A insistência pelo enquadramento de risco, para além de estar vinculado a critérios de noticiabilidade que tentam sustentar a audiência, geram representações de que há possibilidades reais de ameaça à vida humana. Estas escolhas remetem ao fortalecimento da ideia de risco, que não seria possível caso os enquadramentos predominantes destacassem a incerteza das MCs e a ausência de suas consequências negativas.

É adequado notar, todavia, que esta forte representação das consequências das MCs, detectada nas notícias do *corpus*, não implica uma mudança real de atitude ou comportamento, já que relações próximas com o local acabam sendo minimizadas. Como foi apresentado, a percepção de riscos e as respostas que os sujeitos encontram para enfrentá-los variam bastante, mas costumam ter ligação íntima com valores e princípios que circundam sua cultura, em diferentes âmbitos. Desse modo, mesmo que os enquadramentos sugiram a responsabilização e o enfrentamento, há, por outro lado, um afastamento do leitor-alvo do jornal em estudo face às MCs por meio de notícias com macroenquadramentos essencialmente políticos e científicos, e abrangência predominantemente global – fator que atenua a percepção de risco das MCs para os moradores de Curitiba.

A amplificação social do risco relaciona os processos culturais, sociais e individuais que formatam ou moldam a experiência do sujeito ligada ao risco. A imprensa, em razão do

espaço privilegiado que ocupa nas sociedades hoje, acaba interferindo nas múltiplas estruturas que se sobrepõem ao indivíduo. A ênfase ou atenuação ofertada pela mídia tende a suportar a aceitação ou recusa de determinado risco. Além disso, efeitos secundários, atrelados à prevenção, por exemplo, tornam-se visíveis por meio do trabalho jornalístico que dá espaço aos riscos.

Por fim, em relação à comparação das notícias publicadas nos dois semestres de 2013, observa-se que, apesar dos eventos programados a respeito das MCs no segundo (divulgação dos relatórios do IPCC e do PBMC, e realização da COP-19) gerarem um aumento no número de notícias (de 21 para 51), os macroenquadramentos não sofreram alterações significativas. A cobertura destes eventos também está relacionada com o aumento de notícias de abrangência global publicadas neste período, já que as discussões no âmbito da Conferência das Partes focam-se nas relações internacionais.

De maneira geral, o que chama a atenção para esta pesquisa é a ênfase nos possíveis efeitos negativos das MCs distantes da população local. De um lado, os riscos são sim mobilizados para atrair a atenção do público; de outro, desconectados com o dia a dia das pessoas, enfraquecem a percepção de risco próximo dos leitores. O uso constante e majoritário de publicações oriundas de agências de notícias explica tal distanciamento com a realidade paranaense e curitibana. O macroenquadramento global é pertinente e necessário, mas sua desarticulação com o cotidiano dos cidadãos tende a afastá-los de suas responsabilidades frente a um problema que afeta todos, ainda que de formas diferenciadas.

7 JORNALISTAS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Como jornalistas e leitores, preferimos notícias com respostas claras e rápidas. Desta vez, porém, estamos diante de transformações ambientais, sociais e políticas que seguem na direção oposta, já que são nebulosas, cheias de incertezas e sem respostas imediatas, além do fato de que sugerem formas de ver a realidade que ainda não estão plenamente articuladas. (FIORAVANTI, 2008).

Neste capítulo apresentam-se as análises, conjuntamente com os resultados, dos dados coletados com os jornalistas inquiridos na pesquisa por meio de questionários, pensados a partir dos estudos de percepção de risco, e entrevistas em profundidade.

O roteiro da entrevista (Apêndice B), composto por perguntas semiestruturadas abertas, demorava cerca de 40 minutos para ser respondido. Em seguida, era entregue o questionário impresso, previsto para ser respondido entre 10 e 15 minutos. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. Já os questionários foram tabulados.

Em primeiro lugar, expõe-se o perfil da amostra dos jornalistas e, em seguida, a análise das percepções de risco destes atores do circuito da notícia. Como já dito, as análises realizadas na parte comum a todos grupos (os questionários e algumas perguntas das entrevistas) são feitas conjuntamente na **Parte 1** do capítulo, a partir das categorizações apresentadas nos Quadros 3 e 4.

Na **Parte 2** apresentam-se alguns aspectos mais específicos deste lugar de fala: o espaço da produção das notícias. Assim, salientam-se da discussão sobre riscos climáticos e formas de percebê-los pontos mais específicos, presentes neste trabalho, mas diretamente articulados às práticas jornalísticas. O quadro abaixo demarca as categorias estabelecidas para este segundo momento de discussões:

QUADRO 6- CATEGORIAS TEMÁTICAS UTILIZADAS SOMENTE NAS ANÁLISES DAS ENTREVISTAS COM JORNALISTAS

QUESTÕES ASSOCIADAS	RELAÇÃO COM O REFERENCIAL TEÓRICO	CATEGORIA TEMÁTICA
Desde quando trabalha no jornal? E nesta editoria? Você considera importante ter jornalistas especializados nas redações? Por quê?	Jornalistas que cobrem apenas uma área tendem a realizar pautas mais profundas e instigantes por conhecerem previamente as questões debatidas sobre aquele assunto.	Especialização profissional
Quando as MCs se tornam pauta na <i>Gazeta do Povo</i> ?	Embora exista uma série de critérios que determinam o que será notícia e o que não será, cada veículo (conforme sua linha editorial, alcance e público) enfatizará mais alguns que outros.	Critérios de noticiabilidade
Quais as dificuldades de se cobrir este assunto?	Por ser um tema complexo e amplo, jornalistas generalistas (não especializados) tendem a apresentar limitações na construção dessas notícias.	Entraves na cobertura do assunto
Você acha sua percepção de risco interfere na hora que você vai construir a notícia?	A ideia de isenção e imparcialidade é algo ainda forte em muitas redações, embora esteja, teoricamente, superada.	Subjetividade do jornalista
Quais são os critérios pra você escolher a fonte para notícias sobre MCs? Quando as notícias de agências entram na cobertura?	A relação entre jornalistas e fontes de informação sempre envolve interesses, ainda que esses sejam legítimos ou não personalizados.	Escolha de fontes de informação

FONTE: BELING LOOSE (2016).

7.1 PERFIL DA AMOSTRA

Em razão do foco do trabalho estar centrado nas mudanças do clima, exclusivamente os jornalistas envolvidos com o tema durante 2013 (de 4 de setembro a 23 de novembro de 2013) foram escolhidos para participar da pesquisa. Todos os nove jornalistas identificados (sejam eles repórteres, correspondentes ou editores) que se enquadraram neste critério concordaram em participar da pesquisa.

Assinala-se que os respondentes não são identificados a fim de cumprir com o anonimato previsto nesta pesquisa. Esclarece-se que dentre os jornalistas havia uma diversidade em relação ao tempo de experiência profissional no citado jornal, alguns com poucos meses de redação e outros com mais de 15 anos. A maioria dos entrevistados é do sexo masculino (6) e trabalha como repórter, mas quatro profissionais no momento da pesquisa dedicavam-se mais às tarefas de edição. Também é importante frisar que a maioria dos respondentes da redação faziam parte de duas editorias: *Mundo* (voltada às temáticas internacionais) e *Vida & Cidadania*

(centrada em temas mais nacionais e locais que se descolam de *Economia e Política*). Em relação à escolaridade, todos possuem ensino superior, sendo que um terço deles concluiu curso de mestrado.

Como forma de contextualização a respeito da realização das entrevistas, é válido esclarecer que sete das nove entrevistas foram feitas dentro da redação do jornal. As outras duas precisaram ser feitas por *Skype* e/ou telefone devido ao fato dos respondentes estarem alocados em cidades no interior do Paraná.

7.2 PARTE 1: PERCEPÇÕES DE RISCO DOS JORNALISTAS

7.2.1 Mudanças Climáticas: causas, consequências e crenças

Parte das perguntas elaboradas tinha como finalidade compreender o que os respondentes pensam sobre o tema, ou seja, como percebiam as causas e consequências do fenômeno, a relação com o campo científico e o próprio entendimento do que as MCs representam para cada sujeito. Para agrupar pontos de discussão similares, as análises que seguem combinam questões inseridas nos questionários com outras do roteiro semiestruturado.

Começa-se tentando descobrir o quanto os jornalistas conhecem sobre o assunto. As primeiras duas questões do questionário estão atreladas ao nível de informação que cada sujeito demonstra sobre as MCs. A primeira questão formulada a todos os respondentes através de questionário foi: *Quanto você concorda com a afirmação de que estão ocorrendo mudanças climáticas?* A partir da escala de Likert, considerou-se que um é igual a "discordo totalmente", enquanto cinco é igual a "concordo totalmente". Oito dos nove respondentes concordaram totalmente com a frase e um deles concordou parcialmente (Gráfico 5). Isso revela que, dentre os jornalistas da amostra, não há dúvidas de que o clima está mudando. Isso já indica que há um certo conhecimento sobre o tema, uma familiaridade (categoria *Informação*), que permite que alguma percepção de risco seja constituída (afinal, há o reconhecimento que o clima está se alterando e, para se construir dada percepção de risco, é preciso primeiro que o fenômeno em questão não seja ignorado).

GRÁFICO 5 - CONCORDÂNCIA DOS JORNALISTAS DA OCORRÊNCIA DAS MCs



FONTE: BELING LOOSE (2016).

A segunda questão busca saber qual o nível de informação que os jornalistas têm sobre o consenso existente na área científica a respeito do fenômeno. A pergunta: Em que medida você acha que há consenso entre os cientistas sobre o fato de as mudanças climáticas estarem acontecendo?, também apresentada com a escala de Likert (na qual um corresponde a "nunca há consenso" e cinco a "sempre há consenso"), mostrou que, entre os jornalistas, prevalece a ideia de que algumas vezes há consenso (cinco respostas). Veja a distribuição das respostas no Gráfico 6:

GRÁFICO 6 - CONCORDÂNCIA DOS JORNALISTAS A RESPEITO DO CONSENSO CIENTÍFICO SOBRE AS MCs



FONTE: BELING LOOSE (2016).

Ou seja, grande parte dos entrevistados demonstram conhecimento que o consenso científico não representa uma unanimidade, conquanto apontem para o fato de ele existir em alguns casos, até mesmo com frequência (as alternativas negativas – nunca ou raramente há consenso não foram marcadas). A postura é condizente com aquilo que é expresso pela comunidade científica em relação ao tema: ainda que não haja consenso, há uma predominância de cientistas que endossam os postulados do IPCC: de que as mudanças estão ocorrendo e de que as atividades antrópicas são um dos fatores que aceleram esse processo. Esta posição é ratificada no estudo feito com jornalistas da Alemanha, EUA, Índia, Reino Unido e Suíça por Brüggemann e Engesser (2014), no qual a maioria do entrevistados demonstrou forte adesão àquilo que é divulgado por esta entidade científica.

Aliás, durante as entrevistas com jornalistas, perguntou-se se eles concordavam com o posicionamento do IPCC (de que a atividade humana estava acelerando as MCs), e mesmo a minoria que não afirmou categoricamente que sim, mostrando-se ponderada, revelou em suas falas que têm preocupações em relação ao assunto. J8, por exemplo, afirmou: "*[...] é difícil você achar que não existe um limite pra emissão de gases, né, que a gente vai conseguir manter uma emissão crescente, [...] a gente tá aprendendo que o ar não é um recurso infinito, é um recurso escasso*", relacionando a mudança do clima com os limites dos recursos naturais. Ora, quem é mesmo que está gerando tal escassez?

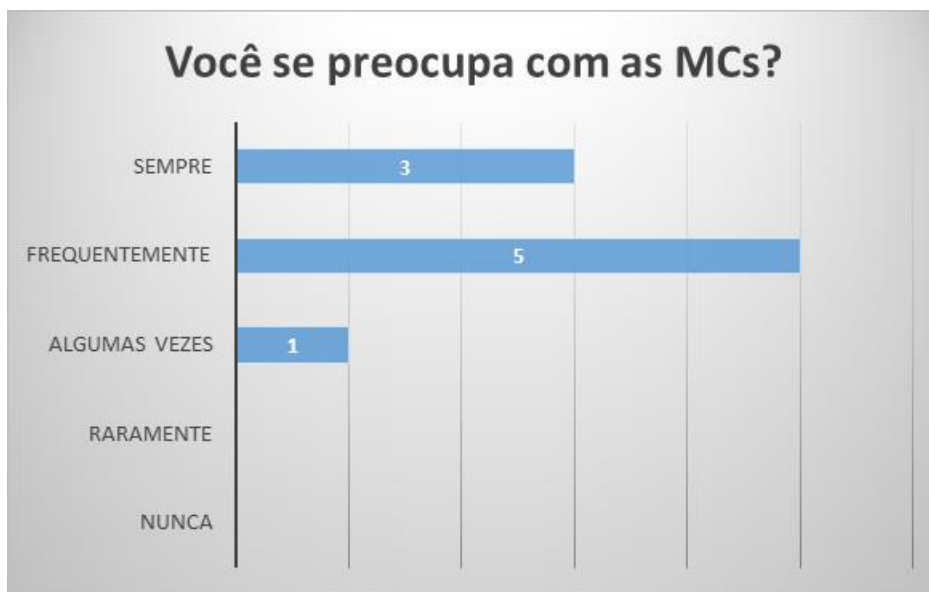
J5 foi reticente em relação a esta questão, mas acabou assumindo a perspectiva da precaução:

[...] tudo que eu li a respeito me inclina a dizer que sim, há aquecimento global causado pela ação do homem. [...] pode ser que alguém diga que não, mas veja... quando você tem uma constatação forte, que parece correta, com efeitos que podem ser muito fortes a até destruidores em alguns casos, a ação correta é agir em relação a isso, [...] é melhor agir do que esperar que ele se torne irreversível.

Dessa forma, associado à categoria *Informação*, sugere-se que os jornalistas, em algum grau, já apreenderam alguns pontos sobre o assunto e poderiam ter percepções que o estilo de vida contemporâneo contribui para o agravamento dos riscos climáticos. Isso significa que o tema já é familiar para os entrevistados. Porém, outros fatores, que se inter-relacionam, precisam ser checados.

A terceira pergunta deste bloco está mais associada à importância pessoal que cada jornalista dá ao assunto. *Você se preocupa com as mudanças climáticas?*, sendo que as opções variaram de um, equivalente a "nunca", a 5, correspondente a "sempre". A maioria dos respondentes afirmou "frequentemente" ou "sempre" se preocupar com o assunto.

GRÁFICO 7 - PREOCUPAÇÃO DOS JORNALISTAS COM O TEMA



FONTE: BELING LOOSE (2016).

O fato dos respondentes avaliarem que sua preocupação com o tema é alta poderia induzir, em um primeiro momento, que a percepção de risco de tais sujeitos é alta, porém outras pesquisas realizadas em diferentes partes do mundo (por exemplo, NISBET; MYERS, 2007) mostram que, embora haja uma forte atenção e interesse pelo assunto, há outros fatores que, combinados, diminuem a relevância deste risco em detrimento de outros, mais visíveis, imediatos e localizados, como a poluição das águas.

A importância que cada sujeito dá aos problemas (categoria Preocupação) varia conforme uma série de componentes que formaram sua bagagem sociocultural e seu espaço de convívio. Estudos, como o de Hibberd e Nguyen (2013), demonstram que há uma aumento de preocupação e/ou consciência a respeito do problema em diferentes partes do mundo, mas esse acréscimo de conhecimento não significa, automaticamente, um maior engajamento ou envolvimento com o seu enfrentamento. Essa forma de articulação pode ainda ser mais restrita no caso do jornalistas, em razão do mito que este profissional precise ser isento de juízos, imparcial, neutro – o que, supostamente, diminuiria o peso da importância pessoal atribuída por cada profissional em relação ao tema. Aprofunda-se este aspecto adiante, na próxima seção, ao se analisar a percepção dos profissionais sobre o papel da comunicação.

De forma complementar, questionou-se nas entrevistas sobre qual a importância que conferiam ao tema das MCs no jornal dentro do rol de assuntos que a *Gazeta do Povo* cobre diariamente (categoria Relevância da pauta sobre MCs). Dos nove respondentes, sete afirmaram que o tema é relevante e tem bom espaço no jornal:

J1 – [...] eu acho que o tema tem bastante espaço aqui no jornal e até na mídia de forma geral, na imprensa, porque é um assunto que afeta diretamente as pessoas. As pessoas, às vezes, podem não entender aquela coisa do conceito do que é aquecimento global, efeito estufa, tudo isso, mas elas estão envolvidas diretamente quando existe uma enchente, um vendaval e alaga toda a casa dela ou a gente sai aqui, em pleno inverno, e está morrendo de calor... Então acho que, por ser algo que afeta diretamente a vida das pessoas, ele tá bastante presente na cobertura diária.

J6 – Eu acho que o jornal dá um bom espaço, eu acho que a cobertura é adequada, falando da Gazeta né. [...]. Às vezes, a gente gostaria de dar mais espaço, mas isso depende muito do dia.

J9 – Ah, super relevante, né? Porque mexe com tudo, né? MCs mexem com a economia, mexem com alimentação, bem-estar das pessoas, calor, frio, quer dizer, embora as matérias sejam um pouco repetitivas, mas é bom que sejam, né? Estamos sempre martelando aquela tese, colocando aquela pulga atrás da orelha que as MCs estão ocorrendo, que estão aí, embora alguns setores do mundo não a aceitem...mas, ela está ocorrendo, a gente percebe o aumento de casos de câncer de pele, geleiras derretendo, animais que podem ser extintos, então são coisas que a gente acompanha e sabe da importância, da relevância que isso tem.

Percebe-se que o tema das mudanças climáticas está bastante relacionado ao seu aspecto ambiental, como já havia identificado Vivarta (2010) em sua pesquisa. Os jornalistas foram indagados sobre as MCs, mas acabaram ampliando suas respostas e mencionando uma cadeia de problemas ambientais. O fato de o jornal ter no ano da investigação (2013) uma página semanal dedicada ao Meio Ambiente,⁸² na qual muitas das matérias sobre as mudanças do clima foram publicadas, contribuiu para essa mistura. Um dos jornalistas (J9) constantemente acopla outros problemas ambientais às mudanças do clima. Quando se perguntou se ele via o fenômeno climático como um assunto local em Curitiba, a resposta foi esta:

A gente percebe... olha nossos rios... qualquer um que passa perto do Belém, do Iguazu ou mesmo o Água Verde... você sente o odor, o mau cheiro... é um assunto local também... e a gente já falou de trânsito, de poluição sonora, a cidade ainda é bem arborizada, mas..., questão de legislação ambiental a gente sempre cobre também. E então, tem um enfoque local também.

Diante disso, reforça-se aquilo já constatado em outras pesquisas com leigos (NISBET; MYERS, 2007; LORENZONI; HULME, 2009; OLAUSSON, 2011) de que existe muita confusão entre a compreensão do problema das MCs e outros problemas ambientais (seja

⁸² Ocorreu uma reformulação editorial no jornal estudado e a página semanal dedicada às temáticas ambientais foi excluída em 2014 respaldada na argumentação que a temática é transversal e poderia aparecer em outras editoriais, somada a justificativas de ordem econômica (como necessidade de reduzir páginas e falta de anunciantes).

o buraco na camada de ozônio, seja a poluição dos rios). Embora os jornalistas entrevistados tenham sido selecionados por ao menos em algum momento de 2013 se debruçarem sobre o assunto, esta concepção pouco definida sobre o tema com relação a outros assuntos ambientais, geralmente rastreada em públicos mais amplos, foi encontrada.

Interessante notar também como o tema é vinculado por J1 às anomalias e variações repentinas de clima, mesmo isso não sendo reportado com frequência pelo jornal em estudo. Em análise sobre os enquadramentos das notícias sobre o tema neste jornal (LOOSE; LIMA; CARVALHO, 2014), foi identificado que o viés predominante, no sentido amplo, foi o científico, sendo o enfoque dos desastres bastante limitado; de forma mais específica, o enquadramento dos riscos é o mais acionado, geralmente, atrelado a efeitos negativos globais – e não a manifestações locais. Assim, o jornalista aponta uma conexão do fenômeno com a realidade local das pessoas, mas não percebe que a organização jornalística da qual faz parte não costuma optar por este tipo de abordagem.

Além disso, ao afirmar que é possível associar o fenômeno das MCs com qualquer evento ou anomalia do clima, nota-se que há um desconhecimento do jornalista, pois outros fatores, independentemente do maior volume de emissões de GEE, acarretam vendavais ou inundações, por exemplo. A tentativa de aproximação do local com o global é bem-vinda, mas não deve ser feita somente de forma intuitiva. Por fim, vale chamar atenção que, diferente da maioria, dois jornalistas mostraram visões contrárias, assinalando a pouca relevância conferida ao tema.

J5– Não é um assunto de grande notoriedade, não está na pauta do dia a dia e entra geralmente quando há algum fato científico, seja divulgação de indicadores que estão ligados a aquecimento global, como emissões do ano, ou relatórios mais amplos de aquecimento global. Muitas vezes, mesmo quando há um relatório importante na área, não vira uma grande notícia, tem uma abordagem secundária. [...] não aparece como um assunto propriamente, com uma grande urgência; há uma sensação na população geral - e a gente não é diferente na redação - de que é possível lidar com o assunto no longo prazo, não é um assunto de curto prazo e o jornal tem um foco de curto prazo, até médio prazo dependendo da editoria, isso não é só o jornal, é na mídia de maneira geral.

J7 – Eu vejo o tema mudanças climáticas sendo apresentado na Gazeta de forma bem pontual, assim, como outros assuntos que tiveram picos, sabe? [...] Você nota que determinadas matérias, depois de um determinado pico, eles acabam não atraindo, você vai lá, se esforça, faz uma matéria legal e não dá leitura; então você não faz as coisas só pela audiência, você tem que achar um enfoque que faça o leitor se interessar, acho que [a mudança climática] entrou na linha que a gente chama de platô, entrou no platô... a mudança climática entra na cobertura ou quando há um momento, uma coisa pontual, um evento ou alguma coisa assim, ou quando você consegue achar um gancho que tire ela daquela regularidade de cobertura.

Evidencia-se que estes jornalistas trabalham mais proximamente do tema e possuem cerca de dez anos de profissão no jornal, portanto acompanham há mais tempo esta questão no âmbito da empresa. Embora os motivos pela falta de interesse em relação ao tema sejam diferentes, é plausível relacionar a dificuldade de atrair o leitor mencionada por J7 ao fato de a sociedade, de forma geral, compreender que este tema não precisa ser resolvido agora porque envolve outras gerações, como foi posto por J5. Como o jornalismo lida com a novidade e a efemeridade, as MCs parecem não se encaixar tão facilmente nos valores de noticiabilidade do jornalismo diário, a despeito da repercussão na esfera pública mundial sobre o tema.

De toda forma, os jornalistas da *Gazeta do Povo* demonstram um conhecimento compatível com o discurso científico hegemônico e também uma forte preocupação com as MCs. Mas como eles definem esse problema? Nas entrevistas perguntou-se: *O que são mudanças climáticas para você?* De forma majoritária, os jornalistas relacionam o fenômeno a um processo global que altera o clima (muitos citam o aumento médio de temperaturas) e que é considerado recente ou novo. J1, por exemplo, pontua que "[...] o que que está acontecendo no clima talvez não fosse, não acontecesse no passado", enquanto J2 relaciona as MCs com "[...] uma série de ações que foram ocorrendo nos últimos anos e acabaram gerando vários fenômenos". J6 também partilha dessa perspectiva:

[...] são problemas novos, problemas que não existiam até um tempo atrás; isso explica, por exemplo, o porquê eu acho que falar em dias mais quentes da década, ou de duas décadas, não faz sentido. Agora quando você fala em mortes de espécies por causa de problemas climáticos, por causa de calor, são problemas que não existiam antes.

Por conseguinte, os jornalistas reconhecem que, ainda que as MCs não tenham surgido agora, a forma e rapidez com a qual se manifestam contemporaneamente é algo que as situam como uma questão repleta de novas perspectivas. É justamente este olhar, moderno, associado à ação do homem no agravamento dos fenômenos naturais, que se traz para a discussão do trabalho, embasado na noção de riscos fabricados cunhada por Beck (2010).

Esta percepção de algo que ocorre agora, mas era menos visível ou frequente "no passado" é facilmente relacionada ao papel do homem no aceleração das MCs. Três jornalistas assinalaram explicitamente esta conexão. J4 afirmou que contribui para isso:

[...] a ação do homem, desmatando, provocando poluição que gera um aquecimento global mais pra frente e isso muda o clima, você perde oxigênio, perde mata nativa, perde... que nem o efeito estufa maléfico, né, o efeito estufa ruim que vai provocar aquecimento no global no mundo todo.

Realça-se aqui que a associação a um efeito estufa maléfico ou benéfico é um equívoco, já que este é um processo natural imprescindível para que haja vida na Terra, pois é o que retém o calor de que se precisa para viver. O agravamento do efeito estufa, em razão do aumento de GEE, é o que já se chama de aquecimento global, ou seja, quando este fenômeno é ligado a um aspecto negativo (a retenção excessiva de calor) ele já se torna o próprio aquecimento global.

Já J7 disse que a manifestação do aceleração das MCs está imbricada "[...] com o que as pessoas estão fazendo de impacto que alteram esse ciclo natural que já prevê mudanças. Então, a mudança faz parte do processo, agora quão grave, quão abrupta, quão de repente vai ser essa mudança é que tem que estar em discussão". A evidência da responsabilidade humana foi apresentada ainda por J9:

[...] é o homem esgotando os recursos naturais, é devastando o meio sem se preocupar com o amanhã, tudo isso está gerando... a gente percebe, tivemos um inverno super rigoroso no ano passado, com neve que não ocorria aqui em Curitiba há tanto tempo, tivemos um verão com um calor terrível, né? Então, as MCs estão aí... só não vê quem não quer.

Nota-se que, nesse último caso, além de relacionar a definição do conceito com efeitos percebidos (categoria *Sensação*), o respondente vincula as atividades humanas ao fim dos recursos naturais, ampliando a ideia das causas das MCs para o que seria o motivo de uma crise ambiental. Como foi visto na revisão de literatura, pesquisas sobre MCs mostram que é bastante comum as pessoas confundirem aspectos específicos das alterações do clima, como emissões de GEE, com fatores mais amplos que levam a outros tipos de problemas ambientais, como parece ser estar implícito nesta resposta.

Estas últimas três falas corroboram o alinhamento que o jornal e seus jornalistas têm em razão ao posicionamento do IPCC, que será apresentado mais adiante. A citação de consequências como resposta da explicação do próprio fenômeno também esteve presente, em algumas respostas mais do que em outras. J3 se deteve neste aspecto:

[...] eu acho que são... Isso aí tem relação com a alteração do clima com mais frequência, das próprias estações que a partir de um certo momento elas já não são tão bem definidas como antes, como a questão de invernos intensos, por alguns períodos, verão muito intenso também, questão de seca em algumas regiões, questão de geleiras, desse tipo de ocorrência...

Outro aspecto desta questão diz respeito ao uso dos termos aquecimento global e mudanças climáticas. Ainda que eles costumem ser usados como sinônimos, o primeiro é uma

das consequências mais perceptíveis do segundo, que representa um conjunto de alterações que envolvem além do aquecimento, resfriamento intenso ou prolongado, maior ou menor quantidade de chuvas, maior frequência de eventos climáticos extremos, dentre outras mudanças no sistema climático. Nesse sentido, embora não se tenha feito uma pergunta específica sobre a distinção dos termos para todos os entrevistados, alguns permitiram que esta discussão aflorasse. É o caso de J5, que afirma:

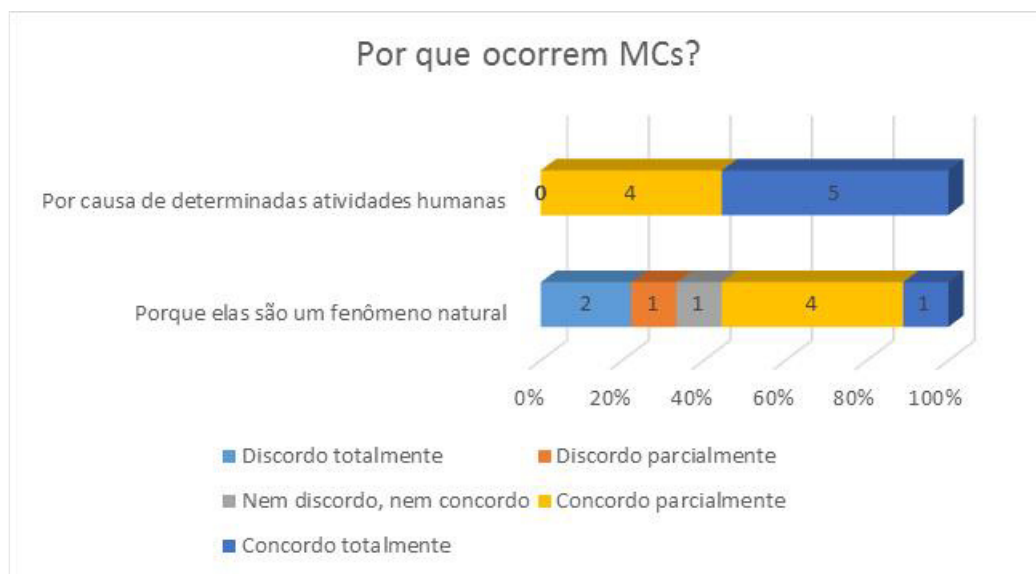
[...] algumas mudanças podem ser de aumento de temperatura, queda de temperatura, aumento de chuva, mas basicamente é o aquecimento global que provoca mudanças climáticas. Até uma questão assim, eu estava pensando outro dia, será que falar em mudanças climáticas hoje não é uma forma de não admitir que há um aquecimento, por que a gente adotou usar mudanças climáticas? Acho que houve um certo cuidado em se adotar mudanças climáticas, mas acho que aquecimento global é o fenômeno, mudanças climáticas é um efeito disso, não sei como se trata disso no geral pelos cientistas, talvez eles falem o contrário, não sei...

O respondente reconhece que não sabe exatamente qual termo seria mais adequado usar, embora tenha sido escolhido para esta pesquisa por ter trabalhado com o tema. Mesmo entendendo que essa confusão terminológica possa não comprometer o sentido de determinadas notícias, é necessário dizer que essa inversão da parte pelo todo pode criar uma representação ou imagem distorcida, não remetendo ao público outras manifestações climáticas como decorrentes das MCs. Por outro lado, sobre esta discussão, J9 sublinhou que os dois termos não são sinônimos, a despeito de estarem relacionados.

Em relação à categoria *Conceito* de MCs, nota-se um grau de informação e conhecimento que permitem que os jornalistas construam uma definição com vários elementos, na sua maioria afinados com o discurso científico. Essa familiaridade (categoria *Informação*), especialmente com as causas, faz com que os sujeitos percebam o risco com uma aceitabilidade maior, já que riscos conhecidos costumam ser mais bem aceitos do que aqueles desconhecidos. Além disso, o fato de conectarem os efeitos negativos com a ação humana permite-lhes que eles tenham uma compreensão das causas – o primeiro passo para que consigam enfrentar os riscos.

Ao se buscar detectar mais informações de como os jornalistas compreendem as alterações do clima, perguntou-se: *Por que as mudanças climáticas ocorrem?* Verificou-se que maioria dos respondentes compreende que as mudanças fazem parte de um fenômeno natural (maioria das respostas "concorda parcialmente"), mas também remetem fortemente às atividades humanas (maioria das respostas "concorda totalmente").

GRÁFICO 8 - RAZÕES APONTADAS PELOS JORNALISTAS COMO CAUSAS DAS MCs



FONTE: BELING LOOSE (2016).

Essa percepção de que realmente há algo que está modificando o clima, inclusive devido ao fator antropogênico, não é novidade. Estudos que se debruçam sobre a cobertura das MCs já haviam verificado que o negacionismo ou ceticismo é muito mais forte nos países anglo-saxônicos do que no Brasil e em outros países. (PAINTER, 2013). Assim, a cobertura da *Gazeta do Povo* não pode ser relacionada com o desconhecimento de que as MCs estão ocorrendo, nem mesmo com sua causa antropogênica. O gráfico mostra que a concordância com a causa antropogênica é mais consistente do que com aquela relacionada ao fator natural (há mais diversidade nas respostas). Este resultado é reforçado por outras pesquisas, como a de Meira (2013), sublinhando as atividades humanas como um dos fortes motivos para a manifestação do problema.

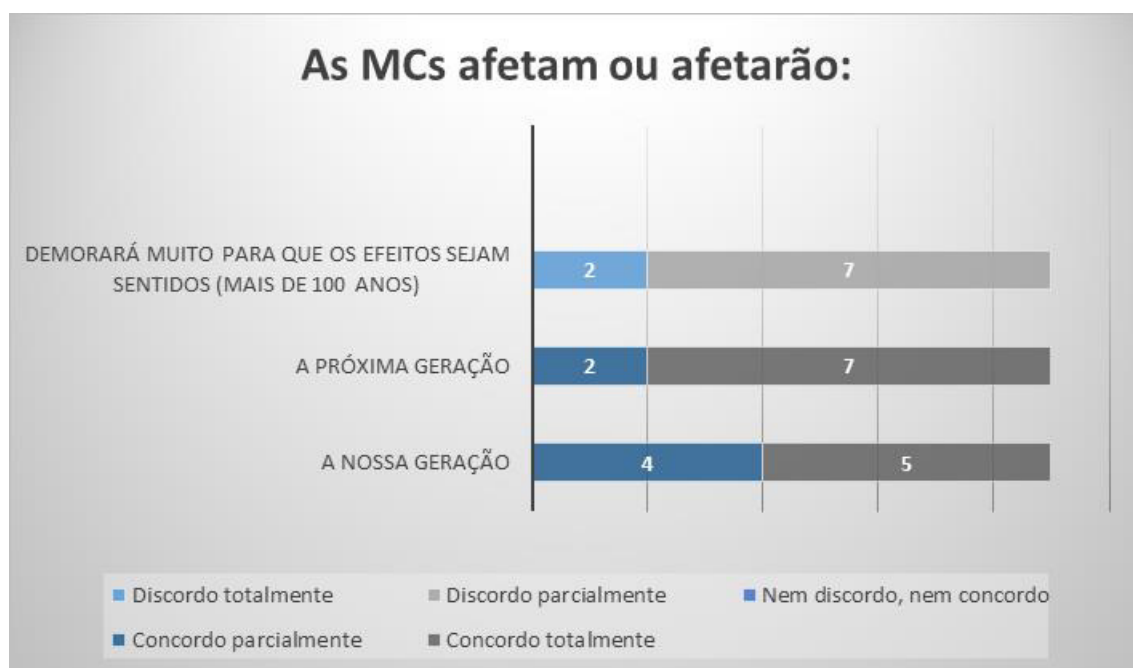
Aqui, mais uma vez o nível de *Informação* associa-se com a *Exposição* do problema. A ampla divulgação de estudos científicos, muitas vezes atrelados a evidências sentidas no cotidiano, induz a percepção de um risco – se não real, ao menos previsto. Este reconhecimento implica uma aceitabilidade maior do que se o risco fosse algo desconhecido. Logo, a *Exposição*, mesmo que não seja voluntária (afinal o controle deste risco não é possível), é, em alguma medida, aceito como uma possibilidade distante, visto que grande parte das informações existentes hoje são previsões. Como não há maneira de desviar ou se proteger totalmente de riscos climáticos por seu aspecto global, com distribuição irregular e diferenciada, a aceitabilidade torna-se quase "obrigatória". Em razão da dificuldade de se controlar tais riscos (categoria *Domínio*), bem como que o sistema climático não vai se comportar de forma diferente exclusivamente para aqueles que reduzirem as emissões de GEE, há uma negligência na

questão preventiva. A incontornabilidade destes riscos globais faz com que muitos sujeitos se eximam de enfrentar as causas que aceleram as MCs. Esta questão, bastante presente nas discussões ambientais, está também exemplificada no efeito *free rider*, já mencionado neste trabalho.

As duas próximas questões estão diretamente conectadas à categoria *Exposição* e, conseqüentemente, à aceitabilidade do risco. No caso dos riscos climáticos, que são riscos não controláveis pelos sujeitos (mesmo que se reduzam as emissões de GEE, não há como saber que parte do globo será afetada, nem quando, nem de que forma), os impactos são sofridos de forma involuntária, o que faz com que os sujeitos aumentem sua percepção de risco, diminuindo sua aceitabilidade. Por outro lado, a associação dos mesmos riscos com gerações futuras, de certa forma, aumenta a aceitabilidade – já que o risco, mesmo incontornável, está localizado no futuro. E é justamente porque existem tantas variáveis na construção desta percepção que o processo de avaliação, comunicação e gerenciamento dos riscos revela-se tão complexo.

Na tentativa de tratar das diferentes interfaces dos riscos climáticos, além da ideia de exposição voluntária ou não, buscou-se perceber o próprio alcance e gravidade dos riscos. Nas questões sobre quem seria afetado ou mais afetado pelo fenômeno, apresentou-se algumas alternativas associadas à escala de Likert, sendo um igual a "discordo totalmente" e cinco igual a "concordo totalmente". O gráfico abaixo expõe os resultados encontrados:

GRÁFICO 9 - PERCEPÇÃO DOS JORNALISTAS QUANTO À PROXIMIDADE DA AFETAÇÃO DOS RISCOS CLIMÁTICOS



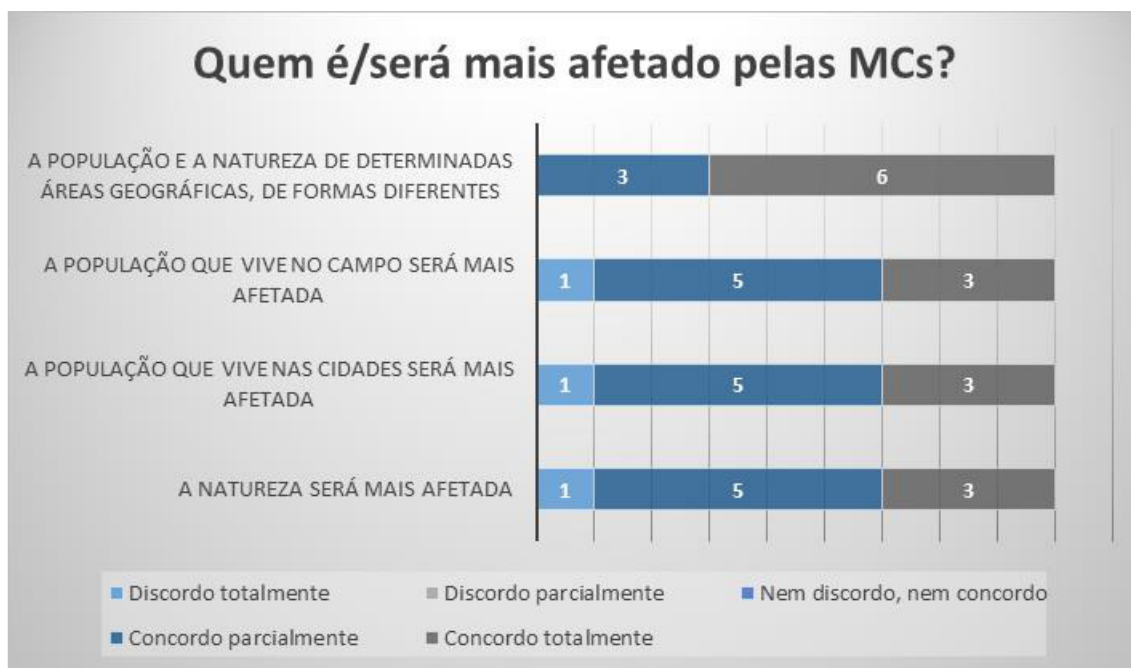
FONTE: BELING LOOSE (2016).

O Gráfico 9 revela que os jornalistas concordam mais fortemente que os riscos das MCs afetarão mais a próxima geração do que a nossa, apesar da diferença ser pequena. Esta é uma das questões que precisam ser relacionadas com o próprio contexto no qual estão inseridos os respondentes: a cidade de Curitiba não apresenta sinais claros dos efeitos das mudanças climáticas. Até mesmo o Brasil, comparado com outros países, ainda manifesta poucos fenômenos que podem ser sensorialmente identificados (categoria *Sensação*).⁸³ Estes "sintomas" podem ser vinculados a outras questões mais amplas e requerem mais estudos por parte da comunidade científica, de modo a expor uma ligação direta com este fenômeno. Por isso, a ideia ou representação de como se pode ser afetado pelas MCs tende a ser associado com algo futuro, mais distante do presente.

Esta lógica não é exclusiva de Curitiba, mas aparece em muitos lugares onde os impactos das alterações do clima são difíceis de serem mensurados ou observados. As imagens difundidas pelos meios de comunicação, de forma geral, articulam o fenômeno ao degelo das calotas polares, ao solo rachado derivado de secas, ao aumento do nível do mar e a eventos extremos, como furacões, vendavais e tsunamis. Tais representações não são falsas, mas são construções simbólicas bastante alarmistas e ainda pontuais (não ocorrem em todos os lugares, nem da mesma maneira). Elas não são facilmente associadas com o dia a dia das pessoas. Nesse ponto, o trabalho da mídia pode ser criticado porque, embora tenha fundamental papel na visibilidade deste tema, determinadas escolhas afastam a questão da população. Por outro lado, cabe entender que a lógica midiática atual é dependente de imagens para capturar a atenção do leitor e que a ilustração do aumento médio de temperatura no planeta pode não representar, proporcionalmente, os riscos a que as pessoas estão suscetíveis. É uma tarefa difícil criar discursos imagéticos de riscos não palpáveis.

⁸³ Mesmo a intensificação de enchentes e deslizamentos decorrentes do maior volume de chuvas nas regiões Sul e Sudeste nos últimos anos ou a escassez de água sentida no Nordeste e, recentemente, em São Paulo, são acontecimentos que não costumam ser discutidos à luz da lógica de consumo da natureza e sim tratados majoritariamente pelo viés político ou econômico. Estes efeitos da aceleração das MCs poderiam ser apresentados de forma mais contextualizada de modo a ampliar as conexões daquilo que fazemos diariamente com as alterações globais percebidas.

GRÁFICO 10 - OS MAIS AFETADOS PELAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA ÓPTICA DOS JORNALISTAS



FONTE: BELING LOOSE (2016).

Ainda pensando em como os jornalistas percebem a *Exposição* às MCs, perguntou-se sobre o que é mais afetado com a emergência das mudanças do clima. Natureza, população urbana e rural foram avaliadas pelo grupo de forma idêntica; já a concordância mais forte ficou por conta da alternativa que considerava tanto a parte natural quanto a social em situações diferenciadas. Esta resposta, mais adequada do ponto de vista da literatura científica, revela que há discernimento por parte dos jornalistas sobre as complexidades que emergem da temática e a própria dificuldade de inferir sobre quem realmente seria o mais afetado diante das opções colocadas. Conquanto se possa discutir que as populações urbanas, em razão da alta concentração em pequenas áreas, sofreriam em maior número que a população rural, as mudanças do clima tendem a interferir de forma mais drástica nas atividades do campo, atingindo muito a área rural.

A percepção dos jornalistas inquiridos é a de que as MCs afetam mais a próxima geração e de forma diferenciada. Isso coincide com grande parte dos estudos de percepção sobre o assunto que destacam que o problema está distante tanto temporalmente, quanto geograficamente. Se a *Exposição* aos riscos não é imediata e nem interfere diretamente no seu dia, a percepção de risco atenua-se. A fim de aprofundar tais percepções, apresenta-se agora questões especificamente voltadas para os riscos climáticos.

7.2.2 Riscos: gravidade, exposição, familiaridade

Na tentativa de checar se os jornalistas conseguiam associar os efeitos das MCs em Curitiba, foi feita a seguinte pergunta: *Você já percebeu os efeitos das mudanças climáticas onde mora?* A pergunta deixou aberta a interpretação de um efeito positivo ou negativo. O gráfico abaixo remete ao que foi apresentado mais acima sobre o contexto curitibano:

GRÁFICO 11 - PERCEPÇÃO DOS JORNALISTAS EM RELAÇÃO AOS EFEITOS CLIMÁTICOS NO CONTEXTO LOCAL



FONTE: BELING LOOSE (2016).

Dentre os respondentes, todos já afirmaram ter percebido alguma vez os efeitos do fenômeno na cidade na qual reside. Esta questão está intimamente vinculada com a categoria Sensação, o fato do sujeito sentir alguma sensação que o remeta ao risco climático. Conforme a abordagem da percepção de risco, aqueles que não são percebidos por meio dos sentidos são menos aceitos. Isso é particularmente interessante na medida em que os riscos sobre os quais se refere são classificados como invisíveis e não palpáveis. A próxima questão solicita que eles citem os efeitos percebidos.

J8, que afirmou raramente perceber os efeitos, justificou nesta questão que "[...] é difícil ter certeza [se isso é um efeito ou não], mas variações intensas de temperatura podem ser causadas por mudanças climáticas". Em sintonia com este raciocínio, outro respondente (J7) se limitou a responder: "[...] há dificuldade de precisar a correlação das coisas".

Os demais apontaram efeitos ligados essencialmente às mudanças de temperatura: "temperaturas incompatíveis com a época do ano", "temperaturas mais altas mesmo fora do verão", "calor imprevisto", "verões mais quentes", "frio fora de hora"; e às alterações do regime

pluviométrico: "chuvas intensas", "chuvas frequentes", "tempestades", "enchentes". Estes efeitos percebidos foram citados em outros momentos das entrevistas, como quando foi solicitado que eles definissem o que são as MCs. Também foram mencionados, de forma pontual, a poluição do ar e o excesso de umidade na casa.

Verifica-se que o que foi indicado pelos respondentes não revela um potencial catastrófico ou um impacto grande nas suas rotinas que sugira um alto grau de gravidade atrelado aos efeitos percebidos (categoria Ameaça). Ainda que haja a compreensão de sua presença – não apenas por meio de informações, mas também por sinais captados sensorialmente –, os jornalistas inquiridos atribuem aos efeitos percebidos pouca carga de catastrofismo.

A questão seguinte buscou ser mais ampla (o respondente poderia perceber o risco fora do seu contexto local) e sublinhava a questão negativa dos efeitos por meio da palavra riscos: Você já percebeu os riscos das mudanças climáticas? O gráfico a seguir mostra maior concordância com a pergunta feita em um espaço geográfico não localizado (se compararmos com a questão anterior).

GRÁFICO 12 - PERCEPÇÃO DOS JORNALISTAS SOBRE RISCOS CLIMÁTICOS



FONTE: BELING LOOSE (2016).

A pergunta mais ampla apresentou mais fortemente concordância com a ideia de Sensação, pois dois terços dos entrevistados afirmaram que frequentemente percebem os riscos climáticos. A questão é que justamente os riscos mais citados como percebidos estão associados a um lugar mais amplo (e não onde moram). Dessa forma, embora assegurem que percebem com recorrência os riscos climáticos de uma maneira geral, a partir dos exemplos citados verifica-se que eles não foram percebidos por meio dos sentidos, da vivência. Por tais

riscos estarem geograficamente longe de Curitiba (e até mesmo do Brasil), esta impressão se dá, possivelmente, pela mediação da mídia.

Nos riscos percebidos são aludidas algumas questões já respondidas na pergunta sobre os efeitos climáticos, como aumento das temperaturas e enchentes, mas são trazidos impactos de mais envergadura (categoria Ameaça), como: derretimentos das calotas polares, mudanças em cenários naturais, riscos para a produção de alimentos, impacto sobre comunidades ribeirinhas e fauna, alagamentos e deslizamentos, reservatórios de água com níveis extremamente baixos, plantações comprometidas, doenças, mortes, degradação do espaço urbano, elevação do nível dos oceanos, aquecimento global, redução de biodiversidade. Muitos dos efeitos compreendidos como riscos pelos jornalistas são justamente aqueles que mais frequentemente estão sendo visibilizados pelos meios de comunicação social, como já notou Olausson (2011). Portanto, até mesmo os jornalistas acabam formando suas percepções por meio de representações provenientes da mídia. Neste momento, eles se tornam receptores do mesmo campo do qual são produtores.

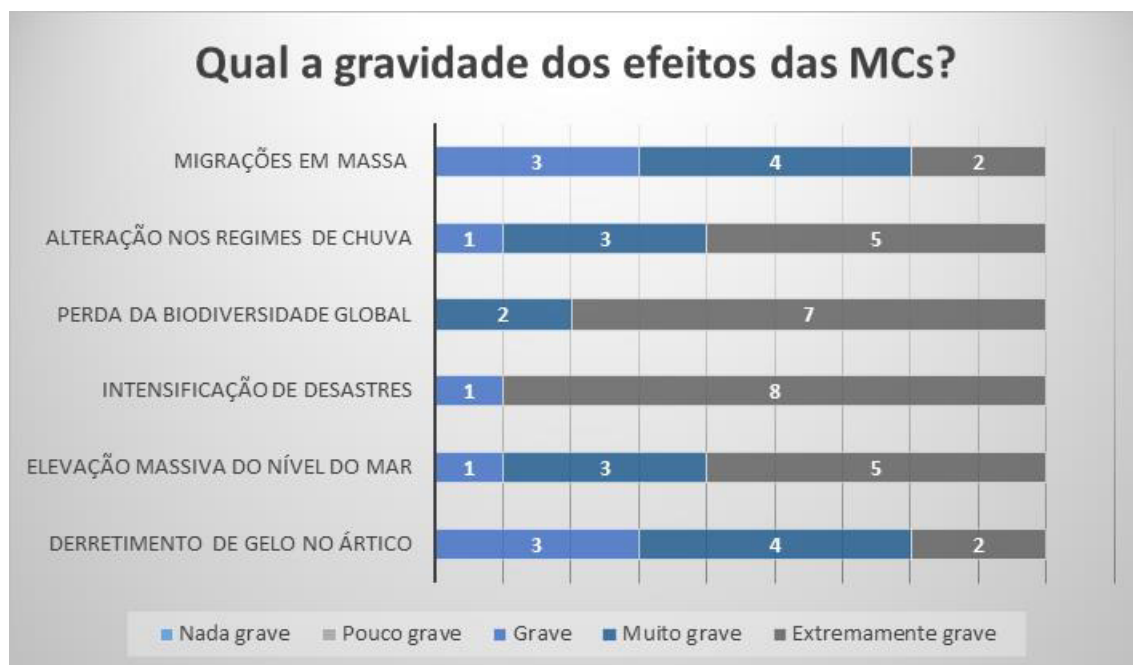
A detecção desses riscos está imbricada tanto com a familiaridade (proporcionada pela mediação mais ou menos frequente dos meios de comunicação) e, portanto, nível de conhecimento que os jornalistas detêm sobre o assunto (categoria Informação), quanto à sua compreensão de quão vulneráveis estão (categoria Exposição) e, conseqüentemente, como aceitam esses riscos. Como os riscos mais concretos ou visíveis foram remetidos a um espaço qualquer e não ao lugar onde habitam os respondentes, é de se supor que a familiaridade com os riscos é uma construção feita a partir de mediações simbólicas realizadas pelas instituições midiáticas e não de experiências reais (ou de percepção sensorial). Portanto, embora haja conhecimento sobre alguns riscos, o sentido de familiaridade é restrito ao acesso de informações e não à vivência delas – o que já é um aspecto que minimiza a gravidade do risco. Como a exposição aos riscos citados também é futura e está no domínio das possibilidades, a aceitação da probabilidade do risco existe, mas como algo distante da realidade e, assim, com menos força.

No caso das MCs, por se tratarem de riscos não tangíveis e de difícil associação com o cotidiano (isso pode ser notado de forma clara somente em períodos temporais que se estendem para além da expectativa de vida do homem), é esperado que a mídia seja desencadeadora de sentidos e mecanismos que busquem nos aproximar dos assuntos mais complexos e intangíveis. Este ponto já foi exposto no capítulo anterior, ao se falar da amplificação social do risco.

Sublinha-se, todavia, que efeitos graves foram mencionados, como mortes, degradação do espaço urbano e comprometimento das lavouras (diretamente associado com alimentação). A fim de saber o que é percebido como mais grave impacto (categoria Ameaça) em termos de

MCs, foi pedido que os respondentes avaliassem o grau de gravidade (de "nada grave" até "extremamente grave") dos riscos que aparecem no Gráfico 13:

GRÁFICO 13 - GRAVIDADE DOS EFEITOS DAS MCs ATRIBUÍDA PELOS JORNALISTAS



FONTE: BELING LOOSE (2016).

De acordo com os estudos de percepção e, particularmente, com a categoria *Ameaça*, quanto mais grave ou com alto potencial catastrófico for considerado o risco, mais preocupação irá gerar. A partir desta lógica, todos os jornalistas que participaram da pesquisa tendem a ter uma percepção de risco forte atrelada às MCs, já que a maioria dos efeitos estão associados às categorias "muito grave" e "extremamente grave". Os riscos que impactam um maior número de pessoas tendem a ser percebidos como mais graves e, nos casos citados, todos os efeitos repercutem em vastos grupos, ainda que de formas diferenciadas. Também é válido dizer que os efeitos apresentados para os respondentes trazem, implicitamente, uma ideia de irreversibilidade. Depois de perder a biodiversidade, por exemplo, é praticamente impossível que se consiga recuperá-la como era na forma original. Segundo os estudos de percepção de risco, este é um aspecto que aumenta a ideia de perigo, explicando a razão do elevado grau de gravidade dado aos efeitos pelos jornalistas, mesmo sem terem experienciado sensorialmente tais impactos ou apresentarem conexões que levassem a esse entendimento.

Os últimos resultados sustentam que os impactos globais são vistos como graves, mas que a percepção de um risco local é enfraquecida. A relação local-global não é automática e os jornalistas demonstram dificuldades em tratar do assunto com um enfoque mais local.

Quando foi questionado se, em Curitiba, as MCs já podem ser consideradas um assunto local, ocorreram divergências e manifestações sobre a complexidade que envolve cobrir este tema que apresenta múltiplas escalas (categoria *Relação com o local*). J3 sustentou que é um assunto mais global, por não atingir apenas um país, mas que o *link* com o local precisa ser mais trabalhado. De forma semelhante, J4 afirmou que o assunto está mais distante da escala local em razão dos eventos internacionais e nacionais, que se tornam os gatilhos comuns para tornar o assunto pauta de jornal, mas pondera que somente quando os impactos locais forem sentidos, existirá a percepção da população sobre o risco.

Diferentemente, J1 e J6 argumentam que o assunto é local, não apenas em Curitiba, mas em qualquer lugar do planeta, já que alguns efeitos podem ser sentidos. "*Então, se chove mais, se não chove, se faz mais frio, faz mais calor, é a mudança climática que está afetando no nosso dia a dia*". (J1).

As explicações mais detalhadas e que esboçam as nuances do quão complicado pode ser construir essa relação foram apresentadas pelos jornalistas mais experientes. Ainda que concordem que as MCs sejam um fenômeno global com efeitos locais, registram que essa conexão não se faz óbvia, sobretudo em Curitiba, considerada a capital mais fria do País e envolta na imagem de Capital Ecológica.

J7 – Curitiba é sui generis, né, assim, essa situação de discussão de meio ambiente sempre tem um quê elitizado, europeizado, 'aí eu me preocupo com Curitiba é porque eu sou diferente, sou curitibano'. E o fato de ter um conselho de meio ambiente, de mudança climática, ela tem uma discussão de um plano, de um inventário de efeito estufa, de algumas coisas, tem algumas iniciativas locais que fazem Curitiba estar na frente de outras cidades. Agora, se o público vê Curitiba como um local de mudança climática, não sei. Talvez se fosse como São Paulo, que tem mais enchente, mais alagamento, quem sabe... Sabe, as pessoas fazem uma correlação nem sempre correta, mas associam [isso] às mudanças climáticas. Aqui como é sempre frio, sei lá.

Nesta resposta, o jornalista faz referência tanto ao clima específico da cidade – tem a mais baixa temperatura média anual dentre as capitais brasileiras, que não permite a percepção sensorial de ondas de calor ou aquecimento acima das médias, percebidas em outros lugares do Brasil com mais intensidade – quanto à imagem de uma cidade ecológica (decorrente de um esforço das gestões municipais nas décadas de 80 e 90, que investiram muito em estratégias de *city marketing*), que perdura – com mais ou menos credibilidade – no imaginário de muitas pessoas, em especial os que não conhecem a realidade do município contemporaneamente. Tais construções simbólicas – de uma Curitiba com consciência ecológica e tipicamente fria – se repetem em outras entrevistas, de diferentes maneiras, expondo traços do contexto histórico

e cultural da onde falam os sujeitos da pesquisa. Nas respostas seguintes, frisa-se o problema da certeza científica e de formas de se pautar a questão:

J5 – *Seguindo a orientação dos próprios climatologistas a gente não trabalhava, "teve uma grande tempestade aqui em Curitiba, vamos falar de aquecimento global", não é assim que se aborda o assunto. Mas, podemos pegar uma linha de pluviosidade nos últimos 10 anos e ver que ela é diferente do que era há 50 anos - e as fontes locais não são muito boas nesse dados locais que possam te ajudar a entender o efeito de aquecimento global localmente. [...] [o tema pode virar uma pauta local] se houver alguma iniciativa que tenha relação com emissões, por exemplo. Vai lá, iniciativa da prefeitura em instalar ônibus híbridos, um dos argumentos, bom ou ruim, é que você reduz as emissões, é bom pra cidade, é bom pra reduzir as emissões, a pegada de carbono de uma maneira geral [...].*

J8 – *[...] O efeito local não é tão fácil, tão sensível. Você vai dizer o El Niño, La Niña... você consegue ver isso fácil em locais mais quentes, mesmo lugares como Florianópolis, né, você vai ter períodos de chuva muito mais intensos. [...] Agora, vamos dizer: o último verão de Curitiba. É difícil você dizer que aquilo é a prova da mudança de aumento de temperatura. Não pode ignorar esse efeito pontual, mas é mais difícil de dizer "gera efeitos locais"; sim, gera, mas esse é um efeito da mudança climática? Não se encontra, geralmente, nem fontes [de informação] pra afirmar isso. [...] Agora eu acho que existem coisas que você pode fazer localmente, que elas não estão diretamente ligadas à mudança, alteração climática e meio ambiente, e que elas tem relevância [...], que tem muito a ver com preservação do que ainda existe de mata nativa, preservação de vegetação, preservação dos rios, mata ciliar, então, existe essa pauta [...], ela é relevante do ponto de vista do meio ambiente [...] pequenas interferências locais também vão atingir globalmente.*

Quem pode afirmar que esse efeito local é acarretado pelas MCs? Esta é uma preocupação legítima dos jornalistas, que dependem de sua credibilidade, da confiança que os leitores têm sobre o que publicam. Porém, sabendo-se que esta correlação não é fácil, demandando anos de estudos, e, assim, deixando de poder ser respondida no auge do acontecimento, este enfoque é anulado. J5 destaca que os jornalistas tomam cuidado na construção desta relação, seguindo aquilo que os especialistas (fontes de informação) informam e que, mesmo uma abordagem mais ampla (esta sim possível), é inviável pela falta de registros/dados históricos que se tem no Estado (mais ainda no âmbito do município).

Por outro lado, a lógica apresentada por J8 (de tratar de temas ambientais que possam minimizar o agravamento dos riscos climáticos) é positiva, porém, como costuma ser realizada de forma fragmentada, não ajuda o leitor a entender o que fazer em relação às mudanças do clima. A relação feita por J5 vincula as MCs a uma iniciativa da cidade, o que é recomendado para aproximar a população com estas questões mais intangíveis, todavia importa destacar que, neste caso, é fundamental a forma como se demonstra esta ligação na notícia, pois não é algo dado.

Retornando aos efeitos climáticos, estes são percebidos, sobretudo, com um viés negativo. Durante as entrevistas, perguntou-se se ao falar de MCs era comum os jornalistas associá-las ao riscos ou às consequências negativas (categoria *Negatividade*). Todos os entrevistados afirmaram que existe sim uma ligação forte entre a ideia das MCs e seus riscos, como é possível identificar nas falas de J1 e J8:

J1 – *No meu caso, realmente o termo mudanças climáticas, pra mim, já tem uma conotação negativa, ou seja, o clima tá mudando, tá mudando pra pior, então [há] problema de aquecimento, degelo, desastres naturais... Então não sei se eu estou certo, mas, na minha percepção, falou em mudanças climáticas vem tragédia na minha cabeça.*

J8 – *Você já pensou que dependendo do que e como se dá o derretimento de geleira você muda o clima da Europa e dos Estados Unidos, fácil, fácil... você congela Nova Iorque [...] E se a corrente do golfo mudasse? O que aconteceria? A gente teria uma Europa mais fria? Quem que perde com isso? E as ilhas, as pequenas ilhas lá da Oceania? Se aumentar dois metros de água, o quê que acontece? Então esse impacto ele deve acontecer nos próximos anos [...]*

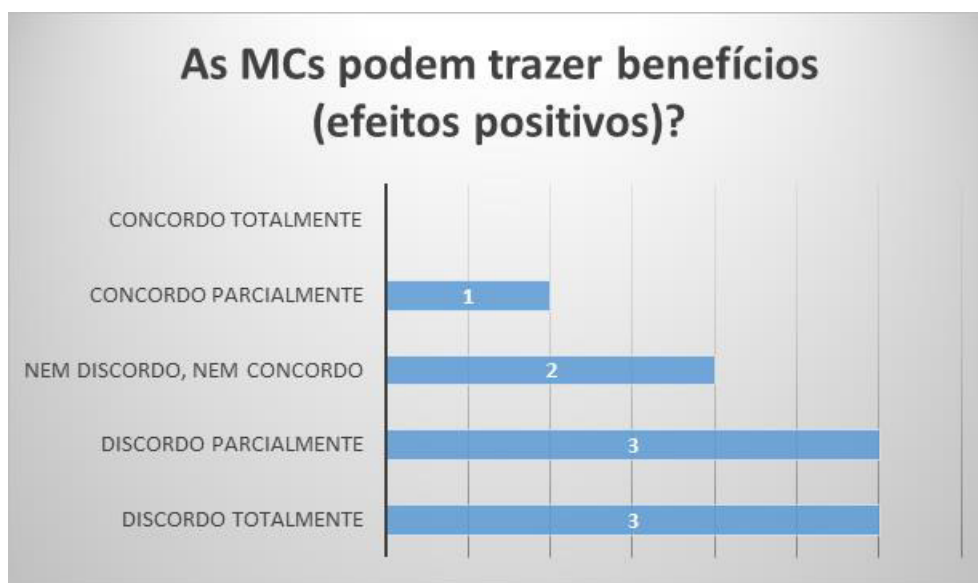
Entretanto, alguns já ponderaram esta associação, considerando seu papel enquanto mediador de sentidos e o próprio cuidado que envolve os relatórios do IPCC, talvez a mais reconhecida fonte de informação sobre o assunto no mundo. J7 respondeu: *"Eu até acho que há riscos, mas eu sou cautelosa na divulgação desses riscos"*. De forma mais explícita, foi questionado a J5 se sua percepção dos riscos é transmitida para os leitores nas matérias, ao que ele respondeu:

J5 – *Acho que não. Em parte é por causa da linguagem muito cuidadosa dos relatórios [...] O relatório do IPCC usa termos que são, principalmente para os efeitos, muito cuidadosos. Dizem: "há indícios, que pode ser que... um número no aumento de tempestades esteja ocorrendo..." [...] Tem a ver com a incerteza, mas tirando isso tem a ver com o consenso científico e a linguagem tem ficado mais dura de relatório em relatório. O último relatório ficou mais... a gente já pode falar que, com base no último relatório, os efeitos são sentidos nesse momento, não sei, acho que havia um certo receio de se ligar fenômenos climáticos pontuais a aquecimento global [por parte] de fontes da área de climatologia. Eles diziam até há alguns anos... "posso te dizer que o aquecimento global vai aumentar a pluviosidade no sul do Brasil, mas eu não posso te dizer que essa tempestade que aconteceu é por causa do aquecimento global", aí você transmite isso pro leitor; significa "ah pode ser, pode não ser". Hoje, já se pode dizer que essas tempestades quase com certeza são ligadas ao aquecimento global, porque esses fenômenos aconteciam antes a cada x anos e hoje acontecem a cada x dividido por 5.*

Assim, mesmo que os relatórios do IPCC tragam os riscos climáticos, nota-se, ao menos neste caso, uma atenção em ser leal à linguagem escolhida pelos especialistas – o que parece nem sempre satisfazer o leitor, que espera uma certeza. É nesse sentido que o jornalista pensa que a sua associação das MCs aos riscos não é amplificada por meio de suas notícias – afinal, ele se detém a usar as possibilidades de ocorrência relatadas pelos cientistas.

Na pergunta: *Quanto você concorda que as MCs podem também trazer benefícios (efeitos positivos)?*, dos nove respondentes apenas um (J5) concordou parcialmente, afirmando que "[...] pode haver benefício à produção agrícola, em alguns lugares, e benefícios a algumas atividades econômicas (irrigação, mineração)", pontuando a abordagem que cada risco também pode ser uma oportunidade a depender do setor e das condições econômicas. Veja as respostas no Gráfico 14:

GRÁFICO 14 - CONCORDÂNCIA DOS JORNALISTAS A RESPEITO DOS BENEFÍCIOS DAS MCs



FONTE: BELING LOOSE (2016).

A maioria (seis dos nove) assinalou que discorda parcialmente ou totalmente. Ou seja, dois terços dos jornalistas não conseguiram ver efeitos positivos no processo das mudanças do clima, ainda que existam pesquisas que se debrucem sobre este enfoque. Aqui, é possível relacionar a falta de *Informação*, especificamente sobre o aspecto positivo das MCs, como algo que afeta a percepção dos sujeitos. Ora, se desconheço e/ou não tenho informações a respeito, como processar uma percepção?

O próximo bloco apresenta questões vinculadas à governança climática, seja no sentido de responsabilização, seja no sentido de ação do sujeito.

7.2.3 Governança: responsabilidade e modos de agir

As questões desta seção abordam aspectos associados à responsabilização pelo enfrentamento, a eficácia de dadas medidas e a associação que é feita entre enfrentamento e incerteza científica. No questionário, a pergunta *O quanto você considera que cada uma das opções é responsável por adotar medidas para minimizar os riscos climáticos?*, que também usou a escala de Likert (sendo que um equivale a "nada responsável" e cinco a "extremamente responsável"), buscou mapear como os jornalistas que escreveram sobre o tema observam o grau de responsabilidade de diferentes atores (países desenvolvidos, países em desenvolvimento, chefes de Estado que participam das COPs, prefeitos, cientistas, ativistas, meios de comunicação social, organizações governamentais, organizações não governamentais, organizações empresariais, população em geral e eu).

Nenhum dos respondentes atribuiu a opção "nada responsável" para quaisquer uma das opções dadas, identificando que, em níveis diversos, todos são responsáveis por minimizar os riscos climáticos. A alternativa "pouco responsável" foi utilizada apenas por dois jornalistas, que coincidiram em achar que os ativistas e os meios de comunicação social são, dentre os atores apresentados, aqueles que menos precisam se responsabilizar pela questão (ainda que ambos tenham afirmado que a imprensa influencia mudanças de comportamento). Um deles considerou que a responsabilidade dos cientistas e das ONGs também é pouca. As demais alternativas foram divididas em extremamente responsável (30), muito responsável (39) e responsável (33), sendo que a opção que mais foi assinalada como extremamente responsável foi "os chefes de Estado que se reúnem anualmente na Convenção das Partes (COP)", com sete menções, seguida pelos países desenvolvidos, com seis.

Ao se somar os pesos dados a cada ator/instituição, notam-se que aqueles que são mais fortemente responsabilizados foram os chefes de Estado que participam das COPs, enquanto os setores tidos como menos responsáveis foram os meios de comunicação e ONGs, seguidos por ativistas e organizações empresariais. O gráfico abaixo permite uma melhor visualização das atribuições de responsabilidades apontadas pelos respondentes:

GRÁFICO 15 - DISTRIBUIÇÃO DA RESPONSABILIDADE ATRIBUÍDA A CADA UM DOS ATORES SEGUNDO OS JORNALISTAS



FONTE: BELING LOOSE (2016).

Chama atenção que as opções "população em geral" e "meios de comunicação" receberam menos pontuação que "eu", ainda que esta alternativa esteja implícita nas duas anteriores no caso dos jornalistas. Mesmo assim, ela é apenas a quarta opção mais assinalada. Esta baixa adesão do "eu" como responsável pode ser conectada à categoria *Domínio* – até que ponto eu posso controlar esse risco ou agir para evitá-lo? O fato de o sujeito se sentir pequeno diante de um problema global diminui essa ideia de controle, fazendo com que ele acredite que Deus, as instituições políticas ou a ciência e tecnologia serão capazes de encontrar uma solução. Sendo assim, a ideia de responsabilização de alguém está também entrelaçada com o entendimento de quem pode controlar o risco.

Estes resultados ratificam também o que outras pesquisas, como a coordenada pelo Iser (2008), já mostraram: que a maioria das pessoas acredita que os governos devem liderar o processo de engajamento. Dessa maneira, o papel do Estado é reforçado, sendo chamado a fazer sua parte para ser o exemplo dos demais setores.

Os resultados aqui encontrados mostram que os atores mais fortemente responsabilizados, depois dos chefes de Estado, são os países desenvolvidos e em desenvolvimento, respectivamente. Contribui para essa percepção o debate midiático sobre responsabilização histórica das emissões de GEE, presente anualmente na realização da COP. Engesser e Brüggemann (2015) notaram que esse embate entre países desenvolvidos e em desenvolvimento é um dos

elementos recorrentes na concepção dos jornalistas, de diferentes países, sobre as MCs. Ressalte-se que a ideia de que o problema é amplo e global acaba por relacionar as formas de enfrentamento a âmbitos internacionais e nacionais, distanciando o sujeito do problema.

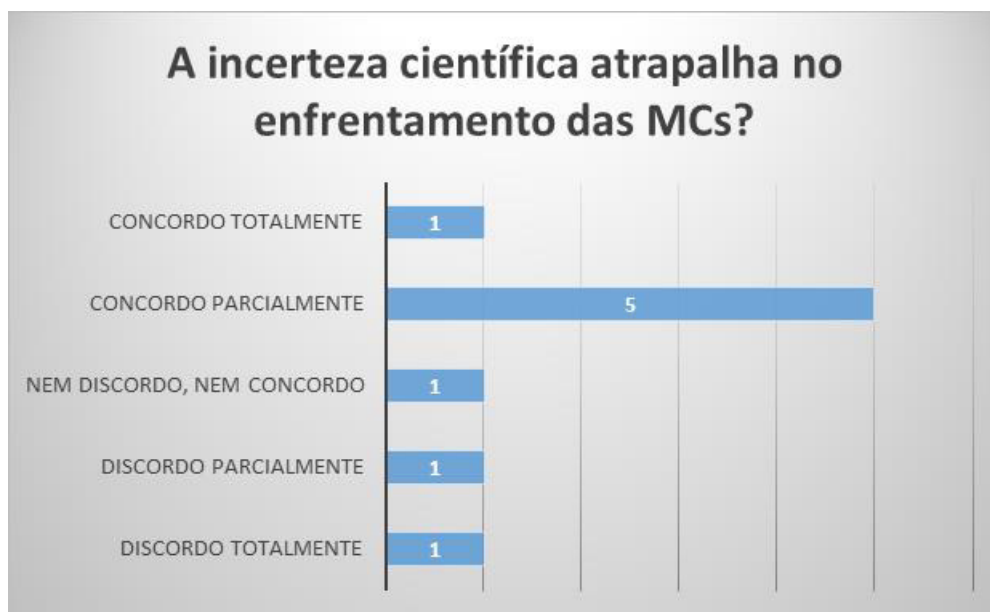
Nesse contexto, os fatores que podem estar atrelados a esta percepção de responsabilização estão associados à categoria *Confiabilidade*. Os sujeitos que confiam nos instrumentos políticos e técnicos que controlam o risco têm maior aceitação da convivência com o fator de risco. Mesmo que confiar e atribuir a responsabilidade a alguém não signifiquem exatamente a mesma coisa, é de se esperar que, ao responsabilizar alguém, o sujeito confie que esta pessoa ou instituição busque dar conta daquilo que lhe foi passado. Não há razão do sujeito responsabilizar, *a priori*, um ator sobre o qual não tem confiança sobre sua ação. Entretanto, face aos muitos acordos que não são firmados em função de interesses nacionais e/ou privados, a confiança que os sujeitos têm nos atores listados no gráfico já está, no mínimo, fragilizada.

É a partir do panorama atual de desesperança que os chefes de Estado consigam realmente acordar algo que seja efetivo no enfrentamento das MCs (decorrente de sucessivos não avanços nas COPs) que a categoria *Justiça* também é articulada. Os sujeitos tendem a avaliar como os riscos e suas formas de enfrentamento são distribuídos, buscando ver como se sentem em relação aos demais. A ausência de justiça, de igualdade na forma como os riscos se manifestam e, mais ainda, como são geridos, faz com que a percepção sobre o risco aumente em razão da insegurança e da sensação de injustiça.

Quanto mais confiança naqueles que gerenciam o risco, menos percepção da gravidade do risco e da urgência de prevenção e mitigação os sujeitos têm. Contudo, em um quadro de baixa confiança e de responsabilização compartilhada com muitos atores, este quadro se modifica. Como os riscos climáticos dependem que muitos se responsabilizem por seu enfrentamento e não há como saber quem de fato assume esta questão, a própria ineficácia das instituições globais e nacionais acaba gerando uma ideia de que o problema não é urgente, nem mesmo grave.

A pergunta seguinte do questionário buscava mapear o quanto os profissionais concordavam com a afirmação *O fato de existir incerteza científica sobre as mudanças climáticas atrapalha no seu enfrentamento*. A partir da escala de Likert, onde um representa "discordo totalmente" e cinco "concordo totalmente", conclui-se que a maioria manifesta concordância.

GRÁFICO 16 - CONCORDÂNCIA DOS JORNALISTAS SOBRE RELAÇÃO ENTRE INCERTEZA CIENTÍFICA E ENFRENTAMENTO



FONTE: BELING LOOSE (2016).

O resultado da totalidade pode ser associado aos achados de Painter (2013), no qual os jornalistas por ele entrevistados sinalizavam que a incerteza científica é menos compreensível ao público que a abordagem do tema por meio do risco.

Nesta questão duas categorias se combinam: a *Informação* sobre o assunto e sobre o próprio conhecimento do funcionamento do campo científico e a *Credibilidade* que os sujeitos depositam na ciência (o quanto acreditam que as informações deste campo são verdadeiras). Ora, se o sujeito sabe que a incerteza é inerente ao processo científico e confia no trabalho dos cientistas, o fato de serem divulgadas incertezas não reduzirá sua percepção de risco. Ao contrário, se ele compreender que incerteza é sinônimo de ignorância e desconfiar da atividade científica, terá dúvidas se as MCs oferecem, de fato, riscos – dificultando sua aceitabilidade e, conseqüentemente, impedindo que se mobilize para mitigá-lo.

A questão sobre as incertezas científicas e o enfrentamento reflete também as normas profissionais do campo: mesmo que a maioria tenha concordado que este aspecto possa atrapalhar a ação, nas entrevistas realizadas os profissionais pontuaram que o equilíbrio informativo deve ser seguido: "[...] estamos fazendo nosso papel, né? A gente tem que dar os dois lados, sempre vai ter alguém que não concorda com aquilo então a gente dá o outro lado, a gente dá o contraditório". (J9) ou "[...] o jornal tem que ser plural, se um pesquisador acredita numa linha de pesquisa e o outro numa outra linha, cabe a gente mostrar os dois". (J4). É a

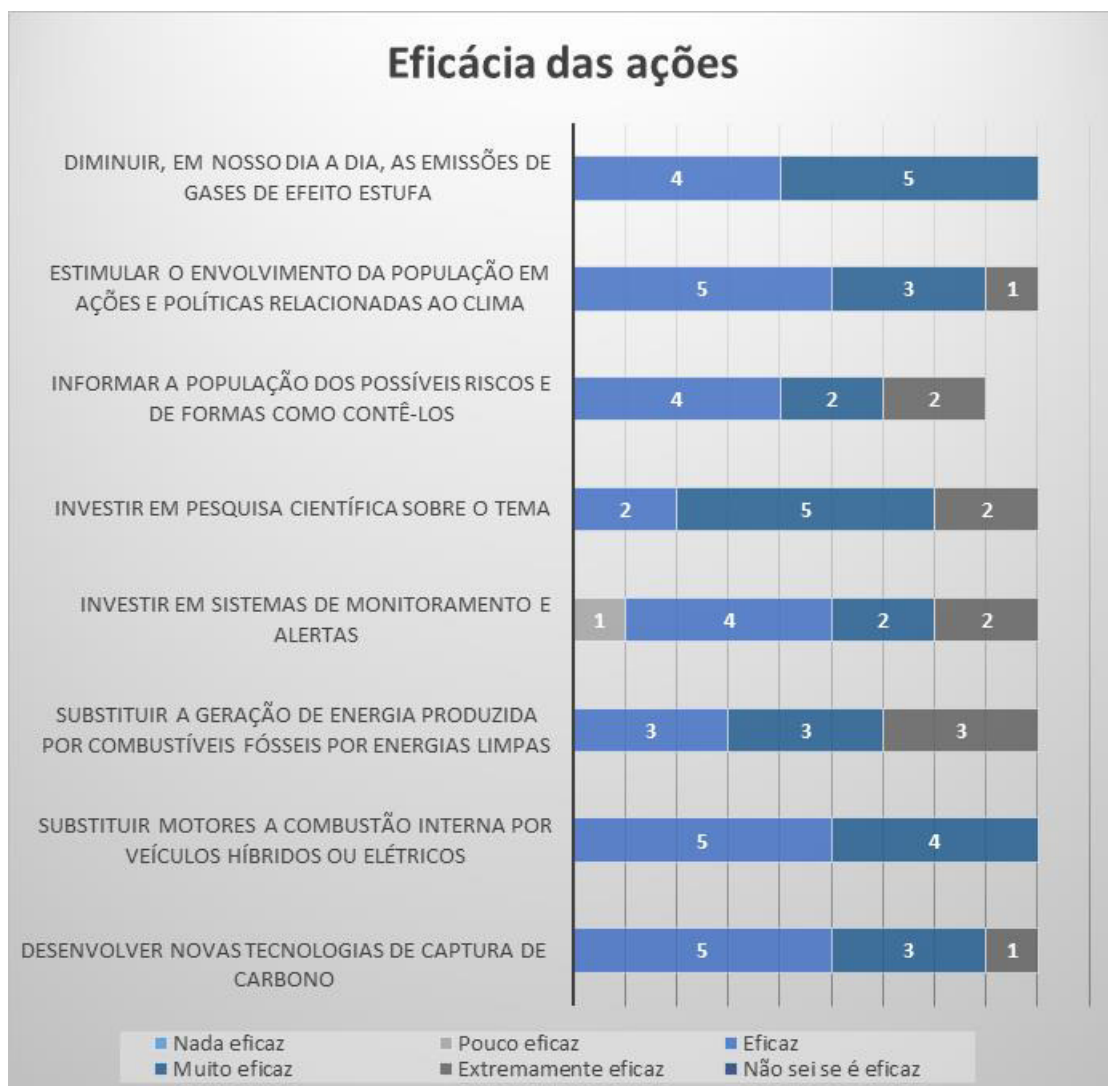
ênfase nesta norma que gerou muita incredulidade nas MCs nos países de língua inglesa, e em particular nos EUA. (BOYKOFF, 2011). No Brasil, este não é um problema encontrado na cobertura da mídia, porém, ao se falar com os jornalistas, verifica-se que esta perspectiva é mais defendida do que a ideia de contextualização ou da precaução, por exemplo.

Todavia, apesar de se constatar que esta regra se faz presente, a maioria dos jornalistas disse acreditar no posicionamento defendido pelo IPCC. Nota-se que os jornalistas confiam na ciência, utilizando seus atores como fontes de informação que ratificam aquilo que dizem (categoria *Relação com a ciência*). Sobre apresentar duas visões opostas sobre as MCs nas notícias, J5 foi enfático ao clarificar o problema:

J5 – Se você colocar as duas coisas com o mesmo peso acho que você não está traduzindo a realidade científica pro leitor. Hoje [...] 99% dos artigos científicos assume essa posição, é muito raro um artigo científico aceito em grandes revistas, revisado por pares, que não tenha a visão de que há aquecimento global causado por ação humana e o grande, principal fator é a emissão de gases do efeito estufa. Dar o mesmo peso seria não traduzir a realidade científica pro leitor.

A fim de mapear o quanto os jornalistas que cobriram o tema avaliam a eficácia de medidas/ações para prevenir os riscos associados às MCs, colocou-se a questão *O quanto você considera cada uma dessas atitudes como eficazes para prevenir o risco climático?* Nesta pergunta, a escala de Likert foi utilizada com seis possibilidades: um – "nada eficaz"; dois – "pouco eficaz"; três – "eficaz"; quatro – "muito eficaz"; cinco – "extremamente eficaz"; e seis – "não sei se é eficaz".

GRÁFICO 17 - PERCEPÇÃO DOS JORNALISTAS SOBRE A EFICÁCIA DE AÇÕES DE ENFRENTAMENTO



FONTE: BELING LOOSE (2016).

Nenhum dos nove respondentes manifestou que desconhecia a eficácia das alternativas dadas, assim como não marcaram para nenhuma das opções "nada eficaz". A opção que teve mais marcações de "extremamente eficaz" foi substituir a geração de energia produzida por combustíveis fósseis por energias limpas, seguida por investir em pesquisa científica sobre o tema. As demais opções tiveram variações pequenas. Inclusive a opção "Informar a população dos possíveis riscos e de formas como contê-los", intimamente relacionada com a profissão dos jornalistas, que foi avaliada por quatro jornalistas apenas como "eficaz" (um dos jornalistas não assinalou nenhuma das opções a respeito desta questão). Esses resultados apontam para uma elevada expectativa relativamente a soluções técnicas, ou o que é normalmente designado de tecno-otimismo, coincidindo com as conclusões de Engesser e Brüggemann (2015) sobre os

jornalistas de outros países. Sugerem também que os jornalistas creem que várias medidas precisam ser tomadas em conjunto e que não há apenas uma que resolverá a situação.

Da mesma maneira que a questão sobre a quem cabe a responsabilidade pelo enfrentamento, a distribuição nas diferentes opções sinaliza para a falta de confiança (categoria *Confiabilidade*) em uma única medida e/ou a falta de conhecimento e familiaridade (categoria *Informação*) sobre o quão positiva pode ser a implementação de cada uma das opções.

No questionário ainda havia duas perguntas abertas sobre medidas para minimizar e prevenir os riscos climáticos. A primeira era direcionada ao sujeito respondente: *o que você faz no seu dia a dia para minimizar os efeitos das MCs?* Nesta pergunta, oito dos nove respondentes fizeram menção ao uso consciente do carro a fim de reduzir emissões (não uso o carro ou uso pouco o carro; uso transporte coletivo, ando a pé, faço manutenção do carro para evitar excesso de gases poluentes). Outra resposta recorrente foi a associação com a reciclagem do lixo (ou separação do lixo com fins de reciclagem), sendo citada por cinco dos nove jornalistas. As demais respostas estavam relacionadas ao consumo consciente (três), à economia de energia e água (dois), à educação dos filhos (dois), ao plantio de árvores (um), à atenção dada às pautas sobre o assunto (um), e, de forma geral, a respeitar o meio ambiente por meio de ações responsáveis.

A primeira resposta, dada por vários respondentes de diferentes formas, está claramente associada à mitigação das MCs: se uso menos o automóvel, reduzo o número de emissões de GEE. No entanto, muitas das demais respostas estão relacionadas a problemas ambientais de uma forma geral. Ainda que se saiba que, em termos ambientais, tudo está relacionado e a diminuição do consumismo, assim como a reciclagem, pode auxiliar a diminuir as emissões, outras medidas teriam mais peso para a redução da pegada de carbono, como substituição dos combustíveis fósseis e a economia de energia. Como o estudo de Wilson (2000) evidenciou, permanece a confusão e/ou mistura entre os diferentes problemas ambientais, assim como as medidas para solucioná-los.

A partir dos estudos de percepção de risco, relaciona-se tais respostas ao fator de *controle*: até que ponto eu sou apto ou estou disposto a fazer algo para diminuir as emissões de GEE? (categoria *Domínio*). Todos manifestaram alguma ação, mas muitas delas bastante restritas se considerarmos o nível de conhecimento informado. O que outros estudos mostram é que o fator de importância que cada sujeito remete a uma ação de enfrentamento pesa muito no momento de tomada da decisão. Ou seja, não basta ter informações, é preciso que os sujeitos tomem os novos hábitos como importantes para si.

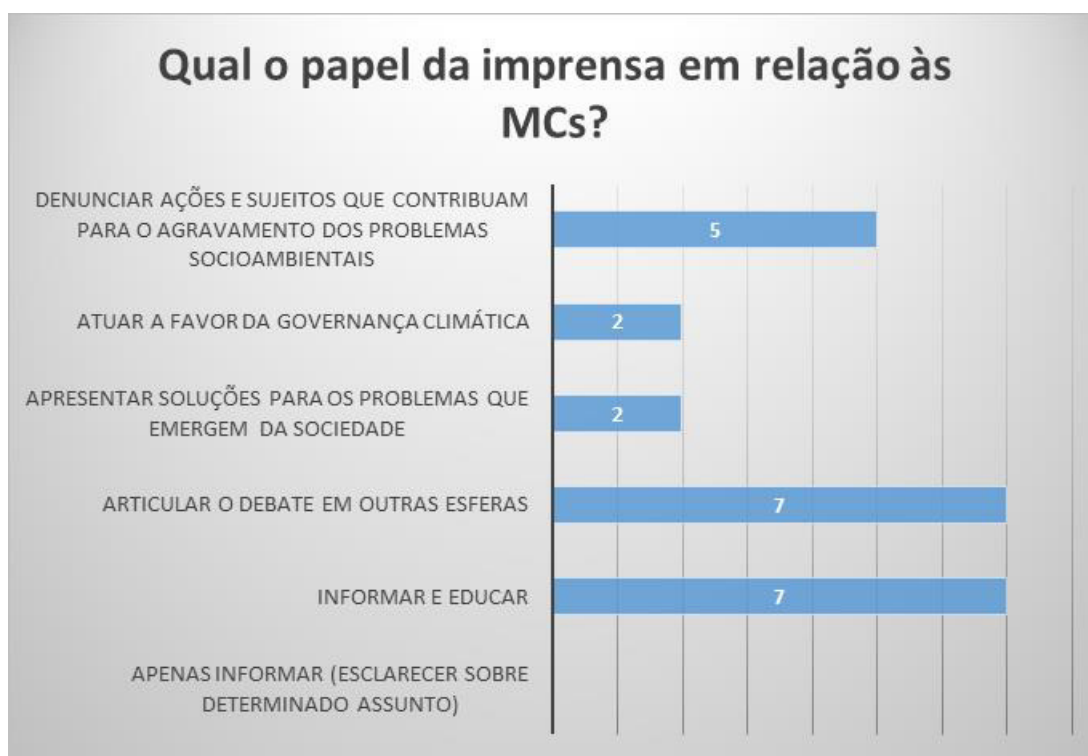
Na outra questão aberta, os respondentes deveriam apontar medidas de prevenção aos riscos. Três não responderam. Os demais apontaram, sobretudo, a necessidade de mais

conscientização (sobre o consumo, o respeito ao meio ambiente e à convivência em comunidade), e educação – dos seis, quatro mencionaram estas questões. Também foram citadas as seguintes medidas: criação de um sistema de bonificação para atitudes positivas, políticas para redução de desmatamento, investimentos em produtividade agrícola e maior eficiência energética. Neste caso, alternativas mais relacionadas com a problemática do clima foram citadas, além da ênfase na necessidade de uma mudança de racionalidade (por meio da conscientização e educação) com o objetivo de fomentar outra relação entre sociedade e natureza.

7.2.4 Jornalismo: papel, influência e modos de fazer

Após um mapeamento das percepções dos jornalistas sobre a ocorrência e as causas das MCs, buscou-se conhecer a sua percepção do papel da imprensa, seu impacto social e seus modos de funcionamento relativamente ao tema. Perguntou-se: *Qual o papel da imprensa em relação às MCs?*, sendo oferecidas as alternativas expostas no Gráfico 18, com possibilidade de marcação em mais de uma resposta:

GRÁFICO 18 - PERCEPÇÃO DOS JORNALISTAS SOBRE O PAPEL DA IMPRENSA



FONTE: BELING LOOSE (2016).

Nenhum dos respondentes marcou a primeira opção, que reduzia o papel da imprensa apenas a fornecer ou disseminar informações. Todos os nove respondentes acreditam que este papel é mais amplo. As alternativas mais assinaladas foram: "informar e educar"; e "articular o debate sobre o tema com outras esferas", que foram marcadas por sete dos nove jornalistas. Embora a ideia de educação como função do Jornalismo suscite, muitas vezes, resistência dos profissionais da redação, nas respostas desta amostra ela mostrou-se uma preocupação importante. Em seguida, com cinco marcações, a opção sobre denúncias foi mencionada – atrelada também à função de que o jornalismo atua como um vigilante da sociedade, como fiscalizador do poder público. As opções restantes ("apresentar soluções para os problemas que emergem da sociedade" e "atuar a favor da governança climática") receberam duas marcações cada, talvez pela dificuldade de compreensão do termo governança e/ou por acharem que as soluções cabem a outros setores, como se percebeu no resultado da pesquisa do Iser (2008), no qual os entrevistados do setor midiático consideravam que a imprensa contribuía apenas como caixa de ressonância de outras instituições.

O tamanho ou relevância do papel que os jornalistas atribuem à instituição da qual fazem parte deve ser associado tanto com as categorias de *Credibilidade* e de *Confiabilidade* do jornalista em relação ao jornal, quanto com a imagem que espera que os leitores tenham da imprensa (e de si), já que, durante sua atividade, são orientados a proceder de modo a manter o vínculo com o leitor por meio da reputação. Por serem parte da engrenagem, já apresentam conhecimento e familiaridade (categoria *Informação*) sobre o funcionamento da imprensa e sua percepção sobre o meio, mesmo que diversa, às vezes é limitada por entenderem as lógicas mercadológicas e organizacionais que cercam os modos de fazer a notícia.

Nas entrevistas, perguntou-se explicitamente: *Qual o papel da imprensa no enfrentamento das MCs?* (categoria *Enfrentamento do risco*). Um dos jornalistas (J5) declarou "[...] que não é papel da imprensa tentar resolver a questão", e sim transmitir a evolução da ciência e influenciar políticas públicas que beneficiem a população. Esta fala tem rebatimento na pouca atribuição de responsabilidade que os jornalistas dão aos meio de comunicação no Gráfico 15.

Já outro (J6) disse que, ao provocar discussões sobre o problema, o jornal já está cumprindo um papel importante, pois dá visibilidade a temas que de outro modo não seriam preocupações públicas (afinado com o pensamento de HANNIGAN, 1995). Em sintonia com este último, J7 afirma que, ao selecionar e hierarquizar fatos de interesse público, o jornalismo já proporciona que seus leitores percebam o que é importante. Entretanto, nenhum dos respondentes chegou a manifestar, de forma mais específica, que elementos de seu trabalho poderiam ser mais bem pensados para auxiliar neste processo.

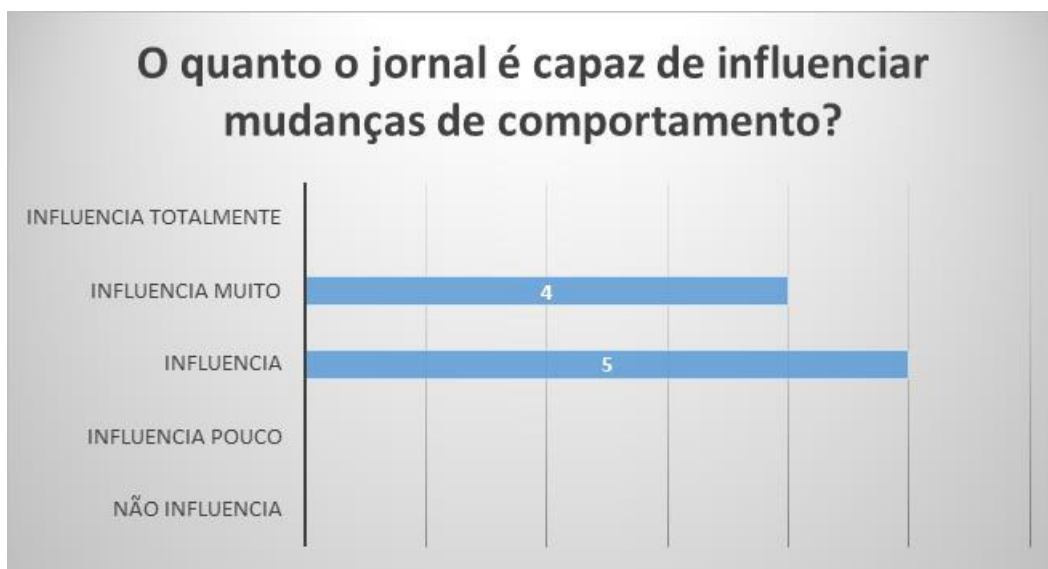
Por outro lado, alguns jornalistas foram além dos papéis convencionalmente conferidos à imprensa, como J1, que afirmou:

[...] eu acho que a primeira coisa é afastar esse pensamento negativista de associar mudanças climáticas com catástrofes e daí entra a necessidade de ter mais especialistas, que possam trazer uma outra visão pro noticiário e pensar pautas, coberturas que instiguem a propor soluções, de repente buscar técnicos, estudiosos e discutir com eles não apenas as consequências, mas formas de prevenção, se é possível fazer, o que é possível fazer, até tentar discutir o que o cidadão comum pode fazer nesse sentido, por menor que seja, mas se ele pode fazer alguma coisa, [a imprensa pode] motivar alguma atitude nessas pessoas.

Dessa forma, estes achados nos mostram que, ainda que os jornalistas associem a sua função social à promoção do debate público e à educação, a responsabilidade social que atribuem ao seu grupo profissional no enfrentamento das mudanças climáticas é limitada (se comparada com as demais alternativas apresentadas). Os respondentes reconhecem a influência da imprensa na sociedade, avaliam que seu trabalho vai além de "apenas informar", apontam a educação e a conscientização como medidas que poderiam prevenir os riscos climáticos, mas não se percebem como elementos-chave deste processo. Embora a literatura aponte que a comunicação tem um importante papel na percepção dos problemas ambientais e de seus riscos, assim como o potencial de engajar as pessoas para seu enfrentamento, nota-se que, por parte dos jornalistas, há uma postura bastante arraigada às normas profissionais que restringem suas perspectivas a respeito do exercício de sua função social.

A próxima questão trazida para esta análise se refere à influência do jornal na transformação de hábitos e/ou comportamentos. A pergunta *Quanto você acredita que o jornal é capaz de influenciar mudanças de comportamento?* apresentava a escala de Likert como resposta, sendo um equivalente à "não influencia"; dois – "influencia pouco"; três – "influencia"; quatro – "influencia muito"; e cinco – "influencia totalmente".

GRÁFICO 19 - PERCEPÇÃO DOS JORNALISTAS SOBRE A INFLUÊNCIA DO JORNAL



FONTE: BELING LOOSE (2016).

Os jornalistas se dividiram entre "influencia" e "influencia muito", revelando que os profissionais atribuem um alcance e força significativos aos seus textos na formação da opinião pública. Ainda que não seja possível medir ou avaliar de que maneira se dá esta relação, já que ela não pode ser vista como um efeito causal, e que se devem considerar aspectos sociais, culturais, políticos, psicológicos, dentre outros, é interessante saber que os jornalistas estão cientes do que implica seu trabalho e das consequências que isso pode acarretar para a sociedade.

Nas entrevistas, foi questionado se os jornalistas acreditavam que as notícias influenciavam na percepção dos leitores e, se sim, de que forma. Em consonância com o resultado dos questionários, todos reafirmaram que o jornalismo influencia a percepção do leitor, mas de formas bastante diferentes. Também citaram como formas de captar a atenção dos leitores o uso de imagens, infográficos, boa apuração. Para ilustrar, traz-se algumas falas:

J3 – Isso é muito individual, né, cada pessoa reage de uma forma, não dá pra falar que tem um padrão [...] acho que varia muito do perfil da pessoa, do temperamento, de como é o meio que ela cresceu, da própria visão de mundo, né, é muito pessoal isso, essa reação em frente à informação, é muito personalizada, não dá pra traçar um padrão [...].

*J7 – Eu acredito, eu acredito no poder transformador da notícia, do jornalismo.
[E o que você acha que pesa pra isso?]
A consistência, a relevância, a forma como é tratada, a seriedade, a credibilidade, um texto bem escrito, uma apuração bem feita.*

Pensando na influência local do jornal, questionou-se, na entrevista, qual era o papel da imprensa no enfrentamento das MCs – se é que achavam que o jornal teria algo a cumprir nesse sentido (categoria *Enfrentamento do risco*). Todos afirmaram que a imprensa tinha um papel social, embora as justificativas e alcances fossem diversos. Enquanto J8 se limitou a dizer que o jornal tem relevância porque é fonte de credibilidade, outros jornalistas declararam que o assunto poderia estar mais na pauta, "[...] *sem esse enfoque negativo, focado menos nas consequências e mais na prevenção*" (J1), e que a função social do jornalismo deve se sobrepor aos interesses do mercado, em uma linha de pensamento idealista, semelhante a de Traquina (2005), quando coloca em relevância a responsabilidade social do jornalismo nas modernas democracias.

Este entendimento se reproduz também nas falas de J4 e J9, quando afirmaram que é preciso informar e cobrar o poder público. A cobrança está associada à ideia, ainda forte no campo jornalístico, de que há um papel da imprensa enquanto vigilante, um cão de guarda que busca proteger o interesse público diante dos demais poderes instituídos na sociedade. Já o aspecto mais evidente está atrelado a ajudar na formação de opinião crítica, citado de formas diferentes pelos entrevistados.

A percepção de que a imprensa, além de informar, pode interferir no campo das políticas, seja como fiscalizador, seja como propositor de agendas de discussão, aparece com frequência. J5 afirmou que "[...] *a imprensa tem o poder de influenciar políticas públicas*", enquanto J7 sublinhou a ideia de pressão pública ao dizer: "*Se a mídia não divulgar isso, não falar desse problema, acho que não são os governantes que vão falar não...*".

Verificou-se, de forma pontual, a ideia de educar e "[...] *mostrar o que está no alcance das pessoas para que elas possam fazer e cuidar do ambiente que a gente tem*". (J9). A maioria das respostas está ligada a uma visão macrossocial da situação, compreendendo como responsabilidade do jornal uma apresentação dos problemas às demais esferas – como a política e a institucional –, que deveriam, então, "resolver" a questão.

Abre-se aqui outra questão bastante importante quando se fala em percepção de risco: as várias formas que a imprensa pode apresentar não apenas para amplificar ou atenuar determinado risco, mas suas estratégias para torná-lo familiar e, assim, aumentar sua aceitabilidade, ou mesmo, ignorando-o, a fim de apagá-lo de dado contexto social. De outro modo, pode dar ênfase às medidas de controle de modo a motivar ações de prevenção ou apresentá-lo como incontrolável e eximir os grupos sociais da responsabilidade do enfrentamento. Qualquer recorrência ou ausência, apresentada para um grande público, pode estimular ou invisibilizar

alguns riscos, e a imprensa mobiliza os fatores atrelados à construção da percepção de risco cotidianamente.

A respeito da categoria *Influência sobre o público*, também se perguntou como os jornalistas percebem que a ênfase nos riscos (efeitos negativos) nas notícias sobre MCs atingem/ influenciam o público: pelo viés da reação ou da inação? Muitos respondentes disseram não saber ou relativizaram, como J4 e J9 (este último também fez referência à imagem de Curitiba como capital ecológica por meio da *Família Folha* e da campanha *Lixo que não é Lixo*):

J4 – *Depende muito da pessoa, o correto seria partir do poder público algumas medidas. Eu tenho a consciência de que não são todas as pessoas que leem o jornal, que vão ter acesso a isso, mas aqueles que leem o jornal têm que partir para uma ação [...]*

J9 – *Depende... [...] a gente fala tanto e tanto, e sempre da mesma maneira, e todas as pessoas começam introjetar aquilo como algo normal: "Bah, estão falando de novo que está ficando quente", então a pessoa acaba... [...] Eu não sei até que ponto as pessoas se deram conta disso, do problemão que isso é, né? Você pensa, por exemplo, quantos lares em Curitiba separam o Lixo que não é Lixo? [...] e uma cidade que teve uma campanha fortíssima, que é um case até hoje, 30 anos depois, com a Família Folha e que construiu todo um conceito de cidade ecológica... tantos anos depois você vê lixo na rua, as pessoas não se preocupam...*

Dentre os que concordaram com uma das alternativas postas (reação ou inação), a maioria considerou que o enfoque nos riscos causa mais inação. Apenas um deles (J6) esboçou percepção contrária (que os riscos geram reação):

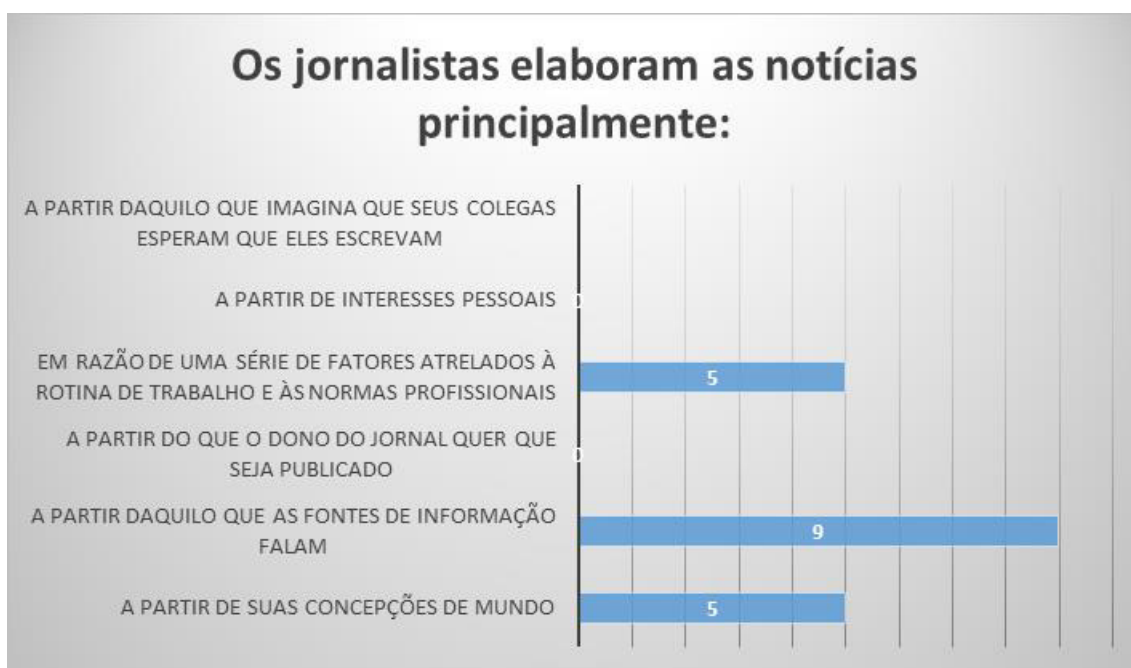
J1 – *Eu acho que a segunda opção (inação) é mais frequente. Não que não tenha pessoas que desperte essa motivação, de pensar que é preciso fazer algo pra mudar, mas pra maioria das pessoas é aquele sentimento de medo, de temer que venha algo muito ruim, que possa acontecer catástrofes e que não tem o que fazer.*

J5 – *Acho que se citar os efeitos ainda não gera reação, as pessoas não conseguem entender que os efeitos já podem ser sentidos e que eles vão continuar a ser sentidos, mas é uma percepção meio cética, eu não sei, parte dos leitores com certeza entende, parte não vai entender, e eu acho que a parte que não entende ainda é maior do que a entende.*

J6 – *Eu acho que a gente promove uma reação.
[Mesmo com as notícias mais negativas, falando dos riscos?]
Principalmente com elas.
[Isso gera uma reação?]
Sim, se você diz, por exemplo, que existe um continente de plástico no mar é capaz que a pessoa pense "nossa, acho que eu vou reciclar mais plástico", sei lá, pensando aqui... Quer dizer, se a pessoa tem um mínimo de civilidade, é isso que a gente espera que ela pense.*

Ao se perguntar a partir de quais aspectos principais os jornalistas elaboram as notícias, sendo as alternativas apresentadas no Gráfico 20, verificou-se que nenhum dos profissionais concordou que a opinião do dono do jornal, dos colegas e seus próprios interesses pessoais pudesse ser determinante na construção das notícias, o que reflete a busca pela objetividade e isenção ou, pelo menos, o desejo de passar essa imagem de si próprio, características comuns da comunidade jornalística.

GRÁFICO 20 - PERCEPÇÃO SOBRE COMO OS JORNALISTAS PERCEBEM SEU PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE NOTÍCIA



FONTE: BELING LOOSE (2016).

A totalidade dos respondentes mencionou aquilo que as fontes de informação aludem como o principal aspecto a partir do qual elaboram as notícias, o que sinaliza para o peso que cientistas e políticos, as fontes mais consultadas em notícias sobre MCs, possuem neste processo. Isto pode ser afirmado com base na análise das notícias sobre o tema deste veículo no ano de 2013, que mostrou a predominância do macroenquadramento científico, no qual as notícias apresentavam divulgação de estudos e pesquisas e/ou as fontes de informação são oriundas do campo da ciência, dando espaço às preocupações típicas deste lugar de fala. (LOOSE; LIMA; CARVALHO, 2014).

Quando a maioria dos jornalistas da pesquisa cita que o que mais interfere para a elaboração das notícias é aquilo que as fontes dizem, ignora-se o processo anterior da própria seleção dessas fontes, que envolve disponibilidade, confiança, respeitabilidade e, muitas vezes, interesses pessoais também. Há de se considerar que aquilo que as fontes dizem depende

também daquilo que os jornalistas perguntam, evidenciando que o conhecimento prévio e as concepções de mundo estão interligados em todo o processo. E como negar que o interesse em terminar a matéria pode fazer o jornalista optar por uma fonte nem tão credível assim?

Com cinco marcações cada, as concepções de mundo (ou repertório cultural) dos jornalistas e os fatores atrelados à rotina de trabalho e normas profissionais também foram identificados como elementos relevantes, já que há restrições oriundas das organizações e do próprio campo jornalístico que conduzem a determinadas escolhas e não outras (como a disponibilidade de tempo e os critérios de noticiabilidade, por exemplo). Estes últimos fatores interferem tanto quanto as concepções de mundo dos jornalistas na construção das notícias, embora a ideia clássica de jornalismo (superada teoricamente, mas ainda presente nos meios de comunicação) veja os profissionais como isentos, imparciais, refletores de uma única realidade.

Ao analisar-se as respostas sobre a percepção que os jornalistas têm dos enfoques ou abordagens mais recorrentes (categoria *Enquadramento*), percebeu-se uma amplitude de respostas. Houve quem atrelasse o enfoque com o gancho jornalístico, justamente seguindo a lógica de noticiabilidade que representa a novidade de um estudo recém-lançado ou da factualidade de uma COP. Outro jornalista afirmou que dependia do escopo de cada editoria, que cada uma delas enfocaria a temática de acordo com suas características. Também foram citados os enfoques das perdas na agricultura, da poluição e da própria discussão científica. J6 sublinhou a abordagem científica que buscam valorizar em seu trabalho:

J6 – Acho que a gente sempre, pelo menos eu falo por mim e pela editoria na qual trabalho, procura ser mais científico, dando espaço para pesquisas, para discussões, para descobertas, fatos assim. É lógico que eventualmente, se acontece uma tragédia climática, ela vai ganhar espaço no jornal, sem dúvida. Mas, pensando no dia a dia, se eu vejo uma matéria que é uma nova pesquisa que revela dados a respeito das mudanças climáticas ela vai ganhar espaço no jornal, com certeza. Eu gosto de matéria científica, bastante, não só de mudança climática.

Um dos respondentes, J1, discorreu sobre a recorrência centrada nas consequências das MCs, pois "[...] são muito mais visíveis do que a prevenção, e no meio jornalístico a gente tem esse mal, né, de estar com coisas mais palpáveis". O jornalista disse que não há como escapar das notícias atreladas às tragédias, o que não acontece com notícias ligadas à prevenção, que, para ele, exigem mais conhecimento sobre o tema justamente por não depender de uma fato concreto e sim de uma previsão para o futuro, da articulação de fatores presentes com aspectos que possam vir afetar o cotidiano das pessoas a longo prazo. Kitzinger e Reilly (2002) comprovaram isso em suas pesquisas, notando que a imprensa atua melhor na notícia retrospectiva

do que na prospectiva, justamente pelo fato de os jornalistas perceberem, muitas vezes, as previsões e possibilidades de ameaças como especulações, e não fatos. Assim, "[...] riscos potenciais não são reportados como 'estórias de risco' a menos que os perigos se manifestem de algum modo" (p.40).

Evidencia-se neste ponto a dificuldade dos jornalistas em trabalhar com notícias distanciadas do factual, do concreto, do acontecimento. Um jornalismo mais voltado à interpretação da realidade em seus múltiplos aspectos, que busque disseminar um conhecimento menos fragmentado sobre determinado tema, e, portanto, mais contextualizado, e que traga em seu bojo aspectos "didáticos" (sem deixar de lado a dinâmica da informação), voltados para boas práticas de prevenção ou participação cidadã em relação às questões socioambientais parece ser algo prescritivo, com poucas possibilidades de se tornar usual no jornalismo profissional generalista. Entretanto, os riscos decorrentes de problemas ambientais, como as mudanças climáticas, podem ser enfrentados pela sua prevenção, tomando-se medidas que dificultem sua ocorrência, o que na área ambiental se conhece como princípio da precaução.

É a partir desta preocupação que se buscou investigar como os jornalistas relacionavam as pautas sobre MCs com o contexto local. Constatou-se por meio da análise das notícias sobre o tema publicadas em 2013 (a ser evidenciada no Capítulo 8) que, pela abrangência regional/local, os assuntos globais possuem espaço mais limitado e nem sempre são cobertos por profissionais da redação, já que os contratos com as agências de notícias permitem que o jornal obtenha a informação nacional/internacional de maneira rápida e com baixo custo. Um dos respondentes (J7) até comentou que o tema é pautado no Brasil a partir do exterior: *"É curioso isso porque o Brasil tem uma imensa floresta, que todos os países estão de olho, e os assuntos vêm de fora; instituições ligadas às Nações Unidas, instituições independentes, esses atores trazem o gancho da matéria para a gente"*.

Aqui novamente aparece a questão da intangibilidade do fenômeno no âmbito local/regional, embora o tema de que se fala tenha diversas possibilidades de produção de textos jornalísticos conectados com o local (políticas públicas locais para enfrentamento de riscos decorrentes das MCs; possível relacionamento entre eventos climáticos extremos e mudanças climáticas; pesquisas científicas em andamento em universidades locais/regionais; providências empresariais com relação à redução de emissões agravadoras do aquecimento climático, etc.). Contudo, tais percepções também não são evidentes para quem não é especialista ou conhecedor da área, coincidindo com os apontamentos de Wilson (2000) de que jornalistas que cobrem apenas uma área – os especializados – tendem a realizar pautas mais profundas e instigantes por conhecerem previamente as questões debatidas sobre aquele assunto.

7.3 PARTE 2 - PERCEPÇÕES SOBRE O PROCESSO DE PRODUÇÃO DA NOTÍCIA SOBRE MCs

Nesta segunda parte, aplicável apenas às perguntas específicas feitas para os jornalistas, sistematizam-se as análises por meio das categorias estabelecidas no Quadro 5, situado no início deste capítulo. Os resultados discutidos aqui auxiliam a pensar a lógica da produção no circuito da notícia, que será confrontada com outros momentos do processo na triangulação de dados.

7.3.1 Especialização profissional

Estudos apontam que a falta de profissionais especializados reflete-se, muitas vezes, na superficialidade da notícia. Este aspecto é ratificado na percepção de grande parte dos respondentes. A linguagem não é vista como barreira, mas a "tradução" [do que a discussão política-científica representa para o cotidiano do leitor] foi citada por J7:

[...] traduzir pro leitor a ponto de conseguir convencê-lo da importância disso. [...] toda vez que você fala alguma coisa que envolve planejamento, que envolve riscos futuros, parece uma coisa 'ah, não vai acontecer comigo não'. [...] Mudança climática então: 'não é pra minha geração, nem pros meus filhos, nem pros meus netos'. Então, traduzir, conseguir demonstrar a importância é muito difícil.

De uma maneira geral, detecta-se nas falas dos respondentes a ausência de proximidade com as especificidades do tema, já que todos eles cobrem o assunto de forma esporádica. Esse distanciamento de um tema, com várias facetas passíveis de abordagem e cercado de complexidade, reflete fragilidades em termos de sugestões, enfoques e questionamentos na produção jornalística, o que resulta em matérias "sempre iguais", como identificado por J9:

[...] a gente sempre estava dizendo a mesma coisa, tentando fazer isso de forma diferente, mas nem sempre isso é possível... Talvez a maior dificuldade fosse encontrar abordagens novas que despertassem o interesse do leitor neste assunto. Porque MCs, eu acho que, mais um pouco, vai cair na vala comum daqueles assuntos que as pessoas não se preocupam porque elas receberam uma quantidade de informação imensa e informação sempre igual e elas não se conscientizam, então acabam não dando muita bola...

Na tentativa de saber como os jornalistas observam a presença de jornalistas especializados nas redações, indagou-se: *Você considera importante ter jornalistas especializados nas redações? Por quê?* Todos os jornalistas apontaram a especialização como algo positivo

(o jornalista entende melhor a pauta, conhece mais fontes, propõe enfoques novos), mas não indispensável para fazer uma boa matéria jornalística. Alguns inclusive pontuaram as armadilhas que podem estar atrás de um profissional que só cobre um assunto, ainda que amplo, como os respondentes abaixo:

J7 – Eu defendo a especialidade, falar de mudança climática sem saber do assunto é bem difícil, o cara pena muito, agora se ele for especializado, mas só cobrir aquilo, eu acho que ele distorce o olhar, sabe? Ele fica um especialista ruim. [...]

J8 – Desde que o jornalista nunca perca a diversidade, por uma razão, o jornalista não pode ser capturado pelo assunto que ele trabalha. Se ele tá trabalhando na Assembleia ele não pode ser capturado pelos deputados, se ele cobre meio ambiente ele não pode ser capturado pelo discurso dos ambientalistas, nem pelo discurso das indústrias, né, se ele cobre agronegócio, ele não pode ser capturado pelo agronegócio.

Junto a isso, os generalistas que foram entrevistados apontam que um jornalista especializado (seja por meio de formação ou de experiência profissional) teria mais rapidez para construir a notícia, já conhecendo aspectos que outros jornalistas quem sabe nem descobririam na pesquisa (às vezes apressada) que costumam fazer para escrever sobre determinado assunto. Para J4, o resultado final de uma notícia feita por um especialista é outro.

J1 afirmou que a presença de especialistas pode ser um diferencial nos veículos de comunicação impressos, considerando-se a abundância de informações que hoje emergem da internet. Segundo ele, ter jornalista especializado é importante:

[...] porque eu acho que generalista a gente já tem bastante e hoje em dia [...] parece que o noticiário tá cada vez mais superficial e que consome muita informação de forma rápida [...] A internet joga milhões de coisas pra você [...] então as pessoas clicam, olham o começo da notícia e já se acham informadas e voltam para ver outra notícia e aquilo, hoje em dia, se assimila muita quantidade com pouca qualidade, pouco aprofundamento e isso está, de uma forma ou de outra, sendo levado para as redações também, porque com essa necessidade de se ter um volume maior de informação e ter agilidade, os jornalistas também estão tendo que se adequar a isso, trabalhar com mais dinamismo e agilidade e não se tem mais tanta preocupação em se aprofundar, o que eu acho terrível, porque a gente precisa de uma cobertura mais aprofundada, precisa de uma forma, primeiro pra chamar o leitor [...] e só se vai conseguir isso se a pessoa tiver domínio do assunto, e ela tendo domínio do assunto ela vai poder transmitir uma informação com mais qualidade, com mais conteúdo, vai saber aprimorar formas de interessar o leitor, de motivar o leitor a conhecer aquilo e trazer mais pautas, mais notícias que tente explorar aspectos que não estão sendo abordados no noticiário cotidiano, nesse noticiário de superficialidades.

Entretanto, na *Gazeta do Povo*, nem mesmo a setorista de Meio Ambiente se considerou especializada nesta área, assumindo que tem um interesse pessoal, mas que não domina esta área. Além disso, a empresa jornalística adota o rodízio de jornalistas na redação (os jornalistas entrevistados já haviam passado todos por mais de uma editoria, com exceção das correspondentes, que sempre escrevem sobre o interior do Estado), uma medida que pode "oxigenar" as páginas dos jornais, mas que também obriga que jornalistas estejam sempre iniciando em uma nova área. J4 falou sobre isso, balizando os dois lados:

J4 – Eu sou contra [o rodízio]. [...] Se ela tá inteirada do assunto a tendência é ela escrever melhor sobre o assunto, isso em qualquer área. Se você tá cobrindo uma greve de um determinado hospital, se você acompanha desde o começo você sabe o desenrolar daquilo no final, você consegue acompanhar os preâmbulos, os bastidores, você consegue arrancar mais notícia dali. Mesma coisa meio ambiente, você consegue arrancar mais notícia quando você está próximo, a fonte vai confiar muito mais em você. Não é questão de ser amiguinho da fonte não, a fonte vai confiar em te passar alguns dados, a partir desses dados você pode partir pra outras reportagens. Mas, eu entendo também essa questão de rodízio pelo enxugamento das redações [...].

O rodízio nas redações é uma forma de gerar economia para as empresas jornalísticas, que não precisam contratar vários profissionais, de áreas diferentes, já que rotineiramente estabelece essa troca de editorias entre seus profissionais, a fim de treiná-los para cobrirem todo tipo de pauta. Muitos jornalistas veem essa prática positivamente, pois acreditam na vocação generalista do ofício e sentem-se motivados por aquilo que é novo. O problema que daí decorre é que o aprofundamento de assuntos mais complexos fica comprometido.

7.3.2 Critérios de noticiabilidade

Identificar quando o tema das mudanças climáticas acaba tornando-se notícia não é difícil nesta investigação. De forma unânime, os nove profissionais entrevistados citaram os novos estudos, pesquisas e relatórios científicos, assim como os encontros políticos para discutir acordos internacionais sobre o clima (como as COPs) como os principais desencadeadores de notícias. Além disso, foram mencionados "a criação de fatos ambientais" por fontes governamentais ou não governamentais, os desastres e anomalias climáticas, e as datas comemorativas. A pergunta também fez os jornalistas refletirem porque o assunto não aparece mais no jornal em estudo:

J6 – Nós temos que ter um gancho pra falar dos assuntos às vezes... assim: não dá pra condicionar a ter um fato pra desencadear a pauta, mas, se tiver, essa pauta vai entrar com mais facilidade na agenda do jornal. Então se tiver uma pesquisa que me fale de MCs [...] vai ser muito mais fácil entrar na agenda do jornal.

J5 – Geralmente o fato gerador da cobertura ligado a MCs é um tipo de relatório ou dado que é internacional, raramente acontece um fato nacional e, se for nacional, ele não vai ser no Paraná, que é onde está nossa área de cobertura.

O que é factual, novo, inédito, continua tendo grande peso no jornalismo diário, mesmo com a convivência da internet.

7.3.3 Entraves na cobertura do assunto

O que torna difícil construir uma notícia sobre MCs? Ao contrário do que se esperava, o acesso às fontes científicas, principais informantes sobre o tema, não foi posto como um empecilho para a maioria dos jornalistas. Apenas um deles mencionou a dificuldade de se encontrar especialistas locais, justamente aquele com menos experiência na atividade profissional, e outro respondente falou em selecionar uma boa fonte (mas explicou que isso se aplicava a qualquer assunto). Nesse quesito, a internet é citada como uma tecnologia que permitiu encontrar e contatar os pesquisadores nacionais e internacionais de forma mais rápida.

O que os jornalistas entrevistados destacam como dificuldade, enquanto generalistas, é a compreensão de termos técnicos e a falta de conhecimentos para o aprofundamento do tema, o que, mais uma vez, remete este tipo de cobertura às dificuldades relativas à cobertura de ciência, de um modo geral. Um dos jornalistas afirmou que precisa de tempo para ler sobre o assunto antes de fazer uma reportagem, algo que, em razão da dinâmica das redações e do pouco pessoal, nem sempre é o suficiente. J1

Acho que justamente a falta de elementos mais técnicos mesmo pra entender [...] a gente cobre meio que tudo, então a gente tem, às vezes, sobre muitos assuntos um conhecimento só superficial, acaba não se aprofundando nesse tema. E isso é realmente uma dificuldade, muitas vezes, de a gente entender termos técnicos, discussões que tão sendo levantadas, conseguir relacionar uma coisa à outra. Faltam realmente mais elementos para mais conhecimento para poder levar uma cobertura mais aprofundada pro leitor.

J5, mais experiente, explica o que, a seu ver, compromete a cobertura:

[...] o grande problema é a formação do jornalista pra lidar com o assunto que é de um grau de complexidade alta. Como ele não aparece todos os dias no jornal, o jornalista que vai lidar uma vez, de vez em quando com o assunto, vai ter dificuldade de entender os critérios dos relatórios do IPCC, as margens que eles usam [...].

Ao pensar no fechamento da notícia (sua edição gráfica), um dos editores mencionou um problema associado à falta de boas imagens, que possam chamar atenção do público: *"A gente pensa em MCs, a gente imagina fumaça saindo de uma fábrica ou escapamento de carro, então, as fotos são sempre iguais"*. Na mesma condição, outro jornalista que trabalha com a finalização das notícias apontou o cuidado que se precisa ter com as imagens batidas ou ideias muito distantes do público: *"[...] o desafio é você tentar esclarecer pro leitor que vai além dos clichês, vai além do problema do urso polar, é um problema que influencia e afeta as pessoas no dia a dia"*.

7.3.4 Subjetividade do jornalista

Os jornalistas foram interrogados nas entrevistas sobre sua concordância com o fato de que as MCs estarem ocorrendo e terem forte influência humana interferia na elaboração das notícias. A maioria deles (oito dos nove) expôs que suas opiniões e visões de mundo acabam sim interferindo na construção da matéria jornalística, a exemplo do que disse J1: *"por mais que seja uma coisa até inconsciente, [...] os nossos princípios, os nossos posicionamentos pessoais, eles acabam influenciando... [...] de alguma maneira você vai ser levado a expressar isso no teu texto"*. Por mais que os jornalistas dissessem tentar buscar a pluralidade, houve o reconhecimento de que o interesse ou sensibilização por dado tema afetaria, em alguma medida, o resultado, seja na proposição de pautas, seja no tratamento do conteúdo.

Um dos entrevistados (J7), inclusive, relacionou essa questão à própria função social do jornalismo: *"eu penso que [...] se não levo esse tipo de informação para o leitor, eu estou prestando um desserviço, quando eu dou a uma situação uma cara de imparcialidade, que ela é só aparente, é só um jogo de cena de imparcialidade, eu estou fazendo menos jornalismo do que essa questão de transformação social que eu deveria buscar"*. Aqui ressalta-se, mais uma vez, a percepção que os jornalistas apresentam de seu papel como mediadores sociais, capazes de envolver e mobilizar a sociedade.

Dentre os entrevistados apenas um seguiu afirmando que sua opinião ou o que pensa não influencia no seu trabalho. Para J4, *"o que menos importa é a opinião do jornalista que tá escrevendo uma reportagem"*, sendo mencionada a regra do equilíbrio informativo destacada: *"procuro sempre ver os dois lados e mostrar os dois, né, tem que estar aberto a outras opiniões, não importa se eu acredito ou não"*.

7.3.5 Escolha de fontes de informação

Perguntou-se aos jornalistas quais foram os critérios utilizados para selecionar as fontes de informação para as matérias sobre MCs, já que são estas, de acordo com eles, que interferem de forma mais preponderante na elaboração de notícias. Embora essa discussão poderia estar elencada com a ideia de subjetividade do jornalista, como aponta um dos respondentes, preferiu-se esmiuçar o que a maioria deles cita como justificativa para a escolha de uma fonte e outra não.

J7 – [Os critérios] nem sempre são objetivos e isso é uma coisa muito difícil de um jornalista reconhecer, sabe, nem sempre são objetivos assim. Se eu entrevisto alguém e eu sinto que essa pessoa tem conteúdo, que ela tem propriedade de falar, então isso é muito subjetivo. Por mais que ela esteja falando de alguma coisa, às vezes você sente que ela não tem certeza do que tá falando. Então, se eu entrevisto alguém e eu sinto que ele tem certeza, consistência, ele vai para minha listinha mental: que esse aqui vale a pena entrevistar. Pessoas que eu vejo dando entrevistas em outros veículos de comunicação também é um fator muito... [...]

Todos os respondentes concordaram que as fontes de informação mais comuns para este assunto são pesquisadores/cientistas (atores oriundos do campo científico). J2 afirmou que é usual procurar "junto a um instituto nacional, uma ONG, pesquisadores das universidades do meu estado ou em outras universidades". De forma oposta, J7 diz não recorrer tanto assim às universidades:

[...] um dos motivos, imagino, seja a divulgação falha que as universidades fazem. É difícil você encontrar um material bem divulgado de universidade sobre pesquisadores que não estão já nesse rol. Porque muitos dos pesquisadores do painel [PBMC] são de universidades, então é sempre o mesmo grupinho [...]. Eu acho que a divulgação das universidades com relação a isso é falho, eu [...] não recebo nenhum tipo de material de universidade dizendo "estamos pesquisando nessa área de mudanças climáticas, tem um pesquisador aqui, você não quer falar com ele? [...] as universidades, algumas, são bem difíceis de você lidar, [...] há uma certa dificuldade de achar, de chegar neles [nos professores]. Eu não vou acordar hoje de manhã e dizer "ah eu vou ligar pra Universidade Federal de Ouro Preto e ver se tem alguém que fala de meio ambiente lá, de mudança climática". Não é assim que funciona.

J4 destacou a necessidade de se buscar fontes que tenham carreira na área, que tenham credibilidade. Sua tentativa é de "[...] selecionar fontes mais fidedignas, que dê um respaldo para o quê você está falando". J5 deu ênfase à proposta do jornal:

A gente busca sempre boas fontes, mas, agora por uma questão do jornal ser um jornal regional, a gente procura dar voz aos pesquisadores que são daqui de Curitiba ou do Paraná, ou do sul do Brasil, enfim. Mas a gente tem contato com pessoas de várias partes, de outros países inclusive. Mas sim, até pela proximidade e facilidade de acesso os pesquisadores locais eles acabam sendo as nossas fontes mais próxima. E tem gente muito boa aqui.

Embora a fala deste jornalista aponte para a valorização de fontes de informação locais isso não foi verificado durante a observação participante e a análise das notícias publicadas em 2013. A falta de profissionalização no relacionamento com a mídia (ter assessorias de imprensa, por exemplo) dificulta o contato com muitas instituições e atores locais (a exemplo do que disse J7 sobre as universidades).

Para encontrá-los, os jornalistas costumam recorrer à buscadores de internet a fim de verificar currículo, artigos publicados e entrevistas que já deram para outros veículos. As assessorias de imprensa são úteis na agilização do contato com as fontes e foram acionadas durante o acompanhamento da produção. Como não cobriam o tema com frequência, muitos alegaram não ter agenda de fontes sobre o assunto, ainda que mencionassem a possibilidade de recorrer à agenda do setorista de meio ambiente.

Quando foi questionado sobre a relação com tais atores do campo científico, todos manifestaram não ter problemas de linguagem ou de acesso. J1 generalizou:

Tem fontes que são, falando de forma geral né, super acessíveis: a gente pede no começo da tarde, no final do dia elas já têm tudo pronto, já mandaram. Então, é questão de disponibilidade do tempo delas, de interesse também sobre o assunto, aí atende mais rápido. E tem outras [fontes] que demoram, que não respondem ou respondem depois do prazo, aquelas que não dão satisfação ou que prometem e depois não retornam, tem de todos os tipos.

De acordo com os jornalistas, a relação com as fontes de informação não se coloca como um dos desafios à cobertura das MCs, sendo o contato facilitado hoje pela internet. Da mesma forma que em outras editorias, há atores com mais ou menos disposição em atender os jornalistas, não sendo o campo científico diferente. O que revelou-se instigante é a percepção que os jornalistas têm a respeito da relevância das fontes locais para as notícias com o tema em estudo, ainda que, neste caso, apontem dificuldades para saber o que estas estão fazendo no âmbito do município, região ou estado.

7.4 SÍNTESE DAS PERCEPÇÕES DOS JORNALISTAS DA *GAZETA DO POVO*

Os jornalistas entrevistados não se consideram especialistas, embora reconheçam que o tema das MCs é complexo e provavelmente teria uma melhor abordagem se fosse trabalhado por profissionais que dominassem o jargão técnico e as discussões que o cercam. Nota-se que os respondentes citam a questão da especialização como algo ideal, porém distante da realidade econômica do veículo no qual trabalham – já que dizem compreender também a necessidade do rodízio entre as editorias e a necessidade que a empresa jornalística tem de contar com profissionais que possam cobrir qualquer tema.

Os entraves mencionados para uma boa cobertura podem ser concatenados com o fato de os profissionais serem generalistas e apresentarem um conhecimento superficial sobre as MCs. Identificou-se, durante as entrevistas, que mesmo aqueles que escrevem sobre o assunto demonstram confundir problemáticas ambientais gerais, como a poluição dos rios, com os efeitos das MCs, ou citar ações de enfrentamento que não estão diretamente vinculadas com as causas da questão, como economizar água. A conceituação do fenômeno está mais associada aos efeitos globais detectados, considerados ameaças com elevado grau de gravidade.

A subjetividade do jornalista é vista de forma natural pela maioria dos respondentes, inclusive no momento em que falam de como ocorre a escolha das fontes. A perspectiva do jornalista como reflexo de uma realidade, assim como a regra do equilíbrio informativo, não é forte no contexto da redação, demonstrando certa consciência de que são construtores de um certo acontecimento a partir de dadas referências, especialmente daquilo que informam as fontes de informação.

A cobertura das MCs é desencadeada pelos eventos científicos e políticos, sendo que os especialistas/cientistas são as fontes de informação mais frequentemente mencionadas para elaborar as notícias. Os jornalistas da *Gazeta do Povo*, de forma geral, adotam o posicionamento do IPCC, atribuindo à atividade antropogênica parcela da culpa pela intensificação das MCs, e percebem os efeitos do fenômeno como negativos – a abordagem positiva desta alteração não se fez presente.

Em relação aos riscos climáticos, os jornalistas afirmam percebê-los frequentemente, indicando impactos globais, entretanto, as percepções de riscos locais ainda são poucas. Aliás, a ausência de *links* mais fortes do local com o global é justificada pela própria cautela das fontes de informação, que dizem não poder afirmar se um evento extremo é decorrente ou não das MCs, com pesquisas que não acompanham o ritmo de tempo acelerado da imprensa.

Em alguma medida, a comunicação dos riscos é feita, mas sem articulação com a escala local, distanciando o público leitor do problema. A gravidade das consequências globais é reconhecida, enquanto permanece uma lacuna sobre o que se pode compreender por causas e efeitos em âmbito local. Não há envolvimento da população e nem ciência de que, como jornalistas, poderiam estar promovendo ações relacionadas à governança climática. Os respondentes até pontuam que a educação (informal) faz parte do papel do jornalismo, mas, no caso das MCs, minimizam ao máximo tal responsabilidade. Para eles, quem deve atuar para frear as emissões de GEE são, principalmente, os chefes de Estado, países desenvolvidos e em desenvolvimento, destacando soluções técnicas.

Por outro lado, todos acreditam que o jornal influencia ou influencia muito os leitores, sublinhando sua potencialidade enquanto mobilizador de ações na arena pública, ainda que não o citando como forma de enfrentamento dos riscos climáticos. Talvez essa faceta seja minimizada justamente pelos profissionais não considerarem os efeitos tão urgentes assim (a maioria apontou a próxima geração como aquela que vai ser mais afetada) e não perceberem a cidade de Curitiba como alvo desta problemática – seja pela sensação de que as altas temperaturas não são recorrentes aqui, seja pelo imaginário de que aqui há uma consciência ecológica maior por parte da população.

Assim, os jornalistas do jornal estudado acreditam que as MCs estejam ocorrendo e que representam uma série de riscos (os efeitos estão associados aos aspectos negativos), apoiados especialmente nos estudos hegemônicos do IPCC, ainda que, em sua maioria, considerem que o campo científico só "algumas vezes" apresenta consenso. Muitos afirmam que a cobertura tem um bom espaço no jornal, enquanto aqueles mais experientes verificam uma sazonalidade. De todo modo, demonstram ter opiniões diversas sobre que tipo de reação tais notícias podem gerar no comportamento do leitor, já que ponderam outros fatores para além da influência da imprensa.

8 FONTES DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS MCs

As notícias não existem sem fontes de informação. Os actores sociais ou posicionam-se como fontes de informação, ou tornam-se fontes de informação pela ação dos meios de comunicação, que os convocam para a elaboração das peças jornalísticas.
(CARVALHO; PEREIRA, 2011, p.83).

Semelhante ao capítulo anterior, neste apresentam-se as análises e resultados dos dados coletados com as fontes de informação a partir dos questionários de percepção de risco e das entrevistas realizadas. O roteiro da entrevista com roteiro semiestruturado está no Apêndice C. Como a maioria das fontes de informação entrevistadas residiam fora de Curitiba, as entrevistas foram feitas por telefone ou *Skype* e os questionários foram respondidos e enviados por e-mail, limitando as interações com os inquiridos.

Na primeira seção apresenta-se o perfil da amostra das fontes de informação e na segunda as análises comuns, demarcadas como **Parte 1**, a partir das categorizações já expostas nos Quadros 3 e 4.

A **Parte 2**, específica de cada grupo, analisa aspectos próprios do papel das fontes no circuito da notícia. O quadro abaixo demarca as categorias acionadas para esta análise, que é organizada a partir do nome das próprias:

QUADRO 7 - CATEGORIAS TEMÁTICAS UTILIZADAS SOMENTE NAS ANÁLISES DAS ENTREVISTAS COM FONTES DE INFORMAÇÃO

QUESTÕES ASSOCIADAS	RELAÇÃO COM O REFERENCIAL TEÓRICO	CATEGORIA TEMÁTICA
Costuma atender jornalistas? É acessível? Por quê?	As fontes de informação também têm interesses.	Acessibilidade
Como se relaciona com os jornalistas? Quais suas experiências?	As relações entre jornalistas e fontes de informação são complexas e demandam confiança.	Relacionamento com jornalistas
Qual sua avaliação a respeito da cobertura do tema no Brasil? Houve avanços? Há diferença do trabalho de jornalistas especializados?	A cobertura no Brasil é fragmentada e sofre com a ausência de profissionais que entendam a complexidade do tema.	Avaliação da cobertura das MCs enquanto especialistas
Qual o papel das fontes de informação no processo de construção da notícia?	As fontes de informação também desempenham um papel relevante na produção das notícias.	Papel da fonte de informação

FONTE: BELING LOOSE (2016).

8.1 PERFIL DA AMOSTRA

O critério de escolha da amostra, como já dito no capítulo metodológico, baseia-se no fato de serem fontes procuradas pelo jornal *Gazeta do Povo* nas matérias jornalísticas sobre MCs publicadas durante o período de observação participante (de setembro a novembro de 2013), com o propósito de identificar também fontes que, porventura, fossem consultadas, mas não citadas nas notícias. Posteriormente, estendeu-se o contato para todas as fontes de informação identificadas nas notícias sobre MCs no referido jornal no ano de 2013, mas o retorno não foi significativo.

Nesta análise preliminar foram contabilizadas as fontes de informação citadas e realizada sua classificação, conforme o quadro abaixo. Mesmo que alguma fonte aparecesse mais de uma vez na notícia, na somatória ela só representava uma fonte. As fontes pessoais internacionais foram as mais citadas, 62 vezes, porém foi notado que ao escrever a notícia o documento também era identificado pela sua instituição, como no caso em que dados do Relatório do IPCC (fonte documental) são apresentados somente a partir do IPCC (fonte institucional). Assim, ao somar as fontes documentais e institucionais internacionais chega-se a um elevado número (55). O fato é que as fontes internacionais, independentemente de sua natureza, superam as nacionais.

As informações do IPCC foram identificadas 17 vezes, entretanto a instituição ou relatório também foram apresentados como "painel da ONU", "dossiê da ONU" e "cientistas da ONU". Ao somar os termos ONU e IPCC, totalizamos 26 menções, demonstrando a hegemonia deste painel enquanto fonte de informação.

QUADRO 8 - CLASSIFICAÇÃO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO ENCONTRADAS NAS NOTÍCIAS DE MCs DA *GAZETA DO POVO* NO ANO DE 2013

TIPO DE FONTE	QUANTIDADE	EXEMPLOS
Fontes documentais nacionais	6	Relatório do PBMC, nota conjunta dos ministros brasileiros
Fontes documentais internacionais	17	Informe da OMM, artigo publicado na revista <i>Science</i>
Fontes institucionais nacionais	14	Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Defesa Civil
Fontes institucionais internacionais	38	ONU, WWF, Universidade da Carolina do Norte
Fontes pessoais nacionais	45	Dilma Rousseff, Carlos Nobre
Fontes pessoais internacionais	62	Barack Obama, Rajendra Pachauri

FONTE: BELING LOOSE (2016).

É preciso lembrar que estes achados estão intrinsecamente relacionados com a maneira com que os jornalistas avaliam a temática das MCs. Como costumam associá-la a pesquisas científicas e eventos políticos internacionais (como as COPs), e sua cobertura jornalística é voltada para os problemas de Curitiba e do estado do Paraná, o que acaba saindo na *Gazeta do Povo* é fruto de uma seleção e edição de material produzido por agências de notícias (nacionais e internacionais). Durante o período de observação participante no jornal, foram publicadas 44 notícias sobre o tema, entretanto apenas seis delas são oriundas de um esforço de apuração dos jornalistas do diário (13%).

A alta porcentagem de notícias provenientes de agências de notícias (57 do total de 72, o que significa 79%) justifica o motivo de não encontrarmos muitas fontes locais, embora o jornal seja reconhecido como regional/local. Dessa forma, a seleção das fontes de informação para pesquisa apontou que a maioria daquelas que apareciam nas notícias é caracterizada como internacional, embora o uso das agências de notícias nacionais (*O Globo*, *Folhapress*, *Brasil* e *Estado*) seja mais recorrente (32) do que a das agências internacionais (*EFE* e *Reuters*), encontradas 18 vezes.

Após esta primeira etapa de rastreamento das fontes citadas pelo jornal, pesquisaram-se os contatos telefônicos ou de e-mail de cada um dos atores identificados. As fontes nacionais foram quase todas localizadas, ainda que muitos não tenham retornado para participar da pesquisa. Já as internacionais mostraram-se menos acessíveis (até porque algumas eram autoridades políticas, entrevistadas durante as COPs por jornalistas das agências), seja porque os e-mails enviados (mais de uma vez) não eram respondidos, seja porque algumas respostas de interesse chegaram muito tempo depois do fim da coleta de dados.

Assim, das 45 fontes pessoais nacionais registradas, conseguimos contatar e acertar a participação da pesquisa com 15 fontes nacionais e seis internacionais (nessa última situação, enviamos o questionário traduzido e um número reduzido de perguntas abertas correspondente à entrevista). Como 11 das 15 fontes não residiam e nem poderiam ser encontradas em Curitiba, optou-se por fazer a entrevista por *Skype* ou telefone (de acordo com a possibilidade do respondente) e enviar o questionário por e-mail. Certamente, esta foi uma das fases mais críticas, pois entrevistas foram sistematicamente adiadas e remarçadas. Além disso, a cobrança dos questionários (que não eram enviados nos prazos acordados) também foi frequente e bastante longa – o que não impediu que, ao final, a coleta dos dados ficasse incompleta (com apenas entrevistas de alguns, sem questionários). Dessa forma, optou-se por finalizar a análise

apenas com as 13 fontes de informação nacionais das quais tínhamos o retorno dos dois instrumentos de pesquisa. Como o contato com as fontes de informação internacionais foi precário, este estudo focou-se somente nas nacionais que foram entrevistadas e devolveram os questionários de percepção de risco.

De forma a cumprir com a promessa de anonimato, as fontes serão identificadas como F1, F2, F3... e assim por diante. Importa esclarecer que, com exceção de um respondente, todos os demais possuem ensino superior completo, sendo que quatro completaram o mestrado e outros quatro o doutorado – o que remete a um certo nível de especialização. Muitos não informaram a idade, mas dentre aqueles que o fizeram a média de idade é 44 anos. Das 13 fontes entrevistadas, apenas três eram mulheres (76,9% da amostra é formada por homens). A média de tempo com a qual os entrevistados trabalham com o tema é 14,8 anos (dois deles não informaram), sendo que dos 11 que informaram o tempo de envolvimento profissional com a questão das MCs, nove disseram ter 10 ou mais anos de experiência.

8.2 PARTE 1- PERCEPÇÕES DE RISCO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO

8.2.1 Mudanças Climáticas: causas, consequências e crenças

A primeira pergunta do questionário sobre MCs: *Quanto você concorda com a afirmação de que estão ocorrendo mudanças climáticas?* foi feita a partir da escala de Likert, na qual considerou-se que um é igual a discordo totalmente, enquanto cinco é igual a concordo totalmente. Semelhante ao resultado encontrado no grupo dos jornalistas, todos os respondentes concordaram totalmente ou parcialmente com a ideia da ocorrência do fenômeno, apontando para uma percepção de familiaridade com o tema (categoria *Informação*).

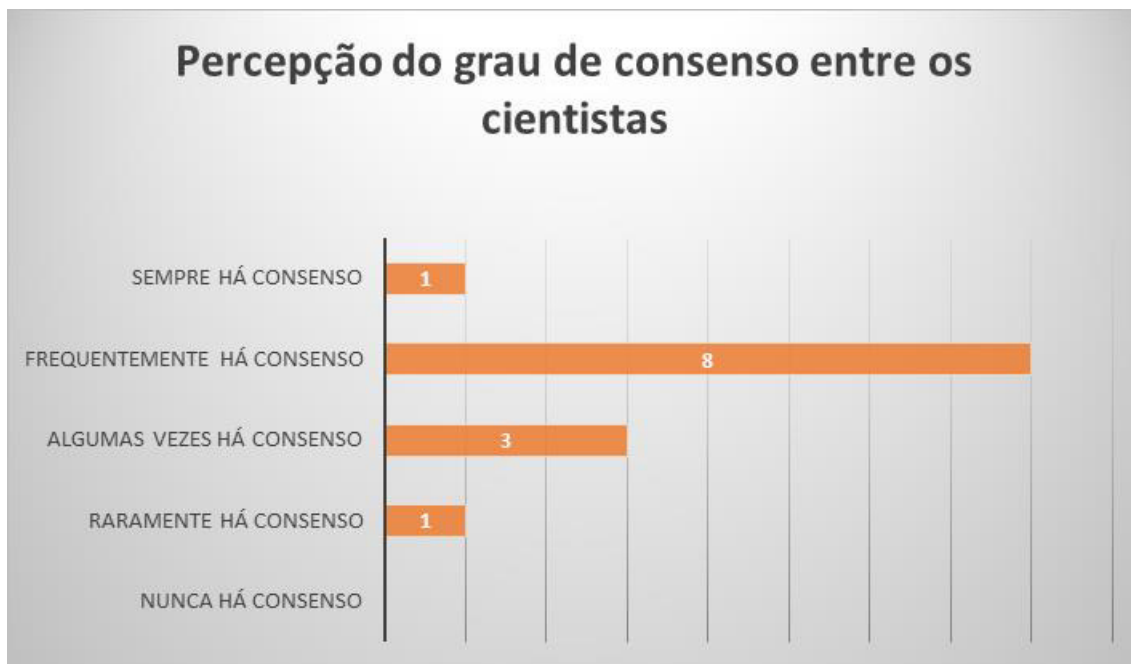
GRÁFICO 21 - CONCORDÂNCIA DAS FONTES DE INFORMAÇÃO A OCORRÊNCIA DAS MCs



FONTE: BELING LOOSE (2016).

Em seguida, a questão: *Em que medida você acha que há consenso entre os cientistas sobre o fato de as mudanças climáticas estarem acontecendo?*, também apresentada com a escala de Likert (na qual um corresponde a "nunca há consenso" e cinco a "sempre há consenso"), buscou identificar mais pistas de quanto as fontes de informação entrevistadas detêm conhecimento sobre o tema e/ou familiaridade. A resposta aqui tende a ser a mais próxima do real, já que a pergunta remete ao universo dos cientistas e boa parte das fontes está inserida ou fortemente relacionada a este. De outro modo, este é o grupo de atores sociais entrevistados que, por ser composto por mais representantes do campo científico, têm mais propriedade para avaliar a noção de consenso entre os cientistas.

GRÁFICO 22 - CONCORDÂNCIA DAS FONTES DE INFORMAÇÃO A RESPEITO DO CONSENSO CIENTÍFICO SOBRE AS MCs



FORNTE: BELING LOOSE (2016).

O Gráfico 22 assinala que 61% da amostra concorda que frequentemente há consenso entre os cientistas e outros 23% acreditam que algumas vezes existe consenso, ratificando o próprio cenário científico atual sobre as MCs. As duas marcações dos extremos representam a minoria, como também é a minoria dos cientistas que discordam das afirmações do IPCC, painel de cientistas de diferentes países que constituem hoje a mais reconhecida fonte de informação sobre o assunto.

De forma mais explícita, foi perguntado durante as entrevistas se as fontes estavam alinhadas com aquilo que o IPCC afirmava. Nenhuma das fontes refutou os dados da instituição. F1, por exemplo, sublinhou que se baseia naquilo que é divulgado pelo painel:

O meu ponto de vista é muito baseado no IPCC, eu acredito no IPCC, eu acredito que as mudanças estão em curso, acredito que a gente está numa fase de aquecimento e tem gente que acredita que está tendo mudança, mas está esfriando. Eu acredito que está tendo mudança, que essa mudança é para aquecer e que o principal causador disso é o ser humano. As mudanças climáticas sempre aconteceram, mas o que a gente tem hoje é uma intensificação, é tudo muito rápido, e o principal problema que a gente tem hoje é causado por ações antrópicas. Então, isso o IPCC está falando desde o seu primeiro relatório e a cada relatório que lança tem mais certeza, mais evidências disso, e eu concordo com isso.

As demais fontes também se posicionaram junto à visão hegemônica divulgada pelo painel da ONU. F8 justificou esse alinhamento a partir das próprias "[...] evidências científicas [...],

os dados observacionais, as comparações com a década de 1960, por exemplo". Aliás, há essa percepção de que eles corroboram os resultados do IPCC, porém exposta em termos de racionalidade científica e não defesa de uma causa. Perguntou-se, em entrevista, se as fontes passavam para os jornalistas esse posicionamento, no qual mostram-se em consonância com o IPCC e, verificou-se que, embora admitam que repassem essa informação, há um cuidado em explicar a razão, como esboça F13:

[...] falo isso não por ideologia, falo isso porque eu faço pesquisa e o que eu digo é o seguinte: um pesquisador é cético por natureza, se ele não fosse cético, ele não seria pesquisador, ele não pode acreditar naquilo que falam; ele tem que provar, tem que mostrar, isso você faz através de uma ciência séria, análise de dados, modelagem, teorias, isso tem que estar junto. Então, tudo isso que eu falo é em função de saber que todos os indicadores estão me mostrando essa parte de mudança do clima e tudo mais. Todos eles que eu pesquiso, então eu tenho uma certeza muito grande. Não está envolvido nisso efetivamente o coração, a religião, o time... são dados científicos que estão indicando isso. Ah, então é certeza? Isso é o que está indicando... se isso vai permanecer ou se isso faz parte de algo muito grande ou natural não dá pra dizer, aí faz parte da ciência. A ciência ela é evolutiva, ela não é algo conclusiva.

De outra forma, outras fontes de informação também assinalaram que mesmo concordando com a intensificação das MCs por ações antrópicas, destacam que elas já ocorriam antes, de forma natural. Percebe-se essa atenção nas falas a seguir:

F3 – [...] eu geralmente falo da mudança climática que já existe com essa variabilidade natural, né, os ciclos, como a gente já teve no passado uma era do gelo, [...] tivemos as erupções vulcânicas que contribuíram para o aquecimento do planeta. Então, além da mudança climática de origem natural, a gente tem desde a revolução industrial, um aumento da concentração dos gases responsáveis pelo efeito estufa.

F12 – [...] a natureza tem seus ciclos próprios, mas é claro com o crescimento populacional, com a revolução industrial, com o ritmo acelerado de consumo... seria ingênuo da nossa parte achar que nós não estamos influenciando no clima. Isso qualquer pessoa que tem o mínimo de conhecimento científico vai assumir uma postura muito cautelosa, mas tem influência, nós temos claramente influenciado o clima.

Sendo assim, as fontes de informação demonstram bastante familiaridade com o tema (categoria *Informação*) e também confiança em relação aos dados divulgados pelo IPCC (categoria *Credibilidade*). Este nível de conhecimento em relação às MCs, aliado à convicção do bom trabalho realizado pela fonte com maior visibilidade e legitimidade sobre o tema, torna a convivência com o risco mais aceitável. Além disso, as falas dos entrevistados sobre

as MCs são marcadas pelo tom de proximidade, já que muitas fontes de informação se constituem em atores desse campo que dependem do fazer científico para exercer suas atividades (categoria *Relação com a ciência*).

Focando-se novamente nos questionários de percepção de risco, a importância pessoal que cada fonte de informação dá ao assunto busca ser captada por meio da pergunta: *Você se preocupa com as mudanças climáticas?* Os resultados demonstram que, de forma mais contundente que o grupo dos jornalistas entrevistados, as fontes de informação afirmam sempre e frequentemente se preocuparem com o assunto.

GRÁFICO 23 - PREOCUPAÇÃO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO COM O TEMA

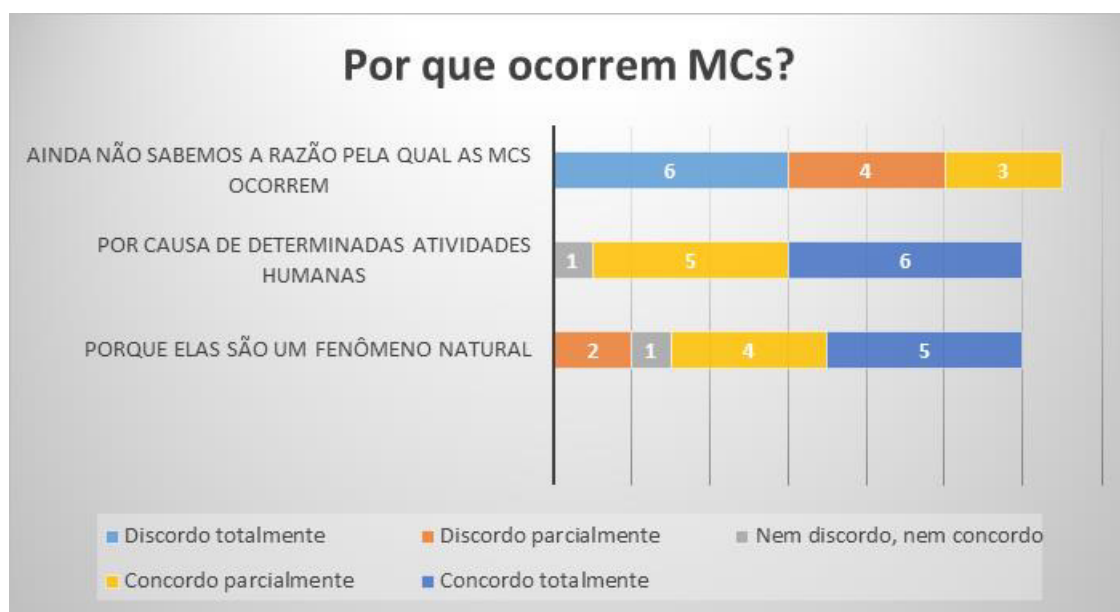


FONTE: BELING LOOSE (2016).

Nesta questão, talvez por deterem mais familiaridade e confiança nos dados divulgados pela ciência, 69% das fontes consultadas revelaram estar sempre preocupadas com o tema. Esta porcentagem elevada precisa ser associada ao próprio trabalho desenvolvido: enquanto os jornalistas generalistas tratam com o tema das MCs esporadicamente, as fontes de informação são consideradas especialistas no assunto e, portanto, devem ter contato diário com as questões climáticas. Com isso, tem-se como esperado que aqueles que estão altamente familiarizados com as MCs e suas consequências tenham maior preocupação que aqueles que observam o fenômeno de forma assistemática e com menos profundidade.

Também foi apresentada a questão *Por que as mudanças climáticas ocorrem?*, expondo três alternativas. Nota-se que em duas delas houve ausência de qualquer uma das respostas possíveis, o que resultou na soma final 12 ao invés dos 13, atrelados ao número total de fontes.

GRÁFICO 24 - RAZÕES APONTADAS PELAS FONTES DE INFORMAÇÃO COMO CAUSAS DAS MCs



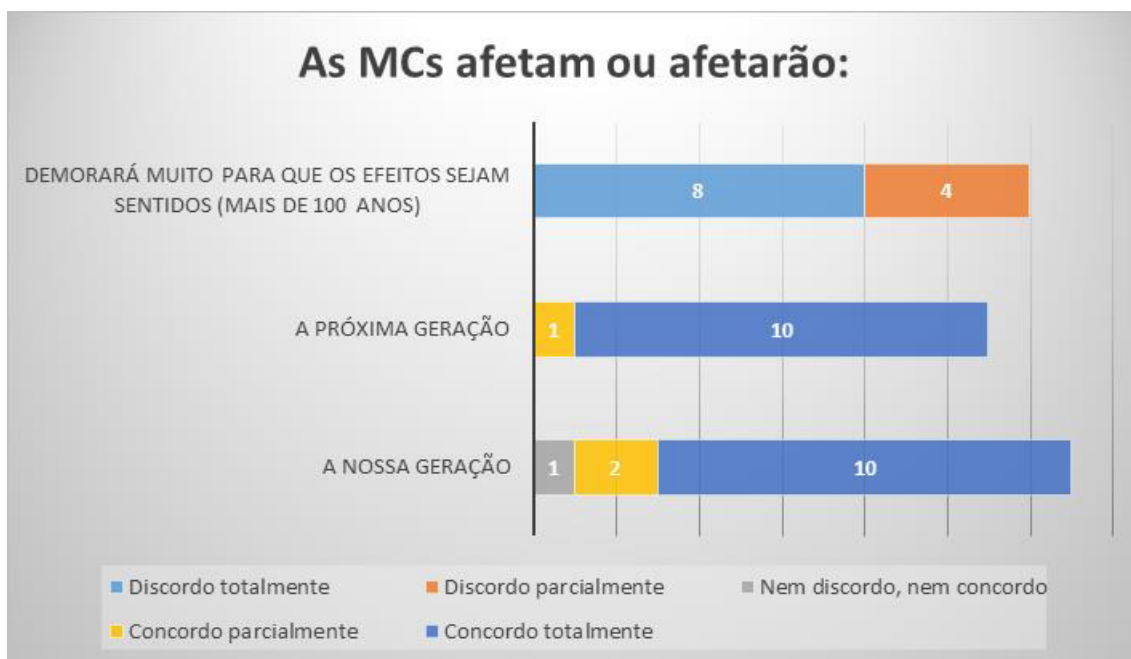
FONTE: BELING LOOSE (2016).

Uma das leituras possíveis, a partir dos dados do Gráfico 24, é a de que a maioria dos respondentes discorda parcialmente (4) ou totalmente (6) da alternativa que aponta o não conhecimento das razões pelas quais ocorrem as MCs. Isso corresponde a 76% do total, sendo que o restante concorda apenas de forma parcial. Este dado reforça as marcações das opções seguintes, nas quais 11 e 9 sujeitos afirmam que concordam parcial ou totalmente com a causa estar associada a determinadas atividades humanas e ao fato de ser um fenômeno natural, respectivamente.

Similar ao gráfico dos jornalistas, a atribuição das causas das MCs a um fenômeno natural apresenta mais variações de concordância ("discordo parcialmente", "nem discordo, nem concordo", "concordo parcialmente" e "concordo totalmente") do que aquela que envolve a ação antrópica. Em conformidade com as respostas anteriores sobre a adesão aos estudos do IPCC, as fontes de informação determinaram mais concordância com a causa antropogênica.

A questão seguinte relaciona a questão da exposição do risco e sua aceitabilidade (categoria *Exposição*). O objetivo é mapear de que forma as fontes de informação percebem a afetação das MCs a curto e longo prazo. Pontua-se aqui que, mais uma vez, nem todos os 13 respondentes marcaram todas as alternativas, o que justifica as somas do gráfico serem diferentes.

GRÁFICO 25 - PERCEPÇÃO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO QUANTO À PROXIMIDADE DA AFETAÇÃO DOS RISCOS CLIMÁTICOS

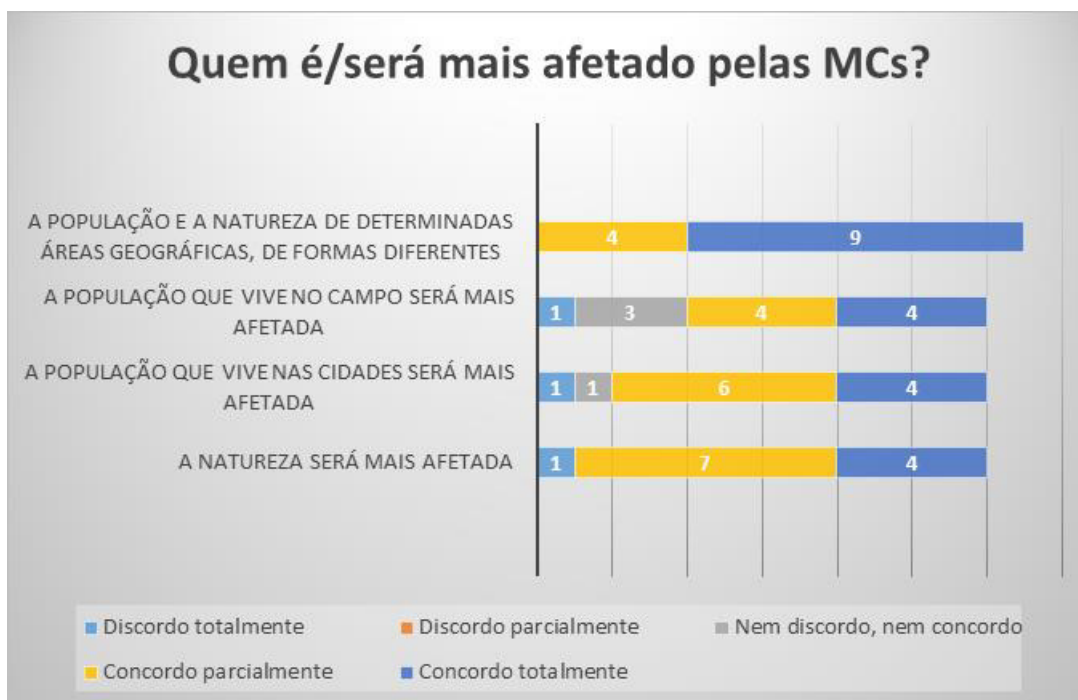


FONTE: BELING LOOSE (2016).

Nota-se que, sob a percepção das fontes, as MCs afetam de forma majoritária a nossa geração e a próxima geração. A opção em que diz que "demorará muito para que os efeitos sejam sentidos" foi, em sua maioria, pontuada com "discordo totalmente" (8) e "discordo parcialmente" (4). Dessa maneira, os respondentes apontam mais para um sentido de urgência. Essa percepção em relação à afetação é melhor identificada nas perguntas seguintes do tópico que trata de riscos.

Quando se perguntou sobre quem é ou será mais afetado, constata-se que apenas um número reduzido de vezes foram acionadas as opções "nem discordo, nem concordo" ou "discordo totalmente". Há uma distribuição nas respostas que induz à ideia de que, em alguma medida, todas as alternativas serão afetadas. Ratifica-se essa relativização na opção mais assinalada, que destaca a maneira diferenciada pela qual todos (população e natureza) serão atingidos.

GRÁFICO 26 - OS MAIS AFETADOS PELAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA ÓPTICA DAS FONTES DE INFORMAÇÃO



FONTE: BELING LOOSE (2016).

A exposição dos riscos, de acordo com as fontes, é abrangente, ainda que diferenciada. Seu nível de conhecimento sobre o assunto faz vê-la como algo temporalmente próximo (hoje ou na geração seguinte), remetendo a uma aceitação em que o risco é urgente e premente. Ou seja: o grau de informação sobre MCs sugere um aumento na percepção de que os riscos climáticos são questões presentes e preocupantes na medida em que afeta diferentes áreas do planeta, mesmo que de formas diferenciadas. Semelhantemente, mesmo sem a profundidade de conhecimento que grande parte das fontes de informação entrevistadas, os jornalistas também revelaram tais percepções.

Continuando nesta seção, pensando a partir da categoria de *Informação*, perguntou-se aos entrevistados como eles definiam as MCs (*O que são MCs para você?*). O objetivo era verificar se as construções conceituais do fenômeno variavam muito entre jornalistas, fontes e leitores. Neste caso, a maioria das fontes, como já era previsto, trouxeram elementos técnicos, diferentemente dos jornalistas que relataram mais efeitos. Na sequência, alguns exemplos:

F3 – *Eu geralmente falo da mudança climática que já existe com essa variabilidade natural, né, os ciclos como a gente já teve no passado uma era do gelo, digamos assim, tivemos as erupções vulcânicas que contribuíram para o aquecimento do planeta. Então, além da mudança climática de origem natural, a gente tem desde a revolução industrial, um aumento da concentração dos gases responsáveis pelo efeito estufa [...] e aí vem as consequências. [...] além da variabilidade natural, ou seja, na mudança natural que já existe, a gente está contribuindo pra que essa mudança seja maior, mais rápida e mais intensa, com a ocorrência de todos esses riscos.*

F4 – *Mudança do clima é um fenômeno de alteração dos padrões cíclicos de temperatura ao longo do tempo, e aí nós podemos caminhar para duas definições. Eu trabalho com a definição mudança do clima como foi consagrada na Convenção-Quadro das Nações Unidas porque nós estamos falando em mudança do clima de origem antrópica, que é originada pela atividade humana. Então aquela mudança do clima que ocorre pelas eras geológicas, idade do gelo alternadas, essa é uma mudança natural que ocorre em ciclos muito longos, imperceptíveis para a nossa vida. Agora, a mudança do clima que nos interessa é a aceleração do aumento da temperatura global a partir da interferência da atividade humana nos sistemas terrestres, atmosféricos e marinhos, nos ecossistemas de um modo geral, essa é a mudança do clima, a definição que deve ser objeto de atenção dos governos, objeto de atenção dos cientistas.*

F9 – *Mudanças climáticas se refere a um processo, no qual o clima do planeta Terra está mudando e o principal indicador é a temperatura, ou seja, é o aquecimento global. Então, quando nós falamos de aquecimento global, esse aquecimento global altera os padrões de circulação de chuva, altera a circulação das correntes de ar e tudo esse processo, consequência do aumento da temperatura é o que se chama mudança climática. Agora existe outro termo que se chama mudanças globais, isso já seria mais os impactos da mudança climática nos sistemas naturais e humanos. São dois termos diferentes: mudanças climáticas e mudanças globais; mudança climática é a parte física; a mudança global seria o impacto na população, nos seres humanos, nos ecossistemas, sistemas naturais.*

F12 – *De forma muito simplista, ao meu ver, a mudança climática ou as mudanças climáticas, elas fazem parte de um sistema, de uma alteração de um sistema que existe há anos de forma harmônica, mas que pela influência do homem em todas as suas atividades produtivas, por vezes danosas, esse sistema vem sendo alterado de forma radical, em que a gente perde o ponto de equilíbrio dentro dessa conjuntura global. Então, eu acho que essa é minha visão de mudanças climáticas: é a perda do ponto de equilíbrio do sistema em função da ação do homem dentro do sistema.*

Observa-se que nessas definições é possível ver uma diferenciação entre aquecimento global e mudanças climáticas, e até entre mudanças climáticas e mudanças globais (uma distinção que não é considerada para esta pesquisa), além do emprego de termos mais específicos como "padrões de circulação de chuva", típicos do meio científico. As fontes de informação que não eram pesquisadores ou especialistas em MCs (membros da Defesa Civil, por exemplo) trouxeram definições mais próximas àquelas relatadas pelos jornalistas, articulando a explicação a partir das consequências das MCs.

8.2.2 Riscos: gravidade, exposição, familiaridade

A proposta de averiguar se os sujeitos da pesquisa conseguem diferenciar os efeitos globais dos locais foi construída a partir das perguntas que se sucedem, porém é válido lembrar que das 13 fontes de informação apenas três delas moram em Curitiba, sendo outras três residentes

de cidades do interior do Paraná e as demais de outros estados brasileiros. Ao perguntar-se: *Você já percebeu os efeitos das MCs onde mora?* buscou-se ver como a *percepção sensorial* dos sujeitos é acionada.

GRÁFICO 27 - PERCEPÇÃO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO EM RELAÇÃO AOS EFEITOS CLIMÁTICOS NO CONTEXTO LOCAL

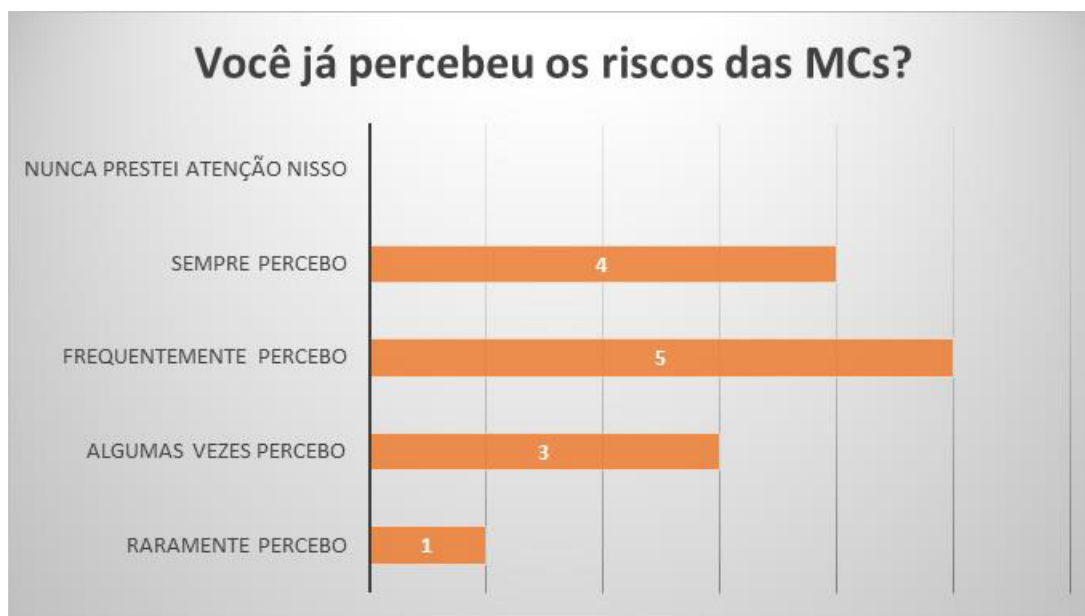


FONTE: BELING LOOSE (2016).

A maioria dos respondentes disse que sempre (4) ou frequentemente percebe (4) os efeitos das MCs onde mora. O resultado é mais contundente do que o apresentado pelos grupos de jornalistas, o que pode ser vinculado tanto ao nível de conhecimento que as fontes têm sobre o que são ou não os efeitos climáticos, quanto à situação de vulnerabilidade presente nos contextos dos entrevistados (categoria *Informação*). Ao solicitar que indicassem quais são os efeitos percebidos, as fontes citaram: aumento de constância de chuvas torrenciais e inundações na área urbana, aumento de períodos de temperatura extrema (tanto mais elevadas, quanto mais frias), mudanças nos padrões das estações do ano, eventos climáticos extremos com maior frequência e intensidade, como grandes tempestades, enchentes, secas e estiagens, ilhas de calor, concentração de poluição e aumento da temperatura na água do mar.

Na segunda questão, mais ampla, em que os riscos das MCs não são situados, houve ainda mais adesão sobre a percepção dos riscos "frequentemente" (5) ou "sempre" (4).

GRÁFICO 28 - PERCEPÇÃO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE RISCOS CLIMÁTICOS



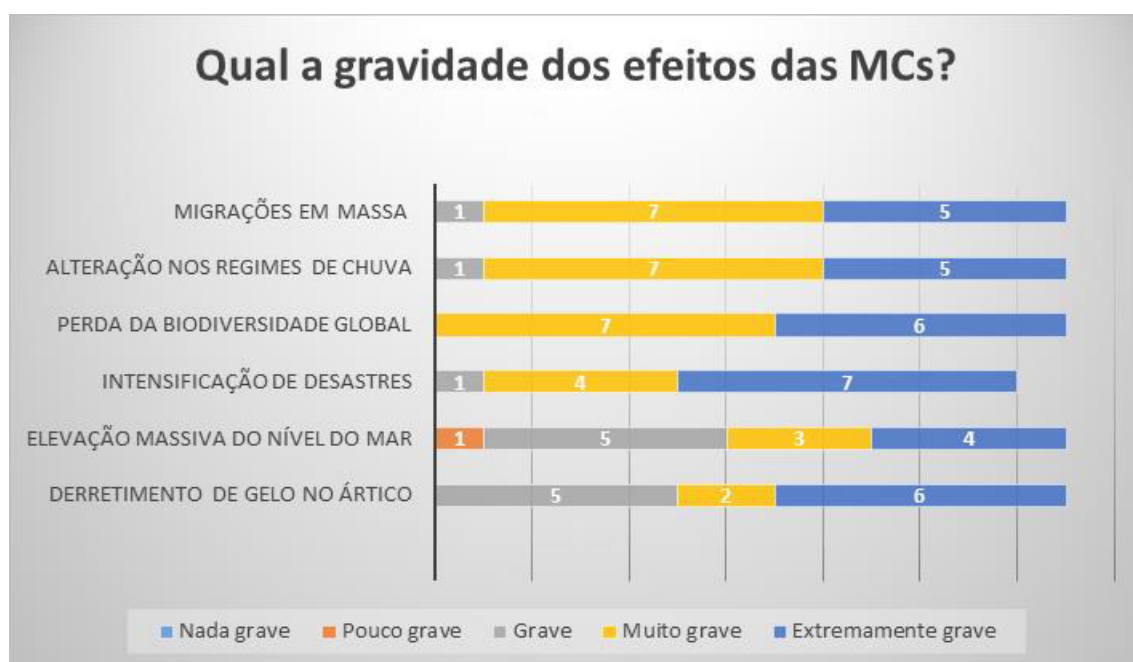
FONTE: BELING LOOSE (2016).

Ao mencionarem que riscos são percebidos, as fontes de informação não apenas repetiram alguns "efeitos das MCs percebidos onde mora", como trouxeram agravamentos e desdobramentos de certos efeitos. Por exemplo, enquanto na primeira questão citaram estiagem prolongada, na segunda já foi detectada a diminuição da produção de alimentos. Ou seja, o nível de conhecimento sobre o assunto projetou riscos distantes da percepção sensorial dos sujeitos, mas afinados com sua familiaridade, mediada tanto pelo campo científico, quanto pelo campo midiático.

Dentre outros riscos percebidos, foram mencionados: desabastecimento de água, interrupção ou racionamento no uso de energia, perdas de safras ou aumento no preço de alimentos, enchentes e deslizamentos mais frequentes, danificando edificações e infraestrutura, bem como causando grandes prejuízos ambientais e socioeconômicos (incluindo perda da vida humana), enchentes, inundações, secas, vendavais, desabamentos em áreas de encostas, ressacas no mar, aumento de doenças endêmicas, perda de biodiversidade e alteração nos ecossistemas naturais, extinção de espécies e mudanças nas correntes marítimas. Nesse conjunto de respostas ficou ressaltado o potencial catastrófico dos riscos climáticos (categoria *Ameaça*). Apesar de eventos extremos serem considerados desde o começo, a extinção, a perda de vidas e a ameaça à sobrevivência (por meio da redução de alimentos e água, por exemplo) são riscos com maior impacto e, portanto, maior gravidade.

Também pensando em checar como as fontes percebiam a gravidade de alguns dos efeitos das MCs, fez-se a questão representada no Gráfico 29:

GRÁFICO 29 - GRAVIDADE DOS EFEITOS DAS MCs ATRIBUÍDA PELAS FONTES DE INFORMAÇÃO



FORNTE: BELING LOOSE (2016).

Lembrando novamente que quanto mais grave for percebido o risco, mais preocupação gerará, infere-se que as fontes de informação estão bastante atentas ao potencial catastrófico dos efeitos das MCs. Somente uma opção (elevação massiva do nível do mar) teve uma marcação com consideração "pouco grave". Todas as outras foram avaliadas como grave, muito grave ou extremamente grave pelos respondentes, sendo que a perda da biodiversidade global foi a alternativa com maior atribuição de gravidade (somou 58), seguida de migrações de massa e alteração dos regimes de chuva (com 56 cada uma) e intensificação de desastres (54) – sendo que esta última teve 12 respostas e não 13.

De modo a esmiuçar mais essa percepção sobre risco local e global, perguntou-se, durante as entrevistas, se as fontes de informação enxergavam na imprensa nacional e local (quando era o caso) esse *link*. De modo geral, as fontes afirmaram que esse ainda é um desafio para os jornalistas (categoria *Relação com o local*), seja pensando o global com o nacional, seja o global com escalas menores (regional, local). Mesmo que algumas fontes de informação pontuem aspectos positivos, como acredita F3 ao mencionar o trabalho do PBMC, reconheceu-se um vazio nessa relação. F2 declarou:

Para brasileiro, descongelamento de geleira e urso polar é problema de outros países e não nosso. Eu acho que hoje há uma abordagem menos global, hoje as pessoas sentem, mas a gente não dá tanta visibilidade para isso como poderia ser feito. A gente não fala das reais consequências das MCs para a população de São Paulo, de Belo Horizonte, da Amazônia... porque cada região tem seus impactos e não podemos generalizar... As generalizações não vão gerar nenhum tipo de urgência, nem mudança de atitude.

F12 também destaca a relevância do *link* local-global. Para ele, a mídia precisa "[...] não apenas mostrar internacionalmente [...], mas qual a importância da relação local, do cidadão em relação a mudanças climáticas, nas menores coisas, [como] diminuição de consumo, uso consciente do automóvel e aí por diante". Essa preocupação é exposta tanto em âmbito nacional, como na fala de F13, como na esfera local, exposto por F1:

F13 – [...] se tem lá o componente global, mas você tem que explicar como isso afeta o local. [...] a ideia do painel [PBMC], que era ser o IPCC brasileiro, é exatamente trazer todas essas informações que são vistas de forma global para a perspectiva brasileira, como está afetando as diferentes regiões, qual que é o impacto, qual que é a maleabilidade em todos os ecossistemas e coisas do gênero. A mídia tem sentido sim isso e tem se preocupado um pouco mais em fazer aquela pergunta-chave: "tudo bem, está aquecendo no mundo inteiro, mas o quê que vai acontecer em São Paulo?", por exemplo, ou Paraná...

F1 – [...] a maior parte [das notícias sobre MCs] que sai aqui é coisa que vem de fora [...] é preciso você trazer um pouco mais para perto das pessoas... [...] a parte do global é interessante [...], mas você precisa complementar e aí eu acho que, pra mim, essa é a maior deficiência, que acaba que o pessoal não tem, não tem conseguido fazer isso...

O que se identifica é que mesmo com a avaliação de que a cobertura nacional/local tenha tentado aproximar o tema com questões locais nos últimos anos, ainda predomina o enfoque global e há problemas na vinculação do local com global. Interessante sublinhar que uma das fontes (F1) compreende que esta não é uma falha somente da imprensa, mas um erro que perpassa toda sociedade e reflete nas notícias: "*Às vezes não é só culpa do jornal, nem só dos jornalistas, nem só das fontes, isso é uma coisa que está acontecendo em geral aí no País, mas o que eu acho é que a gente tem muito pouco conteúdo sendo gerado aqui*". Dessa forma, a responsabilidade pela visibilidade dessa relação não recai apenas sobre os jornalistas, mas é compartilhada por vários atores sociais.

Retornando aos riscos, a revisão de literatura feita constata que os efeitos das MCs são geralmente conectados ao aspecto negativo, catastrófico, centrados nos riscos (categoria *Negatividade*). Nas entrevistas foram encontradas várias pistas de que as fontes de informação associam nas suas falas os riscos, mas tentam trazer uma abordagem positiva. F1, por exemplo, afirmou que ao invés de falar que as MCs são um problema prefere tratar como um desafio, que pode trazer mudanças, aprendizados, oportunidades. Entretanto, a questão dos efeitos negativos não pode ser ignorada: "*a mudança climática já representa por si só um risco para a sociedade hoje, no presente, e muito mais no futuro, de acordo com as previsões. Nós vamos [sofrer]*

impacto" (F1), por isso, é usado não apenas pelos meios de comunicação, mas até por ONGs que querem ganhar visibilidade.

Outras fontes mencionaram a questão do catastrofismo como algo que chama atenção e que acaba por fazer parte do assunto. F9 diz que as MCs estão atreladas aos seus efeitos: "[...] *não tem que mostrar só o clima, mas os possíveis impactos dessa mudança do clima; é algo que vai junto, não dá para separar*". Os estudos sobre uso da linguagem dos riscos para tratar das MCs ainda são incipientes, mas uma proposta que parece fazer sentido neste contexto é aproveitar a atração causada pelos riscos (inclusive associados com critérios de noticiabilidade já bem conhecidos, como aquilo que é trágico) para reter o público e avançar em questões a respeito das causas do fenômeno e das formas de mitigação e adaptação possíveis de serem executadas.

Esse aspecto foi novamente trazido quando, nas entrevistas, questionou-se quando o assunto aparecia na mídia (categoria *Enquadramento*). Além das fontes repetirem a questão da sazonalidade das pautas, foi diagnosticado que o tipo de enfoque mais citado era aquele atrelado a um desastre ambiental, inundação com deslizamento, morte, catástrofe. Também servem como desencadeadores de notícias, na percepção das fontes, eventos como as COPs e as divulgações de relatórios do IPCC.

Com o objetivo de ver se as fontes de informação tinham outra percepção, perguntou-se se eles percebiam efeitos positivos associados às MCs. A resposta, apresentada no Gráfico 30, revela que a maioria dos respondentes concorda com a afirmação dos benefícios, ainda que parcialmente.

GRÁFICO 30 - CONCORDÂNCIA DAS FONTES DE INFORMAÇÃO A RESPEITO DOS BENEFÍCIOS DAS MCs



FONTE: BELING LOOSE (2016).

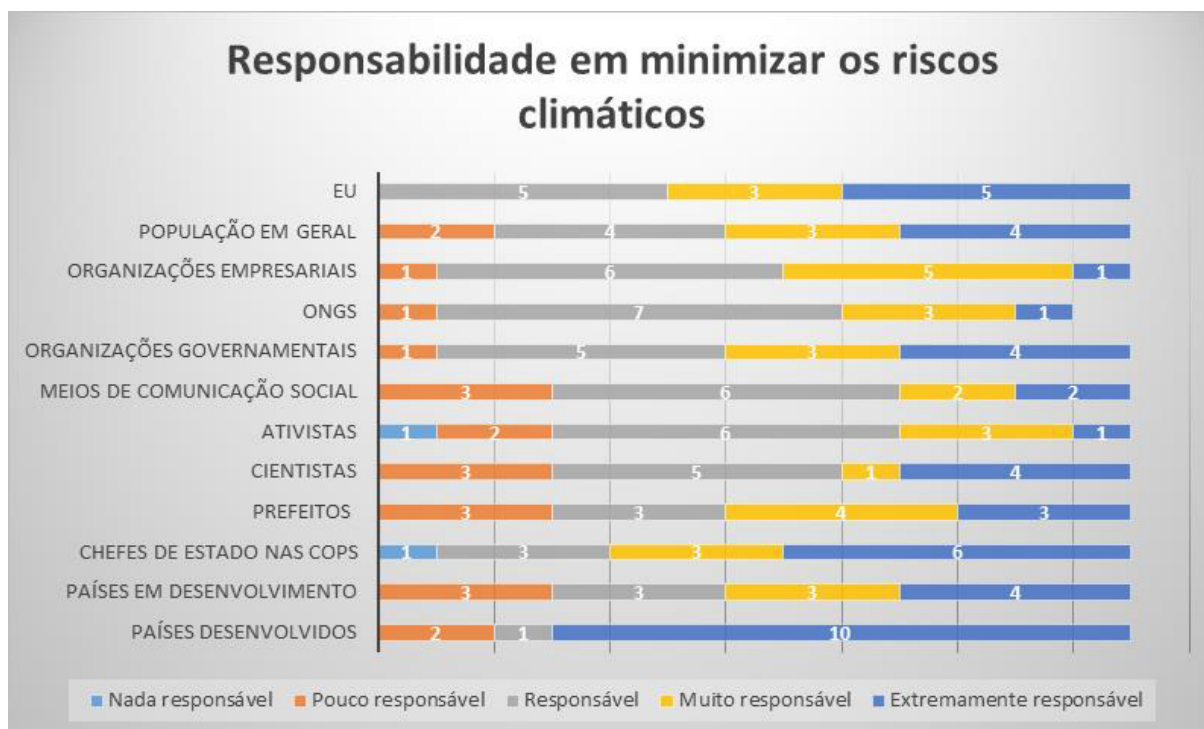
Ao contrário dos jornalistas, que majoritariamente discordaram da afirmação, a maioria das fontes de informação concorda com a ideia de efeitos benéficos das MCs. Isso certamente é decorrente do próprio nível de conhecimento e da confiabilidade existentes em relação ao campo científico (categorias de Informação e Credibilidade), que tende a ser maior, neste caso, para as fontes.

As fontes citaram como benefícios os seguintes efeitos: alguns locais podem ser favorecidos pelo aumento de temperatura, tendo mais cultivo de alimentos (regiões polares), algumas culturas agrícolas poderão ter aumento na produção (apesar de a maioria apresentar tendência de ser prejudicada), novas oportunidades de negócios estão surgindo e deverão ser incrementadas (inovações para uma economia de baixo carbono), promoção de diferencial produtivo através do potencial de mitigação, pesquisas na área de Botânica mostram que temperaturas elevadas à noite favorecem o crescimento de algumas plantas e, quanto mais crescem, se observa menos dióxido de carbono na atmosfera, aumento nas pesquisas de energias renováveis e biocombustíveis, benefícios à saúde e redução de mortes na população de cidades onde o frio é extremo. Também uma das fontes (F6) apontou que o solo de uma localidade atingida por deslocamento de massa em 2011 foi beneficiado (o solo ficou mais fértil) após o movimento causado por chuvas intensas.

8.2.3 Governança: responsabilidade e modos de agir

Nesta seção detém-se sobre aspectos atrelados ao enfrentamento dos riscos climáticos. A primeira questão apresentada sob este enfoque no questionário remete à responsabilização que cada um dos atores ou instituições abaixo listados têm sobre o combate aos efeitos das MCs. A escala de Likert foi utilizada, sendo que um corresponde a "nada responsável" e cinco a "extremamente responsável".

GRÁFICO 31 - DISTRIBUIÇÃO DA RESPONSABILIDADE ATRIBUÍDA A CADA UM DOS ATORES SEGUNDO AS FONTES DE INFORMAÇÃO



FONTE: BELING LOOSE (2016).

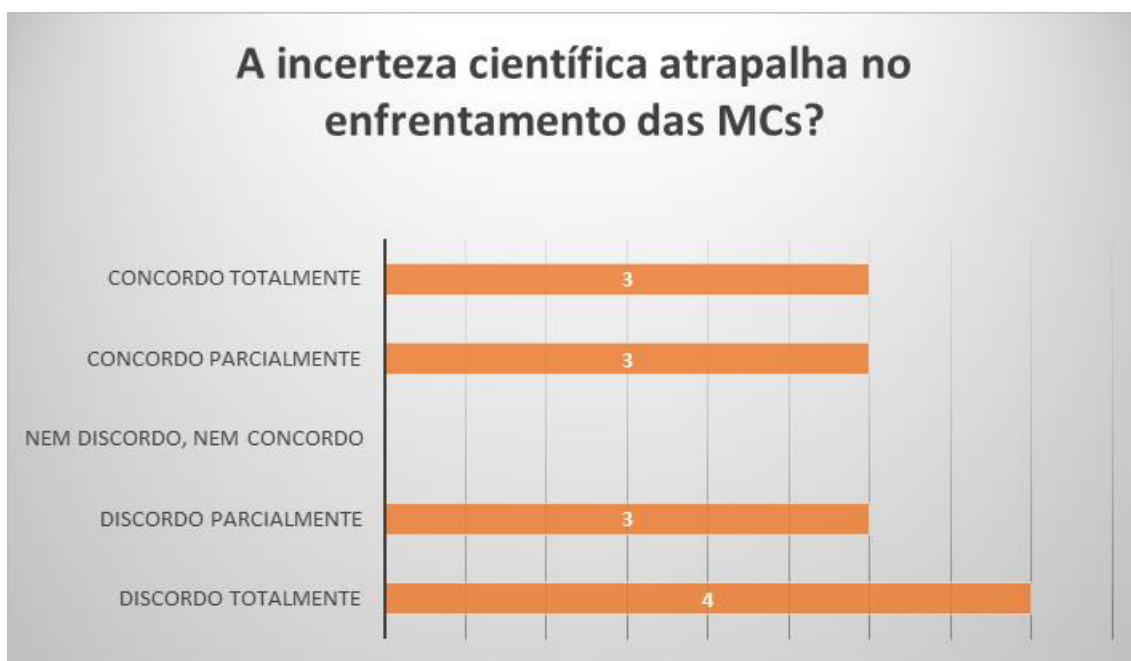
Condizente com outras pesquisas apresentadas no referencial teórico, os países desenvolvidos são aqueles que mais fortemente são identificados como responsáveis por minimizar os riscos climáticos. Dez dos 13 respondentes entendem que os países desenvolvidos são extremamente responsáveis. Depois disso, são apontados os chefes de Estado nas COPs, eu, os países em desenvolvimento, os prefeitos e a população em geral. Interessa destacar que a opção "eu" é a terceira em votos com maior quantidade de "extremamente responsável", superando cientistas, ONGs e organizações governamentais, de onde são oriundas as fontes de informação consultadas.

Na comparação com a mesma questão respondida pelos jornalistas, percebem-se pequenas alterações: enquanto fontes apontam os países desenvolvidos como aqueles mais fortemente responsáveis pelo enfrentamento, jornalistas creditam esse papel aos chefes de Estado. A posição da opção "eu" também varia: fontes de informação se colocam em terceiro lugar em termos de responsabilidade ao combate dos riscos climáticos, enquanto jornalistas percebem a mesma opção como quarta na listagem de atores sugeridos. Contudo, estas pequenas mudanças não alteram a perspectiva de que há uma distribuição irregular dos riscos e, face às emissões de GEE historicamente geradas pelos países ditos desenvolvidos, nada mais justo que estes reparem com mais recursos e envolvimento o problema acarretado por este processo (categoria *Justiça*).

De forma complementar, a atribuição da responsabilidade aos países desenvolvidos e seus representantes de Estado são justificadas pelo próprio alcance global das MCs. Embora a categoria *Confiabilidade* possa ser acionada neste momento, cabe lembrar que a atribuição a estes atores pode ser feita muito mais em razão de não se acreditar em outro caminho do que realmente na confiança dos instrumentos políticos e técnicos capazes de mostrar uma saída para este problema (basta lembrar que desde a primeira COP as emissões aumentaram e as decisões políticas custam muito a ser acordadas).

A questão a seguir busca captar como as fontes de informação enxergam as incertezas científicas e sua relação com o enfrentamento das MCs.

GRÁFICO 32 - CONCORDÂNCIA DAS FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE RELAÇÃO ENTRE INCERTEZA CIENTÍFICA E ENFRENTAMENTO



FONTE: BELING LOOSE (2016).

Aqui as fontes de informação se dividiram nas duas extremidades das escala Likert: seis concordaram totalmente e parcialmente, enquanto sete discordaram totalmente ou parcialmente. Esta polarização das respostas pode ter acontecido devido à própria heterogeneidade da amostra, que engloba muitos cientistas, mas não apenas estes (também profissionais de organizações não governamentais e governamentais). Geralmente, os atores sociais do campo científico veem a incerteza como algo próprio do seu fazer, não relacionando-a a problemas de compreensão. Em oposição a este raciocínio, sujeitos sem familiaridade com as normas e procedimentos deste campo associam as incertezas à falta de conhecimento ou ainda a falta de certeza sobre qualquer aspecto (categoria Informação).

Nas entrevistas com as fontes, mais diretamente, questionou-se sobre como elas percebiam as incertezas científicas na cobertura midiática das MCs (categoria Relação com a ciência). Grande parte falou que não percebe este enfoque no Brasil, como constatado nas matérias analisadas da *Gazeta do Povo* do ano de 2013. As incertezas existem, mas não são tomadas como ponto principal do debate.

F4 – Nós sabemos que as incertezas têm reduzido muito e que, na verdade, há um consenso – não é uma unanimidade -, mas há um grande consenso de que a atividade humana do modo como se dá hoje tem interferido de modo nocivo no sistema climático global [...].

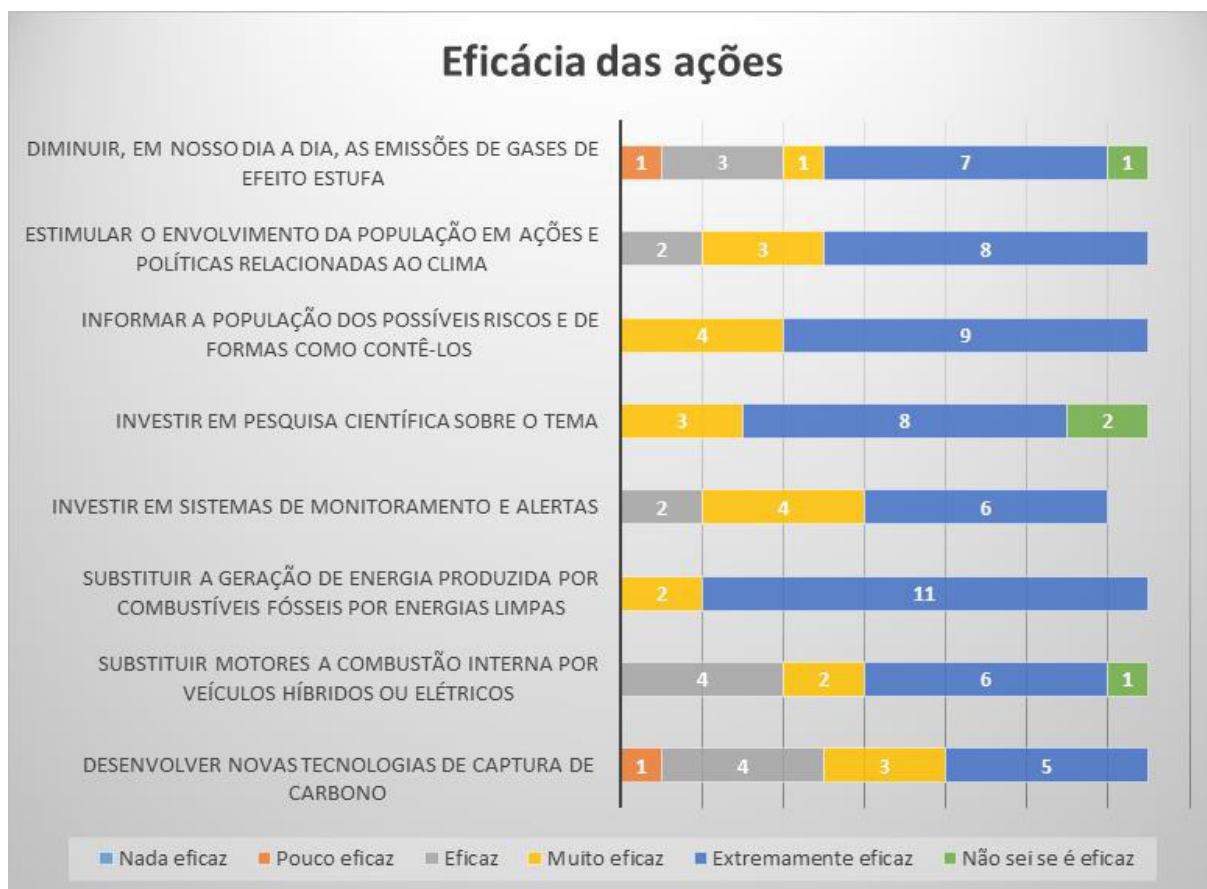
F9 – Os cientistas sabem que há incertezas [...] A palavra incerteza é uma das palavras que nós temos problemas porque interpretam a palavra como erro e, na verdade, é um desconhecimento.

F11 – Nós trabalhamos com números, trabalhamos com modelagem [...] incerteza tem porque nós trabalhamos com probabilidades. [...] mas são poucos os que falam na linha de incertezas...a maioria fala em resultados, cenários...

Nos trechos acima é possível notar que os entrevistados reconhecem a incerteza, típica do fazer científico, e até sua interpretação errônea, que causa desgastes para seu trabalho, mas assinalam que há uma maioria que já defende a ação do homem como contributiva para o aceleração das MCs, assim como o uso de outros aspectos, pela imprensa, para se referir ao tema.

A pergunta *O quanto você considera cada uma dessas atitudes como eficazes para prevenir o risco climático?* Utiliza a escala de Likert com seis possibilidades: um – "nada eficaz"; dois – "pouco eficaz"; três – "eficaz"; quatro – "muito eficaz"; cinco – "extremamente eficaz"; e seis – "não sei se é eficaz". A alternativa mais assinalada como "extremamente eficaz" é a substituição da geração de energia elétrica por meio de combustíveis fósseis por energias limpas, seguido de informar a população sobre os riscos e formas de contê-los.

GRÁFICO 33 - PERCEPÇÃO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE A EFICÁCIA DE AÇÕES DE ENFRENTAMENTO



FONTE: BELING LOOSE (2016).

As opções apresentadas revelam poucas diferenças entre o que é mais ou menos eficaz, sendo que "nada eficaz" não foi utilizado e "pouco eficaz" apenas duas vezes. Chama a atenção que, neste grupo, diferente dos jornalistas que não a utilizaram, a opção "não sei se é eficaz" foi acionada quatro vezes, duas delas justamente no item que trata do investimento de pesquisa científica sobre o tema.

Para finalizar esta seção a respeito do que as fontes, como cidadãos, percebem a respeito da governança climática, perguntou-se nas entrevistas se as notícias com ênfase nos riscos (nos efeitos negativos) têm o potencial de gerar ação (despertar as pessoas para o enfrentamento) ou inação (em virtude das pessoas sentirem-se pequenas diante do problema, amedrontadas ou até mesmo paralisadas). Esta pergunta está associada à categoria Reação do público, e busca checar qual a percepção dos atores envolvidos no circuito da notícia a respeito dos aspectos negativos recorrentemente divulgados a respeito das MCs.

F1 – [...] se eu falar de mudanças climáticas dizendo que teve um furacão não sei onde e que matou um monte de gente, a galera vai ler. Mas, se eu ficar muito em cima disso, a galera vai se encher e não vai querer mais. Então, [...] o que eu percebo é assim, essas catástrofes, essas coisas assim negativas são interessantes num primeiro momento, chamam a atenção, as pessoas ficam ali, mas eu acho que elas precisam ser complementadas e depois abrir pra um leque muito maior [...]

F3 – Na minha opinião, culturalmente falando, nós somos muito acomodados, então a sociedade brasileira joga sempre a culpa também só pro governo e acaba não atuando, né, não tendo uma postura mais proativa. [...] Então eu acho que, por mais que tenha conhecimento, você consegue identificar um ou outro ator que se preocupe, que se interesse em atuar, em impor as práticas do dia a dia de forma mais sustentável, desde separar o lixo, orgânico e não orgânico, economizar energia né, não deixar os aparelhos ligados.

F4 – Eu gostaria que gerasse uma reação, e que a reação fosse no sentido de demandar políticas apropriadas, não só no nível local, porque vai chegar o momento em que os riscos serão tão grandes, se nada for feito pra mitigar o problema, que não há recursos suficientes para atendê-los né, por maior que seja a preparação e a adaptação.

Estes três trechos exemplificam que as percepções sobre o efeito da notícia, mais especificamente do enfoque negativo, ainda que sejam expostos com argumentos diferentes – e, no último, com uma manifestação de desejo –, demonstram que as fontes reconhecem os limites do papel do jornalismo. As questões seguintes abordam esse ponto.

8.2.4 Jornalismo: papel, influência e modos de fazer

Neste último tópico, enfatiza-se a percepção das fontes sobre o jornalismo. A primeira questão sobre isso abarca o papel da imprensa em relação às MCs, na qual foram expostas seis opções, com possibilidade de marcação em quantas cada respondente achasse cabível.

GRÁFICO 34 - PERCEPÇÃO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE O PAPEL DA IMPRENSA



FONTE: BELING LOOSE (2016).

Para as fontes de informação, articular o debate em outras esferas é o papel mais fortemente assinalado (11 dos 13 respondentes ou 84% do grupo). Em seguida, informar e educar, com 69%, coincidindo com a percepção dos próprios jornalistas que, embora tenham dado o mesmo peso para as duas opções, entenderam que estes são os papéis principais. Diferentemente dos produtores das notícias, que acharam que o papel da imprensa não é apenas informar, quatro fontes de informação escolheram esta opção.

Nas entrevistas também foi perguntado sobre o papel da imprensa como ator de governança climática, questionando o que poderia ser feito para que sua função social colaborasse com o combate às MCs (categoria *Enfrentamento do risco*). Dar mais espaço, de modo a gerar mais visibilidade para o assunto, contextualizar mais, de modo a apresentar uma abordagem mais integrada, e sensibilizar o cidadão na tentativa de que ele se mobilize para um outro tipo de vida foram algumas das respostas. F9 e F12 falaram sobre como acreditam que a mídia pode atuar na governança climática:

F9 – Falta mudar o padrão de consumo - e nosso padrão de consumo é estilo americano, todo mundo quer ter mais carros, todo mundo quer viajar de avião, todo mundo quer ter um monte de aparelhos em casa, gastar água, e isso não é o estilo de vida que a gente realmente precisa pra economizar recurso. A imprensa pode ver isso, discutir isso, como que outros países estão enfrentando a situação e o que o Brasil deveria fazer. Eu acho que os principais meios [...] jornais deveriam incentivar isso.

F12 – O papel da mídia é importantíssimo porque pode tanto trazer uma visão das mudanças climáticas como algo distante e que não vai nos afetar diretamente; que é um esforço que vem sendo feito globalmente, mas que tem pouco impacto; que é um esforço meramente econômico; mas, ao mesmo tempo, ela pode sim demonstrar a importância do papel do cidadão no contexto local - eu acho que esse é o papel mais importante na verdade. Não apenas mostrar internacionalmente o que está se fazendo, mas qual a importância da relação local do cidadão em relação a mudanças climáticas, nas menores coisas, diminuição de consumo, uso consciente do automóvel e aí por diante.

Além desta leitura de que as notícias poderiam trazer uma nova lógica de consumo e aproximar o leitor da problemática, algumas fontes ligadas à Defesa Civil (e que, portanto, trabalham não apenas com os riscos, mas com a concretização destes em desastres) apontaram formas de a imprensa ser mais proativa no contexto da comunicação dos riscos. Estes atores falam que a imprensa pode auxiliar para além da fase do pós-desastre (dando visibilidade, fazendo chamado para doações, além de fiscalizar o poder público), sendo necessário trabalhar na parte preventiva. Uma delas comentou:

Eu acho que hoje a imprensa tem um grande papel no sentido de nos ajudar na antecipação, desincentivando a população a colocar-se em situação de risco e, em especial, ocupar áreas não recomendadas, próximas a corpos hídricos, pés de montanhas, áreas não apropriadas para ocupação humana....

Sob esse viés, a imprensa poderia ampliar sua função em razão da gestão do riscos, discutindo a prevenção deles, contribuindo para os alertas e depois para a informação e fiscalização do poder público na fase de recuperação do desastre, na qual pode por meio de reportagens positivas do lugar e das pessoas ajudar a superar os traumas e alavancar a autoestima dos moradores.

Na questão seguinte, tentou-se identificar como as fontes percebem a influência do jornal na mudança de comportamento. A partir da escala de Likert, os respondentes atribuíram à imprensa um papel bastante forte, sendo que sete apontaram que existe muita influência e dois que a influência do jornal sobre o comportamento das pessoas é total.

GRÁFICO 35 - PERCEPÇÃO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE A INFLUÊNCIA DO JORNAL



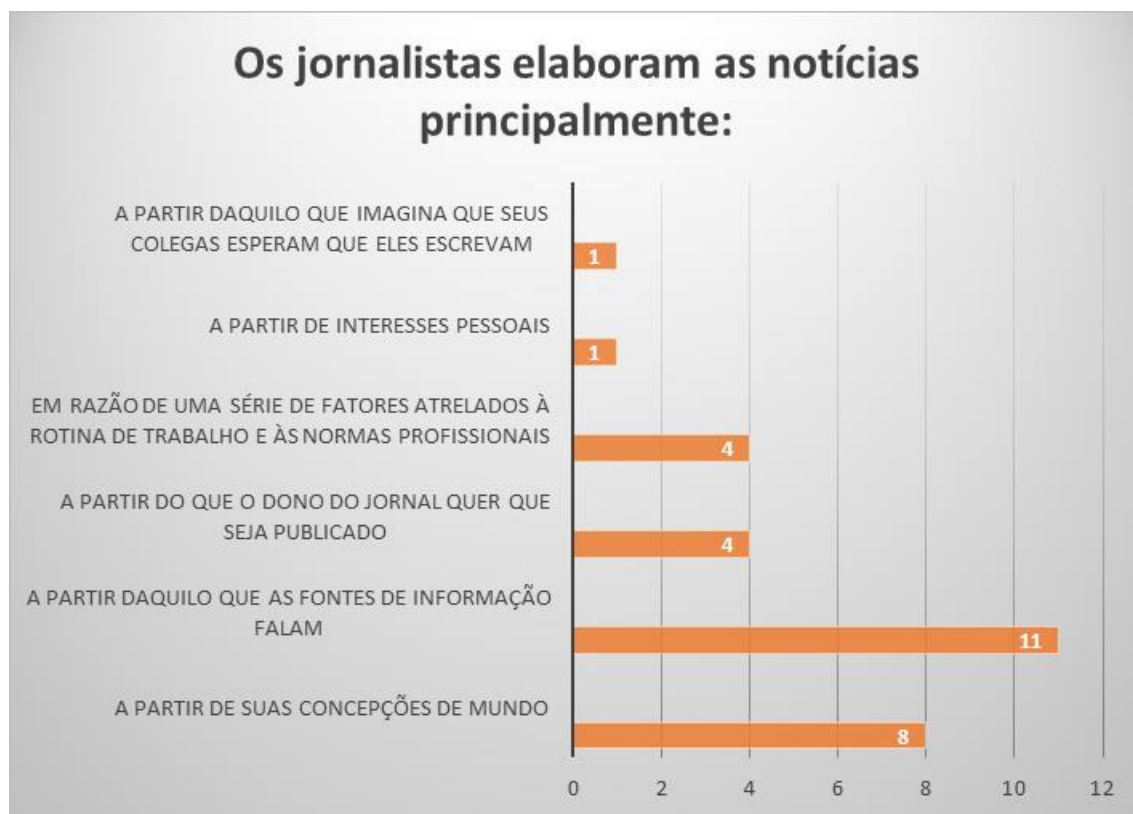
FONTE: BELING LOOSE (2016).

Identifica-se aqui que as fontes de informação percebem o jornal como muito mais influente do que os jornalistas, que majoritariamente marcaram a opção "influencia" e ignoraram aquela do "influencia totalmente". Enquanto os jornalistas relativizam o alcance dos meios de comunicação, não negando sua influência, mas ponderando seu poder, as fontes de informação tendem a superestimar o trabalho jornalístico.

Essa percepção foi ratificada nas entrevistas. Mesmo aqueles que afirmaram não saber se a notícia é capaz de alterar a percepção do leitor, avaliaram que é possível despertar um interesse (categoria Influência sobre o público).

Por fim, perguntou-se no questionário sobre como as fontes percebiam o processo de construção da notícia a partir de uma série de alternativas, representadas no Gráfico 36:

GRÁFICO 36 - PERCEÇÃO DAS FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE NOTÍCIA POR PARTE DOS JORNALISTAS



FORNE: BELING LOOSE (2016).

De forma idêntica aos jornalistas, as fontes de informação percebem que o fator que mais conta no processo de elaboração da notícia é aquilo que as fontes de informação falam, seguido das concepções de mundo de cada jornalista. Interessa notar que o item voltado para as rotinas recebeu a mesma quantidade de marcações que aquilo que o dono do jornal quer que seja publicado, revelando que, para as fontes, o direcionamento dado pelo dono da empresa jornalística é equivalente às restrições de tempo, espaço e adequação às normas jornalísticas presentes no dia a dia da redação – o que não coincide, obviamente, com o julgamento dos jornalistas. Sublinha-se ainda que esta resposta evidencia a percepção da importância que os respondentes atribuem a seu papel de fonte no processo de construção de notícia, algo que será mais discutido no fim deste capítulo.

8.3 PARTE 2 – PERCEPÇÃO SOBRE COMO O TEMA DAS MCs É DIVULGADO NA IMPRENSA

Nesta parte, específica às questões pertinentes ao papel das fontes de informação, organizam-se as análises por meio das categorias estabelecidas no Quadro 7, apresentado no começo do capítulo.

8.3.1 Acessibilidade

Aos entrevistar as fontes de informação, perguntou-se sobre como agiam quando eram abordadas ou procuradas por jornalistas, tentando checar o quão acessíveis estes sujeitos especialistas no tema ou ocupantes de cargos que os fazem representantes de uma determinada instituição se mostravam. As perguntas foram feitas pensando na imprensa de modo geral, afinal muitos dos entrevistados concederam entrevistas a repórteres de agências de notícias – e não aos repórteres da *Gazeta do Povo*.

As respostas variaram conforme o próprio setor de cada fonte de informação, mas, de maneira geral, os entrevistados afirmaram que costumam atender os jornalistas. Uma das fontes do terceiro setor avaliou que era mais fácil responder aos jornalistas justamente porque, como ONG, atuava junto à sociedade. Para ela, as fontes do governo (por questões estratégicas ou burocráticas, vinculadas ao sigilo) e da academia (em razão da linguagem técnica) parecem ser menos acessíveis.

F4, do Setor Governamental, afirmou que tem "*orientação para atender a todos os pedidos da imprensa e esse atendimento varia conforme o veículo, a visibilidade, conforme até o grau de reconhecimento do jornalista quando contata a assessoria [do órgão]*". No caso desse órgão, explica que há um porta-voz oficial para declarações oficiais e ele acaba informando mais sobre questões técnicas, em *off* (sem ter sua identidade revelada), porque se enquadra em um nível mais executivo. De todo modo, percebe-se que a acessibilidade das fontes de informação que estão no alto escalão do governo está associada a certos canais e jornalistas renomados, que proporcionem credibilidade e visibilidade. Como tais fontes possuem agendas de compromisso cheias, atenderão os jornalistas apenas se for relevante e/ou necessário; se as pautas, os veículos ou os profissionais não chamarem sua atenção, delegarão a entrevista para fontes com menos prestígio ou reconhecimento midiático. Outra fonte governamental (F8) ratificou essa "missão social" de atender os jornalistas: "*Acho que toda pessoa que tem um cargo público e que se envolve com vidas das outras pessoas tem como obrigação dar informação sobre seu trabalho*".

Já as fontes oriundas da academia falaram que tentam atender os jornalistas, mas admitiram que às vezes são procurados quando estão ocupados e não podem responder. Uma delas (F9) disse que tenta atender especialmente se são pessoas reconhecidas, se os jornais forem maiores, a fim de que o resultado tenha maior impacto; as solicitações de jornais menores são encaminhadas para associados. Para ela:

A gente tenta não deixar de responder porque se um não responde, [o jornalista] fica especulando outras pessoas e, às vezes, as outras pessoas respondem errado, aí o jornalista volta pra nós e entendeu tudo errado: o tal pesquisador falou isso, o outro pesquisador falou isso... Talvez os jornalistas querem esse enfrentamento um com outro, e, pela ética, eu não me sinto confortável para criticar meus colegas, cada um pode falar o que quiser, é democracia, mas conhecimento científico é algo que realmente que tem que ser aproveitado bem. A gente tem tentado responder, dentre as possibilidades, porque são tantas as demandas que não dá tempo simplesmente. E nem todos [os pesquisadores] estão dispostos a pegar o telefone, pois toma tempo, principalmente quando o jornalista não entende nada do assunto, tem que explicar os princípios básicos da Biologia, coisas como isso, a entrevista é de uma hora, uma hora e meia, e às vezes só é publicado... e totalmente diferente do que foi falado.

F10, que trabalha com desastres, também disse que sempre busca atender os jornalistas, só que é preciso entender qual a prioridade no momento das ocorrências. Para além das reclamações em relação às situações e prazos curtos para responder à imprensa, algumas fontes relacionaram más experiências com a acessibilidade aos jornalistas, como no caso de F5: *"a gente dá entrevista, mas, é claro, que tomamos cuidado porque você não tem certeza se o que você está falando é aquilo que efetivamente vai sair no jornal amanhã"*.

8.3.2 Relacionamento com jornalistas

A forma como cada fonte se relaciona com o jornalista diverge bastante. Já foi visto que o reconhecimento do profissional e do veículo são questões que pesam na acessibilidade das fontes. Da mesma forma, o tipo de pergunta feita (muito básica, por exemplo) também gera impressões que se estendem para o tipo de relação que a fonte construirá com o jornalista. Segundo F9:

[...] há os grandes jornais em São Paulo e Rio, tem pessoas que por anos e anos nós trabalhamos, jornalistas com experiência ambiental, que sabem escrever bem [...] com esse tipo de pessoa, o atendimento é rápido, a entrevista é rápida, é uma colaboração de vários anos, por muitas coisas. Agora, também aparecem jornalistas que não entendem do assunto, por exemplo, eles perguntam sobre o tema da Amazônia virando cerrado, daí eu tenho que explicar um processo básico que é a fotossíntese [...], aí o jornalista pergunta "sobre o quê, fotossíntese? O que é isso?"

[...] Aí complica, passa-se quase uma hora atendendo, dando aula de ciência e tem também coisas que tenho que fazer, pesquisa, operacional, reunião de trabalho, administração, às vezes eu não consigo atender da forma como eu gostaria de atender. Então os jornalistas sem um certo conhecimento... isso me atrapalha e tira a vontade de atender, [...] eu não atendo essa pessoa, tem acontecido isso.

A insatisfação ou desconfiança revelada por algumas fontes decorre de experiências ruins ou de precaução. É por isso que a relação de confiança entre jornalista e fonte é ressaltada na literatura. As fontes tendem a resguardar as informações mais importantes (ou *quentes*, no jargão jornalístico) para aqueles jornalistas no qual reconhecem competência e obterão visibilidade. Nesse sentido, o relacionamento com profissionais especializados, experientes ou que trabalham em veículos com abrangência maior são, geralmente, priorizados. "Profissionais mais gabaritados", como diz F7, repassam a informação com mais responsabilidade e menos alarmismo.

8.3.3 Avaliação da cobertura enquanto especialista

Pedi-se, durante a entrevista, que as fontes de informação, geralmente procuradas para falar sobre MCs, avaliassem como a cobertura do tema se desenvolveu nos últimos dez anos. Embora todos apontassem falhas, a noção geral é que hoje o tema possui uma cobertura – antes o assunto aparecia de forma muito pontual. Esta questão, ainda que possa englobar a categoria *Relevância da pauta sobre MCs*, por apresentar a percepção de importância que o tema apresenta para os sujeitos, ultrapassa esta situação ao trazer esmiuçamentos das maneiras de se fazer sob a óptica da produção.

F2 aponta que, apesar de o tema ter "picos" a partir de eventos e divulgações de relatórios, hoje os grandes jornais do Brasil (*Folha de São Paulo, Estado de S. Paulo, O Globo*) cobrem o assunto. F9 pontua que *"o tema tem agora muito mais atenção que há uns anos, mas ainda não tem toda atenção que exige"*.

O que a grande maioria das fontes reforça é a demissão de jornalistas especializados que antes tratavam do assunto e que, em razão dos cortes nas redações, foram os primeiros a serem demitidos. F1 reforça essa visão:

Bom, a gente tem poucos jornalistas realmente envolvidos com o tema. A gente já teve mais [...] nos últimos anos claramente a gente perdeu muito desse pessoal, por vários motivos eles acabaram saindo dos jornais[...]. Então, pra mim, o tema das mudanças climáticas nos jornais perdeu muito espaço e o pessoal que foi formado, do ano 2000 pra cá principalmente, foi perdendo espaço também. E o tema também perdeu espaço nos jornais, hoje são chamadas menores [...]

A perda de profissionais especializados, envolvidos com a temática, é notada por diversas fontes, que, obviamente, sentem a diferença de serem entrevistados por alguém que entende o assunto e outro que apenas estudou para a entrevista. F3 comenta que "*poucos são jornalistas capacitados para o tema*" e F4 complementa essa percepção:

[O assunto] tem aspectos bastante técnicos, científicos e tem implicações políticas e econômicas. Então, somente um jornalismo especializado é capaz de acompanhar em profundidade os desdobramentos dessas negociações e das negociações internacionais que estamos negociando da mudança do clima. No caso do jornalismo brasileiro, para fim de informação ao grande público, há um interesse, há uma cobertura que eu classificaria como satisfatória, né, mas ainda há pouca especialização entre os jornalistas pra entender todas as nuances do problema. Muitos acham que a mudança do clima é um problema ambiental [...], mas nós entendemos que ela traz essencialmente um debate econômico, na verdade um debate sobre desenvolvimento.

A capacitação dos jornalistas foi sublinhada por muitos entrevistados. Mesmo constatando que houve uma redução de profissionais da área recentemente, o saldo é considerado positivo.

F12 resume este olhar:

[Hoje] a gente já consegue ter uma interlocução muito mais fácil e as próprias perguntas são muito mais bem formuladas. Antigamente, só para você ter uma ideia, [...] havia ocasiões que eu tinha que fazer a pergunta e a resposta, porque as pessoas não conseguiam preparar as perguntas adequadamente. [...] a gente percebe que houve uma mudança drástica e até de visão... [...] Hoje o que a gente percebe é que houve uma apropriação pela própria mídia do tema e que isso passou a fazer parte do cotidiano, principalmente quando a gente passa a falar de mudanças climáticas e desastres naturais, que é algo do dia a dia e que é muito mais palpável, a gente tem, por esse lado, um amadurecimento muito grande.

Tal avaliação mostra que o tema tem ganhado espaço, ainda que não seja todo aquele pensado em razão da relevância do tema. O que foi notado também é o lamento das fontes no que tange à diminuição de espaço e profissionais especializados nos grandes veículos nacionais.

8.3.4 Papel da fonte de informação

Além de se perguntar sobre o papel da imprensa (**Parte 1**), questionou-se sobre como percebiam seu papel enquanto fonte no processo de construção da notícia. Mesmo quando a pauta é considerada alarmista, F2 sublinha que busca deixar uma mensagem no sentido de que todos somos responsáveis e que precisamos tomar uma ação efetiva e urgente para mudar o

padrão de desenvolvimento que temos hoje em dia. Já F3 falou que o papel das fontes de informação é fundamental para dar visibilidade ao tema:

É fundamental você informar a sociedade sobre os riscos, sobre como é que a sociedade em si pode contribuir pra mudança do modelo de desenvolvimento e contribuir pra redução da emissão de gases de efeito estufa. Então eu acho que não adianta você produzir ciência e você não ter um meio de divulgar as informações, de torná-las públicas, acessíveis

De forma similar, F4 e F11 destacaram que é importante passar as informações de forma simples, a fim de expandir o conhecimento da sociedade. A imprensa é vista como um canal importante na divulgação desta questão.

8.4 SÍNTESE DAS PERCEPÇÕES DAS FONTES DE INFORMAÇÃO MAPEADAS NA GAZETA DO POVO

As fontes de informação consultadas nas notícias publicadas pela *Gazeta do Povo* residem, majoritariamente, em outro lugar que não Curitiba. Isso acontece porque a republicação de material de agências de notícias é grande e, mesmo quando a matéria jornalística é construída pelos jornalistas da redação, há uma tendência em buscar especialistas nacional ou internacionalmente reconhecidos. Durante o período de observação participante, foi possível detectar que há pouco conhecimento e contato com pesquisadores locais, sendo a busca por fontes nacionais privilegiada. Quando se perguntou aos jornalistas se não procuravam entrevistar os integrantes do Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas, a resposta foi que eles "nunca atendiam" e, por isso, os jornalistas haviam desistido. Também pesquisadores das universidades do Paraná foram considerados difíceis de serem encontrados devido à falta de organização das assessorias de imprensa: dificilmente os jornalistas conseguiam algum retorno rápido quando procuravam por estes profissionais em suas instituições de ensino.

Assim sendo, a relação com o local foi tomada em termos nacionais e não regionais. As fontes avaliam que a cobertura hoje teve um avanço em relação há dez anos, mas aproximar as MCs do cotidiano das pessoas é visto como um desafio para toda a imprensa brasileira. Como fontes, reconhecem seu papel e relevância para ampliar a discussão do tema, mas admitem que sua disponibilidade para atender os jornalistas depende de uma série de elementos, dentre eles o impacto do veículo e o conhecimento do jornalista sobre o tema. Dizem que buscam atender todos os profissionais, mas há um escalonamento, dentre os integrantes de seu grupo, entre quem será o porta-voz de acordo com a possibilidade de repercussão da notícia.

A perda ou falta de profissionais especializados na área de ciência e meio ambiente é vista com pesar, já que, na avaliação das fontes, a complexidade do tema demanda jornalistas com informações prévias sedimentadas – o que dificilmente generalistas possuem. Mais do que os jornalistas entrevistados, as fontes desta pesquisa atribuem uma influência muito grande por parte da imprensa na mudança de comportamento (nove de 13 respondentes afirmaram que ela influencia muito ou totalmente), o que salienta também seu papel enquanto fonte que alimenta estas notícias, o que é reconhecido pelos entrevistados.

Da mesma forma que os jornalistas, as fontes de informação acreditam que as MCs estão ocorrendo e dizem se preocupar sempre ou frequentemente com a questão. A maioria delas endossa a perspectiva do IPCC, ainda que faça ressalvas a respeito de sua postura cética enquanto investigador, negando uma defesa meramente ideológica. A concordância com a causa antropogênica das MCs, predominante nesse grupo de atores, pode ser cruzada com os enquadramentos observados nas notícias, evidenciando como estes sujeitos acabam por induzir ou orientar um certo enfoque.

Estes atores sociais, mais do que os jornalistas, percebem os efeitos e riscos das MCs, destacando a necessidade de evitar generalizações e buscar relações próximas, que articulem a ideia de urgência e a mobilização para ações de enfrentamento. Como muitas fontes de informação são cientistas, o reconhecimento da incerteza foi verificado, embora eles tenham percebido que esta não é a questão principal na cobertura brasileira, de um modo geral. Na percepção das fontes, esta incerteza não atrapalha o enfrentamento, diferente da percepção dos jornalistas, que acreditam que a ênfase nos riscos é mais pertinente.

Por terem mais conhecimento sobre o assunto, grande parte concorda parcial ou totalmente que as MCs possuem efeitos positivos, ainda que registrem que os negativos devem fazer parte também da contextualização do fenômeno. Novamente, por não conhecerem com tanta profundidade o tema, apenas um jornalista teve esta mesma resposta. Nota-se que a compreensão do funcionamento da ciência, assim como o conhecimento das nuances da questão climática permitem que as fontes de informação tenham percepções diferentes aos jornalistas, que tendem a ter uma familiaridade mais superficial, parecida com a dos leitores. Isso acaba se refletindo tanto no entendimento mais específico ou técnico do fenômeno, quanto na preocupação com o assunto (nove de 13 afirmaram ter sempre esta preocupação).

A maioria das fontes de informação identificadas é internacional, derivadas do alto número de notícias oriundas de agências de notícias. As fontes mais consultadas são aquelas do campo científico, com destaque para o IPCC, fonte que pode ser considerada hegemônica também na *Gazeta do Povo*. A relação com o local é posta como um obstáculo a ser vencido,

não apenas pelos jornalistas em estudo, mas pela imprensa de um modo amplo. Interessante notar que este *gap* é atribuído, ao menos por uma das fontes, a diferentes atores – e não apenas jornalistas –, revelando uma percepção de que o jornalismo realmente tem limites.

A responsabilidade pelo enfrentamento é atribuída com mais força aos países desenvolvidos, mas a opção "eu" é mais fortemente considerada pelas fontes de informação do que pelos jornalistas. Em relação ao papel da imprensa, as fontes trazem a necessidade de se olhar para questões associadas à prevenção, algo mencionado pelos jornalistas, mas visto como uma pauta de difícil inserção na lógica diária de priorizar o factual.

Por último, mesmo que as fontes apontem como sendo grande a influência da mídia e atribuam a ela uma série de papéis com alto grau de relevância (educar, sensibilizar, articular discussões na esfera pública etc.), há um reconhecimento de que as notícias, por si só, são limitadas para gerar uma reação dos leitores (ainda mais quando as fontes percebem quando o assunto se torna interesse da mídia: em eventos esporádicos). Ao mesmo tempo em que as fontes superestimam a imprensa, há uma consciência de que há muito mais em jogo quando se busca mobilizar a população para agir a favor de alguma causa.

9 AS IMPRESSÕES DOS LEITORES DA GAZETA DO POVO SOBRE O TEMA E O PAPEL SOCIAL DO JORNAL

A recepção não é somente uma etapa no interior do processo de comunicação, um momento separável, em termos de disciplina, de metodologia, mas uma espécie de outro lugar, o de rever e repensar o processo inteiro da comunicação.
(MARTÍN-BARBERO, 1995, p.40).

Assim como exposto no Capítulo 6, no caso dos jornalistas, e no Capítulo 7, no caso das fontes de informação, este capítulo traz as análises relativas aos leitores do circuito da notícia local já citado. A lógica da organização desta parte é a mesma daquelas citadas, sendo que na **Parte 1** colocam-se os achados comuns e na **Parte 2** análise com categorias específicas focada no papel destes sujeitos na recepção das notícias. O quadro a seguir expõe as categorias utilizadas na análise da segunda parte:

QUADRO 9 - CATEGORIAS TEMÁTICAS UTILIZADAS SOMENTE NAS ANÁLISES DAS ENTREVISTAS COM OS LEITORES

QUESTÕES ASSOCIADAS	RELAÇÃO COM O REFERENCIAL TEÓRICO	CATEGORIA TEMÁTICA
Como observa/avalia a cobertura do tema mudanças climáticas no jornal <i>Gazeta do Povo</i> ? Lê outros jornais com a mesma frequência? Se sim, percebe diferenças na cobertura? O que está faltando nas notícias sobre este tema?	Como se dá a cobertura jornalística sobre meio ambiente, de forma geral, e MCs, de forma específica	Comparação entre a <i>Gazeta do Povo</i> e outros jornais
De que maneira você faz uso das informações divulgadas pela imprensa no seu dia a dia e no seu trabalho?	Relação entre recepção da notícia e ação	Informação para quê?
O que a instituição (empresa, governo, universidade ou ONG) faz em relação às mudanças climáticas? E o que mais poderiam fazer (não fazem, mas está ao seu alcance)?	Associação com enfrentamento das MCs, ações de governança "de baixo para cima"	Enfrentamento do setor
Acredita que a visibilidade de boas práticas de um grupo, por meio da imprensa, pode motivar outras ações no mesmo sentido? Há preocupação da instituição (ONG, empresa, universidade, setor do governo) em cooperar com a imprensa? O que é feito?	Relacionamento dos leitores enquanto fontes de informação; motivação para mobilização ou engajamento	Visibilidade de boas práticas

FONTE: BELING LOOSE (2016).

Os gráficos das análises apresentam os quatro grupos separadamente de modo a verificar semelhanças ou divergências. A intenção primeira é poder comparar as respostas dos diferentes setores de leitores. O roteiro com perguntas semiestruturadas aplicado no caso dos leitores possui questões específicas, articuladas com sua posição no circuito da notícia, e outras idênticas aos outros roteiros (Apêndice D).

9.1 PERFIL DA AMOSTRA

A amostra de leitores desta pesquisa é composta por 40 sujeitos, divididos igualmente em quatro grupos ou setores: 1) leitores atrelados ao governo (nas diferentes esferas); 2) leitores vinculados às ONGs; 3) leitores ligados às empresas privadas; e 4) leitores que trabalham com educação e pesquisa científica. Como o veículo estudado não permitiu o acesso à sua relação de assinantes, o processo de seleção do grupo de leitores se deu por meio do envio de cartas-convite para os diferentes setores acima sinalizados, solicitando voluntários que fossem leitores da *Gazeta do Povo* e também alguma relação (pessoal ou profissional) com a temática ambiental (levando-se em conta que o tema da pesquisa e o fato de ele não estar sempre presente nas páginas do jornal).

Tendo em vista que cada sujeito da amostra precisava se encaixar em três "categorias" para participar desta pesquisa – 1.º) se considerar leitor da *Gazeta do Povo*; 2.º) possuir relação pessoal ou profissional com a temática ambiental; 3.º) pertencer a um dos segmentos investigados: governo, ONGs, empresas privadas e educação e pesquisa –, enquadra-se nossa amostragem como criterial, aquela em que o investigador seleciona a amostra de acordo com critérios predefinidos.

Este recorte, bastante reduzido, fez-se necessário a partir do momento que se percebeu que as notícias sobre MCs não eram constantes no jornal estudado (as MCs não são, aliás, um assunto recorrente nas páginas dos jornais brasileiros em geral). Buscou-se um público leitor que tivesse alguma relação com o tema de meio ambiente na tentativa de qualificar o debate sobre as MCs. De igual forma, os setores/segmentos foram escolhidos, partindo da exposição que sua responsabilidade social seria engajada com o enfrentamento das mudanças do clima.

Como os envios de cartas-convite não se mostraram suficientes para todos os segmentos, começou-se a pedir indicações dos sujeitos já entrevistados (apelou-se para a técnica da "bola de neve"). Os meses de maio e junho de 2014 foram de intensa procura e também realização de entrevistas em profundidade com os leitores.

A fim de melhor identificar o perfil da amostra, estruturou-se o quadro abaixo:

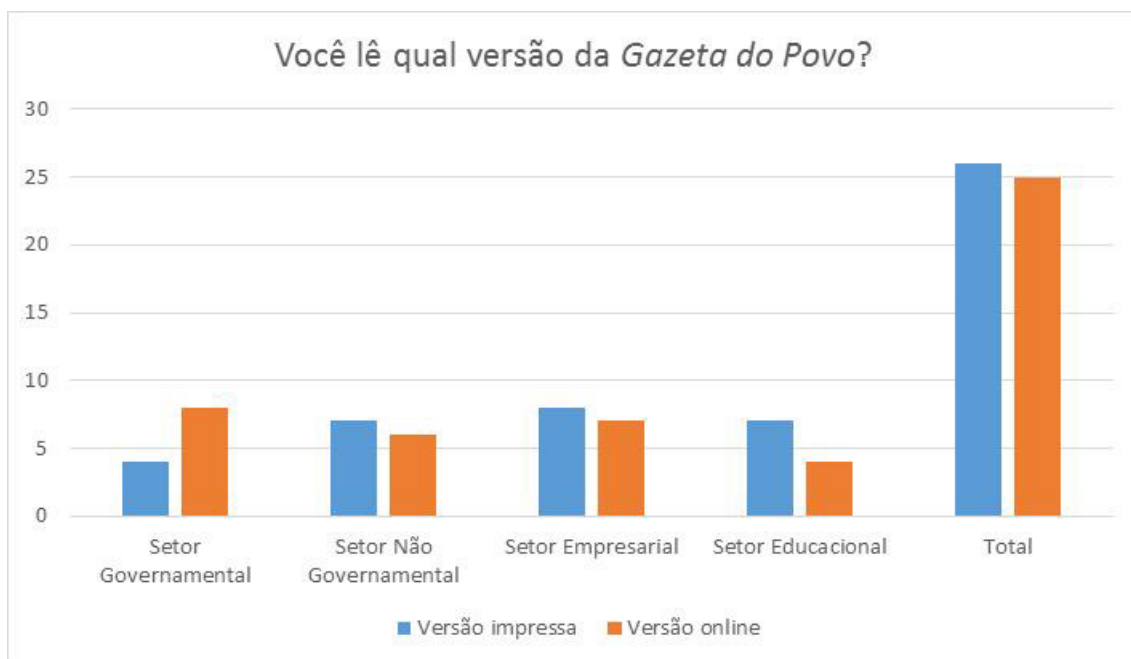
QUADRO 10 - PERFIL DA AMOSTRA DE LEITORES POR SETOR

SETOR	MÉDIA DE IDADE	SEXO	ESCOLARIDADE	FREQUÊNCIA COM A QUAL LÊ A <i>GAZETA DO POVO</i>
Setor Governamental	45,9	F - 2 M - 8	Doutorado (4), Mestrado (3), Superior (3)	Raramente (1) Poucas vezes (1) Algumas vezes (1) Frequentemente (3) Sempre (4)
Setor Não Governamental	41,9	F - 4 M - 6	Doutorado (2), Mestrado (4), Superior (4)	Algumas vezes (1) Frequentemente (3) Sempre (6)
Setor Empresarial	50,1	F - 3 M - 7	Doutorado (3), Mestrado (1), Superior (6)	Raramente (1) Poucas vezes (1) Frequentemente (2) Sempre (6)
Setor Educacional	50,8	F - 3 M - 7	Doutorado (7), Mestrado (2), Especialização (1)	Raramente (1) Poucas vezes (1) Algumas vezes (2) Frequentemente (2) Sempre (4)

FONTE: BELING LOOSE (2016).

Observa-se que, independentemente do setor, os homens constituem a maioria. A média de idades é semelhante entre os setores, assim como a escolaridade, com exceção do Setor Educacional, onde predominam os doutores. Em relação à frequência com que leem o jornal em análise, sublinha-se que a metade de todos os entrevistados disseram ler o jornal todos os dias (equivalente à categoria "sempre" do questionário), enquanto que apenas seis entrevistados responderam ler de uma a três vezes por semana (opções "raramente" e "poucas vezes), ou seja, 85% dos respondentes afirmaram ler, no mínimo, quatro vezes por semana. O gráfico a seguir mostra que essa leitura está dividida entre as versões impressas e online:

GRÁFICO 37 - VERSÃO DO JORNAL QUE É MAIS LIDA PELOS ENTREVISTADOS



FONTE: BELING LOOSE (2016).

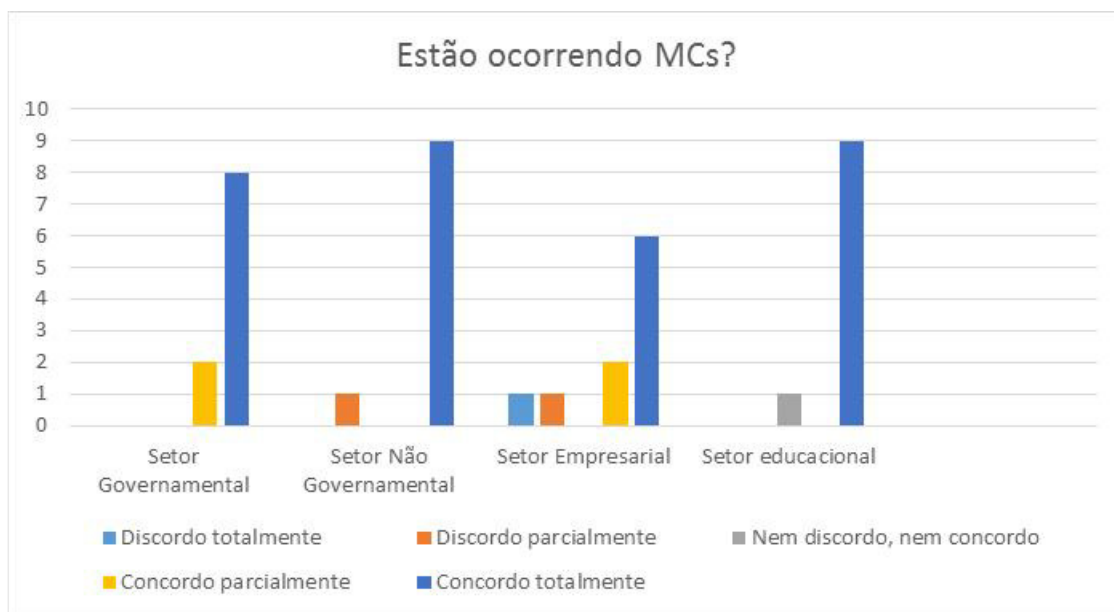
Percebe-se que os sujeitos entrevistados leem tanto a versão impressa, quanto a online. Alguns, inclusive, afirmaram ler nos dois suportes. Este dado pode ser inferido em razão da própria média de idade dos inquiridos, visto que a população mais jovem (com menos de 25 anos) não foi contemplada nesta pesquisa.

9.2 PARTE 1 - PERCEPÇÕES DE RISCO DOS LEITORES

9.2.1 Mudanças Climáticas: causas, consequências e crenças

A primeira pergunta do questionário buscou aferir a percepção dos leitores a respeito da ocorrência das MCs. Como foi visto nos grupos anteriores, de jornalistas e leitores, a grande maioria concorda fortemente com a existência do fenômeno, revelando conhecimento/familiaridade (categoria *Informação*) sobre o assunto.

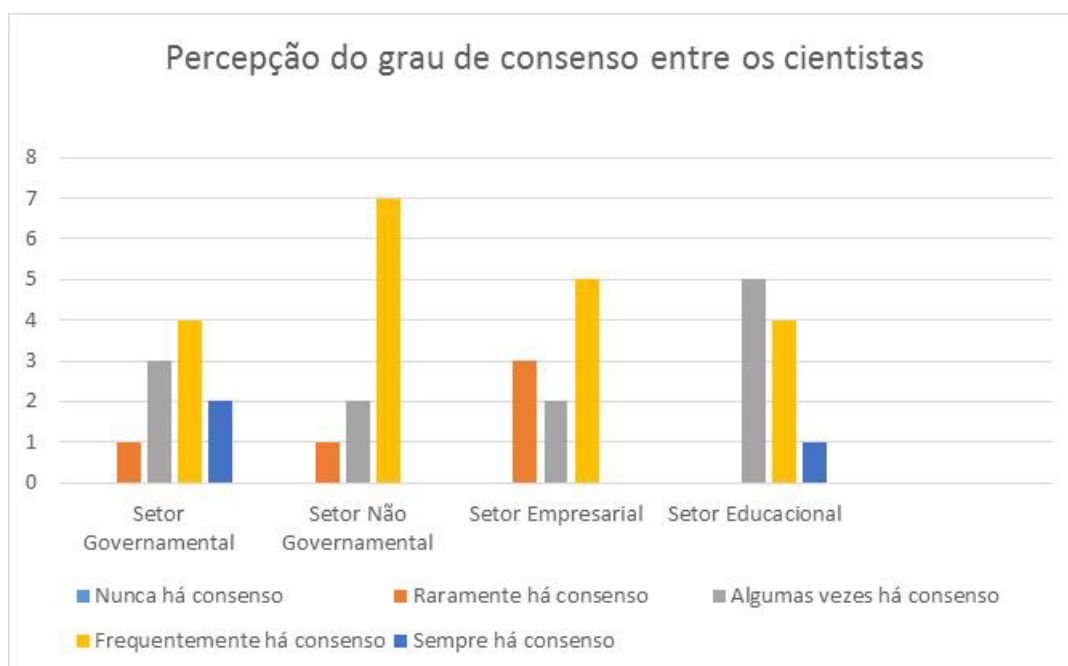
GRÁFICO 38 - CONCORDÂNCIA DOS LEITORES SOBRE A OCORRÊNCIA DAS MCs



FONTE: BELING LOOSE (2016).

A próxima questão também está relacionada à categoria *Informação*. Perguntou-se o quanto os leitores concordavam que havia consenso entre os cientistas a respeito das MCs. O Gráfico 39 apresenta os resultados:

GRÁFICO 39 - CONCORDÂNCIA DOS LEITORES A RESPEITO DO CONSENSO CIENTÍFICO SOBRE AS MCs



FONTE: BELING LOOSE (2016).

Nota-se que o Setor Educacional é o único, dentre aqueles analisados, que teve a maioria dos votos na opção "algumas vezes há consenso". Esta resposta pode ser relacionada com o próprio perfil dos respondentes – possuem maior formação acadêmica que os demais e, por isso, devem ter mais familiaridade com a lógica da ciência, que pressupõe divergências. Também se destaca que, entre aqueles que percebem menos consenso, o Setor Empresarial possui maior número de sujeitos, o que pode remeter a uma falta de confiança no que a ciência pode indicar.

A questão das incertezas científicas (categoria *Relação com a ciência*) também foi trazida para os atores que ocupam, aqui neste trabalho, o lugar dos leitores. Questionou-se sobre como os sujeitos percebiam essas incertezas. No grupo de leitores do Setor Educacional, muitas respostas foram no sentido de que essa era uma discussão que estava mais restrita ao meio acadêmico e que, de uma maneira geral, esse debate entre correntes científicas contrárias não está muito presente na imprensa. Um deles comentou que esta questão dependia mais da interpretação de cada leitor:

LEd3 – Isso aí é uma discussão muito legal porque, de um modo geral, cada leitor faz a interpretação de alguma discussão polêmica de acordo com a sua convicção; então, se eu acredito que a mudança climática está num ritmo mais acelerado por culpa do homem, eu vejo na discussão o argumento daqueles que defendem isso; se eu sou contra, eu vejo exatamente o inverso; então, é mais ou menos como num acidente de trânsito, cada qual acha que tinha razão.

Esta percepção está fortemente associada ao contexto cultural e valores de cada indivíduo, que faz com que ele busque informações que confirmem suas crenças e posições. Outro leitor (LEd7) sublinhou que essa compreensão depende muito da maneira pela qual a informação é posta pelos jornalistas. A necessidade de melhor contextualização do que representam as incertezas no contexto científico, assim como a correta explicação do que significa cada uma das vertentes e o quanto de concordância entre os cientistas existe em cada uma delas, evitaria tantas distorções, segundo este grupo de leitores. Essa percepção de que é preciso apresentar as incertezas de forma explicativa foi apontada também por LG2 e LG6.

No entanto, quando se fala de sujeitos que não possuem tais concepções ou ainda não detêm informações suficientes para formar sua opinião, a exposição de incertezas pode acarretar dúvidas ou deveriam gerar atitudes pensando na precaução. Essa é a percepção de vários entrevistados, como se observa a seguir:

LEd4 – *Eles ficam também com a dúvida... É importante apontar que existem duas correntes, mas é importante também, o que falta é mostrar que essas outras correntes usem os dados igualmente importantes cientificamente para contrapor aqueles da corrente predominante, né?*

LEd8 – *O que eu acho é que numa situação de incerteza sempre tem que pensar na pior situação. [...] A dúvida deveria gerar precaução, mas a tendência, o natural, é que, na dúvida, você fique otimista e ache que nada vai acontecer...*

LEd10 – *Quando [um leitor que tem como única fonte a imprensa] pega uma notícia a respeito da incerteza, ela tende a ficar no comodismo, né? Se é incerto, eu acho que, ao invés de tender para um lugar mais seguro, no caso do brasileiro, ficar no lugar mais fácil, mais cômodo. Então, até que tenham certeza, não pensam sobre isso. E poderiam pensar ao contrário: se há incerteza, vou ficar do lado mais seguro e mudar as coisas para não piorar... Mas, não temos essa questão na nossa cultura. [...] Isso é super mal explicado em algumas matérias. Daí o objetivo é polemizar, é mostrar que houve falhas no IPCC, e daí não separa o joio do trigo e fica só naquilo...*

Essas mesmas percepções foram encontradas nas falas dos leitores de outros setores. Há aqueles que respondem que não percebem a manifestação das incertezas na imprensa e destacam a alta porcentagem de que o homem realmente interfere nas mudanças do clima (acabam citando os estudos do IPCC), "cada vez há menos incertezas", como ocorreu com LEm1, LEm5, LEm8, LG1, LG4, LG9 e LNG5. Há outros que avaliam que a inserção das incertezas científicas nas notícias sobre MCs amplia a discussão do público e deve fazer o leitor pensar:

LEm4 – *É bom que as incertezas apareçam porque estimula a reflexão, é bom criar esta diferença... Por que está tendo esta dúvida? Alguém vai tentar descobrir o porquê...*

LEm10 – *Acho que influencia positivamente no sentido de aumentar a informação dos leitores. É uma pena que, no Brasil principalmente, pouca gente lê jornal, pouca gente lê revista. Então a quantidade de leitores influenciados, relativamente ao total da população, ainda é pequena.*

LG3 – *Às vezes pode ficar confuso. Por outro lado, poderia deixar o leitor a par que os resultados das pesquisas não são definitivos. Nem sempre o jornal tem que dar a informação pronta para o leitor, mas deixar o leitor pensar. Jornal não vende opinião, ele vende informação para criar opinião.*

Também há aqueles que destacam a bagagem cultural, as experiências e as próprias convicções de cada um:

Lem7 – Eu acho que quando traz incerteza... depende do tipo de leitor; um leitor que tem uma preocupação maior vai considerar essa incerteza como possibilidade, e um leitor que não tem esse olhar [...], esse vai achar que "não, podem estar errados...".

Lem9 – Eu acho que aqueles folgados, que não querem fazer nada, não querem se movimentar para reciclar, não querem economizar... dizem "está vendo? Eu não falei?"

LG10 – Se for um leitor iniciado, ele não vai ter problema porque saberá que a ciência é assim mesmo... Aliás, vai achar mais interessante ser incerto [...] Agora não sei se aquele que não é habituado [...] as pessoas querem as coisas facilitadas, resolvidas, daqui para frente você age desse jeito... é assim que ele quer, eu acho, especialmente essa geração mais nova... Eu acho que não sei se é confundir ou desinteressar, você não se sente comprometido com aquilo que não entende e não sabe onde vai dar...

LNG3 – Depende do grupo. Se você entender como influência naqueles que não acreditam em MCs, não, porque aqueles que não acreditam são pessoas que acham que há uma conspiração global seja para evitar o desenvolvimento do Brasil, seja para promover a revolução comunista... E não é gente estúpida não, às vezes por convicção política você fecha os olhos para algumas coisas... Assim, se for para esse grupo de pessoas, não adianta, elas não acreditam na própria legitimidade dos dados científicos, ou do IPCC... [...]

Um último grupo de leitores relacionou a questão das incertezas à própria necessidade de mudar de comportamento e quais mecanismos estariam evidenciando esse desinteresse, como relatado por LNG1. Esta questão está atrelada a como mobilizar os cidadãos para o enfrentamento das MCs, que será discutida melhor na triangulação dos dados:

Lem7 – Quando você não tem a certeza ou não tem confiança na informação que você está recebendo, você se sente muito confortável em não sair da sua zona de conforto, né. [...] você imagina que se alguém me diz "não, veja, não é a emissão de carbono que está provocando o efeito estufa, fique tranquilo", pra quê que eu vou andar de bicicleta? Vou continuar com meu carrinho à gasolina, por quê eu vou buscar o carro elétrico? [...] Nós somos uma sociedade que busca o desenvolvimento, então nós estamos numa zona de conforto; se alguém vier nos apresentar uma solução que venha nos tirar da zona de conforto, se não me derem segurança, se não tiver pautado de forma correta, eu não vou sair.

LNG1 – Porque o que acaba trazendo, quando se fala sobre o tema, está remetendo à cientificidade, sem trazer para esses pequenos atos que podem interferir nisso. E acho que é aí exatamente que mora o perigo... Porque daí é tão grande que não

posso intervir, eu não entendo esse negócio, é só para os especialistas... eu acho que é isso que a mídia acaba reforçando... O leitor acaba achando que esse problema não é dele e que é o povo especializado que poderá fazer algo... Porque é assim: ou é catástrofe ou é notícias com especialistas, parece que a gente nunca vai poder fazer parte disso...

LNG2 – A incerteza ajuda na passividade. Então você fazer o contraponto, uma das coisas que a gente critica muito na questão de MCs é que tem meia dúzia de cientistas duvidosos, até por onde eles são financiados, que dizem que as MCs são uma bobagem, e tem um milhão que dizem que não é. E daí você dá o mesmo espaço para os dois. Isso é um erro estratégico, é um erro técnico dos mecanismos da mídia. A mídia está mais interessada em polemizar do que prestar uma ajuda para uma sociedade.

LNG7 – É que, eu acho que as pessoas pensam: se eles não têm certeza do que está acontecendo, por que eu vou mudar meu comportamento, minhas ações? Só que esta discussão, na verdade, é mais política do que outra coisa... e daí entra também a questão de relacionar o acontecimento com fatos cotidianos, que a gente vê na imprensa o debate.

Este olhar, pensando na própria lógica de consumo da sociedade contemporânea, foi trazido também por LG7 quando ele mencionou que, para além das notícias e as formas que elas tomam, é preciso pensar em "questões de fundo", como educação e cidadania. A menção aos interesses econômicos, que podem financiar inclusive pesquisas científicas, de modo a ampliar a falta de consenso entre os cientistas, foi trazida por LG8, LNH10 e LNG2 (este último exposto acima).

A maioria absoluta dos entrevistados do Setor Educacional e do Setor Não Governamental demonstrou claramente concordar com os apontamentos do IPCC. Sendo a maioria dos leitores do Setor Educacional professores e pesquisadores que trabalham com temáticas ambientais, muitos reforçaram o trabalho do painel, reforçando a ideia de que são cientistas independentes (LEd6) e de que "[...] é o melhor conhecimento até então, logo não é uma questão de opinião, é uma questão de ciência: se eles afirmam que a ação antropogênica está causando". (LEd10). Já no caso do Setor Não Governamental, os leitores são ativistas/ambientalistas e defendem o uso mais racional dos recursos naturais, ainda que não se tenha certeza da porcentagem exata que implica a contribuição humana.

No Setor Governamental, apenas dois dos entrevistados manifestaram dúvidas em relação ao tamanho da participação humana no aceleração das MCs.

LG3 – Eu acredito que realmente o planeta esteja modificando, mas eu ainda tenho dúvidas de quanto a interferência humana, ela é capaz de fazer isso. Parece que dizer que a culpa é da humanidade é subestimar ou é reduzir a ação da natureza.

LG7 – *Contribuição [humana] tem, mas agora se ela é principal, não sei. Assim, você tem época de resfriamento e aquecimento do planeta, têm dados que dizem que o planeta tá esfriando, dados geológicos, então, aí nem eu e nem você vai pegar a literatura inteira por inteira, vou montar um centro em casa e tentar descobrir quem tá com o melhor modelo ou não. Isso tem com certeza, mas é significativa essa influência?*

De igual forma, a maioria dos leitores do Setor Governamental. LG1 afirmou que *"hoje o município [de Curitiba] parte do princípio de que as informações produzidas pelo IPCC são a fonte mais confiável de informações e tem trabalhado em cima disso"*.

O único setor no qual foram identificados claramente leitores com percepções negacionistas a respeito das MCs (no que diz respeito à participação das atividades humanas) foi no Empresarial. Dois leitores defenderam que o homem não tem relação com as mudanças contemporâneas do clima, pois elas sempre existiram:

LEm2 – *Eu não acredito que existe MCs, porque MCs é decorrente de séculos e não de 40, 50 ou 100 anos, desde a Revolução Industrial, para mim, não existe MCs, até porque ela é cíclica, e enquanto todos estão afirmando para uma elevação da temperatura, eu prefiro continuar com as tendências que a gente segue para um resfriamento da calota. [...] Não é decorrente da ação antrópica; ela é decorrente de uma soma de fatores relacionados a temperatura, vento, clima como um todo.*

LEm3 – *É o seguinte: o pessoal criou esse termo aí... porque, na realidade, você vê no tempo da era do gelo as MCs já existiam e sempre vão existir MCs... [...] na realidade, MCs é o cotidiano da nossa vida [...] e a gente até questiona os ambientalistas, que dizem que o problema de vida hoje é devido ao trânsito, ao gás carbônico, a grande população... e há centenas de anos tinha esse problema e não havia nada disso....*

Um terceiro leitor deste grupo mostrou-se cauteloso: *"Em parte eu acredito que sim, MCs está ocorrendo [...]; por outro, existe, muitas vezes, um sensacionalismo muito grande [...] acho também que o mundo já passou por várias fases de aquecimentos e resfriamentos. Então, temos que ter cuidado com o sensacionalismo, porque ele nem sempre é verdadeiro"*. (LEm10). De toda maneira, essa percepção é minoritária no grupo de leitores do Setor Empresarial, já que muitos relacionaram diretamente as MCs com a intervenção humana, até mesmo quando se perguntou sobre como definiam a expressão (categoria *Conceito*):

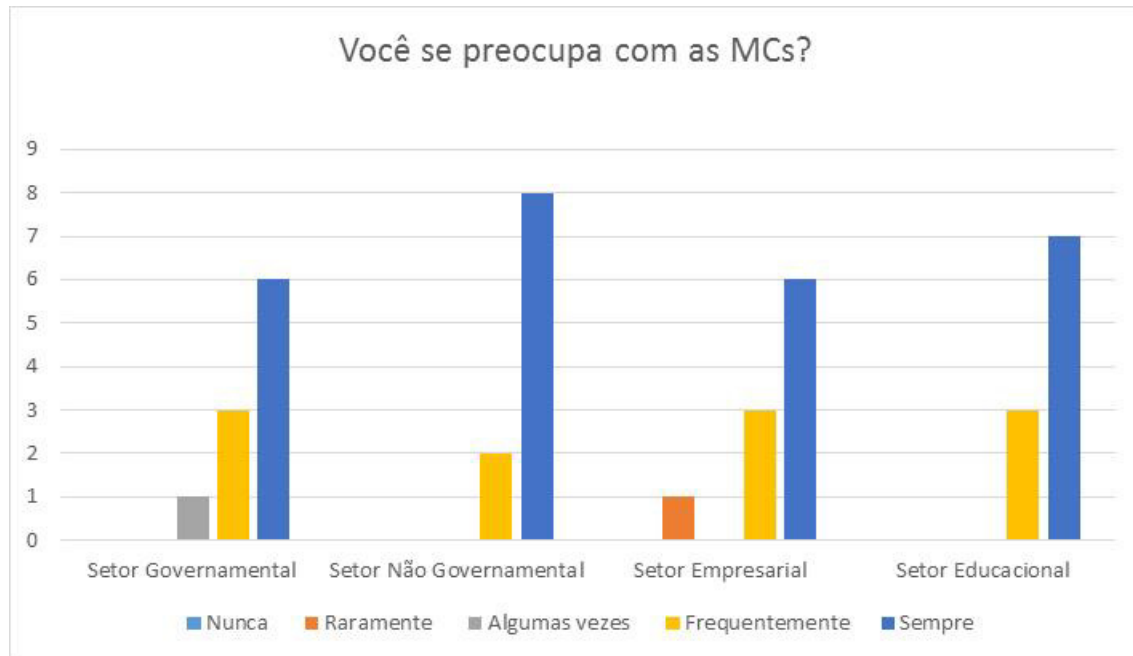
LEm1 – *Eu definiria como uma situação atual que nós vivemos, reflexo de vários fatores que há muitos anos têm se construído. Eu vejo diretamente relacionado à intervenção humana e que tem causado diversas situações pra nós, muito difíceis de serem lidadas, como o aumento da temperatura.*

LEm 7 – *Na verdade, as mudanças climáticas estão ocorrendo e essa é a minha percepção em função realmente desse uso, dessa exploração exagerada que nós estamos fazendo do meio ambiente [...] nós estamos provocando essas alterações no clima, e essas alterações estão causando catástrofes - não que antes não tivesse ocorrido, mas talvez de menor monta, o homem também ocupa mais espaços e está em áreas mais vulneráveis, está mais sujeito às consequências dessas mudanças, esses transtornos provocados pelo clima, eu acho que as mudanças climáticas [...] são consequências de tudo aquilo que nós estamos fazendo de mal pro meio ambiente.*

LEm 8 – *São mudanças a nível global do clima devido aos lançamentos de GEE na atmosfera a níveis muito maiores do que deveriam ser para manter um equilíbrio ecossistêmico global. São mudanças causadas por uma causa antropogênica porque o clima não é estático, ele vai mudando, mas estas mudanças são decorrentes da interferência do homem, é o aumento das emissões que está contribuindo para isso.*

Percebe-se pelas conceituações acima que a perspectiva do IPCC está presente e que as consequências deste fenômeno também se fazem presentes (aumento de temperatura, catástrofes). A terceira pergunta: *Você se preocupa com as mudanças climáticas?* buscou checar o quanto os leitores manifestam atenção em relação ao tema.

GRÁFICO 40 - PREOCUPAÇÃO DOS LEITORES EM RELAÇÃO AO TEMA



FONTE: BELING LOOSE (2016).

A maioria dos leitores entrevistados, independentemente do setor ao qual pertence, disse sempre estar preocupada com as MCs. Nas entrevistas individuais, perguntou-se sobre como percebem a cobertura do tema no jornal *Gazeta do Povo*. No Setor Educacional, notou-se que a maioria percebe uma cobertura eventual do tema, sobretudo quando ocorrem tragédias e

divulgação de relatórios, como o do IPCC. Além da falta de continuidade, apontam a ausência de aspectos locais, ainda que entendam que o assunto é global. LEd2 exemplifica:

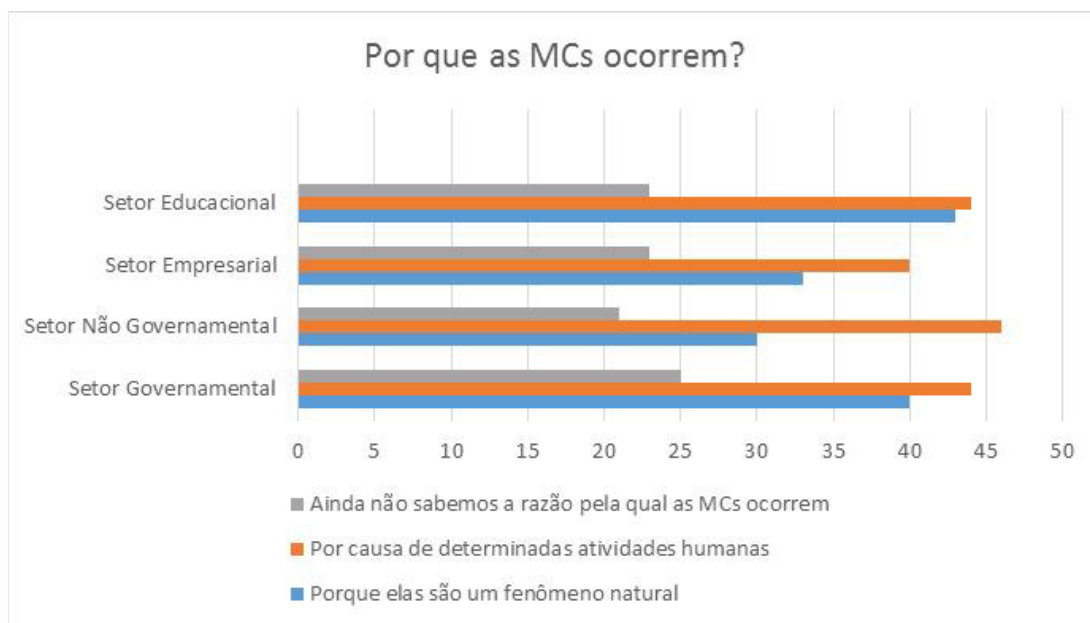
Na minha avaliação, elas [as notícias] têm pouca repercussão nas atitudes da sociedade local [...] o assunto ele é relativo a um problema global e as pessoas não se inserem dentro desse universo, é mais ou menos assim "esse é um problema do mundo, não é o meu problema". [...] a Gazeta... não é culpa dela, mas ela tem dificuldade com que o leitor consiga se inserir nesse contexto mais pontual, mais local, até porque o assunto é global, né?

De forma oposta aos demais leitores do mesmo grupo, que detectam a cobertura como "superficial", "irregular", "genérica", "esparça", um dos entrevistados notou que as notícias são bem construídas, mas acredita que os leitores já excluam esse tipo de assunto, sendo que a leitura de textos sobre MCs fica restrita a um público predisposto e/ou interessado nas questões ambientais.

LEd4 – As matérias são muito bem fundamentadas, mas eu não sei se as pessoas que não são da área vão se interessar em ler um artigo tão bem embasado... então, você tem o público-alvo que se interessa por aquele assunto, mas, na verdade, você poderia estar abrindo o leque de público, como se fosse educação ambiental mesmo, para mostrar para outras pessoas o que está acontecendo...

É de se esperar que aqueles leitores já sensibilizados com as problemáticas de meio ambiente (e particularmente com as das MCs) terão mais interesse na leitura de notícias sobre o assunto. Este foi o pressuposto adotado para determinar um dos critérios da seleção da amostra de leitores, considerando a inconstância da pauta no jornal estudado e, conseqüentemente, a recordação vaga de leitores comuns a respeito dos enfoques e espaço concedidos para as MCs. Por outro lado, o argumento exposto por LEd4 reforça alguma das limitações inerentes à decisão por adição de uma amostra criterial, já que os leitores entrevistados possuem, de uma maneira geral, uma visão mais crítica a respeito do assunto por terem a questão ambiental associada, em alguma medida, às suas vidas profissionais.

GRÁFICO 41 - RAZÕES APONTADAS PELOS LEITORES COMO CAUSAS DAS MCs

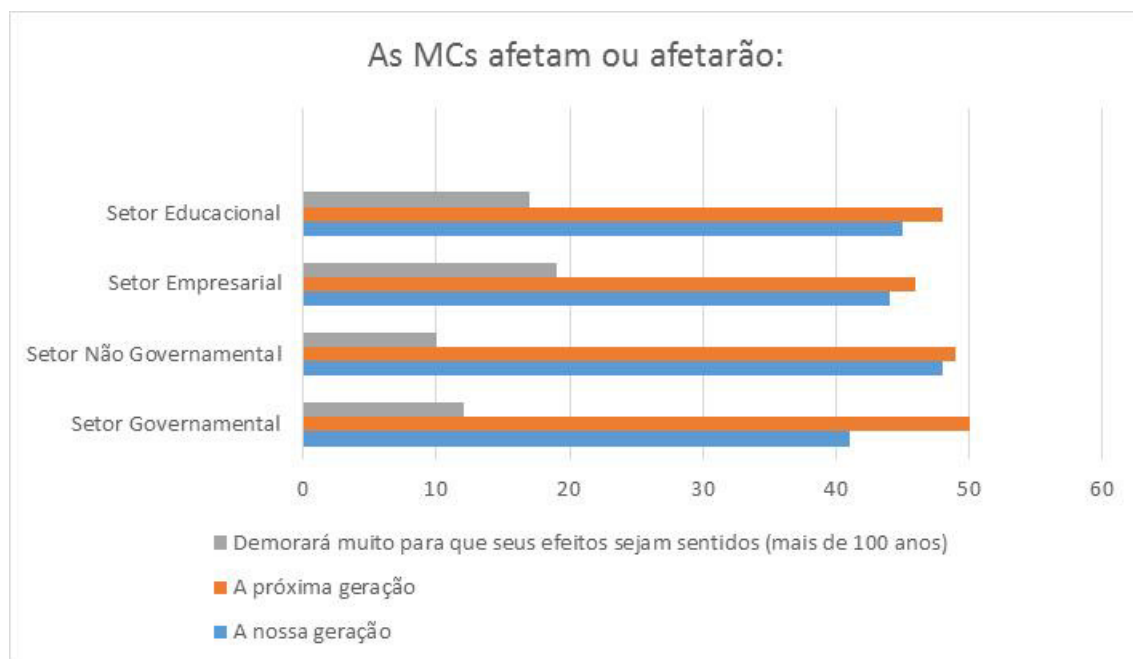


FONTE: BELING LOOSE (2016).

Nesta questão foi pedido que assinalassem em todas as questões de acordo com o grau de concordância (sendo 1 igual a "discordo totalmente" e 5 a "concordo totalmente"). Na soma dos pontos propostos pela escala de Likert, verifica-se que as atividades humanas são consideradas a razão mais forte por todos os setores, ainda que uma maior diferença (16 pontos) entre esta resposta e a que traz as MCs como um fenômeno natural por parte dos sujeitos agrupados no Setor Não Governamental. Interessante sublinhar que é o Setor Empresarial, em comparação aos outros, o que tem menor somatória a respeito da atividade antropogênica.

Estes resultados podem ser relacionados à própria percepção dos leitores em relação à participação humana no desencadeamento das MCs. O Setor Empresarial foi aquele que mostrou mais tendência ao negacionismo, o que se reflete no gráfico acima. Este é o grupo de leitores no qual a aceitação de que o homem é também responsável pelas mudanças do clima é menor, acarretando menos esforços para combatê-lo. Se não percebem a ação humana como fator contributivo do aceleração das MCs, não se sentem causa do problema e, logo, não enxergam razões para alterar qualquer aspecto do seu modo de vida. Até que ponto está ao seu alcance evitar estes riscos? De acordo com a literatura dos estudos de percepção de riscos, aqueles riscos percebidos como incontroláveis são justamente aqueles sobre os quais os sujeitos mais se eximem de atitudes de prevenção (categoria *Domínio*).

GRÁFICO 42 - PERCEPÇÃO DOS LEITORES QUANTO À PROXIMIDADE DA AFETAÇÃO DOS RISCOS CLIMÁTICOS



FONTE: BELING LOOSE (2016).

Aqui novamente observa-se que, mesmo concordando fortemente que a próxima geração será mais afetada, os setores apresentam diferenças em relação às margens que indicam que nossa geração também será afetada e àquelas que apontam que demorará muito para que as pessoas sintam os efeitos das MCs. Os leitores do Setor Governamental percebem os efeitos das MCs como algo distante da nossa geração (apresenta maior diferença entre "a nossa" e "a próxima geração"), enquanto o Setor Empresarial tem uma soma maior em relação à alternativa "demorará muito para que seus efeitos sejam sentidos". Estes dois setores tendem a apresentar traços que remetem a questão ao futuro, enquanto os setores Educacional e Não Governamental assemelham-se no que tange à ideia de aceitação do risco (categoria *Informação*) e sua afetação (categoria *Preocupação*).

Buscando alavancar a ideia de local, durante as entrevistas perguntou-se aos leitores como percebiam os efeitos das MCs em Curitiba (categoria *Relação com o local*). De forma geral, os leitores de todos os grupos apontaram como lacuna a falta de relação do global com o local – inclusive alguns disseram que esse não é um problema apenas deste jornal, mas da imprensa brasileira como um todo (observação constatada pelas fontes de informação também):

LEd1 – *Eu vejo não só na Gazeta, mas nos veículos de comunicação em geral [...] No caso da Gazeta, ela abrange o estado do Paraná; se houver uma aproximação daquilo que é mais visual, palpável, de contato com o leitor, seja ele frequente ou não, eu acho que existe uma chance maior de ele entender esse tema e ter uma interpretação diferenciada de diferentes pontos atrelados às MCs no seu município, porque se é um processo global, ele afeta a todos.*

LEd3 – *Questões locais, normalmente, elas não são abrangidas, pelo menos no caso da Gazeta, mas acho que também é um pouco geral [...].*

LEd8 – *O que me incomodava um pouquinho era o fato do distanciamento, você sempre tratar o tema como algo distante dos leitores, aconteceu, sei lá, no Sri Lanka, no Peru, mas nunca as coisas acontecendo aqui perto, nunca relacionando com o cotidiano das pessoas. Porque daí isso não conduz a uma mudança de comportamento, mudança de consciência, o papel de cada um no processo de mudança.*

LEm2 – *Está muito longe [do local]... Sabe quando identificamos um problema? Quando buscamos solução para ele...[...]*

LNG6 – *[Gazeta do Povo] é o veículo de comunicação local, então é o que eu acesso mais porque eu acho que vai ter mais notícia do dia a dia que me afetam, mas em relação às notícias sobre mudança climática e sustentabilidade eu não percebo essa diferença, esse cuidado.*

LG3 – *Eu acho que no Brasil ainda não é um assunto local. Quem tá engajado no assunto vai procurar, mas eu não vejo que a grande população saiba. É, por exemplo, a população ainda desconhece a diferença entre assuntos relacionados a mudanças climáticas e emissão veicular, por exemplo. [...] E isso eu já vi dentro de discussão técnica, de pessoas não saberem a diferença, então você imagina, a população, é mais crítico ainda.*

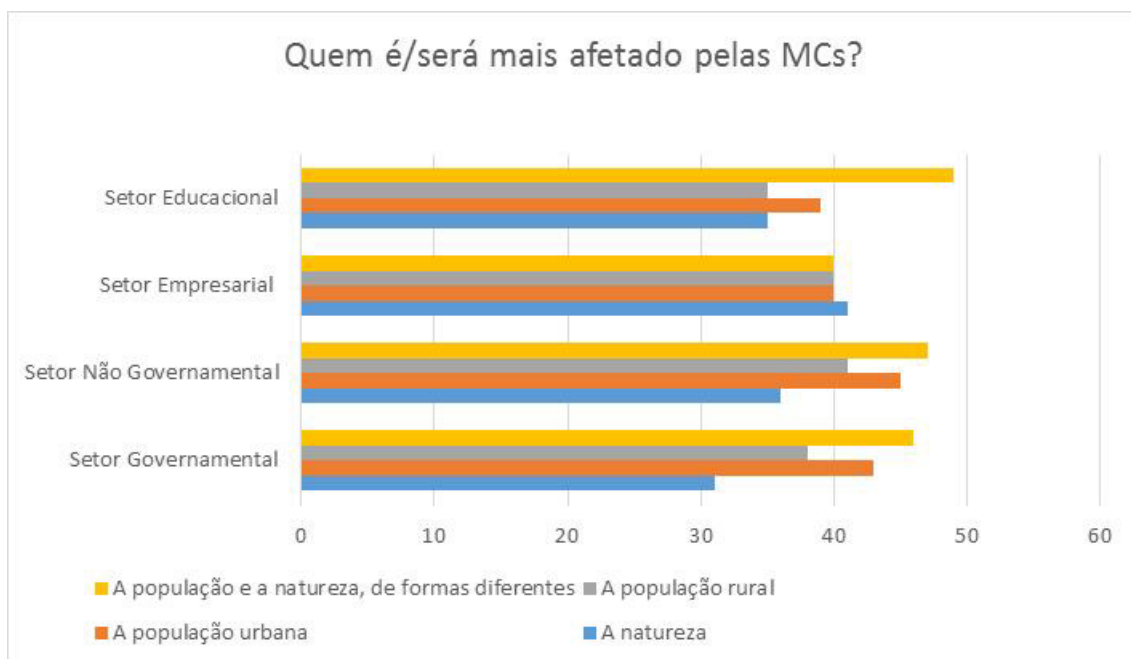
LG4 – *Não é com a gente, tipo assim... é uma coisa que está [acontecendo] lá nos EUA, na China, na Europa e não nos toca, digamos assim... Tá muito distante do povo. A percepção do povo brasileiro está distante, parece que isso [as MCs] não está impactando a gente.*

LG6 – *Eu acho que não só em Curitiba, mas em outros lugares também ainda é uma coisa meio distante até pelos prazos mais longos que estão envolvidos nessas mudanças e por essa confusão que ainda a maioria das pessoas tem com esses ciclos mais curtos, mais imediatos do clima, essas mudanças de um ano para o outro.*

Esta concordância de que o assunto permanece sendo tratado distante do cotidiano da população brasileira e, mais especificamente da curitibana, está associada não apenas à falta de *link* feita pela mídia, mas também à dificuldade de sentir e ver as MCs, assim como a ideia de afetação em gerações futuras, reforçada pelas previsões científicas. Como a identificação sensorial dos riscos climáticos é bastante delicada e difícil de ser constatada cientificamente em um curto prazo de tempo, certos eventos extremos realmente não podem ser diretamente atrelados ao fenômeno. Isto também se aplica à percepção de quem será afetado e quando

contribuiu para a aceitabilidade ou não do risco (categoria *Exposição*). As próximas perguntas do questionário alinham-se com essa perspectiva.

GRÁFICO 43 - OS MAIS AFETADOS PELAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA ÓPTICA DOS LEITORES



FONTE: BELING LOOSE (2016).

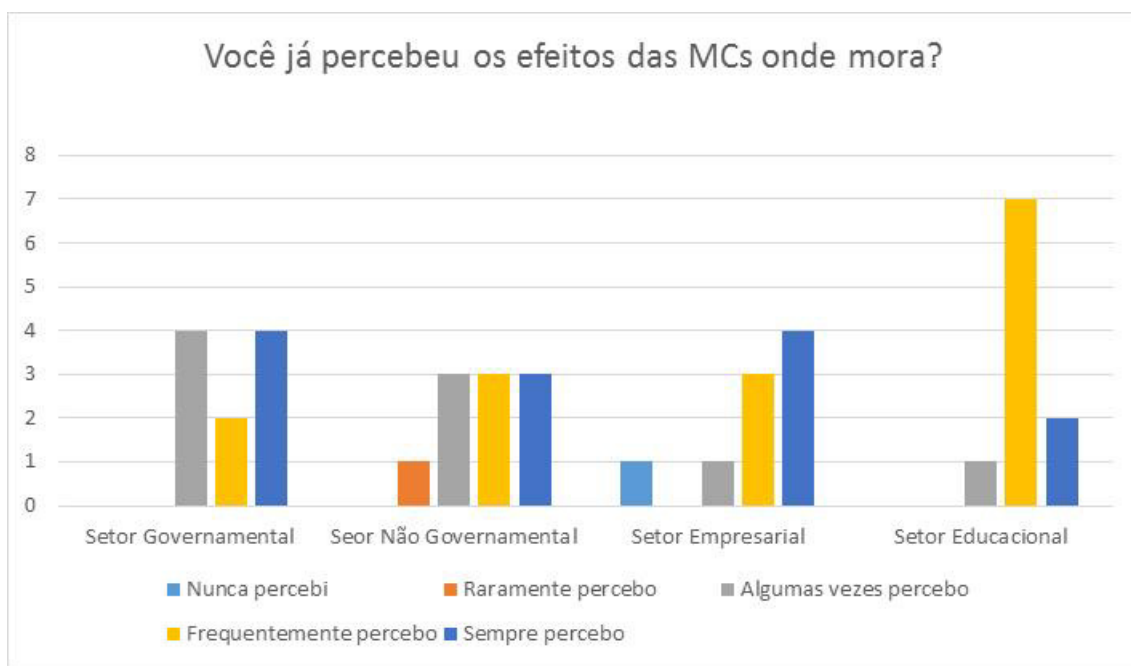
Esta foi uma das questões que mais apresentaram problemas, pois ainda que tenha sido solicitado assinalar o grau de concordância com todas as alternativas elencadas, muitos respondentes marcaram apenas uma delas, zerando a pontuação das demais. Mesmo com algumas ausências, o que pode ser constatado é que a maioria dos leitores apresenta *Informação* sobre a forma desigual com que os efeitos climáticos atingem e atingirão tanto natureza quanto população. A alternativa "natureza" foi a menos assinalada, sublinhando uma visão antropocêntrica dos leitores, e a alternativa "população urbana" foi mais marcada que a "população rural", seja pelo grau de proximidade com a realidade dos leitores, que são moradores de Curitiba (categoria *Preocupação*), seja pelo conhecimento da dimensão de vidas afetadas em um e outro lugar (categoria *Informação*).

9.2.2 Riscos: gravidade, exposição, familiaridade

Com o objetivo de verificar como os leitores conseguiam perceber os efeitos das MCs em Curitiba, perguntou-se: *Você já percebeu os efeitos das mudanças climáticas onde mora?*

Esta pergunta buscou reter quais sinais decorrentes das MCs são captados pelos leitores dos diferentes setores.

GRÁFICO 44 - PERCEPÇÃO DOS LEITORES EM RELAÇÃO AOS EFEITOS CLIMÁTICOS NO CONTEXTO LOCAL



FONTE: BELING LOOSE (2016).

As opções "frequentemente percebido" e "sempre percebido" foram as mais assinaladas pelos leitores. Quando mencionaram quais eram os principais efeitos percebidos, a maioria se remeteu às alterações nos regimes de chuva e oscilação das temperaturas. Também situações atreladas a fenômenos extremos foram pontuadas, como inundações, mudanças no comportamento dos mares, chuvas torrenciais, secas prolongadas, prejuízos econômicos, etc. A descaracterização das estações do ano, diminuição da cobertura vegetal e aumentos das pragas, associadas à perda de biodiversidade, também foram citadas.

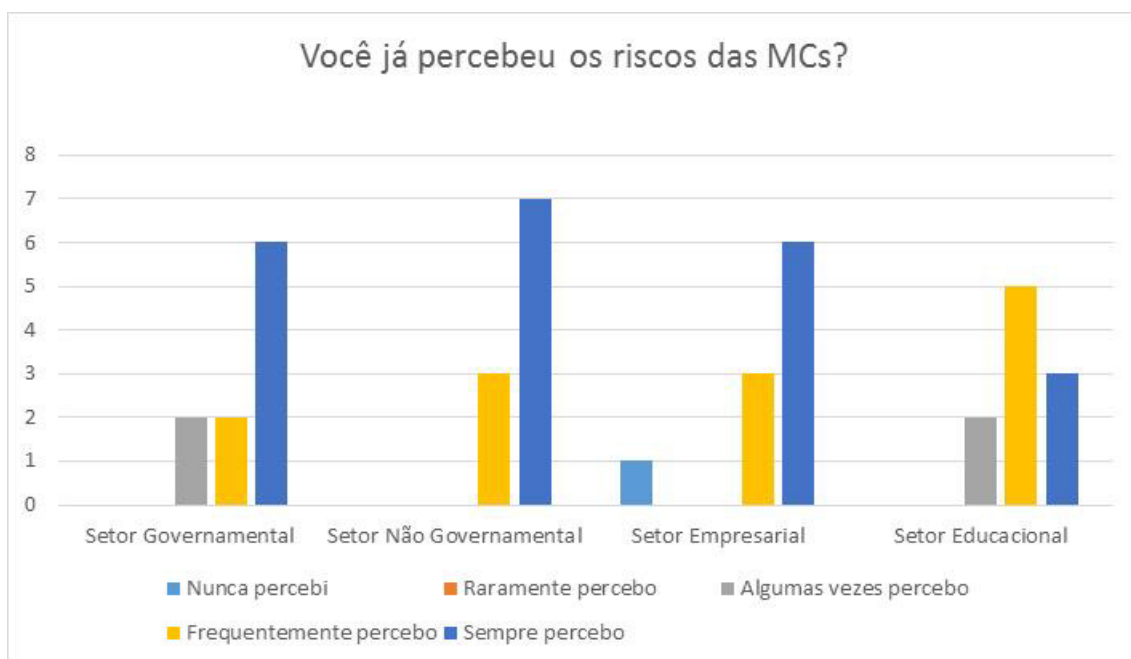
Alguns leitores relacionaram as mudanças com sua memória ou tempos de infância: "[...] há 30, 50 anos, meu uniforme escolar tinha capuz... e as chuvas de verão sempre ocorriam no mesmo horário", afirmou um dos leitores, associando os efeitos climáticos às chuvas e temperaturas "fora de época" que temos hoje. Outro destacou: "[...] não temos mais inverno em Curitiba; temos sim dias frios".

Uma leitora, que também investiga o assunto, fez observações mais concretas com a realidade local: "[...] espécies de aves que ficavam mais no litoral estão subindo a Serra do Mar; espécies vegetais que tinham o elemento 'clima/temperatura' como limitantes agora estão se estabelecendo em áreas que eram mais frias; os invernos estão menos rigorosos e menos longos".

Alguns poucos leitores manifestaram incerteza em relação ao que percebiam como efeito das MCs. Um deles pontuou: "Ainda tenho dúvidas se alguns fenômenos são decorrentes das MCs ou de outros fatores que possam contribuir para as mudanças na percepção", enquanto outro respondeu que não conseguia fazer esta relação.

A questão seguinte buscou enfatizar a ideia de risco climático. Buscou-se identificar se a conceituação da consequência traria outras respostas:

GRÁFICO 45 - PERCEPÇÃO DOS LEITORES SOBRE RISCOS CLIMÁTICOS



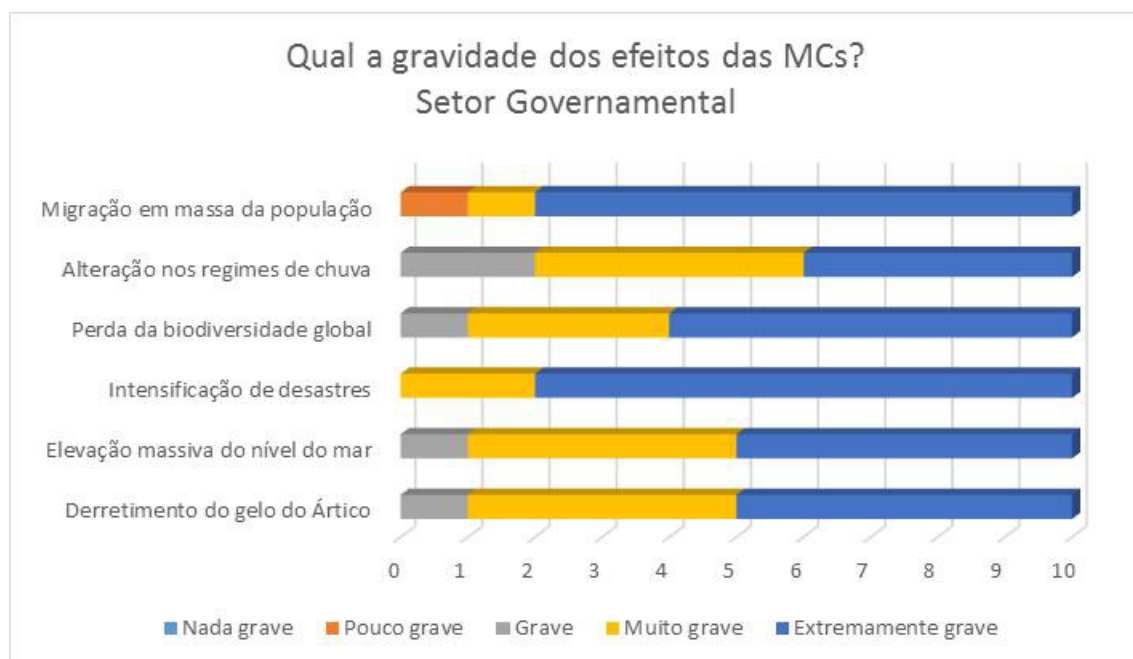
FONTE: BELING LOOSE (2016).

Quando foi pedido que citassem os riscos percebidos, consequências vinculadas a perdas, decorrentes dos efeitos percebidos (como mudanças nas temperaturas e regimes de chuvas), foram trazidas, como: epidemias e desenvolvimento de novas doenças (um dos leitores lembrou que a dengue, doença característica de lugares quentes, chegou a Curitiba), escassez de comida e água, inviabilização da permanência de algumas pessoas em determinadas áreas (refugiados climáticos) e, conseqüentemente, conflitos sociais derivados da diminuição de recursos naturais. A ameaça à biodiversidade e a maior ocorrências de fenômenos climáticos extremos voltou a ser trazida nesta questão. Um dos leitores analisou que as mudanças no clima geram conseqüências "em efeito cascata": "[...] há um aumento de temperatura que leva ao degelo, que leva ao desaparecimento de determinadas áreas, à alteração em espécies animais e vegetais, e, finalmente, a todo nosso estilo de vida".

Notou-se que os leitores, como os demais grupos pesquisados, associaram os riscos climáticos às afetações com maior potencial catastrófico: extinção de espécies, elevação do nível do mar devido ao derretimento de calotas polares, maior quantidade de desastres naturais, como tufões, vendavais e enchentes, desertificação de áreas anteriormente produtivas etc. Estas respostas remetem à categoria *Ameaça*, na qual o grau de impacto dos riscos é associado a uma maior preocupação com o assunto. Vale frisar, mais uma vez, que esta preocupação dos leitores restringe-se a um grupo de sujeitos que, com mais ou menos ênfase, depara-se com temáticas ambientais e, supostamente, detém mais informações sobre o tema que a média dos leitores do jornal.

Em relação à gravidade dos efeitos das MCs, apresentaram-se seis alternativas, expostas abaixo, seguido da escala de Likert, onde um corresponde a "nada grave" e cinco a "extremamente grave". Os gráficos que seguem revelam a atribuição que cada setor pesquisado manifestou:

GRÁFICO 46 - GRAVIDADE DOS EFEITOS DAS MCs ATRIBUÍDA PELOS LEITORES DO SETOR GOVERNAMENTAL



FONTE: BELING LOOSE (2016).

Para este setor, todas as alternativas foram vistas como "muito grave" ou "extremamente grave", sendo que a intensificação de desastres foi a alternativa considerada como maior ameaça.

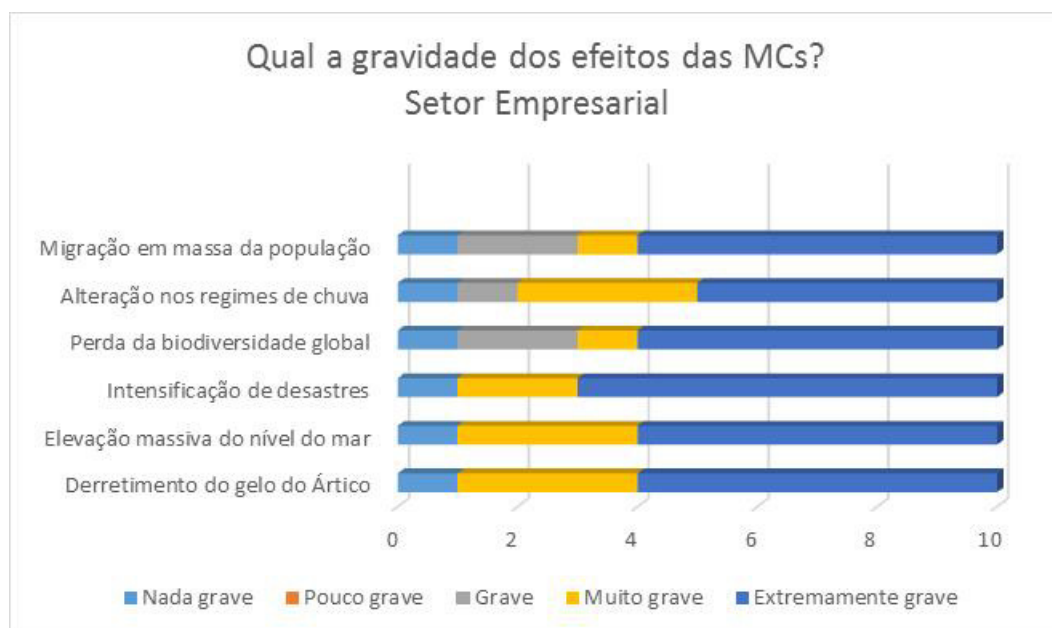
GRÁFICO 47 - GRAVIDADE DOS EFEITOS DAS MCs ATRIBUÍDA PELOS LEITORES DO SETOR NÃO GOVERNAMENTAL



FONTE: BELING LOOSE (2016).

Para o Setor Não Governamental, a perda da biodiversidade foi elencada como o mais grave efeito das MCs. Chama atenção que um dos leitores considerou o derretimento do gelo do Ártico como "nada grave".

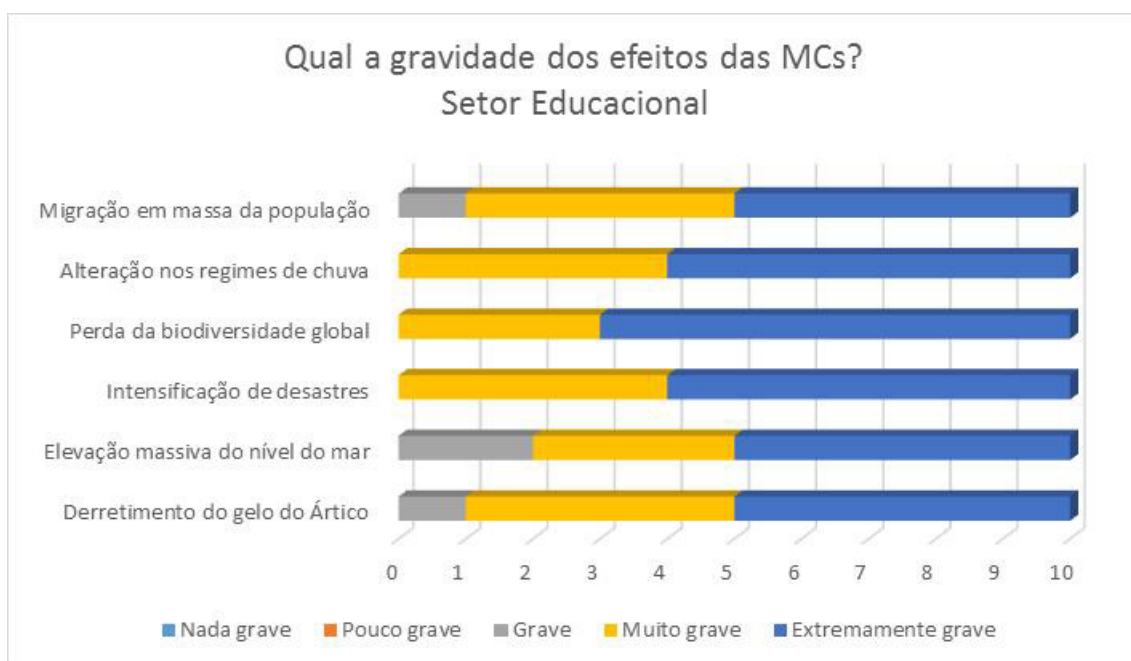
GRÁFICO 48 - GRAVIDADE DOS EFEITOS DAS MCs ATRIBUÍDA PELOS LEITORES DO SETOR EMPRESARIAL



FONTE: BELING LOOSE (2016).

Neste setor, em razão de traços de negacionismo da ocorrência das MCs, todas as alternativas foram consideradas "nada grave" por um dos respondentes. A opção percebida como mais grave, para este grupo, também foi a intensificação de desastres, mesmo resultado do Setor Governamental.

GRÁFICO 49 - GRAVIDADE DOS EFEITOS DAS MCs ATRIBUÍDA PELOS LEITORES DO SETOR EDUCACIONAL



FONTE: BELING LOOSE (2016).

Já o Setor Educacional apresentou o mesmo resultado do Não Governamental, trazendo a percepção de que a perda da biodiversidade global é o efeito mais grave. Estes dois setores possuem semelhanças da mesma forma que os setores Governamental e Empresarial detectam alguns pontos de convergência.

De todo modo, independentemente de quais alternativas foram marcadas, a percepção dos atores do diferentes setores mostra uma atribuição de alta gravidade a todos os efeitos expostos. Esta constatação pode ser relacionada com a própria recorrência midiática em apresentar mais os efeitos ou riscos do que demais articulações que circundam o tema, o que é aqui atrelado à categoria *Negatividade*.

A maioria dos atores, independentemente do setor no qual estão inseridos, apontou que há uma repetição midiática a respeito das consequências das MCs.

LEd6 – *Os alertas estão sendo dados, cada vez mais com mais frequência aparecem esses alertas em relação ao aumento dos efeitos das MCs, vamos chamar assim, como a intensidade de chuvas num período curto de tempo, e, ao mesmo tempo, você tem em seguida intensidade de seca; e a frequência com que isso vem acontecendo e também a intensidade disso, como os furacões e ciclones [...]*

LEd8 – *Normalmente, quando se fala em MCs, se coloca uma coisa meio assim, tipo, apocalipse, destruição total, mas, como já falei, meio que num horizonte distante.*

LEd10 – *A imprensa peca em não chamar atenção para coisas boas [...] Ela cita o negativo como se fosse normalíssimo [...].*

LNG9 – *É sempre má notícia, né? Quando se fala de MCs nunca é coisa positiva, nunca é uma comemoração [...], é sempre emergencial e os alertas da comunidade científica, que ainda permanece ignorada, como a SBPC foi no caso do Código Florestal... [...]*

LG1 – *[...] o negativo é sempre mais impactante: morreram dez pessoas semana passada. Todo mundo se condói: vou levar uma roupa no bombeiro, vou entregar um colchão na Rua da Cidadania; você não vê as pessoas discutindo adaptação ou mitigação, é sempre quando há um efeito negativo que as pessoas se solidarizam pra tentar atender aquele imediato. Mas ninguém pensa antes: vou comprar o carro elétrico, vou usar etanol no meu carro flex, é mais caro, mas por causa da mudança do clima eu vou usar etanol porque é uma questão de escolha. Você não vê as pessoas discutindo no Plano Diretor: "vamos implantar uma bacia de contenção de cheias no Tatuquara; eu moro no Boa Vista, mas eu estou preocupado com o regime hídrico da cidade como um todo". Então, infelizmente, ainda hoje as pessoas reagem às notícias negativas, muitos com compaixão, mas nunca como preparação.*

LG8 – *[...] a gente está sempre trabalhando com o negativo, com o imediato, aquela coisa, espera acontecer um acidente para a gente poder tomar uma providência, né, a mudança climática é uma coisa muito maior do que isso, né, que nem agora, nós estamos desenvolvendo aqui na Secretaria um mapeamento de risco de desastres, olha só, só por isso já dá pra ver o valor que deram para os riscos de desastres [o aspecto negativo do tema].*

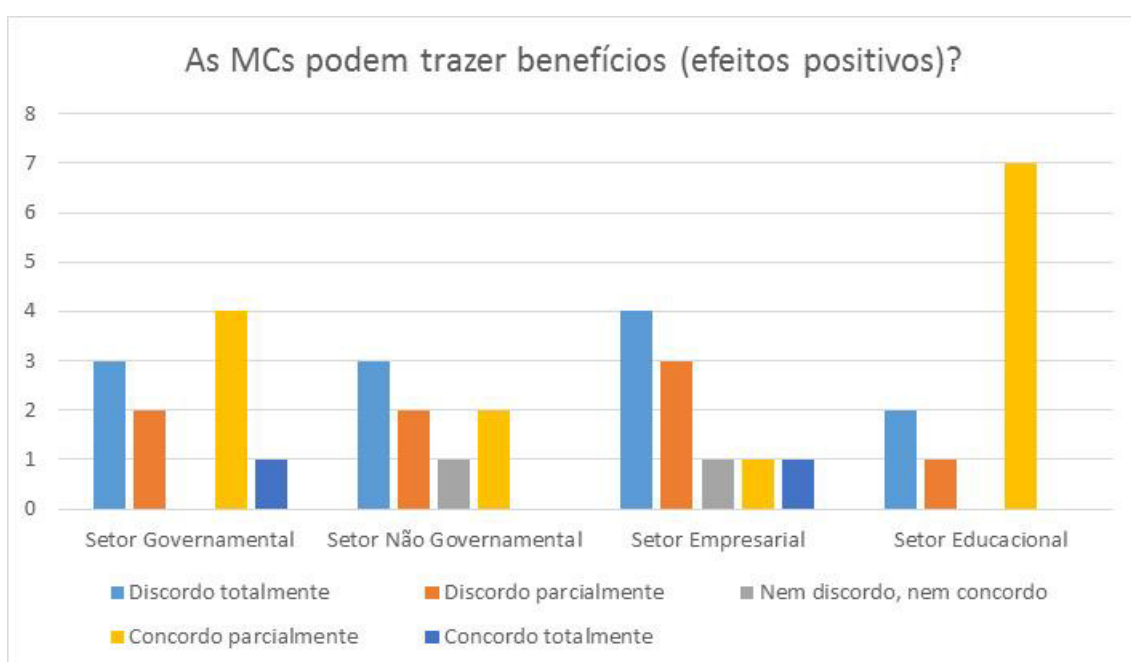
LEm2 – *Eu nunca aceito o aspecto negativo, mas sei que isso é um negócio, você quer vender jornal, então eu entendo o processo [...]*

LEm3 – *Isso é da cultura brasileira, de achar que isso dá Ibope, entendeu? E não é. E está trazendo um mal para nossa sociedade porque isso vai ficando no subconsciente... só vemos notícias ruins [...]*

Aqui encontramos um dos pontos comuns que mais apresentam aderência entre os diferentes setores. Mesmo aqueles que possuem dúvidas ou não acreditam nas MCs de ordem antropogênica concordam que o assunto é tratado, geralmente, com ênfase nas tragédias, nos perigos, naquilo que impactará de forma negativa a vida das pessoas. A abordagem positiva, mostrando ações que já estão contribuindo para minimizar as emissões de GEE, por exemplo, é esperada por esses leitores.

No entanto, os efeitos positivos das MCs ainda são pouco conhecidos e/ou percebidos pela metade dos entrevistados, que discordam parcial ou totalmente da ideia de que o fenômeno possa causar benefícios para parte da sociedade. Na questão apresentada abaixo, os setores Empresarial e Não Governamental foram aqueles que demonstraram menos entendimento sobre a possibilidade de efeitos positivos, enquanto o Setor Educacional foi aquele no qual a compreensão desta faceta ficou mais evidente (aspecto que pode ser justificado pelo grau de informação destes leitores).

GRÁFICO 50 - CONCORDÂNCIA DOS LEITORES A RESPEITO DOS BENEFÍCIOS DAS MCs



FONTE: BELING LOOSE (2016).

As análises anteriores sugerem que a não percepção sobre os benefícios das MCs no Setor Empresarial pode se dar pela própria negação do problema ou falta de informação aprofundada sobre o assunto, já que a alteração no clima oportuniza novos nichos de mercado e pode favorecer a exploração de atividades econômicas antes inviáveis em razão do clima e até então não realizadas. Já o Setor Não Governamental pode tender a discordar com a afirmação por ter uma visão ambiental mais ampla, na qual reconhece que embora traga benefícios para alguns nichos da sociedade, acaba prejudicando grande parte da população, de formas diferentes.

Dessa forma, embora questionem o aspecto negativo das notícias, tendem a sugerir que se olhe para questões associadas à prevenção dos riscos e não aos benefícios que as MCs podem oferecer, apesar de seus efeitos negativos. Isso pode ser observado nas falas de alguns entrevistados:

LG1 – [o entendimento geral é que] *as consequências são globais, [mas] seja o que acontecer no mundo vai ter efeitos aqui, só que as pessoas não discutem previamente as medidas de adequação e de adaptação. Por exemplo, existe um grande financiamento do governo federal pra drenagem urbana que o município está desenvolvendo. As pessoas que são afetadas pelos processos de enchentes discutem o assunto, mas focado no seu problema imediato, da sua casa, da sua rua, do seu bairro, não discutem se essas medidas contribuem para melhor gestão dos recursos hídricos, porque uma das previsões em mídia que a gente vê é o caso do Paraná, Curitiba: a tendência é que haja uma chuva mais forte e mais ampla ao longo dos próximos 50, 60 anos... Você não vê ninguém discutindo se as bacias de contenção precisam estar instaladas por bacia hidrográfica... a pessoa se preocupa com aquele efeito no ano que vem, não no efeito daqui 20 anos.*

LNG10 – *Eu vejo que eles [os jornalistas] fazem alguma coisa, mas ainda acho insuficiente. Não só em termos de notícia, mas em termos de informação educativa. Não só o sensacionalismo, porque há uma tendência a isso: faz aquela manchete, chama atenção, e depois, dentro de pouco tempo, tudo é esquecido. Então, essa questão do próprio jornalismo ter uma realimentação. A gente não, nem sei se existe... aquele sistema de follow up... onde há um arquivo com as pautas para voltar ao assunto, ver como está a situação, voltar para que as pessoas possam aprender, digerir isso... porque só vamos mudar essa questão de risco à medida que a população for esclarecida, for educada... porque temos uma série de coisas que podemos fazer para prevenir...*

Como foi trazido no referencial teórico e nas próprias análises a respeito das percepções dos jornalistas, trabalhar com o aspecto preventivo dos riscos representa um desafio, seja em termos de rompimento da cultura jornalística por ver somente aquilo que foge da normalidade, seja pelos próprios critérios de noticiabilidade que demarcam o que é notícia no cotidiano das pessoas. Contudo, é preciso considerar a percepção destes leitores qualificados, preocupados com a repercussão das notícias e seu papel de amplificador social de dadas percepções.

Complementarmente, indagou-se, nas entrevistas, como os leitores percebiam a ênfase das consequências negativas das MCs e sua relação com o enfrentamento dos riscos climáticos (categoria *Reação do público*). Perguntou-se se os riscos, os efeitos negativos vinculados às MCs, geram, na opinião dos respondentes, inação ou reação.

No Setor Educacional, muitas respostas foram no sentido de que é preciso estudar mais sobre isso ou que o alarde promovido por meio de aspectos negativos não gera uma reação, de fato, porque é pontual, como explica LEd4:

É uma mescla dos dois [reação e inação] porque em um certo momento as pessoas criam aquele alarme em sua cabeça... Mas, isso não vai acontecer agora, não vai acontecer na minha cidade, não vai ter efeito na minha vida... porque é um efeito a longo prazo, bem distante da minha realidade... Então, eu acredito que no primeiro momento há um impacto, chama atenção, mas há reação é instantânea e depois segue a vida normal, não muda padrão de consumo, segue sua vida normalmente...

Essa percepção de que para uma reação efetiva ocorrer é preciso ir além de notícias negativas é compartilhada por outros leitores, que sentem a necessidade de uma outra cultura:

LEd5 – Na prática, eu acho que o público não faz nada. Na prática, lê, "ah, é assim, tá", mas ainda não caiu no quintal... Na prática, ninguém faz nada, independente do enfoque... É, tá todo mundo enchendo suas casas de calçadas, impermeabilizando os quintais e a chuva está aí, alagando tudo... [...] Porque as pessoas não sabem o que está acontecendo, estão muito no mundinho delas...

LEd6 – [...] me parece que o aspecto só da catástrofe gera um pouco disso... "vai acontecer mesmo, eu não tenho nenhum poder sobre isso, eu faço, mas meu vizinho não faz..." – aquela história; não adianta eu fazer porque o vizinho não faz, então não vou fazer.

LEd10 – Isso é problema, então não quero falar sobre isso... as pessoas não gostam de falar sobre problema [...] Não é nosso estilo, nosso estilo é de pedir e não de tentar fazer alguma coisa. E na verdade, assim, alguns trabalhos que a gente acompanha e coisa e tal, a gente percebe que curitibano, porque separa o lixo, está salvando o planeta, então já é o máximo, na cabeça do curitibano aparentemente. [...] O problema parece muito maior, mas também isso é como as questões são construídas, como pensamos sobre as questões. A gente aprende a pensar nestas questões como se a gente não tivesse nada a ver, [...] porque o que você está mexendo é uma agenda ambiental global, e aí você está olhando para a cidade e como as pessoas locais aqui enfrentam ou olham para essa questão que é global, e aí eu acho que, é claro, tem um pouco de disparate – tem mais debate lá fora -, mas a questão da reação pode ser meio generalizada. Porque há uma tendência de achar que essas coisas (globais) devem ser lidadas em um nível nacional ou internacional. As decisões e soluções devem estar aí e não aqui, né... mas, isso porque a gente não consegue fazer a ponte entre as coisas... até pelos temas serem novos, não conseguimos apreender eles suficientes para ver a conexão do local com o global e isso realmente precisaria estar trabalhando mais nas escolas e até por meio da mídia...

Tais falas apontam para uma eficácia apenas temporária de estratégias que busquem chamar atenção pelo impacto ou gravidade. O destaque para o negativo é algo que, de forma geral, gera mais passividade do que reatividade. LEd7 afirma: *"Vem a notícia de forma negativa, como o derretimento do gelo, em determinado tempo, que eleva o nível dos mares e as cidades vão desaparecer... isso gera um impacto, mas não há informações sobre o que fazer"*.

No Setor Empresarial, a ideia de uma inação ou reação apenas momentânea também aparece com mais frequência. O enfrentamento efetivo não ocorre. Segundo LEm9 gera um medo, um alerta, mas em seguida essa sensação passa. LEm 7 compartilha dessa perspectiva:

Você se sente impotente no sentido de poder dar resposta ao problema, então você realmente se omite e num segundo momento você se preocupa mais com a consequência do que com a causa. Então, nós precisaríamos estar trabalhando as causas, não as consequências, e não é o texto escrito, não é a fotografia da tragédia

que faz com que você tenha uma reflexão sobre a causa. [...] você vê uma fotografia da enchente E você diz "o que eu posso fazer pra ajudar as pessoas?" Mas, ajudar aquelas pessoas que estão sofrendo com a enchente, ninguém está preocupado hoje, de imediato, o que nós podemos fazer para que não ocorram novas enchentes? Quando ocorre um deslizamento, qual a nossa primeira reação? O que nós podemos fazer para ajudar as pessoas que ficaram desabrigadas, mas a preocupação não é mitigar ou reduzir a causa.

Os leitores deste setor enxergam os efeitos negativos como produtores de "ansiedade passageira" (LEm4) e acreditam que o público reaja apenas no momento que toma conhecimento da notícia, esquecendo-se da questão em seguida.

No Setor Não Governamental essa ideia geral também está presente, mas há percepções divergentes, como LNG10, que discorre sobre a possibilidade positiva do medo:

[...] o medo que pode ter um trabalho positivo [...] é bom quando cria o medo porque assim ele [o cidadão] pode sair dessa apatia; ele vendo os outros sofrerem, ele pode pensar que isso poderia estar acontecendo comigo ou com a minha família... Eu acho que isso mobiliza, faz com que a pessoa, independentemente de qualquer ação do governo, ela se torne mais solidária [...]. Eu acho importante isso não causar medo simplesmente como, digamos assim, um filme, que cria um medo só para assustar na hora e depois passa... aquele medo feito de respeito ao ser humano, ao meio ambiente, é um medo mais saudável, mais educativo, mas é ele que mexe com as pessoas, porque mexe com o emocional, né? E aí faz com que a pessoa reaja. Porque a pior coisa é essa apatia, a pessoa ficar indiferente... [...].

Outros respondentes também trouxeram a ideia da cultura "indolente" do brasileiro, que não está acostumado a reagir e espera que o governo faça tudo (LNG2 e LNG4), e do imaginário que, em Curitiba, a questão ambiental já está resolvida:

LNG6 – Curitiba, voltando a falar da mobilidade, é uma das cidades com maior nível de motorização urbana, a poluição ambiental e sonora em Curitiba é altíssima, e a geração de lixo e a destinação inadequada dela ainda, apesar de estar um pouco acima da média de grandes cidades do Brasil, está muito aquém do que pode se considerar uma "cidade ecológica". Eu acho que por causa de toda essa propaganda do governo mesmo, as pessoas ficam um pouco cegas e indiferentes... [...]É, ah eu estou separando o meu lixinho aqui e isso vai resolver, enfim...

A contradição inerente no discurso ambiental das pessoas que vivem e se preocupam com a representação de meio ambiente evidenciada pelos esforços do *city marketing*, repetindo a ideia de que Curitiba é uma cidade ecológica, aparece de forma espontânea em diferentes entrevistas, revelando que este imaginário, respaldado por alguns atores, prejudica a compreensão de que há problemas que precisam ser resolvidos urgentemente.

No Setor Governamental, a maioria dos entrevistados remeteu a uma sensação de apatia, inação, ainda que três atores relataram se sentir motivados pela exposição de problemas:

LG1 – Eu acho que é sempre uma reação, porque normalmente o assunto é abordado pelo seu lado mais crítico [...].

LG9 – Quando a população está informada, justamente cria na pessoa a vontade de fazer o melhor, se contrapor àquilo, seja como forma de prevenção ou seja como forma de atuação específica. A pessoa está preparada para enfrentar uma situação delicada e até mudar hábitos, se for o caso.

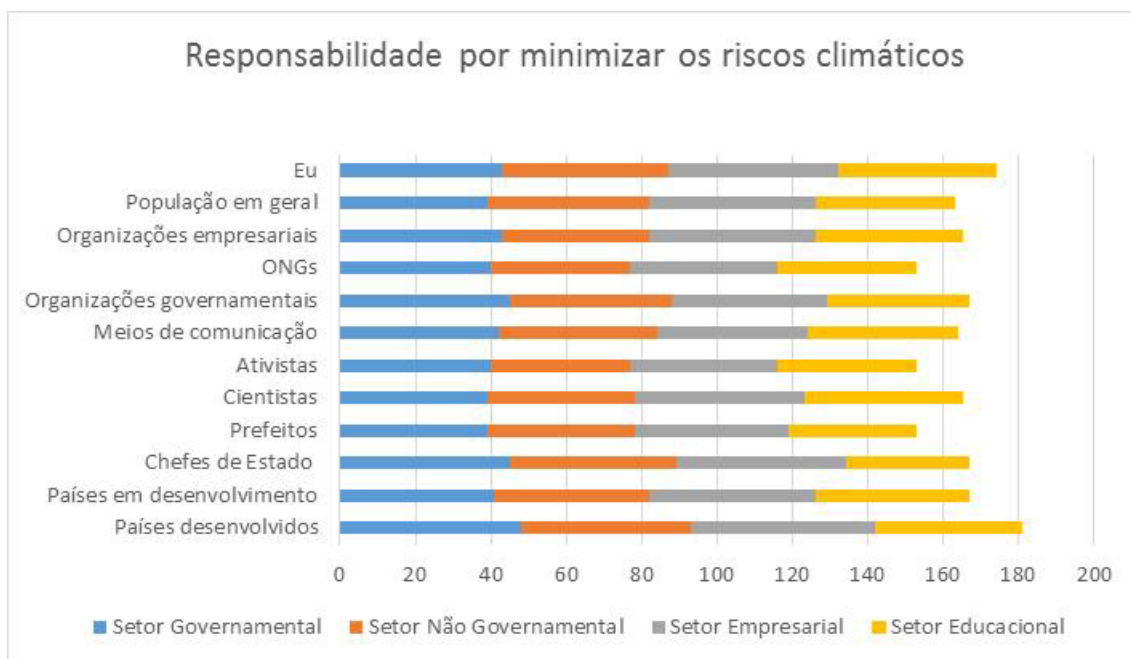
LG10 – Só posso dizer de mim... não sei como é para as pessoas... Eu sinto assim parece que você se sente mais comprometido na sua ação diária, eu me sinto motivada para ações mais concretas, mas, ao mesmo tempo, eu sinto uma enorme contradição, porque quando pensamos no conforto da vida moderna... é impactante... Não tem jeito de você alcançar esse status de uma qualidade de vida, que a gente convencionou chamar, que não seja impactando o meio ambiente... [...]

Essas falas representam a percepção minoritária dos entrevistados. No balanço geral dos quatro setores, percebe-se que a maioria não acredita que o enfoque nas catástrofes, ameaças ou consequências negativas possam mobilizar as pessoas para enfrentar os riscos, gerando sensações de medo e alerta momentâneos, mas não efetivos.

9.2.3 Governança: responsabilidade e modos de agir

A responsabilização pelo enfrentamento é tratada nesta questão: *O quanto você considera que cada uma das opções é responsável por adotar medidas para minimizar os riscos climáticos?*, que apresentava a escala de Likert, na qual um é igual a "nada responsável" e cinco a "extremamente responsável". O gráfico abaixo revela a somatória por setor:

GRÁFICO 51 - DISTRIBUIÇÃO DA RESPONSABILIDADE ATRIBUÍDA PELOS DIFERENTES SETORES



FONTE: BELING LOOSE (2016).

Os países desenvolvidos foram os apontados como os maiores responsáveis por minimizar os riscos climáticos, sendo que o Setor Empresarial foi aquele que resultou em maior soma em razão dos valores da escala de Likert (49), seguido do Setor Governamental (48), ou seja, estes dois setores foram os que mais fortemente responsabilizaram os outros países como atores que precisam adotar medidas para enfrentar os riscos das MCs. A opção "eu" recebeu a segunda maior somatória dos leitores, sendo que os setores variaram entre 42 e 45, no qual a nota maior foi obtida também no Setor Empresarial. Estes resultados revelam outra contradição, já que, apesar de todos acreditarem que os países desenvolvidos são os atores mais responsáveis, deslocando o problema para longe da realidade nacional, a segunda opção traz a responsabilização para os próprios sujeitos investigados.

É interessante notar que as somatórias entre os setores apresentam diferenças muito pequenas, sendo que alguns atores acumularam o mesmo valor final. As opções "países em desenvolvimento", "chefes de Estado" e "organizações governamentais" dividiram a terceira colocação, com um resultado de 167, enquanto "organizações empresariais" e "cientistas" ficaram em quarto no *ranking* da responsabilização, com uma soma de 165 cada. Em seguida, os meios de comunicação (164) e a população em geral (163) foram postos como responsáveis.

As pontuações mais baixas (aqueles que menos foram fortemente responsabilizados por minimizar os efeitos das MCs) foram divididas entre prefeitos e ativistas (153 cada), e ONGs (156).

A atribuição de responsabilidade sobre a resolução ou diminuição de um problema está associada à confiança que os sujeitos depositam em cada ator no sentido de que eles poderão resolver o problema (categoria *Confiabilidade*). Nota-se que o grau de responsabilidade atribuída aos atores mais citados (os países desenvolvidos) corresponde à representação mais fortemente mediada pela imprensa, fruto das discussões anuais das COPs. Dessa forma, expressa-se, de forma implícita, a confiança que os atores também depositam nos relatos jornalísticos sobre o assunto (categoria *Credibilidade*). Na entrevista de um dos leitores, esta questão evidenciou-se:

LEd6 – [...] a discussão hoje é como os países desenvolvidos estariam obrigados a assinar o Protocolo [de Kyoto] para reduzir as emissões, querem também que os países emergentes, que aumentaram suas emissões, que não faziam parte do primeiro anexo, hoje esses países, como China, Brasil e Índia estão sendo cobrados para também tomar uma decisão... por outro lado, esses países dizem que os países ricos foram os que emitiram por mais tempo, tem que pagar a conta; e não fazer com que os países que estão se industrializando interrompa... então, estamos num impasse, que não avança para lugar nenhum... [...] Isso tem chamado a atenção porque, como não chegamos a nenhum tipo de acordo, as emissões continuam e isso tem colaborado para que as MCs se intensifiquem... [...]

Esta perspectiva foi trazida por outros autores quando se perguntou, nas entrevistas, qual era o enfoque, quando ou como estas notícias apareciam (categoria *Enquadramento*). Além da percepção de que "as MCs são vistas de forma muito calamitosa, com caráter de catástrofe indefinida, inevitável" (LEd1), com correspondência à *Negatividade*, a polêmica (debate entre vertentes opostas), o lançamento de novos estudos, a ocorrência de desastres climáticos (inundações, deslizamentos de terra, tufões etc.) e as reuniões das COPs (ou demais eventos preparatórios), nas quais a questão da responsabilização pelo enfrentamento é constante, foram apresentadas como abordagens para pauta:

LEm4 – [...] que eu vejo mais são os resultados dos grandes congressos, que estão tentando convencer as grandes potências a entrar nos eixos, né... mas, tem o lado econômico que se fechar a fábrica poluidora, tira o emprego de milhares de pessoas... é uma situação complexa, por isso que os assuntos devem ser tratados... para que os leitores possam mudar no seu dia a dia algo... O caminho é insistir diariamente... Tem que criar uma divisão no jornalismo especializada nessa área, não importa o tamanho do jornal; é preciso conscientizar o povo porque o caminho está triste...

LNG9 – São coberturas pontuais, então quando tem COP: fala, fala, fala e depois nunca mais fala do assunto [...]

Neste ponto foi verificado que a maioria possui críticas em termos de superficialidade, sensacionalismo e cobertura fragmentada do assunto. Muitos leitores notaram que há bastante reprodução de notícias de veículos maiores (como a *Folha de São Paulo* ou *New York Times*):

LG6 – *A impressão que eu tenho é que, nesse tema pelo menos, eles [a Gazeta do Povo] tendem a reproduzir um pouco notícias de outras agências, coisas que saem mais nacionalmente ou até globalmente, né.*

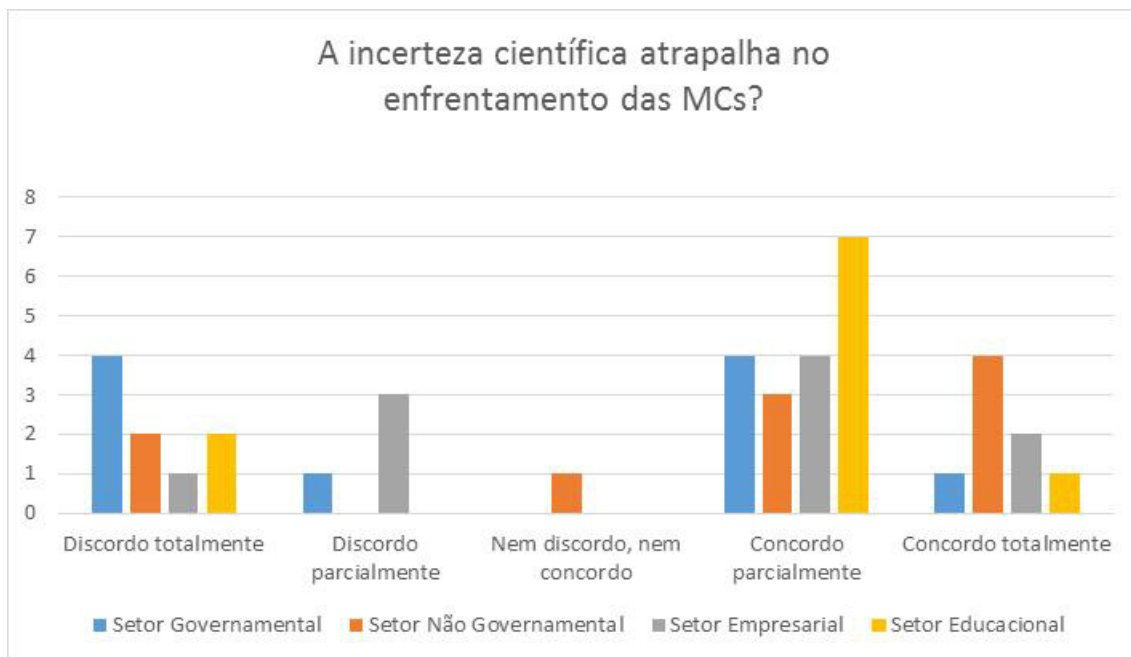
LNG4 – *No caso das publicações da Gazeta, me chama a atenção que são sempre os mesmos que falam, ou seja, existe uma repetição da origem da informação e isso é muito ruim porque restringe demais o horizonte do tema, que é tão amplo, e a Gazeta não explora isso... Eu, como leitor, sinto falta dessa diversidade. [...] Apenas replicação de notícias internacionais ou de alguns órgãos governamentais.*

LEd6 – *O enfoque segue a linha que a gente vê normalmente publicada nas grandes redes; eu diria que é uma reprodução, às vezes de um noticiário internacional, de uma BBC ou de um jornal que aprofunda mais, como The Guardian ou New York Times... mas, não tem uma linha investigativa do próprio jornal, até porque faltam especialistas nesta área... aí vem aquela reprodução...*

A urgência de trazer a questão para a população foi colocada tanto no sentido de melhor contextualizar as notícias, como de investir em pautas que pudessem trazer a relação global-local, o que implica em uma cobertura que envolva profissionais do jornal e não mera replicação de conteúdo de agências, por exemplo. A necessidade de esta cobertura deixar de ser pautada eventualmente e passar a ser sistemática também foi mencionada. Mais desta discussão se verá na próxima seção.

A pergunta seguinte do questionário visava checar se os leitores relacionavam as incertezas científicas com a falta de enfrentamento. A partir da escala de Likert, onde um é igual a "discordo totalmente" e cinco a "concordo totalmente", foi exposta a afirmação: "*O fato de existir incerteza científica sobre as mudanças climáticas atrapalha no seu enfrentamento*".

GRÁFICO 52 - CONCORDÂNCIA DOS LEITORES SOBRE RELAÇÃO ENTRE INCERTEZA CIENTÍFICA E ENFRENTAMENTO



FONTE: BELING LOOSE (2016).

No gráfico acima fica evidente que a maioria dos leitores consultados concorda parcialmente (18) ou totalmente (8) com a ideia que a incerteza científica gera um obstáculo ao enfrentamento dos problemas relacionados às MCs. Interessante observar que o Setor Educacional é o único em que essa posição ocorre de forma majoritária (apenas dois dos dez discordaram da afirmação). Esta forte adesão dos leitores do Setor Educacional pode estar associada à familiaridade/nível de informação com o tema científico (categoria *Informação*).

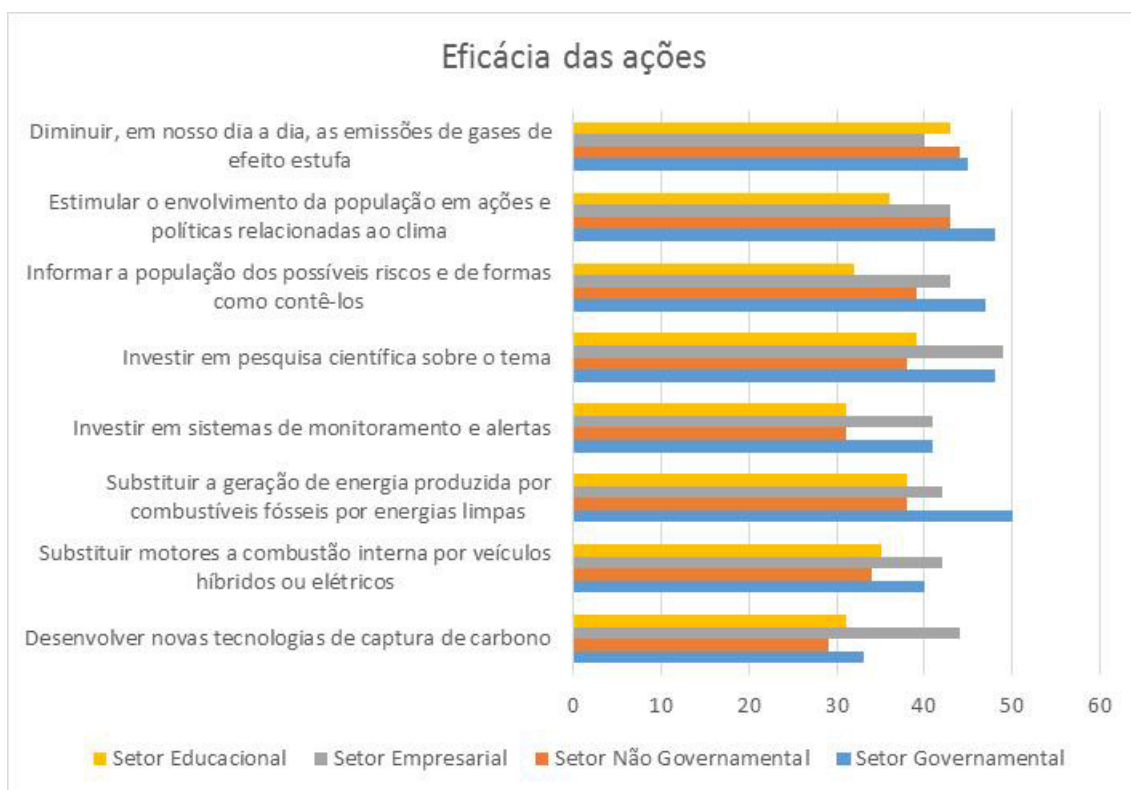
Dentre aqueles que se opõem à afirmação, o Setor Governamental aparece como mais representativo, tendo quatro leitores que discordaram totalmente e um parcialmente (no lado oposto da escala de Likert, quatro concordam parcialmente e um totalmente). O Setor Empresarial segue o Governamental no que se refere aos que mais discordam, enquanto o Não Governamental segue o Educacional em relação à concordância, sublinhando-se que, dentre os grupos, é o que mais "concorda totalmente" com a afirmação posta.

Como já apresentado neste capítulo, quando tratamos da categoria *Relação com a ciência*, a maioria dos leitores entrevistados percebem as MCs como inequívocas, respaldadas na confiança que depositam no IPCC e também na imprensa que divulga seus relatórios. Desse modo, quando mal contextualizadas, as incertezas científicas são percebidas como empecilho para o correto entendimento do fenômeno.

Para avaliar como os leitores enxergam a eficácia de medidas/ações para prevenir os riscos associados às MCs, colocou-se a questão *O quanto você considera cada uma dessas*

atitudes como eficazes para prevenir o risco climático? Os resultados são apresentados no gráfico abaixo a partir da soma das respostas, pontuadas na escala de Likert, de cada setor:

GRÁFICO 53 - PERCEPÇÃO DOS LEITORES, POR SETORES, SOBRE A EFICÁCIA DE AÇÕES DE ENFRENTAMENTO



FONTE: BELING LOOSE (2016).

Observa-se neste gráfico que os dois setores que mais fortemente assinalam as energias alternativas como eficazes são o Governamental e o Empresarial. No entanto, a opção sobre redução de emissões de GEE cotidianamente foi considerada a mais eficaz pelos setores Educacional e Não Governamental. Essa leitura remete a uma visão tecnicista dos primeiros setores, que acreditam que por meio do aprimoramento de tecnologias se poderá reverter o quadro atual; enquanto os outros dois setores acreditam na eficácia por meio de mudanças de comportamento individual.

Ainda no questionário, por meio de uma pergunta aberta, pediu-se que os sujeitos respondessem: *o que você faz no seu dia a dia para minimizar os efeitos das MCs?* A intenção foi checar o quanto os leitores já estavam mobilizados para o enfrentamento das MCs no seu dia a dia. O quadro abaixo mostra uma síntese dos resultados, por setor.

QUADRO 11 - O QUE OS LEITORES FAZEM PARA MINIMIZAR OS EFEITOS DAS MCs

SETOR EDUCACIONAL	SETOR EMPRESARIAL	SETOR GOVERNAMENTAL	SETOR NÃO GOVERNAMENTAL
<ul style="list-style-type: none"> - Mantenho-me informado; - Adoto uma postura ambientalmente menos impactante (redução da emissão de gases poluentes); - Minimizo o consumo energia elétrica; - Separo os resíduos sólidos; - Desenvolvo pesquisas associadas ao tema; - Faço consumo racional de combustível; - Economizo água; - Pratico o consumo consciente; - Resido numa casa com princípios da construção sustentável; - Evito o uso do automóvel; - Utilizo, em muitos casos, produtos ecoeficientes, menos poluidores e biodegradáveis; - Faço compostagem de resíduos orgânicos, separo resíduos recicláveis; - Incito o debate, promovo o tema, pesquiso, ensino; - Preservo áreas verdes; 	<ul style="list-style-type: none"> - Busco ter atitudes diárias de cuidado com o desperdício e maus hábitos; - Procuo educar e informar sobre o clima; - Tenho ações na minha empresa; - Tenho consumo racional de água; - Atuo na conscientização de colegas, alunos, etc. - Procuo repercutir as boas práticas de sustentabilidade; - Não como carne; - Divulgo notícias relacionadas com o tema; - Reciclo; faço separação do lixo; - Economizo água; 	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio tecnicamente a política do uso agrícola de lodo de esgoto e do aproveitamento de biogás; - Participo dos trabalhos do Fórum Municipal de MCs; - Economizo o consumo de energia e recursos naturais; - Adoto os 4 Rs (repensar, reduzir, reutilizar, reciclar); - Trabalho com políticas públicas sobre o tema; - Uso de transporte alternativo; - Procuo informações sobre sustentabilidade. - Procuo usar menos o carro; - Uso transporte coletivo, preferencialmente metrô nas cidades que possuem; - Separo o lixo para reciclagem; - Incentivo discussões e divulgo informações sobre o tema; - Consumo alimentos orgânicos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Mantenho-me informado; - Procuo divulgar informações sobre o tema; - Combato o aquecimento global com ações de conservação; - Diminuo a locomoção diária; - Adoto a dilatação do ciclo de consumo de bens duráveis; - Priorizo alimentos produzidos na região; - Consumo consciente; - Não como carne; - Prefiro transportes coletivos; - Adoto hábitos no meu dia a dia para reduzir o impacto; - Atuo em grupos de mobilização; - Economizo água e energia, faço a destinação correta do lixo; - Atuo no processo educacional: informando, comunicando, ensinando;

FONTE: BELING LOOSE (2016).

A partir deste quadro é possível checar que as ações que se repetem em todos os setores são aquelas mais facilmente associadas à questão do cuidado com o consumo dos recursos naturais (redução de consumo de água e energia, consumo consciente ou racional, e separação do lixo para reciclagem). Hábitos bastante comuns, pensando-se na redução de emissões de GEE, como evitar usar o carro e fazer viagens de avião (associados à queima de combustíveis fósseis) não foram citados de nenhuma forma pelo Setor Empresarial. Atividades mais específicas, como neutralização das emissões de carbono, que podem ser associadas a uma certificação ou selo verde, também não foram mencionadas por nenhum dos setores.

Na outra questão aberta, os respondentes deveriam mencionar medidas de prevenção aos riscos. Optou-se, mais uma vez por introduzir as respostas em um quadro, separado por setor. Lembra-se que nem todos os respondentes preencheram as questões abertas do questionário.

QUADRO 12 - MEDIDAS DE PREVENÇÃO CITADAS PELOS LEITORES

SETOR EDUCACIONAL	SETOR EMPRESARIAL	SETOR GOVERNAMENTAL	SETOR NÃO GOVERNAMENTAL
<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver novas medidas adaptativas baseadas na cultura local, reduzindo os impactos de ordem ambiental, por meio, por exemplo, do desenvolvimento de uma conscientização ambiental, no turismo de base comunitária, na aplicação de projetos ambientais em instituições de ensino de níveis variados; - Estimular mudanças de atitudes; - Desenvolver tecnologias mais apropriadas para todos os processos industriais e de produção agrícola e da silvicultura; - Investir em educação e informação; - Propor subsídios para estimular economias de baixo carbono; - Construir programas de prevenção e enfrentamento do problema; - Melhorar a distribuição espacial da população (no país, no mundo); - Reduzir a pobreza, a fome, etc. - Formar pessoas capazes de lidar com as mudanças econômicas sociais e ambientais; - Usar redundância e muitas ações simultâneas em todos os níveis e escalas geográficas e institucionais; 	<ul style="list-style-type: none"> - Investir em novas tecnologias para geração de riquezas, bens de consumo e insumos dos quais o ser humano não abrirá mão, mas que podem ser revistos quanto à sua produção; - Estimular construções sustentáveis, tecnologias limpas, e outros fatores de mitigação; - Cobrar os governantes a respeito de políticas públicas que combatam o aquecimento; - Uso de energias alternativas (não fósseis) nos transportes; 	<ul style="list-style-type: none"> - Investir em obras de engenharia na adaptação, em transporte coletivo de qualidade, construções sustentáveis, eficiência energética; - Trabalhar com educação ambiental, enfatizando que há uma conexão em nossas ações com o planeta em que vivemos; - Orientar e educar para enfrentar os riscos; - Diminuir o consumo de produtos e dar um basta ao consumismo desenfreado; - Promover o debate, inserir notícias mais educativas sobre o tema; - Investir em incentivos fiscais na produção de energia limpa e eficiência energética; - Apontar áreas vulneráveis; 	<ul style="list-style-type: none"> - Mobilizar para análise crítica dos efeitos; - Conservar e restaurar áreas naturais; - Realizar modificações urbanísticas: repensar o urbano para uma maior eficiência na gestão de recursos; - Incitar mudanças de comportamento; - Disponibilizar à governança transparência nas informações, nas pesquisas e nas tecnologias; - Ter incentivos fiscais e tributários para tecnologias, processos e modelo de economia solidária/sustentável; - Promover a cultura de plena cidadania; - Estimular dieta vegana ou redução da carne; - Fiscalizar mais as áreas que estão sendo devastadas, especialmente a Amazônia; - Resgatar práticas e habilidades que não sejam tão consumidoras de energia; - Reverter o processo de globalização: pense local, aja local; - Implementar políticas sérias com controle e incentivos para redução do desmatamento, a principal causa de emissões do Brasil; - Firmar compromissos globais; - Educar a população para aumentar sua participação nas decisões políticas;

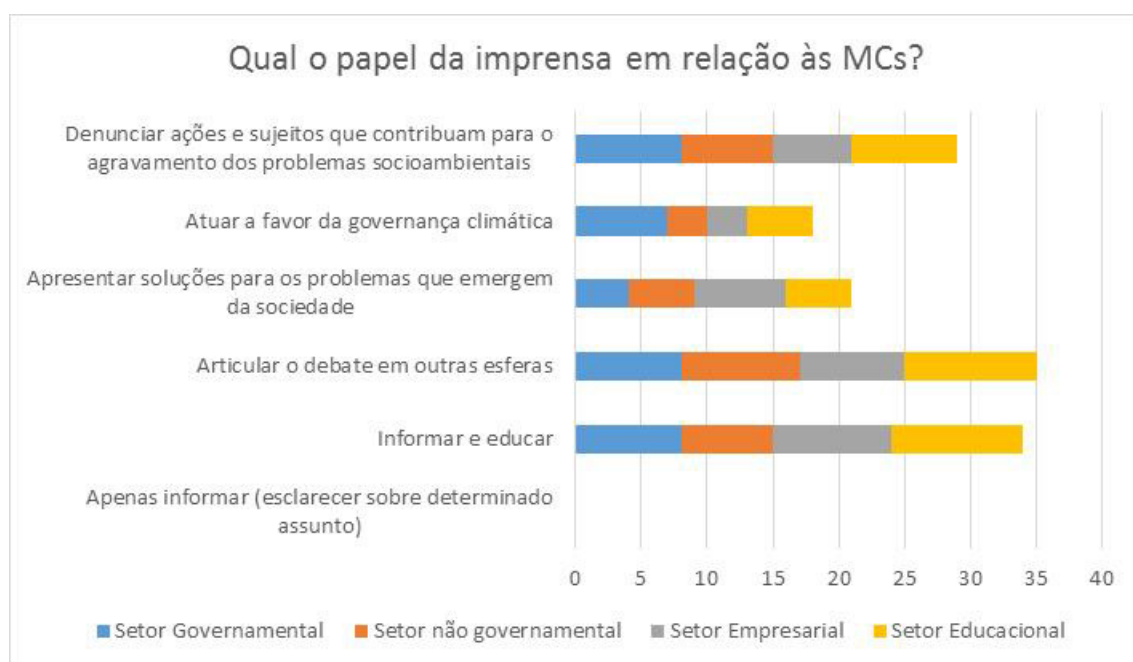
FONTE: BELING LOOSE (2016).

Neste quadro evidencia-se, mais uma vez, que o Setor Empresarial possui uma visão mais reducionista das MCs, acreditando que com o investimento de tecnologias e a cobrança de governantes poderão se minimizar os efeitos previstos. A lógica tecnocrática é mais fortemente detectada nesse grupo, ainda que seja encontrada nos outros também. A lógica de consumo não parece estar em questão, e sim as opções possíveis para que o sistema econômico se mantenha funcionando, apesar dos problemas ambientais que emergem.

9.2.4 Jornalismo: papel, influência e modos de fazer

Para buscar pistas de como os leitores percebem a imprensa, tanto no que diz respeito a seu papel e influência, quanto nas suas próprias limitações, um bloco do questionário foi destinado a capturar as percepções dos leitores em relação ao jornalismo. Primeiro perguntou-se: *Qual o papel da imprensa em relação às MCs?*, sendo oferecidas as alternativas expostas no Gráfico 54 (os respondentes puderam assinalar quantas alternativas achassem verdadeiras):

GRÁFICO 54 - PERCEPÇÃO DOS LEITORES SOBRE O PAPEL DA IMPRENSA



FONTE: BELING LOOSE (2016).

Pelo exposto, verifica-se que a opção mais assinalada e com representação semelhante de todos os setores foi "articular o debate em outras esferas", seguido de "informar e educar". Para complementar esta questão, durante as entrevistas perguntou-se: *Qual o papel da imprensa no enfrentamento das MCs?* (categoria *Enfrentamento do risco*). De forma majoritária, leitores

dos diferentes setores atribuíram uma grande relevância à imprensa, sublinhando tanto seu papel na discussão de políticas públicas e de aspectos preventivos, associados à função social do jornalismo, quanto no estímulo, por meio de campanhas institucionais, a movimentos em prol da redução de GEE, baseado no alcance que a *Gazeta do Povo* exerce na sociedade curitibana:

LEd1 – Eu imagino que a imprensa tem um papel decisivo de informar, tornar mais transparente e acessível à informação no contexto das MCs porque a imprensa é rápida, é globalizada, é múltipla e está mais próxima da população do que a própria ciência.

LEd3 – [...] o papel clássico da imprensa de disseminação de informação, evidentemente, é o principal, mas hoje o que a gente percebe é que notícias que são disseminadas no jornal, como a Gazeta, elas acabam pautando ações governamentais. Antigamente era o inverso, a Gazeta que corria atrás da pauta de governo, hoje o governo corre atrás de pautas discutidas na imprensa de modo geral e, particularmente, no jornal também.

LEd4 – [...] tem o papel de formar opinião, mudanças de hábitos das pessoas e posicionamento dos governos, também de contribuir em relação à prevenção de desastres naturais. Tem um papel muito importante no âmbito governamental e das ações das empresas, no dia a dia das pessoas, então acredito que tenha um papel muito importante, tanto na escala menor, individual, familiar, até na maior, de governo. Se os leitores forem bem informados, isso vai levar à uma cultura positiva, uma agenda positiva em todos os âmbitos da sociedade.

LEd10 – Quem sabe fazendo um paralelo com o movimento das bicicletas, que alguns dizem que é o maior movimento social que Curitiba já teve e, justamente a Gazeta, teve um peso fortíssimo aí. [...] Talvez se esse Fórum [Paranaense de Mudanças Climáticas] tomar um fôlego e a Gazeta ajude, forme um ciclo virtuoso, que traga mais pessoas para o Fórum, tenha notícias, envolva ações...[...] um pouco de insistência... talvez isso deva ser feita de forma programado.

LEm5 – Eu acho que os veículos, em especial neste caso a Gazeta, precisam definir suas vocações e estas vocações devem representar em determinadas editorias, né? Eu acho que esta é uma questão fundamental. Tem muitos estudos extremamente interessados que são desenvolvidos pela Gazeta, cruzamentos de informação... [...] Interessa-me aquilo que é fruto de estudo, pesquisa, de correlação, são coisas que me interessam. Se não me servisse, eu não leria, mas eu sou extremamente crítico em relação a isso.

LEm9 – Eu acho que a imprensa precisa intensificar o número de matérias sobre o assunto e isso ajudaria na conscientização das pessoas, daí elas poderiam cobrar os governos porque tudo passa pela questão governamental, pela política, né? [...] A questão econômica é muito forte... [...] mas se a mídia bater de frente, ela tem um poder fantástico para dizer: "não, tem alternativas, podemos fazer melhor", acho que ajudaria bastante... [inclusive na parte política] porque os ministros vão na onda da mídia...

LNG9 – *Eu acho que a imprensa tem um papel fundamental na construção de um cenário, de um imaginário coletivo favorável, onde as pessoas entendam a importância da questão, quando a massa tem acesso ao conhecimento, ela pode ser mais crítica, e, num cenário perfeito, elas podem fazer parte de um projeto de governo que vai estar na boca do candidato no horário eleitoral como promessa de governo ou algo relevante... A imprensa pauta o que acontece no mundo, no Brasil, em Curitiba... é o reflexo... tem o papel de educar e de levar informação qualificada e de fazer com que as pessoas entendam as relações e, conseqüentemente, pressionem o poder público, os tomadores de decisão, em favor de uma governança adequada das emissões.*

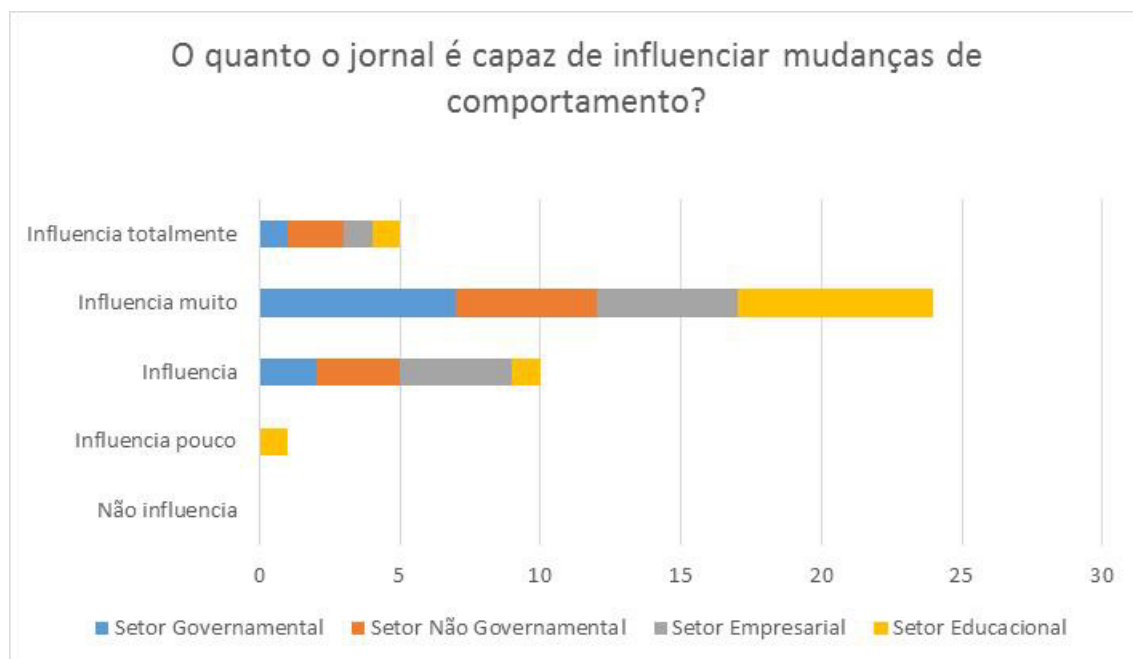
Para além de investigar, contextualizar e retomar tais assuntos, de modo a auxiliar na formação crítica de opinião pública, verificou-se que alguns leitores reconhecem que o jornal, como qualquer outro veículo de comunicação, é cercado de restrições (econômicas, de recursos humanos e de tempo), e o que deveria ser alterado é algo mais estrutural, que está intrincado na própria cultura de consumo ou na ideia de estabilidade (de um País que sempre pode usufruir de muitos recursos naturais sem grandes ameaças):

LEm7 – *Na verdade, é muito difícil a imprensa trabalhar de forma diferente de que ela vem trabalhando, porque nós somos uma sociedade de consumo e como sociedade de consumo a imprensa também depende dos seus financiadores, depende da venda de espaço, enfim, da veiculação de notícias que agrada aos seus contratantes, então ela tem dificuldade em trabalhar o consumo sustentável ou o consumo compartilhado, enfim, as alternativas que existem porque a sociedade é uma sociedade de consumo, eu vejo uma dificuldade muito grande da imprensa de ela se posicionar nesse sentido.*

LEd9 – *[...] eu acho que nós não estamos preparados como sociedade a esse enfrentamento porque estamos ainda ligados a uma cultura anterior, que é uma cultura de estabilidade, e agora vamos trabalhar só na instabilidade; e nem a educação está preparada para isso porque quando você tem uma situação instável, você tem que usar criatividade, usar valores, habilidades que não são valorizadas hoje.*

A pergunta *Quanto você acredita que o jornal é capaz de influenciar mudanças de comportamento?* apresentava a escala de Likert como resposta, sendo um equivalente a não influencia; dois – influencia pouco; três – influencia; quatro – influencia muito; e cinco – influencia totalmente.

GRÁFICO 55 - PERCEPÇÃO DOS LEITORES, POR SETOR, SOBRE A INFLUÊNCIA DO JORNAL



FONTE: BELING LOOSE (2016).

A opção "não influencia" não foi marcada por nenhum dos 40 leitores entrevistados. Todos eles acreditam que, de alguma maneira, o jornal consegue interferir nas percepções daqueles que o leem. A maioria, de todos os setores entrevistados, afirmou que acredita que o jornal "influencia muito" (24 de 40 ou 60% da amostra) ou "influencia totalmente" (5 de 40 ou 12,5%). Esse alto número de concordância com o alto grau de influência que a imprensa exerce no público foi ratificada durante as entrevistas, ainda que colocada de diferentes formas (categoria *Influência sobre o público*):

LEm2 – *Influencia de múltiplas maneiras. O primeiro pressuposto é da informação, porque lê o jornal porque está buscando informação. A segunda porque o jornal, por ter acesso a múltiplos usuários, a múltiplas camadas sociais, ele tem [...] este objetivo de mudar, de levar esse conhecimento, de levar essa informação para que as pessoas possam conhecer situações e tomar decisões a respeito do que está publicado.*

LEm6 – *De que maneira? Tem um ditado: "o que os olhos não veem, o coração não sente"; então, com certeza, eu acho que os jornais têm um papel fundamental na conscientização e até como forma de alerta do que, de fato, está acontecendo. Porque a gente vê muito bem isso nos EUA, onde a mídia filtra bastante o que chega à população... Então, a mídia, definitivamente, filtra. Se você não está sabendo, você deixa tomar uma atitude, deixa de economizar, de separar resíduos, tudo mais, porque não sabe as consequências que vai ter aquilo, né?*

LEd7 – *Dependendo da forma com que ela é colocada, ela acaba direcionando certos interesses, as pessoas ouvem de forma diferente e leem de forma de diferentes. O grau de profundidade eu não saberia medir, mas certamente influencia.*

Alguns leitores desta pesquisa, considerados qualificados em razão da proximidade com a questão ambiental, destacaram que o jornal atinge um número bastante limitado da população, lembrando que a televisão possui mais potencial de influência no nosso País. Também lembraram que nem todos os leitores com acesso ao jornal (seja a versão impressa, seja a online) interessam-se pela cobertura de temas ambientais, o que torna esta suposta influência ainda mais limitada ou que, apesar da informação, a mudança de atitude não é automática, como já revelaram estudos nesta área.

A informação bem construída seria um primeiro movimento em direção a uma postura, mas não pode ser vista como garantia para que, de fato, uma transformação de hábitos será desencadeada, já que outros fatores ligados à cultura, aos hábitos, às condições financeiras, às crenças, entre outros, relacionam-se com o conhecimento adquirido de modo a decidir por um e não outro comportamento. Ainda outro aspecto foi posto por LG4:

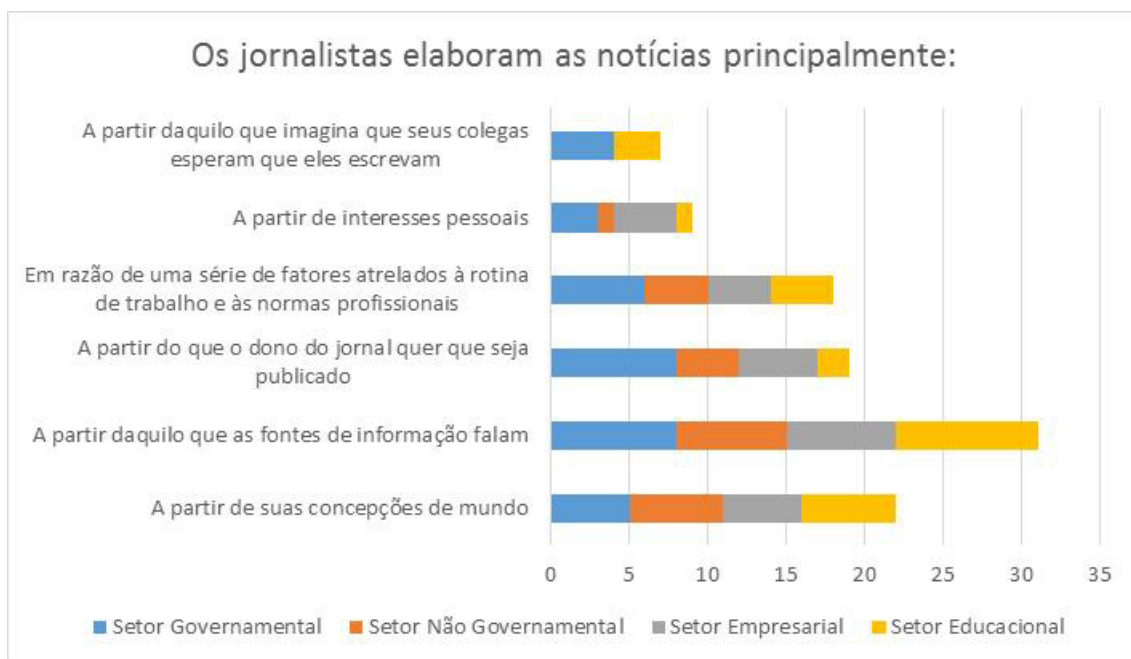
Na verdade, eu entendo que ele [o jornal] contribui bastante, mas também tem um outro lado que é essa questão da mudança de postura das pessoas... As pessoas só leem manchetes e não leem o texto com profundidade para fazer interpretação e juízo daquilo que está lá.

Há uma tendência contemporaneamente em procurar por informações curtas e se satisfazer com chamadas de leitura rápida. Dessa forma, apesar de reconhecerem o poder ou potencial que a imprensa tem para influenciar a população, avaliam que isso nem sempre ocorre porque os leitores interessados nos assuntos ambientais são minoritários, às vezes não têm condições de acompanhar o jornal na íntegra ou não reservam tempo para uma leitura mais profunda.

A confiança em relação à fonte de informação, ou seja, o quanto os leitores depositam credibilidade na *Gazeta do Povo*, tende a interferir no grau de influência que a imprensa local tem sobre o público. LG3 mencionou este aspecto: "Quem tem o hábito de ler e quem confia no jornal, eu penso que ele vai acreditar naquilo, porque ele vai depositar a confiança em quem escreveu". Desse modo, quanto mais o leitor crer que o jornal busca trazer aspectos contextualizados e não associados a interesses particulares, mais acreditará naquilo que o jornal informa, tornando-se mais suscetível de alterar seus modos de pensar.

A última pergunta do questionário indagava sobre como eram elaboradas as notícias. O gráfico abaixo mostra as opções ofertadas e a concordância com cada uma delas, por setor entrevistado.

GRÁFICO 56 - PERCEPÇÃO DOS LEITORES, POR SETOR, SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE NOTÍCIA POR PARTE DOS JORNALISTAS



FONTE: BELING LOOSE (2016).

Aqui, novamente, as fontes de informação foram consideradas a principal razão a partir da qual os jornalistas constroem as notícias. Isso ajuda a justificar por que as percepções sobre MCs das fontes também devem ser consideradas, já que elas são percebidas não apenas por todos os segmentos de leitores, mas também pelos jornalistas e pelas próprias fontes como elemento primeiro para a elaboração de dada notícia. A segunda opção mais assinalada foi "a partir de suas concepções de mundo", alinhada com a segunda opção dos demais atores.

Chama atenção o fato de que, diferente dos jornalistas que atribuem às rotinas e restrições organizacionais a terceira opção mais marcada, tanto fontes de informação como leitores (estes últimos com mais força) acreditam que as notícias sejam elaboradas "a partir daquilo que o dono do jornal quer que seja publicado", revelando falta de conhecimento sobre as estruturas internas de uma empresa jornalística, especialmente se a *Gazeta do Povo* for pensada como um dos veículos do Grupo GRPCom.

Para finalizar esta análise das questões comuns, perguntou-se aos leitores qual era sua percepção sobre como o tema das MCs aparecia no jornal em estudo (categoria *Relevância da pauta sobre MCs*). O Setor Educacional, de forma geral, percebeu uma maior constância nos últimos tempos, mas sublinhou a pontualidade, eventualidade, irregularidade do aparecimento de pautas, além da superficialidade na cobertura.

O Setor Empresarial considerou a cobertura sobre o tema incipiente, com apresentação de lacunas e apontou que o trabalho jornalístico poderia ter um enfoque mais abrangente. Em

consonância com os demais setores, o Setor Governamental e o Não Governamental também verificaram uma cobertura por ondas, não expondo o assunto de forma sistemática.

9.3 PARTE 2 - PERCEPÇÕES SOBRE A RECEPÇÃO DA INFORMAÇÃO E PRÁTICA

Neste tópico identificam-se alguns pontos levantados nas entrevistas com leitores a respeito da relação entre a recepção da informação e o que eles costumam fazer no seu dia a dia para enfrentar os riscos climáticos. As categorias em itálico compilam as respostas mais evidenciadas.

9.3.1 Comparação entre *Gazeta* e outros jornais

De uma forma geral, a maioria dos leitores, independente do setor no qual foi classificado para a pesquisa, aponta que os jornais de abrangência nacional – como *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* – tendem a trazer com mais frequência ou profundidade a temática das MCs. Esta resposta pode ser associada à própria estrutura de recursos humanos dos conhecidos "jornais de referência", que até pouco tempo atrás dispunham de editorias especializadas nas áreas de Ciência e Meio Ambiente (com a crescente crise dos impressos, estas foram as editorias que mais sofreram cortes por não serem consideradas prioritárias no que tange a conteúdos de grande audiência).

A maioria dos leitores percebe o papel do jornalismo diário – diferente de um veículo mais especializado – e nota que na *Gazeta do Povo* existe uma mescla de notícias voltadas para a realidade local e outras providas de agências nacionais e internacionais ou ainda reproduzidas de outros veículos de informação (como a *Folha de São Paulo* e o *New York Times*, por exemplo). LEd5 destaca esta questão: "*O jornalista daqui trabalha e daí você tem uma coisa diferenciada, mas existe também uma coisa que faz parte da rede. Então, às vezes, o que sai no jornal do Rio [RJ]... o mesmo artigo vai ser publicado na Gazeta*". Alinhado com este posicionamento, LG10 declara:

Os grandes jornais seguem o mesmo padrão e são atrelados a um grupo internacional... você percebe que o que sai no exterior logo em seguida é publicado nos jornais daqui... Eu percebo que não é uma coisa da imprensa do Paraná, mas da imprensa brasileira, que é muito atrelada àquilo que vem de fora...

Para os leitores mais críticos, não existe grande diferença entre os jornais diários no País, já que a questão das MCs ainda é pouco discutida e relacionada com o cotidiano das pessoas. LEm9 afirma:

Não tem diferença... Talvez falte para os outros [jornais] também [...] Há um erro muito grande de as pessoas pensarem que o meio ambiente é algo separado da gente, como se fosse um ser à parte da gente... O meio ambiente faz parte da gente, né, a sustentabilidade faz parte do dia a dia da gente... Então, acho que falta essa visão de que não é um ser à parte o meio ambiente, o meio ambiente somos nós, os seres humanos fazem parte disso...

De forma mais específica, alguns leitores elogiaram a cobertura do jornal local, citando que percebem fontes locais nas notícias e a preocupação que o jornal tem com a questão ambiental (afinal, na época da pesquisa a *Gazeta do Povo* tinha uma página semanal dedicada ao assunto). A comparação com outros veículos do mesmo porte não foi possível porque a maioria dos leitores do jornal em estudo disse não ler jornais de outros estados – exceto os nacionais já mencionados.

9.3.2 Informação para quê?

Os leitores entrevistados detectam lacunas na cobertura e conseguem fazer paralelos com o trabalho jornalístico de veículos de abrangência nacional, mas como, afinal, fazem uso de tais informações? O Setor Educacional, de forma bastante contundente, disse que a leitura de notícias sobre MCs é forma de exemplificar, de estimular o debate ou introduzir determinados conteúdos em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Quase todas as respostas estavam relacionadas à atualização e aproximação dos assuntos científicos em sala de aula.

No Setor Empresarial, as respostas estavam direcionadas à replicação para o domínio da instituição e para além dele. LEd10 resume esta percepção:

Eu acho que as informações divulgadas pela imprensa neste tema fazem com que a gente possa influenciar pessoas em casa, parentes, funcionários, enfim... usar esse tipo de informação para fazer pequenas mudanças que ajudem... [...] se podemos usar menos carro, estamos contribuindo com uma pequena parcela para que não aconteça uma mudança climática negativa, né?

Para além de difusores das informações transmitidas pelo jornal, seja em qual situação for, três leitores do Setor Governamental sublinharam o caráter fiscalizador e a força da visibilidade gerada pela mídia, que implicavam em mudanças na rotina do seu fazer. LG9 apontou que

providências podem ser tomadas a partir da divulgação de algum fato pela imprensa (nem que seja a checagem do ocorrido). Já LG1 sublinhou a função de denúncia da imprensa:

Para nós, como qualquer veículo de notícias, ele [o jornal local] é uma excelente fiscal, então quando a gente recebe uma notícia pontual, tal situação tá ocorrendo, nos serve de alerta pra gente verificar rapidamente o porquê gerou aquela notícia, se é uma notícia infundada, não tem sentido ou se é um fato que realmente passou despercebido, que nós não tivemos tempo de atender e isso nos faculta a tomar medida pra que o retorno à população, que normalmente é quem gera a notícia ao jornalista possa ser atendida.

O Setor Não Governamental também assinalou que usa as informações para se atualizar, para sustentar algumas ideias e até mesmo para mudar hábitos. Um desses leitores (LNG4) relatou que começou a se proteger mais dos raios solares após receber informações sobre os malefícios da radiação. LNG5 tratou desta questão de forma mais genérica: *"De vez em quando a gente vê na imprensa exemplos de pessoas que mudam seu comportamento e isso gera uma reação em cadeia porque provoca outras mudanças também..."*.

Dessa forma, percebe-se que não existe uma relação forte e direta com as informações e as mudanças de comportamento, embora este imbricamento não tenha deixado de ser citado. Os leitores demonstram ter conhecimento e preocupação sobre as MCs, reconhecendo sua gravidade, a identificação sensorial e o fato de estarem expostos a eles, mas, em razão de acharem que os acordos globais darão conta do problema, confiando nos mecanismos e entidades de controle e gestão de risco, sentem-se menos ameaçados. Além disso, como sabem que os riscos são distribuídos de forma desigual e ainda não passaram por nenhuma experiência traumática em Curitiba, tendem a confiar no acaso. A ênfase no global e no futuro, amplificada pelos enquadramentos da imprensa, tende a distanciar a noção de ameaça dos respondentes.

O que se constata é que a informação é vista pelos leitores como uma maneira de despertar a atenção e ampliar a repercussão do assunto em um primeiro momento. Para que essa informação chegue a alterar comportamentos, mais fatores devem ser levados em conta, como é mostrado pelo próprio quadro referencial dos estudos de percepção de risco.

9.3.3 Enfrentamento do setor

Mesmo consciente da não automaticidade entre interesse no assunto e efetiva ação para evitar ou minimizar os riscos climáticos, perguntou-se aos leitores qualificados (interessados

na questão ambiental) e em situação privilegiada de alavancar movimentos de governança o que o setor do qual fazia parte já estava fazendo para enfrentar as consequências das MCs. Em todos os setores foram descritas ações relacionadas ao meio ambiente de forma geral (coleta seletiva, campanhas de redução de consumo de água e energia elétrica, reutilização de recursos, uso de material reciclado, etc.), mas houve dificuldade em relatar atividades diretamente associadas com a diminuição de emissões de CO₂, a principal causa antropogênica das MCs.

O Setor Educacional frisou que sua forma de enfrentar os riscos climáticos está alicerçada no ensino e pesquisa. Alguns leitores desse setor citaram a realização de inventários de emissões de carbono e a sensibilização dos alunos, que acabam sendo multiplicadores deste olhar.

O Setor Empresarial tende a misturar ainda mais a ideia de MCs com ações que possam ser ditas como sustentáveis. Nota-se que os leitores falam de práticas bastante conhecidas para responder como o setor reage aos possíveis efeitos negativos das mudanças do clima. LEm1 cita um projeto recente:

A gente [...] distribuiu um kit pra todos os funcionários com caneca de café, uma caneca pra água e uma sacolinha [...], substituindo a sacola plástica. Aí veio um grupo de intervenção, assim, a gente explicou para as pessoas e fez esse incentivo. E depois, várias atividades de comunicação, lembrando das pessoas que elas são importantes para o [projeto] [...] Então aqui, por exemplo, a gente tem um adesivinho, que é pra lembrar as pessoas de apagarem a luz quando saírem [...].

Percebe-se que as ações desenvolvidas são bastante centradas na ideia de conscientização, de divulgação de informações. Muitos leitores empresários reiteraram a ideia de palestras e campanhas para seus funcionários. Outros justificaram a ausência de ações mais efetivas em razão dos custos financeiros, como LEm4: *"A gente recicla, faz a nossa parte. Usamos papel ecológico. Não somos 100% ecológicos porque não temos condições, mas fazemos o que está no nosso alcance"*.

Os grupos de trabalhos, projetos ou comitês de sustentabilidade estão presentes nos discursos destes leitores, mas tais iniciativas ainda estão bastante restritas ao âmbito da discussão do tema. LEm7 ressalta a proposta de trabalhar com a educação ambiental no nível institucional:

Temos um comitê de sustentabilidade, cartilhas e vídeo educativos; estamos tentando ter uma frota movida a eletricidade; temos aqui um espaço de gerenciamento de resíduos e estamos tentando fazer as compras por meio de licitações verdes; fazemos mitigação de GEE nos grandes eventos que organizamos... Trabalhamos com os cinco pilares da sustentabilidade.

De forma semelhante, este aspecto se encontra em outras respostas, como na LEd10:

Na empresa nós temos adotado várias políticas de melhoria de usos de recursos; queira ou não queira isso acaba repercutindo na questão da MC. Usar o máximo possível, racionalmente, os recursos, energia, materiais de escritório, enfim, questão também de descarte, quanto de sobras de produção, como eletrônicos, descarte de lixo – nós temos um programa de separação e destinação adequada de papéis, plásticos, eletrônicos... Nossos funcionários têm sido periodicamente expostos por campanhas... [...] Aqui na empresa temos tido essa consciência ambiental bastante grande.

Já o Setor Governamental apresenta algumas ações mais específicas, mas nem por isso mais eficazes. LG1 referencia o Fórum Curitiba sobre Mudanças Climáticas, plano de ação municipal instituído através de decreto, em 2009. A grande questão é que este fórum estava (até o momento da coleta de dados) bastante esquecido. De acordo com LG1, "[,,] em 2009, 2010 ele teve uma atividade bastante profícua; em 2011, 2012 ele ficou com as atividades reduzidas e agora - 2013, 2014 - nós estamos retomando com toda a força". É importante lembrar que nas notícias da *Gazeta do Povo* analisadas durante o ano de 2013 este fórum municipal nem foi citado.

No Paraná também há um fórum específico sobre o tema, mas os reflexos deste espaço ainda são fracos. LG8 destaca a falta de participação da sociedade:

Nós trabalhamos demandas políticas e nem sempre conseguimos, a gente precisa da sociedade; que a sociedade venha nos instigar, instigar a fazer o certo ou instigar a fazer melhor. Eu sinto muita quietude [...], a sociedade está muito desgastada ou não acredita mais, pode ser os dois lados, né? Não estão participando tanto, não estão nos trazendo tanta como é que se diz? Chacoalhadas que a gente pudesse trabalhar, discussões mesmo pro fórum. [...] eu sinto que os fóruns estão desestimulados... as demandas nacionais são as que estimulam os estados a trabalhar ali dentro das suas frentes...[...];

Assim, verifica-se neste setor ações mais voltadas para o tema, porém sem o fôlego necessário para gerar envolvimento. Os leitores ligados ao Setor Governamental comentam que a depender da gestão e de seus interesses as questões ambientais ganham mais ou menos visibilidade. LG6 também comentou que neste setor há muita fragmentação:

Este tema (das MCs), na maioria das vezes, não entrou ainda como tema importante, não se percebe essas conexões das diferentes áreas com o tema, apesar da gente ter já, acho, isso em outros setores talvez já esteja mais avançado, o plano nacional de adaptação, né, tem o setor industrial, o setor agrícola, já tem muita ação voltada pra adaptação, mitigação, mas na parte de conservação [onde trabalha especificamente] eu vejo que tá muito longe ainda de incorporar o tema nas ações.

Ações de pesquisa, monitoramento e educação para a questão climática foram citadas de forma mais esparsa por leitores vinculados ao Setor Governamental. Já o Setor Não Governamental, ainda que destaque bastante a questão da educação e sensibilização, acaba embasando o debate da redução dos GEE em questões mais particulares, conforme a bandeira que levantam (conservação de florestas, vegetarianismo, uso de bicicletas, cuidado com as cidades, etc.).

LNG2 – Em 1999 lançamos um projeto de grande envergadura de conciliar a conservação da biodiversidade com vistas a combater o aquecimento global. Está com 15 anos e é um dos poucos do mundo.

LNG5 – As mudanças climáticas acontecem por ação do homem, né, o que me vem à mente agora é o efeito estufa, tem várias formas,...tem vários fatores né, um deles é a destruição das florestas, né, porque quando você destrói as florestas não só você diminui a fixação do CO₂, as árvores vão crescendo e vão tirando do ar o CO₂ e acumulando nos troncos; a partir do momento que você corta, você inibe esse processo e também essa madeira pode ser queimada, em um momento ou outro, ou até queimada no pé mesmo pra abrir lugar pra pasto, produção de soja e gado. Então, o maior motivo hoje pra destruição das florestas é criar gado, em segundo é plantar a soja que vai alimentar esse gado no Brasil ou no exterior, porque tem exportação de soja também, e lá as pessoas não são fãs de comer soja, né, mas acabam dando aos animais comerem. [...] na prática o que a gente faz é informar a sociedade sobre isso.

LNG6 – Quando a gente fala de mudança climática inevitavelmente a gente está falando da quantidade de emissões, né? Eu não vou saber o dado exato, acho que a última década, a indústria produz 65% mais gases poluentes do que produzia. O transporte 120% a mais e é lógico que esse aumento de emissão de gases poluentes é de transporte motorizado e o trabalho da associação é justamente promover e incentivar o uso de transporte não motorizado, então a migração de pessoas que usam para usar bicicleta, que é o nosso foco maior [...], esta é uma ação direta pra redução desse efeito

LNG9 – A gente defende que a melhor forma de manter a qualidade da vida é manter a floresta em pé e isso tem relação com as MCs. [...]

Se compararmos os setores, por meio das respostas dos nossos entrevistados, verifica-se que o Educacional e o Não Governamental possuem mais esclarecimento sobre formas de mitigar ou evitar a emissão de GEE, no entanto são justamente os dois setores que, de forma geral, possuem menos recursos financeiros para implementar medidas de enfrentamento. O Setor Governamental apresenta algumas ações, mas de baixa efetividade, já que não são tidas como prioridade, enquanto o Setor Empresarial parece investir em questões mais genéricas, que correspondam à ideia de sustentabilidade.

9.3.4 Visibilidade de boas práticas

Aos leitores também questionou-se sobre a motivação derivada da visibilidade de boas práticas proporcionada pela mídia. Com outras palavras: se a divulgação por parte da imprensa de aspectos positivos pudesse gerar interesse para que outros setores/instituições também repensassem seus modos de fazer. Independentemente do setor, todos os leitores afirmaram positivamente que noticiar experiências positivas poderia ser fonte de inspiração. Veja alguns exemplos:

LEd4 – Podem, com certeza. Tem efeito multiplicador. Quando são divulgadas boas práticas, não só uma vez, mas de forma continue, persistente, ampla e aprofundada, dando exemplos práticos, isso é muito bom e vai ampliando a forma de agir das pessoas, das empresas, das organizações de uma forma geral.

LEm8 – Sim, com certeza. Há uma propagação... E é uma questão inclusive mercadológica, pois hoje já há uma consciência do consumidor em valorizar isso, já há um nicho de mercado focado no crescimento do verde; tem até algumas empresas que se não adéquam, perdem mercado.

LG4 – Sim, acho que a mudança se promove assim, né. Mas é uma coisa gradativa e às vezes evolui mais em determinado meio do que em outro.

LNG4 – Claro, seja por cópia simples ou para abrir a cabeça de empreendedores ou de gestores públicos ou de capacitar a sociedade, exercer seu papel de plena cidadã no cumprimento de regras já existentes ou então de ser fomentadora de algo que eu preciso ter.

Porém, há ressalvas. LEd4 diz: *"Eu acho que em tese sim, em termos reais, varia muito de instituição pra instituição e infelizmente mais do que isso: de dirigente pra dirigente. Isso é um problema brasileiro, em todos os âmbitos"*. LG6 também pondera a questão:

Eu acho que não é simples, mas um pouco esse efeito acontece, né, até você tem a iniciativa de tentar divulgar e tornar mais conhecidas essas práticas de sucesso, práticas inovadoras e na administração pública você tem vários planos, programas e diretrizes que empurram pra isso, apesar do fato de algumas instituições avançarem mais, outras menos, mas você tem também uma intenção de que essas práticas mais inovadoras ou mais adequadas ambientalmente vão se disseminando, então você tem ações que tentam promover essa disseminação. Eu não sei se só o exemplo, só ficar sabendo chega a ter algum efeito, algum efeito prático tão importante. Nas empresas privadas tem essa coisa da imagem, da responsabilidade social, delas também quererem se mostrar responsáveis ambientalmente, socialmente. [...] Mas no setor público é um pouco diferente, você precisa mais da intenção ou da diretriz ou da norma empurrando pra esse caminho...

Outro leitor (LNG9) frisou a necessidade de não responsabilizar apenas o indivíduo. Segundo ele: *"Boas práticas são sempre boas práticas e quanto mais pessoas as fizerem, o impacto será melhor. Só acho que temos de fugir dessa ideia de que o indivíduo vai resolver. É uma questão de escala. [...]"*.

Esta pergunta também foi feita visando saber se as ações de enfrentamento originadas no âmbito de suas instituições eram promovidas para gerar novas ondas de envolvimento. Contudo, com algumas exceções, foi verificado que os leitores não se sentem motivados a sugerir pautas para o jornal em estudo. Alguns afirmaram que já escreveram e-mails, mas não tiveram retorno, mostrando que o jornal não tem interesse em responder os leitores.

9.4 SÍNTESE SOBRE AS PERCEPÇÕES DOS LEITORES DA GAZETA DO POVO

Os resultados das análises dos leitores dos quatro setores escolhidos apresentam pequenas divergências entre si. Panoramicamente, constatou-se que a maioria dos leitores de cada setor apresenta a mesma resposta. Frente a isso, é válido lembrar que um dos critérios que determinaram o perfil dos leitores da pesquisa já pressupunha uma certa familiaridade com a questão ambiental – o que significa que os leitores desta pesquisa não representam o "leitor médio" da *Gazeta do Povo* e sim um leitor qualificado quando se trata das MCs. Se por um lado esse recorte restringe bastante a compreensão da recepção do jornal, por outro revela que, mesmo aqueles interessados nas discussões ambientais, apresentam desinformação a respeito de alguns pontos discutidos nesta pesquisa.

Primeiramente, é preciso notar que grande parte dos leitores achou deficitária a cobertura sobre o tema em estudo – não apenas na *Gazeta*, mas na imprensa brasileira de uma forma geral. Chama atenção que muitos afirmaram ler o jornal pela ênfase no local, mas as MCs não foram observadas nesta escala. Um dos leitores até disse que em relação às MCs e à sustentabilidade não há cuidado com essa perspectiva. Os leitores percebem que há muita reprodução de material de agências de notícias e poucos profissionais especializados, sendo que a cobertura climática costuma ser esporádica, em razão de divulgação de relatórios do IPCC, COPs e tragédias climáticas.

A percepção dos leitores de diferentes setores sobre se as MCs estão ocorrendo é idêntica a dos jornalistas e fontes de informação. Eles também dizem se preocupar sempre ou frequentemente com as MCs e a maioria diz concordar com aquilo que é postulado pelo IPCC, especialmente dentre os leitores dos setores Educacional e Não Governamental. O negacionismo aparece de forma minoritária somente entre leitores do Setor Empresarial, o que implica menos

responsabilidade em relação ao enfrentamento, já que isto ocorre naturalmente, independentemente do estilo de vida das pessoas.

Os leitores da pesquisa acreditam que a nossa geração e a próxima geração já serão afetadas pelas MCs, demonstrando uma compreensão de urgência. De forma complementar, avaliam que, majoritariamente, percebem os efeitos e riscos climáticos sempre ou frequentemente. Também, em sua maioria, percebem que a ênfase no negativo traz somente uma reação ou impacto momentâneo, sendo preciso que haja uma abordagem mais positiva, mostrando formas de adaptação e mitigação das MCs. A maioria dos leitores percebe que a ênfase nas consequências das MCs não é capaz de trazer um enfrentamento efetivo.

Em relação aos efeitos positivos, os leitores entrevistados se dividiram. Enquanto aqueles do Setor Educacional e do Governamental afirmaram que podem existir benefícios, como fez a maioria das fontes de informação, os dos setores Não Governamental e Empresarial discordaram da possibilidade, aproximando-se da resposta majoritária dos jornalistas. Neste caso, ratifica-se a confusão derivada pela falta de discussão de tais pontos na imprensa. De todo modo, os leitores sinalizaram que mais importante que falar dos benefícios é trazer aspectos preventivos.

No que tange à governança, os leitores atribuíram à opção "eu" mais peso que às fontes de informação e jornalistas, ainda que o peso maior tenha ficado também sobre os países desenvolvidos, mesma resposta majoritária das fontes de informação. Esta repetição na atribuição de responsabilidade aos países desenvolvidos pode ser relacionada às coberturas anuais das COPs, em que reiteradamente aparece a ênfase sobre o embate entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos. Esta visão pode ser considerada hegemônica do ponto de vista dos países do hemisfério Sul.

Os leitores entendem que os meios de comunicação influenciam muito seu público em relação à mudança de comportamento, apesar de existir um reconhecimento dos limites da imprensa, especialmente quando se fala de um jornal impresso que é direcionado para formadores de opinião.

Sobre as incertezas científicas, a maioria concorda parcialmente ou totalmente que sua inserção nas notícias gera barreiras ao enfrentamento. Mesmo que não tenham dúvidas sobre a ocorrência do fenômeno e a participação do homem, acreditam que outras facetas do problema podem ser privilegiadas. A incerteza pode gerar dúvida ou comodismo, de acordo com alguns leitores. Para outros, esta é uma questão inexistente na cobertura, já que há cada vez mais comprovação da contribuição humana no aceleração das MCs.

Estes leitores apostam na visibilidade de boas práticas como incentivo às ações de mitigação e adaptação, mas, em seu dia a dia, expõem poucas medidas efetivas para diminuir a emissão de GEE. Grande parte das ações relatadas pelos setores são projetos voltados para conscientização ou educação ambiental, que se manifestam em palestras e panfletos. Checou-se também que há dificuldade dos leitores qualificados precisarem ações específicas de combate às MCs, sendo as medidas tomadas pertinentes à vasta área de sustentabilidade.

Há mais pontos de convergências entre os setores Governamental e Empresarial, e os setores Educacional e Não Governamental. Um deles diz respeito a ações de mitigação: os primeiros tendem a ter uma visão mais tecnicista de ações e formas de enfrentar os efeitos climáticos, enquanto os leitores dos outros setores apostam mais na redução de emissões de GEE, demonstrando inclusive mais conhecimento sobre como amenizar o quadro atual. Em relação aos efeitos positivos das MCs, metade dos entrevistados discordam parcial ou totalmente desta afirmação, especialmente nos setores Empresarial e Não Governamental, provavelmente por razões diferentes tendo em vista o perfil dos leitores.

Embora apontem a imprensa como uma instância que influencia muito a mudança de comportamento dos leitores, na percepção deste grupo é preciso pensar de forma mais abrangente, considerando questões estruturais e culturais. O papel da imprensa é visto, para alguns, como insuficiente. Na prática, os leitores afirmaram que as informações jornalísticas são usadas para despertar a atenção sobre algum assunto e promover o debate, mas as ações de enfrentamento relatadas, por setor, demonstram que ainda há bastante trabalho a ser feito (não há medidas específicas pensando nas MCs).

10 CONEXÃO ENTRE AS ETAPAS DA ANÁLISE: INFERÊNCIAS SOBRE A TRIANGULAÇÃO DO PROCESSO JORNALÍSTICO DA COBERTURA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Mesmo quando as pessoas têm um contacto sensorial com uma manifestação das alterações climáticas, como o degelo de glaciares, a interpretação desse fenómeno depende de conhecimentos ou concepções mentais que terão adquirido através de algum tipo de discurso. Tais definições têm importantes implicações para o modo como percebemos o mundo, bem como para o processo de decisão e acção, e justificam um exame sistemático por parte das ciências sociais e humanas. (CARVALHO, 2011, p.9).

Este capítulo busca apontar as intersecções existentes entre as percepções de risco e os discursos dos três grupos de atores sociais envolvidos no circuito da notícia da *Gazeta do Povo*, assim como a análise dos enquadramentos dos textos sobre as MCs e a análise sócio-histórica que envolve a questão. O esforço investido nesta parte é de interpretação e reinterpretação dos dados, segundo o momento final da hermenêutica de profundidade, proposta por Thompson (1995).

Volta-se aqui para as inter-relações existentes entre as dimensões analíticas associadas aos contextos sócio-históricos e às análises das materialidades da forma simbólica (expressas neste trabalho pelo estudos dos textos e das percepções de risco), avançando para uma reinterpretação (ou terceira dimensão analítica da HP). Sob a óptica primeira do jornalismo, esmiúça-se o circuito das notícias sobre MCs, a fim de evidenciar semelhanças a respeito das questões mais transversais que perpassam esta pesquisa: construção social dos riscos, percepção de riscos e governança climática. A lógica de organização deste capítulo segue os eixos norteadores já mencionados: 1) Mudanças Climáticas; 2) Comunicação/Jornalismo; 3) Governança; e 4) (Percepção de) Riscos.

Elucida-se novamente que a primeira fase do enfoque sustentado por Thompson (1995), correspondente à análise sócio-histórica, foi desenvolvida durante toda pesquisa bibliográfica e documental, e perpassa todos os capítulos do trabalho, com maior ou menor evidência, de modo a expor as condições temporais, sociais, culturais e ideológicas que ajudam na caracterização dos diferentes momentos do circuito da notícia sobre as MCs do veículo pesquisado. Há uma preocupação histórica em demarcar o início da discussão climática no campo da Comunicação, no campo científico e na área da governança, trazendo à luz modos de pensar e agir específicos de cada interface. Também elementos ideológicos e socioculturais emergem, em diferentes partes do texto, revelando interesses e conflitos que são intrínsecos à dinâmica da sociedade e críticas em relação à possibilidade de uma postura neutra. Esta análise conjuntural permitiu

situar a pesquisa empreendida e clarificar condições próprias da produção, circulação e recepção das notícias da *Gazeta do Povo*.

Já as análises formais foram rigorosamente sistematizadas nos Capítulos 6, 7, 8 e 9, com o objetivo de mergulhar em cada uma das etapas do circuito da notícia antes de articular seu papel no processo. Os textos (as notícias) foram analisados sob a óptica da Teoria do Enquadramento, enquanto as entrevistas em profundidade e os questionários de percepção de risco, aplicados nos três grupos de atores investigados, foram examinados em razão de categorias comuns e específicas, formuladas a partir da Análise de Conteúdo. Ainda que nestas análises muitos traços contextuais possam ser rastreados, as interpretações realizadas focam-se em momentos singulares do circuito da notícia.

O movimento final de integração das partes ou de reinterpretação dos momentos visando à compreensão do processo é acentuado aqui, quando diferentes aspectos das análises são relidos em conjunto, considerando sua complexidade, resultando em novos significados. Para compreender o circuito desta tese, que, para além das relações entre os grupos, é atravessado por diferentes perspectivas disciplinares, faz-se necessário cruzar os resultados das análises formais, no sentido circular, levando em conta os achados contextuais.

10.1 MUDANÇAS CLIMÁTICAS: O QUE APARECE NO JORNAL E AQUILO QUE É PERCEBIDO PELOS ATORES SOCIAIS

Nos últimos anos houve uma intensificação do debate público sobre MCs. Conforme foi exposto anteriormente, as MCs deixaram de ser algo restrito ao meio científico, como antes dos anos 1980, e tornaram-se conhecidas na esfera pública, sendo um assunto que anualmente ganha espaços na cobertura jornalística, ainda que de forma fragmentada. Isso se deve tanto ao fato da percepção de tais riscos pela população, que sofre com as alterações nos regimes de chuva e aumento médio das temperaturas, por exemplo; como pela dinâmica de divulgação dos relatórios do IPCC, já estruturados para serem aproveitados ao máximo pela mídia; ou pelas realizações das COPs, que passaram a ser mediadas pela imprensa sistematicamente. Ressalta-se que o fenômeno não surgiu agora; ao contrário, há conhecimento científico sobre mudanças do clima em períodos muito antigos, as quais não tinham relação com a atividade antropogênica. O que é constatado recentemente, pela maioria dos cientistas, é que o aumento e a frequência de tais mudanças estão associados com a progressão de emissões de GEE, fruto do estilo de vida adotado na era pós-industrial.

Esta percepção de que alterações climáticas estão ocorrendo, ainda que com intensidades diferentes nas diversas partes do planeta, e que a sociedade tem parcela de contribuição no processo, é identificada no jornal em análise, que, de forma geral, não busca enfatizar o lado negacionista das MCs. Mesmo a discussão das incertezas científicas – presentes no âmbito da ciência, mas nem sempre compreendidas pelo público leigo – não aparece como tônica do jornal. A *Gazeta do Povo* não polemiza a partir dos dissensos científicos, assumindo, de certa forma, que as MCs estão ocorrendo e têm contribuição humana. Os enquadramentos da responsabilização e do enfrentamento aparecem, mas são aqueles relacionados aos riscos, aos possíveis impactos das MCs, os que predominam.

Este panorama não surpreende pelos enquadramentos adotados (verificados em outras pesquisas e associados aos critérios de noticiabilidade) e é compatível com a adesão de jornalistas e fontes de informação com as posições defendidas pelo IPCC. Há um consenso da maioria dos respondentes desta pesquisa, sejam eles jornalistas, fontes ou leitores, de que as MCs estão sim ocorrendo, que seus efeitos são graves e que o homem possui responsabilidade no aceleração deste fenômeno. A ampla maioria diz se preocupar com a questão e demonstra ter conhecimento sobre o tema, mesmo com algumas confusões conceituais (no que diz respeito ao aquecimento global e efeito estufa) ou de articulações mais abrangentes relacionadas à deterioração do ambiente pelo homem.

A partir das notícias publicadas na *Gazeta do Povo* no ano de 2013, é possível afirmar que o tema das MCs é pauta desencadeada notadamente por pesquisas científicas e eventos políticos (como foi o caso da COP-19), sendo que o macroenquadramento científico foi o mais acionado, não estando diretamente relacionado ao IPCC, mesmo que este painel possa ser identificado como a fonte de informação hegemônica – outros estudos também resultaram em notícias. É importante destacar que alguns dos jornalistas que definiam o que seria ou não notícia no jornal demonstraram ter interesse por assuntos científicos, o que pode acabar reforçando essa perspectiva.

É preciso observar esta predominância do enfoque científico criticamente. Como foi discutido neste texto, cientistas, como quaisquer outros profissionais, detêm interesses particulares, apesar de sua atividade poder estar associada a uma função social. A prática jornalística ainda está arraigada à ideia de prestígio da autoridade científica, que fornece legitimidade ao seu relato, deixando de consultar outras fontes não articuladas a este campo. Considerando que na sociedade contemporânea a ciência deixa de ser apenas solucionadora de riscos e passa a ser também a sua causa (BECK, 2010), é preciso que o jornalismo ajude a evidenciar seus limites e permita que outros olhares ganhem espaço na cobertura jornalística. Bueno (2013) alerta:

Embora seja fundamental recorrer a especialistas e a pesquisas confiáveis, não se pode ignorar que, em muitos casos como comprova a história da ciência e da divulgação científica, eles estão comprometidos com interesses de várias ordens e têm olhares contaminados pelos seus próprios filtros, sejam eles de natureza técnica ou meramente pessoal.

Aqui se sublinha que muitas notícias sobre o assunto se caracterizam por divulgações de estudos nos quais apenas os promotores são entrevistados, sem articular críticas e contextos que possam questionar os objetivos e as consequências de tais resultados para a sociedade. A construção social da realidade, da qual fazem parte os jornalistas, requer um trabalho ético, que não seja enviesado. A ciência, cada vez menos, mostra-se capaz de alavancar uma transformação global (LÉVY-LEBLOND, 2005), de modo que diferentes campos sociais precisam ser mobilizados para enfrentar os desafios ambientais que estão postos de forma conjunta.

Nesse sentido, o jornalismo pode ser visto como um ator social responsável pela articulação e empoderamento dos cidadãos por meio de informações qualificadas. No jornalismo ambiental, comprometido com a cidadania planetária, assume-se que é dever do jornalista munir os leitores com notícias bem contextualizadas, que apresentem pluralidade de vozes e que tenha um espaço constante. É evidente que esta concepção não é encontrada na cobertura sobre MCs da *Gazeta do Povo*, que além de ser pontual, prioriza as vozes dos especialistas e não amarra aspectos globais com a realidade local. É possível afirmar ainda que o alto número de notícias oriundas de agências de notícias revela que o assunto não é visto como prioridade dentro da linha editorial, sendo apresentado por "ondas", quando há gatilhos nacionais e internacionais que "forçam" a publicação da notícia.

Entretanto, mesmo sem uma cobertura sistemática, a *Gazeta do Povo* apresentou 72 notícias sobre o assunto em 2013, o que representa uma média de seis notícias por mês. O número não é alto, se for pesada a atualidade e urgência do assunto, porém reflete uma determinada preocupação em trazer o tema para o público. Neste contexto, lembra-se que, no ano de análise, o jornal tinha uma página semanal dedicada a assuntos ambientais, produzida, na maioria das vezes, por um profissional setorialista – o que demonstra uma apreensão do diário em propor pautas que tratem das tensões entre sociedade e natureza. Por outro lado, durante 2013, este espaço setorial pouco foi usado para discutir as MCs, mesmo que muitos teóricos afirmem que este é um dos principais problemas ambientais de hoje.

Muitos dos jornalistas entrevistados avaliaram que a cobertura do tema era adequada, ainda que aqueles mais familiarizados com o tema tenham afirmado que ela é pontual. A fragmentação e superficialidade da cobertura do tema foi percebida pela maioria dos

leitores da *Gazeta do Povo*, que disseram ser preciso investir em contextualização, recorrência e abordagem preventiva. Notou-se, em todos os grupos de atores entrevistados, que o aspecto negativo é aquele mais falado. Também na análise das notícias foi detectado que o enquadramento nos riscos é mais acionado, gerando uma cobertura mais centrada em consequências do que causas. Notícias que evidenciam ações de enfrentamento ou que apresentem formas de minimizar ou evitar as emissões de GEE são minoritárias, porém foram mencionadas pelos leitores como possibilidades para melhorar este tipo de cobertura.

Apesar de o assunto estar nas páginas do jornal, o enfoque é considerado distante do leitor curitibano. Jornalistas afirmaram ser possível estabelecer a relação com o local, mas como o jornal faz uso predominante de notícias de agências para cobrir o assunto, sendo raros os textos assinados pelos jornalistas do veículo, as notícias publicadas acabam abrangendo o tema de forma global ou nacional. Seja por falta de profissionais especializados, seja pela escassez de recursos humanos, a *Gazeta do Povo* acaba não conectando os problemas climáticos ao contexto de Curitiba, descaracterizando-se como jornal local/regional, já que sua cobertura se torna idêntica àquela de veículos nacionais e até internacionais, em alguns casos.

Essa ausência de perspectiva local é ratificada quando se verificam que poucas fontes de Curitiba e do Paraná foram consultadas no ano de 2013. Das fontes de informação mapeadas e entrevistadas para esta pesquisa, apenas três residiam na cidade e, portanto, conheciam a realidade dos leitores. O que este grupo de atores sociais sublinha é que este problema não é exclusivo da *Gazeta do Povo*, mas sintomático do trabalho jornalístico sobre MCs feito no Brasil e que precisa ser revisto, a fim de aproximar a questão do cotidiano das pessoas.

Os leitores entrevistados reforçam essa lacuna, avaliando que problemáticas globais costumam não sensibilizar da mesma forma que as locais. Afinal, "o que eu tenho a ver com o urso polar?". A ênfase em tragédias e catástrofes, destacando aspectos negativos, pode gerar, conforme este grupo, uma reação momentânea, mas não capaz de gerar uma atitude ou ação que realmente enfrente o risco, até porque tais consequências são apresentadas de forma global – como o aumento do nível do mar pode afetar uma cidade que não é litorânea? O que significa perda da biodiversidade? De que forma a saúde pode ser afetada com o aumento da temperatura? Essas e outras questões, que exigem um trabalho de pesquisa e contextualização, são raras em jornais diários, que permanecem querendo publicar o factual, mesmo quando os portais de internet já decretaram este tipo de notícia ultrapassada na versão impressa.

De forma geral, verificou-se uma leitura semelhante entre jornalistas, fontes de informação e leitores da *Gazeta do Povo sobre as MCs* e seus riscos. Com exceção de questões associadas à lógica do campo jornalístico ou à lógica do campo científico, nos quais os atores de cada

campo demonstraram visões divergentes em razão da cultura intrínseca de cada um deles, os entrevistados concordaram que as MCs estão associadas hoje: 1) a riscos globais, que podem ser percebidos, em alguma medida, na esfera local, mas de maneira difusa porque não há constatação científica a respeito desta relação em um curto período de tempo; 2) a riscos próximos (que afetarão a nossa e a próxima geração), mas com associação de perigo distante, seja pela percepção de risco climático baixa, especialmente na cidade de Curitiba, seja pela falta de articulação de notícias sobre o assunto com a realidade local; 3) a riscos graves, urgentes e familiares (no sentido de que há um conhecimento sobre o tema), mas descolados, na maioria dos casos, de ações de mitigação e adaptação eficazes; 4) a riscos confirmados pela ciência e amplificados pela mídia, mas em escala global – fato que diminui a própria percepção de risco em âmbito local. E tais percepções são coincidentes com os enquadramentos das notícias divulgadas na *Gazeta do Povo*.

10.2 JORNALISMO LOCAL E COMUNICAÇÃO DE RISCOS: ASSOCIAÇÕES POSSÍVEIS

No começo desta tese foram apresentadas as formas como esta autora percebe o jornalismo no âmbito da pesquisa. Ao tratar do jornalismo como subcampo da comunicação buscou-se deixar evidente que a comunicação de riscos é um campo amplo, que extrapola o fazer jornalístico, mas que também o incorpora, à medida que, a partir de sua credibilidade e legitimidade, pode promover um diálogo sério e com qualidade entre diferentes públicos, integrando-os em ações para enfrentamento dos riscos.

Os riscos climáticos podem ser mais ou menos percebidos, de acordo com a confiança que as pessoas têm naqueles que comunicam ou avaliam o risco, já que, como não são especialistas, tomarão suas decisões em razão das informações que obtiveram com amigos, família, relações de trabalho/sociais e imprensa. Assim, a credibilidade de cada veículo está relacionada com o quanto o seu leitor confiará naquilo que ele publica. O chamado jornalismo de riscos faz uso das normas e critérios da área, aproveitando a visibilidade e o *status* da profissão, mas também se articula com a governança "de baixo para cima", já que objetiva aproximar públicos diferentes para a resolução de problemas comuns.

Devido ao fato de a *Gazeta do Povo* ser o principal jornal impresso de Curitiba e ter uma ênfase local/regional, imaginou-se, no começo da pesquisa, que tal veículo pudesse atuar como um ator social em prol da comunicação de riscos ou, com outras palavras, que se pudesse reconhecer um jornalismo de riscos climáticos em suas páginas. Para além de uma prática profissional, pressupunha-se que o jornalismo da *Gazeta* pudesse desempenhar sua função

social de alertar e sensibilizar seus leitores sobre alterações do clima que possam afetá-los localmente, mesmo que de formas diferenciadas. No entanto, o que foi averiguado durante a pesquisa é que o discurso do jornal sobre MCs não é local. Se bem que se possa afirmar que há uma preocupação em cobrir a política, a economia e os esportes, para citar alguns exemplos, a partir de uma perspectiva local, o tema estudado é, majoritariamente, decorrente de republicações de agências de notícias nacionais e internacionais, um material pasteurizado focado, especialmente, em divulgações de estudos científicos – no qual o jornalismo acaba por reforçar a ciência como detentora da verdade.

Além de o jornal não contribuir para o *link* entre o global e o local, o assunto não é abordado de diferentes maneiras. A ênfase é centrada nos efeitos negativos ou riscos climáticos e as ações realizadas para evitar ou minimizar a emissão de GEE são pouco exploradas. Quando se analisam apenas as notícias das COPs, a discussão gira em torno da responsabilização pelo enfrentamento entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, algo que foi apontado por todos os atores pesquisados quando questionados sobre quem deveria fazer algo. O embate político ganha as manchetes e as vozes oficiais predominam, tornando a discussão climática uma questão político-econômica, que não debate o modelo desenvolvimentista ou o estilo de vida consumista prevalente na sociedade atual. O que está em xeque é como manter a economia crescendo, apesar dos sinais de desgaste que o ambiente apresenta.

Nesta linha também aparecem notícias que privilegiam soluções tecnológicas. Girardi *et al.* (2013, p.191), ao analisarem as coberturas das COPs 15 e 16 nas revistas de informação do Brasil, constataram que o viés ambiental, preocupado com a sustentabilidade do planeta, é superado por um discurso de negociação, no qual

[...] governos e empresários internacionais [...] julgam o quanto podem "perder" caso seja necessário uma rápida redução de gases de efeito estufa. Esse medo de "perder" revela uma visão imediatista que não percebe a necessidade do agir pensando no direito à vida de todos os seres, inclusive aqueles que ainda não nasceram.

Dessa forma, ratifica-se que a mídia brasileira, em geral, está longe de conectar as diferentes abordagens possíveis de temas transversais, como é o caso das MCs. A própria setorização por editorias, presente nos produtos jornalísticos, auxilia na fragmentação do que pode ou não pode ser dito naquele dado espaço. Por exemplo: a COP-19 foi atribuída à editoria de Mundo na *Gazeta do Povo*, que trata das notícias internacionais, em razão da negociação que envolvia diversos países; mesmo que um enfoque sobre o Brasil tenha dado em uma editoria nacional, não se pensou em publicar notícias sobre o evento nas diversas editorias, conforme

o enfoque predominante em cada uma delas, embora se possa ver tal evento do ponto de vista econômico, político, cultural, científico, local, global, etc. As temáticas ambientais costumam ser "retalhadas" para caber em uma das "caixinhas" do jornal (as editorias), quando poderiam estar frequentemente sendo abordadas por diferentes angulações em qualquer um de seus espaços.

A cobertura jornalística sobre MCs cresceu a partir dos anos 1990 em todo o mundo, mas, em muitos lugares, permanece inconstante, promovida por eventos científicos ou políticos. No Brasil, o movimento por ondas ou ciclos também é notado. Houve uma grande mobilização de profissionais da imprensa para a COP-15, na qual havia muitas expectativas para firmar um acordo climático global com metas quantitativas para os países ricos e compromissos de redução de emissões de GEE que pudessem ser mensurados para os países em desenvolvimento. No entanto, esta COP não teve o desfecho esperado, gerando uma imagem de fracasso e espalhando um desânimo entre aqueles que confiavam em uma solução. Desde então, diminuiu-se o interesse por estes encontros.

Aliado a isso, a crise financeira dos impressos cortou uma série de jornalistas de seu quadro de profissionais, principalmente aqueles especializados em assuntos considerados como menos atrativos ou de audiência segmentada, a exemplo de ciência e meio ambiente. A diminuição de jornalistas especializados e o fim de editorias específicas foram notados, sobretudo, pelas fontes de informação, que percebem a diferença inclusive nas perguntas feitas por generalistas. Como foi exposto, os jornalistas entrevistados são cientes que algumas temáticas, como a que aqui foi abordada, demandam uma preparação prévia e um acompanhamento do assunto, a fim de que não seja sempre dada a mesma notícia (sobre os efeitos). A justificativa da escassez de recursos, com a perda de anunciantes e assinaturas, faz com que as instituições jornalísticas prefiram ficar com profissionais multiplataformas e generalistas do que com aqueles que, em função de outra formação e da necessidade de uma pesquisa mais complexa, deem conta de assuntos mais específicos. Tais escolhas refletem no tipo de cobertura pouco aprofundada e na necessidade de fazer uso de mais material de agências de notícias, que, em muitos aspectos, é bastante semelhante ao que já é encontrado nos veículos *online*.

O jornal diário (antes da efervescência dos meios digitais) era o espaço do factual, daquilo que é notícia hoje e pode interferir no dia de amanhã. Atualmente, em um cenário de múltiplas emissões, este veículo precisa reconstituir sua função e lugar na sociedade, proporcionando análises e oferecendo reportagens de profundidade que antes eram privilégio somente de revistas. Nesta possível reformulação (um caminho possível), a contextualização poderá ser maior e as notícias carregarão informações qualificadas com maior potencial de esclarecimento dos cidadãos.

10.3 COMO A GOVERNANÇA APARECE NESTE CIRCUITO

Quando se fala em governança sobre MCs – e de meio ambiente de forma geral –, é preciso ter em mente que a perspectiva historicamente dominante é aquela fundamentada em acordos internacionais, caracterizada como "de cima para baixo", desdobrada por chefes de Estado e diplomatas. Por mais que tal articulação não seja algo simplesmente imposto aos países, é um modelo que tende a deixar de fora grande parte da população, que não está devidamente inteirada ou formalizada e, portanto, não é convidada ou autorizada a expor sua opinião.

Desde os anos 1970 há um movimento internacional que trabalha em busca de acordos para solucionar questões ambientais globais. O problema verificado por pesquisadores deste processo é que atualmente há várias convenções autônomas que compartimentalizam parcelas do meio ambiente, não percebendo suas relações e interdependências (COSTA RIBEIRO; SANT'ANNA, 2012), e que as convenções resultantes apresentam falhas que permitem a manutenção do *status quo* (SPETH, 2005), a exemplo do uso que se faz hoje da expressão "desenvolvimento sustentável".

Em razão da pouca efetividade de anos de tratados, a governança local, com participação pública horizontal, é defendida por alguns autores, como Bernauer e Gampfer (2013). Para Jacobi (2012), esse é um caminho que depende, primeiramente, como pré-condição, melhor acesso à informação e participação dos cidadãos.

Desde que os riscos climáticos foram reconhecidos pelas nações, as principais atitudes tomadas versam sobre a possibilidade de acordos internacionais. Outras ações, de caráter mais local, perdem a força e o incentivo diante da natureza do fenômeno (global) e da falta de consenso entre países desenvolvidos e em desenvolvimento por causa da "dívida histórica" de uns e do "direito de poluir" de outros. Isto se refletiu nitidamente na pesquisa quando os respondentes foram indagados sobre quem seria o responsável por minimizar os riscos climáticos: os países desenvolvidos foram os mais citados entre as fontes de informação e os leitores, e citados em segundo lugar pelos jornalistas, depois da opção "chefes de Estado". De alguma maneira, averigua-se que há uma ênfase desta discussão nas resoluções estatais em detrimento de ações em prol da cidadania.

Autores como Sjölander e Jönsson (2012) indicam que a imprensa poderia contribuir com o processo de governança, atuando como uma arena que incitasse o envolvimento dos cidadãos, o que modificaria a atenção do quadro atual das MCs. Giddens (2010) aponta que para o sucesso de uma política do clima, múltiplas escalas precisam ser envolvidas, mas, como o recorte da pesquisa está centrado no circuito da notícia de um jornal local, aqui prioriza-se o

fluxo de governança "de baixo para cima". Esta abordagem busca o envolvimento dos cidadãos de forma horizontal, valorizando o conhecimento e as propostas daqueles que convivem com a realidade do problema.

As notícias publicadas na *Gazeta do Povo* não trazem muitos elementos que possam ser relacionados com a promoção da governança. Por se tratar, em sua grande maioria, de notícias pasteurizadas, o global se sobrepõe ao local. Os jornalistas entrevistados não se veem como provocadores ou desencadeadores de uma melhor governança climática.⁸⁴ Por mais que reconheçam sua relevância na sociedade contemporânea, como mediadores, os respondentes restringem a cobertura das MCs aos momentos em que há divulgações de relatórios científicos ou encontros políticos. A predominância da lógica jornalística impede que a imprensa desenvolva um papel maior frente ao enfrentamento dos riscos climáticos, a despeito de manifestar potencial para isso. Os profissionais percebem que muitas pautas surgem do contexto internacional e, mesmo acreditando que o clima esteja mudando localmente, estão arraigados demais a pressupostos jornalísticos, como os critérios de noticiabilidade, que privilegiam o efeito e não o processo.

Os jornalistas da *Gazeta do Povo* reconhecem que o clima está em transformação e que a imprensa pode ser importante para conscientizar e educar a população, ao mesmo tempo em que acham que os meios de comunicação são pouco responsáveis para diminuir os efeitos negativos do problema. Avaliam que as medidas de mitigação propostas nos questionários são praticamente equivalentes, não conseguindo apontar muitas soluções que ultrapassem as alternativas dadas, com exceção à transformação da cultura, da qual teriam que fazer parte (e de forma mais enfática do que visto hoje nas páginas do jornal). Mesmo assim, questões estruturais como a crítica ao consumismo e ao sistema capitalista parecem estar menos presentes do que entre os jornalistas da Alemanha, EUA, Índia, Reino Unido e Suíça inquiridos por Engesser e Brüggemann (2015).

Conquanto se deva reconhecer que haja lógicas na produção da notícia que favorecem o reforço do *status quo* (como a maior acessibilidade a fontes oficiais, por exemplo), deve-se também frisar que há formas de trabalhar nas brechas da organização jornalística, informando com qualidade sobre ações que façam a diferença no cotidiano das pessoas e, quiçá, agenciem transformações sociais em prol do meio ambiente (do qual fazemos parte). Uma transição nas práticas comunicativas sobre MCs seria aquela que passaria a explorar essas brechas e imaginar novas possibilidades para o trabalho jornalístico (leia mais sobre isto nas Considerações finais).

⁸⁴ Algumas destas conclusões já foram publicadas em artigo que tratava apenas da relação dos jornalistas com a governança. Ver em: LOOSE; CARVALHO, 2015.

No que tange às fontes de informação e seu papel no processo de governança climática, salienta-se que é esse grupo de atores sociais o único que, em sua maioria, discorda mais do que concorda que as incertezas científicas atrapalham o enfrentamento das MCs. Isso pode ser interpretado pelo fato de boa parte das fontes serem integrantes do campo científico e, por isso, enxergar a incerteza como algo próprio do seu fazer, aquilo que permite o avanço das investigações.

Em relação à eficácia das ações para enfrentamento, a mais votada como "extremamente eficaz" foi a substituição de energias fósseis por energias renováveis ou ditas limpas. Chama a atenção que dois entrevistados deste grupo afirmaram dizer que não sabem se o investimento em mais pesquisa científica realmente é eficaz, mostrando que não se colocam como a chave para a resposta da problemática climática.

Quando respondem sobre o papel da imprensa, quatro respondentes assinalam a opção "apenas informar", algo não considerado pelos jornalistas que responderam à pesquisa. Ainda que constituam uma minoria dentro do próprio grupo, este olhar aponta em direção a uma mudança estrutural mais ampla e não concentrada apenas nas instituições científica e midiática. As fontes de informação percebem como alto o grau de influência da mídia sobre seu público, mas, por outro lado, dão pistas que alterações educacionais e culturais precisam ocorrer.

As fontes de informação percebem que os jornalistas constroem seus relatos prioritariamente a partir daquilo que elas mesmas reportam, externalizando a consciência de seu papel na produção da notícia. Embora mencionem que há jornalistas despreparados, que tomam muito do seu tempo para notícias com pouca ou nenhuma repercussão, muitas fontes destacaram que ter disponibilidade para atender a imprensa é uma forma de contribuir com o alerta e a possível mudança de comportamento da população. A divulgação da ciência, por meio da mídia, é importante para subsidiar as decisões da sociedade. Recorda-se que dez das 13 fontes entrevistadas não residiam em Curitiba e, portanto, não especificaram ou aprofundaram suas respostas em relação à cidade e ao jornal local.

Já os leitores qualificados que participaram desta pesquisa, embora tenham, na pergunta sobre de quem é a responsabilidade por minimizar os riscos climáticos, atribuído a segunda maior pontuação à opção "eu", depois apenas da opção "países desenvolvidos", demonstraram ter falta de clareza sobre ações que poderiam ou não mitigar as MCs. No caso dos jornalistas, a opção "eu" foi a quarta mais assinalada, enquanto no caso das fontes de informação ela ficou em terceiro lugar. Diante disso, apura-se uma maior autorresponsabilização por parte dos leitores que dos demais atores do circuito da notícia. Por outro lado, quando solicitados a listar o que faziam para minimizar os riscos climáticos, muitas respostas não estavam diretamente atreladas à diminuição de emissões de GEE, como manter informado e divulgar notícias sobre o tema,

economizar água, separar os resíduos sólidos e consumir alimentos orgânicos. Estas práticas estão vinculadas à questão ambiental em geral, mas não interferem de forma significativa nas causas das MCs. Assim como alguns jornalistas, os leitores entrevistados, em diferentes momentos, misturaram questões associadas à sustentabilidade de forma geral com outras, mais específicas, do tema em estudo.

Em compensação, alguns leitores mencionaram a redução ou não uso do carro (o que significa menos uso de combustíveis fósseis), não consumo de carne (associado à diminuição da necessidade de produção bovina), redução de energia elétrica (mesmo que as hidrelétricas possam ser vistas como energia limpa, a redução implica otimizar o uso e evitar que novas barragens sejam feitas), priorizar alimentos locais (que não precisam ser transportados por longas distâncias a partir do uso de combustíveis fósseis), etc. Estas medidas possuem uma relação mais evidente com a diminuição da chamada pegada de carbono, que mede a quantidade de emissões de GEE geradas direta ou indiretamente por uma pessoa. Algumas ações citadas poderiam induzir a um entendimento sobre o esforço do indivíduo em colaborar com determinado problema, como é o caso da separação de resíduos, contudo isto não garante uma redução de emissões, já que muitos sistemas de coleta são falhos, contribuindo para o aquecimento do planeta.

Quando foi pedido para os leitores mencionarem medidas de prevenção aos riscos, questões mais abrangentes apareceram, como aquelas ligadas à educação, conscientização e cobrança de governantes. Nota-se aqui que os leitores sentem que podem mitigar as MCs, mas não relacionam essa ação com a prevenção dos riscos, que estaria em um patamar mais associado a questões globais ou mudanças estruturais.

Ao se deter no que cada setor está fazendo para enfrentar os riscos climáticos em Curitiba, também se constatam projetos e ações mais atrelados à sustentabilidade e em estágios iniciais. A conscientização por meio de palestras de educação ambiental é citada várias vezes, mas parece insuficiente no caso de leitores já sensibilizados com questão. As ações empresariais são pontuais. Os Setores Educacional e Não Governamental carecem de recursos para concretizar determinadas ideias, sendo sua atuação na área de pesquisa, ensino e mobilização. Já o Setor Governamental apresenta propostas focadas, mas que, como foi observado no decorrer desta pesquisa, não conseguem ter repercussão na sociedade (situação dos fóruns municipal e estadual sobre o assunto).

Quanto ao papel da imprensa, os leitores percebem relevância e potencialidades, porém também verificam que são empresas, que se mantêm por meio do lucro, o que, às vezes, pode prejudicar seu desempenho social. Se, por um lado, os leitores entrevistados entendem que o jornal pode influenciar mudanças de comportamento, por outro pesam que são poucas as pessoas que leem jornal e se interessam por este assunto, analisando que o alcance acaba por ser limitado a uma pequena parcela da população, geralmente aquela que já está sensibilizada com a crise ambiental posta.

É importante dizer que alguns leitores ressaltaram o cuidado de não responsabilizar apenas os indivíduos, sendo os governos fundamentais na articulação para planos globais de combate às MCs. Esta é uma questão bastante presente na literatura sobre enfrentamento, pois é preciso conseguir que os fluxos de governança "baixo para cima" e de "cima para baixo" combinem-se. Algo tão complexo como os riscos que se buscam combater.

Traça-se também um paralelo dos achados a partir do circuito da notícia da *Gazeta do Povo* com as realidades brasileira e latino-americana. Verificou-se na pesquisa que a responsabilização atribuída ao enfrentamento é focada em dois extremos: os países (desenvolvidos e em desenvolvimento) e a opção "eu", sendo que vários atores sociais intermediários, legitimados pelo marco legal e institucional, são percebidos como menos responsáveis. No Brasil, mesmo que se tenha desde 1992 uma legislação ambiental considerada avançada, os processos decisórios, nas diferentes instâncias (federal, estadual, municipal), ainda são conduzidos, hegemonicamente, pela primazia do crescimento econômico em detrimento da sustentabilidade do planeta. Logo, o não cumprimento das regras e a falta de investimento em fiscalização faz com que a lei seja ignorada.

Na América Latina, de modo amplo, as vulnerabilidades ambientais tornam as consequências das MCs mais graves. Como existem muitas carências sociais e econômicas que precisam ser sanadas, questões ambientais acabam recebendo menos atenção – principalmente se for levado em conta que grande parcela da população continua tendo uma visão dicotômica do homem e da natureza, esquecendo-se que o homem não é capaz de sobreviver sem a natureza. É neste contexto que os acordos internacionais, repletos de disputas de interesses, tendem a favorecer os países desenvolvidos, ou, do Norte Global, como coloca Boaventura de Sousa Santos (2007a; 2007b).

De acordo com o já exposto, muitas decisões políticas internacionais são embasadas por estudos científicos do Norte Global, que não conhece de forma apropriada os meandros e especificidades ambientais do Sul. Tal conduta direciona os acordos globais para aquilo que interessa àqueles que podem respaldar suas demandas (KARLSSON, 2005). Ao Sul, então, cabe acatar as soluções pensadas e executadas conforme o pensamento do Norte. A visão

hegemônica, formalizada pelo fluxo "de cima para baixo", continua propagando ações iguais para todos os países, em razão do argumento que se vive hoje em uma sociedade globalizada. O que não dizem é que suas regras internas (nacionais) os protegem de certos embaraços que as normas globais vagas não preveem, deixando os países desprovidos de tais artifícios em condições desiguais de negociação.

Desta maneira, as regiões mais vulneráveis aos riscos climáticos (e ambientais) são aquelas com menos respaldo legal. A ausência de medidas "de baixo para cima", até mesmo por falta de conhecimento e dispositivos que reúnam a população em torno de interesses coletivos, também compromete o enfrentamento de projetos pensados a partir de outras realidades e interesses.

10.4 PERCEPÇÃO DE RISCOS ENTRE OS SUJEITOS DA PESQUISA

Os estudos de percepção de risco ainda são pouco utilizados no campo da Comunicação, apesar da forte relação existente com a compreensão da recepção. O desenvolvimento desse tipo de pesquisa pode aproximar especialistas e leigos, de modo a colaborar de forma efetiva com a comunicação de riscos e com a mobilização das pessoas nos processos de sua governança.

Uma das grandes dificuldades em estudar as percepções de risco é desvendar a multiplicidade de fatores, que agem de formas distintas, de sujeito para sujeito, de grupo para grupo. Existe uma série de influências que interfere, com graus distintos, na percepção de dado risco. Como não foi possível realizar um estudo mais denso com cada um dos sujeitos em razão do tempo de realização da tese e da opção por se deter em diferentes atores envolvidos no circuito, muitas questões contextuais, culturais e ideológicas não puderam ser captadas, permitindo, com as entrevistas e questionários, esboçar alguns fatores de percepção de risco mais evidentes. O quadro abaixo ilustra um resumo panorâmico, com a maioria das respostas de cada grupo, lembrando que há quatro contextos bem diferentes configurados quando se fala do grupo de leitores nesta tese.

QUADRO 13 - RESUMO POR GRUPO DAS CATEGORIAS TEMÁTICAS CONSTRUÍDAS EM RAZÃO DOS FATORES DA PERCEPÇÃO DE RISCO

continua

CATEGORIAS	JORNALISTAS	FONTES DE INFORMAÇÃO	LEITORES
Ameaça	atribuem aos efeitos percebidos das MCs pouca carga de catastrofismo, mas os riscos são vistos com maior gravidade; todos os jornalistas que participaram da pesquisa tendem a ter uma percepção de risco forte atrelada às MCs, já que a maioria dos efeitos apresentados estão associados às categorias "muito grave" e "extremamente grave".	também percebem os efeitos e riscos climáticos como graves; avaliam como "grave", "muito grave" ou "extremamente grave" a maioria dos efeitos climáticos apresentados.	associam os riscos climáticos às afetações com maior potencial catastrófico (em relação aos efeitos): extinção de espécies, elevação do nível do mar devido ao derretimento de calotas polares, maior quantidade de desastres naturais, como tufões, vendavais e enchentes, desertificação de áreas anteriormente produtivas, etc.
Informação	há um certo nível de conhecimento e, conseqüente, familiaridade detectado a partir das informações dadas pelos jornalistas a respeito das MCs; ele parece menor que o das fontes em determinado momento, mas equivalente a maioria dos leitores.	como era de se supor, o nível de informação entre as fontes de informação revela-se superior, seja no que tange as incertezas científicas, seja ao reconhecimento de benefícios e ações de mitigação.	os leitores pesquisados demonstram um grau de informação semelhante ao dos jornalistas entrevistados; reconhecem-se confusões e equívocos, porém, de forma geral, há compreensão das causas e conseqüências do fenômeno.
Exposição	a exposição aos riscos citados é futura e está no domínio das possibilidades, a aceitação da probabilidade do risco existe, mas como algo distante da realidade e, assim, com menos força.	a exposição dos riscos é abrangente, ainda que diferenciada. Seu nível de conhecimento sobre o assunto fazem vê-la como algo temporalmente próximo (hoje ou na geração seguinte), remetendo a uma aceitação em que o risco é urgente e premente.	como os grupos anteriores, a exposição dos riscos não é facilmente percebida no local, sendo a aceitação dos riscos climáticos atrelados a perigos globais, que certamente foram mediados pela imprensa.
Credibilidade	nota-se uma alta credibilidade associada à ciência, que tem como ícone, no campo das MCs, o IPCC	mesmo que façam ressalvas, as fontes também demonstram confiança no IPCC	os leitores, em sua grande maioria, acreditam no IPCC e na ciência, de um modo geral
Confiabilidade	há confiabilidade nos acordos internacionais, sobretudo em ações e decisões dos chefes de Estado, países desenvolvidos e em desenvolvimento.	as fontes de informação atribuem maior responsabilização aos países desenvolvidos, depositando a solução dos problemas em uma governança global	os leitores repetem essa perspectiva, que é a hegemônica, mas em segundo lugar apostam em ações individuais, dividindo as expectativas de resolução com a escala local
Domínio	este grupo foi o que menos mostrou-se capaz de fazer algo para reduzir as emissões, embora trabalhem com a produção de notícias.	as fontes, por possuírem mais informação, demonstram ter ações mais eficientes para reduzir as emissões de GEE.	os leitores mostram-se com vontade de fazer algo, mas são limitados por falta de informação e/ou falta de recursos financeiros.

QUADRO 13 - RESUMO POR GRUPO DAS CATEGORIAS TEMÁTICAS CONSTRUÍDAS EM RAZÃO DOS FATORES DA PERCEPÇÃO DE RISCO

CATEGORIAS	JORNALISTAS	FONTES DE INFORMAÇÃO	LEITORES
Preocupação	demonstram ter alta preocupação.	demonstram ter alta preocupação.	demonstram ter alta preocupação.
Sensação	jornalistas sentem cautelosos para citar efeitos percebidos localmente como se fossem decorrentes das MCs.	como as fontes de informação, em sua grande maioria, não residiam em Curitiba, os efeitos sentidos foram relatados em termos nacionais.	este grupo foi o que trouxe exemplos mais associados com a percepção dos riscos.
Justiça	os jornalistas percebem a desigualdade associada à distribuição destes riscos.	as fontes percebem a desigualdade associada à distribuição destes riscos.	os leitores também percebem a desigualdade associada à distribuição destes riscos

conclusão

FONTE: BELING LOOSE (2016).

Este quadro resume e permite comparar pistas relacionadas às percepções de riscos climáticos dos grupos inseridos no circuito da notícia da *Gazeta do Povo*. A categoria *Ameaça* está associada à gravidade, ao impacto ou ao potencial catastrófico que cada sujeito atribui a determinado risco. Em todos os grupos, pode-se confirmar uma alta atribuição dessas características aos efeitos (e mais ainda aos riscos) associados às MCs, o que, segundo a literatura, tende a gerar maior preocupação ou atenção.

Já a *Informação* está vinculada a quanto cada sujeito conhece sobre o risco. Nesta categoria foi visto que as fontes de informação, justamente por, em sua maioria, serem especialistas no assunto, demonstram mais ciência ou conhecimento que jornalistas e leitores. Mesmo assim, todos parecem entender as causas e consequências do problema, mostrando familiaridade com o tema, ainda que haja confusões no discernimento entre ações de mitigação e adaptação. Conforme os estudos na área, quanto mais conhecimento sobre os riscos e as maneiras de contê-lo, mais controle o sujeito acredita que tem, diminuindo sua percepção de risco.

A *Exposição* tem relação com a aceitabilidade do risco. Sempre que a exposição for voluntária ou acarretar algum benefício, melhor vai ser sua aceitabilidade. No caso dos riscos climáticos, mesmo que a exposição não seja voluntária (não se pode controlar quem e quando as MCs afetarão), esta é percebida no futuro e distante da realidade local, o que minimiza o aspecto da involuntariedade.

A *Credibilidade*, ligada à confiança em relação à fonte de informação do risco, está, nesta pesquisa, associada primeiramente ao campo científico, que tem historicamente dado os subsídios para as discussões em outras esferas sociais. A grande maioria dos sujeitos, ainda

que com cautela, acredita nos postulados do IPCC, a fonte hegemônica sobre o tema, permitindo que a concepção de risco seja viável. Se, de outra maneira, focar-se na relação que os sujeitos da pesquisa possuem com a *Gazeta do Povo*, também se verificará uma adesão à credibilidade, especialmente porque há um elevado grau de entendimento que o jornal é capaz de influenciar a população em razão de sua reputação e prestígio.

A categoria *Confiabilidade* está relacionada a quanto cada sujeito confia que mecanismos ou entidades responsáveis pelo enfrentamento das MCs tomarão medidas eficazes. A literatura da área aponta que aqueles sujeitos que confiam nos instrumentos políticos e técnicos de controle do risco têm maior aceitação da convivência com o fator de risco, tendo uma percepção menos urgente e/ou menos grave do risco. Na investigação, seja pela questão da responsabilização, seja pela da eficácia das ações relatadas, notou-se que há uma confiança em medidas tecnicistas e na assinatura de um acordo global, encabeçado pelos chefes de Estado, sobretudo dos países desenvolvidos, que deveriam financiar novas tecnologias devido à sua "dívida histórica". Esta perspectiva acaba por gerar menos urgência nas suas ações individuais, já que a solução é projetada distante do cotidiano dos grupos.

A categoria *Domínio* tem a ver com o quanto de controle cada um pode ter ou não em relação ao risco. No caso dos riscos climáticos, a incontrolabilidade do fenômeno faz com que ações preventivas passem a ser negligenciadas. Como os sujeitos não podem fazer nada que garanta que não correrão risco (já que a redução da pegada de carbono de um indivíduo não impede que este venha sofrer algum impacto no futuro porque outras pessoas não fizeram o mesmo), muitos se eximem da responsabilidade de mitigar as emissões de GEE. Em contrapartida, a consciência da falta de controle gera um medo maior do que aquele risco que pode ser controlado.

O que foi denominado de *Preocupação* aqui está relacionado à importância pessoal que cada um dá ao risco, no sentido de compreender até que ponto ele realmente pode afetar a vida do sujeito. Esta categoria aproxima-se muito das anteriores, pois reflete o que mobiliza individualmente cada um, ou seja, quais dos fatores de percepção de risco apresentados acima que, em função das experiências individuais, recebe mais importância e pode gerar uma percepção de risco maior ou menor. Nas respostas dos questionários observou-se que a maioria dos sujeitos diz ter alta preocupação com o tema das MCs, mas o que isso significa no dia a dia? Examinou-se que as ações para mitigar e prevenir ainda são poucas e não demandam uma mudança estrutural, além de ver que os riscos climáticos mais gravemente aludidos não interferem de imediato em suas vidas e que a ideia de futuro está fortemente associada aos riscos

climáticos. Tais questões, por mais que os sujeitos percebam a incontornabilidade e a gravidade dos riscos, afastam a força da ameaça.

A *Percepção sensorial* busca ver como os grupos sentem os sinais dos riscos. Riscos que não podem ser vistos, tocados ou cheirados tendem a não ser percebidos; se tornam invisíveis no dia a dia das pessoas e saem de seu foco de preocupação. O grupo de leitores foi o que mais conseguiu exemplificar "sintomas" de que as MCs, de fato, estavam sendo percebidas, mesmo em Curitiba. Contudo, a percepção destes não estava associada a um alto grau de gravidade (como aqueles de ordem global). Riscos que não podem ser percebidos sensorialmente são menos aceitos do que aqueles registrados pelos sentidos.

A questão da distribuição dos riscos, inserida em *Justiça*, não foi alvo de uma questão direta, mas a maioria dos sujeitos demonstrou saber que os riscos climáticos afetam diversas regiões, de modos diferentes. Assim, não há equidade. Países que emitem muitos GEE podem ser menos afetados que aqueles que contribuem muito pouco para o aceleramento das MCs. Mesmo que isso não tenha sido evidenciado nas análises dos grupos, o registro sobre quem será mais afetado atesta esta percepção.

10.5 RELAÇÕES VISÍVEIS E POSSÍVEIS NESTE CIRCUITO

As inter-relações entre os eixos norteadores e os diferentes momentos do circuito da notícia revelam um quadro complexo no qual as percepções de risco se fazem presentes, mas afastadas das responsabilidades e ações reais dos sujeitos que interpretam as notícias em Curitiba. Os respondentes da pesquisa demonstram familiaridade com o tema, que pode ser atribuída, em parte, pela visibilidade que a imprensa tem dado às MCs, em especial, nas últimas décadas, entretanto expressam dificuldade em perceber o risco como algo que possa impactar seu ambiente logo e, por isso, tendem a agir de forma insuficiente para enfrentá-lo.

A respeito das categorias comuns da análise pode-se dizer que há muito mais concordâncias que divergências entre os grupos investigados. A relação entre as percepções de risco dos diferentes atores do circuito da notícia podem ser sintetizados no quadro abaixo, correspondente à **Parte 1**. Sublinha-se que os dados inseridos no quadro representam a maioria das respostas de cada grupo.

QUADRO 14 - RESUMO POR GRUPO DAS CATEGORIAS TEMÁTICAS CONSTRUÍDAS PARA AS ANÁLISES COMUNS DAS ENTREVISTAS

continua

CATEGORIAS COMUNS	JORNALISTAS	FONTES DE INFORMAÇÃO	LEITORES
Conceito	associado às causas e aos efeitos.	construído a partir de termos mais técnicos, geralmente distinguindo o processo natural daquele associado ao incremento das emissões de GEE de origem antrópica.	também retomam as causas, especialmente as de origem antrópica, e efeitos, mas alguns ampliam a definição de modo a ilustrar a crise ambiental contemporânea.
Relevância da pauta	atribuem um bom espaço dentro os temas do jornal, já que assumem que a pauta é relevante; para os mais experientes, há lacunas.	avaliam que a cobertura cresceu na última década, mas apontam muitos desafios para a imprensa brasileira.	de maneira geral, todos setores verificaram a falta de recorrência das pautas, sublinhando sua irregularidade e superficialidade frente à relevância que o tema tem hoje.
Enquadramento	de forma geral, científico e focado nos riscos. Cada editoria pode adaptar essa perspectiva, mas a factualidade faz com que os jornalistas tratem do tema a partir de um fato novo, que geralmente parte do campo científico.	aquele vinculado a um desastre ambiental, inundação com deslizamento, morte, catástrofe, ou derivado de eventos como as COPs e das divulgações de relatórios do IPCC.	voltado para os aspectos negativos das MCs. Os leitores foram os sujeitos que mais associaram a abordagem pelos riscos ao sensacionalismo e a necessidade da empresa vender jornal.
Negatividade	jornalistas tendem a relacionar as MCs com efeitos negativos, ainda que revelem cautela para tratar disso.	fontes mencionaram que buscam trazer caminhos positivos ou relacionados com ações de mitigação, mas as questões negativas não podem ser ignoradas.	no geral, os leitores percebem a ênfase nos aspectos negativos, mas dizem esperar abordagens mais positivas.
Reação do público	o enfoque negativo é visto pelos jornalistas como mais propenso a causar inação do que reação, ainda que muitos não souberem responder ou relativizaram esta questão.	as fontes, sob este aspecto, apontam que o jornalismo sozinho não vai dar conta de causar uma reação nas pessoas, dependendo de outros fatores.	há uma ideia de que os riscos chamam a atenção, mas não desenvolvem uma ação efetiva – e fatores como educação e cultura foram citados na tentativa de compreender porque não há uma reação.
Enfrentamento do risco	associam a sua função social à promoção do debate público e a educação, porém a responsabilidade social que atribuem ao seu grupo profissional no enfrentamento das mudanças climáticas é limitada.	para as fontes, a imprensa, além de informar, pode interferir no campo das políticas, seja como fiscalizador, seja como proponente de agendas de discussão.	os leitores atribuem uma grande relevância à imprensa, sublinhando tanto seu papel na discussão de políticas públicas e de aspectos preventivos, associados à função social do jornalismo, quanto no estímulo a movimentos em prol da redução de GEE.

QUADRO 14 - RESUMO POR GRUPO DAS CATEGORIAS TEMÁTICAS CONSTRUÍDAS PARA AS ANÁLISES COMUNS DAS ENTREVISTAS

CATEGORIAS COMUNS	JORNALISTAS	FONTES DE INFORMAÇÃO	conclusão
			LEITORES
Relação com a ciência	jornalistas, em sua maioria, demonstram ter confiança em relação aos postulados do IPCC e não dão ênfase às incertezas científicas.	as fontes de informação, em sua maioria, entrevistadas também demonstram confiar no IPCC.	os leitores, em sua maioria, concordam com o IPCC e não percebem as incertezas ou as veem como fator de obstáculo em relação ao enfrentamento dos riscos climáticos.
Influência sobre o público	houve maior relativização desta questão por parte dos jornalistas, muito provavelmente por eles terem mais conhecimento sobre as restrições da produção e recepção.	mesmo as fontes que afirmaram não saber se a notícia é capaz de alterar a percepção do leitor avaliaram que é possível despertar um interesse por meio dela.	a maior confiança em relação ao poder de influência da imprensa veio dos leitores, ainda que com algumas ressalvas.
Relação com o local	relatam dificuldade em fazer as associações entre o global e o local.	percebem esta relação como necessária e como um desafio para a imprensa.	notam a lacuna na imprensa.

FONTE: BELING LOOSE (2016).

A semelhança e encadeamento entre as respostas majoritárias de cada grupo podem ser interpretadas como um processo de circular influência, no qual algumas ideias acabam sendo reproduzidas do campo científico (por meio dos especialistas que constituem a principal fonte de informação do jornal) para o midiático, através dos jornalistas, e deste para o mundo vivido dos leitores, que esperam mais informações do jornal para enfrentar os riscos climáticos divulgados. Isso é demonstrado, por exemplo, por meio dos postulados do IPCC, que recebem ampla concordância em todos os grupos, sugerindo que a imprensa auxilia na sustentação do pensamento hegemônico.

Contudo, é preciso lembrar que a recepção é ativa, ou seja, os leitores podem interpretar livremente aquilo que é divulgado pela imprensa, tendo uma apreciação favorável ou contrária, ou ainda ignorando as informações. Também os jornalistas podem não exatamente concordar com as fontes entrevistadas, mas dificilmente terão como não levar em conta esta fala na hora de construir a notícia, especialmente devido às pressões organizacionais e à falta de tempo para consultar novas fontes, que tenham o pensamento mais compatível com o seu. As fontes de informação são aquelas que, teoricamente, teriam mais possibilidade de inserir suas percepções nos discursos jornalísticos, mas, como são entrevistadas a partir de uma determinada pauta, com um recorte predefinido, e terão seu discurso editado durante a construção da notícia, também não garantem a publicização de seu pensamento tal como

disseram. O que se depreende deste relato é que há muito mais enredamentos inerentes ao circuito do que as etapas evidenciadas. Não há uma resposta fácil.

Por outro lado, o papel social desempenhado pela mídia na sociedade atual, cercada de riscos, não permite que se exclua as possibilidades desencadeadas em razão de sua credibilidade, visibilidade e alcance. Ainda que não se possa afirmar o quanto as notícias da *Gazeta do Povo* sobre MCs tenham contribuído para a construção do que são riscos climáticos e o que eles representam no dia a dia dos leitores curitibanos, avalia-se fortes pontos de convergência entre as percepções daqueles que participam do circuito supracitado. De forma majoritária, fontes de informação, jornalistas, textos publicados e leitores expressam concordância com a ocorrência das MCs, com a ausência de *links* entre os efeitos globais e locais, e com a recorrência de enfoques negativos na imprensa (centrada em riscos). Os sujeitos pesquisados ainda corroboram o entendimento de que o jornal tem potencial para influenciar seus leitores. As pequenas diferenças que se apresentam entre os grupos ou se manifestam entre os sujeitos de um mesmo grupo não alteram a percepção geral de que as MCs representam um problema com alto grau de gravidade que requer novas abordagens para atrair as pessoas para a ação.

Na observação das análises específicas (**Parte 2**), pode-se relacionar a falta de especialização, reconhecida pelos jornalistas entrevistados, à própria vigilância que as fontes demonstram ter quando são procurados para dar entrevistas, ou seja, o relacionamento da imprensa está balizado, para as fontes, pelo grau de conhecimento que o jornalista mostra ter. A acessibilidade das fontes, além do prestígio e repercussão do veículo, também mescla-se ao reconhecimento profissional que detém o jornalista. Estas evidenciações rebatem nas negociações, descritas na discussão de literatura, nas quais tanto jornalistas como fontes predispõem-se a determinadas situações porque aquilo, em algum sentido, interessa a eles (profissional ou pessoalmente).

Nesta investigação, como a maioria das fontes entrevistadas provêm do campo científico (sete de 13), emergem reflexos do embate entre a cultura de dois campos sociais com tempos e lógicas muito diferentes. As já conhecidas reclamações de que jornalistas marcam entrevistas em cima da hora e, ao final, publicam apenas uma linha do que a fonte disse não desapareceram, ainda que se tenha notado que as fontes são cientes das rotinas e prazos curtos deste universo. Nas entrevistas com as fontes foi perceptível a compreensão de que seu cuidado e atenção com a imprensa pode acarretar notícias mais ou menos contextualizadas, com um número maior ou menor de erros. Mais do que apenas criticar a mídia, muitas fontes destacaram seu papel no resultado final do circuito – ainda que lamentem a queda de profissionais especializados e o fim de espaços dedicados ao tema.

Nesta mesma linha, os jornalistas não colocam como dificuldade ou obstáculo para a cobertura o acesso às fontes. A apropriação de tecnologias pelos profissionais das redações, como uso do *Skype*, permitiram que os jornalistas contatassem pessoas de qualquer lugar do mundo sem sair de Curitiba. Ainda que assumam que a escolha das fontes é bastante subjetiva e, devido ao ritmo frenético da imprensa diária, recorram a pessoas já conhecidas ou que apresentem disposição para falar com jornalistas, o grande problema verificado na cobertura sobre MCs é o excessivo uso de material de agências de notícias.

Na comparação com outros jornais, ainda que de abrangência nacional, os próprios leitores veem que o conteúdo sobre este tema é o mesmo, que não há produção local. Além da repetição de enfoques negativos, que podem não gerar envolvimento dos cidadãos, os leitores apostam que a visibilidade de boas práticas poderia ser uma forma de tratar o assunto de outra forma. Apesar disso, como integrantes de setores aptos a agir pela governança climática e já sensibilizados pela causa ambiental, os leitores entrevistados também demonstram um *gap* entre sua preocupação com as MCs e suas ações de enfrentamento efetivo. Mesmo práticas mais amplas, associadas à sustentabilidade, não parecem merecer a divulgação, já que há pouca proatividade dos atores no que diz respeito à proposta de pautas para o jornal do qual são leitores.

As desarticulações ratificadas, que afastam os leitores e as fontes de informação paranaenses da produção das notícias, poderiam ser evitadas, caso o jornal entendesse ser um ator importante no quadro da comunicação de riscos e da governança climática local. Como instituição jornalística que detém um papel social, a *Gazeta do Povo* poderia provocar seus leitores, considerados formadores de opinião, a participar de forma mais ativa na cobertura das temáticas ambientais locais, incluindo aí a relação com as MCs. Esta posição, entretanto, não é assumida e, ao que parece, está sendo menosprezada pela justificativa de cortes financeiros.

A página semanal de meio ambiente desapareceu do jornal no começo de 2014, retirando a obrigação da pauta se manter presente. Embora exista a discussão que o ideal seria tornar a pauta ambiental transversal e demarcação de um espaço limitaria a compreensão deste aspecto relacional (afinal, meio ambiente tem a ver com política, com economia, com bem-estar, com saúde, etc.), dificilmente a ausência de um espaço têm garantido o debate de assuntos de forma não fragmentada, como era de se supor. Se com a formalização deste espaço, as notícias de MCs já eram publicadas a partir de agências, o que esperar da cobertura com a supressão do mesmo?

Alinhada com a constatação de que os jornalistas locais pouco trabalham para a cobertura climática, verifica-se que o principal jornal de Curitiba não está contribuindo para o

debate sobre riscos. Como promover um diálogo com a população se os riscos tratados estão lá e não aqui? A abordagem preventiva se faz ausente e o modo com que o tema aparece dificulta a própria construção de uma percepção do risco climático. Os sujeitos compreendem a gravidade e afirmam ter preocupação, mas assinalam os riscos percebidos como possíveis de conviver (devido ao baixo grau de potencial destrutivo) e/ou associados a um tempo futuro.

Sem uma adequada comunicação de risco, as percepções sobre eles se dispersam. Se os cidadãos não se sentem ameaçados ou não percebem o quanto podem perder em razão dos efeitos negativos das MCs, não tomarão medidas para combatê-los. Se muitos leitores desta pesquisa, escolhidos em razão de um contato com questões ambientais, não conseguem relacionar suas escolhas diárias com a causa das MCs e/ou pensam que podem mitigar ou prevenir os riscos climáticos apenas com medidas paliativas, o que esperar dos leitores não interessados na área? Como pensar em uma governança climática, que seja participativa, "de baixo para cima", se tais perigos não estão entrelaçados com o cotidiano dos curitibanos?

Estes achados reforçam que, mesmo em um País no qual as vulnerabilidades socioambientais são muitas, o que agrava o impacto dos riscos climáticos, a preocupação com o tema não se converte em ação – nem por parte dos jornalistas, que poderiam ter um posicionamento mais crítico em relação ao meio ambiente, assim como já o fazem contra a corrupção, nem por parte dos leitores, que não reivindicam ou propõem novos caminhos, mesmo cientes das muitas lacunas existentes e do que isso pode gerar, considerando a influência do jornal. As fontes de informação parecem ser aquelas mais próximas a uma ação condizente com sua preocupação, porém, pensando no circuito, elas desempenham um papel restrito ao ser, geralmente, um dos discursos apresentados na notícia.

A proposta da HP permitiu reinterpretar os resultados derivados das análises por etapas, por meio dos procedimentos metodológico instrumentais usados (Análise de Conteúdo e Análise de Enquadramento), e a partir do cruzamento com a análise sócio-histórica, empreendida durante o resgate e discussão dos documentos e literatura da área. Notou-se como o contexto social e cultural de Curitiba é relegado na cobertura das MCs, deixando manifesta uma ideologia científica hegemônica, calcada nos estudos do IPCC. Em razão de uma percepção de risco climático distante do cotidiano dos leitores, pode-se dizer que a mediação jornalística amplifica os efeitos negativos globais e a discussão sobre acordos internacionais voltada para a responsabilização dos países desenvolvidos, enfatizando a governança "de cima para baixo" e contribuindo para a expansão das decisões executadas do Norte para o Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema da alteração climática é uma questão de legado. (WALKER; KING, 2008. p.57).

A pesquisa apresentada origina-se de uma mescla de aventura, curiosidade e dedicação constante. Uma aventura, pois se afastar da área de formação primeira significa, dentre muitas coisas, recomeçar a caminhada acadêmica de um ponto de partida pouco ou nada conhecido, na qual a bagagem anterior, creditada por seu diploma de mestrado, parece não fazer muita falta. É um universo novo, com outras discussões e demandas. Curiosidade, porque é ela que nos impulsiona para deixar as zonas de conforto (no meu caso, relativas à Comunicação e ao Jornalismo) e experimentar novos contextos, tornando a realização de um desejo algo concreto. Entretanto, o êxito de se permitir enredar em outro campo e tecer tramas que não são tão óbvias dentro das caixas da disciplinaridade só é viável com muita dedicação. Para dar conta daquilo que é novo e fazer as intersecções devidas com aquilo que era supostamente sabido, é necessário muito estudo e persistência, pois no rol de inúmeras combinações há aquelas que, cientificamente, não são permitidas.

Assim, esta tese é decorrente de um encontro entre o campo comunicacional e o ambiental – alavancado pelas mudanças climáticas –, no qual a governança se tornou elemento presente na Turma X do Doutorado em razão da proposta do PPGMade. A percepção dos riscos somou-se aos elementos de composição da pesquisa porque durante a revisão bibliográfica os riscos climáticos tornaram-se um tópico recorrente e permitiam a ponte com os estudos do jornalismo pelo viés da comunicação dos riscos. Desse modo, os quatro eixos norteadores se revelaram a partir de sua alta complementaridade.

Pode-se dizer que é esta uma pesquisa arrojada, pois envolve cruzamentos de saberes, inter-relações de um processo jornalístico e tem um caráter panorâmico. A interdisciplinaridade exige despreendimento por parte do pesquisador para abrir-se às novas possibilidades e esforço analítico-reflexivo, a fim de que as trocas sejam frutíferas, interessantes, contributivas. Como jornalista em um programa de pós-graduação interdisciplinar, o empenho foi de duas ordens: traduzir as lógicas comunicacionais e suas implicações para colegas e professores de outros campos de conhecimento – o que exige um aprofundamento de sua área para justificar e responder a questões que no seu campo parecem naturalizadas – e, ao mesmo tempo, deixar-se contagiar por perspectivas e modos de pensar outros – um exercício primeiro de altruísmo na tentativa de alavancar um diálogo de múltiplos campos.

Já a construção teórico-metodológica a partir de um processo – e, portanto, da impossibilidade de uma análise estática –, exposta por meio do circuito da notícia, enfatiza a visão global do jornalismo de modo a convergir com o olhar ambiental, afinado com a complexidade. Ao invés de mergulhar no detalhamento das partes do circuito, optou-se pela visão do todo, verificando contextos e conflitos de interesses e lógicas, mesmo dentro do recorte específico da construção da notícia. Esta escolha revela mais uma possibilidade de se trabalhar com a perspectiva global da notícia a partir do quadro teórico das percepções de risco e do enfoque na cobertura de um tema específico: as mudanças climáticas. Aqui, mais do que trazer abordagens do campo Ambiental e da Psicologia Social para uma análise comunicacional, entrelaça-se à dinâmica do processo jornalístico uma visão panorâmica, que valoriza o macro, contrariamente aos estudos tipicamente realizados nos programas disciplinares atualmente, no qual o esforço analítico é sempre vertical, e não horizontal.

O problema que moveu a pesquisa foi calcado em saber como o jornalismo local estava ou não presente no processo de comunicação e governança dos riscos climáticos no âmbito de Curitiba, sendo que, para isso, averiguou-se quais percepções de risco tinham os atores sociais envolvidos no circuito da notícia do principal jornal da cidade, a *Gazeta do Povo*, assim como de que forma eram construídos os discursos noticiosos. Em razão das análises feitas, pode-se afirmar que as notícias divulgadas pelo jornal diário não repercutem a relação global-local das MCs, revelando que o caráter local do jornal é seletivo. Além disso, os próprios atores entrevistados, com algumas exceções, apresentam dificuldade em conectar sintomas locais das MCs no lugar em que residem. Grande parte dos efeitos e riscos das MCs é atrelada à esfera global. Dessa forma, verifica-se que a *Gazeta do Povo* não atua como um ator a favor da governança, ainda que replique de forma não sistemática notícias sobre o assunto procedentes de agências de notícias nacionais e internacionais. Sua cobertura sobre o tema enfatiza os riscos climáticos globais, contribuindo para o distanciamento das MCs do cotidiano do seu público.

O estudo revelou que há percepções semelhantes sobre os temas abordados nos diferentes grupos de atores (jornalistas, fontes de informação e leitores) e que estas encontram também correspondência nas análises das notícias de 2013, nas quais foram constatados macroenquadramentos científicos, de abrangência global, com ênfase nos enquadramentos de riscos, associados às consequências negativas das MCs. Mesmo que esta não seja uma associação simples, pois há inúmeros outros aspectos culturais, pessoais e contextuais, pode-se delinear parâmetros de entendimento que convergem.

O objetivo geral desta pesquisa (checar quais eram as percepções dos atores envolvidos na produção e recepção das notícias sobre MC, buscando captar os pontos de intersecção entre

percepção, comunicação e governança dos riscos) foi cumprido, ainda que a amarração entre as percepções que apresentavam afinidades não seja algo simples e isento de sombras. De maneira ampla, pode-se aferir que as percepções de risco se assemelham entre a maioria dos sujeitos e possui rebatimento nos textos publicados pelo jornal; já a comunicação de risco realizada pela *Gazeta* é considerada como falha pela falta de sistematização, superficialidade, ausência de *link* do global com o local, ênfase apenas nos aspectos negativos, dentre outros problemas que evitam a aproximação da população com o tema e, quiçá, diálogo e ação para a gestão dos riscos climáticos; e a governança climática está distante de ser realizada, seja pelo desconhecimento das ações mitigadoras e adaptativas, seja pela ausência de forte percepção de risco na cidade de Curitiba.

Como objetivos específicos foram traçados: a identificação das percepções de risco atreladas às MCs de jornalistas, fontes de informação e leitores da *Gazeta do Povo*, e posterior relação entre estas; a investigação de como os jornalistas constroem as notícias sobre MCs e o exame dos enquadramentos dos textos; a análise sobre como os atores sociais pesquisados enxergam o papel da imprensa e da governança climática, e como associam tais questões ao seu dia a dia; e, por último, a avaliação se as percepções de diferentes atores sociais envolvidos no circuito da notícia podem contribuir para a comunicação e governança de riscos climáticos. Pontuam-se os dois últimos itens, que não aparecem na explanação geral: detectou-se que os sujeitos da pesquisa atribuem um papel de importância à imprensa para a governança climática, sendo que as respostas mais contundentes vieram de fontes e leitores, e reconhecem a necessidade de promover ações para o enfrentamento das MCs, entretanto seu discurso não possui correspondência, no mesmo grau, com as atitudes praticadas (como já havia sido constatado em pesquisas de outros países); e certifica-se que o estudo das percepções de risco dos sujeitos ajuda a perceber as falhas da comunicação dos riscos e, conseqüentemente, um melhor trabalho nesse sentido pode alavancar movimentos em prol à governança climática (se não há percepção, não há ação).

O pressuposto assumido, de que as notícias legitimadas e divulgadas pelo jornalismo interferem na forma pela qual as pessoas percebem os riscos climáticos e, conseqüentemente, a maneira com que o tema as sensibiliza e as motiva para seu enfrentamento, não pode ser refutado, já que houve clara correlação entre os enquadramentos mais fortemente usados nas notícias sobre MCs do jornal e aquilo que os leitores mencionavam como percepções sobre o assunto. Acreditava-se ainda que, por ser a *Gazeta do Povo* um jornal voltado para o estado do Paraná e, portanto regional/local, sua cobertura sobre MCs teria um enfoque mais próximo ao cotidiano do leitor, o que não foi identificado. A hipótese de que por ser um jornal de abrangência

estadual sua perspectiva de mediação seria fortemente motivadora de ações de governança "de baixo para cima" também foi negada, já que seus enquadramentos são majoritariamente globais.

Dessa forma, a fim de tornar os curitibanos mais atentos e cientes dos efeitos das MCs e auxiliar no seu engajamento a favor da governança climática, a *Gazeta do Povo* deve apostar em estratégias de aproximação das questões globais com a realidade de seus leitores, buscando inverter o panorama aqui revelado. A tarefa não é fácil, especialmente se considerarmos o período de crise pelo qual passam os jornais impressos, mas torna-se um desafio imprescindível para a manutenção do papel social do jornalismo na sociedade de riscos.

Limites da proposta

Esta tese demonstra que é possível fazer uma pesquisa de fôlego, em diversos sentidos, porém, ao mesmo tempo, detecta fragilidades desta visão panorâmica ao não conseguir dissecar as 62 entrevistas realizadas com fontes de informação, jornalistas e leitores; ao escolher algumas conexões do circuito da notícia e não todas; ao eleger somente alguns pontos de manifestação da interdisciplinaridade; ao não valorizar a observação participante feita na redação da *Gazeta do Povo*, a fim de não sobrepor uma etapa do circuito à outra; ao não conseguir evidenciar nos roteiros e questionários perguntas que, após as entrevistas, se transformaram em pontos-chave da pesquisa, como a governança "de baixo para cima" e a percepção do empoderamento, por exemplo; ao preferir trazer o maior número possível de achados derivados das análises do que realizar uma seleção para expor parte daquilo que inicialmente foi proposto. Enfim, faz parte da formação enquanto pesquisadora ponderar e arcar com as escolhas feitas. De igual maneira, acredita-se que apontar aspectos que se percebem como suscetíveis de críticas implica aprendizado e maturidade científica para notar as falhas do processo.

Dentre as vulnerabilidades citadas, dá-se relevo àquelas que estão no âmago da pesquisa. O exercício da interdisciplinaridade, assim como da análise de diferentes etapas do circuito da notícia, são escolhas que demandam tempo e, por isso, atenção integral. Mesmo dispondo desta exclusividade para o doutorado, reconhece-se que há aprofundamentos possíveis, tanto ao que diz respeito ao processo da construção da notícia quanto à evidenciação da tessitura de saberes, que não conseguiram ser executados em função da restrição temporal e da necessidade de mapear e conectar conhecimentos de campos disciplinares diferentes.

Especificamente em relação à interdisciplinaridade, certifica-se que houve uma investida tanto teórica quanto metodológica, ao estabelecer diálogo de saberes até então desconhecidos pela autora. Se houve sucesso na expressão deste movimento, cada leitor

notará. A compreensão desta dinâmica, contudo, com certeza está impregnada na formação, nos novos modos de refletir e agir desta pesquisadora diante dos objetos no campo científico.

Já sobre o circuito da notícia das MCs, alguns pontos merecem ser reforçados: a experiência da análise do processo como um todo, por não ser atrelada a uma notícia ou edição específica, deriva de percepções mais amplas sobre a cobertura feita no jornal. Isso significa, na prática, que há muitos espaços de esvaziamento e, ao mesmo tempo, de contágio de outras informações e sensações que não podem ser simplesmente ignoradas. Por exemplo: enquanto os textos correspondem ao período de 2013, as entrevistas foram feitas nos primeiros sete meses de 2014. Este *gap*, fruto de uma pesquisa individual, no qual o sujeito pesquisador não consegue cobrir todas as etapas do circuito no mesmo âmbito que ele ocorre, resulta em respostas abrangentes e, às vezes, dissociadas somente da *Gazeta do Povo*. De todo modo, o esforço não é, de maneira alguma, invalidado, mas sim embasado naquilo que ficou registrado na memória sobre o assunto.

Sublinha-se que este tipo de pesquisa requer consolidação, já que ainda predominam os estudos específicos de cada uma das etapas do processo jornalístico. Assim, esta aplicação soma-se a outros estudos que buscam compreender de forma ampla o que se passa da produção até a recepção de modo a fortalecer, disseminar e incentivar mais pesquisas que considerem a complexidade do todo.

O acompanhamento e observação dos atores sociais nos momentos diferentes do circuito permitiram mapear mais percepções convergentes do que divergentes a respeito das MCs, sinalizando novamente para o papel da imprensa enquanto mecanismo de construção social que estabelece imagens e/ou representações de algo que é tomado como fonte credível e legítima de informações – não apenas para os leitores, mas para os próprios jornalistas e fontes de informação que, em algum período, ocupam o lugar da recepção. Entretanto, é preciso estar ciente também dos trâmites burocráticos que precisam ser vencidos para permanecer como pesquisadora dentro de uma redação, assim como a dificuldade de acompanhar a rotina dos profissionais hoje, calcadas, em grande parte, pelo envio e recebimento de mensagens eletrônicas, e pelo uso do telefone – canais de comunicação com acesso bastante restrito aos pesquisadores. Diante disso, frisa-se que a colaboração dos atores sociais investigados é imprescindível. Não há como verificar os modos de fazer sem a abertura e compreensão daqueles que fazem.

As entrevistas feitas por telefone e *Skype* (como as que foram feitas majoritariamente com as fontes) também abreviam, até um certo ponto, a coleta de dados, já que a pressa e a falta de proximidade fazem com que os roteiros não sejam respondidos na íntegra ou o sejam

de forma equivocada. Ainda que os respondentes manifestem abertura para participar da pesquisa, o tempo pensado pelo pesquisador nem sempre corresponde ao tempo cedido pelo pesquisado – detalhe que, na maioria das vezes, faz com que as falas de alguns sujeitos revelem muito mais coisas que outras.

A eleição dos critérios que determinam quem são os respondentes-alvo da pesquisa também permite brechas, já que, no caso dos leitores, depende da subjetividade de cada sujeito para se autodeclarar leitor do jornal local e interessado nas questões ambientais. Mesmo a seleção dos textos examinados pode ter deixado alguma notícia sobre MCs de fora, já que o buscador do próprio jornal é uma ferramenta suscetível a falhas, segundo os próprios jornalistas entrevistados.

Mesmo com tais vulnerabilidades, inerentes a uma proposta como esta realizada por cerca de dois anos e meio, pode-se constatar que os recortes justificadamente feitos proporcionaram o contato com grupos de atores de todas as etapas. Sublinha-se novamente que os leitores aqui entrevistados não podem ser vistos como representativos do perfil majoritário dos leitores da *Gazeta do Povo*: eles são leitores, ainda que em graus diferentes, sensibilizados com a questão ambiental. Esta é mais uma especificidade do olhar proposto, que exige cuidado nas generalizações para outros temas, mesmo que sejam do campo Ambiental.

Possibilidades de outras pesquisas

Acredita-se que o esmiuçamento apresentado aqui nas análises de cada momento do circuito da notícia e sua posterior inter-relação, mais do que revelar determinadas respostas, expõem o quanto ainda precisa ser estudado, sendo motivador de novas indagações. Assim, sob a óptica da contribuição para estudos futuros, sugere-se novas adoções de mix de metodologias e perspectivas centradas nos processos. Destaca-se que, pesquisas panorâmicas e orientadas para as dinâmicas do fazer, como esta, demandam forte planejamento, principalmente quando há dependência da disponibilidade de outras pessoas – os respondentes – para seu desenvolvimento.

Quanto ao estudo de percepção de risco, considera-se que a tentativa de conciliar este quadro teórico à proposta de tese mostrou-se exitosa, especialmente dentro do escopo interdisciplinar. Ainda que o emprego desta perspectiva tenha sido parcial, evitando os cálculos estatísticos possíveis a partir da escala de Likert, verifica-se o enriquecimento da discussão dos riscos climáticos por meio dos vários fatores que se relacionam de modo único, de sujeito para sujeito, de grupo para grupo. A inserção de tal estudo no campo da Comunicação ainda é

embrionário no Brasil, mas tende a potencializar as pesquisas no que diz respeito à comunicação de risco, uma área que exige mais pesquisas frente à intensificação dos problemas contemporâneos.

Se trazer o referencial teórico-metodológico da percepção do risco para os estudos da Comunicação e do Jornalismo representa um desafio, face às tentativas de fechamento disciplinar, ampliar e aprofundar a pesquisa na área da comunicação de risco se faz urgente e necessário. As próprias discussões das relações entre comunicação de risco e jornalismo, que teoricamente estariam próximas por estarem atreladas ao mesmo campo, são incipientes e carecem de mais atenção por parte dos investigadores.

Verificaram-se várias lacunas em relação aos estudos dos riscos em geral, sobretudo riscos climáticos, dentre estas: a escassez de literatura em língua portuguesa, a ausência de discussões que entrelacem comunicação e riscos no âmbito nacional e local, e as poucas articulações entre percepção, comunicação e governança dos riscos. Aponta-se, então, como caminhos para novas pesquisas, o investimento na supressão destes vazios, até então descobertos pela pesquisa científica brasileira.

Outra questão pertinente é realizar um deslocamento da perspectiva global para local no que tange aos estudos das MCs. A vasta revisão de literatura feita sobre o assunto revela um distanciamento do assunto com o cotidiano das pessoas, ratificado em Curitiba pelas análises do circuito da notícia da *Gazeta do Povo*. Ainda que o jornal da cidade faça cobertura local sobre determinados assuntos, no que diz respeito às MCs há uma falha do propósito regional/local. Como checado, as pautas sobre as alterações do clima são majoritariamente provenientes de agências de notícias nacionais e internacionais, favorecendo a maior recorrência de enquadramentos globais. Este é mais um aspecto a ser aprofundado.

Um debate que chama a atenção é o sobre gêneros nos estudos de percepção de risco. Esta pesquisa não levou em consideração esta questão, pois a escolha da amostra seguiu critérios bastante específicos a partir das etapas do circuito da *Gazeta do Povo*. No entanto, de acordo com Lima (2005a), são as mulheres que tendem a ter uma percepção de risco mais forte em relação às questões ambientais, ao mesmo tempo em que desconfiam mais da ciência e das soluções tecnológicas, quando comparadas aos homens. Nesta investigação, 70,9% (44 de 62) de todos os respondentes da pesquisa são homens. Esta informação sugere que, se as mulheres fossem predominantes na pesquisa, uma percepção de risco climático mais acentuada poderia ter sido detectada.

O foco na discussão de poder também se mostra profícuo. Se as instituições analisadas, sejam elas a mídia, a ciência ou os espaços de atuação dos leitores (universidades, empresas, governo e ONGs), reconhecem e disseminam a ideia dos riscos climáticos, elas estão promovendo

a percepção deste risco. Neste caso, o discurso é uma forma de poder. Precisa-se realçar que quando os riscos, por alguma razão, são ignorados por algumas instituições e não são informados à população, esta tende a não percebê-los enquanto tal, ainda que possam estar sendo ameaçados. Um olhar mais acurado sobre estas relações é recomendado.

Acredita-se também ser interessante traçar comparações com estudos de outros países, a fim de reconhecer as especificidades locais. A pesquisa brasileira desenvolvida pelo Iser, em 2008, citada no referencial teórico, sobre as percepções dos brasileiros a respeito das MCs permite alguns paralelos. Embora ela tenha sido feita com lideranças em sete setores, cinco destes encontram correspondência nesta pesquisa: mídia, Congresso Nacional (aqui associado com o governo), organizações não governamentais, universidades e institutos de pesquisa, e empresariado. Esta pesquisa tem correspondência com alguns dos achados da pesquisa do Iser, como a detecção de que a maioria dos entrevistados concorda com a visão científica de que o impacto das MCs será grande e afetará a todos; que é tarefa do Estado liderar o processo de engajamento do Brasil; que os setores possuem consciência de seu papel, mas uns demonstram ser mais informados e engajados (os cientistas, em ambos os casos). Nem todas as questões feitas permitem comparações, mas estas indicam que a perspectiva local – ao menos nestes aspectos – não difere da nacional.

Ainda que o objeto desta tese constitua uma forma de comunicação hegemônica, apoiada em fontes deste mesmo sistema, coloca-se como desafio para as pesquisas futuras investigar a comunicação das MCs em espaços mais plurais, os quais permitam mais autonomia aos sujeitos, contemplando as possibilidades de se agir a partir de um pensamento não dominante. Salienta-se que esta proposta torna-se ainda mais interessante se for levado em conta o campo mais amplo da comunicação de riscos, detendo-se nas percepções dos atingidos e daqueles que provocaram o risco.

Listam-se, por fim, mais alguns pontos que podem servir de inspiração para trabalhos futuros, como: 1) a discussão da recepção no sentido de esclarecer como a reinterpretação dos textos (lugar de encontro entre jornalistas e leitores) rebate ou retorna para o campo da produção; 2) a investigação sobre como os atores sociais compreendem a comunicação de riscos no seu sentido amplo; e 3) o aprimoramento de um modelo teórico-metodológico que relacione de forma mais contundente percepção, comunicação e governança de riscos. Também sugere-se que um estudo semelhante seja feito com uma equipe de pesquisadores de modo a não perder a dimensão temporal própria do circuito da notícia durante a coleta de dados – avalia-se que, desse modo, as respostas conseguirão exprimir ainda mais relações entre as etapas.

Principais achados e reflexões

Dentre os resultados desta investigação, salienta-se a desarticulação da relação local-global, amplificada pelo maior jornal de Curitiba, que contribui para uma desmobilização dos leitores, já que estes não são sensibilizados para as causas e consequências das MCs no lugar onde vivem. Tal enquadramento favorece a percepção de não risco real. Afinal, o que devo temer se os efeitos climáticos estão relacionados ao aumento do nível do mar e moro a mais de 900 metros de altitude em relação a este? Como me afligir com o urso polar se não vejo a conexão de sua extinção com o meu dia a dia? De que maneira perceber o aumento médio de temperatura se continuo, na maior parte do tempo, à mercê do clima frio, tipicamente curitibano? Estas são apenas algumas perguntas que servem para exemplificar a falta de comunicação efetiva que vem sendo apresentada – não apenas na *Gazeta*, mas em grande parte da imprensa nacional. Através desta pesquisa foi possível notar que a percepção de risco influencia, em graus diferentes, a ação para o enfrentamento, ou seja, a predisposição à governança "de baixo para cima". Isto não é uma cadeia linear e certa, mas sem informação para ajudar na construção de uma percepção de risco climático, seu combate fica ainda mais difícil.

E é justamente porque os riscos climáticos são invisíveis e impactam diferentes lugares de forma aleatória, que a representação da mídia se faz relevante para sua percepção. Em todas aquelas localidades que poderão ser afetadas pelas MCs – a princípio qualquer parte do planeta – e que ainda não perceberam "na pele" seus efeitos, é a imprensa que fará a principal mediação de seu perigo. Nesse sentido, sublinha-se o papel do jornalismo que pela sua legitimidade e potencial de alcance poderá difundir esses riscos mesmo para aqueles que, sensorialmente, não os percebem. Este seria um dos contributos sociais da imprensa, pois, por meio de sua visibilidade, estaria permitindo que um grande número de pessoas tivessem acesso à informação, considerada por muitos pesquisadores como o primeiro passo para o exercício da cidadania efetiva.

A atenção que se dá neste trabalho para a questão do empoderamento para enfrentar as MCs, a partir da comunicação e percepção de seus riscos, inclui a dimensão da cidadania na medida em que se propõe a rastrear as predisposições e atitudes relacionadas ao ativismo cívico. Esta investigação, que se debruça sobre as três etapas do circuito, detecta relações, mais e menos fortes, sobre a influência da mídia na percepção dos atores e, conseqüentemente, na atitude destes diante do problema. O processo cíclico e não linear de construções simbólicas que ocorre no circuito da notícia sobre MCs – e envolve o contato com outros campos de conhecimento e arenas de discussão – mostra-se dinâmico e, por isso mesmo, difícil de ser

generalizado. Entretanto, ao se debruçar sobre estas inter-relações, pode-se achar pistas de como produção, texto e recepção interagem e se manifestam nos diferentes momentos.

A relação com o local, as ações de enfrentamento relatadas, assim como a proposta de governança "de baixo para cima" podem ser associadas à prática da cidadania. Quando o sujeito sente-se no dever de contribuir com a redução de GEE, por meio de mudanças de hábitos e/ou comportamentos, está exercendo, em alguma medida, sua cidadania planetária. Mas, para tanto, precisa antes reconhecer seus deveres e direitos, assim como saber as implicações de sua inação. É aqui que a comunicação dos riscos climáticos, particularizada neste trabalho no jornalismo, ganha relevo e merece ser melhor compreendida.

Infere-se, nesse caso, que o próprio silêncio do poder público e das empresas de Curitiba e do Paraná corroboram para a cobertura do jornal local ser deficitária. Se os fóruns municipal e estadual de MCs fossem mais ativo e conseguissem mobilizar mais a população, provavelmente o trabalho da *Gazeta do Povo* teria mais subsídios e condições para reforçar a relação global-local, o que poderia modificar a percepção dos leitores a respeito do risco que podem correr. De igual maneira, a pró-atividade por parte da comunidade científica que se dedica aos impactos locais também revelou-se pouco presente. Jornalistas entrevistados queixaram-se de dificuldades em acionar as fontes locais, avaliando ser mais fácil contatar cientistas de renome, que contam com assessoria de imprensa e colocam-se à disposição para atender à imprensa.

Carvalho (2011) chegou a estas mesmas conclusões em pesquisa semelhante realizada em Portugal, sobre a qual aponta que investimentos sobre a formação dos cientistas na área de divulgação, assim como melhoria de recursos dedicados à comunicação das universidades poderia resultar em um incremento na comunicação das MCs. Ainda traçando um paralelo com o estudo de Carvalho (2011), em ambos os estudos as instâncias de decisão local mostraram-se "praticamente invisíveis" na mídia, sobressaindo as discussões internacionais, além de se evidenciar a dificuldade de relacionar o assunto global com a realidade concreta dos cidadãos. Outra questão trazida pela pesquisadora portuguesa e com aplicação neste tipo de estudo diz respeito à cautela relacionada à interpretação dos dados e seus possíveis *links* de causalidade: não é porque os sujeitos consomem muita informação sobre determinado assunto que sua preocupação será maior. O consumo de informação e a preocupação podem ter uma relação circular, no qual um intensifica o outro: maior preocupação faz com que o consumo de informação sobre isto também aumente e acabe por reforçar a preocupação novamente.

Desse modo, assim como o risco é definido por variáveis contextuais, no qual além do perigo e de sua consciência, a relevância deste no cotidiano do sujeito, que já está cercado por outros riscos, precisam ser considerados, a percepção de risco não depende somente de

informação ou manifestação de preocupação. A complexidade inerente a este processo exige novos detalhamentos, de área diferentes, a fim de apurar e elaborar respostas mais adequadas aos riscos climáticos.

Como a ênfase desta tese se deu sobre o local, explana-se aqui um pouco sobre o contexto das cidades, especialmente de Curitiba. A relação entre os impactos das MCs nas cidades e das cidades nas MCs é um debate que ganhou apenas recentemente força no Brasil, mas que ainda está restrita a um caráter muito tecnicista (BARBIERI; VIANA, 2013). Isso se deve, em parte, à lógica da governança "de cima para baixo", no qual medidas de mitigação e adaptação são pensadas a partir de uma realidade diferente daquela em que são aplicadas. Pode-se ressaltar, mais uma vez, o predomínio das propostas do Norte aplicadas ao Sul, que enfrenta dificuldades de sustentação política e aceitação por parte da população.

Os efeitos das MCs serão de ordem ambiental, econômica e social, sendo mais visíveis nos países em desenvolvimento, caracteristicamente mais vulneráveis, o que demanda implementação de ações efetivas, com participação horizontal das pessoas. No Brasil, muitos destes efeitos já podem ser sentidos, como aumento de tempestades, crise no abastecimento de água e proliferação de doenças infecciosas, a exemplo da dengue. Em Curitiba, no entanto, estes efeitos não se mostram tão visíveis. Muitos respondentes da pesquisa alegaram que pela capital paranaense ser tipicamente mais fria que outras cidades da região Sul, o aumento da temperatura percebido em outras localidades do País não se torna tão evidente. Soma-se a essa percepção a ideia, construída e repetida há décadas, de que Curitiba é uma cidade "corretamente ecológica", ou seja, com consciência ambiental acima da média se comparada com outras cidades, o que, de certo modo, ameniza a preocupação com questões de meio ambiente. Para muitos leitores, o fato de os curitibanos fazerem parte de uma cidade conhecida como ambientalmente correta, diminui sua necessidade de mudar de comportamento, já que, de certa forma, já "estão fazendo sua parte".

A imagem desta Curitiba, modelo de práticas sustentáveis, embora não tenha correspondência total com a realidade – especialmente nos últimos anos em que houve menos investimentos nesse sentido –, revela-se presente na memória e, conseqüentemente, no discurso de jornalistas e leitores entrevistados. Tal contexto, atípico no cenário brasileiro, precisa ser visto com prudência. O empenho em ações de educação ambiental, criação de áreas verdes, incremento de transporte coletivo e outros projetos, como o de separação do lixo reciclável, foi, por anos, cercado de forte comunicação (o *city marketing*) e ainda se mantém vivo quando o problema é de cunho ambiental. Este contexto sociocultural peculiar faz com que referências locais (como a *Família Folha*) sejam trazidas à tona no decorrer das entrevistas, embora

deslocadas da questão das MCs. Vislumbram-se críticas em relação à ideia de que, devido a esta fama de Curitiba, não é preciso se preocupar tanto com o meio ambiente. Por outro lado, percebe-se uma desmotivação, já que mesmo com tantas campanhas e reforço dessa imagem, há ainda muito a ser feito (com outras palavras: a população não foi sensibilizada como deveria).

Sobre a similaridade dos resultados deste estudo com outros já desenvolvidos, relembra-se que, no último tópico do Capítulo 3, listaram-se oito conclusões derivadas de pesquisas realizadas em outros países, com metodologias diferentes, mas que rebatem na percepção de risco das MCs. A partir destas, é possível afirmar que, em razão do presente estudo, todas estas achados se tornam convergentes. Os atores sociais envolvidos no circuito da notícia, em sua maioria, acreditam que as MCs estejam ocorrendo e que as atividades humanas contribuem em alguma medida para isso (MEIRA, 2013; OLAUSSON, 2011); os riscos climáticos são vistos como algo distante e, por isso, não é uma questão tão urgente (LEISEROWITZ, 2005; LORENZONI; HULME, 2009); alguns percebem sua ação de enfrentamento inútil diante do problema, tendo em vista a falta de ações efetivas em nível global e a ausência de ações coletivas (LORENZONI; PIDGEON, 2006); a imprensa possui influência sobre a percepção públicas das MCs (BUTLER; PIDGEON, 2009; OLAUSSON, 2011); os riscos associados às MCs são conhecidos, mas falta compreensão de como responder corretamente a eles (WILSON, 2000); há confusão entre a compreensão do problema das MCs e outros problemas ambientais (NISBET; MYERS, 2007; LORENZONI; HULME, 2009; OLAUSSON, 2011); o potencial catastrófico é notado, porém a mobilização para enfrentar os riscos é fraca (HIBBERD; NGUYEN, 2013; CABECINHAS; CARVALHO; LÁZARO, 2011); o entendimento das MCs está mais associado aos efeitos do que às causas (CABECINHAS; CARVALHO; LÁZARO, 2011).

A respeito dos caminhos contra-hegemônicos, constantemente presentes no âmbito do PPGMade, levanta-se uma breve apreciação da perspectiva hegemônica deste trabalho, derivada do mapeamento de vozes dos atores sociais do circuito e dos próprios textos disseminados pela *Gazeta do Povo*. Este aspecto não poderia ser ignorado, mesmo não sendo objetivo da tese, já que ele se fez presente no debate do ponto de vista de uma ciência, de uma política e de relações econômicas que são tecidas do e no Norte global sobre as questões climáticas. Tornou-se evidente o posicionamento dos diferentes atores sociais com os postulados do IPCC, a instituição científica dominante na contemporaneidade e considerada nas mais diversas arenas. Ainda que, em diferentes momentos da pesquisa, se critique a visão hegemônica – do que são respostas eficientes, da perspectiva tradicional de governança – os pressupostos do IPCC, assim como a própria lógica jornalística não foram analisados desta maneira. Logo,

faz-se necessário clarificar que outras ideias podem representar, legitimar e motivar outras respostas às MCs, além do fato de que a comunicação de riscos climáticos pode ocorrer de outras maneiras, desatreladas ao jornalismo ou mesmo nas suas brechas.

Apoia-se em Sousa Santos (2007a; 2007b), nas suas discussões sobre alternativas e resistências ao hegemônico, para sublinhar que a intenção desta pesquisa não é de modo algum reforçar a colonização de saberes ou apontar uma solução única. Respeita-se os estudos do IPCC, mas entende-se que não são os únicos a ratificar os riscos climáticos ou mencionar a atividade antropogênica como parte da causa das MCs; de igual maneira, compreende-se a lógica jornalística, assinalando que há outras formas, para fora deste espaço, de se comunicar ou ainda, mesmo dentro deste, de atuar em suas fissuras. Busca-se expor tal tensionamento de modo a eleger outros olhares, para além do hegemônico, para pesquisar sobre comunicação ou jornalismo de riscos. Tais olhares se constituem nas possibilidades existentes nas brechas da hegemonia, aquelas oriundas de conhecimentos multiculturais, populares ou não validados pelo campo da ciência.

Justifica-se ainda a escolha por esta perspectiva, tendo em vista a parca produção acadêmica de estudos que contemplem diferentes etapas, mais os eixos derivados da construção interdisciplinar, e a possibilidade de acompanhar o circuito do jornal de maior abrangência na cidade. Mesmo ciente das críticas inerentes à esta escolha, pensa-se não ser possível desprezar o alcance e aquilo que está sendo amplificado pelo jornal em análise. Se é preciso, sim, avançar nos estudos das alternativas, também não se pode negar a investigação sobre aquilo que é hegemônico.

Acrescenta-se a essa reflexão o fato de que, embora exista um pensamento dominante a respeito das MCs, as incertezas sobre os cenários de emissões são indubitáveis. Há inúmeros fatores que envolvem a complexidade da dinâmica climática, muitos destes ainda bastante desconhecidos pela ciência. As previsões apresentadas pelo IPCC e pelo PBMC são factíveis de enganos devido à própria variabilidade natural do clima. De toda forma, diante do panorama atual, alinha-se à asserção da precaução, na qual a prudência aponta para a minimização das emissões de GEE ao invés de simplesmente aguardar pelas certezas – neste caso, os prejuízos podem se transformar em irreparáveis.

Por fim, menciona-se que esta pesquisa permitiu observar de perto as dificuldades entre o dizer e o fazer, entre a compreensão do assunto e a percepção deste como uma ameaça real na vida das pessoas, entre a intencionalidade de uma ação e sua efetiva concretização. Os sujeitos realizam suas escolhas por um meio de uma complexa teia de fatores, ideologias, experiências e entendimentos de mundo, fato que torna a tentativa de mobilizá-los – seja por meio do

jornalismo, seja por ações dos governos – repleta de perplexidades. Dessa forma, concorda-se com Cortese e Natalini (2014, p.113) quando afirmam que "[o] maior desafio está na mudança de comportamento, de hábitos, a necessária revisão de valores". Pode-se dizer ainda que este é o cerne da discussão do enfrentamento das MCs, em suas múltiplas escalas, e o ponto mais forte de articulação entre a comunicação de riscos e o jornalismo, investido de seu papel social, e a cobertura das MCs. Mesmo assim, continua sendo uma área deixada à margem, sendo que os estudos relacionados às alterações do clima são majoritariamente de ordem tecnológica e não social. (MEIRA, 2009).

Urge, portanto, que a investigação na área das MCs, ainda dominada pelas Ciências da Natureza, deem mais atenção às possibilidades de contribuição para o debate provindos das Ciências Sociais. Ressalta-se aqui a área da Comunicação, avaliado por Vilar (2013) como um dos aspectos menos explorado até então dentro do escopo das MCs, e confirmado por esta pesquisa como uma interface desprovida de muitos estudos, tanto em língua portuguesa, quanto voltada para a abordagem local.

Ratifica-se, portanto, a relevância deste estudo tanto para o campo Ambiental, a partir do cruzamento de saberes, quanto para o campo Comunicacional (e para o subcampo do jornalismo, de forma mais restrita), em razão da imprescindibilidade das pesquisas de interfaces, para o fortalecimento de ambos. O debate sobre como o jornalismo e a comunicação podem construir discursos mais afinados com a governança climática deve ser continuado. Há muito para se compreender sobre os vínculos e associações existentes entre percepção, comunicação e mobilização. Existem muitas questões a serem respondidas sobre as MCs, seus riscos e formas de enfrentamento. Constatou-se que a tarefa é enorme, especialmente nos contextos locais. A precaução postula que o façamos logo. Afinal, a herança recebida hoje não precisa ser repassada amanhã. É preciso trabalhar e rever hábitos para que o legado da nossa geração possa ser melhor.

No decorrer do desenvolvimento desta pesquisa muitas questões climáticas entraram em pauta na discussão pública, com mais ou menos explicitação de relação com a ocorrência das alterações do clima, a exemplo da maior crise hídrica dos últimos cem anos em São Paulo. Não cabe a esta pesquisadora fazer uma retrospectiva dos acontecimentos correlacionados com o assunto, que se sucederam fora do período de coleta dos dados, porém é pertinente o registro do mais recente acordo firmado na COP-21, realizada em Paris, França, em dezembro de 2015, que, de certa forma, reforça a importância da análise feita.

Após vários anos de impasses, 2015 foi o ano em que 195 países membros da Convenção do Clima da ONU e União Europeia ratificaram um acordo inédito. O Acordo de Paris, válido a partir de 2020, obriga que todos os países (e não apenas os desenvolvidos) participem do combate às MCs, embora nem todos os pontos do documento sejam legalmente vinculantes, a fim de tentar limitar o aumento da temperatura a 1,5°C. O pacto prevê ainda revisão de cenários a cada cinco anos e indica um piso de ajuda dos países ricos aos mais pobres.

A primeira legislação internacional com obrigação para todos os países signatários demonstra empenho dos líderes mundiais em frear o aquecimento global, ainda que se possa verificar incompatibilidades em alguns trechos (propõem-se a reduzir as emissões, mas não tomaram nenhuma medida direcionada à produção e ao consumo de combustíveis fósseis, por exemplo). Apesar das fragilidades do acordo, o fato é que, depois de mais de 20 anos de negociações, finalmente se tem um pacto global de combate às MCs, que, certamente, exigirá medidas em diferentes escalas e tornará o papel da comunicação do assunto ainda mais significativo.

Diante deste acordo histórico, espera-se que os estudos voltados para as MCs, seus riscos e formas de enfrentamento se intensifiquem em diferentes escalas. As alterações do clima já recebem visibilidade midiática e *status* de preocupação entre a maioria das pessoas, porém é preciso investigar agora quais as maneiras de mobilizar os cidadãos para a mudança de comportamento, assim como desencadear processos de transformação nos setores e nas estruturas de poder. As interfaces entre comunicação, percepção e educação carecem ser mais valorizadas e exploradas, já que as modificações globais não ocorrerão sem novas formas de ver e agir também no âmbito local.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio. **Copenhague: antes e depois**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- ADGHIRNI, Zélia Leal. Mudanças estruturais no jornalismo: travessia de uma zona de turbulência. In: PEREIRA, Fábio Henrique; MOURA, Dione Oliveira; ADGHIRNI, Zélia Leal (Orgs.) **Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias**. Florianópolis: Insular, 2012a. p.61-80.
- _____. Rotinas produtivas do jornalismo em Brasília. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sergio Dayrell (Orgs). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012b. p.519-538.
- ALLAN, Stuart. **Media, Risk and Science**. Buckingham: Open University Press, 2002.
- ALMEIDA JR., Antonio R.; MOLINA, Silvia Maria G.; MARTIRANI, Laura A.; BALLESTER, Maria Victoria R.; GARAVELLO, Maria. Elisa de Paula E.; VERDADE, Luciano M.; VICTORIA, Reynaldo L. Interação interdisciplinar: a experiência da pós-graduação em ecologia aplicada da USP. In: PHILIPPI JR., Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. (Ed.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. Barueri: Manole, 2011. p.298-324.
- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- ALSINA, Miquel Rodrigo. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 1993.
- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION (APA). **Psychology and Global Climate Change: Addressing a Multi-faceted Phenomenon and Set of Challenges**. Report of the American Psychological Association Task Force on the Interface Between Psychology and Global Climate Change, 2009. Disponível em: <<http://www.apa.org/science/about/publications/climate-change-booklet.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2014.
- ANTILLA, Liisa. Self-censorship and science: a geographical review of media coverage of climate tipping point. **Public Understanding of Science**, v.19, n.2, p.240-256, 2010.
- ARENDDT, Ronald João Jacques. Construtivismo ou construcionismo? Contribuições deste debate para a Psicologia Social. **Estudos de Psicologia**, v.8, n.1, p.5-13, 2003.
- ASHE, Teresa. **How the media report scientific risk and uncertainty: a review of the literature**. Reuters Institute for the Study of Journalism. Oxford: University of Oxford, 2013.
- ASSELT, Marjolein B. A. van; RENN, Ortwin. Risk governance. **Journal of Risk Research**, v.14, n.4, p.431-449, 2011.
- BACCHETTA, Victor. **Ciudadania planetária**. Montevideo: International Federation of Environmental Journalists, 2000.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório Anual de 2009 do Banco Mundial: ano em perspectiva**. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/EXTAR2009/Resources/6223977-1253813071839/AR09_Year_in_Review_Portuguese.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2015.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – Uma discussão conceitual. **Revista Debates**, v.6, n.1, p.173-187, 2012.

BARBIERI, Alisson F.; VIANA, Raquel de M. Respostas urbanas às mudanças climáticas: construção de políticas públicas e capacidade de planejamento. In: OJIMA, Ricardo; MARANDOLA JR., Eduardo (Orgs.). **Mudanças climáticas e as cidades: novos e antigos debates na busca as sustentabilidade urbana e social**. São Paulo: Blucher, 2013. p.57-74.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**: edição revista e atualizada. Lisboa: Edições 70, 2014.

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia. Novos atores, governança global e o direito internacional ambiental. In: CUREAU, Sandra (Org.). **Meio ambiente**. Belo Horizonte: Lastro, 2004.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

_____. Viver na sociedade do risco mundial e lidar com ele. In: INNERARITY, Daniel; SOLANA, Javier (Orgs.). **A humanidade ameaçada: a gestão dos riscos globais**. Lisboa: Teodolito, 2013. p.31-39.

BELMONTE, Roberto; STEIGLEDER, Débora; MOTTER, Sarah. Jornalismo ambiental: um discurso sobre risco e limite. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO12., 2014, Santa Cruz do Sul. **Anais...** Santa Cruz do Sul, 2014.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 28.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BERNAUER, Thomas; GAMPFER, Robert. Effects of civil society involvement on popular legitimacy of global environmental governance. **Global Environmental Change**, v.23, p.439-449, 2013.

BIRD, Elizabeth; DARDENNE, Robert. Mito, registro e 'estórias': explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1993. p.263-277.

BOHOLM, Asa. Comparative studies of risk perception: a review of twenty years of research. **Journal of Risk Research**, v.1, p.135-163, 1998.

_____. Speaking of Risk: Matters of Context. **Environmental Communication: A Journal of Nature and Culture**, v.3, n.2, p.335-354, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOUZON, Arlette. A incerteza dos gestores da comunicação de risco diante das inovações na indústria. In: KUNSCH, Margarida; OLIVEIRA, Ivone. **A comunicação na gestão da sustentabilidades das organizações**. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2009. p.107-123.

BOYKOFF, Maxwell T. **Who speaks for the climate?** Making Sense of Media Reporting on Climate Change. USA: Cambridge University Press, 2011.

BOYKOFF, Maxwell T.; BOYKOFF, Jules M. Bias as balance: global warming and the US prestige press. **Global Environmental Change**, v.14, p.125-136, 2004.

_____. Climate change and journalistic norms: a case-study of US mass-media coverage. **Geoforum**, v.38, n.6, p.1190-1204, 2007.

BRAGA, José Luiz. Disciplina ou campo? O desafio da consolidação dos estudos de Comunicação. In: FERREIRA, Jairo; SIGNATES, Luiz Antonio, PAOLIELLO PIMENTA, Francisco José (Orgs.). **Estudos da comunicação: transversalidades epistemológicas**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2010. p.19-37.

_____. Constituição do Campo da Comunicação. **Revista Verso e Reverso**, v.25, n.58, p.62-77, 2011.

BRASIL. Lei n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm>. Acesso em: 12 jun. 2015.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Comunicação de riscos e de desastres**. Curso a distância. Florianópolis: CEPED UFSC, 2010.

BROSSARD, Dominique; SHANAHAN, James; MCCOMAS, Katherine. Are issue-cycles culturally constructed? A comparison of French and American coverage of global climate change. **Mass Communication and Society**, v.7, n.3, p.359-377, 2004..

BRUGGEMANN, Michael; ENGESSER, Sven. Between Consensus and Denial: Climate Journalists as Interpretive Community. **Science Communication**, v.36, p.399-427, 2014.

BUENO, Wilson. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Majoara, 2007.

_____. Imprensa e mudanças climáticas no Brasil: fontes hegemônicas e pouca atenção aos conceitos. **Razón y Palabra – Tratamiento mediático de las soluciones al cambio climático**, n.84,2013.

BULKELEY, Harriet; BETSILL, Michele M. **Cities and climate change: urban sustainability and global environmental governance**. London: Routledge, 2003.

BURSZTYN, Marcel; BURSZTYN, Maria Augusta. Regulação, políticas públicas e governança ambiental. In: **Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p.139-178.

BUTLER, Catherine; PIDGEON, Nick. Media Communications and Public Understanding of Climate Change: Reporting Scientific Consensus on Anthropogenic Warming. In: BOYCE, Tammy; LEWIS, Justin. **Climate Change and the Media**. New York: Peter Lang Publishing, 2009. p.43-58.

CABECINHAS, Rosa; CARVALHO, Anabela; LÁZARO, Alexandra. Representações sociais sobre alterações climáticas. In: CARVALHO, Anabela (Org.). **As alterações climáticas, os media e os cidadãos**. Coimbra: Grácio, 2011. p.177-194.

CARVALHO, Anabela. Opções metodológicas em análise de discurso: Instrumentos, pressupostos e implicações. **Comunicação e sociedade** 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, v.14, n.1-2, p.143-156, 2000.

_____. As alterações climáticas no ciberespaço português: mediações do saber e do poder. **Revista de Comunicação e Linguagens**, v.38, p.253-256, 2007.

_____. Reporting the climate change crisis. In: ALLAN, Stuart (Ed.). **The Routledge Companion to News and Journalism Studies**. Oxford: Routledge, 2009. p.485-495.

_____. Media(ted) discourses and climate change: a focus on political subjectivity and (dis)engagement. **WIREs Climate Change**, v.1, p.172-179, 2010.

_____. (Org.). **As alterações climáticas, os media e os cidadãos**. Coimbra: Grácio, 2011.

CARVALHO, Anabela; BURGESS, Jacquelin. Cultural Circuits of Climate Change in U.K. Broadsheet Newspapers, 1985-2003. **Risk Analysis**, v.25, n.6, p.1457-1469, 2005.

CARVALHO, Anabela; PEREIRA, Eulália. Estratégias comunicativas dos actores sociais. In: CARVALHO, Anabela (Org.). **As alterações climáticas, os media e os cidadãos**. Coimbra: Grácio, 2011. p.67-102.

CARVALHO, Anabela; PEREIRA, Eulália; RODRIGUES, Ana Teresa; SILVEIRA, Ana Patrícia. A reconstrução mediática das alterações climáticas. In: CARVALHO, Anabela (Org.). **As alterações climáticas, os media e os cidadãos**. Coimbra: Grácio, 2011. p.105-144.

CASTRO, Fábio de; HOGENBOOM, Barbara; BAUD, Michiel. Governança ambiental na América Latina: para uma agenda de pesquisa mais integrada. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, v.14, n.2, p.1-13, jul./dez. 2011.

CAVALCANTI, Clóvis. Economia e Ecologia: Problemas da Governança Ambiental no Brasil. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, v.1, p.1-10, 2004.

CENTER FOR RESEARCH ON ENVIRONMENTAL DECISIONS (CRED). **The Psychology of Climate Change Communication: A Guide for Scientists, Journalists, Educators, Political Aides, and the Interested Public**. New York: CRED, 2009.

CORBETT, C. Julia; DURFEE, Jessica L. Testing public (un)certainty of science media representations of global warming. **Science Communication**, v.26, n.2, p.129-151, 2004.

CORNER, Adam; MARKOWITZ, Ezra; PIDGEON, Nick. Public engagement with climate change: the role of human values. **WIREs Climate Change**, v.5, n.3, p.411-422, 2014.

CORTESE, Tatiana T. P.; NATALINI, Gilberto. Importância da participação da sociedade civil organizada e da articulação entre os poderes executivo e legislativo. In: PHILIPPI JR., Arlindo. **Mudanças climáticas: do global ao local**. Barueri, SP: Manole, 2014. p.99-115.

COSTA RIBEIRO, Wagner; SANT'ANNA, Fernanda Mello. Governança da ordem ambiental internacional. In: COSTA RIBEIRO (Org.). **Governança da ordem ambiental internacional e inclusão social**. São Paulo: Annablume; Procam; IEE, 2012. p.45-68.

COUTINHO, Clara Pereira. **Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática**. Coimbra: Almedina, 2013.

COVELLO, Vicent; SANDMAN, Peter. Risk communication: Evolution and Revolution. In: WOLBARST, Anthony (Ed.). **Solutions to an Environment in Peril**. Baltimore, Maryland: John Hopkins University Press, 2001. p.164-178.

CURITIBA. Decreto n.º 1.186, de 22 de setembro de 2009. Institui o Fórum Curitiba sobre Mudanças Climáticas, seus membros e o plano de ação para o município. Disponível em: <<http://multimedia.curitiba.pr.gov.br/2010/00086376.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2014.

DAHLGREN, Peter. Civic Cultures: An Analytic Frame. In: _____. **Media and Political Engagement**. New York: Cambridge University Press, 2009. p.102-125.

D'ANDREA, Dimitri. O aquecimento global como risco globalizado e ameaça global. In: INNERARITY, Daniel; SOLANA, Javier (Orgs.). **A humanidade ameaçada: a gestão dos riscos globais**. Lisboa: Teodolito, 2013. p.153-169.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna. The discipline and practice of qualitative research. In: ____ (Eds.) **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2000. p.1-32.

DI GIULIO, Gabriela Marques. **Comunicação e governança do risco: exemplos de comunidades expostas à contaminação por chumbo no Brasil e Uruguai**. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) – Universidade Estadual de Campinas . Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2010.

DI GIULIO, Gabriela Marques; FIGUEIREDO, Bernardino Ribeiro de; FERREIRA, Lúcia da Costa. Comunicação e governança do risco: um debate necessário. **ComCiência**, n.104, 2008. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=41&id=495>>. Acesso em: 10 maio 2015.

DI GIULIO, Gabriela Marques; PEREIRA, Newton Müller; FIGUEIREDO, Bernardino Ribeiro de. O papel da mídia na construção social do risco: o caso Adrianópolis, no Vale do Ribeira. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v.15, n.2, p.293-311, 2008.

DI GIULIO, Gabriela Marques; VASCONCELLOS, Maria da Penha. Contribuições das ciências humanas para o debate sobre mudanças ambientais: um olhar sobre São Paulo. **Estudos Avançados**, v.28, n.82, p.41-63, 2014.

DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. **Risco e cultura: um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

DOWNS, Anthony. Up and down with ecology: the "issue-attention cycle". **Public Interest**, v.28, p.38-50, 1972.

DUARTE, Jorge. Entrevista em Profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2010. p.63-83.

DUBAR, Claude. **Agente, ator, sujeito, autor: do semelhante ao mesmo**. Artigo apresentado no Primeiro Congresso da Associação Francesa de Sociologia em fevereiro de 2004. p.56-69.

DURANT, John. O que é alfabetização científica? In: MASSARANI, Luisa; TURNEY, Jon; CASTRO MOREIRA, Ildeu de (Orgs.). **Terra incógnita: a interface entre ciência e público**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent; UFRJ, Casa da Ciência: Fiocruz, 2005. p.13-26.

DURFEE, Jessica L.; CORBETT, Julia B. Context and controversy: Global warming coverage. **Nieman Reports**, v.59, n.4, p.88-89, 2005.

ECO, Umberto. **Lector in fabula: a cooperação interpretativa nos textos narrativos**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

EIRÓ, Flávio; LINDOSO, Diego. Mudança climática, percepção de risco e inação no semiárido brasileiro: como produtores rurais familiares percebem a variabilidade climática no sertão do São Francisco - Bahia. **Revista Econômica do Nordeste**, v.45, n.4, p.137-150, 2014.

ENGESSER, Sven; BRÜGGEMANN, Michael. Mapping the minds of the mediators: The cognitive frames of climate journalists from five countries. **Public Understanding of Science**, online first, p.1 -17, 2015.

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, v.43, n.4, p.51-58, 1993.

EREAUT, Gill; SEGNIT, Nat. **Warm words: How are we telling the climate story and can we tell it better?** London: Institute for Public Policy Research, 2006. Disponível em: <http://www.ippr.org/assets/media/images/media/files/publication/2011/05/warm_words_1529.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Estudos Culturais: uma introdução. In: TADEU DA SILVA, Tomaz (Org.). **O que é, afinal, estudos culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p.133-166.

_____. Circuitos de cultura/ circuitos de comunicação: um protocolo analítico de integração da produção e da recepção. **Comunicação Mídia e Consumo**, v.4, n.11, p.115-135, nov. 2007.

FARR, Robert M. Representações Sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 12.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p.27-51.

FAUSTO NETO, Antonio. A deflagração do sentido: estratégias de produção e de captura de recepção. In: SOUSA, Mauro Wilton de (Org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.189-222.

_____. Contratos de leitura: entre regulações e deslocamentos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM), 30., 2007, Santos. **Anais...** Santos, set. 2007.

FELT, Ulrike; FOCHLER, Maximilian. Machineries for Making Publics: Inscribing and De-Scribing Publics in Public Engagement, **Minerva**, v.48, n.3, p.219-238, 2010.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. Apresentação. In: FERREIRA, Jairo; SIGNATES, Luiz Antonio; PAOLIELLO PIMENTA, Francisco José (Orgs.). **Estudos da comunicação: transversalidades epistemológicas**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2010. p.7-15.

FERREIRA, Giovandro Marcus. **Apontamentos sobre as propriedades do campo de produção jornalístico**. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/10e9ed3c0813f211b749c803f9c7dc73.PDF>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

FIGUERES, Christiana; IVANOVA, Maria H. Mudança Climática: interesses nacionais ou um regime global? In: ESTY, Daniel C.; IVANOVA, Maria H. (Orgs.). **Governança ambiental global: opções e oportunidades**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2005. p.207-232.

FIORAVANTI, Carlos. **Climate Change reporting in Brazil**. Presentation at workshop Carbonundrums: Making sense of climate change reporting around the world, University of Oxford, 2007. Disponível em: <<http://www.eci.ox.ac.uk/news/events/070727-carbonundrum/fioravanti.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2015.

_____. Em busca de outras formas de ver e pensar. Artigo publicado em outubro de 2008 no site da ANDI. Disponível em: <<http://www.mudancasclimaticas.andi.org.br/content/em-busca-de-outras-formas-de-ver-e-pensar>>. Acesso em: 23 maio 2015.

FISHMAN, Mark. **Manufacturing the News**. USA: University of Texas Press, 1980.

FONSECA, Igor Ferraz da; BURSZTYN, Marcel. A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.24, n.1, p.17-46, jan./abr. 2009.

FRANÇA, Vera. Sujeito da comunicação, sujeitos em comunicação. In: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera (Orgs.). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p.61-88.

FREWER, Lynn. The public and effective risk communication. **Toxicology Letters**, v.149, n.1-3, p.391-397, 2004.

FREY, Klaus. Governança Urbana e Participação Pública. **RAC-Eletrônica**, v.1, n.1, art. 9, p.136-150, jan./abr. 2007.

FÜSSEL, Hans-Martin; KLEIN, Richard J. T. Climate change vulnerability assessments: na evolution of the conceptual thinking. **Climatic Change**, v.75, p. 301-329, 2006..

GARCIA, Ricardo. **Sobre a terra: um guia para quem lê e escreve sobre ambiente**. Lisboa: Público, 2006.

GAVIN, Neil T. The web and climate change politics – Lessons from Britain? In: BOYCE, Tammy; LEWIS, Justin. **Climate Change and the Media**. New York: Peter Lang Publishing, 2009. p.129-142.

GERGEN, Kenneth J. O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. **Interthesis**, v.6, n.1, p.299-325, 2009.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

_____. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GIRARDI, Ilza M, T.; MORAES, Claudia; LOOSE, Eloisa Beling. Bases do jornalismo ambiental e os desafios para a cobertura da Rio+20. **Razón y Palabra**, v.79, p.1-29, 2012.

GIRARDI, Ilza M. T.; LOOSE, Eloisa Beling; SIRENA, Mariana; PEDROSO, Rosa Nívea. Jornalismo Ambiental na construção da cidadania. In: MORIGI, Valdir; GIRARDI, Ilza; ALMEIDA, Cristóvão (Orgs.). **Comunicação, informação e cidadania**: refletindo práticas e contextos. Porto Alegre: Sulina, 2011. p.107-118.

GIRARDI, Ilza M. T.; MASSIERER, Carine; MORAES, Cláudia; LOOSE, Eloisa Beling; NEULS, Gisele; CAMANA, Angela; GERTZ, Laura. Discursos e vozes na cobertura jornalística das COP15 e 16. **Em Questão** - Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, v.19, n.2, p.176-194, 2013.

GIRARDI, Ilza M. T.; MASSIERER, Carine; SCHWAAB, Reges Toni. Pensando o Jornalismo Ambiental na ótica da Sustentabilidade. **Unirevista**, v.1, n.3, p.1-10, jul. 2006.

GIRARDI, Ilza M. T.; SCHWAAB, Reges T.; MASSIERER, Carine; LOOSE, Eloisa Beling. Caminhos e descaminhos do Jornalismo Ambiental. **Comunicação & Sociedade (Online)**, v.34, p.131-152, 2012.

GIRÓ, Xavier. La información sobre los países del Sur en los medios del Norte. In: CONTRERAS MEDINA, Fernando; SIERRA CABALLERO, Francisco. **Culturas de guerra**: medios de información y violencia simbólica. Madri: Cátedra, 2004. p.155-183.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis**: an essay on the organization of experience. London: Harper and Row, 1974.

GOMES, Itania Maria Mota. **Efeito e recepção**: a interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação sobre os media. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2004.

GONÇALVES, Alcindo. O conceito de governança. In: ENCONTRO DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – CONPEDI, 14. 2005, Manaus. **Anais...** Manaus, 2005.

GONZÁLEZ ALCARAZ, Luis. El Framing como legitimación de la política climática: Encuadres del cambio climático en la prensa argentina y brasileña durante las conferencias de Doha y Varsovia. **Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social "Disertaciones"**, v.7, n.1, Artículo X, 2014. Disponível em: <<http://erevistas.saber.ula.ve/index.php/Disertaciones/article/view/4525>>. Acesso em: 09 ago. 2014.

GRANDE, Edgar. Os riscos globais e a gestão preventiva. In: INNERARITY, Daniel; SOLANA, Javier (Orgs.). **A humanidade ameaçada**: a gestão dos riscos globais. Lisboa: Teodolito, 2013. p.41-66.

GREGERSEN, Niels Henrik. Risk and Religion: Toward a Theology of Risk Taking. **Zygon**, v.38, n.2, p.355-376, 2003.

GUIMARÃES JORGE, Ana Maria. **Introdução à percepção**: entre os sentidos e o conhecimento. São Paulo: Paulus, 2011.

GUIVANT, Julia. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. **Revista Brasileira de Informações Bibliográficas**, n.46, p.3-38, 1998.

_____. A governança dos riscos e os desafios para a redefinição da arena pública do Brasil. In: **Ciência, Tecnologia + Sociedade: novos modelos de governança**. Brasília, 06 a 11 de dezembro de 2004. Disponível em: <[http://antiga.iris.ufsc.br/pdf/A%20governan\[1\]...pdf](http://antiga.iris.ufsc.br/pdf/A%20governan[1]...pdf)>. Acesso em: 02 ago. 2015.

_____. A governança dos riscos e os desafios para a redefinição da arena pública no Brasil. In: MIRANDA, Marcio; VOGT, Carlos; FRANÇA, José Geraldo Eugenio da; GUIVANT, Julia S. (Org.). **Ciência, tecnologia e sociedade: novos modelos de governança**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), 2005. p.47-85.

HALL, Stuart. Codificar y decodificar. In: **Culture, Media y Lenguaje**. Tradução de Silvia Delfino. London: Huntchinson, 1980. p.129-139.

_____. The work of representation. In: _____ (Org.). **Representation, cultural representation and signifying practices**. Londres: Sage, 1997.

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HANNIGAN, John. **Sociologia ambiental**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

_____. **Sociologia ambiental**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

HANSEN, Anders. **Environment, media and communication**. London: Routledge, 2010.

_____. Communication, media and environment: Towards reconnecting research on the production, content and social implications of environmental communication. **International Communication Gazette**, v.73, n.7, p.7-25, 2011.

HENRIQUES, Bárbara. **Mudanças climáticas na televisão: um estudo de recepção no Brasil**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Minho, 2011. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/16058/1/Tese%20B%C3%A1rbara%20Henriques.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

HERNÁNDEZ SACRISTÁN, Carlos. **Culturas y acción comunicativa**. Barcelona: Octaedro, 1999.

HERNÁNDEZ, Francisco Heras. Una de acción: el tratamiento mediático de las soluciones al cambio climático. **Razón y Palabra** – Tratamiento mediático de las soluciones al cambio climático, n.84, 2013.

HIBBERD, Matthew; NGUYEN, An. Climate change communications & young people in the Kingdom: A reception study'. **International Journal of Media & Cultural Politics**, v.9, n.1, p.27-46, 2013.

HORSBOL, Anders; LASSEN, Inger. Public Engagement as a Field of Tension between Bottom-up and Top-down Strategies: Critical Discourse Moments in as 'Energy Town'. In: PHILIPS, Louise; CARVALHO, Anabela; DOYLE, Julie (Eds.). **Citizen Voices: Performing Public Participation in Science and Environment Communication**. Chicago, USA: Intellect, 2012. p.163-185.

HOWARD-WILLIAMS, Rowan. Ideological construction of climate change in Australian and New Zealand Newspapers. In: BOYCE, Tammy; LEWIS, Justin. **Climate Change and the Media**. New York: Peter Lang Publishing, 2009. p.28-40.

HULME, Mike. **Why we disagree about climate change**: understanding controversy, inaction and opportunity. New York: Cambridge University Press, 2009.

INGLEHART, Ronald. Public support for environmental protection: objective problems and subjective values in 43 societies. **Political Science & Politics**, v.28, n.1, p.57-72, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Nota técnica**: estimativas da população dos municípios brasileiros com data de referência de 1.º de julho de 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/analise_estimativas_2014.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015.

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO (Iser). **Pesquisa**: o que as lideranças brasileiras pensam sobre mudanças climáticas e o engajamento do Brasil. Relatório de divulgação, 2008. Disponível em: <<http://www.iser.org.br/RELATORIODIVULGACAOISERPESQUISAMUDCLIMATICAS.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

IPCC. **Second Assessment Climate Change 1995**. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/pdf/climate-changes-1995/ipcc-2nd-assessment/2nd-assessment-en.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

_____. **Mudanças do Clima 2007**: impactos, adaptação e vulnerabilidade. sumário para formuladores de políticas. Bruxelas, 2007. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/pdf/reports-nonUN-translations/portuguese/ar4-wg2-spm.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. **Climate Change 2013**: the physical science basis. Contribution of Working Group I to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

IVANISSEVICH, Alicia. A mídia como intérprete. In: VILAS BOAS, Sergio (Org.). **Formação e informação científica**. São Paulo: Summus, 2005.

JACOBI, Pedro Roberto. Desafios à governança e participação popular no Brasil. In: COSTA RIBEIRO, Wagner (Org.). **Governança da ordem ambiental internacional e inclusão social**. São Paulo: Annablume; Procama; IEE, 2012. p.69-88.

JACOBI, Pedro Roberto; SINISGALLI, Paulo Antonio de Almeida. Governança ambiental e economia verde. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v.17, n.6, p.1669-1778, 2012.

JODELET, Denise. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Sociedade e Estado**, v.24, n.3, p.679-712, 2009.

JOFFE, Hélène. Risk: from perception to social representation. **British Journal of Social Psychological**, v.24, p.55-73, 2003.

JOHNSON, Richard. O que é, afinal, estudos culturais? In: TADEU DA SILVA, Tomaz (Org.). **O que é, afinal, estudos culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p.8-131.

KARAM, Francisco Jose Castilhos. **A ética jornalística e o interesse público**. São Paulo: Summus, 2004.

KARLSSON, Sylvia. O divisor Norte-Sul do conhecimento: consequências para a governança ambiental global. In: ESTY, Daniel C.; IVANOVA, Maria H. (Orgs.). **Governança ambiental global: opções e oportunidades**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005. p.63-88.

KASPERSON, Roger E.; RENN, Ortwin; SLOVIC, Paul; BROWN, Halina S.; EMEL, Jacque; GOBLE, Robert; KASPERSON, Jeanne X.; RATICK, Samuel. The social amplification of risk: a conceptual framework. **Risk Analysis**, vol. 8, nº 2, 1988. p.177 -187.

KASPERSON, Roger; JHAVERI, Nayna; KASPERSON, Jeanne (Eds.). Stigma and the Social Amplification Risk. In: FLYNN, James; SLOVIC, Paul; KUNREUTHER, Howard. **Risk, Media and Stigma: Undersanding Public Challenges to Modern Science and Technology**. London: Earthscan, 2001. p.9-27.

KITZINGER, Jenny; REILLY, Jacquie. **Ascensão e queda de notícias de risco**. Coimbra: Edições MinervaCoimbra, 2002.

KROSNICK, Jon A.; HOLBROOK, Allyson L.; VISSER, Penny S. The impact of the fall 1997 debate about global warming on American public opinion. **Public Understanding of Science**, v.9, p.239-260, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LEISEROWITZ, Anthony. American risk perceptions: Is climate change dangerous? **Risk Analysis**, v.25, p.1433-1442, 2005.

LÉVY-LEBLOND, Jean- Marc. Deficiências. In: MASSARANI, Luisa; TURNEY, Jon; CASTRO MOREIRA, Ildeu de (Orgs). **Terra Incógnita: a interface entre ciência e público**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent; UFRJ; Casa da Ciência; Fiocruz, 2005. p.41-48.

LIMA, Maria Luísa. Viver com o risco: abordagens da psicologia social ambiental. **Inforgeo**, v.9-10, p.39-54, 1995.

LIMA, Maria Luísa Pedroso de. Factores sociais na percepção de risco. **Revista da Associação Portuguesa de Psicologia**, v.12, n.1, p.11-28, 1998.

_____. Percepção de Riscos Ambientais. In: SOCZKA, Luis (Org.). **Contextos humanos e psicologia ambiental**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005a. p.203-245.

_____. Bem-estar e exposição a riscos ambientais. In: MARQUES PINTO, Alexandra; LOPES DA SILVA, Adelina (Eds.). **Stress e Bem-estar**. Lisboa: Climepsi. 2005b. p.85-104.

LIMA, Myrian R. V.; LOOSE, Eloisa Beling; SILVA, Pedro; DUARTE, Valéria; SCHNEIDER, Thaís; MEI, Danielle S. A comunicação ambiental como forma de enfrentamento dos dilemas socioambientais. In: ENCONTRO INTERDISCIPLINAR DE COMUNICAÇÃO AMBIENTAL, 2. 2013, Aracaju. **Anais...** Aracaju, 2013. p.1-13.

LINDEN, Sander L. van der; LEISEROWITZ, Anthony; FEINBERG, Geoffrey D.; MAIBACH, Edward W. How to communicate the scientific consensus on climate change: plain facts, pie charts or metaphors? **Climatic Change**, v.126, p.255-262, 2014.

LIU, Xinsheng; VEDLITZ, Arnold; ALSTON, Letita. Regional news portrayals of global warming and climate change. **Environmental Science & Policy**, v.11, p.379-393, 2008.

LOOSE, Eloisa Beling; CARVALHO, Anabela. O que pensam os jornalistas sobre seu papel no enfrentamento das mudanças climáticas: as percepções dos profissionais da *Gazeta do Povo* no Paraná, Brasil. **Razón y Palabra**, v.19, n.91, set./nov. 2015. Disponível em: <http://www.razonypalabra.org.mx/N/N91/Monotematico/02_BelingCarvalho_M91.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2015.

LOOSE, Eloisa Beling, LIMA, Myrian R. V. A ciência nos portais de notícias: notas para pensar a popularização científica a partir do jornalismo online. **Animus – Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v.12, n.23, p.85-102, 2013.

LOOSE, Eloisa Beling; LIMA, Myrian D. V. L.; CARVALHO, Anabela. Estudo dos enquadramentos sobre mudanças climáticas no jornal brasileiro *Gazeta do Povo*. In: PINTO-COELHO, Zara; ZAGALO, Nelson. (Org.). **Comunicação e Cultura**. III Jornadas Doutorais, Ciências da Comunicação e Estudos Culturais. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, 2014. p.139-156.

LOOSE, Eloisa Beling; SOUZA-LIMA, José Edmilson. (Re) configurações do campo comunicacional a partir da epistemologia ambiental. **Acta Scientiarum - Human and Social Sciences**, v.35, n.1, p.61-70, Jan./June 2013.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. O Campo da Comunicação: reflexões sobre seu estatuto disciplinar. **Revista USP**, n.48, p.46-57, dez./fev. 2000-20001.

LORENZONI, Irene; HULME, Mike. Believing is seeing: laypeople's views of future socioeconomic and climate change in England and in Italy. **Public Understanding of Science**, v.18, n.4, p.383-400, 2009.

LORENZONI, Irene; NICHOLSON-COLE, Sophie; WHITMARSH, Lorraine. Barriers perceived to engaging with climate change among the UK public and their policy implications. **Global Environmental Change**, v.17, p.445-459, 2007.

LORENZONI, Irene; PIDGEON, Nick F. Public views on Climate Change: European and USA perspectives. **Climate Change**, v.77, p.73-95, 2006.

MACHADO, Marcia Benetti. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. **Intexto**, v.1, n.14, p.1-11, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARANDOLA JR., Eduardo; HOGAN, Daniel Joseph. Natural hazards: o estudo geográfico dos riscos e perigos. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v.7, n.2, Dec. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2004000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 mar. 2015.

MARCOVITCH, Jacques. A governança internacional do meio ambiente. In: COSTA RIBEIRO, Wagner (Org.). **Governança da ordem ambiental internacional e inclusão social**. São Paulo: Annablume; Procam; IEE, 2012. p.13-27.

MARQUES DE MELO, José. **Os campos cruzados da comunicação**: política, economia e cultura. São Paulo: Pulus, 2010.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. América Latina e os anos recentes: o estudo de recepção em comunicação social. In: SOUSA, Mauro Wilton de (Org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.39-68.

MARTINS, Rafael D'Almeida; FERREIRA, Leila da Costa. Uma revisão crítica sobre cidades e mudança climática: vinho velho em garrafa nova ou um novo paradigma de ação para a governança local? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.45, n.3, p.611-641, 2011.

MARUYAMA, Shigenori. **Aquecimento global?** São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

MASSIERER, Carine. As rotinas de produção jornalística como o novo vilão do meio ambiente. In: GIRARDI, Ilza; LOOSE, Eloisa Beling; BAUMONT, Clarissa (Orgs.). **Ecos do planeta**: estudos sobre Informação e Jornalismo Ambiental. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p.11-30.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda**: a mídia e a opinião pública. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MCQUAIL, Denis. **Journalism and Society**. London: SAGE Publications Inc., 2013.

MELLO, Allan; DI GIULIO, Gabriela; FERREIRA, Lúcia; BATISTELLA, Mateus; CARMO, Roberto. Abordagem quantitativa em estudos sobre percepção de riscos às mudanças climáticas e ambientais: proposta no Litoral Norte de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 6., 2012, Belém. **Anais...** Belém, 2012. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT11-597-788-20120715130044.pdf>>. Acesso em : 20 maio 2015.

MEIRA, Pablo Ángel. **Comunicar el Cambio Climático**: Escenario social y líneas de actuación. Madrid: Ministerio de Medio Ambiente, Medio Rural y Marino, 2009.

_____. Representaciones sociales del cambio climático en la sociedad española: una lectura para comunicadores. In: FERNÁNDEZ REYES, Rogelio; MANCINAS-CHÁVEZ, Rosalba. **Medios de comunicación y cambio climático**, Sevilla: Fénix, 2013. p.59-90.

MENDES, Gláucia da Silva. A construção da notícia sob a ótica etnográfica: contribuições da antropologia para os estudos de jornalismo. **C&S**, v.34, n.2, p.283-303, 2013.

MENDONÇA, Francisco de Assis. Aquecimento global e suas manifestações regionais e locais: alguns indicadores da região Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Climatologia**, n.2, p.71-86, 2007.

- MENDONÇA, Francisco; DESCHAMPS, Marley; LIMA, Myrian D. V. A cidade e as mudanças globais: (intensificação?) Riscos e vulnerabilidades socioambientais na RMC – Região Metropolitana de Curitiba/PR. In: OJIMA, Ricardo; MARANDOLA JR., Eduardo (Orgs.). **Mudanças climáticas e as cidades: novos e antigos debates na busca da sustentabilidade urbana e social**. São Paulo: Blucher, 2013. p.129-162.
- MERCADO, Maria Teresa. Media representations of climate change in the Argentinean press. **Journalism Studies**, v.13, n.2, p.193-209, 2012.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável – Edição 2012**. Pesquisa nacional realizada entre os dias 15 e 30 de abril de 2012. Relatório final. Disponível em: <http://hotsite.mma.gov.br/redemulheres/wp-content/uploads/Sumario-Executivo_MMA_port_25jun2012.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2015.
- MOLION, Luiz Carlos Baldicero. Aquecimento global: natural ou antropogênico? In: SEMAGEO, 28., 2007, Florianópolis (SC). **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007.
- MORAES, Claudia Herte de. **Entre o clima e a economia: enquadramentos discursivos sobre a Rio+20 nas revistas Veja, Isto É, Época e Carta Capital**. Tese (Doutorado) – UFRGS, Porto Alegre, 2015.
- MOSER, Susanne. Communicating climate change: history, challenges, process and future directions. **WIREs Climate Change**, v.1, p.31-53, 2010.
- NELKIN, Dorothy. **Selling science**. NY: Freeman, 1987.
- NICHOLSON-COLE, Sophie A. Representing climate change futures: a critique on the use of images for visual communicatio. **Comput., Environ. and Urban Systems**, v.29, p.255-273, 2005.
- NIELSEN, Rasmus Kleis. Introduction: The uncertain future of local journalism. In: **Local Journalism: The Decline of Newspapers and the Rise of Digital Media**. Reuters Institute for the Study of Journalism: University of Oxford, 2015. p.1-25.
- NISBET, Matthew C.; MYERS, Teresa. The polls-trends: twenty years of public opinion about global warming. **Public Opinion Quarterly**, v.71, n.3, p.444-470, 2007.
- NOBRE, Carlos. Mudanças climáticas globais: possíveis impactos nos ecossistemas do país. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n.12, p.239-258, 2001.
- OCKWELL, David; WHITMARSH, Lorraine; O'NEILL, Saffron. Reorienting climate change communication for effective mitigation: forcing people to be green or fostering grass-roots engagement? **Science Communication**, v.30, n.3, p.305-327, 2009.
- O'CONNOR, Robert E.; BORD, Richard J.; FISHER, Ann. Risk perceptions, general environmental beliefs and wiliness to address climate change. **Risk Analysis**, v.19, p.461-471, 1999.
- OJIMA, Ricardo; MARANDOLA JR., Eduardo. Introdução. In: OJIMA, Ricardo; MARANDOLA JR., Eduardo (Orgs.) **Mudanças climáticas e as cidades: novos e antigos debates na busca as sustentabilidade urbana e social**. São Paulo: Blucher, 2013. p.17-20.

OLAUSSON, Ulrika. We're the Ones to Blame: Citizens' Representations of Climate Change and the Role of Media. **Environmental Communication: A Journal of Nature and Culture**, v.5, n.3, p.281-299, 2011.

OLAUSSON, Ulrika; BERGLEZ, Peter. Media and Climate Change: Four Long-standing Research Challenges Revisited. **Environmental Communication**, v.8, n.2, p.249-265, 2014.

OLIVEIRA, Fabíola H. **Percepção de riscos ambientais e mudanças climáticas no Varjão – Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.bdttd.ucb.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1594>. Acesso em: 10 fev. 2013.

O'NEILL, Saffron; NICHOLSON-COLE, Sophie. "Fear Won't Do It" - Promoting Positive Engagement with Climate Change through Visual and Iconic Representation. **Science Communication**, v.30, n.3, p.355-379, 2009.

PAINTER, James. Comunicar incertidumbres: los escépticos del clima en los medios internacionales. In: PIÑUEL RAIGADA, José Luis et. al. Comunicación, controversias e incertidumbres frente al consenso científico acerca del Cambio Climático. **Cuadernos Artesanos de Latina**, v.30, p.53-80, 2012.

_____. **Climate Change in the Media: Reporting Risk and Uncertainty**. London: I.B. Tauris & Co. Ltd, 2013.

PARANÁ. Decreto Estadual n.º 4.381, de 24 de abril de 2012. Dispõe sobre a criação do Programa BIOCLIMA PARANÁ de conservação e recuperação da biodiversidade, mitigação e adaptação às mudanças climáticas no Estado do Paraná e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=67059&indice=1&totalRegistros=1>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

_____. Lei Estadual n.º 17.133, de 25 de abril de 2012. Institui a Política Estadual sobre Mudança do Clima. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=67271&indice=1&totalRegistros=2>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

PBMC. Contribuição do Grupo de Trabalho 2 ao Primeiro Relatório de Avaliação Nacional do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. Sumário Executivo do GT2. Rio de Janeiro: PBMC, 2013. Disponível em: <http://www.pbmc.coppe.ufrj.br/documentos/MCTI_PBMC_sumario_executivo_impactos_vulnerabilidades_e_adaptacao_WEB_3.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2014.

PEREIRA JÚNIOR, Alfredo E. V. Os jornalistas e a audiência: a hipótese da audiência presumida. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2005.

PETERS, Hans Peter. A interação entre jornalistas e especialistas científicos: cooperação e conflito entre duas culturas profissionais. In: MASSARANI, Luisa; TURNEY, Jon; CASTRO MOREIRA, Ildeu de (Orgs). **Terra incógnita: a interface entre ciência e público**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent: UFRJ, Casa da Ciência: Fiocruz, 2005. p.139-160.

PHILIPS, Louise; CARVALHO, Anabela; DOYLE, Julie. Introduction. In: PHILIPS, Louise; CARVALHO, Anabela; DOYLE, Julie (Eds.). **Citizen Voices: Performing Public Participation in Science and Environment Communication**. Chicago, USA: Intellect, 2012. p.1-17.

PIDGEON, Nick; BUTLER, Catherine. Risk analysis and climate change. **Environmental Politics**, v.18, n.5, p.670-688, 2009.

PIDGEON, Nick; FISCHHOFF, Baruch. The role of social and decision sciences in communicating uncertain climate risks. **Nature Climate Change**, v.1, p.35-41, 2011.

PNUD. **Informe sobre Desarrollo Humano 2007-2008**. La lucha contra el cambio climático: Solidaridad frente a un mundo dividido. New York: Programa de Naciones Unidas sobre Desarrollo Humano (PNUD), 2007.

PORTO, Mauro. **Televisão e política: a Rede Globo e as interpretações da audiência**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

POWELL, Douglas; LEISS, William. Um diagnóstico das falhas de comunicação sobre riscos. In: MASSARANI, Luisa; TURNEY, Jon; CASTRO MOREIRA, Ildeu de (Orgs.). **Terra incógnita: a interface entre ciência e público**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005. p.183-201.

PRESTES, Eduardo. Comunicação de Risco, elemento-chave na gestão de crises corporativas e um desafio para o século XXI: a teoria na prática, situação atual e tendências. **Organicom**, n.6, p.87-99, 1.º semestre de 2007.

PRIEST, Susanne. Mapping media's role in environmental thought and action. In: HANSEN, Anders (Eds.). COX, Robert. **The Routledge Handbook of Environment and Communication**. New York; London: Routledge, 2015.

PULCINI, Elena. Reaprender a relear: a percepção dos riscos na era global. In: INNERARITY, Daniel; SOLANA, Javier (Orgs.). **A humanidade ameaçada: a gestão dos riscos globais**. Lisboa: Teodolito, 2013. p.127-141.

RAYNAUT, Claude. Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimentos. In: PHILIPPI JR., A.; SILVA NETO, A. J. (Ed.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. Barueri: Manole, 2011. p.69-105.

RENN, Ortwin. Perception of risks. **Toxicology Letters**, v.149, p 405-413, 2004.

RENN, Ortwin; BURNS, William J.; KASPERSON, Jeanne X.; KASPERSON Roger E.; SLOVIC, Paul. The social amplification of risk: Theoretical foundations and empirical applications. **Journal of Social Issues**, v.48, n.4, p.137-160, 1992.

RENN, Ortwin; ROHRMANN, Bernd. Cross-cultural risk perception research: state and challenges. In: RENN, Ortwin; ROHRMANN, Bernd (Eds.). **Cross-cultural risk research: a survey of empirical studies**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2000.

REVKIN, Andrew C. The distracting debate over climate certainty, Dot Earth. **New York Times**, 10 fev. 2010. Disponível em: <http://dotearth.blogs.nytimes.com/2010/02/10/the-distracting-debate-over-climate-certainty/?_r=0>. Acesso em: 15 mar. 2015.

RINALDI, Alexandra; BARREIROS, Dorival. A importância da Comunicação de Riscos para as organizações. **Organicom**, n.6, p.137-147, 1.º semestre de 2007.

ROESER, Sabine. Risk Communication, Public Engagement, and Climate Change: A Role for Emotions. **Risk Analysis**, v.32, n.6, p.1033-1040, 2012.

SÁDABA, Teresa. Origen, aplicación y límites de la "teoría del encuadre" (framing) en comunicación. **Comunicación y Sociedad**, v.14, n.2, p.143-175, 2001.

_____. **Framing: el encuadre de las noticias**: El binômio terrorismo-medios. Buenos Aires: La Crujía Ediciones, 2007.

SALAZAR VINDAS, Sandra. **Guía para la comunicación social y la prevención de desastres**: "La prevención de desastres comienza con la información" (Taller regional sobre comunicación social y prevención de desastres América Latina). Organização de Sandra Salazar Vindas. San José, C.R.: Secretaría DIRDN, unidad para América Latina y el Caribe, 1999. Disponível em: <<http://helid.digicollection.org/en/d/Jops02/2.1.html>>. Acesso em: 05 maio 2014.

SAMPEI, Yuki; AOYAGI-USU, Midori. Mass-media coverage, its influence on public awareness of climate-change issues, and implications for Japan's national campaign to reduce greenhouse gas emission. **Global Environmental Change**, v.19, p.203-221, 2009.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. 2.ed. Chapecó: Argos, 2010.

SANTI, Vilso Junior Chierentin. **As representações no circuito das notícias**: o movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra no jornal Zero Hora. Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2009.

SCHMIDT, Luísa; GOMES, Carla; MOURATO, João. Políticas e participação nas zonas costeiras face aos impactos das alterações climáticas. In: BORREGO, Carlos; MIRANDA, Ana Isabel; ARROJA, Luís; FIDÉLIS, Teresa; CASTRO, Eduardo; GOMES, Ana Paula (Eds.). **Repensar o ambiente**: luxo ou inevitabilidade? Trabalho apresentado na 10.^a Conferência Nacional do Ambiente/XII Congresso Nacional do Ambiente. Aveiro: Tipografia Minerva Central, 2013. p.778-783.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias**: ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.

SCIENCE COMMUNICATION UNIT. **Science for Environment Policy Future Brief: Public risk perception and environmental policy**. Report produced for the European Commission DG Environment, September 2014. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/science-environment-policy>>. Acesso em: 06 maio 2015.

SERRA, Paulo. **A mediatização dos riscos**: o caso dos riscos ambientais. 2009. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-serra-mediatizacao.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

SHANAHAN, Mike. Time to adapt? – Media Coverage of Climate Change in Non-industrialised Countries. In: BOYCE, Tammy; LEWIS, Justin. **Climate Change and the Media**. New York: Peter Lang Publishing, 2009. p.145-157.

SJÖLANDER, Annika Egan; JÖNSSON, Anna Maria. Contested Ethanol Dreams – Public Participation in Environmental News. In: PHILIPS, Louise; CARVALHO, Anabela; DOYLE, Julie (Eds.). **Citizen Voices**: Performing Public Participation in Science and Environment Communication. Chicago, USA: Intellect, 2012. p.47-71.

SLOVIC, Paul. Perception of risk. **Science**, New Series, v.236, n.4799, p.280-285, 1987.

_____. Perceived risk, trust and democracy. **Risk Analysis**, v.13, p.675-682, 1993.

SLOVIC, Paul; FINUCANE, Melissa L.; PETERS, Ellen; MACGREGOR, Donald G. Risk as Analysis and Risk as Feelings: Some Thoughts about Affect, Reason, Risk, and Rationality. **Risk Analysis**, v.24, n.2, p.311-322, 2004.

SLOVIC, Paul; WEBER, Elke. U. **Perception of Risk Posed by Extreme Events**. Center for Decision Sciences (CDS) Working Paper. Columbia University, 2002.

SOARES, Murilo César. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SOLOSKI, John. O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1993. p.91-100.

SORHUET, Hernán. Periodismo ambiental, uma de las claves para afrontar El cambio climático. In: FERNÁNDEZ REYES, Rogelio (Dir.); MANCINAS-CHÁVEZ, Rosalba (Coord.). **Medios de comunicación y cambio climático**. Sevilla: Félix Editora, 2013. p.135-146.

SOUSA PINTO, Ana Estela de. **Jornalismo diário: reflexões, recomendações, dicas e exercícios**. São Paulo: Publifolha, 2009.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Para além do conhecimento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v.78, p.3-46, 2007a.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Bomtempo, 2007b.

SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e seus efeitos**. Coimbra: MinervaCoimbra, 2000.

SOUSA, Mauro Wilton de. Recepção e comunicação: a busca do sujeito. In: _____ (Org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.13 -38.

SOUZA PORTO, Marcelo Firpo de. **Uma ecologia política dos riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

SPETH, James Gustave. A agenda ambiental global: origens e perspectivas. In: ESTY, Daniel C.; IVANOVA, Maria H. (Orgs.). **Governança ambiental global: opções e oportunidades**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005. p.17-37.

STRELOW, Aline do Amaral Garcia. **Análise Global de Periódicos Jornalísticos (AGPJ): uma proposta metodológica para o estudo do jornalismo impresso**. Tese (Doutorado) – PUCRS, Porto Alegre, 2007.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global: Limites e desafios para a participação cidadã**. 3.ed. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2002.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. Comunicação e o jornalismo: fundamentos para o debate conceitual. In: FERREIRA, Jairo; SIGNATES, Luiz Antonio, PAOLIELLO PIMENTA, Francisco José. **Estudos de comunicação: transversalidades epistemológicas**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2010. p.115-132.

THIELEN, Iara; HARTMANN, Ricardo C.; SOARES, Diogo. Percepção de risco e excesso de velocidade. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.24, n.1, p.131-139, jan. 2008.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura de moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005. v.2.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus, 1993.

TUCHMAN, Gaye. Objectivity as Strategic Ritual: An Examination of Newsmen's Notions of Objectivity. **American Journal of Sociology**, v.77, n.4, p.660-679, 1972.

_____. Making news by doing work: routinizing the unexpected. **American Journal of Sociology**, v.79, n.1, p.110-131, 1973.

_____. **Making News: A Study in the Construction of Reality**. New York: The Free Press, 1978.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (Ceped). **Promoção da cultura de riscos de desastres: relatório final**. Florianópolis: Ceped/UFSC, 2012.

VAN DIJK, Teun A. Social cognition and discourse. In: GILES, H.; ROBINSON, R. P. (Eds.). **Handbook of social psychology and language**. Chichester: Wiley, 1990. p.163-183.

_____. **Discurso, notícia e ideologia**. Porto: Campo das Letras, 2005.

VEIGA, José Eli da. **A desgovernança mundial da sustentabilidade**. São Paulo: Editora 34, 2013.

VEYRET, Yvette. **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007.

VILAR, Ferrán P. Examen de puntos focales em cambio climático. In: FERNÁNDEZ REYES, Rogelio (Dir.); MANCINAS-CHÁVEZ, Rosalba (Coord.). **Medios de comunicación y cambio climático**. Sevilla: Fénix, 2013. p.105-121.

VIOLA, Eduardo; BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; LEIS, Héctor Ricardo. **Governança e segurança climática na América do Sul**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso; Santiago do Chile: Corporación de Estudios para Latinoamérica (Cieplan), 2008. 33p. Contribuição ao projeto: "Uma Nova Agenda Econômica e Social para a América Latina". Disponível em: <<http://www.ifhc.org.br/>>. Acesso em: 05 ago. 2015.

VIVARTA, Veet (Coord.). **Mudanças climáticas na imprensa brasileira**: uma análise comparativa de 50 jornais nos períodos de julho de 2005 a junho de 2007- julho de 2007 a dezembro de 2008 (Relatório de Pesquisa/2010). Brasília, DF, Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), 2010.

VIZEU, Alfredo. O newsmaking e o trabalho de campo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p.223-236.

WAHLBERG, Anders; SJOBERG, Lennart. Risk perception and the media. **Journal of Risk Research**, v.3, n.1, p.31-50, 2000.

WALKER, Gabrielle; KING, David. **O tema quente**: como combater o aquecimento global e manter as luzes acesas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

WELZER, Harald. **Guerras climáticas**: por que mataremos e seremos mortos no século 21. São Paulo: Geração, 2010.

WHITMARSH, Lorraine. What's in a name? Commonalities and differences in public understanding of "climate change" and "global warming". **Public Understanding of Science**, v.18, n.4, p.401-420, 2009.

WILSON, Kris. Communicating climate change through the media – Predictions, politics and perceptions. In: ALLAN, Stuart; ADAM, Barbara; CARTER, Cynthia (Eds). **Environmental Risks and the Media**. London: Routledge, 2000. p.201-217.

WILTON DE SOUSA, Mauro. A recepção sendo reinterpretada. In: WILTON DE SOUSA, Mauro (Org.). **Recepção mediática e espaço público**. São Paulo: Paulinas, 2006. p.13-26.

WOLF, Johanna; MOSER, Susanne. Individual understandings, perceptions, and engagement with climate change: Insights from in-depth studies across the world. **Wiley Interdisciplinary Reviews–Climate Change**, v.2, n.4, p.547-569, 2011.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 4.ed. Lisboa: Presença, 1995.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Brasília: UnB, 2004.

_____. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

YEARLEY, Steven. **The green case**: a sociology of environmental issues, arguments and politics. Londres: Routledge, 1992.

ZEHR, Stephen. Public Representations of Scientific Uncertainty about Global Climate Change. **Public Understanding of Science**, v.9, n.2, p.85-103, 2000.

ZOCCOLI CARNEIRO, Carolina Maria. **"Caos no clima"**: sensacionalismo, comunicação da ciência e a narrativa de O Globo sobre o aquecimento global. Dissertação (Mestrado) – UFF, Rio de Janeiro, 2008.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO

JORNALISTA () FONTE DE INFORMAÇÃO () LEITOR ()

Idade: _____ Sexo: F () M ()

Grau de escolaridade:

- () Ensino fundamental (1.º grau) incompleto () Ensino fundamental (1.º grau) completo
 () Ensino médio (2.º grau) incompleto () Ensino médio (2.º grau) completo
 () Superior incompleto () Superior completo
 () Mestrado completo () Doutorado completo

2. MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A) Quanto você concorda com a afirmação de que estão ocorrendo mudanças climáticas?

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Nem discordo, nem concordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente

B) Em que medida você acha que há consenso entre os cientistas sobre o fato de as mudanças climáticas estarem acontecendo?

1	2	3	4	5
Nunca há consenso	Raramente há consenso	Algumas vezes há consenso	Frequentemente há consenso	Sempre há consenso

C) Você se preocupa com as mudanças climáticas? Assinale sua opção:

1	2	3	4	5
Nunca	Raramente	Algumas vezes	Frequentemente	Sempre

Marque as opções que estejam de acordo com o seu grau de concordância:

D) Por que as mudanças climáticas ocorrem?	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Nem discordo, nem concordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
Porque elas são um fenômeno natural	1	2	3	4	5
Por causa de determinadas atividades humanas	1	2	3	4	5
Ainda não sabemos a razão pela qual as mudanças climáticas ocorrem	1	2	3	4	5

E) As mudanças climáticas afetam ou afetarão:	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Nem discordo, nem concordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
A nossa geração	1	2	3	4	5
A próxima geração	1	2	3	4	5
Demorará muito para que seus efeitos sejam sentidos (mais de 100 anos)	1	2	3	4	5

F) Quem é/será mais afetado pelas mudanças climáticas?	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Nem discordo, nem concordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
A natureza será mais afetada pelas mudanças climáticas	1	2	3	4	5
A população que vive nas cidades será mais afetada pelas mudanças climáticas	1	2	3	4	5
A população que vive no campo será mais afetada pelas mudanças climáticas	1	2	3	4	5
A população e a natureza de determinadas áreas geográficas, de formas diferentes	1	2	3	4	5

3. COMUNICAÇÃO

A) Qual o papel da imprensa em relação às mudanças climáticas? Marque com um "X" a opção (ou as opções) que considera mais pertinente:

- Apenas informar (esclarecer sobre determinado assunto)
- Informar e educar
- Articular o debate sobre o tema em outras esferas (políticas e econômicas, por exemplo)
- Apresentar soluções para os problemas que emergem da sociedade
- Atuar a favor da governança climática
- Denunciar ações e sujeitos que contribuam para o agravamento dos problemas socioambientais

B) Quanto você acredita que o jornal é capaz de influenciar mudanças de comportamento?

1	2	3	4	5
Não influencia	Influencia pouco	Influencia	Influencia muito	Influencia totalmente

C) Assinale com um "X" a opção que considera correta (pode assinalar mais de uma). Os jornalistas elaboram as notícias principalmente:

- a partir de suas concepções de mundo
- a partir daquilo que as fontes de informação falam
- a partir do que o dono do jornal quer que seja publicado
- em razão de uma série de fatores atrelados à rotina de trabalho e às normas profissionais
- a partir de interesses pessoais
- a partir daquilo que imagina que seus colegas esperam que eles escrevam

4. GOVERNANÇA CLIMÁTICA

A) O quanto você considera que cada uma das opções é responsável por adotar medidas para minimizar os riscos climáticos?	Nada responsável	Pouco responsável	Responsável	Muito responsável	Extremamente
Os países desenvolvidos	1	2	3	4	5
Os países em desenvolvimento	1	2	3	4	5
Os chefes de Estado que se reúnem anualmente na Convenção das Partes (COP)	1	2	3	4	5
Os prefeitos	1	2	3	4	5
Os cientistas	1	2	3	4	5
Os ativistas	1	2	3	4	5
Os meios de comunicação social	1	2	3	4	5
Organizações governamentais	1	2	3	4	5
Organizações não governamentais (ONGs)	1	2	3	4	5
Organizações empresariais	1	2	3	4	5
A população em geral	1	2	3	4	5
Eu	1	2	3	4	5

B) O que você faz no seu dia a dia para minimizar os efeitos das mudanças climáticas?

C) O quanto você concorda com a afirmação:

O fato de existir incerteza científica sobre as mudanças climáticas atrapalha no seu enfrentamento.

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Nem discordo, nem concordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente

5. RISCOS

A) Você já percebeu os efeitos das mudanças climáticas onde mora?

1	2	3	4	5	6
Nunca percebi	Raramente percebo	Algumas vezes percebo	Frequente-mente percebo	Sempre percebo	Nunca prestei

B) Cite os principais efeitos percebidos:

C) Você já percebeu os riscos das mudanças climáticas?

1	2	3	4	5	6
Nunca percebi	Raramente percebo	Algumas vezes percebo	Frequente-mente percebo	Sempre percebo	Nunca prestei

D) Cite os principais riscos percebidos:

E) Quanto você concorda que as mudanças climáticas podem também trazer benefícios (efeitos positivos)?

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Nem discordo, nem concordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente

F) Se concorda, cite alguns benefícios das mudanças climáticas:

G) Qual a gravidade dos efeitos das mudanças climáticas?	Nada grave	Pouco grave	Grave	Muito grave	Extremamente grave
Derretimento do gelo no Ártico	1	2	3	4	5
Elevação massiva do nível do mar	1	2	3	4	5
Intensificação de desastres, como enchentes e deslizamentos de terra	1	2	3	4	5
Perda da biodiversidade global	1	2	3	4	5
Alteração nos regimes de chuva	1	2	3	4	5
Migrações em massa da população e outros seres vivos devido à perda de terra, água ou alimentos	1	2	3	4	5

H) O quanto você considera cada uma dessas atitudes como eficazes para prevenir o risco climático:	Nada eficaz	Pouco eficaz	Eficaz	Muito eficaz	Extremamente eficaz	Não sei se é eficaz
Desenvolver novas tecnologias de captura de carbono	1	2	3	4	5	6
Substituir motores a combustão interna por veículos híbridos ou elétricos	1	2	3	4	5	6
Substituir a geração de energia produzida por combustíveis fósseis por energias limpas	1	2	3	4	5	6
Investir em sistemas de monitoramento e alertas	1	2	3	4	5	6
Investir em pesquisa científica sobre o tema	1	2	3	4	5	6
Informar a população dos possíveis riscos e de formas como contê-los	1	2	3	4	5	6
Estimular o envolvimento da população em ações e políticas relacionadas ao clima	1	2	3	4	5	6
Diminuir, em nosso dia a dia, as emissões de gases de efeito estufa	1	2	3	4	5	6

I) Aponte outras medidas que possam prevenir o risco climático:

APÊNDICE B
ROTEIRO PARA JORNALISTAS

Identificação do jornalista: _____

Cargo/ função na *Gazeta do Povo*: _____

Anos de trabalho no jornal: _____

Notícia produzida durante acompanhamento: _____

Questões semiestruturadas:

- 1) Qual a importância do tema mudanças climáticas no rol de assuntos do jornal? E da sua editoria?
- 2) Quando o assunto mudanças climáticas pode se tornar pauta na *Gazeta do Povo*? E quando as agências de notícias são utilizadas?
- 3) Quais as principais dificuldades para cobrir este tema?
- 4) Como você percebe as incertezas relacionadas às mudanças do clima no momento de construir a notícia?
- 5) Em sua opinião, quais são os enfoques mais recorrentes do jornal quando se fala em mudanças climáticas? Por quê?
- 6) Você tem fontes sobre o tema em sua agenda? Como procede se precisa fazer uma matéria sobre o tema? Quais critérios utiliza para selecionar a fonte?
- 7) As fontes mais comuns sobre o assunto – os cientistas – são acessíveis aos jornalistas – seja em relação ao tempo, seja referente à linguagem utilizada? Como se dá esta relação?
- 8) Tem ideia de quantas matérias sobre o assunto já cobriu em sua trajetória? A experiência na cobertura de dado assunto ou a especialização no tema fazem a diferença no produto final?
- 9) Acredita que o tema venha ganhando espaço na cobertura diária do jornal com o tempo? Por quê?
- 10) Você percebe algum tipo de risco atrelado às mudanças climáticas? Quais? Acha que transmite isso nas suas matérias?
- 11) Mencionar os riscos e os efeitos das mudanças climáticas, na sua opinião, gera inação ou reação? Há alguma recomendação da redação em relação à divulgação desses efeitos?
- 12) Qual sua opinião sobre o papel da imprensa e o enfrentamento dos riscos climáticos? Qual sua avaliação sobre o alcance ou a influência do jornal no contexto de Curitiba?
- 13) Em Curitiba, mudanças climáticas já é um assunto local?

- 14) Você acredita que o clima esteja realmente mudando em razão das atividades humanas, conforme afirma o IPCC? Acredita que seu posicionamento afeta a construção da notícia?
- 15) Acredita que a notícia pode transformar a percepção do leitor sobre determinado assunto? Se sim, o que pensa pensar mais para isso?
- 16) Para você, o que são mudanças climáticas?

APÊNDICE C
ROTEIRO PARA FONTES DE INFORMAÇÃO

Identificação da fonte: _____

Cargo/ função: _____

Anos que trabalha com mudanças climáticas: _____

Notícia da qual foi fonte: _____

Questões semiestruturadas:

- 1) De um modo geral, como avalia o trabalho feito pelos jornalistas brasileiros a respeito das mudanças climáticas? Quais os principais problemas?
- 2) Você foi consultado como fonte em alguma das matérias que estou analisando do jornal *Gazeta do Povo*, do Paraná (citar/mostrar matéria). Acredita que aquilo que disse foi apresentado de forma correta na notícia? O que é mais comum ocorrer neste processo de relação entre fonte e jornalista?
- 3) Já deixou de atender a imprensa em função de uma experiência anterior negativa ou por não confiar no repórter? É comum? Mostra-se acessível – tanto em relação ao tempo quanto em termos de linguagem – para os jornalistas? Entende que faz parte de sua função atender os jornalistas?
- 4) Jornalistas que cobrem com frequência o mesmo assunto ou são especializados no tema tendem a fazer uma notícia mais completa do assunto? Ou depende do profissional e do veículo? Qual sua opinião sobre o papel das fontes de informação no trabalho jornalístico? Acredita que os pesquisadores e demais sujeitos vinculados diretamente ao tema estejam tentando se comunicar com a população?
- 5) Qual a importância do tema mudanças climáticas no dos temas pautados pela imprensa? O que acredita ser necessário para que o assunto tenha mais destaque?
- 6) Quando percebe que as mudanças climáticas se tornam pauta na imprensa?
- 7) Como você percebe as incertezas relacionadas às mudanças do clima nas notícias? Como avalia a influência dos jornais nesta questão?
- 8) Acredita que o tema venha ganhando espaço na cobertura diária do jornal com o tempo? Por quê?
- 9) Você percebe algum tipo de risco atrelado às mudanças climáticas? Quais? Acha que transmite isso nas suas entrevistas aos jornalistas?
- 10) Qual sua opinião sobre o papel da imprensa e o enfrentamento dos riscos climáticos? Qual sua avaliação sobre o alcance ou a influência do jornal no contexto de Curitiba? E/ou do Brasil?

- 11) Em Curitiba, mudanças climáticas já é um assunto local? Acha que o jornal pode contribuir para processos de governança nesse nível? De que modo?
- 12) Você acredita que o clima esteja realmente mudando em razão das atividades humanas, conforme afirma o IPCC? Acredita que seu posicionamento afeta a construção da notícia ou a forma de condução do repórter em relação ao assunto?
- 13) Acredita que a notícia pode transformar a percepção do leitor sobre determinado assunto? Se sim, o que pensa pensar mais para isso?
- 14) Tratar do risco climático, de suas possíveis consequências, gera, na sua opinião, inação ou reação?
- 15) Para você, o que são mudanças climáticas?

APÊNDICE D

ROTEIRO PARA LEITORES

Identificação do leitor: _____

Setor no qual se enquadra: _____

Questões semiestruturadas:

- 1) Como observa/avalia a cobertura do tema mudanças climáticas no jornal *Gazeta do Povo*?
- 2) Lê outros jornais com a mesma frequência? Se sim, percebe diferenças na cobertura?
- 3) Na sua opinião, o que é publicado no jornal influencia a percepção dos leitores? De que maneira?
- 4) O que chama mais atenção, para você, nas notícias sobre mudanças climáticas?
- 5) O que está faltando nas notícias sobre este tema? (lacunas na cobertura)
- 6) Em sua opinião, qual é o espaço que é dado a este tema pela *Gazeta* e quais os enfoques/abordagens mais recorrentes?
- 7) Notícias que tratam das consequências negativas relacionadas às mudanças climáticas provocam reação (no sentido de enfrentamento do risco) ou ansiedade e inação?
- 8) De que maneira você faz uso das informações divulgadas pela imprensa no seu dia a dia e no seu trabalho?
- 9) Como a imprensa pode auxiliar no processo de governança climática?
- 10) O que a instituição (empresa, governo, universidade ou ONG) faz em relação às mudanças climáticas? E o que mais poderiam fazer (não fazem, mas está ao seu alcance)?
- 11) Há preocupação da instituição (ONG, empresa, universidade, setor do governo) em cooperar com a imprensa? O que é feito? (lembrar se coopera reativamente ou ativamente)
- 12) Acredita que a visibilidade de boas práticas de um grupo, por meio da imprensa, pode motivar outras ações no mesmo sentido?
- 13) Como você acredita que as incertezas científicas atreladas ao tema das mudanças climáticas interferem na compreensão dos leitores sobre o assunto?
- 14) Para você, o que são mudanças climáticas? (defina, conceitue a expressão)

APÊNDICE E
ORGANIZAÇÃO DAS CATEGORIAS TEMÁTICAS ACIONADAS NAS ANÁLISES
COM ATORES SOCIAIS

PARTE 1 – COMUM A TODOS OS GRUPOS

GRUPOS DE ATORES	CATEGORIAS TEMÁTICAS PARA QUESTIONÁRIOS	CATEGORIAS TEMÁTICAS PARA QUESTÕES DAS ENTREVISTAS	ESTRUTURA DAS ANÁLISES
1) jornalistas; 2) fontes de informação; 3) leitores;	1) ameaça; 2) informação; 3) exposição; 4) credibilidade; 5) confiabilidade; 6) domínio; 7) preocupação; 8) sensação; 9) justiça; (QUADRO 2)	1) conceito; 2) relevância da pauta sobre MCs; 3) enquadramento; 4) negatividade; 5) reação do público; 6) enfrentamento do risco; 7) relação com a ciência; 8) influência sobre o público; 9) relação com o local; (QUADRO 4)	Pelos eixos: 1) Mudanças Climáticas; 2) Comunicação/ Jornalismo; 3) Governança; 4) Riscos;

PARTE 2 – ESPECÍFICA PARA CADA GRUPO DE ATORES

GRUPOS DE ATORES	CATEGORIAS TEMÁTICAS PARA QUESTÕES PARTICULARES DAS ENTREVISTAS	ESTRUTURA DAS ANÁLISES
1) jornalistas;	1) especialização profissional; 2) critérios de noticiabilidade 3) entraves na cobertura do assunto 4) subjetividade do jornalista 5) escolha de fontes de informação (QUADRO 6)	Pelas próprias categorias temáticas específicas
2) fontes de informação	1) acessibilidade 2) relacionamento com a imprensa 3) avaliação da cobertura do tema enquanto especialista 4) papel da fonte de informação (QUADRO 7)	Pelas próprias categorias temáticas específicas
3) leitores	1) comparação entre a <i>Gazeta do Povo</i> e outros jornais 2) informação para quê? 3) enfrentamento do setor 4) visibilidade de boas práticas (QUADRO 8)	Pelas próprias categorias temáticas específicas